

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Mariana Maris

**HISTORIOGRAFIA DO PROCESSO DE NORMATIZAÇÃO DA VÍRGULA NA  
GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA DO SÉCULO 16**

João Pessoa  
2025

MARIANA MARIS

**HISTORIOGRAFIA DO PROCESSO DE NORMATIZAÇÃO DA VÍRGULA NA  
GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA DO SÉCULO 16**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a obtenção do grau de Doutora em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira.

João Pessoa  
2025

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M342h Maris, Mariana.

Historiografia do processo de normatização da  
vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 /  
Mariana Maris. - João Pessoa, 2025.  
344 f. : il.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira.  
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. História da vírgula. 2. Sistema de pontuação. 3.  
Gramaticografia portuguesa - Século 16. 4.  
Historiografia da linguística. I. Vieira, Francisco  
Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-94(043)



ATA DE DEFESA DE TESE DE  
**MARIANA MARIS RAMOS LIMA**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco (31/10/2025), às catorze horas, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Tese intitulada “Historiografia do processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16”, apresentada pelo(a) doutorando(a) **Mariana Maris Ramos Lima**, graduado(a) em Letras pela **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, orientando(a) do(a) Prof.(a) Dr.(a) **Francisco Eduardo Vieira da Silva (PROLING-UFPB)**, que concluiu os créditos para obtenção do título de **Doutor(a) em Linguística**, área de concentração Linguística e Práticas Sociais, segundo encaminhamento do(a) Prof.(a) Dr.(a) **Jan Edson Rodrigues Leite**, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof.(a) Dr.(a) **Francisco Eduardo Vieira da Silva (PROLING-UFPB)** presidiu a Banca Examinadora, da qual fizeram parte os(as) Professores(as) Doutores(as) **Fernanda Rosário de Mello (Examinadora/UFPB)**, **Rubens Marques de Lucena (Examinador/PROLING-UFPB)**, **Maria Cristina Fernandes Salles Altman (Examinadora/USP)** e **Carlos Renato Rosário de Jesus (Examinador/UEA)**. Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente, **Francisco Eduardo Vieira da Silva**, convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) doutorando(a) para apresentar uma síntese de sua Tese, após o que foi arguido(a) pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o conceito **APROVADO**. Proclamados os resultados pelo(a) Sr.(a) Presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada juntamente com os membros da Banca Examinadora. **João Pessoa, 31 de outubro de 2025.**

Observações

A tese foi aprovada com distinção. A doutoranda preenche todos os requisitos necessários à obtenção do título que pleiteia. A Banca sugere a publicação do trabalho e indica a tese para participação em editais de premiação de trabalhos acadêmicos.

Prof(a). Dr(a). Francisco Eduardo Vieira da Silva  
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Fernanda Rosário de Mello  
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Rubens Marques de Lucena  
(Examinador)

Prof(a). Dr(a). Maria Cristina Fernandes Salles  
Altman  
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Carlos Renato Rosário de Jesus  
(Examinador)



## AGRADECIMENTOS

Comecei a pensar o projeto de doutorado em 2020, um tempo de estranhamentos e incertezas, no mau (e talvez pior) sentido dessas palavras. Hoje, quando finalizo a pesquisa, o isolamento distópico parece distante, e é por isso que linhas contínuas ou figuras de contornos muito bem definidos estão longe de compor uma fotografia do que vivi. O processo que gestou esta tese só pode ser representado por um emaranhado de formas desordenadas, mas carregadas de significado. Durante esse período, nunca estive só. Agradeço às muitas pessoas que, de diferentes maneiras, atravessaram a escrita deste trabalho e são parte da memória que os últimos cinco anos desenharam cá dentro.

Ao professor *Francisco Eduardo Vieira*, ou simplesmente *Edu*, o melhor orientador que eu poderia ter, por ter me reacendido o desejo de fazer pesquisa e o senso de pertencimento à academia. Me faltam palavras para descrever a minha admiração pelo seu trabalho. Agradeço por tudo o que aprendi sobre gramática, ensino de português, linguística e historiografia nas disciplinas ministradas, nos encontros do HGEL, nas orientações individualizadas, nas leituras de seus textos. Mais do que isso, agradeço pela relação de confiança e pela interlocução sensível que marcaram o percurso nada linear dos anos de doutorado.

À professora *Livia Suassuna*, pelas sementes que plantou em mim desde a graduação e que seguem fazendo brotar todos os dias a professora e a pesquisadora que sou. Meu olhar para a docência e para a educação básica sempre será atravessado por suas palavras.

A todos os membros do grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas”, em especial aos professores *Francisco Eduardo Vieira*, *Carlos Alberto Faraco* e *Leonardo Gueiros* e aos colegas de pós-graduação *Emily Medeiros*, *Lucielma Batista*, *Fábio Albert Mesquita*, *Anderson Rany* e *Reginaldo Ponciano*, por serem inspiração diária e pelas trocas valiosas durante nossos encontros. Saio de cada um deles com a cabeça cheia de inquietações e alimentada de um incessante desejo de aprender, de estudar, de ouvir, de dar fôlego à roda de nossas pesquisas.

À professora *Margarete Poll* e ao professor *Carlos Alberto Faraco*, pela leitura atenta do trabalho e pelas contribuições durante o exame de qualificação desta tese.

Às professoras *Cristina Altman* e *Fernanda Mello* e aos professores *Carlos Renato de Jesus* e *Rubens Marques de Lucena*, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa.

Às professoras *Betânia Medrado, Cristina Altman e Socorro Cláudia Tavares* e aos professores *Francisco Eduardo Vieira, Rubens Marques de Lucena, Antônio Carlos Xavier e José Ferrari Neto*, pelos momentos de aprendizado durante as disciplinas que tive a oportunidade de cursar.

À *CAPES*, pela concessão da bolsa de estudos durante os quarenta e oito meses do doutorado.

A *Juliana Pereira*, pelo apoio ao afastamento das minhas atividades profissionais, sem o qual a finalização deste trabalho não seria possível.

Às alunas e aos alunos da EMTI Divino Espírito Santo, do Colégio de Aplicação da UFPE e da Escola Arco-íris que deram vida às minhas aulas, por me ensinarem a ensinar, por alargarem o horizonte à minha frente e por fazerem da escola um espaço inesgotável de movimento.

À minha psicóloga, *Karoline Fonseca*, por me ensinar a apagar incêndios, mas também a recolher as cinzas e o verde que a elas se mistura.

A *Mariana Lins*, pela amizade de uma vida inteira, pelas trocas sobre as delícias e agruras do mundo acadêmico e pelas muitas risadas proporcionadas por uma voz (real e imaginária) que se scandalizava com uma tese infundável, a cada cinquenta novas páginas escritas, quando eu ainda pretendia chegar às gramáticas do século 19.

A *Marcela*, pela beleza que pode haver na amizade entre duas pessoas que sonham diferente, pelos respiros temperados de alvoroço que só ela consegue trazer.

A *Amanda*, por compartilhar moradia e afeto, por ter se tornado especialista em gramática e historiografia linguística durante a escrita do projeto que deu origem a esta tese.

A *Chico, Nathaly, Ricardo, André, Denize, Ana Flávia, Cláudia, Thays, Ray, Manu, Mayara, Erika, Juliana, Jéssica e Breno*, pela amizade dos gestos simples: da conversa nos bares e cafés de Recife, das indicações literárias, do convite para o cinema, do amor (re)descoberto pelo carnaval de Olinda, das trocas de fotos e mensagens, do afeto que um “como tá a vida?” pode carregar.

A *João Paulo, Ema, Lillian, Ana Maria, Raquel, Edermaura, Michele, Gustavo e Diego*, amigas e amigos que estão fisicamente distantes, mas não saem de perto. Me fortaleço nas nossas conversas cotidianas, nas mútuas celebrações de nossas conquistas, no acolhimento com que nos ouvimos nos momentos difíceis.

Às mulheres do grupo de leitura *Carolina de Jesus*, por fazerem da Várzea o melhor lugar para fincar raízes, por compartilharem suas histórias de vida e suas visões de mundo. Graças aos nossos encontros, minha rotina de estudos pôde se intercalar com momentos de

reflexão e diálogo sobre literatura e feminismo. Agradeço por entrançarem suas leituras nas minhas e por me permitirem entrançar as minhas nas de cada uma de vocês.

A *Camila* e a *Jorge Luiz* (ou melhor, a *Bisteca*), pelo refúgio político, artístico-literário e afetivo construído.

A *João Bosco*, amor e companheiro de todas as horas, por acreditar nos meus sonhos e aprender a cultivar os seus, por estranhar a vida e ser tocado pelos carnavais junto comigo, pelos mantras gilbertinos com que apazigua as ansiedades.

A *Amália* e a *Vicente*, pelos jogos de tabuleiro, pelas pizzas e panelas de brigadeiro, por criarem em mim a disposição de ler Harry Potter e assistir Naruto, pelas piadas que nem sempre consigo entender, pelos caminhos inesperados de suas perguntas, pela beleza de um cotidiano comum que se cruza com o meu.

À minha irmã, *Luisa*, e aos meus irmãos, *Juarez (em memória)* e *David* – ou *Pirralha*, *Petrus* e *Fizinho* –, pelo amor que une os diferentes caminhos que percorremos, pelas marcas que deixamos uns nos outros.

À minha madrastra, *Ceição*, por ter acompanhado momentos importantes da minha história e fazer parte de uma memória afetiva que o tempo é incapaz de apagar.

Ao meu pai, *Juarez*, por vibrar a cada conquista e acreditar num horizonte bonito à minha frente, por não medir esforços para alegrar os que estão ao seu redor (de preferência, ao redor de uma mesa farta), por sua maneira toda particular de expressar amor.

Ao meu padrasto, *Ewerton*, por celebrar cada passo adiante, pela busca incessante de fazer rir e de dar conforto.

À minha mãe, *Mônica*, por nunca deixar que falte chão aos meus pés, pelas palavras desanuviadoras, por cultivar a compreensão em meio às diferenças, pelo amor transbordante e intraduzível.



## RESUMO

Esta tese tem o objetivo geral de descrever e interpretar o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16. Focalizando o contexto lusófono, a pesquisa, como ponto de partida, questiona a representação da história da pontuação ocidental como “lenta conquista” da sintaxe sobre a prosódia, nos termos de Houaiss (1983). Três fontes primárias compõem o *corpus* do estudo: *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros (1496-1570); *Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574), de Pero de Magalhães de Gandavo (fl. 1574-1576); e *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608). Para fundamentar a construção de um quadro interpretativo ajustado aos propósitos do trabalho, foram delimitados os contornos epistemológicos da área disciplinar e de duas subáreas às quais esta tese se filia: a historiografia da linguística (cf. Altman, 2012; Koerner, 2014c, 2014d; Swiggers, 2004, 2019; Vieira, 2024), a historiografia da gramaticografia (cf. Gomez Asencio; Montoro del Arco; Swiggers, 2014; Mesquita; Vieira, 2025; Swiggers, 2012, 2020) e a historiografia da terminografia (cf. Swiggers, 2009b, 2010). Nesse âmbito disciplinar, são assumidos como princípios teóricos: a questão da metalinguagem (cf. Altman, 2020; Koerner, 2014f); a questão da influência (cf. Cavaliere, 2020; Koerner, 2014e); a noção de retórica (cf. Murray, 1994); a concepção de gramática tradicional como tradição de pesquisa (cf. Vieira, 2020b); as linhagens gramaticográficas (cf. Faraco; Vieira, 2021; Vieira; Faraco, 2025); o conceito de gramatização (cf. Auroux, 2014); e os modelos de análise gramaticográfica e de calibragem das línguas (cf. Swiggers, 2012, 2021). Atendendo aos objetivos específicos da investigação, cinco categorias analíticas orientaram as análises das fontes: filiação retórica; formulação conceitual; estrutura normativa; metalinguagem gramatical; e modelização didática. Os resultados da pesquisa atestam que as dimensões sintático-semântica e prosódica da vírgula coocorrem, sem que uma suplante a outra, ao longo de seu processo de normatização na gramaticografia quinhentista portuguesa. Durante o século 16, o referido sinal simultaneamente institui pausas de curta duração e evidencia as fronteiras de unidades de sentido incompleto no interior de uma estrutura frástica cujos parâmetros de segmentação e hierarquização interna remontam à retórica clássica. Enquanto o critério pausal pouco se modifica de Barros (1540) a Leão (1576), o delineamento sintático-semântico dos segmentos linguísticos sobre os quais incide o emprego da vírgula passa, ao final do período investigado, a ser operacionalizado de maneira a conformar o aparato categorial e conceitual da retórica clássica ao modelo de descrição gramatical que, centrado nos casos latinos, concebe a sintaxe como combinação das partes do discurso. Foi possível, portanto, constatar que o processo de normatização da vírgula no século que inaugura o seu desenvolvimento no contexto lusófono foi impulsionado por mudanças na forma como as unidades internas à estrutura frástica delimitadas por esse sinal gráfico são descritas. A tese aponta, desse modo, para a pertinência de se integrar a história da vírgula à história da sintaxe, sem negligenciar sua interface com a prosódia.

Palavras-chave: história da vírgula; sistema de pontuação; gramaticografia portuguesa; historiografia da linguística; século 16.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo general describir e interpretar el proceso de normativización de la coma en la gramaticografía portuguesa del siglo 16. Focalizando el contexto lusófono, la investigación, como punto de partida, cuestiona la representación de la historia de la puntuación occidental como “lenta conquista” de la sintaxis sobre la prosodia, en los términos de Houaiss (1983). Tres fuentes primarias componen el corpus del estudio: *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros (1496-1570); *Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574), de Pero de Magalhães de Gandavo (fl. 1574-1576); y *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608). Para fundamentar la construcción de un marco interpretativo ajustado a los propósitos del trabajo, se delimitaron los contornos epistemológicos del área disciplinaria y de dos subáreas a las cuales esta tesis se adscribe: la historiografía de la lingüística (cf. Altman, 2012; Koerner, 2014c, 2014d; Swiggers, 2004, 2019; Vieira, 2024), la historiografía de la gramaticografía (cf. Gómez Asencio; Montoro del Arco; Swiggers, 2014; Mesquita; Vieira, 2025; Swiggers, 2012, 2020) y la historiografía de la terminografía (cf. Swiggers, 2009b, 2010). En este ámbito disciplinar se asumen como principios teóricos: la cuestión de la metalengua (cf. Altman, 2020; Koerner, 2014f); la cuestión de la influencia (cf. Cavaliere, 2020; Koerner, 2014e); la noción de retórica (cf. Murray, 1994); la concepción de gramática tradicional como tradición de investigación (cf. Vieira, 2020b); las linajes gramaticográficas (cf. Faraco; Vieira, 2021; Vieira; Faraco, 2025); el concepto de gramatización (cf. Auroux, 2014); y los modelos de análisis gramaticográfico y de calibración de las lenguas (cf. Swiggers, 2012, 2021). Atendiendo a los objetivos específicos de la investigación, cinco categorías analíticas orientaron el análisis de las fuentes: filiación retórica; formulación conceptual; estructura normativa; metalenguaje gramatical; y modelización didáctica. Los resultados de la investigación evidencian que las dimensiones sintáctico-semántica y prosódica de la coma coocurren, sin que una suplante a la otra, a lo largo de su proceso de normativización en la gramaticografía portuguesa del siglo 16. Durante dicho siglo, este signo simultáneamente instituyó pausas de corta duración y evidenció los límites de unidades de sentido incompleto dentro de una estructura fraseológica cuyos parámetros de segmentación y jerarquización interna remontan a la retórica clásica. Mientras que el criterio de pausa se modifica muy poco de Barros (1540) a Leão (1576), el delineamiento sintáctico-semántico de los segmentos lingüísticos sobre los cuales recae el empleo de la coma pasa, al final del período investigado, a ser operacionalizado de modo que conforma el aparato categorial y conceptual de la retórica clásica al modelo de descripción gramatical que, centrado en los casos latinos, concibe la sintaxis como combinación de las partes del discurso. Fue posible, por lo tanto, constatar que el proceso de normalización de la coma en el siglo que marca el inicio de su desarrollo en el contexto lusófono fue impulsado por cambios en la forma en que se describen las unidades internas de la estructura frástica delimitadas por este signo gráfico. La tesis señala, de este modo, la pertinencia de integrar la historia de la coma a la historia de la sintaxis, sin descuidar su interfaz con la prosodia.

Palabras clave: historia de la coma; sistema de puntuación; gramaticografía portuguesa; historiografía de la lingüística; siglo 16.

## ABSTRACT

This thesis has the general objective of describing and interpreting the process of standardization of the comma in Portuguese grammatical writing of the 16th century. Focusing on the Lusophone context, the research, as a starting point, questions the representation of the history of Western punctuation as a “slow conquest” of syntax over prosody, in the terms of Houaiss (1983). Three primary sources compose the study’s corpus: *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), by João de Barros (1496-1570); *Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574), by Pero de Magalhães de Gandavo (fl. 1574-1576); and *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1576), by Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608). To support the construction of an interpretative framework suited to the aims of this work, the epistemological boundaries of the disciplinary field and two subfields to which this thesis is linked were delineated: the historiography of linguistics (cf. Altman, 2012; Koerner, 2014c, 2014d; Swiggers, 2004, 2019; Vieira, 2024), the historiography of grammaticography (cf. Gomez Asencio; Montoro del Arco; Swiggers, 2014; Mesquita; Vieira, 2025; Swiggers, 2012, 2020), and the historiography of terminography (cf. Swiggers, 2009b, 2010). Within this disciplinary framework, the following theoretical principles are assumed: the issue of metalanguage (cf. Altman, 2020; Koerner, 2014f); the issue of influence (cf. Cavaliere, 2020; Koerner, 2014e); the notion of rhetoric (cf. Murray, 1994); the conception of traditional grammar as a research tradition (cf. Vieira, 2020b); grammatical lineages (cf. Faraco; Vieira, 2021; Vieira; Faraco, 2025); the concept of grammatization (cf. Auroux, 2014); and the models of grammaticographic analysis and language calibration (cf. Swiggers, 2021). To meet the specific objectives of the investigation, five analytical categories guided the analysis of the sources: rhetorical affiliation; conceptual formulation; normative structure; grammatical metalanguage; and didactic modeling. The results of the research attest that the syntactic-semantic and prosodic dimensions of the comma co-occur, without one prevailing over the other, throughout its process of standardization in 16th-century Portuguese grammaticography. During the 16th century, this mark simultaneously establishes short-duration pauses and highlights the boundaries of incomplete meaning units within a phrastic structure whose segmentation and internal hierarchization parameters are rooted in classical rhetoric. While the pausal criterion changes little from Barros (1540) to Leão (1576), the syntactic-semantic delineation of the linguistic segments upon which the comma is employed begins, by the end of the investigated period, to be operationalized in such a way as to adapt the categorical and conceptual apparatus of classical rhetoric to a model of grammatical description that, centered on Latin cases, conceives of syntax as a combination of the parts of speech. It was therefore possible to verify that the process of standardization of the comma in the century that marks the beginning of its development in the Lusophone context was driven by changes in how the internal units of sentence structure delimited by this punctuation mark are described. The thesis thus points to the relevance of integrating the history of the comma with the history of syntax, without neglecting its interface with prosody.

Keywords: history of the comma; punctuation system; Portuguese grammaticography; historiography of linguistics; 16th century.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Relações entre entonação, oralidade e escrita .....	42
Figura 2	– Eixos da pontuação segundo Catach (1994) .....	47
Figura 3	– Organograma da HL .....	104
Figura 4	– Projeção da oração no modelo sintático de Barros (1540) .....	114
Figura 5	– Modelo kuhniano de progresso científico .....	133
Figura 6	– Organograma da historiografia da gramaticografia .....	147
Figura 7	– Eixos da GT .....	148
Figura 8	– Objeto da história das técnicas .....	162
Figura 9	– Dimensões da matéria técnica da HL segundo Swiggers (2021) .....	164
Figura 10	– Modelo de análise gramaticográfica .....	169
Figura 11	– Organograma da historiografia da terminografia .....	174
Figura 12	– Capa da <i>Cartinha</i> , de João de Barros (1539) .....	210
Figura 13	– Capa de <i>Orthographia da lingoa portvgvesa</i> , de Duarte Nunes de Leão (1576) .....	265
Figura 14	– Título da <i>Orthographia</i> Leão (1576) no interior da obra .....	269
Figura 15	– Estruturação sintática da oração gramatical em Leão (1576) .....	282
Figura 16	– Topicalização dos pontos da cláusula em Leão (1576) .....	298
Figura 17	– Exemplo de distinção por <i>virgula</i> de substantivos e verbos em Leão (1576) ..	303
Figura 18	– Exemplo de distinção por <i>virgula</i> de orações iniciadas por verbos na forma infinitiva em Leão (1576) .....	303
Figura 19	– Exemplo de distinção por <i>virgula</i> de orações iniciadas por verbos nas formas infinitiva e conjugada em Leão (1576) .....	304
Figura 20	– Exemplo (1) de distinção por <i>virgula</i> em cláusula com emprego simultâneo de <i>virgula</i> , <i>côma</i> e <i>colon</i> em Leão (1576) .....	304
Figura 21	– Exemplo (2) de distinção por <i>virgula</i> em cláusula com emprego simultâneo de <i>virgula</i> , <i>côma</i> e <i>colon</i> em Leão (1576) .....	305
Figura 22	– Exemplo de distinção por <i>virgula</i> em cláusula com emprego simultâneo de <i>virgula</i> e <i>periodo</i> .....	306
Figura 23	– Exemplo de distinção por <i>virgula</i> em cláusula com emprego simultâneo de <i>virgula</i> e <i>colon</i> .....	306
Figura 24	– Rede de metatermos relativos à normatização da <i>virgula</i> em Barros (1540) ...	316
Figura 25	– Rede de metatermos relativos à normatização da <i>virgula</i> em Gandavo (1574) .....	318
Figura 26	– Rede de metatermos relativos à normatização da <i>virgula</i> em Leão (1576) .....	319

Gráfico 1 – Proporção de partes da cláusula com e sem delimitação interna por <i>uirgula</i> no capítulo sobre pontuação de Barros (1540) .....	239
Gráfico 2 – Proporção de partes da cláusula sem delimitação interna por <i>uirgula</i> quanto à posição em relação à <i>côma</i> no capítulo sobre pontuação de Barros (1540) ..	240
Gráfico 3 – Proporção de cláusulas com <i>côma</i> delimitadas e não delimitadas por <i>uirgula</i> no capítulo sobre pontuação de Barros (1540) .....	240
Gráfico 4 – Distribuição de objetos de conhecimento abordados na ortografia de Gandavo (1574) por capítulos .....	252
Gráfico 5 – Distribuição de objetos de conhecimento abordados na ortografia de Gandavo (1574) por fólhos .....	252
Gráfico 6 – Proporção de referências greco-latinas na dedicatória-prólogo de Leão (1576) quanto ao perfil socioprofissional por indivíduo .....	275
Gráfico 7 – Proporção de referências greco-latinas na dedicatória-prólogo de Leão (1576) quanto ao perfil socioprofissional por citação .....	275
Quadro 1 – Definição e usos gerais da vírgula segundo Luft (2002, p. 9-10) .....	34
Quadro 2 – Estrutura da frase segundo Luft (2002) .....	35
Quadro 3 – Usos da vírgula em caso de deslocamento de segmento circunstancial segundo Luft (2002) .....	35
Quadro 4 – Exemplo de classificação das funções da vírgula por operações sintáticas segundo (Dahlet, 2002) .....	41
Quadro 5 – Hierarquia geral e força dos sinais de pontuação .....	50
Quadro 6 – Gradação de pausas na normatização da pontuação .....	63
Quadro 7 – Limites da frase ou sentença ortográfica .....	64
Quadro 8 – Pontuação e sentido completo na gramática latino-portuguesa quinhentista .....	65
Quadro 9 – Estado da arte: pesquisas sobre história da pontuação em fontes não gramaticográficas .....	73
Quadro 10 – Estado da arte: pesquisas sobre história da pontuação em fontes gramaticográficas .....	76
Quadro 11 – Estado da arte: pesquisas sobre história da vírgula em fontes não gramaticográficas .....	80
Quadro 12 – Estado da arte: pesquisas sobre história da vírgula em fontes gramaticográficas .....	86
Quadro 13 – Sistematização de usos prescritos da vírgula na gramaticografia portuguesa seiscentista segundo Nunes (2006) .....	112
Quadro 14 – Transposição da metalinguagem sobre a normatização da vírgula entre as fontes primárias e a descrição historiográfica de Nunes (2006) (1) .....	119

Quadro 15 – Transposição da metalinguagem sobre a normatização da vírgula entre as fontes primárias e a descrição historiográfica de Nunes (2006) (2).....	121
Quadro 16 – Diretrizes epistemológicas da GT.....	149
Quadro 17 – Componentes para exame interno de fontes gramaticais segundo Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014) x Dimensões da matéria técnica da HL segundo Swiggers (2021).....	166
Quadro 18 – Fontes primárias da pesquisa.....	186
Quadro 19 – Quadro-síntese com dados sobre a normatização da vírgula e de sinais correlacionados na gramaticografia portuguesa do século 16.....	187
Quadro 20 – Correlação entre categorias de análise e objetivos específicos da pesquisa.....	196
Quadro 21 – Itens do sumário publicado na <i>Cartinha</i> , de João de Barros (1539).....	211
Quadro 22 – Referências genéricas à tradição greco-latina no capítulo sobre pontuação de Barros (1540).....	216
Quadro 23 – Títulos dos capítulos ortográficos em Barros (1540).....	219
Quadro 24 – Unidades linguísticas delimitadas pela pontuação em Barros (1540).....	221
Quadro 25 – Ocorrências do metatermo “cláusula” fora do capítulo sobre pontuação em Barros (1540).....	224
Quadro 26 – Ocorrências do metatermo “cláusula” em Nebrija (c. 1744-1747 [1492]).....	225
Quadro 27 – Operações da <i>technè rhetorikè</i> .....	227
Quadro 28 – Estrutura do período retórico.....	233
Quadro 29 – Frases delimitadas apenas por <i>cólo</i> no capítulo sobre pontuação de Barros (1540).....	236
Quadro 30 – Frases delimitadas apenas por <i>uirgula</i> e <i>cólo</i> no capítulo sobre pontuação de Barros (1540).....	237
Quadro 31 – Frases delimitadas por <i>côma</i> e <i>cólo</i> , com ou sem a presença de <i>uirgula</i> , no capítulo sobre pontuação de Barros (1540).....	238
Quadro 32 – Exemplário da normatização da <i>uirgula</i> em Barros (1540).....	241
Quadro 33 – Títulos dos capítulos ortográficos de Gandavo (1574).....	251
Quadro 34 – Ocorrências de “distinções” e “distinguir” em Barros (1540) e Gandavo (1574).....	257
Quadro 35 – Ocorrências dos metatermos “sentença”, “cláusula” e “prática” em Gandavo (1574).....	262
Quadro 36 – Títulos dos capítulos de Leão (1576).....	266
Quadro 37 – Rede de referências à cultura greco-latina na dedicatória-prólogo de Leão (1576).....	272
Quadro 38 – Rede de referências posteriores à Antiguidade clássica em Leão (1576).....	278
Quadro 39 – Ocorrências do metatermo “oração” em Leão (1576).....	281

Quadro 40 – Legenda para leitura da rede taxonômica relativa à estruturação sintática da oração gramatical em Leão (1576).....	283
Quadro 41 – Regras e exemplos de uso da <i>virgula</i> em Leão (1576).....	284
Quadro 42 – Definições de casos latinos em Barros (1540).....	286
Quadro 43 – Ocorrências do metatermo “sentença” em Leão (1576).....	290
Quadro 44 – Ocorrências do metatermo “cláusula” em Leão (1576).....	292
Quadro 45 – Ocorrências dos metatermos “membro” e “período” em Leão (1576).....	296
Quadro 46 – Tríade pontuacional de Leão (1576).....	299
Quadro 47 – Exemplário relativo à tríade pontuacional de Leão (1576).....	302
Quadro 48 – Legenda para leitura de redes de metatermos relativos à normatização da vírgula.....	316

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC	Antes da Era Comum
c.	<i>circa</i>
CNRS	<i>Centre National de la Recherche Scientifique</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EC	Era Comum
fl.	<i>floruit</i>
GBCP	Gramáticas brasileiras contemporâneas do português
GT	Gramática tradicional
HESO	<i>Histoire et structure des orthographes et systèmes d'écriture</i>
HGEL	Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas
HL	Historiografia da linguística
HIL	História das ideias linguísticas
MEP	<i>mise en page</i>
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
RAE	<i>Real Academia Española</i>
PROLING	Programa de Pós-Graduação em Linguística
PTG	Paradigma tradicional de gramatização
TSD	Tradição sociodiscursiva
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
vs.	<i>versus</i>



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1	DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA .....	18
1.1.1	<b>Relações fala/escrita (ou prosódia/sintaxe) no uso da vírgula: o contexto escolar e a tradição gramatical .....</b>	<b>18</b>
1.1.2	<b>A pontuação sob o olhar da pesquisa linguística contemporânea: problematizando a tradição gramatical .....</b>	<b>24</b>
1.1.2.1	<i>A fala e a escrita, a pausa e a vírgula: o que dizem os linguistas contemporâneos? ..</i>	<i>25</i>
1.1.2.2	<i>A vírgula no polo da escrita: a vertente de oposição à perspectiva oralizante .....</i>	<i>33</i>
1.1.2.3	<i>A vírgula na confluência entre fala e escrita: a vertente intermediária .....</i>	<i>43</i>
1.1.3	<b>A dimensão histórica do problema: (des)continuidades na lenta conquista da sintaxe sobre a prosódia no sistema de pontuação ocidental .....</b>	<b>53</b>
1.2	PERGUNTAS DE PESQUISA .....	68
1.3	OBJETIVOS DE PESQUISA .....	69
1.4	JUSTIFICATIVA .....	70
1.4.1	<b>Pesquisas sobre a história da pontuação em fontes não gramaticográficas .....</b>	<b>72</b>
1.4.2	<b>Pesquisas sobre a história da pontuação em fontes gramaticográficas .....</b>	<b>76</b>
1.4.3	<b>Pesquisas sobre a história da vírgula em fontes não gramaticográficas .....</b>	<b>79</b>
1.4.4	<b>Pesquisas sobre a história da vírgula em fontes gramaticográficas .....</b>	<b>86</b>
1.4.5	<b>Síntese do estado da arte: pontos de partida e lacunas na pesquisa historiográfica .....</b>	<b>87</b>
1.5	PERCURSO DA TESE .....	88
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA PARA O ESTUDO DA VÍRGULA NA GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA .....</b>	<b>90</b>
2.1	HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA: OBJETO, OBJETIVOS E CAMPO DE ATUAÇÃO .....	90
2.2	RELAÇÕES ENTRE CONTEÚDO E CONTEXTO NA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA .....	96
2.3	TAREFAS DO HISTORIÓGRAFO E FONTES HISTORIOGRÁFICAS .....	101
2.4	A QUESTÃO DA METALINGUAGEM NA HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA .....	107
2.5	A QUESTÃO DA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA ..	125
2.6	RETÓRICA E (DES)CONTINUIDADES NA HISTÓRIA DA GRAMATICOGRAFIA .....	129

2.7	HISTORIOGRAFIA DA GRAMATICOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E MODELOS DE ANÁLISE .....	145
2.7.1	<b>Gramática tradicional: eixos, diretrizes e linhagens gramaticográficas .....</b>	147
2.7.2	<b>Gramatização e calibragem das línguas .....</b>	156
2.7.3	<b>Modelização na gramaticografia e implicações para a análise terminográfica ..</b>	168
3	<b>DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	179
3.1	FASES DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA .....	179
3.2	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS E PARA O TRATAMENTO DOS DADOS .....	184
3.3	CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	195
4	<b>A NORMATIZAÇÃO DA VÍRGULA NA GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA DO SÉCULO 16 .....</b>	200
4.1	PANORAMA HISTÓRICO SOBRE AS ORIGENS DA GRAMATICOGRAFIA E DA NORMATIZAÇÃO DA VÍRGULA NO CONTEXTO LUSITANO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	201
4.2	A VÍRGULA EM JOÃO DE BARROS (1540) .....	209
4.3	A VÍRGULA EM PÉRO DE MAGALHÃES DE GANDAVO (1574) .....	246
4.4	A VÍRGULA EM DUARTE NUNES DE LEÃO (1576) .....	264
5	<b>SÍNTESE ANALÍTICA E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	309
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	328

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O objeto de investigação desta tese, situada na historiografia da linguística (HL), é o processo histórico de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16. Nesta subseção, reconstituo o percurso analítico que deu a esse objeto os contornos que ele assumirá ao longo da pesquisa que aqui se inicia.

#### **1.1.1 Relações fala/escrita (ou prosódia/sintaxe) no uso da vírgula: o contexto escolar e a tradição gramatical**

Parto do conflito conceitual básico com o qual lidam professores, estudantes e leitores de gramáticas tradicionais ao consultarem informações sobre a pontuação e, mais especificamente, a vírgula: a natureza das relações entre fala e escrita que condicionam sua descrição e prescrição. Foram, a princípio, experiências como professora da educação básica que me despertaram o olhar para os problemas teóricos e práticos decorrentes desse conflito. A influência do ritmo entonacional da oralidade nos modos não convencionais de pontuar dos estudantes, sobretudo no que diz respeito ao emprego da vírgula e do ponto final, sempre foi um dado que saltava à vista, apontando para uma concepção de escrita como espelho da fala, e que eu buscava modificar a partir de intervenções didáticas cujo intuito era desenvolver a consciência sintática dos estudantes no nível do período, ora isolado de contexto imediato, ora situado numa tessitura textual.

Pesquisas linguísticas no campo do ensino confirmam a feição da problemática com a qual me deparava no cotidiano escolar (cf. Corrêa, 1994; Leal; Lisboa, 2002; Araújo-Chiuchi, 2012; Soares, 2017; Soncin; Rodrigues, 2018) e permitem extrapolar o contexto particular que ora compartilho, conferindo ao escopo de atuação desse conflito um contorno mais generalista, propício à reflexão científica. Dentre elas, destaco o estudo de Corrêa (1994), em especial dois achados que interessam à presente discussão: a natureza dos principais erros de pontuação encontrados em redações de vestibular e suas possíveis causas.

O pesquisador analisou um total de 174 redações do vestibular da Universidade Estadual de Campinas em busca de erros e acertos no uso da pontuação para, em seguida, discutir o processo de aquisição desse aspecto da escrita e propor alternativas didáticas para os problemas detectados. Os resultados apontaram que, dos vinte e um problemas mais

frequentes de pontuação, dezoito envolviam o emprego da vírgula, fosse em casos de omissão ou de uso inoportuno, sendo ela, ainda, tomada como referência nos casos de confusão entre diferentes sinais de pontuação.

Os erros mais comuns encontrados na pesquisa foram agrupados sob a rubrica de “pontuação correlativa” e correspondem aos casos de delimitação de constituintes sintáticos intercalados ou deslocados da ordem canônica da oração. Ao analisá-los, Corrêa (1994) imputa à origem das dificuldades dos vestibulandos dois equívocos complementares, ambos pertinentes às relações entre fala e escrita suscitadas pelo ato de pontuar. Nos termos do autor, a escola disseminaria o “engano dos mestres” ao “atribuir à língua falada a segmentabilidade própria da escrita”, desencadeando nos estudantes o “engano dos aprendizes”, que, por sua vez, “consiste ora em atribuir à escrita todos os traços da língua falada, ora em não convertê-los à escrita” (Corrêa, 1994, p. 58). Nessa perspectiva, apesar dos distintos pontos de partida, a identificação termo a termo do oral com o escrito estaria na base dos dois enganos: o docente tomando a escrita como modelo da fala; o estudante, preso aos contornos da emissão sonora, buscando decalcar graficamente os padrões rítmico-entonacionais da fala na escrita.

Outro dado relevante da pesquisa indicativo de fragilidade no redimensionamento para a escrita da organização característica da oralidade são os casos de enumerações delimitadas por vírgulas. Corrêa (1994) chama atenção para dois aspectos que podem ser explicados pelo engano dos aprendizes: a recorrência do recurso à enumeração no *corpus* e a alta incidência de usos convencionais da vírgula nesses casos, inclusive em redações com problemas graves de escrita. Ele argumenta que a eficácia desse mecanismo na oralidade, mais do que pela simples disposição linear de segmentos de fala, ocorre em função de traços prosódicos e/ou gestuais que, ao acompanharem a passagem de uma a outra parte constitutiva da enumeração, demarcam nuances de sentido. A pontuação enumerativa por si só, contudo, não traduz esse conjunto diversificado de traços peculiares ao texto falado. Por isso, Corrêa (1994) não apenas julga inapropriados os frequentes recursos à enumeração, a despeito do convencional emprego das vírgulas, mas também os interpreta como transposição direta da segmentabilidade própria da fala para a escrita:

A economia sintática buscada em estruturas enumerativas [...] pode, portanto, emperrar quando a enumeração é empregada no texto escrito. Como parte de unidades textuais maiores e sem os recursos do discurso oral, o emprego da enumeração deve ter em vista não a relação de interdependência que os conteúdos temáticos parecem manter entre si no interior do período, mas, sim, relações textuais mais amplas, em que cada estrutura enumerada funcione como elemento de coesão e de coerência textual. [...] Nenhuma enumeração fará sentido no texto escrito se os termos que a compõem não estiverem, de algum modo, ligados a uma solicitação

prévia do texto ou se não forem, de alguma forma, retomados em seguida (Corrêa, 1994, p. 62).

Ainda nessa pesquisa, Corrêa (1994) se questiona-se sobre o papel da tradição gramatical na disseminação do “engano dos aprendizes”. Opondo-se à concepção tradicional de pontuação como segmentação, o autor defende que o isolamento gráfico-visual decorrente do emprego de sinais de pontuação institui um vínculo semântico entre a parte destacada e a dimensão global do texto. Sem entrar no domínio da textualidade, mas, como anteriormente relatado, interessada em entender fatores que poderiam influenciar os modos de pontuar guiados por uma relação de espelhamento entre fala e escrita, desenvolvi uma pesquisa, alguns anos atrás, sobre o tratamento teórico-normativo da pontuação em duas obras representativas da tradição gramatical (cf. Maris, 2019): a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima (1915-1991), em sua 45ª edição, publicada em 2009; e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Ferreira da Cunha (1917-1989) e Luís Felipe Lindley Cintra (1925-1991), em sua 6ª edição, publicada em 2013. Naquela ocasião, pude então confirmar a centralidade do conflito conceitual a que venho me referindo desde a abertura desta subseção.

Nos dois compêndios analisados, prosódia e sintaxe despontaram como principais critérios balizadores das definições, das funções e das regras de uso associadas a esse fenômeno gramatical. As relações entre as duas dimensões, no entanto, são apresentadas com certa imprecisão ao leitor, seja porque, para compreendê-las, ele não raro precisa confrontar conceituações prosódicas e regras de uso sintáticas, seja porque os momentos de teorização explícita da questão atestam sua complexidade. Tais cenários de indefinição podem ser identificados nos gestos de teorização e normatização dos gramáticos acerca da vírgula, os quais, à guisa de síntese e exemplificação, passo a analisar nos parágrafos subsequentes, com algumas atualizações em relação ao trabalho original.

Rocha Lima (2006) não apresenta qualquer definição, num plano geral, para a pontuação ou, num plano específico, para cada um dos sinais gráficos descritos. Em vez disso, a abertura do capítulo de pontuação, situado entre aqueles que a obra destina ao estudo da sintaxe, conta com uma classificação para as “pausas rítmicas”, que seriam “assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais” (Rocha Lima, 2006, p. 458). Nessa classificação introdutória, a vírgula aparece (junto ao travessão, aos parênteses, ao ponto e vírgula e aos dois-pontos) associada à “pausa que não quebra a continuidade do

discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída” (Rocha Lima, 2006, p. 458)<sup>1</sup>. A particularização de cada um desses sinais se dá pela prescrição de regras de uso, sem conceituação prévia. No caso da vírgula, o autor elenca dezessete regras, quase todas de cunho sintático:

Usa-se a vírgula: 1) Para separar os termos da mesma função, assindéticos. 2) Para isolar o vocativo. 3) Para isolar o aposto. 4) Para assinalar a inversão dos adjuntos adverbiais. 5) Para marcar a supressão do verbo. 6) Nas datas. 7) Nas construções em que o complemento do verbo, por vir anteposto a este, é repetido depois dele por um pronome enfático. 8) Para isolar certas palavras e expressões explicativas, corretivas, continuativas, conclusivas. 9) Para isolar orações ou termos intercalados. 10) Para separar as orações coordenadas assindéticas. 11) Para separar as orações coordenadas ligadas pela conjunção *e*, quando os sujeitos forem diferentes. 12) Para separar as orações coordenadas ligadas pelas conjunções *mas*, *senão*, *nem*, *que*, *pois*, *porque*, ou pelas alternativas: *ou... ou*; *ora... ora*; *quer... quer*, etc. 13) Para isolar as conjunções adversativas *porém*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*, *contudo*; e as conjunções conclusivas: *logo*, *pois*, *portanto*. 14) Para separar as orações consecutivas. 15) Para separar as orações subordinadas adverbiais (iniciadas pelas conjunções subordinativas não-integrantes), quer antepostas, quer pospostas à principal. 16) Para separar os adjetivos e as orações adjetivas de sentido explicativo, ou, como lhes chama o professor José Oiticica, orações adjetivas e adjetivos *parentéticos*. 17) Para separar as orações reduzidas de gerúndio, particípio e infinitivo (Rocha Lima, 2006, p. 459-463).<sup>2</sup>

Abandonadas as observações de cunho prosódico ao longo da prescrição de regras, competiria ao consulente da gramática a tarefa de associar esse conjunto de regras sintáticas ao tipo de “pausa rítmica” a partir da qual Rocha Lima (2006) categoriza a vírgula. Se há pausas tanto para indicar quebra quanto continuidade do discurso, duas possíveis repercussões para o arranjo classificatório inicial podem ser aventadas: ou o critério prosódico adotado não demarca a distinção funcional dos sinais de pontuação, ou as espécies de pausas rítmicas carecem de propriedades (para além das “entoações específicas”) que as diferenciem umas das outras. Assumidas qualquer das duas hipóteses, o público-leitor é colocado diante de uma definição aberta de pausa rítmica e resta-lhe compreender o funcionamento de cada sinal gráfico por meio de suas regras particulares, no caso da vírgula fundamentalmente assentadas em critérios sintáticos.

A gramática de Cunha e Cintra (2013) também propõe uma categorização prosódica para os sinais de pontuação e uma normatização predominantemente sintática para o emprego da vírgula, com regras não muito diferentes das acima reproduzidas, organizadas em dois

<sup>1</sup> A associação dos outros sinais está distribuída entre mais duas subclasses de pausas rítmicas: a “pausa que indica o término do discurso ou de parte dele” e a “pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo” (Rocha Lima, 2006, p. 458). O ponto simples, o ponto parágrafo e o ponto final ligam-se ao primeiro tipo de pausa; o ponto de interrogação, o ponto de exclamação e as reticências, ao segundo.

<sup>2</sup> Para uma leitura mais fluida, listo as regras sem sinalizar as supressões de texto entre elas, mas todas, exceto a oitava, aparecem vinculadas a exemplos de uso, majoritariamente extraídos da literatura canônica luso-brasileira.

grandes blocos: um para os contextos intraoracionais e outro para os contextos interoracionais. Quanto à confluência entre fala e escrita (ou entre prosódia e sintaxe), os autores a tematizam de forma um pouco menos imprecisa, apesar de relegarem o tratamento da questão ao campo da ressalva ou das observações secundárias se considerada a arquitetura global do capítulo.

Nessa obra, a pontuação figura entre os capítulos finais, isolada dos capítulos ortográficos, fonético-fonológicos, morfológicos e (morfo)sintáticos. O subtítulo da primeira seção – “Sinais pausais e sinais melódicos” (Cunha; Cintra, 2013, p. 657) – já aponta para uma abordagem centrada no polo da oralidade, mas, embora isso efetivamente se confirme no parágrafo de abertura do texto, os autores admitem que a reconstrução escrita dos contornos entonacionais da fala é apenas parcial: “A língua escrita não dispõe de inúmeros recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstituir *aproximadamente* o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação” (Cunha; Cintra, 2013, p. 657, grifo próprio). Além disso, o esquema classificatório inicialmente apresentado não tarda em ser relativizado numa breve observação, situada logo após o elenco dos sinais pertencentes a cada subgrupo<sup>3</sup>: “Esta distinção, didaticamente cômoda, não é, porém, rigorosa. Em geral, os sinais de pontuação indicam, ao mesmo tempo, a pausa e a melodia” (Cunha; Cintra, 2013, p. 657). Na esteira desse raciocínio, os autores nomeiam as seções destinadas a conceituar cada sinal e a prescrever seus usos como “Sinais que marcam sobretudo pausa” (Cunha; Cintra, 2013, p. 658) e “Sinais que marcam sobretudo a melodia” (Cunha; Cintra, 2013, p. 669). Ao final da primeira, destinam, inclusive, espaço para sintetizar o “valor melódico dos sinais pausais” (Cunha; Cintra, 2013, p. 668).

Se em Rocha Lima (2006) as pausas rítmicas peculiares a cada subclasse de sinais são conceituadas por critérios sintáticos (quebrar ou não o discurso ou parte dele) ou pragmáticos (frisar intenções ou estados emotivos), em Cunha e Cintra (2013) dois termos prosódicos (“pausa” e “melodia”) são utilizados para categorizar os sinais de pontuação. Entretanto, apesar de pronunciarem significados distintos – e, portanto, propriedades prosódicas igualmente distintas –, eles são destituídos de qualquer conceituação. A fragilidade conceitual do critério prosódico é, ademais, ratificada pela própria ressalva dos autores ao reconhecerem-no pouco distintivo. Mais uma vez, o consulente fica exclusivamente à mercê da descrição particular de cada sinal para apreender sua natureza e seu funcionamento.

---

<sup>3</sup> São classificados como sinais pausais a vírgula, o ponto e o ponto e vírgula. Já os sinais melódicos são os dois-pontos, o ponto de interrogação, o ponto de exclamação, as reticências, as aspas, os parênteses, os colchetes e o travessão (Cunha; Cintra, 2013).

É na abordagem da vírgula, situada entre os sinais pausais, que a *Nova gramática do português contemporâneo* volta, duas outras vezes, a relacionar a estruturação sintática da escrita e a representação de traços da oralidade atribuídas à pontuação: em primeiro lugar, quando associa a esse sinal gráfico as funções de marcar uma pausa de pequena duração e a de “separar elementos de uma mesma oração, mas também orações de um só período” (Cunha; Cintra, 2013, p. 658); em segundo lugar, quando a primeira das funções volta a ser mencionada, numa síntese imediatamente posterior à detalhada normatização sintática que caracteriza o conjunto de regras de uso da vírgula desse compêndio:

Finalizando as nossas observações, devemos acentuar o seguinte: a) toda oração ou todo termo de oração de valor meramente explicativo pronunciam-se entre pausas; por isso, são isolados por vírgulas, na escrita; b) os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados por vírgula. Esta é a razão por que não é admissível o uso da vírgula entre uma oração subordinada substantiva e a sua principal; c) há uns poucos casos em que o emprego da vírgula não corresponde a uma pausa real na fala; é o que se observa, por exemplo, em respostas rápidas do tipo: *Sim, senhor. Não, senhor.* (Cunha; Cintra, 2013, p. 664).

Aqui, a correlação explícita estabelecida entre as duas funções da vírgula (pausa na pronúncia e delimitação sintática) perde o tom modalizado da abertura do capítulo. Para Cunha e Cintra (2013), os lugares sintáticos em que a vírgula é prescrita são sempre marcados por pausa. Do mesmo modo, os lugares sintáticos em que a vírgula é proscrita nunca são marcados por pausa. O que foge a esse funcionamento é exceção. No caso da vírgula, portanto, a reconstituição do “movimento vivo da elocução oral” (Cunha; Cintra, 2013, p. 657) operada, segundo os autores, pelos sinais de pontuação só é “aproximada” na medida dos poucos casos em que vírgula e pausa não correspondem – as exceções. Nessa perspectiva, parece-me lícito dizer que, à semelhança da normatização de Rocha Lima (2006), a concepção de Cunha e Cintra (2013) acerca das relações entre fala e escrita representadas pela vírgula é de espelhamento ou de identidade total, havendo, ainda, em ambos os casos, lacunas na conceituação prosódica do referido sinal gráfico.

As análises realizadas em Maris (2019) e ora revisitadas demonstram, portanto, que as raízes do “engano dos mestres” e do “engano dos aprendizes” vão além de meros equívocos individuais por parte de professores, estudantes e consulentes de manuais gramaticais. Na verdade, os enganos teorizados por Corrêa (1994), entraves ao uso convencional da vírgula nas práticas de escrita, refletem concepções sobre as relações entre fala e escrita (ou entre prosódia e sintaxe) subjacentes à normatização contemporânea da pontuação.



Diante do percurso analítico trilhado nas obras de Rocha Lima (2006) e de Cunha e Cintra (2013), representativas da tradição gramatical e ainda hoje circulantes no mercado editorial, alguns problemas teóricos relativos à normatização da vírgula surgem como desdobramentos do conflito básico delineado no início desta subseção:

- i) Em que medida o emprego da vírgula representa características prosódicas da fala e/ou delimita constituintes sintáticos no interior da oração?
- ii) Essas funções são excludentes (alguns usos são prosódicos, outros são sintáticos), complementares (a vírgula desempenha simultânea e simetricamente ambas as funções) ou se relacionam parcialmente?
- iii) Neste último caso, se a escrita não espelha simetricamente a fala e, logo, os constituintes sintáticos não necessariamente coincidem com as pausas próprias à entonação, de que natureza são as relações entre fala/escrita ou entre prosódia/sintaxe demarcadas pela pontuação?

Na próxima subseção, amplio essa problematização a partir de conceitos, dados e reflexões oriundos de algumas pesquisas linguísticas sobre pontuação.

### **1.1.2 A pontuação sob o olhar da pesquisa linguística contemporânea: problematizando a tradição gramatical**

Na subseção anterior, procurei evidenciar que, ao descrever a vírgula, a tradição gramatical mais recente aborda como operações simétricas a indicação de pausas e a delimitação sintática, pautando-se numa concepção de escrita como espelho da fala. A linguística contemporânea, contudo, já dispõe de constatações empíricas que refutam o isomorfismo tanto entre fala e escrita quanto entre vírgula e pausa, o que explica o último questionamento decorrente das análises em Maris (2019) partir desse *a priori* teórico. Nesta subseção, portanto, sintetizo alguns estudos que vão nessa direção (cf. Marcuschi; Dionísio, 2007; Marcuschi, 2007; Scliar-Cabral; Rodrigues, 1994; Cunha; Porto, 2020) e exemplifico os dois posicionamentos da linguística contemporânea acerca da conceituação da pontuação quanto a suas relações com a prosódia e a sintaxe, abordando, sempre que possível, o papel da vírgula. Eles se manifestam na forma de duas vertentes: a primeira, que denomino *vertente de oposição à perspectiva oralizante*, procura ao máximo situar a pontuação no polo da escrita (cf. Luft, 2002; Dahlet, 2002, 2006), ao passo que a segunda, que denomino *vertente*

*intermediária*, reconhece dimensões prosódicas e sintáticas na pontuação, mas sem correspondência absoluta entre os dois domínios (cf. Chacon, 1996; Catach, 1994).

#### *1.1.2.1 A fala e a escrita, a pausa e a vírgula: o que dizem os linguistas contemporâneos?*

Compreender o funcionamento da fala e da escrita e estabelecer relações entre as duas modalidades a partir de uma perspectiva, aos olhos de hoje, cientificamente fundamentada demandaria analisar suas manifestações em práticas sociais de linguagem sob múltiplas dimensões (linguística, discursiva, cognitiva, social, histórica). Não apenas porque não há consenso na linguística sobre o caminho para fazê-lo (cf. Marcuschi; Dionísio, 2007; Marcuschi, 2007), mas, principalmente, na intenção de circunscrever essa discussão ao universo da problemática que busco construir nesta introdução, limito-me, antes de tratar das relações entre pausa e vírgula, a algumas considerações teóricas preliminares para refutar a concepção de escrita como espelho da fala e especular as razões de sua forte presença na tradição gramatical, ao menos no tratamento da pontuação.

Nesse âmbito, tomo as ideias de Marcuschi (2007) como referência dado o seu reconhecimento e a sua disseminação pela linguística contemporânea. Na ótica desse linguista, a fala e a escrita são modos de produção textual-discursiva para fins comunicativos que, em sua condição de código, são representados de formas distintas. A fala, contando apenas com o aparato fisiológico humano, é realizada a partir de sons sistematicamente articulados e significativos, somados a mecanismos prosódicos e recursos expressivos ligados a movimentos corporais, como a gestualidade e a mímica. A escrita, por seu turno, dependente de uma tecnologia material, realiza-se por meio de uma constituição gráfica, passível de manifestação pela escrita alfabética ou ideográfica, podendo contar, ainda, com unidades iconográficas e outros elementos visuais. Apesar da precedência da fala na história da humanidade, a escrita não lhe é simples derivação. Sua forma de representação da fala, segundo Marcuschi e Dionísio (2007), é abstrata, e não fonética ou fonêmica. É por isso que ela não consegue reproduzir traços da oralidade (sotaque, tom de voz, velocidade, pausas, etc.) nem recursos de expressão corporal complementares à fala. Esses aspectos (ou alguns deles) seriam apenas parcialmente representados por dispositivos gráficos integrados à escrita como tamanhos e tipos de letra, cores, formatos, elementos pictóricos e o próprio sistema de pontuação.

O meio de realização (sonoro ou gráfico), conforme ressaltado em Marcuschi e Dionísio (2007), é a única distinção efetivamente dicotômica entre fala e escrita, o que não

exclui as inúmeras possibilidades de cruzamentos que tornam permeáveis as linhas divisórias entre as duas modalidades de uso da língua e viabilizam produções textuais-discursivas mistas (multimodais, inclusive). Note-se que a única dicotomia é justamente aquela que diz respeito ao plano do código linguístico, enquanto que Marcuschi (2007) julga inoperante tomá-lo como parâmetro exclusivo no tratamento das relações entre fala e escrita, uma vez que as duas modalidades se relacionam e se influenciam mutuamente de forma diversificada na história, no espaço e nas línguas. Nessa perspectiva, ao situar sua análise no campo das práticas sociais concretas em que fala e escrita se materializam, o linguista não encontra entre as duas modalidades relações óbvias ou lineares, e sim um constante dinamismo que só permite diferenciações de natureza gradual ou escalar. Por isso, traços compartilhados e distintivos entre fala e escrita, em seus trabalhos, integram um contínuo tipológico perpassado pelos gêneros textuais.

*O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade, etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos (Marcuschi, 2007, p. 42).*

Nesses contínuos, são identificáveis traços formais preferenciais de uma ou outra modalidade, mas não exclusivos, pois eles correspondem a estratégias de seleção de possibilidades no interior de um mesmo sistema linguístico (cf. Marcuschi; Dionísio, 2007; Marcuschi, 2007). Aliás, segundo Marcuschi e Dionísio (2007), há menos diferenças formais do que diferenças relativas à organização discursiva da fala e da escrita, embora estas últimas sejam menos evidentes. Outras comparações apontadas pelos autores dizem respeito a aspectos da formulação textual, à natureza das variações linguísticas, à atividade metaenunciativa, ao uso das condições situacionais na produção textual e à concomitância ou defasagem no tempo de produção e recepção dos textos. O detalhamento desses aspectos não cabe nos limites deste trabalho, mas elencá-los nos permite perceber a repercussão de identificar propriedades da fala e da escrita a partir de uma escolha teórico-metodológica que situa esses objetos no plano dos usos, sem restringi-los ao plano do sistema.

O estudo das relações entre fala e escrita pela linguística moderna, conforme indicado por Marcuschi e Dionísio (2007), é bastante recente, tendo sido tratado de forma sistemática e ganhado corpo há aproximadamente quatro décadas. Dois fatores apresentados pelos autores como determinantes para o desinteresse pregresso dos linguistas nessa questão podem ajudar

a compreender o viés ainda hoje vigente nas gramáticas tradicionais. Eles destacam, em primeiro lugar, que a preferência pelos fenômenos do sistema da língua em detrimento de suas manifestações empíricas desfavorecia o estudo da fala. Também apontam uma separação rígida no cenário da pesquisa linguística anterior aos anos 1980 entre quem estudava o texto oral e quem estudava o texto escrito. Além desse quadro obstaculizar o diálogo entre os dois domínios, os estudos centrados na fala, de acordo com Marcuschi e Dionísio (2007), não raro fundavam-se nas normas codificadas pelas gramáticas, analisando, desse modo, a fala pelas lentes da escrita (padrão), ou seja, uma fala idealizada. Na avaliação de Marcuschi (2007), isso é fruto de uma falsa intuição em torno de cada uma das modalidades:

Quando se olha para a escrita tem-se a impressão de que se está contemplando algo *naturalmente* claro e definido. Tudo se passa como se ao nos referirmos à escrita estivéssemos apontando para um fenômeno se não homogêneo, pelo menos bastante estável e com pouca variação. O contrário ocorre com a consciência espontânea que se desenvolveu a respeito da fala. Esta se apresenta como variada e, curiosamente, não nos vem à mente em primeira mão a fala padrão. É o caso de dizer que fala e escrita são intuitivamente construídas como *tipos ideais* concebidos com princípios opostos (Marcuschi, 2007, p. 37).

A análise da fala sob a ótica da escrita, para Marcuschi (2007), é consequência da visão imanentista da língua, estudada como sistema de regras estritamente formais. Esse quadro teórico-metodológico também teria produzido as dicotomias por meio das quais fala e escrita foram compreendidas durante muito tempo. A fala seria dependente do contexto, implícita, concreta, redundante, não planejada, imprecisa e fragmentária (cf. Marcuschi, 2007), atributos inconciliáveis com os contornos teóricos necessários à constituição dos objetos de investigação formalista. A análise da imanência linguística, ao identificar padrões amparados exclusivamente nas propriedades do sistema da língua e atribuir aos signos linguísticos valores supostamente intrínsecos, tende, segundo Marcuschi e Dionísio (2007), a um normativismo cujos parâmetros de descrição são inevitavelmente os da escrita. Assim, recursos típicos da fala como hesitações, correções ou marcadores conversacionais, assumidos como não suscetíveis de análise, costumam ser tacitamente ignorados.

Na mesma linha de raciocínio, entendo que a constituição epistemológica da gramática tradicional (GT), também afeita à análise imanente da língua, acomoda a visão dicotômica que organiza o suposto caos gramatical da fala à imagem e semelhança da escrita idealizada. Duas das cinco diretrizes da GT teorizadas por Vieira (2020b) são particularmente elucidativas para demonstrar esse ponto de vista: no eixo da norma-padrão, a GT “busca construir e ensinar um padrão idealizado a partir da prescrição de supostas formas e

construções corretas e legítimas” (Vieira, 2020b, p. 96); no eixo da análise metalinguística, “toma a oração, máxima unidade de análise, como a expressão de um juízo, dotada de sentido completo” (Vieira, 2020b, p. 107)<sup>4</sup>. Se Marcuschi (2007) afirma olhar para a fala e a escrita muito mais como processos e eventos do que como produtos, o oposto pode-se dizer da GT, cujo objeto de descrição, a norma-padrão, é resultado de um conjunto de procedimentos metodológicos que visam à uniformização linguística. A fala e a escrita corretas ensinadas pela GT são construtos teóricos que não refletem a dinamicidade dos usos situados nas diversas práticas sociais de linguagem. Também não abarcam categorias de análise textuais e discursivas, propícias ao reconhecimento de propriedades da fala e da escrita que extrapolem a dimensão formal da língua, porque, conforme postula Vieira (2020b), a GT mobiliza seu aparato categorial e conceitual para analisar a oração, unidade fundamentalmente lógico-gramatical, destituída de contexto situacional, sócio-histórico, cognitivo ou linguístico. Nesse sentido, parece-me extensível à tradição gramatical a avaliação de Marcuschi (2007) de que uma análise imanente da língua não permite que conheçamos as características da fala e da escrita como tais, mas as características de um sistema normativo da língua.

Além do espelhamento entre fala e escrita, a linguística contemporânea também refuta um dos correspondentes dessa concepção no âmbito da pontuação, particularmente a sua relação com as pausas orais, como o fez o estudo conduzido por Scliar-Cabral e Rodrigues (1994). As autoras partem da tese de que “o texto oral e o escrito apresentam regras próprias de estruturação, decorrentes das diferenças de processamento das entradas e saídas de sinais distintivos e suas sucessivas representações” (Scliar-Cabral; Rodrigues, 1994, p. 63). Procuram, então, evidenciá-la a partir das diferenças encontradas na pesquisa entre pausas e pontuação sob três distintos enfoques: diferenças de função, diferenças de processamento e diferenças no âmbito da aquisição (para as pausas) ou da aprendizagem (para a pontuação). Por meio desses três aspectos, explicam a ausência de isomorfismo entre pausa e pontuação.

As pesquisadoras abordam as diferenças de função entre a pausa oral e a pontuação, relacionando-as aos perfis de processamento linguístico inerentes a cada modalidade de uso da língua. Dessa maneira, atribuem às pausas duas funções básicas: uma de planejamento,

---

<sup>4</sup> Segundo as outras três diretrizes epistemológicas, a GT: no eixo da norma-padrão, “promove uma visão de língua invariável e imutável, interdita ou ignora a diversidade linguística e combate a suposta deterioração do padrão idealizado” (Vieira, 2020b, p. 99) e “privilegia a escrita literária do passado em detrimento de outras esferas discursivas e outras sincronias” (Vieira, 2020b, p. 105); no eixo da análise metalinguística, “utiliza um aparato categorial e conceitual oriundo da filosofia grega e da gramática greco-latina, adaptado às diferentes línguas modernas” (Vieira, 2020b, p. 112). A constituição epistemológica da GT na perspectiva de Vieira (2020b) será abordada na subseção 2.7.1.

execução e monitoria; outra de retroalimentação do interlocutor. As pausas plenas<sup>5</sup>, usualmente relacionadas ao emprego de alguns sinais de pontuação (dentre os quais a vírgula), ocupam preferencialmente posições de início de enunciado e posições não coincidentes com as ligações entre constituintes maiores.

Esses dados são corroborados por dois experimentos<sup>6</sup> que constatarem discrepâncias entre, de um lado, a separação e a hierarquização dos constituintes sintáticos e, de outro, a ocorrência e a distribuição de pausas. O primeiro deles, ao comparar o desempenho de professores universitários na fala espontânea e na leitura em voz alta, identifica uma quantidade muito maior de pausas silenciosas na fala espontânea e uma alta porcentagem de casos em que pausas e pontuação não correspondem.

Os resultados, conforme avaliação de Scliar-Cabral e Rodrigues (1994), conferem maior relevância à primeira das funções indicadas para as pausas, aquela que proporciona ao emissor o tempo necessário para que o pensamento se traduza em estruturação sintática. É por isso que a especificidade funcional das pausas orais, assinalam as autoras, está associada à natureza transitória do sinal acústico que faz o processamento da fala esbarrar nos limites da memória de curto e médio prazo. Desse modo, o recurso à pausa serve de apoio às dificuldades encontradas durante o planejamento e a execução da fala. O processamento da escrita, em contrapartida, não depende da memória de curto e médio prazo, condição que reverbera na estruturação sintática demarcada pela pontuação:

Na [produção] do [texto] escrito será possível atingir uma complexidade sintático-semântica muito maior, não somente no que se refere à extensão das orações, quanto aos tipos e formas, como, por exemplo, orações partidas, auto-encaixadas e ao maior número delas num mesmo período. A divisão em parágrafos e períodos guia o redator e leitor para uma taxonomia lógica, hierárquica das idéias desenvolvidas, assim como assinala, pela ausência da vírgula, o elo entre tópico e comentário. Eis porque a pontuação se rege por normas que se baseiam [...] na sintaxe de superfície (Scliar-Cabral; Rodrigues, 1994, p. 65).

Se a perenidade do texto escrito favorece o processamento de estruturas sintáticas mais complexas ao liberá-lo dos limites da memória, a imposição das pausas orais necessárias

<sup>5</sup> A pesquisa de Scliar-Cabral e Rodrigues (1994) trata também de pausas preenchidas ou continuativas, interrupções não morfológicas e pausas de conversação. Dados os objetivos desta tese, ateno-me, sempre que possível, às considerações relativas às pausas plenas, vazias ou silenciosas, definidas operacionalmente como “ocorrências dentro de uma janela de 10 segs., em que são verificadas ausências de energia do sinal acústico da fala no espectrograma, a partir de 130 ms., confirmadas pela percepção do silêncio ao ouvir o play-back” (Scliar-Cabral; Rodrigues, 1994, p. 63).

<sup>6</sup> Cf. FREITAS, M. J. R. **Estratégias de organização temporal do discurso em português**. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva). Lisboa, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 1990; VIANA, M. C. **Para a síntese da entoação do português**. Dissertação (Investigador Auxiliar em Linguística Portuguesa). Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – Universidade de Lisboa, 1987.

ao processamento da fala perde a funcionalidade no âmbito da escrita. A pontuação, portanto, é incumbida, em vez da função pausal, de orientar o redator e o leitor respectivamente na ordenação coesa e coerente das ideias e no rastreamento de tal ordenação<sup>7</sup>.

Ainda sobre as diferenças de processamento, as pesquisadoras explicam que a comunicação áudio-vocal conta com pausas automáticas, não conscientes, sem demanda de capacidade metalinguística, uma vez que a quebra da cadeia da fala está condicionada às ausências de energia do emissor (pausas silenciosas) e à necessidade fisiológica de vibração articulatória (milissegundos que antecedem as oclusivas não vozeadas). Já a comunicação visuo-manual, caracterizada pelo rompimento do elo espaço-temporal entre emissor e destinatário, permite a ambos retrocessos durante o processamento e não lhes fornece garantia de mútua compreensão. Os retrocessos, segundo as autoras, fazem com que o peso da informação entoacional seja deslocado para os sinais gráficos, mas de forma imperfeita e lacunar. E a incerteza do redator sobre o modo como o leitor acompanha o contínuo escrito procura ser suprida com os espaços em branco e a pontuação. Diferentemente do que ocorre com a produção de pausas orais, esse processo demanda capacidade metalinguística dos interlocutores envolvidos na escrita.

Assim como a oralidade é adquirida naturalmente através das interações espontâneas em contextos comunicativos, o mesmo se pode dizer para as pausas silenciosas. Assim como a escrita depende do contexto de ensino para ser aprendida, o mesmo se pode dizer da pontuação. É por meio dessa oposição que o artigo de Scliar-Cabral e Rodrigues (1994) explica a terceira e última das discrepâncias entre pausa e pontuação. Segundo elas, as pausas, ao possibilitarem grupos de respiração, têm caráter automático e involuntário, ao passo que a pontuação requer uma postura metalinguística por atender a critérios de ordem sintática na construção da norma escrita.

Tomando as considerações teóricas acima como ponto de partida, uma pesquisa experimental é, então, encabeçada por Scliar-Cabral e Rodrigues (1994). A hipótese principal seria a do não isomorfismo entre pontuação e pausas na comunicação oral tanto no que diz respeito à localização quanto à frequência. Foram sujeitos da pesquisa treze estudantes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, cursando então a 8ª série do ensino fundamental, um ano após o estudo da pontuação no currículo escolar. Em seu artigo,

---

<sup>7</sup> Funções com repercussão na oralidade são também atribuídas à pontuação. Registro-as aqui, mas incluo na discussão dos parágrafos subsequentes apenas uma delas, que, além de ser alvo das análises das autoras, está relacionada ao funcionamento da vírgula: “A pontuação tem a função contextualizadora, igualmente, de assinalar as linhas melódicas correspondentes às perguntas, afirmações, dúvidas e, de forma lacunar e imperfeita, alguns aspectos expressivos e apelativos, bem como a alternância dos falantes no diálogo e a topicalização” (Scliar-Cabral; Rodrigues, 1994, p. 65).

as autoras expõem os dados relativos a um desses informantes. Os dados da pesquisa foram gerados a partir de entrevistas realizadas em três etapas: i) narrativa oral de experiência pessoal pelo entrevistado; ii) escrita da narrativa anteriormente apresentada; iii) justificativa oral dos sinais de pontuação empregados na narrativa. São comentados no artigo apenas os resultados das etapas i) e ii).

Nos textos orais, foram contabilizadas as pausas a partir de critérios acústicos específicos e foram registradas as suas durações e localizações. Nos textos escritos, foram assinaladas as posições ocupadas pelos sinais de pontuação empregados pelos estudantes. Os dados da primeira etapa das entrevistas confirmaram a hipótese inicial, tendo sido identificadas trinta e quatro pausas sem correlato na escrita, apenas sete pausas com isomorfismo e um lugar de pontuação obrigatória sem pausa. Além disso, as autoras notaram que a seleção de itens de maior carga semântica (substantivos e verbos) favorece a pausa, possivelmente por estarem associados a uma memória de mais difícil acesso se comparada à memória para os itens gramaticais dada a maior diversificação daqueles em relação a estes. Quanto à segunda etapa, as produções escritas foram pontuadas por critérios sintáticos, em consonância com a norma escrita.

Outro artigo, ao expor os resultados de um experimento-piloto também visando contrastar pausas orais e pontuação, confirma o não isomorfismo demonstrado por Scliar-Cabral e Rodrigues (1994). Trata-se do estudo de Cunha e Porto (2020). Com interesse em levar a pesquisa científica sobre linguagem para a escola, as autoras propõem uma sequência de aulas interdisciplinar por meio da qual os estudantes, sob orientação, conduziram experimentos com o objetivo de refletir sobre as possíveis relações entre pausa e pontuação a partir de um percurso que vai do reconhecimento dos padrões de pausa e respiração na oralidade até chegar à avaliação do modo como tais padrões se refletem na escrita.

Na condição de estudo-piloto, a proposta é aplicada com duas estudantes universitárias, que foram solicitadas a fazerem, duas vezes cada uma, a leitura em voz alta de um excerto de artigo de opinião. Nesse processo, as pesquisadoras tomaram como parâmetro seis diferentes padrões de pausas para catalogá-las: i) pausa com pontuação referente a ponto final; ii) pausa com pontuação referente a vírgula; iii) pausa sem pontuação; iv) pausa de quebra de constituinte; v) pausa preenchida por hesitação; e vi) pausa preenchida por alongamento de segmento fonético.

As hipóteses colocadas à prova, tanto na sequência didática quanto no teste-piloto, eram três: i) nem sempre que há vírgula há pausa; ii) pode haver pausa quando não há vírgula; iii) sempre que há ponto final há pausa. Ao final do estudo, elas foram confirmadas. Todas as



ocorrências de ponto final foram acompanhadas de pausa oral. Quanto à vírgula, nem todos os casos foram marcados por pausa, mesmo após a segunda leitura, mas chama a atenção a alta proporção das coocorrências: para a primeira informante, 64% e 73% na primeira e segunda leituras, respectivamente; para a segunda informante, 91% nas duas leituras. Se é verdade que os dados corroboram a hipótese de que *nem sempre* que há vírgula há pausa, sugerem, por outro lado, que *muitas vezes* há pausa quando há vírgula, o que talvez justifique tanto a vertente intermediária a ser apresentada em breve (que situa a vírgula na confluência entre sintaxe e prosódia, sem relação de espelhamento, cf. subseção 1.1.2.3) quanto as eventuais referências à pausa mesmo na vertente de oposição à perspectiva oralizante (que situa a vírgula no polo da escrita, cf. subseção 1.1.2.2). Cabe contemporizar também a confirmação da segunda hipótese – *pode haver pausa quando não há vírgula* –, na medida em que as pausas sem pontuação foram identificadas numa proporção significativamente menor se comparadas às pausas correspondentes às ocorrências de vírgula e de ponto.

No intuito de alargar o campo de aplicação sobre os quais incidem as afirmações teóricas resultantes dos dois estudos ora apresentados, conferindo-lhes maior consistência, vale a pena, para finalizar esta subseção, conhecer os dados da pesquisa de Seara *et al.* (2005), resenhada em Cunha e Porto (2020) como fundamento teórico do artigo. Esse grupo de pesquisadores investigou a relação entre pausas de silêncio e pontuação, incluindo a variável da posição das pausas na sentença, a partir de um *corpus* constituído de gravações de leituras realizadas por uma locutora profissional. Os resultados do estudo indicaram que pausas de silêncio, em sua maioria, não correspondiam a marcas de pontuação – percebe-se que aqui, novamente, não se assevera o oposto (que a maioria das marcas de pontuação não correspondem a pausas). Os dados dessa pesquisa evidenciaram, ainda, uma maior tendência a pausas entre sujeito e predicado do que entre verbo e complemento, o que os autores atribuem à recorrência na fala lida da estrutura tópico/comentário característica da oralidade. Além disso, as pausas foram associadas a fronteiras de sintagmas, sugerindo motivação de natureza sintática para suas ocorrências durante a leitura em voz alta.

Em síntese, os estudos utilizados como base teórica para a construção desta subseção representam – mas certamente não esgotam – o posicionamento da linguística contemporânea quanto às relações não isomórficas nem antagônicas entre fala e escrita, decorrente de um olhar para a língua que busca ir além de sua dimensão estritamente formal. Como procurei argumentar, a análise imanente da língua em que se pauta a tradição gramatical favoreceu a constituição e a perpetuação da concepção de escrita como espelho da fala – evidentemente, não da fala sócio-historicamente situada, e sim de uma fala idealizada, cujos parâmetros de

descrição são os da escrita, fechando, assim, um ciclo simbiótico entre esses dois objetos no contexto da GT. Na mesma direção, as pesquisas que investigam as relações entre vírgula e pausa atestam que entre elas não há isomorfismo necessário, embora os dados dos estudos não permitam postular uma dissociação categórica, absoluta ou inquestionável. Diante desse cenário, abrem-se aos linguistas duas possibilidades de posturas teóricas em relação à conceituação da pontuação, particularmente da vírgula, afastando-se da ou conciliando-se com a dimensão prosódica. Trato da primeira delas na subseção a seguir.

#### *1.1.2.2 A vírgula no polo da escrita: a vertente de oposição à perspectiva oralizante*

O filólogo Celso Pedro Luft, numa obra inteiramente voltada ao tratamento teórico-normativo da vírgula (Luft, 2002), posiciona-se já na introdução em favor da subserviência da pontuação a critérios sintáticos, e não prosódicos, criticando a relação necessária que a tradição gramatical estabelece entre vírgula e pausa. Do seu ponto de vista, em nenhuma direção essa relação é obrigatória: “Nem a toda pausa corresponde uma vírgula, nem a toda vírgula corresponde uma pausa” (Luft, 2002, p. 7). Além de apresentar alguns exemplos de situações em que a equivalência não se realiza, ele atribui a esse engano a ocorrência da maioria dos erros de pontuação, as denominadas “vírgulas de ouvido” (Luft, 2002, p. 7).

O autor defende, assim, que o adequado uso da vírgula e da pontuação em geral depende de uma boa intuição estrutural e, mais, de um bom raciocínio analítico:

Da virgulação é que se pode depreender a consciência, o grau de consciência que tem, quem escreve, do pensamento e de sua expressão, do ir-e-vir do raciocínio, das hesitações, das interpenetrações de idéias e, lingüisticamente, da frase e de sua constituição. As vírgulas erradas, ao contrário, retratam a confusão mental, a indisciplina do espírito, o mau domínio das ideias e do fraseado. [...] Pontuar bem é ter visão clara da estrutura do pensamento e da frase. Pontuar bem é governar as rédeas da frase. Pontuar bem é ter ordem, no pensar e na expressão (Luft, 2002, p. 16-17).

Nesse sentido, tributário que é o linguista também da tradição gramatical, vê como “atrofia do pensamento lógico” (Luft, 2002, p. 18) o desconhecimento da estrutura sintática da frase que leva a falhas na pontuação. Para combatê-las no âmbito do ensino de língua materna, reivindica espaço para análise sintática contra o que chama de “epidemia de ‘análise de textos’” (Luft, 2002, p. 18) ou “ensino da ‘comunicação’” (Luft, 2002, p. 19)<sup>8</sup>. Em que

<sup>8</sup> “Sei, anda por aí uma epidemia de ‘análise de textos’. Professores e alunos rivalizam divagando sobre trechos de livros. Sociologia, psicologia, filosofia, história, literatura... um pouco de tudo. Imagine o leitor a qualidade dessas psicologias, sociologias e filosofias. Isso é ensino de Português? Claro que não. *O ensino específico da*

pese a ironia contida nas aspas e sua defesa explícita de que analisar textos não é ensinar português, é importante salientar o tipo de análise sintática enaltecida no discurso do autor, aquela cujo intuito seja compreender estruturas e funções. O trabalho restrito a nomes e classificações, por sua vez, é por ele considerado um mau ensino de análise sintática.

Ao longo da obra, Luft (2002) apresenta, explica e exemplifica regras de uso da vírgula, sempre procurando dar sustentação à tese inicial de que “nossa virgulação é de base sintática, e não separa o que é sintaticamente ligado” (Luft, 2002, p. 8). Com esse propósito, ele parte de uma definição sintática e a desdobra em quatro usos gerais, consoante o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Definição e usos gerais da vírgula segundo Luft (2002, p. 9-10)

Definição	Usos gerais
Sinal de pontuação que indica falta ou quebra de ligação sintática (regente + regido, determinado + determinante) no interior das frases	1. Nas aposições, justaposições, assíndetos (coordenação sem coordenador), vocativos;
	2. Na marcação de elementos marginais, intercalados, deslocados, etc.;
	3. Na marcação de elipse verbal;
	4. Para evitar ambiguidades.

Fonte: Elaboração própria (2025)

Se, nas gramáticas analisadas em Maris (2019), as regras estavam subsumidas numa descrição geral que atribuía à vírgula a função de indicar pausas de pequena duração, aqui a subsunção se dá em relação à indicação de falta ou quebra de ligação sintática.

Também na seção em que explica o funcionamento mais amplo das regras de emprego da vírgula, Luft (2002) elege a sintaxe como fundamento base ao partir de uma descrição estrutural da frase em quatro “casas”, representadas no Quadro 2:

---

*língua* trata do uso das letras, das palavras, das frases, da concordância... e (omitindo outras especificidades) dos sinais de pontuação. A mania agora é o ensino da ‘comunicação’. Ora, professor de Português deve ensinar é as regras da língua portuguesa. Se você fez belíssimas sessões de análise de texto e de comunicação, mas seus alunos não aprenderam ortografia, concordância, regência e... pontuação, você é um mau professor de Português” (Luft, 2002, p. 18-19).

Quadro 2 – Estrutura da frase segundo Luft (2002)

FRASE			
CASA 1	CASA 2	CASA 3	CASA 4
Sujeito	Verbo	Complementos	Circunstâncias

Fonte: Elaboração própria (2025)

A lógica sintática da virgulação é, conforme o Quadro 2, apresentada nos seguintes termos: sendo a casa 3 (complementos) ocupada por elementos necessários à casa 2 (verbo) ou à casa 1 (sujeito) e sendo a casa 4 (circunstâncias) ocupada por elementos que não são indispensáveis à estrutura frasal, as três primeiras casas (sujeito, verbo e complementos), quando dispostas nessa ordem, não podem ser separadas por vírgula, ao passo que, para a última casa (circunstâncias), a separação pode ocorrer nas frases longas. Quando as três primeiras casas (sujeito, verbo e complementos) mudam de ordem (2 1 3 ou 2 3 1, por exemplo), pode caber a separação por vírgula “principalmente para evitar confusão” (Luft, 2002, p. 15). Quando a casa 4 (circunstâncias) é deslocada da posição final, via de regra, a vírgula deve delimitá-la por inteiro – unitária em posição inicial, dupla em posições intermediárias, de acordo com o Quadro 3:

Quadro 3 – Usos da vírgula em caso de deslocamento do elemento circunstancial segundo Luft (2002)

FRASE					
CASA 4	,	CASA 1	CASA 2	CASA 3	
CASA 1	,	CASA 4	,	CASA 2	CASA 3
CASA 1		CASA 2	,	CASA 4	,

Fonte: Elaboração própria (2025)

No tratamento dos casos específicos que se seguem a essa explicação global, Luft (2002) procura, em diversas ocasiões, relacionar as indicações ou contraindicações de uso da vírgula à estrutura frasal básica representada no Quadro 2 e alertar para os possíveis erros decorrentes de se tomar o parâmetro pausal como guia para pontuar.

Um dado importante a ser destacado, no entanto, é que o reiterado investimento do autor nesse direcionamento retórico – “Não vá pelo ouvido, que ele não entende de vírgula” (Luft, 2002, p. 40) – não implica o completo apagamento da dimensão prosódica em sua abordagem teórico-normativa. Todavia, salvaguardadas as poucas menções ao ritmo próprio da linguagem poética ou à expressividade estilística da prosa literária, é possível inferir que,

em Luft (2002), a repercussão oral do emprego da vírgula, à maneira dos usos gerais dispostos no Quadro 1, está subsumida na função primeira desse sinal gráfico, a demarcação de ruptura na estrutura sintática básica, conforme esquema do Quadro 2. Ao discorrer sobre a importância da vírgula, por exemplo, o filólogo afirma:

A vírgula pode parecer, à primeira vista, um risquinho supérfluo, inútil. No entanto, em muitos casos, ela exerce importante função distintiva, *quando transposição gráfica de pausas e tons de fala*. Pausa e tom – elementos importantes para desfazer ambiguidades (Luft, 2002, p. 10, grifo próprio).

Aqui, a transposição gráfica de pausas e tons de fala emerge como possibilidade, não como princípio mandatório, associando-se a um dos quatro usos gerais do Quadro 1, quando a vírgula é utilizada para evitar ambiguidades, já naquele momento apresentada como desdobramento eventual da indicação de quebra de ligação sintática no interior das frases. Outro excerto confirma tal interpretação:

Quem ensina ou estuda a sintaxe – que é a teoria da frase (ou o ‘tratado da construção’, como diziam os gramáticos antigos) – forçosamente acaba na importância das pausas, cortes, incidências, nexos, etc., elementos que vão se espelhar na pontuação, quando a mensagem é escrita (Luft, 2002, p. 17).

A função prosódica da vírgula, sempre associada a funções de natureza sintático-semântica, aparece, ainda, em três casos particulares: em duas circunstâncias específicas de distinção entre orações adjetivas restritivas e explicativas; na distinção entre orações coordenadas explicativas e subordinadas causais introduzidas pela conjunção *porque*; e na delimitação do vocativo.

Nas orações adjetivas, trata-se de duas circunstâncias pontuais: a exceção que permite delimitar orações restritivas com vírgula a partir de certa extensão (não especificada) e a regra que restringe o uso da forma *o qual* (e suas flexões), quando não acompanhada de preposição, apenas para introduzir orações explicativas. Enquanto a exceção é fundamentada pela necessidade de clareza ou “‘respiração’ frasal” (Luft, 2002, p. 54), as orações iniciadas pelo referido relativo são descritas como orações com pausa, textualmente associada à vírgula na prescrição de Luft (2002). Tendo em vista que a teorização introdutória justifica a obrigatoriedade da vírgula em orações explicativas caracterizando-as como aposição ou intercalação, sem qualquer referência à entonação, a correspondência entre vírgula e pausa ora evidenciada pode ser encarada como uma ocorrência particular das explicativas introduzidas por *o qual*.

Situação parecida pode ser verificada na forma como o autor distingue as orações introduzidas pelo *porque* causal ou explicativo, pautando-se também na presença ou não de pausas, mas principalmente na mudança de tom:

O enunciado causal é a razão de ser da respectiva frase, a qual se encaminha para ele como para um clímax. Daí a entoação ascendente e a falta de pausa. Já o enunciado explicativo não é o clímax, a razão de ser de sua frase, e sim mero acréscimo, um comentário geralmente óbvio. Por isso, pausa e mudança no tom. [...] A pausa e a mudança de tom antes do *porque* explicativo são tão marcadas, que até ocorrem ponto-e-vírgula e ponto-final (Luft, 2002, p. 63).

Apesar de sua relevância para a distinção que determina ou interdita o uso da vírgula, o aspecto entonacional das estruturas sintáticas não é analisado de forma isolada, e sim em sua relação com os nexos semânticos entre as orações coordenadas ou subordinadas e o todo da frase em que se situa (“razão de ser” ou “mero acréscimo”).

A possibilidade de convergência das três funções – prosódica, semântica e sintática – serem exercidas pelo uso da vírgula é descrita, por fim, nos casos de delimitação de vocativos. Embora aponte a mudança de tom na pronúncia desses elementos, Luft (2002) justifica a partir de sua natureza incidental ou marginal a necessidade de uma vírgula quando eles se encontram em posição inicial de frase e a necessidade de vírgula dupla quando em posição intermediária. Além disso, destaca a falta de emprego da vírgula nesses casos como consequência de “uma regra falha da Gramática tradicional” (Luft, 2002, p. 74), justamente a que atribui a esse sinal gráfico a representação de pausa de curta duração. Ainda no que diz respeito ao critério prosódico, o autor defende que a vírgula estaria muito mais relacionada a mudanças de tom do que a pausas, conquanto, como já demonstrado, sua obra conte com eventuais alusões a essas últimas.

Uma segunda linguista que toma partido do polo da escrita em detrimento da oralidade, problematizando a concepção de pontuação como mecanismo de transcrição de atributos da fala, é Véronique Dahlet, cujas ideias serão resgatadas com base em dois de seus trabalhos (cf. Dahlet, 2002, 2006).

Ao analisar seis obras metalinguísticas publicadas no século 20 (cinco gramáticas e um livro especializado em tópicos gramaticais específicos<sup>9</sup>), Dahlet (2002) investigou o funcionamento interno do discurso gramatical sobre pontuação a partir de dois elementos que

<sup>9</sup> O *corpus* de Dahlet (2002) é constituído das seguintes obras: *Moderna gramática expositiva* (s/d), de Artur de Almeida Torres (1903-?); *Gramática normativa da língua portuguesa* (1958), de Francisco da Silveira Bueno (1898-1989); *Gramática secundária da língua portuguesa* (1969), de Manoel Said Ali (1861-1953); *Gramática do português contemporâneo* (1980), de Celso Cunha; *Nova gramática da língua portuguesa* (1985), de Enéas Martins de Barros (1916-?); e *Ortografia, pontuação, crase* (1988), de Adriano da Gama Kury (1924-2012).

determinam sua metalinguagem: os pressupostos teóricos e a metodologia. Os resultados do estudo levam a autora a considerar que, apesar de relevantes como instrumentos de referência, “as gramáticas ajudam pouco em matérias de pontuar” (Dahlet, 2002, p. 30). Do fio argumentativo tecido pela pesquisadora, destaco alguns problemas teóricos decorrentes da dimensão oralizante e da abordagem metodológica da vírgula identificadas nas obras analisadas.

A dimensão oralizante é um dado onipresente no conjunto das gramáticas sob investigação desde a definição geral da pontuação: todas apresentam sua função a partir da noção central de pausa, a qual Dahlet (2002) julga vaga e imprecisa. Para sustentar sua avaliação, ela diferencia duas concepções de pausa, situando-as em relação às demandas da cultura escrita próprias de cada contexto histórico.

Uma primeira concepção resgata a origem da associação pausa/pontuação: são os momentos necessários ao descanso da voz e resgate do fôlego quando a leitura era realizada prioritariamente em voz alta. É o que explica, inclusive, a referência não fortuita à respiração no tratamento gramatical da pontuação. Para exemplificar a persistência dessa concepção de pausa, Dahlet (2002) destaca, em nota, a relação explícita que o gramático Francisco da Silveira Bueno, em sua *Gramática normativa da língua portuguesa* (1958), estabelece entre a necessidade fisiológica de respirar e a quantidade de vírgulas a serem empregadas numa dada circunstância: “Quem necessita de maiores e mais frequentes pausas para respirar, certamente, empregará o maior número de vírgulas. Quem possuir bons pulmões e puder conter o fôlego por mais tempo, dispensará numerosas pausas” (Bueno *apud* Dahlet, 2002, p. 40).

Em todas as gramáticas do *corpus*, a noção vaga de pausa que preside a definição da vírgula pode ser associada à concepção descrita no parágrafo anterior, dada a função vocal que direta ou indiretamente se lhe atribui. A exemplificação dos usos, contudo, na mesma direção dos resultados encontrados em Maris (2019), demarca o que Dahlet (2002, p. 32) denomina “ruptura de registro”: os gramáticos saem do campo das indicações de pausas e passam a elencar categorias sintáticas cuja extensão caberia à vírgula separar. Tal heterogeneidade de critérios incita na pesquisadora questionamentos pertinentes à problemática que venho levantando nesta introdução. Confrontando uma definição e uma regra de vírgula da *Gramática secundária da língua portuguesa*, de Manoel Said Ali (1969) como ponto de partida, a autora dispara:

Qual é a articulação funcional entre “para indicar a pausa mais fraca” e, por exemplo, “para separar os termos coordenados que se mencionam seguidamente sem auxílio de conjunção” [...]? A pausa, que até então sempre teve como referência a

linguagem oral, teria igualmente uma função sintática? Ou será que a pausa remeteria a dois domínios distintos, porém simultâneos, a saber, ao oral e à sintaxe da escrita? (Dahlet, 2002, p. 32-33).

O ponto de vista da pesquisadora acerca dessas questões é construído por um percurso argumentativo que questiona a legitimidade da primeira concepção de pausa para explicar o funcionamento contemporâneo da vírgula (e de outros sinais de pontuação) e respalda a segunda concepção. Nesse caso, a pausa demarcada pela vírgula é de natureza visual e, por isso, está ligada a uma compreensão da pontuação como fenômeno específico da escrita ou, nas palavras da pesquisadora, “sinais vi-lisíveis captados pelo olho” (Dahlet, 2002, p. 30), que dispensam o recurso ao oral.

De acordo com Dahlet (2002), a centralidade da pausa vocal na descrição gramatical da pontuação produz um duplo engano epistemológico: a naturalização da escrita como código totalmente tributário do oral; e a implicação do aparelho fisiológico da voz no processo de leitura e escrita segundo as mesmas modalidades em que ele se manifesta na fala.

O primeiro erro se alicerça no “paradigma persistente da perda” (Dahlet, 2002, p. 40), segundo o qual a escrita seria uma forma fraca e desviada do oral. Assim, ao buscar recuperar traços como as inflexões, os ritmos e a cadência da oralidade, aquele que escreve estaria em busca da versão original falada, que sempre antecederia o texto escrito. Dahlet (2002) vê nesse gesto um entrave à estruturação satisfatória do nível intrafrástico e interfrástico, por avaliar que a subserviência da pontuação a uma dependência rígida do oral inevitavelmente leva a representações aproximativas ou aporias.

O segundo engano epistemológico é abordado de forma mais detalhada num segundo trabalho de Dahlet (2006). Ela retoma o caminho histórico de constituição gráfica da página, com recursos como o espaço em branco e a pontuação paulatinamente autonomizando-a da presença física de uma voz e um corpo que materializam fonologicamente o texto escrito, e problematiza um paradoxo que perdura até os nossos dias: o reconhecimento da superfície concreta da página como objeto que remete a si mesmo (e não a um sistema externo, oral) convivendo, ainda hoje, no plano das representações, com a associação da escrita à voz. É como se, em alguma medida, o deslocamento do oral para o visual nas práticas de leitura e escrita não tivesse se consumado.

Afastando-se do fonografismo e reintegrando a pontuação à autossuficiência da escrita, Dahlet (2002, 2006), então, defende a necessidade de se racionalizar o dispositivo descritivo-normativo da pontuação, o que, para ela, implica definir e classificar os sinais no interior de um sistema, de acordo com suas funções (sintática ou enunciativa) e com os níveis que seus



usos afetam (ortográfico, frástico, intrafrástico ou interfrástico). O contínuo escrito, enquanto meio de atuação da pontuação, é descrito como espaço gráfico bidimensional, composto de uma dimensão horizontal linear e de uma dimensão vertical hierarquizante (Dahlet, 2002). Nessa perspectiva, em Dahlet (2002), a vírgula é definida na relação com outros quatro sinais que compõem uma mesma classe: os dois-pontos, o ponto e vírgula, o ponto final e a alínea. Nesta ordem, do mais fraco ao mais forte, eles segmentam e hierarquizam o contínuo escrito, indicando a natureza da relação entre as partes. Em Dahlet (2006), esses sinais (acrescidos das variantes do ponto final – exclamação, interrogação e reticências) formam o conjunto dos sinais de sequencialização, em oposição aos sinais de enunciação<sup>10</sup>, por operarem no nível sintagmático, estabelecendo cortes no contínuo linear da escrita e, conseqüentemente, originando segmentos determinados por parâmetros sintáticos, semânticos e discursivos.

A autora propõe uma reorganização dos exemplos de uso em torno das condições de atualização da vírgula (e dos demais sinais) no âmbito da escrita (Dahlet, 2002, 2006). Isso implica descortinar o funcionamento dos sinais em vez de, nos moldes como ela descreve a metodologia da tradição gramatical, conformar os exemplos a um inventário prévio de categorias sintáticas que designam os segmentos afetados pela pontuação. Ao designá-los, os gramáticos, avalia a autora, apenas os identificam mediante uma nomenclatura, dirigindo-se a um público experiente, capaz de intuir as operações sintáticas subjacentes ao ato de pontuar. Para exemplificar sua proposta, Dahlet (2002) reagrupa numa única função três regras de uso da vírgula apresentadas na *Gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha (1980):

---

<sup>10</sup> Os sinais de enunciação, na classificação de Dahlet (2006), indicam um tipo de interação com o coenunciador e podem apresentar diferentes funções a depender da natureza monologal ou dialogal em que ocorrem. No primeiro caso, atuam como hierarquizadores discursivos (dois-pontos, travessão duplo, parênteses), indicadores referenciais (aspas), marcadores expressivos (itálico, maiúscula contínua, negrito, travessão) e marcadores de interação (interrogação, exclamação, reticências). No segundo caso, atuam como sinais de citação (aspas, itálico, colchetes) e sinais de conduta de diálogo (maiúscula contínua, itálico, interrogação, exclamação, reticências, travessão).

Quadro 4 – Exemplo de classificação das funções da vírgula por operações sintáticas segundo (Dahlet, 2002)

Exemplos	Regras de uso	Função
<i>Eu, você, suas irmãs, o Trindade, nossos amigos, deveríamos ser lacrados todos dentro do Solar.</i> (Geraldo França de Lima)	A vírgula serve para separar elementos que exercem a mesma função sintática no interior da oração (sujeito composto, complementos, adjuntos), quando não vêm unidos pelas conjunções <i>e</i> , <i>ou</i> e <i>nem</i> .	Construção de equivalência sintática entre elementos segmentados pela vírgula
<i>Ficou branquinha, branquinha, Com os desgostos humanos.</i> (Olavo Bilac)	A vírgula serve para separar elementos que exercem funções sintáticas diversas no interior da oração, geralmente com a finalidade de realçá-los.	
<i>Levantava-me, passeava, tamborilava nos vidros das janelas, assobiava.</i> (Machado de Assis)	A vírgula serve para separar orações coordenadas assindéticas.	

Fonte: Elaboração própria (2025)

Assim, dos três critérios que regulamentam a descrição da pontuação na história da gramática – sintaxe, semantismo e voz (entonação e pausas) –, Dahlet (2006, p. 294) advoga pela legitimidade dos dois primeiros, asseverando que “nada [...] sustenta objetivamente o critério da reprodução, até mesmo aproximativa, da voz”.

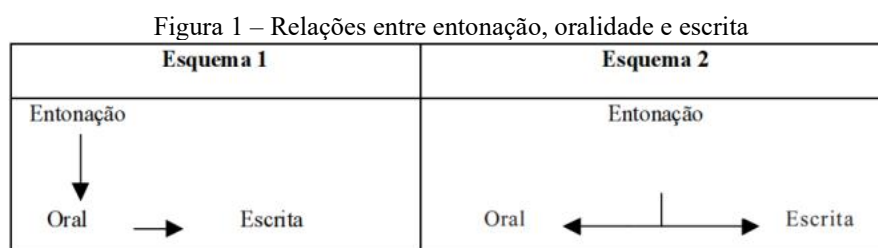
Para ela, são três as razões que explicam a resistência, no imaginário coletivo e dos gramáticos, da concepção de escrita como transcrição da fala ou, nos seus termos, como “imagem incorporada da voz” (Dahlet, 2006, p. 294).

A primeira é a antedecência filo e ontogenética do oral em relação ao escrito, isto é, a precedência da oralidade tanto em seu surgimento na história quanto na aquisição de linguagem pelo ser humano. Tal fato teria feito da escrita, de surgimento tardio, uma derivação da fala. Dahlet (2006) refuta o raciocínio de causa e efeito contido nesse argumento destacando a singularidade dos modos de realização e de comunicação própria a cada uma das duas modalidades de uso da língua, entre as quais não há relação biunívoca. Ela lembra, por exemplo, que, para aprender uma língua escrita, não é necessário passar por sua manifestação oral e que existe uma variedade de pronúncias possíveis para uma mesma palavra escrita em determinada língua.

A segunda razão é a já mencionada ideia de que as propriedades da voz integram o escrito por meio da pontuação. A pesquisadora reconhece o sentido histórico desse pressuposto, circunscrevendo-o aos séculos em que o texto era escrito para ser vocalizado: no caso das pausas, se somente na expiração a palavra pode ser pronunciada durante a leitura em voz alta, cabia à pontuação indicar os espaços para a inspiração – o silêncio, então associado

ao momento de respirar. Em contrapartida, ela reitera que o fato desses espaços poderem coincidir com limites sintático-semânticos não implica isomorfismo rigoroso entre pausa oral e pontuação (como evidenciado na subseção 1.1.2.1). Além disso, a pesquisadora destaca o deslocamento funcional que a consolidação da leitura silenciosa na cultura escrita imputou à pontuação, que passa a constituir um artefato de marcas visuais indicadoras de operações que, dispensando-se do recurso ao oral, direcionam o tratamento da informação escrita.

Por fim, a terceira razão é uma falsa intuição que espelha duas funções de construção sintática distintas, uma exercida pela entonação na fala e outra pela pontuação na escrita. Essa intuição, explica Dahlet (2006), tem origem na premissa de que toda manifestação verbal de linguagem comporta uma entonação e na interpretação de que, se a entonação oral maneja as posições sintáticas de um enunciado, a mesma operação na escrita decorreria do emprego dos sinais de pontuação. A autora ressalta, contudo, que não há coincidência obrigatória entre as posições sintáticas de uma manifestação oral e escrita da língua<sup>11</sup>, de modo que ela não discorda da premissa, e sim de sua interpretação a partir da perspectiva de dependência da escrita ante o oral. Desse modo, sintetiza dois esquemas visuais que contrapõem as duas concepções de entonação, conforme a Figura 1 adiante: o Esquema 1, com a escrita recuperando a entonação oral; e o Esquema 2, com cada modalidade acomodando uma entonação própria.



Fonte: Dahlet (2006, p. 311)

Em linhas gerais, Luft (2002) e Dahlet (2002, 2006) representam o que venho chamando de *vertente de oposição à perspectiva oralizante* no tratamento da vírgula pela linguística contemporânea. Essa vertente é caracterizada por posicionamentos teóricos que negam a centralidade das pausas e de outros eventuais fenômenos prosódicos na regulamentação dos usos da vírgula. A seguir, discorro sobre um segundo olhar da pesquisa linguística para o funcionamento desse sinal gráfico, a *vertente intermediária*, que, embora numa lógica distinta da tradição gramatical, incorpora propriedades da fala em suas teorizações sobre o emprego da vírgula no sistema de escrita.

<sup>11</sup> O argumento fundamenta-se em Marcuschi (2007).

### *1.1.2.3 A vírgula na confluência entre fala e escrita: a vertente intermediária*

O primeiro linguista que apresento como representativo da vertente intermediária é Lourenço Chacon. Suas ideias no campo da pontuação se tornaram amplamente conhecidas pelo desenvolvimento, em sua tese (cf. Chacon, 1996), do ponto de vista segundo o qual ela integra a construção de um ritmo próprio da escrita, distinto das noções de ritmo subjacentes às considerações teórico-normativas sobre a pontuação ligadas à GT. O ritmo da escrita, tal como teorizado por Chacon (1996), apesar de propriedade intrínseca à modalidade escrita da expressão linguística, sustenta-se na relação com a oralidade, não resultando, contudo, numa cópia fiel do ritmo desta última.

Caracterizando-os como marcas gráficas (por serem exclusivos da escrita) e linguísticas (por delimitarem unidades estruturais da escrita), o autor explica que os sinais de pontuação não são o único recurso de construção do ritmo da escrita (itens lexicais e sintáticos também o constituem), mas, por considerá-los marcas privilegiadas para a observação do fenômeno, elege-os objetos de análise num capítulo de sua tese. Nele, começa a demarcar seu posicionamento teórico ao definir e exemplificar concepções tradicionais de ritmo recorrentes nos compêndios gramaticais. Com isso, o pesquisador tenciona não apenas evidenciar que, direta ou indiretamente, a sugestão da relação entre pontuação e ritmo já se faz presente entre os gramáticos, mas também se definir em oposição a essas perspectivas conceituais.

Chacon (1996) avalia que, no tratamento da pontuação segundo a tradição gramatical, o ritmo circunscreve-se à superfície linguística, seja pela tentativa de reprodução de aspectos fônicos da oralidade, seja pela construção de aspectos métricos da linguagem. Nessa ótica, a restituição de propriedades da fala pela pontuação daria ao texto escrito o ritmo que ele teria se fosse efetivamente lido em voz alta. Já a métrica, aqui, não se refere somente à poesia. Noutra via, o autor alude ao uso da pontuação pelo critério da simetria ou equivalência formal de estruturas, incluindo a delimitação de sequências linguísticas idênticas.

A vírgula aparece, no trabalho de Chacon (1996), associada às duas noções supracitadas em exemplos nos quais o papel do ritmo não é textualmente declarado pelos gramáticos, mas identificado pela interpretação do pesquisador. Assim, apesar de admitir serem poucos os estudiosos que abordam esse vínculo de forma explícita, o autor alega ser a segunda concepção – ligada à métrica – o caminho mais usual de conexão entre pontuação e

ritmo no *corpus* investigado<sup>12</sup>. Já a primeira concepção tradicional de ritmo aparece ligada à vírgula em todas as especificações elencadas por Chacon (1996) de marcas da oralidade que, na ótica da tradição gramatical, seriam passíveis de transposição para a escrita, ainda que essa função não seja tida como exclusiva de um único sinal gráfico. São elas: a voz, a respiração, a alternância de características prosódicas e a sensação de satisfação (ou de quebra) de expectativa.

Em todos esses casos, seja da primeira ou segunda concepção, o ritmo da escrita seria construído pela vírgula através da reprodução do ritmo da fala, articulado por propriedades que lhe são inerentes. A escrita transcreveria a fala utilizando-se de seus recursos gráficos. Para Chacon (1996), contudo, a importância que os aspectos sonoros assumem no tratamento teórico-normativo da pontuação pela tradição gramatical não implica uma visão unidimensional do fenômeno. Mesmo nos raros casos em que a pontuação é definida exclusivamente pelo critério fônico, o pesquisador identifica a forte presença da sintaxe na especificação das unidades de escrita delimitadas pelas pausas, tais como apostos, vocativos, orações subordinadas e adjuntos adverbiais. Na maioria das obras – mas aqui vale lembrar da heterogeneidade do *corpus* utilizado na pesquisa –, ele encontra uma dupla, tripla e até quádrupla face das unidades delimitadas pela pontuação, em combinações diversas: fônica/semântica, gramatical/enunciativa, gramatical/textual (dupla face); fônica/gramatical/semântica, fônica/sintática/enunciativa, morfossintática/textual/fônica (tripla face); enunciativa/sintática/semântica/fônica (quádrupla face).

Chacon (1996) considera que esse cenário permite inferir que os gramáticos já intuía, de um lado, o estatuto linguístico complexo (multifacetado) das unidades delimitadas pela pontuação e, de outro, o papel do ritmo orientando o desenvolvimento da produção escrita. Mas é nos termos de uma *transcodificação* (e não *transcrição*) do oral que ele compreende a constituição do ritmo da escrita operando na organização multidimensional da linguagem, desde os planos mais estritamente ligados à demarcação de unidades linguísticas até aqueles ligados à constituição do sujeito escrevente na ordem do discurso. Ancorado nesse ponto de vista teórico, conceitua ritmo como “o movimento de unidades que poderiam ser definidas temporalmente como durações e que, no campo da linguagem, se organizam formando

<sup>12</sup> O *corpus* em que Chacon (1996) analisa a percepção dos estudiosos sobre o papel da pontuação na construção do ritmo da linguagem ou da escrita é heterogêneo quanto à epistemologia das obras que o compõem. Procurei me ater às considerações relativas a autores da tradição gramatical, mas nem sempre o pesquisador distingue explicitamente a natureza teórico-metodológica de suas fontes, sobretudo nas afirmações generalizantes. Ele justifica o procedimento na abertura do capítulo sobre os aspectos rítmicos da pontuação: “Uma parte desses estudiosos, como se verá, enfoca a pontuação de acordo com a tradição gramatical; outra parte, de acordo com postulados da Linguística. No entanto, só marcaremos essa diferença de enfoque quando ela se mostrar relevante para esclarecer algum ponto de discussão” (Chacon, 1996, p. 124).

sistemas que fazem entrecruzar-se as mais variadas dimensões linguísticas” (Chacon, 1996, p. 141). Esse ritmo, em sua concepção<sup>13</sup>, é recodificado entre os domínios da fala e da escrita porque a temporalidade que caracteriza a comunicação oral só está presente na escrita no momento da produção. O acesso a essa temporalidade pelo interlocutor do escrevente condiciona-se à sua “topograficização” (Chacon, 1996, p. 96) na forma de signos gráficos dispostos num suporte material. A temporalidade da fala, então, toma a forma de espacialidade na escrita, o que limita a transcodificação à porção da oralidade passível de decodificação por meio de marcas gráficas. Nesse processo, o sincretismo que, para o autor, caracteriza a expressão oral – enredada aos gestos, à expressão facial, à disposição de elementos contextuais – torna-se “monolítico” (Chacon, 1996, p. 97) na escrita.

Assim, o êxito dessa transcodificação semiótica está, segundo Chacon (1996), condicionado à compreensão, de um lado, da natureza simbólica da fala e da escrita enquanto sistemas de expressão e, de outro, da relação não icônica que atravessa os dois sistemas. O ritmo da escrita, para ele, não é o ritmo da fala; é um ritmo outro, criado pela transcodificação de algumas propriedades que dão ritmo à fala. Os sinais de pontuação, na teoria de Chacon (1996), indiciam essas propriedades a partir de uma dupla dialogia intimamente conectada: entre a esfera de produção e recepção do texto escrito; e entre o gráfico e o oral. A primeira aponta para uma ação entre interlocutores em que o escrevente, tendo em vista a descontinuidade espaço-temporal em relação ao leitor, indica uma leitura preferencial através do emprego da pontuação. A segunda reconfigura aspectos da dimensão oral da linguagem, inscrevendo-a na escrita, de modo que a ação interlocutiva entre escrevente e leitor (a primeira dialogia) passa a ser mediada pelo modo como as propriedades gráficas podem evocar as da oralidade. Para tanto, os interlocutores assumem, cada um em sua esfera, dois papéis superpostos: os de leitor/falante e os de escritor/falante. Na ótica do autor, em vez de espelhar a oralidade, a escrita se constitui no vínculo dialógico que com ela estabelece.

Entendo, portanto, essas ideias no âmbito da vertente intermediária na medida em que a pontuação é tomada como recurso de construção de um ritmo próprio à escrita, concebida, por sua vez, como código verbal relativamente autônomo que incorpora, sob a forma gráfica, traços da fala. De acordo com Chacon (1996), a remissão à oralidade, nesse caso, funciona como um recurso de compreensibilidade do texto escrito. Cabe, ainda, dizer que as propriedades da fala exemplificadas e discutidas por Chacon (1996) como passíveis de

---

<sup>13</sup> Aqui, Chacon fundamenta-se em Abaurre (1989, 1991). Cf. ABAURRE, M. B. M. **Oral and written texts: beyond the descriptive illusion of similarities and differences**. s.l.: s.n., 1989; ABAURRE, M. B. M. **Ritmi dell’oralità e ritmi della scrittura**. In: ORSOLINI, M.; PONTECORVO, C. (ed.). **La costruzione del testo scritto nei bambini**. Roma: La Nuova Italia, 1991.

transcodificação para a escrita remetem ao mesmo conjunto de características referidas pela tradição gramatical: pausas, contornos entonacionais e até mesmo os movimentos respiratórios. O que efetivamente muda entre a GT e a vertente intermediária tal como teorizada por Chacon (1996) é o ponto de partida epistemológico e as consequências teóricas que essa escolha acarreta na visão do autor.

A segunda autora representativa da vertente intermediária é a linguista francesa Nina Catach<sup>14</sup>. Na obra que tomo por referência para abordar suas ideias (cf. Catach, 1994), a autora concebe pontuação em sentido amplo, incluindo a pontuação do texto ou da página (ou MEP, sigla em francês para *mise en page*, técnicas visuais de organização e apresentação do objeto-livro, ligadas sobretudo à tipografia, como títulos, margens, espaços e caracteres), a pontuação sintática e comunicativa (que incide sobre níveis inferiores ao texto e superiores à palavra) e a pontuação de palavras (brancos, maiúsculas, ponto de abreviação, hífen, apóstrofo). Os dois últimos tipos reúnem características que permitem diferenciá-los do primeiro, de modo a serem agrupados sob o rótulo de “puntuaction proprement dite”<sup>15</sup> (Catach, 1994, p. 9), cuja definição, resgatada de um trabalho anterior<sup>16</sup>, é assim apresentada:

Ensemble des signes visuels d’organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, *intérieurs* au texte et *communs* au manuscrit et à l’imprimé ; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou supplantant l’information alphabétique<sup>17</sup> (Catach, 1994, p. 9).

O realce à natureza visual da pontuação não apaga, contudo, seu vínculo com a oralidade, na visão da linguista. Com efeito, ela compreende a pontuação como sistema de reforço da escrita e estabelece relações entre seu desenvolvimento e a construção do estilo característico da linguagem moderna no âmbito da escrita. Os sinais de pontuação, nesse sentido, funcionariam como uma espécie de “paraphrase concise”<sup>18</sup> ou “résérve ‘elliptique’ du

<sup>14</sup> Opto por uma autora de língua francesa para compor esta subseção tendo em vista a importância do grupo HESO (*Histoire et structure des orthographes et systèmes d’écriture* [Em português: “História e estrutura das ortografias e dos sistemas de escrita” (tradução própria)]), por ela fundado, para o desenvolvimento dos estudos sobre (história da) pontuação tanto em seu país de atuação quanto no Brasil. Na França, ela presidiu, em 1978, a primeira mesa redonda internacional especificamente dedicada ao tema, no colóquio *Histoire et structure de l’orthographe* [Em português: “História e estrutura da ortografia” (tradução própria)]. Seu nome figura em muitos dos trabalhos brasileiros que tomam a pontuação como objeto, inclusive em gramáticas de Bechara (2009, 2010), que adotam sua definição e classificação para os sinais de pontuação.

<sup>15</sup> Em português: “pontuação propriamente dita” (tradução própria).

<sup>16</sup> Cf. CATACH, N. La ponctuation. *Langue Française*, n. 45, p. 16-27, fev. 1980. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lfr\\_0023-8368\\_1980\\_num\\_45\\_1\\_5260](https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5260). Acesso em: 11 fev. 2025.

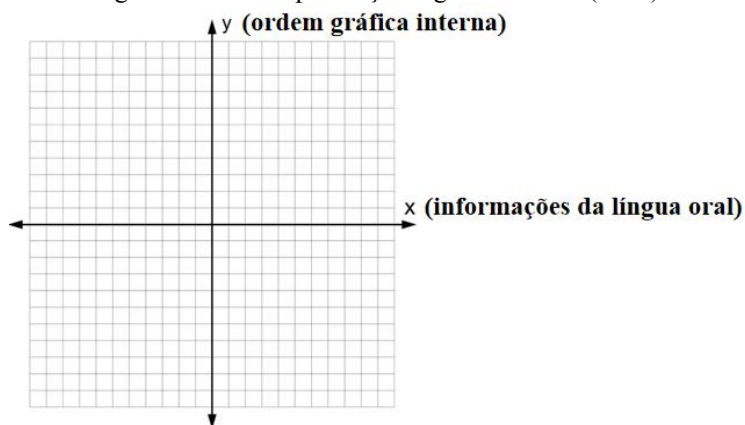
<sup>17</sup> Em português: “Conjunto de sinais visuais de organização e apresentação que acompanham o texto escrito, interiores ao texto e comuns ao manuscrito e ao impresso; a pontuação compreende várias classes de sinais gráficos discretos e formam um sistema, complementando ou suplementando a informação alfabética” (tradução própria).

<sup>18</sup> Em português: “paráfrase concisa” (tradução própria).

langage”<sup>19</sup> (Catach, 1994, p. 7), que proporcionaram novas formas de encadeamento entre os segmentos linguísticos presentes num texto escrito. Para evidenciar essa mudança, Catach (1994) rememora a abundância de conectores (*e*, *então*) nos textos mais antigos (a Bíblia, os Vedas, as crônicas medievais), se comparados ao estilo moderno. A despeito disso, aponta para repercussões do uso da pontuação no plano da oralidade, ao fazer referência, já na introdução da obra, a desdobramentos das funções da sintaxe em funções de ordem gramatical, semântica e entonativa, na esteira do gramático francês Nicolas Beauzée (1717-1789).

Catach (1994), numa postura semelhante à de Dahlet (2002), salienta a necessidade de contextualizar o valor que termos como “pausa” (ou outros como “pontuar” e “pontuação”) assumem em cada tempo histórico. Os termos, diz a autora, têm uma história. Todavia, ela defende que, mesmo diante desse importante pressuposto epistemológico, “il n’y a aucune différence réelle, en profondeur, entre ce que l’on appelle pauses à l’oral et séparateurs à l’écrit”<sup>20</sup> (Catach, 1994, p. 49), de modo que o uso do termo “pontuar” tanto para a frase escrita quanto para a frase oral remete a dois aspectos de ordem linguística que se complementam mutuamente. Cabe observar que, entre os sinais “essentiellement séparateurs”<sup>21</sup> (Catach, 1994, p. 8), está a vírgula (junto com o ponto e vírgula, o ponto final, a exclamação, a interrogação e as reticências). Na ótica de Catach (1994), oralidade e escrita constituem a base dos dois eixos que, descritos num plano de coordenadas cartesianas, explicam as potencialidades dos sinais de pontuação. Represento esse ponto de vista teórico na Figura 2:

Figura 2: Eixos da pontuação segundo Catach (1994)



Fonte: Elaboração própria (2025)

<sup>19</sup> Em português: “reserva ‘elíptica’ da linguagem” (tradução própria).

<sup>20</sup> Em português: “não há nenhuma diferença real, em profundidade, entre o que chamamos pausas no oral e separadores na escrita” (tradução própria).

<sup>21</sup> Em português: “essencialmente *separadores*” (tradução própria).



Nesse quadro descritivo, a pontuação, no eixo das abcissas (x), une e completa as informações da língua oral na medida do possível, ao passo que, no eixo das ordenadas (y), dispõe de uma ordem gráfica interna, parcialmente autônoma (cf. Catach, 1994). Assim como o plano cartesiano pode representar graficamente uma equação de duas variáveis ou a localização de um ponto a partir do encontro entre duas coordenadas específicas, o uso desse recurso para descrever o sistema de pontuação sugere uma engrenagem movida pelo entrecruzamento de dois mecanismos distintos, um ligado à escrita, outro à sua relação com o oral. Nos termos de Catach (1994), a pontuação conjuga em si uma dupla condição: tanto é a parte mais oral quanto a mais visual da escrita.

Desse modo, a autora aponta para um complexo e variado rol de funções passíveis de serem executadas pelos sinais de pontuação. Alguns exemplos são a indicação ou sugestão dos seguintes elementos: os limites e a segmentação do enunciado; as pausas orais e escritas, maiores ou menores; a entonação; as modalidades; a construção e as relações entre as partes; a oposição tópico/comentário; as relações entre os interlocutores; a oposição de sentidos parciais e sentido total; oposições gramaticais específicas (como as palavras colocadas em aposição); a clareza do enunciado. Contudo, ao distribuir em quatro subgrupos essas funções numa categorização dos sinais de pontuação, Catach (1994, p. 57) exclui os critérios prosódicos e semânticos por considerá-los variáveis indistintivas<sup>22</sup>: “Nous ne ferons de groupes à part ni pour les marques de pause et d’intonation ni pour les marques de sens, considérant que toute unité ponctuant est porteuse, potentiellement et effectivement, de silence, de rythme, de modulation [...], comme de charge fonctionnelle et sémantique”<sup>23</sup>. Por essa razão, classifica os sinais em: sinais de pontuação geral (ditos “lógicos” ou “construtivos”, essencialmente separadores e organizadores do texto), sinais de modalidade, sinais sequenciais (duplos) e de “segundo regime” (“enunciadores-anunciadores”) e os sinais tipográficos associados.

A vírgula, em Catach (1994), abarca possibilidades de uso que permitem enquadrá-la como pontuação geral ou sequencial. Restrinjo-me, por isso, a tratar dessas subclasses. A primeira é também chamada de pontuação construtiva por se ancorar nos “construtivos” dos

<sup>22</sup> Há casos específicos, contudo, em que a função semântica ganha destaque em relação às demais funções segundo Catach (1994). É o que acontece, por exemplo, quando a vírgula opõe dois segmentos funcionalmente diferentes, com o intuito de desfazer ambiguidades ou de demarcar elipses.

<sup>23</sup> Em português: “Não faremos grupos à parte nem para as marcas de pausa nem para as marcas de sentido, considerando que toda unidade pontuacional é portadora, potencialmente e efetivamente, de silêncio, de ritmo, de modulação [...], como de carga funcional e semântica” (tradução própria).

gramáticos antigos<sup>24</sup>, termo que, segundo a autora, recai sobre diferentes níveis linguísticos: som e sílaba (*vox*); parte de palavra e morfema; palavra e grupo de palavras (*dictio*); oração e frase complexa (*sententia*); parágrafo e período (este último entendido como “unidade de sentido total”<sup>25</sup>). Catach (1994) distribui os sinais dessa classe num sistema que os define em função de duas variáveis coocorrentes: o nível dos segmentos linguísticos afetados pela pontuação (I, II, III, cf. Quadro 5) e a força dos sinais (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, cf. Quadro 5). Embora afirme ser a oração o centro da pontuação construtiva, é em torno da frase que ela organiza as categorias desse sistema, conforme reproduzido no Quadro 5 adiante, em três ordens hierárquicas<sup>26</sup>: a pontuação de primeira ordem, superior à frase (simples ou complexa); a pontuação de segunda ordem, relativa à frase; e a pontuação de terceira ordem, inferior à frase (partes do discurso e palavras).

---

<sup>24</sup> Na tese de Cardoso (2023), sobre a metalinguagem e as terminologias para a descrição sintática na história da gramática tradicional, dos greco-latinos aos portugueses oitocentistas, o termo “construtível” integra um modelo sintático binário, fundamentado em relações de dependência, próprio dos gramáticos especulativos: “De acordo com o princípio material, o construtível se apresenta como a matéria de que é composta uma construção, em cuja estrutura devem figurar sempre dois elementos: um dependente e um determinante (*i.e.* suposto e aposto). Pelo princípio formal, os dois construtíveis devem unir-se harmonicamente” (Cardoso, 2023, p. 274).

<sup>25</sup> No glossário de Catach (1994), o termo “período” (“*période*”, em francês) assume um sentido que se afasta de seu valor contemporâneo: “Terme ancien désignant l’ « unité de pensée totale », pouvant comporter plusieurs portions majeures du texte, phrases complexes ou paragraphes. Le signe qui ferme la période s’appelait *periodus*” [Em português: “Termo antigo que designa a ‘unidade de pensamento total’, podendo comportar várias porções maiores do texto, frases complexas ou parágrafos. O sinal que encerra o período se chama *periodus*” (tradução própria).] (Catach, 1994, p. 124). Semelhante concepção será discutida na quarta seção da tese, quando analiso o uso do metatermo “período” para fins de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa.

<sup>26</sup> No glossário de Catach (1994), o termo “frase” (“*phrase*”, em francês) é assim definido: “Ensemble syntaxique comportant une ou plusieurs propositions (*phrase simple* ou *complexe*)” [Em português: “Conjunto sintático que comporta uma ou mais orações (frase simples ou *complexa*)” (tradução própria).] (Catach, 1994, p. 124). O termo “oração” (“*proposition*”, em francês) não consta no glossário, mas, ao longo da obra, a autora afirma que a oração é “formée [...] du verbe conjugué, ou du prédicat quel qu’il soit, et de tout ce qui s’y rattache” [Em português: “formada [...] pelo verbo conjugado, ou pelo predicado qualquer que seja, e de tudo que a ele se liga” (tradução própria).] (Catach, 1994, p. 50), podendo se tornar frase simples se apresentar sentido completo.

Quadro 5 – Hierarquia geral e força dos sinais de pontuação

Hierarquia/ Força	Segmentos de base	Composição do segmento	Exemplos de sinais
	Livro	capítulos	espaços, caracteres
I. ----- 7	Discurso <sup>27</sup> , período	partes maiores	grandes separações
6	Parágrafo	uma ou mais frases	maiúscula e ponto parágrafo
II. ----- 5	Frase complexa	orações	maiúscula-pontos, dois- pontos, ponto e vírgula
4	Oração	partes do discurso	vírgula
-----3	Partes do discurso	discurso direto, diálogos, enumerações...	sinais duplos
III. -----	-----	-----	-----
2	Palavra	uma ou mais palavras	vírgula(s)
-----	-----	-----	-----
1	Partes de palavra, sílabas	-----	maiúscula de palavra, ponto de abreviação
			-----
			hífen <sup>28</sup>

Fonte: Traduzido de Catach (1994, p. 52, tradução própria)

Cabe destacar que, ao apresentar esse sistema, Catach (1994) faz a ressalva de que a indicação de forças atribuída aos sinais opera de forma relativa. Ela também justifica a necessidade de relacionar as funções da pontuação às partes da sintaxe, como sugerem as três ordens que sustentam o modelo do Quadro 5, em função da natureza essencialmente sintática que define a pontuação. Nesse esquema classificatório, a dimensão prosódica dos sinais é parte constitutiva dos segmentos delimitados pelos sinais de pontuação, tendo em vista o modo como a autora define “unidade sintática”:

<sup>27</sup> No glossário da obra, os termos “discurso” (“discours”, em francês) e “texto” (“texte”, em francês) são definidos simultaneamente: “Suite de phrases interdépendantes orales ou écrites effectivement réalisées, ayant un sens complet, par opposition au système abstrait du langage (appelé *Langue*) [Em português: “Sequência de frases interdependentes orais ou escritas efetivamente realizadas que têm um sentido completo, por oposição ao sistema abstrato da linguagem (chamado *Língua*)” (tradução própria).] (Catach, 1994, p. 124).

<sup>28</sup> No quadro original, Catach (1994) utiliza dois termos distintos para fazer referência ao que a tradição gramatical luso-brasileira atualmente denomina “hífen”. São eles “trait d’union” e “trait de division” (em tradução literal, “traço de união” e “traço de divisão”). Na tradição gramatical francesa, esses termos podem ser ou não tratados como sinônimos (cf. Mathieu-Colas, 1995).

Une unité syntaxique, doit être comprise comme associant à la fois une *suite de mots* (aspect constructif), un *message* (aspect actuel), une *substance* et une *forme* intonatives (mélodie expressive et aspect intonatif) et un *sens* (contenu du message, résultant de l'ensemble des données précédentes). La ponctuation tient dignement son rôle à ces différents niveaux de la syntaxe. Elle aide à la construction, exprime les pauses, les sentiments, l'intonation, et participe au sens, de façon associée et parfois même autonome<sup>29</sup> (Catach, 1994, p. 48).

Na condição de pontuação construtiva, Catach (1994) reconhece a polivalência da vírgula, assim como de outros sinais que, a seu ver, têm posição de protagonismo no sistema (os brancos, os pontos e as maiúsculas). Isso ocorre porque sua proposta de classificação, explica a autora, opõe a figura dos sinais e o valor (ou função) de cada um. Em termos saussurianos, cada sinal é interpretado como signo definido por uma relação convencional entre significante e significado: a vírgula (significante) comporta força e valores diferentes (significados) a depender do nível linguístico em que se dá a sua atuação, conforme o sistema representado no Quadro 5. Desse modo, pode operar como: i) sinal de segunda ordem (II) e força intermediária (4), quando segmenta a oração em partes do discurso; ii) sinal de terceira ordem (III) e força intermediária (3), um pouco inferior à força de i), quando delimita as partes do discurso em uma ou mais palavras; ou iii) com a mesma hierarquia (III) e força (3) de ii), quando delimita partes do discurso nas enumerações. É por isso que, além da polivalência (“plusieurs valeurs différentes”<sup>30</sup>), Catach (1994, p. 52) chama atenção para a homonímia (“même apparence”<sup>31</sup>) de alguns sinais.

Nesses casos, Catach (1994) refere-se à chamada “vírgula *mais*” (“virgule *plus*”<sup>32</sup>). Nessa categoria, o sinal enumera e delimita segmentos de ordem similar (sujeitos, advérbios, verbos, orações, etc.), que constituem a frase “sommés par un même nœud à un degré indifférent de la dérivation”<sup>33</sup> (Tournier *apud* Catach, 1994, p. 64). Por isso, as funções construtivas asseguradas pela vírgula são, para a linguista, análogas, de um lado, ao papel que o hífen exerce ao separar e, simultaneamente, unir as partes de uma palavra composta (o que a vírgula faria com as partes do discurso no interior da oração) e, de outro, às funções exercidas pelas conjunções coordenativas ou, em alguns casos, pelas subordinativas. Na prática,

<sup>29</sup> Em português: “Uma unidade sintática deve ser compreendida como associando ao mesmo tempo uma *sequência de palavras* (aspecto construtivo), uma *mensagem* (aspecto atual), uma *substância* e uma *forma* entonativas (melodia expressiva e aspecto entonativo) e um *sentido* (conteúdo da mensagem, resultante do conjunto dos dados precedentes). A pontuação desempenha dignamente seu papel nesses diferentes níveis da sintaxe. Ela auxilia a construção, exprime as pausas, os sentimentos, a entonação e participa do sentido, de forma associada e às vezes até mesmo autônoma” (tradução própria).

<sup>30</sup> Em português: “muitos valores diferentes” (tradução própria).

<sup>31</sup> Em português: “mesma aparência” (tradução própria).

<sup>32</sup> Cf. TOURNIER, C. Histoire des idées sur la ponctuation, des débuts d'imprimerie à nos jours. **Langue Française**, n. 45, p. 28-40, fev. 1980. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lfr\\_0023-8368\\_1980\\_num\\_45\\_1\\_5261](https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5261). Acesso em: 11 fev. 2025.

<sup>33</sup> Em português: “somados por um mesmo nó a um grau indiferente da derivação” (tradução própria).

conjunções e vírgulas atuam em conjunto, podendo se corresponder, se opor ou se unir para distinguir e estabelecer gradações entre grupos de sentidos maiores e menores (Catach, 1994).

Corroboram a polivalência e a homonímia da vírgula no sistema de pontuação seus demais usos, descritos sob o rótulo de “vírgula *menos*” (“virgule *moins*”<sup>34</sup>). Nessa categoria, ela integra a pontuação sequencial, de surgimento tardio na história se comparada à pontuação geral ou construtiva (Catach, 1994). Esse tipo de pontuação é responsável por delimitar sequências no interior da frase simples ou complexa, estabelecendo intervalos sintáticos e entoativos que as distinguem da cadeia frástica de base (ou principal). Segundo Catach (1994), as sequências delimitadas por esses sinais podem ser mais ou menos indispensáveis ao sentido da cadeia frástica inicial (mais ou menos “livres”). Logo, a autora subclassifica tanto as referidas sequências quanto as pontuações que as demarcam como integradas (dependentes da fala do locutor) ou não integradas (independentes da fala do locutor). Distinguem as sequências do primeiro tipo<sup>35</sup> a “vírgula *menos*” (nessas circunstâncias, sempre dupla ou emparelhada com outro sinal), bem como os travessões (também duplos quando inserem sequências em posição intermediária da frase) e os parênteses. No que diz respeito à vírgula, seus usos com função sequencial ocorrem em caso da inserção de incidentes ou de deslocamento de um segmento na cadeia frástica:

La (ou les) virgules *moins* (petites sœurs des parenthèses, plus discrètes et de valeur moindre, l’une d’entre elles pouvant être virtuelle ou réalisée) permettent d’extraire, de déplacer ou de rajouter à n’importe quel endroit de la chaîne (mais pas n’importe où) un segment qui ne se situe pas sur le même plan que le reste de la phrase. [...] Les virg. *moins* s’applique à ce que les grammariens appellent les « termes libres », « interventions personnelles », dit Grevisse<sup>36</sup> [...], qui « forment en fait une autre phrase ou plutôt une sous-phrase » [...], incises, remarques, circonstances [...]. Elles s’appliquent aussi à tous les cas d’inversion dans la phrase même. L’ordre canonique de la syntaxe constructive (sujet-verbe-complément) est remanié en vue d’atteindre à un acte de communication pleinement réussi<sup>37</sup> (Catach, 1994, p. 66).

<sup>34</sup> Cf. TOURNIER, C. Histoire des idées sur la ponctuation, des débuts d’imprimerie à nos jours. **Langue Française**, n. 45, p. 28-40, fev. 1980. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/lfr\\_0023-8368\\_1980\\_num\\_45\\_1\\_5261](https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5261). Acesso em: 11 fev. 2025.

<sup>35</sup> Dada a “não integração” entre a cadeia frástica principal e a sequência delimitada pelo segundo tipo de pontuação, Catach (1994) também denomina “de segundo regime” tal sequência e a pontuação que a demarca: “Les ponctuations non intégrées concernent les interventions extérieures au locuteur, marques du « discours rapporté », souvent séparé de la phrase elle-même par les deux-points d’ordre majeur, dont c’est là la fonction principale” [Em português: “As pontuações não integradas referem-se às intervenções externas ao locutor, marcas do ‘discurso reportado’, frequentemente separado da frase em si pelos dois-pontos de ordem maior, cuja função principal é essa” (tradução própria).] (Catach, 1994, p. 50).

<sup>36</sup> Cf. GREVISSE, M. **Le bon usage**: Grammaire française. 12. ed. Gembloux: Duculot, 1986. 1800 p.

<sup>37</sup> Em português: “A (ou as) vírgulas *menos* (pequenas irmãs dos parênteses, mais discretas e de valor médio, uma delas podendo ser virtual ou realizada) permitem extrair, deslocar ou adicionar a qualquer ponto da cadeia (mas não em qualquer lugar) um segmento que não se situa sob o mesmo plano que o resto da frase. [...] As vírgulas *menos* se aplicam ao que os gramáticos chamam de ‘termos livres’, ‘intervenções pessoais’, diz Grevisse [...], que ‘formam de fato uma outra frase, ou melhor, uma subfrase’ [...], incisos, observações, circunstâncias [...]. Elas se aplicam também a todos os casos de inversão da própria frase. A ordem canônica da

Em síntese, Catach (1994) atribui à vírgula uma multiplicidade de funções, que, fundamentalmente sintáticas, permitem definir a ordem das palavras, distinguir as partes da oração ou da frase complexa e estabelecer relações entre elas, não deixando, com isso, de repercutir na construção de sentidos da frase escrita e remeter à entoação da oralidade. A compreensão dessas funções demanda relacioná-las ao modo como elas se manifestam no uso de outros sinais de pontuação, junto aos quais a vírgula constitui um sistema, como foi possível perceber, por exemplo, no esquema classificatório do Quadro 5.

Esmiuçada, enfim, a problemática das relações entre fala e escrita no âmbito da normatização e dos usos contemporâneos da vírgula, transporto as reflexões desta introdução para diferentes épocas, recuperando e inter-relacionando, na próxima subseção, alguns recortes da história da pontuação com o intuito de situar essa discussão na esfera dos interesses de pesquisa da HL.

### **1.1.3 A dimensão histórica do problema: (des)continuidades na lenta conquista da sintaxe sobre a prosódia no sistema de pontuação ocidental**

Rocha (1997, n.p.), após fazer uma retrospectiva panorâmica do sistema de pontuação no contexto da escrita ocidental, abarcando desde a Antiguidade clássica ao século 20, afirma haver “um debate secular e inconcluso sobre se (ou em qual extensão) a pontuação é de fato determinada pela gramática, ou pela fonologia”. Até o momento, procurei demonstrar o caráter “inconcluso” do referido debate, apontando a forte presença na contemporaneidade dos problemas teóricos, normativos e pedagógicos que o circundam, particularmente no que diz respeito à vírgula, seja no âmbito da escolarização, da tradição gramatical ou da linguística contemporânea. Nesta última subseção, que antecede a apresentação das perguntas de pesquisa e dos objetivos que orientam esta tese, procuro enfatizar o caráter “secular” do debate a partir de suas raízes históricas e das (des)continuidades que atravessam a história da pontuação quanto ao condicionamento prosódico e/ou sintático das regras de uso da pontuação e, em particular, da vírgula. Assim, as perguntas levantadas em decorrência da problematização da normatização contemporânea (cf. subseção 1.1.1), hoje respondidas de diferentes formas pela linguística (cf. subseção 1.1.2), traduzem-se em demandas de pesquisa historiográfica porque, embora se apresentem aos sujeitos do presente (professores, estudantes,

---

sintaxe construtiva (sujeito-verbo-complemento) é remanejada com vistas a alcançar um ato de comunicação plenamente bem sucedido” (tradução própria).

leitores de gramática, pesquisadores), remetem ao desenvolvimento histórico do sistema de pontuação.

Houaiss (1983, p. 90) explica que, no mundo ocidental, essa história toma a forma de uma “lenta conquista”, com a gradativa sobreposição da sintaxe ao ritmo prosódico da fala:

A tradição medieval – ora continuando, ora não (caso em que não pontuava, mas via de regra separava muitos vocábulos [...]) – deu-nos o sistema iniciado pelos alexandrinos, e o Renascimento se limitou a herdar, em linhas essenciais, os principais signos de pontuação modernos, embora empregando-os num sentido progressivamente lógico-gramatical, enquanto antes se fazia preferentemente subordinado ao perfil melódico da cadeia falada e às pausas respiratórias mais nítidas (Houaiss, 1983, p. 90-91).

O processo evolutivo descrito por Houaiss (1983), no entanto, não reflete uma transição linear entre duas formas de se interpretar, para fins de uso e normatização, o fenômeno da pontuação, apagando-se as controvérsias relativas à natureza das relações entre fala e escrita, bem como entre sintaxe e prosódia, problematizadas nesta tese. Nas palavras de Rosa (1994b, p. 230-231), “o caminho que levou à pontuação com que hoje lidamos não foi reto nem direito, mas um caminho de variação e mudança”. O próprio Houaiss (1983, p. 92) identifica o “débito rítmico-melódico-respiratório” e a “sistemática lógico-gramatical” como duas orientações que condicionam o emprego dos sinais de pontuação desde o Renascimento e que podem ou não coincidir.

De fato, os estudiosos que se dedicam ao tema (cf. Catach, 1994; Rocha, 1997; Mediavilla, 2012; Parkes, 2016; Rosa, 2016) são unânimes ao assumirem a íntima relação entre o surgimento da pontuação e as práticas de leitura em voz alta, determinantes para a circulação do texto escrito não apenas na Antiguidade greco-latina, mas ao longo dos muitos séculos que se seguiram até, pelo menos, o advento da imprensa. Esses autores também abordam o papel de destaque que teve a retórica clássica para o desenvolvimento do sistema de pontuação ocidental. Em todos os casos, contudo, é possível perceber, sob diferentes perspectivas, que o suporte à oralização do texto escrito não implicava o apagamento da dimensão sintático-semântica da pontuação, conforme alerta Catach (1994, p. 57):

Les Anciens ne séparaient pas l'écrit de l'oral de la même façon que nous [...] ; ils avaient des signes une conception « pleine » et unitaire. Aussi serait-il inexact de croire qu'ils sous-estimaient la syntaxe et le sens. Au contraire, pour exister, la sentence doit être « parfaite », sens compris. On sépare la ponctuation en signes de « perfection » et « non perfection », sur tous les plans, y compris les pauses.<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Em português: “Os Antigos não separavam o escrito do oral da mesma forma que nós [...]; eles tinham uma concepção ‘plena’ e unitária dos signos. Também seria inexacto crer que eles subestimaram a sintaxe e o sentido.

Acerca da Antiguidade, Parkes (2016) explica que o surgimento da pontuação veio em auxílio de leitores inexperientes, em contraste à *scriptio continua* (escrita sem espaços em branco ou marcas gráficas que separassem as palavras individualmente ou em grupos dentro de uma seção maior do texto), que relegava ao leitor o ofício de marcar pausas a partir de sua própria interpretação. Assim, o que Parkes (2016) chama de pré-história da pontuação recai sobre a ação dos *grammatici*, ao pontuarem ou ensinarem a seus alunos como fazê-lo no intuito de se prepararem para a leitura adequada dos textos (*praelectio*), que não estavam aptos a serem lidos ao primeiro contato. Tal prática vinculava-se ao ensino da retórica, tendo em vista que a cultura antiga esteve fortemente dominada pelo ideal do orador, traduzido pela valorização da eloquência nas situações de fala pública (Parkes, 2016). Nesse sentido, o autor situa a pontuação num contexto educacional que cultivava “an aural response to the written word”<sup>39</sup> (Parkes, 2016, p. 9): “A reader on his own might murmur the sounds of the words to himself, but the ideal was a kind of expressive declamation with well modulated pronunciation, in which the text was carefully phrased (*distincta*) by means of appropriate pauses”<sup>40</sup> (Parkes, 2016, p. 9).

Ao longo da obra de Parkes (2016), cujo recorte temporal vai até meados do século 16, são apontados períodos históricos de maior ou menor vínculo entre a cultura escrita e o ideal do orador em função do grau de interesse então vigente na cultura humanista clássica, associado a outros fatores peculiares a cada época.

Ao contrário do que uma visão linear da história poderia supor, não é preciso avançar tanto no tempo para se deparar com mudanças de atitude em relação à palavra escrita: Parkes (2016) as identifica já em fins do século 6, quando membros da comunidade cristã ocidental aguçam sua percepção do papel da palavra escrita na preservação e transmissão de suas doutrinas, inclusive às gerações subsequentes. Na ótica do autor, Isidoro de Sevilha (c. 560-636) seria um dos primeiros representantes desse novo olhar para a palavra escrita, tomada em seu potencial de fornecer acesso direto aos testemunhos do passado, que proporcionariam uma melhor compreensão do cristianismo. Segundo Parkes (2016, p. 21), “writing was no longer merely the record of the spoken word but could also signal directly to the mind through

---

Ao contrário, para existir, a sentença deve ser ‘perfeita’, incluindo o sentido. Separa-se a pontuação em sinais de ‘perfeição’ e ‘não perfeição’, sobre todos os planos, incluindo as pausas” (tradução própria).

<sup>39</sup> Em português: “uma resposta auditiva à palavra escrita” (tradução própria).

<sup>40</sup> Em português: “O leitor por conta própria podia murmurar os sons das palavras para ele mesmo, mas o ideal era um tipo de declamação expressiva com pronúncia bem modulada, na qual o texto fosse cuidadosamente pontuado (*distincta*) por meio de pausas apropriadas” (tradução própria).



the eye”<sup>41</sup>. O autor explica, desse modo, que o gramático não apenas deu preferência à leitura silenciosa, como também se preocupou em tornar os princípios que regiam a pontuação mais inteligíveis às novas gerações de leitores, menos familiarizadas com a análise retórica da sentença latina. No Livro I (*Da gramática*) de sua *Etimologias*, Isidoro de Sevilla (2001) descreve o sistema de *distinctiones* da Antiguidade (ponto alto, médio e baixo em relação à altura da linha conforme a duração das pausas) com base nas unidades que estruturavam o *periodus* da retórica clássica:

1. Los signos de puntuación sirven para ir delimitando el discurso hablado por medio de *cola*, *commata* y *períodos*, que, siguiendo unas reglas, nos ponen de manifiesto el sentido de lo escrito. Dichos signos se llaman *positurae*, porque son anotados poniendo (*positis*) puntos, o porque allí donde están colocados, la voz «reposa» un momento como señalando una pausa. Los griegos los llaman *théseis*, y los latinos *positurae*. 2. El primer signo de puntuación es el *punto bajo*, llamada [*sic*] *subdistinctio*, y *comma* en latín. El segundo es el *punto medio*, conocido como *distinctio media* y *cola*. Por último, el *punto alto* – *distinctio ultima* o *período* –, que cierra toda la oración. Partes de ésta son, como hemos dicho, los *cola* y la *comma*, cuya diferencia se revela en la puntuación, que se coloca en lugares distintos. 3. Así, al comienzo de la frase, cuando ésta no posee todavía sentido completo, pero se tiene necesidad de respirar, nos encontramos con una *comma* que divide la frase; el punto se coloca siempre detrás de la última letra, en la parte baja; precisamente por eso la *comma* se le da el nombre de *subdistinctio*, porque el punto va colocado en la parte inferior, tras la letra última. 4. Cuando, a medida que progresa la oración, va aflorando el sentido, pero todavía falta algo para que éste sea completo, se produce un *colon*, que notamos con un punto a la altura media de la letra. Lo llamamos *distinctio media*, por ir situado el punto tras la letra, a media altura. 5. Cuando en nuestro discurso hablado hemos llegado al final de la frase, nos encontramos con un *período*, y colocamos un punto detrás de la última letra, en la parte alta; y lo llamamos *distinctio*, esto es, separación, porque separa una oración completa. 6. Esto por lo que se refiere a los oradores. Por lo demás, entre los poetas se habla de *comma* cuando, en un verso, después de medirlo, tiene lugar una cesura y, a continuación de dos pies métricos<sup>42</sup>, encontramos una sílaba. Cuando detrás de esos dos pies no aparece ninguna sílaba, se trata de un *colon*. En fin, el verso entero es un *período*<sup>43</sup> (Isidoro de Sevilla, 2004, p. 299).

<sup>41</sup> Em português: “a escrita deixava de ser meramente o registro da palavra falada, mas podia também comunicar diretamente à mente através do olho” (tradução própria).

<sup>42</sup> A expressão “pés métricos” faz referência à unidade rítmica que, segundo Carvalho (2024), organiza o sistema de metrificação greco-latino, intimamente relacionado à prosódia das línguas clássicas, baseada na quantidade (ou duração na pronúncia) das sílabas: “A versificação latina, sempre imitando a grega, chamava *pé* a um grupo de duas a quatro sílabas só breves, ou só longas, ou breves e longas, porque esses grupos silábicos eram marcados com o pé batendo no chão” (Carvalho, 2024, p. 137). Ainda conforme o autor, no bojo das mudanças do latim que culminaram no surgimento das línguas românicas modernas, a distinção quantitativa entre sílabas longas e breves perde espaço para a distinção qualitativa entre sílabas tônicas e átonas, o que explica a transição, na poesia, de um ritmo quantitativo para um ritmo acentual, cujos parâmetros passam a ser o número de sílabas e a tonicidade.

<sup>43</sup> Em português: “1. Os sinais de pontuação servem para ir delimitando o discurso falado por meio de *cola*, *commata* e *períodos*, que, seguindo umas regras, manifestam-nos o sentido do escrito. Os ditos sinais se chamam *positurae*, porque ali onde estão colocados, a voz “reposa” um momento indicando uma pausa. Os gregos os chamam *théseis*, e os latinos *positurae*. 2. O primeiro sinal de pontuação é o *ponto baixo*, chamado *subdistinctio*, e *comma* em latim. O segundo é o *ponto médio*, conhecido como *distinctio media* e *cola*. Por último, o *ponto alto* – *distinctio ultima* ou *período* –, que encerra toda a oração. Partes desta são [...] os *cola* e a *comma*, cuja diferença se revela na pontuação, que se coloca em lugares distintos. 3. Assim, no começo da frase, quando esta ainda não possui sentido completo, mas se tem necessidade de respirar, encontramos-nos com uma *comma* que

As unidades de sentido delimitadas pelos *positurae* são também alvo de descrição no Livro II (*Da retórica e dialética*) da mesma obra:

1. Toda oración se construye con palabras, y se estructura en *comma*, *colon* y *período*. *Comma* es una pequeña parte de la oración. *Colon* es un miembro de la misma. *Período* es la frase completa. El *comma* está integrado por la combinación de palabras; la coordinación de *cómmata* forma un *colon*; y, a su vez, la de *cola*, compone un período. 2. Un *comma* es el límite de una concordancia, por ejemplo (Cic., *Mil.* 1): «Aunque temo, jueces,»... Esto es un *comma*; detrás sigue otro *comma*: «que resulte vergonzoso empezar la defensa de un hombre tan valiente». De lo que resulta un *colon*, es decir, un miembro, ya que confiere sentido a la expresión. Pero todavía está incompleta la oración, hasta que después de varios miembros se concluye el período, es decir, la cláusula final de la oración: «así los ojos van buscando la antigua costumbre de los juicios». El período no debe superar en amplitud lo que pueda expresarse en una sola aspiración<sup>44</sup> (Isidoro de Sevilla, 2001, p. 371).

Uma espécie de retorno ao ideal do orador, com sua “aural response to the written word”<sup>45</sup>, de acordo com Parkes (2016, p. 45), pode ser identificado entre os dictaministas dos séculos 13 e 14, seguidores da *ars dictaminis*. Inicialmente ensinada nas escolas italianas e francesas e, posteriormente, estendida à maior parte da Europa, essa arte, explica o autor, voltava-se à composição em prosa, em especial do gênero epistolar, a partir de regras que, pautadas no latim clássico, construíam um estilo altamente formal e ornamental. Seus proponentes buscavam impor ao meio escrito a suposta autenticidade da elocução oral para captar a atenção do destinatário e, com esse propósito, produziam manuais com modelos de cartas e fórmulas apropriadas às diferentes ocasiões.

Segundo Parkes (2016), dentre os sinais propostos pelos dictaministas, a única marca que sobreviveu, sendo incorporada ao repertório geral de pontuação pelos estudiosos e

---

divide a frase; o ponto se coloca sempre atrás da última letra, na parte baixa; precisamente por isso à *comma* se dá o nome de *subdistinctio*, porque o ponto é colocado na parte inferior, após a última letra. 4. Quando, à medida que progride a oração, vai aflorando o sentido, mas ainda falta algo para que este esteja completo, produz-se um *colon*, que notamos com um ponto à altura média da letra. Chamamo-lo *distinctio media*, por ficar situado o ponto após a letra, a média altura. 5. Quando em nosso discurso falado chegamos ao final da frase, encontramos com um *período*, e colocamos um ponto atrás da última letra, na parte alta; e chamamo-lo *distinctio*, isto é, separação, porque separa uma oração completa. 6. Isto pelo que se refere aos oradores. Pelos demais, entre os poetas fala-se de *comma* quando, em um verso, depois de medi-lo, tem lugar uma cesura e, após dois pés métricos, encontramos uma sílaba. Quando atrás desses dois pés não aparece nenhuma sílaba, trata-se de um *colon*. Enfim, o verso inteiro é um *período*” (tradução própria).

<sup>44</sup> Em português: “1. Toda oração se constrói com palavras, e se estrutura em *comma*, *colon* e *período*. *Comma* é uma pequena parte da oração. *Colon* é um membro da mesma. *Período* é a frase completa. O *comma* está integrado pela combinação de palavras; a coordenação de *commata* forma um *colon*; e, por sua vez, a de *cola*, compõe um período. 2. Um *comma* é o limite de uma concordância, por exemplo (Cic., *Mil.* 1): ‘Embora eu tema, juízes,’... Isto é um *comma*; atrás segue outro *comma*: ‘que resulte vergonhoso iniciar a defesa de um homem tão valente’. Do que resulta um *colon*, ou seja, um membro, já que confere sentido à expressão. Mas ainda está incompleta a oração, até que depois de vários membros se conclui o período, ou seja, a cláusula final da oração: ‘assim os olhos vão buscando o antigo costume dos juízos’. O período não deve superar em amplitude o que possa expressar-se em uma só inspiração” (tradução própria).

<sup>45</sup> Em português: “resposta auditiva à palavra escrita” (tradução própria).

escribas humanistas do século 15, foi a *virgula suspensiva* (/), com a função de indicar pausas mediais, em especial as menores. Segundo Mediavilla (2012), esse sinal, inicialmente incorporado ao repertório geral de pontuação do final da Baixa Idade Média, dividia espaço com o *ponto*, desempenhando, junto com ele, funções pouco definidas e, às vezes, sobrepostas. À entrada do século 16, os impressores convencionam, pouco a pouco, uma prática pontuacional que os diferencia. Passam, desse modo, a reservar o *ponto* para a pausa final e a *virgula suspensiva* para as pausas mediais. Esta, de acordo com Parkes (2016), começaria a ser substituída pela vírgula com o formato semicircular que conhecemos a partir da disseminação de fontes que estabilizou as formas de algumas marcas após o advento da imprensa. O autor considera os humanistas italianos sucessores dos dictaministas devido aos interesses compartilhados em encorajar a escrita do latim correto e elegante e em utilizar a epístola como veículo de comunicação, impulsionados pela redescoberta das cartas de Cícero (c. 106 AEC<sup>46</sup>-43 AEC). A eloquência é, então, assumida como parâmetro de escrita por meio do qual os humanistas poderiam recriar o ideário clássico, desenvolvendo, a partir da imitação, um estilo próprio comparável aos autores antigos (Parkes, 2016).

Entretanto, como já sustentava Catach (1994), em nenhum dos dois exemplos, sintetizados nos parágrafos anteriores, a valorização da palavra falada dissocia a pontuação de sua dimensão sintática, ligada à delimitação, ao estabelecimento de relações e à hierarquização de estruturas. Parkes (2016) afirma que, ao longo da história da pontuação, seu uso se desenvolveu em torno dois modos de análise: a análise gramatical e a análise retórica.

Grammatical analysis has been concerned with the application of punctuation to identify the boundaries of *sententiae* (later, ‘sentences’) and the units of *sensus* or grammatical constituents within them. Rhetorical analysis has been concerned with the ways in which punctuation reflects the periodic structure of a discourse, and indicates the *periodus* and its parts (*commata* or *incisa*, *cola* or *membra*). With its emphasis on pauses for breath this mode of analysis has been preoccupied with bringing out correspondences between the written medium and the spoken word<sup>47</sup> (Parkes, 2016, p. 4).

Apesar de destacar que o *periodus* retórico não deve ser confundido com a *sententiae* gramatical e que *cola* e *commata* não devem ser confundidas com unidades gramaticais da

<sup>46</sup> AEC é a sigla para Antes da Era Comum, em oposição a EC, sigla para Era Comum, termos alternativos ao sistema Anno Domini (a.C. para antes de Cristo e d.C. para depois de Cristo).

<sup>47</sup> Em português: “A análise gramatical esteve preocupada com a aplicação da pontuação para identificar os limites da *sententiae* (mais tarde, ‘sentenças’) e as unidades do *sensus* ou constituintes gramaticais no interior deles. A análise retórica esteve preocupada com as formas como a pontuação reflete a estrutura periódica do discurso e indica o *periodus* e suas partes (*commata* ou *incisa*, *cola* ou *membra*). Com sua ênfase nas pausas para respirar esse modo de análise esteve preocupado em realçar as correspondências entre o meio escrito e a palavra falada” (tradução própria).

oração, Parkes (2016) alega haver relativa concordância entre gramáticos e retóricos acerca do que constitui sentido completo e incompleto, critério central para a definição das estruturas de ambos os modos de análise. Como será demonstrado no decorrer da tese, esses termos da retórica clássica aparecerão em gramáticas e tratados ortográficos portugueses publicados a partir do século 16, seja para fazer referência aos sinais da Antiguidade ou mesmo para nomear alguns dos sinais normatizados nesses instrumentos linguísticos, incluindo as marcas que se tornariam os atuais ponto final, dois-pontos e vírgula (*cólo* ou *colon* para os dois primeiros, *coma* ou *comma*<sup>48</sup> para os dois últimos, a depender da obra).

Tanto Cícero, ainda nos últimos séculos AEC, quanto seus seguidores dictaministas e humanistas, já entre a Baixa Idade Média e o Renascimento, tomavam, de acordo com Parkes (2016, p. 11), “the rhythms of the *clausulae* in prose”<sup>49</sup> ou “the rhythmic phrases which occur at the ends of *periodi* or the divisions (*cola* and *commata*) within the *periodus*”<sup>50</sup> como parâmetros de escrita. Mas Cícero desdenhava da confiança excessiva que o leitor depositava na pontuação e defendia que o fim da sentença deveria ser determinado pelo condicionamento do próprio ritmo, não por pontos e pausas (Parkes, 2016). O ritmo da cláusula, nesse contexto, auxiliava o leitor experiente, descrito por Parkes (2016, p. 11) como “one with a sensitive ear”<sup>51</sup>.

No âmbito da escrita humanista, o cenário era outro, pois, segundo Parkes (2016), não existem evidências de que essa estrutura rítmica – o chamado *cursus* métrico utilizado por Cícero – fosse amplamente compreendida até o século 16, de modo que os escribas da época, em grande parte, não tinham as habilidades necessárias para compreender e pontuar adequadamente as longas e complexas sentenças do latim clássico e neoclássico. Além disso, Parkes (2016) explica que a concepção que os humanistas tinham de eloquência enquanto processo criativo capaz de aprimorar o estilo individual favoreceu o desenvolvimento de um modo próprio de pontuar. Essa pontuação tanto punha em cena as relações lógicas entre os constituintes subordinados de uma estrutura gramatical (análise gramatical) quanto enfatizava a estrutura periódica do discurso (análise retórica), estabelecendo uma discriminação mais refinada das pausas mediais que se tornaria um recurso característico da pontuação humanista (Parkes, 2016). Fruto de uma demanda por maior distinção dos elementos constitutivos da sentença, esse refinamento é, para Mediavilla (2012), a principal contribuição dos humanistas

<sup>48</sup> Aliás, ainda hoje, “coma” e “comma” são os termos utilizados respectivamente em espanhol e em inglês para fazer referência à vírgula. Também é digno de nota lembrar que “period” designa o ponto final em inglês.

<sup>49</sup> Em português: “os ritmos da *clausulae* em prosa” (tradução própria).

<sup>50</sup> Em português: “as frases rítmicas que ocorrem nos finais dos *periodi* ou das divisões (*cola* e *commata*) no interior do *periodus*” (tradução própria).

<sup>51</sup> Em português: “aquele com um ouvido sensível” (tradução própria).

à história da pontuação, na medida em que suas práticas incidiram diretamente sobre os primeiros impressores, através dos quais influenciariam também as gerações futuras de gramáticos e escritores. Parkes (2016) destaca, ainda, que a pontuação dos humanistas buscava um equilíbrio entre o delineamento da estrutura retórica do período e a atenção às relações lógicas expressas por suas estruturas sintáticas, mas, apesar de afirmar que desde então esse equilíbrio teria dominado as atitudes diante dos usos da pontuação, o pesquisador avalia que ele se mostrou precário, na medida em que cada tipo de análise (retórica ou gramatical) encontrou seus próprios partidários nas diferentes gerações.

Na esteira de Parkes (2016), Rosa (2016) assevera que a caracterização da pontuação como um sistema de transcrição de pausas e melodia reflete uma tradição gráfica constituída em função de um mundo em que predominava a transmissão oral do texto escrito. Os ecos de tal caracterização, assinala a autora, e já vimos, alcança a contemporaneidade. No exemplo que ilustra essa afirmação, o gramático Celso Cunha, na 1ª edição da *Gramática da língua portuguesa* (1972), adota uma postura categórica quanto às relações entre pausa e pontuação, associando-as explicitamente à leitura oralizada:

Para bem pontuar, siga-se este conselho de Galichet e Chatelain. Para saber onde deve colocar os seus sinais de pontuação habitue-se a ouvir a melodia da frase que escreve e, quando hesitar, leia a frase em voz alta: as pausas que será obrigado a observar e as mudanças de entoação lhe indicarão geralmente a escolha e o lugar dos sinais de pontuação que nela terá de introduzir (Cunha *apud* Rosa, 2016, p. 24).

Rosa (2016) problematiza, na descrição gramatical atual da pontuação em língua portuguesa, a afluência das tradições gráficas do passado, perceptível na prioridade voltada para a relação sinal gráfico-som a ser decodificada especificamente pelo leitor que lê em voz alta. Sua argumentação vai na direção do conflito que se institui no uso da pontuação entre as esferas da produção e da leitura implicadas no processo comunicativo estabelecido pela escrita: quando aplica essa descrição gramatical ao caminho inverso – relação som-sinal gráfico –, o escritor fluente termina por abandoná-la em favor da análise sintática ou da organização visual do texto (Rosa, 2016). Na configuração contemporânea das práticas de leitura e escrita, em que um mesmo indivíduo lê e escreve, fundamentar as instruções da pontuação em duas bases distintas, para a autora, gera uma ambiguidade que induz o escritor iniciante a erros.

Partindo, então, do valor explicativo das práticas pontuacionais do passado para descortinar os conflitos teóricos do presente, Rosa (2016) se debruça sobre as tradições gráficas das quais a normatização contemporânea é herdeira. Seu artigo indica que o

desenvolvimento dessas tradições acompanha as mudanças que afetaram a função da leitura, o suporte da escrita e a circulação do texto numa cultura em que a escrita tinha menor importância do que em nossos dias. A voz leitora, nesse contexto, tinha caráter meramente instrumental, entendida como o meio de dar acesso ao texto escrito a seus destinatários, que eram ouvintes e não leitores (Rosa, 2016). Além disso, a autora procura relacionar a leitura oral e características dos sistemas de escrita, incluindo a pontuação, que marcaram a tradição greco-latina. Nesse percurso analítico, é possível perceber, em meio à “arte de compor [e ler] para quem ouve” (Rosa, 2016, p. 17-18), ainda na Antiguidade, a atuação de aspectos sintáticos, novamente ligados à retórica clássica, na normatização e nos usos dos sinais que delimitam o período, dentre os quais aqueles que desaguardariam no que hoje é a vírgula.

Segundo Rosa (2016), mesmo com a ampliação do comércio de livros e do público leitor que distinguia a República e o Império romanos (entre os séculos 6 AEC e 5 EC) das condições materiais de leitura na Atenas do século 5, quando livros eram escassos e predominavam os longos rolos de papiro, a performance oral continuou sendo determinante. Nesse contexto, a autora destaca, assim como Parkes (2016), a ênfase nas características rítmicas da retórica, dessa vez com base em Quintiliano (c. 35-96), transfiguradas para a estruturação da prosa em torno da fonologia tanto da sílaba quanto da oração. O autor de *Institutio Oratoria*, para quem o melhor juiz do ritmo era o ouvido, descreve, no Livro IX de sua obra, os dois elementos da construção estilística do *periodo* de acordo com os graus de completude do pensamento que expressam: o *incisum* (ou *coma*) e o *membrum* (ou *colón*).

El “inciso”, en mi opinión, será definido como la expresión de un pensamiento encerrado en una unidad métrica incompleta, pero la mayoría de los autores lo consideran parte de un “miembro”. Así en el ejemplo propuesto por Cicerón (*Orat.*, 223): *¿Te faltaba casa? La tenías. ¿Te sobraba dinero? Lo necesitabas*. Una sola palabra también puede constituir un inciso, como: *Dijimos, queremos poner testigos*. La palabra *dijimos* es un inciso. Un “miembro”, por su parte, es la expresión de un pensamiento rítmicamente completo, pero separado del cuerpo de la frase, y que no significa nada por sí mismo. *¡O hombres astutos!*, es perfecto, pero, separado de los demás, no tiene ningún valor, como la mano, el pie y la cabeza separados del cuerpo [...]. ¿Cuándo, pues, se puede hablar de un cuerpo? Cuando llega el último remate, a saber: *¿A quién de nosotros, por favor, se le escapó que así ibais a hacer vosotros?*<sup>52</sup> (Quintiliano *apud* Mediavilla, 2012, p. 940).

<sup>52</sup> Tradução do latim para o espanhol de Mediavilla (2012). Em português: “O ‘inciso’, em minha opinião, será definido como a expressão de um pensamento encerrado em uma unidade métrica incompleta, mas a maioria dos autores o consideram parte de um ‘membro’. Assim, no exemplo proposto por Cícero (*Orat.*, 223): *Te faltava casa? A tinhas. Te sobrava dinheiro? O necessitavas*. Uma só palavra também pode constituir um inciso, como: *Dissemos, queremos dar testemunhos*. A palavra *dissemos* é um inciso. Um ‘membro’, por sua vez, é a expressão de um pensamento ritmicamente completo, mas separado do corpo da frase, e que não significa nada por si mesmo. *Oh homens astutos!*, é perfeito, mas, separado dos demais, não tem nenhum valor, como a mão, o pé e a cabeça separados do corpo [...]. Quando, pois, se pode falar de um corpo? Quando chega o último remate, a saber: *A quem de nós, por favor, se lhe escapou que assim iríeis fazer vós?*” (tradução própria).

A extensão do período, para Quintiliano (como também para Cícero e Isidoro), não deveria ultrapassar a duração de uma inspiração nem sobrecarregar a memória. Rosa (2016) relata que, alguns séculos depois, São Jerônimo (374-420) desenvolveria a escrita *per cola et commata*, dispondo em cada nova linha uma dessas unidades constitutivas do *periodus*, à semelhança de uma versificação. Parkes (2016) o aponta como um dos primeiros escritores latinos a, adotando esse procedimento em suas versões dos textos considerados difíceis da Bíblia (*Isaías* e *Ezequiel*), indicar pontuação aos leitores, dada a sua preocupação com a precisão das pausas necessárias à compreensão das escrituras. Conforme afirma no prólogo de *Isaías*, Jerônimo teria encontrado esse sistema em cópias dos discursos de Demóstenes (384-322 AEC) e Cícero, mas, segundo Parkes (2016), nenhum desses manuscritos sobreviveu para atestar uma origem da escrita *per cola et commata* anterior à Vulgata de Jerônimo.

Diferentes arranjos de sinais de pontuação que remetem às referidas categorias retóricas (*coma-colon-periodo*, *virgula-coma-colon*, *virgula-coma-colon-periodo*, *coma-colon imperfeito-colon perfeito-periodo*, etc.) figuraram, por séculos, na gramaticografia portuguesa, latino-portuguesa e de outros países da Europa ocidental para compor uma gradação de pausas e/ou de delimitação sintático-semântica. Mesmo quando os termos deixam de ser usados, o sentido de gradação permanece, como atesta a comparação que Rosa (2016) faz entre as definições de alguns sinais de pontuação em dois compêndios gramaticais temporalmente distanciados: a *Nova Grammatices Marie Matris Dei uirginis ars* (1516), de Estêvão Cavaleiro (c. 1460-c. 1518), e, novamente, a *Gramática da língua portuguesa*, de Celso Cunha (1972). No Quadro 6, acrescento as definições da *Grammatica expositiva: curso superior*, de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), em sua 65ª edição (1945):

Quadro 6 – Gradação de pausas na normatização da pontuação

Cavaleiro (1516, f. 58) <sup>53</sup>		Pereira (1945, p. 380-388)		Cunha (1972, p. 591-599)	
Vírgula	“Exige uma pequena demora na prolação.”	Vírgula	“Indica uma pequena pausa na leitura.”	Vírgula	“Marca uma pausa de pequena duração.”
Coma	“[Exige uma demora] um pouco maior, mas com a voz suspensa.”	Ponto e vírgula	“Indica uma pausa mais forte que a vírgula .”	Ponto e vírgula	“Serve de intermediário entre o ponto e a vírgula, podendo aproximar-se ora mais daquele, ora mais desta, segundo os valores pausais e melódicos que assume no texto.”
		Dous pontos	“Indicam, em geral, maior pausa que o <i>ponto e vírgula</i> .”		
Cólon	“Exigem um intervalo pouco mais prolongado.”	Ponto final	“Indica a finalização do período grammatical com pausa correspondente e entoação própria.”	Ponto	“Assinala a pausa máxima da voz depois de um grupo fônico de final descendente.”
Período					

Fonte: Elaboração própria (2025) com base em Rosa (2016) e Pereira (1945)

Para Rosa (2016, p. 24), a descrição gramatical de Cunha (1972) – e o mesmo pode ser dito para a de Pereira (1945) – “eco a cultura que priorizou a transmissão oral do texto, mas que, adaptada aos dias atuais, trata a pontuação como uma transcrição da prosódia”. Ela defende que, hoje, em vez de transcrever pausas da fala, quem pontua o faz com o intuito de indicar relações gramaticais que orientam o leitor na compreensão da informação escrita.

Mesmo ao estudar a pontuação medieval ou renascentista, particularmente a *coma* e o *cólon*, a mesma autora, em sua tese de doutorado (cf. Rosa, 1994a, 1994b), considera pouco produtivo centrar-se na contraparte sonora da pontuação (seja aquela empregada nos manuscritos, seja a normatizada em gramáticas e tratados ortográficos) ou tentar decodificar os sinais pelas lentes dos valores que eles assumem na contemporaneidade. Tal atitude teria levado ao equívoco, por exemplo, de se atribuir à pontuação medieval caráter de aleatoriedade<sup>54</sup>. Para defender seu ponto de vista, em primeiro lugar, ela diferencia a prosódia do discurso oral espontâneo e a prosódia da leitura oralizada, evidenciando que leitura em voz alta não deve ser confundida com fala. Além disso, questiona a interpretação de que o ofício de auxiliar a vocalização da leitura, exercido pela pontuação, limite-se a uma transcrição de pausas da língua oral, uma vez que a estruturação sintática, ao fornecer as chaves para o estabelecimento de relações entre palavras, também orienta o leitor.

Rosa (1994a) advoga, ainda, que a unidade básica para a pontuação atual, por ela denominada frase ou sentença ortográfica, não estava bem estabelecida nas práticas de escrita

<sup>53</sup> Rosa (2016) se vale da tradução de Miguel Barbosa do Rosário e Carlos K. Tannus (comunicação pessoal).

<sup>54</sup> Sobre a não aleatoriedade da pontuação medieval, v. Machado Filho (2004).



mesmo após o advento da imprensa. Podendo ser formada por uma ou mais de uma oração (ou proposição), a sentença ortográfica é definida por fronteiras delimitadas pela maiúscula (ou “capitalização”) e pelo ponto (final, parágrafo, de exclamação, de interrogação) ou pelas reticências (Rosa, 1994a). No interior dessas fronteiras, segundo a autora, empregam-se a vírgula, o ponto e vírgula, os dois-pontos, os parênteses e os colchetes. Uma outra definição a que a autora remete é a noção de frase como a expressão verbal de um pensamento, com base na *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima (1957). A partir da comparação entre diferentes formas (todas ditas corretas) de pontuar uma mesma frase extraída do exemplário desse gramático (cf. item 2 do Quadro 7), Rosa (1994a) demonstra que, mesmo no tempo presente, os limites da frase ou sentença ortográfica podem variar:

Quadro 7 – Limites da frase ou sentença ortográfica

1.	Deus fez a luz, depois criou a natureza e finalmente formou o homem.
2.	Deus fez a luz; depois criou a natureza; e finalmente formou o homem.
3.	Deus fez a luz. Depois criou a natureza. E finalmente formou o homem.
4.	Deus fez a luz, depois criou a natureza. E, finalmente, formou o homem.

Fonte: Adaptado de Rosa (1994a, p. 34-35)

No Quadro 7, é a forma de empregar os sinais de pontuação que determina as unidades de sentido completo presentes em cada exemplo, o que leva Rosa (1994a) a julgar circular a definição de sentença em que se assenta a tradição gramatical. Para ela, as diferentes divisões operadas pela pontuação no Quadro 7 refletem a “decisão do escritor acerca da forma como pretende estruturar a informação de seu texto, dos elementos que pretende unir ou separar, enfatizar mais ou não enfatizar” (Rosa, 1994a, p. 35). Essa estruturação indica ao leitor como o escritor pretende que seu texto seja lido – nas palavras da autora, uma “transdição” (Rosa, 1994a, p. 35) da escrita, que não se limita à melodia da frase. Ela sugere, então, que seriam questões retóricas (num sentido evidentemente distinto da retórica clássica) que governariam a opção por uma das formas acima elencadas.

O sentido completo (ou incompleto), como já foi possível perceber, é um critério de normatização longo na história da pontuação. Ao analisá-lo em manuais latinos publicados no início do século 16 em Portugal, Rosa (1994a) pondera que, embora a ausência de definições lhe confira a condição de termo pré-teórico ou de noção intuitiva, esse critério permitiu que os preceitos da pontuação fossem incluídos na parte destinada ao estudo da sintaxe. A autora compara os dados de duas obras de referência para a pontuação no latim de

então (cf. Machado Filho, 2002): o compêndio *In grammaticae rudimentis commentarii* (15??), de João Vaz (fl. 14??), e a já referida gramática de Cavaleiro (1516). Respectivamente representantes dos seguidores de Pastrana (fl. 1450)<sup>55</sup> e dos humanistas, esses manuais, a despeito de algumas diferenças quanto ao inventário pontuacional e ao tratamento gramatical que lhe era dedicado, punham a contraparte fonética dos sinais (duração de pausas) em posição suplementar, não sendo tal parâmetro distintivo de todos os sinais ou figurando apenas como comentário final (Rosa, 1994a). O destinatário das duas obras, segundo Rosa (1994a), é aquele que escreve o texto, interessado em se desenvolver na *ars dictaminis*, o que justificaria a primazia do sentido completo como critério central para distinguir os sinais. Reproduzo no Quadro 8 a síntese da autora com as definições dos sinais de pontuação a partir desse critério, restringindo-me àqueles mais diretamente ligados ao que viria a se tornar a vírgula:

Quadro 8 – Pontuação e sentido completo na gramática latino-portuguesa quinhentista

João Vaz (15??)		Estêvão Cavaleiro (1516)	
SINAL	O QUE MARCA	SINAL	O QUE MARCA
Ponto suspensivo	Antes que algum sentido da cláusula possa ser considerado	Ponto suspensivo, vírgula ou subdistinctio	Antes que se possa depreender qualquer sentido da cláusula e de aparecer verbo
Ponto geminado	Sentido incompleto		
Coma	A cláusula parece completa, mas não está	Coma	Depois de enunciados com verbo, mas sem acabamento
Cólon	Fim da cláusula, quando o sentido está completo	Cólon	Depois de enunciado com verbo e sentido completo, mas a que algo pode ser ajuntado: assíndeto
		Período	Fim da cláusula e do discurso, de modo que o que se segue pareça começar de novo

Fonte: Adaptado de Rosa (1994a, p. 64)

<sup>55</sup> “O ‘período pastrano’, em Portugal, duraria até cerca de 1533, ano da morte de Pedro Rombo, [...] um dos mais famosos comentadores de Pastrana em Portugal. A partir de então, a gramática de Antonio de Nebrija, já de espírito humanista passaria a dominar o ensino na Universidade de Lisboa. Pastrana, suas fontes (como Isidoro, Papias, Ebrardo e Hugúcio [...]) e seus seguidores [...] seriam contestados pela *nova gramática humanista*, cujas fontes eram Quintiliano, Donato, Sérvio e Prisciano, e da qual, em 1516, Estêvão Cavaleiro se disse o iniciador na Península Ibérica [...]. Para esta nova corrente, a antiga falhava por não apresentar exemplos extraídos dos *auctores* latinos, por conter exemplificação em vernáculo e porque a tudo isto se somava um latim já muito influenciado pelas línguas vernáculas. As diferenças entre ambas as correntes no tocante à pontuação não são, porém, tão marcantes” (Rosa, 1994a, p. 52-53).

Propondo uma interpretação para tais preceitos à luz da linguística de texto, Rosa (1994a) avalia que os sinais acima dispostos estabelecem um tipo de relação coesiva em diversos níveis: no interior da oração, entre orações e entre unidades que transcendem a própria sentença ortográfica (o que fortaleceria a dificuldade de se ler a pontuação renascentista pela ótica da sintaxe contemporânea). Nessa linha de análise, eles comporiam um contínuo de acordo com o grau de coesão que indicam entre os elementos do texto, mais forte para os sinais situados nas linhas superiores do Quadro 8 e mais fraco para aqueles das linhas inferiores. O tipo de coesão a que se refere Rosa (1994a) diz respeito às relações de dependência entre elementos contíguos. Assim, se, por exemplo, o ponto suspensivo – ou vírgula, no caso de Cavaleiro (1516) – deve ser empregado antes que seja possível inferir “qualquer sentido”, isso implicaria um grau forte de coesão entre o que vem antes e depois desse sinal gráfico. Do mesmo modo, se o cólon e o período demarcam o fim da cláusula (ou do discurso) e pode indicar um novo início, isso significa que é mais baixo o grau de dependência entre a sequência finalizada por esse sinal e aquela que lhe sucede. Noutras palavras, a autora entende que a pontuação do Quadro 8 era regida pelo “princípio da vinculação”, o qual ela conceitua a partir da seguinte diretriz: *“Junte elementos contíguos, sob pena de deixar o leitor confuso quanto ao que forma ou não uma unidade com o que se segue”* (Rosa, 1994a, p. 67).

Na comparação entre o sistema pontuacional de Vaz (15??) e Cavaleiro (1516), Rosa (1994a) chama a atenção, ainda, para a ênfase deste na delimitação do sentido completo (o menor grau de coesão ligado a dois sinais distintos, o cólon e o período) e daquele no sentido incompleto (o maior grau de coesão ligado também a duas diferentes marcas, o ponto suspensivo e o ponto geminado). Para a pesquisadora, esse deslocamento de foco, do sentido incompleto para o sentido completo, não é trivial, e sim a chave para se compreender uma mudança que ocorreria na história da pontuação: em vez de indicar elementos potencialmente contíguos (+ coesão), ela passa a separar aquilo que não pode ficar contíguo (– coesão). Logo, o “princípio da vinculação” cederia espaço para o “princípio da separabilidade”, segundo o qual “se separava o que ou não era necessário, embora pertinente, ou o que começava nova unidade” (Rosa, 1994a, p. 70).

A tese de Rosa (1994a), em suma, sustenta a interpretação de que, já no Renascimento, as normas de uso para a *coma*, o *colon*, o *período* e outros sinais ligados a essa tríade eram fundamentadas na estrutura sintática da língua escrita, inclusive nas situações em que se fazia referência à leitura oral. Na visão da linguista, a redução da pontuação renascentista a um sistema de transcrição da fala pode ser explicada por um enfoque desproporcional

historicamente conferido ao vínculo desses sinais com a parte da retórica ligada à apresentação do discurso oral, a *pronuntiatio*. Afinal, como salienta a autora, trata-se de um campo de pouco destaque nos manuais de retórica antes mesmo do enfoque no texto escrito que eles passariam a cultivar com a ampla difusão da escrita posterior à invenção da imprensa<sup>56</sup>. Rosa (1994a) explica que, apesar de efetivamente fazerem referência à *pronuntiatio* ao indicarem a duração das pausas do leitor, a *coma*, o *colon* e o *período* pertenciam ao domínio da *elocutio*, ou o discurso elegante, ao cumprirem a função de indicar o sentido completo ou incompleto. Enfatizando que é da construção estilística do texto escrito, objeto da *elocutio*, que deriva a leitura oral, Rosa (1994a) indica que a dimensão prosódica da pontuação renascentista (a indicação de pausas auxiliar à vocalização da leitura) não é um critério que se explica por si só, mas integra-se necessariamente à organização sintática do período retórico (unidades de sentido completo ou incompleto). Sua descrição da *compositio*, subárea específica da *elocutio* de onde se originam os termos que designam as partes do período retórico e os sinais de pontuação que originalmente delimitavam essas partes, deslinda a natureza dessa relação. Ao tratar do objeto de interesse da *compositio*<sup>57</sup> – a “conformação sintática [...] e fonética [...] dos grupos de palavras, das frases e das sequências de frases”<sup>58</sup> –, Rosa (1994a) explica ao seu modo:

O discurso (e referimo-nos aqui especialmente à prosa) deveria possuir determinadas características, obtidas nas ligações das orações e no ritmo criado pelo jogo de sílabas breves e longas, que, grupadas, corresponderiam a diferentes tipos de pés [...], os quais podiam ser combinados entre si (Rosa, 1994a, p. 46).

A autora adverte para as consequências que as mudanças do latim clássico para o tardio imputaram à composição rítmica da língua: a estruturação da quantidade de sílabas se altera de tal modo que a *cláusula*, construção que era classificada de acordo com os tipos de pés<sup>59</sup> que a compunha, evolui para o *cursus*, classificado de acordo com o acento das duas

<sup>56</sup> Barthes (2001), em sua apostila sobre a retórica antiga, compartilha da análise de Rosa (1994a) quanto ao destaque da *elocutio* em detrimento da *actio* (outro nome para a *pronuntiatio*): “As três primeiras operações são as mais importantes (*Inventio*, *Dispositio*, *Elocutio*); cada uma suporta uma rede ampla e sutil de noções, e as três alimentaram a retórica para além da Antiguidade (principalmente a *Elocutio*). As duas últimas (*Actio* e *Memoria*) foram bem depressa sacrificadas, desde quando a retórica não mais teve como objeto apenas os discursos falados (declamados) de advogados ou de políticos, ou de ‘conferencistas’ [...], mas também, e depois quase exclusivamente, as ‘obras’ (escritas)” (Barthes, 2001, p. 49).

<sup>57</sup> Barthes (2001, p. 98) explica a divisão da *Elocutio* em *electio* e *compositio* com base na oposição entre paradigma e sintagma: a *electio*, “campo substitutivo dos ornamentos”, diz respeito à escolha das palavras; a *compositio*, “campo associativo das palavras na frase”, diz respeito à reunião das palavras.

<sup>58</sup> Aqui, Rosa (1994a, p. 46) resgata a definição de Lausberg (1972).

<sup>59</sup> Sobre o conceito de pé métrico, v. nota 42.

últimas palavras da frase<sup>60</sup>. De qualquer modo, importa perceber que o aspecto rítmico da frase do qual se ocupava a *compositio*, cujas categorias foram trasladadas para a descrição gramatical do sistema de pontuação ocidental, comporta estruturas fonéticas e sintático-semânticas indissociáveis entre si.

Esta breve passagem por alguns recortes da história da pontuação ocidental é suficiente para evidenciar a complexidade da “lenta conquista” a que se referem Houaiss (1983, p. 90) e tantos outros trabalhos que resgatam a mesma citação apresentada na abertura desta subseção. Alinho-me à advertência epistemológica de Rosa (1994a, p. 73) quando, em decorrência das análises há pouco sintetizadas, afirma: “Somos levados a compreender [...] por que a identificação da *coma* com a *vírgula* ou com os *dois-pontos*, ou do *cólon* com o *ponto* não resolve qualquer problema para um leitor moderno que se depara com textos antigos; ao contrário, cria-lhe muitos mais impasses.”. Nesta tese, busco entender as diferentes lógicas que condicionaram a normatização da vírgula ao longo da história, indo além de sua classificação como “prosódica” ou “sintática”. Esses rótulos, como as análises dos autores resenhadas nesta subseção atestam, implicam diferentes configurações teórico-metodológicas ao situarem-se em epistemologias, atmosferas intelectuais e contextos sócio-históricos distintos. Compreendê-las demanda colocar uma lupa sobre a “lenta conquista” (Houaiss, 1983, p. 90) e desvendar como a tradição gramatical operou essa transição. Focalizando um sinal gráfico cuja história parece dotada de potencial explicativo para a questão, é o que procuro fazer no âmbito da gramaticografia portuguesa, particularmente no século que lhe dá origem.

## 1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

A partir da problematização do processo histórico de normatização da vírgula construída ao longo da subseção anterior, pretendo, nesta tese, responder à seguinte pergunta de pesquisa: *como se desenvolveu o processo de normatização da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa durante a gramatização lusitana ocorrida no século 16?*

---

<sup>60</sup> Ao tratarem da *ars dictaminis*, Barthes (2001) e Parkes (2016) fazem referência ao *cursus*. O primeiro o define como uma noção estilística que surge com o desenvolvimento da arte epistolar desde o reinado de Carlos Magno (séculos 8 e 9): o *cursus* seria a “qualidade de fluência do texto, captada por meio de critérios de ritmo e de acentuação” (Barthes, 2001, p. 31). O segundo diferencia um *cursus* métrico, utilizado pelos escritores antigos (a exemplo de Cícero), e um *cursus* acentual, desenvolvido nos séculos 13 e 14: “The accentual *cursus* was adopted by dictaminists as one of several devices intended to capture the attention of the addressee; the rhythms of the *cursus* also helped to elucidate the structure of the sentence” [Em português: “O *cursus* acentual [...] foi adotado pelos dictaministas como um dos diversos dispositivos com o propósito de captar a atenção do destinatário; os ritmos do *cursus* também ajudaram a elucidar a estrutura da sentença” (tradução própria).] (Parkes, 2016, p. 45).

As perguntas específicas listadas abaixo dão contornos mais precisos ao objeto desta pesquisa e indicam o fio condutor da narrativa historiográfica que busco construir:

- a. De que modo o contexto histórico, a atmosfera intelectual e os modelos epistemológicos de produção gramaticográfica no contexto lusitano do século 16 impactaram o processo de normatização da vírgula?
- b. Que concepções e fenômenos de sintaxe e de que forma relações entre oralidade e escrita moldaram as definições, as regras e os exemplários que constituem a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16?
- c. De que forma as definições, as regras e os exemplários que constituem a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 foram consolidados, modificados ou apagados ao longo do tempo?
- d. Que movimentos de continuidade e descontinuidade caracterizaram o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 quanto à rede de metatermos e conceitos utilizada nas definições de vírgula e/ou em suas regras de uso?
- e. Quais as formas de abordagem e as estratégias de apresentação utilizadas para normatizar a vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16?

### 1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA

Em consonância com as perguntas elencadas na subseção anterior, o objetivo geral desta pesquisa é *descrever e interpretar o desenvolvimento do processo de normatização da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa durante a gramatização lusitana ocorrida no século 16*. Por sua vez, os objetivos específicos são:

- a. Relacionar o processo de normatização da vírgula com o contexto histórico, a atmosfera intelectual e os modelos epistemológicos de produção gramaticográfica no contexto lusitano do século 16;
- b. Identificar e interpretar as concepções e os fenômenos de sintaxe, bem como as relações entre oralidade e escrita, que moldaram as definições, as regras e os exemplários que constituem a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16;
- c. Mapear e analisar processos de consolidação, mudança e apagamento nas definições, nas regras e nos exemplários que constituem a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16;

- d. Identificar e analisar movimentos de continuidade e descontinuidade que caracterizaram o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 quanto à rede de metatermos e conceitos utilizada nas definições de vírgula e/ou em suas regras de uso;
- e. Caracterizar a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 quanto às formas de abordagem e às estratégias de apresentação utilizadas.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

Esta tese integra as atividades do grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas”<sup>61</sup>, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB). Desde 2019, alguns membros do grupo vêm desenvolvendo o projeto de pesquisa “Historiografia da Sintaxe no Brasil (HSB): teoria, norma e ensino”. Os termos que compõem o subtítulo do projeto indicam seus eixos temáticos, construídos, como informa Vieira (2020a), em diálogo com os três componentes para o exame interno de fontes historiográficas apresentados em Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014): o componente teórico, o componente descritivo e normativo ou descritivo-normativo e o componente prático, aplicado ou didático<sup>62</sup>. A tese de doutorado que desenvolvo atualmente inclui-se no segundo deles, o eixo descritivo-normativo, o qual abarca trabalhos que buscam compreender a trajetória das ideias e das políticas sobre a questão da norma linguística brasileira, elaborada por diferentes agentes, do século 19 aos dias de hoje.

Concentro-me num fenômeno constitutivo da norma escrita da língua, o sistema de pontuação, ainda que sua construção, como a de todo construto normativo, fundamente-se, ao longo da história, em categorias gramaticais ou, mais amplamente, metalinguísticas. O recorte temporal desta investigação contempla o primeiro século de gramatização portuguesa, tomado como parte do horizonte de retrospectão<sup>63</sup> (cf. Auroux, 2014) da normatização brasileira da vírgula, iniciada no século 19, com a emergência da produção de gramáticas em território nacional. Se, nos instrumentos linguísticos<sup>64</sup> brasileiros de hoje, o tratamento gramatical da

<sup>61</sup> O espelho do grupo pode ser consultado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/318104>. Mais informações sobre as atividades desenvolvidas pelos membros do grupo podem ser consultadas no site do HGEL: <https://www.hgel.com.br/>. Acesso em: 28 out. 2024.

<sup>62</sup> Os três componentes para o exame interno de fontes historiográficas serão abordados na próxima seção (cf. subseção 2.7.2).

<sup>63</sup> O conceito de horizonte de retrospectão será abordado na próxima seção (cf. subseção 2.7.2).

<sup>64</sup> Na perspectiva de Auroux (2014), gramáticas e dicionários são considerados instrumentos linguísticos. Na próxima seção (cf. subseção 2.7.2), além de abordar esse conceito, estendo-o ao segundo tipo de fonte que compõe o *corpus* desta pesquisa: os tratados ortográficos.

vírgula se assenta numa controversa relação entre regras predominantemente sintáticas e definições prosódicas, trata-se de um cenário normativo que ecoa um longínquo processo de gramatização. Atravessado por continuidades e descontinuidades, em diferentes contextos socioculturais, esse processo engendrou um conjunto de conhecimentos linguísticos que respaldam nossa compreensão contemporânea de pontuação. É, portanto, na esteira de Altman (2009), que entendo as contribuições de uma pesquisa historiográfica como a que proponho para a linguística contemporânea:

É o passado que informa continuamente o presente. [...] Se uma das tarefas da historiografia linguística é (re)estabelecer os pressupostos, nem sempre explicitados, com que os lingüistas do passado sustentaram suas práticas, bem como as conseqüências das suas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação das condições passadas de produção e recepção do conhecimento lingüístico é um passo importante para nosso entendimento das ciências contemporâneas da linguagem e das metodologias como um todo (Altman, 2009, p. 127-128).

Na retrospectiva da subseção 1.1.3, foi possível identificar uma série de “pressupostos nem sempre explicitados” que subjaziam às normas de uso da vírgula e dos sinais gráficos ligados ao que ela viria a se tornar no presente. A segmentação do contínuo escrito e a remissão à oralidade imputados à pontuação não são fatores cujo significado se mantém incólume durante a história da gramaticografia. Para construir uma narrativa historiográfica cientificamente fundamentada sobre o processo de normatização da vírgula no contexto lusófono, é preciso, pois, mergulhar no universo epistemológico das obras gramaticais ou metaortográficas que retratam pedaços dessa história. É preciso costurar os pedaços com o cuidado de não permitir que o ponto de vista contemporâneo os destitua de sua historicidade.

Creio que a detalhada delimitação do objeto de pesquisa desta tese, realizada na subseção 1.1, tenha antecipado algumas justificativas para desenvolvê-la. Conforme ficou evidenciado, a histórica e polêmica relação entre fala e escrita que permeia a normatização da vírgula pode, ainda hoje, representar dificuldades para aqueles que buscam nos compêndios gramaticais orientações para o uso desse sinal gráfico, sejam professores e estudantes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem escolar, sejam sujeitos engajados nas mais diversas práticas sociais de escrita externas à escola. Se estudar o passado ajuda a entender o presente, também ficou evidenciado que o percurso normativo que nos legou a normatização contemporânea da vírgula na gramaticografia da língua portuguesa não foi suficientemente escrutinado. A partir de um olhar mais situado e menos panorâmico, a passagem da pontuação prosódica para a pontuação sintática que teria se operado ao longo da história da vírgula tende



a ganhar contornos epistemológicos mais precisos. É com esse interesse historiográfico que procuro conduzir a presente pesquisa.

Para construir um panorama do estado da arte das pesquisas relacionadas ao objeto desta tese e situá-la nesse universo investigativo, realizei um amplo levantamento bibliográfico a partir de três plataformas virtuais (*Google Acadêmico*, *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* e *Portal de Periódicos da CAPES*<sup>65</sup>). Procurei me ater aos trabalhos que tomam a história da pontuação ou da vírgula como objeto e que o fazem a partir da análise de documentos escritos em português, sejam obras gramaticais ou não. Embora não seja inexpressivo o lugar da pontuação como foco da pesquisa linguística, o quadro se modifica quando restrito aos estudos de cunho historiográfico que se debruçam sobre a gramaticografia do português. Filtrar a busca pelo critério do sinal gráfico em foco, a vírgula, traria resultados ainda mais reduzidos. Nesse cenário, optei por recorrer a quaisquer trabalhos que estudassem a pontuação ou, em particular, a vírgula nos diferentes momentos históricos pregressos, não apenas porque, de certo modo, a gramaticografia dialoga com as práticas de escrita de seu tempo (ainda que não acompanhe a dinamicidade dos usos), mas também porque, nessas pesquisas, não é incomum que um dos parâmetros para se analisar a prática pontuacional de um dado documento histórico seja justamente as normas de pontuação prescritas à época. Foi, portanto, essa noção ampla de “história da vírgula” que guiou o levantamento através do qual procurei entender o estágio atual do conhecimento sobre o tema em investigação.

#### **1.4.1 Pesquisas sobre a história da pontuação em fontes não gramaticográficas**

O Quadro 9 reúne, em ordem cronológica (como os Quadros 10, 11 e 12) das próximas subseções), as pesquisas sobre a história da pontuação em fontes não gramaticográficas:

---

<sup>65</sup> As plataformas podem ser acessadas, respectivamente, pelos seguintes links: <https://scholar.google.com/>, <https://bdtd.ibict.br/> e <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acessos em: 29 out. 2024.

Quadro 9 – Estado da arte: pesquisas sobre a história da pontuação em fontes não gramaticográficas

<b>Autoria e ano</b>	<b>Título</b>	<b>Filiação institucional da autoria</b>	<b>Gênero acadêmico</b>
Mattos e Silva (1993)	<i>O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses</i>	Universidade Federal da Bahia	Conferência
Rosa (1993)	<i>Renascimento: a pontuação de impressos</i>	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Conferência
Rosa (1994a, 1994b)	<i>Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas</i>	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Tese
Rosa (1995)	<i>Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica</i>	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Artigo
Rocha (1997)	<i>O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva</i>	Universidade Federal do Ceará	Artigo
Machado Filho (1999)	<i>A pontuação em dois manuscritos medievais portugueses de um mesmo scriptorium</i>	Universidade Federal da Bahia	Artigo
Ramon e Sampaio (2000)	<i>A pontuação: análise comparativa de duas edições do Auto da Índia de Gil Vicente</i>	Universidade do Minho	Artigo
Santos (2002)	<i>A pontuação na Carta de Pero Vaz de Caminha comparada à proposta de João de Barros</i>	Universidade Federal da Bahia	Artigo
Machado Filho (2002)	<i>A pontuação em manuscritos medievais portugueses</i>	Universidade Federal da Bahia	Dissertação
Gonçalves (2007)	<i>A “arte de pontuar” no século XVI e os Tratados de Fernão Cardim</i>	Universidade de Évora	Artigo
Nascimento (2008)	<i>Pontuação e sinais de fim de texto em uma obra autoral de Garcia de Resende</i>	Universidade Federal da Bahia	Artigo
Nascimento (2009)	<i>Edição e estudo da pontuação em uma obra de Garcia de Resende</i>	Universidade Federal da Bahia	Artigo
Paula (2013)	<i>Sinais de pontuação em manuscritos dos séculos XVIII e XIX encontrados em Mato Grosso</i>	Universidade Federal do Mato Grosso	Artigo
Rosa (2016)	<i>Onde foram parar as pausas? Sobre leitura e pontuação</i>	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Artigo
Coelho e Coelho (2018)	<i>Minas setecentista: breve estudo sobre a pontuação em livros de compromisso das irmandades de Nossa Senhora do Amparo de Paracatu e de Diamantina</i>	Universidade Federal de Minas Gerais	Artigo
Coelho (2018)	<i>A pontuação nas Minas setecentistas</i>	Universidade Federal de Minas Gerais	Dissertação
Lima (2018)	<i>O sistema de pontuação e abreviaturas no latim eclesiástico do século XI</i>	Universidade Federal do Mato Grosso	Artigo

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os títulos do Quadro 9 compõem um total de uma tese, duas dissertações, doze artigos e duas conferências. Além de dois trabalhos que tratam de aspectos da história da pontuação de forma mais panorâmica (cf. Rocha, 1997; Rosa, 2016), já referenciados nesta introdução, são pesquisas que investigam a pontuação utilizada em obras manuscritas ou impressas produzidas durante a Idade Média (cf. Mattos e Silva, 1993; Machado Filho, 1999, 2002; Lima, 2018), o Renascimento (cf. Rosa, 1993, 1994a, 1994b, 1995; Ramon; Sampaio, 2000; Santos, 2002; Gonçalves, 2007; Nascimento, 2008, 2009) e os séculos 18 e 19 (cf. Paula, 2013; Coelho, 2018; Coelho; Coelho, 2018). Opto por comentar adiante os trabalhos que estabelecem algum diálogo com a norma de pontuação vigente na gramaticografia da época estudada, exceto: Mattos e Silva (1993), que faz uma única e breve menção a João de Barros (1496-1570); Coelho e Coelho (2018), cujo foco recai sobre o ponto e os dois-pontos; e as publicações de Rosa (1993, 1994a, 1994b, 1995), que apresentam a análise da pontuação de Estêvão Cavaleiro e João Vaz já referida, com base no Quadro 8 da subseção 1.1.3.

Em Ramon e Sampaio (2000), comparam-se duas versões do *Auto da Índia*, de Gil Vicente (c. 1465-c. 1536), a partir de uma reimpressão *fac-similada* da edição de 1562 e de uma edição publicada em um manual escolar de 1990. Para fundamentar a análise, os pesquisadores resgatam sistemas de pontuação normatizados por gramáticos portugueses do século 16 ao 20 e algumas ideias teóricas do grupo HESO do CNRS<sup>66</sup>. A análise do *corpus* evidencia o ponto final como o sinal cujos usos mais se assemelham entre as duas edições, ao passo que as maiores divergências diziam respeito ao emprego da vírgula. O tom das considerações finais é de crítica à modernização da pontuação, dada a importância desse aspecto linguístico para a exegese e o conhecimento de obras pretéritas.

Santos (2002) realizou um levantamento da pontuação utilizada na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), confrontando-a com sistemas pontuacionais precedentes e com a normatização da *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros. O estudo reconhece na *Carta* um conjunto de sinais representativos da escrita medieval portuguesa. Já a comparação com Barros (1540) sugere um afastamento de seu sistema pontuacional. Além disso, a pesquisadora identifica circunstâncias em que a pontuação da *Carta* atenderia, sob a ótica de hoje, a critérios lógico-gramaticais. Nas conclusões do artigo, a autora caracteriza a pontuação de Caminha como, ao mesmo tempo, arcaizante e modernizante, respectivamente

---

<sup>66</sup> O grupo HESO (*Histoire et structure des orthographes et systèmes d'écriture* ou, em português, “História e estrutura das ortografias e dos sistemas de escrita”) está sediado no CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique* ou, em português, Centro Nacional de Pesquisa Científica), tendo sido fundado e durante anos (1970-1986) dirigido pela linguista Nina Catach.

devido às divergências em relação ao sistema de Barros (1540) e à natureza lógico-gramatical depreensível do contraste com o sistema contemporâneo.

Gonçalves (2007) se propõe a analisar a pontuação e sua função na escrita quinhentista com base nos *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, cuja autoria é atribuída ao Padre Fernão Cardim (1548?-1625). Para tanto, confronta a pontuação registrada nos manuscritos com a prática da imprensa e a teoria dos gramáticos da época. No que diz respeito especificamente à vírgula, os resultados apontaram-na como marca de pontuação mais recorrente, fato que a autora atribui ao predomínio de estruturas de coordenação e à alta incidência de enumerações lexicais. Outros apontamentos relevantes são a ausência de vírgula antes de *que* na teoria e prática pontuacional dos Quinhentos, em oposição ao que viria a ser prescrito no século seguinte, e a recorrência do emprego de ponto seguido de minúscula em circunstâncias para as quais a doutrina gramatical de então previa vírgula ou ponto e vírgula.

Coelho (2018) investiga a pontuação de manuscritos mineiros setecentistas com o objetivo de verificar a possibilidade de tomar a pontuação como parâmetro para caracterizar o perfil socioeconômico e, conseqüentemente, o grau de escolaridade ou de letramento do escrevente de épocas pretéritas. Por hipótese, haveria maior convergência entre os usos do grupo escolarizado e as variantes padrão, o que não se confirmou, pois as ocorrências padrão superaram as não padrão em todo o *corpus*. A autora, contudo, ao analisar os usos dos sinais individualmente, confirma a pertinência de se caracterizar sociolinguisticamente o escrevente setecentista por meio de sua prática pontuacional, argumentando que, no grupo não escolarizado, as variantes não padrão foram superiores nos empregos de sinais cujos usos a pesquisadora considerou de maior complexidade.

As pesquisas referenciadas nesta subseção conferem à normatização da vírgula, foco desta tese, um tratamento de natureza panorâmica, cujo objetivo é, no sentido estrito do termo, predominantemente descritivo. Tendo em vista que os pesquisadores buscavam nessas obras apenas um parâmetro da norma vigente num dado período histórico para contrastá-la com os usos presentes em fontes não gramaticográficas, as prescrições dos gramáticos dos séculos 16 a 20 não são propriamente analisadas, mas reproduzidas em sínteses que reúnem as informações necessárias para fundamentar o exame dos *corpora* de cada trabalho. Desse modo, é num plano mais global que seus resultados contribuem com os propósitos desta tese, ao fornecerem dados sobre alguns usos da vírgula identificados em práticas de escrita contemporâneas e posteriores à publicação das gramáticas que me proponho a analisar adiante (cf. seção 4).

### 1.4.2 Pesquisas sobre a história da pontuação em fontes gramaticográficas

Passo, agora, aos trabalhos sobre a história da pontuação em fontes gramaticográficas, reunidos no Quadro 10, totalizando uma dissertação, quatro artigos e uma conferência:

Quadro 10 – Estado da arte: pesquisas sobre a história da pontuação em fontes gramaticográficas

<b>Autoria e ano</b>	<b>Título</b>	<b>Filiação institucional da autoria</b>	<b>Gênero acadêmico</b>
Gonçalves (1993)	<i>Para uma história da pontuação portuguesa. Dos pontos aos punctemas</i>	Universidade de Évora	Conferência
Menéndez (1997)	<i>A pontuação: uma questão de representação</i>	Universidade Nova de Lisboa	Artigo
Machado Filho (2002)	<i>A pontuação em João de Barros: preceitos e usos</i>	Universidade Federal da Bahia	Artigo
Villela (2005)	<i>Qual o papel da pontuação na representação da língua escrita?</i>	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Artigo
Nunes (2006)	<i>A pontuação na Península Ibérica: doutrinas e prática em textos metalinguísticos portugueses e castelhanos do século XVII</i>	Universidade de Évora	Dissertação
Camara (2011)	<i>Pontuação: orientação de uso pela ótica dos gramáticos ao longo do tempo</i>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Artigo

Fonte: Elaboração própria (2025)

Dentre as pesquisas do Quadro 10, duas fazem um resgate panorâmico do tratamento da pontuação em obras gramaticais de diferentes tempos históricos (cf. Gonçalves, 1993; Camara, 2011), duas usam dados de gramáticas pregressas para discutirem a dimensão representativa da pontuação sob pontos de vista teóricos distintos (cf. Menéndez, 1997; Villela, 2005), uma focaliza os preceitos e os usos da pontuação na gramática de João de Barros (cf. Machado Filho, 2002) e uma investiga a doutrina e a prática pontuacional na gramaticografia portuguesa e castelhana seiscentista (cf. Nunes, 2006). Sintetizo as propostas e os resultados de cada uma delas, detendo-me de forma mais aprofundada nesta última tendo em vista sua afinidade temática e disciplinar com esta tese.

Gonçalves (1993) tece algumas reflexões teóricas a partir de trabalhos desenvolvidos pelo grupo HESO-CNRS e do tratamento gramatical da pontuação em obras publicadas entre os séculos 16 e 19. Dentre os aspectos tratados, estão definições e funções da pontuação e/ou de sinais específicos, os inventários de sinais normatizados, algumas regras de uso e,

principalmente, critérios de descrição predominantes. Nas considerações finais, a autora defende, tendo em vista o caráter plurifuncional da pontuação e o interesse interdisciplinar no tema, a necessidade de integrar seu estudo no âmbito de um projeto mais amplo cujo objetivo fosse a teorização sobre o fenômeno da escrita.

Menéndez (1997) defende a tese de que a pontuação é uma forma de representação dos processos discursivo-cognitivos implementados pelo escritor durante a enunciação e, para isso, vale-se da análise de abordagens teórico-normativas do fenômeno em duas ortografias setecentistas. A autora interpreta que a *Orthographia Philosophica da Lingua Portugueza* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (c. 1736-depois de 1787), teria antecipado uma visão contemporânea dos estudos linguísticos ao tomar a escrita como “representação dos conceitos que um falante pretende transmitir a alguém ‘auzente’” (Menéndez, 1997, p. 432). Já no *Compendio de Orthografia* (1767), de Luís de Monte Carmelo (1715-1785), a representação estaria nas funções discursivas que a autora identifica, junto a funções sintáticas, na norma prescrita.

Machado Filho (2002) investiga os preceitos e os usos da pontuação na obra de Barros (1540), comparando-os com as práticas pontuacionais de manuscritos medievais. O gramático teria delas se afastado ao procurar, baseando-se nos latinos, regularizar um mecanismo de escrita que lhe parecia empregado com “indiligência” pelos portugueses. Dois conceitos apontados como centrais para se compreender o sistema por ele normatizado são a parte e a cláusula, pois caberia aos sinais de pontuação distingui-las. O pesquisador associa a primeira noção às nove partes do discurso que integram a gramática barrosiana e remete à descrição de um dos sinais para definir a cláusula como palavras que figuram entre dois *cólos*. Machado Filho (2002) entende que *côma* e *cólo*, ligados à cláusula, estabeleceriam relações sintáticas intersentenciais, como a coordenação e a subordinação. Já à vírgula, em virtude da compreensão de “parte” como classes de palavras pelo pesquisador, caberia a indicação de relações intrassentenciais. Os resultados da análise comparativa evidenciaram divergências entre a teoria e a prática pontuacional de Barros (1540), sobretudo no caso da vírgula.

Villela (2005), visando responder à pergunta-título de seu artigo (*Qual o papel da pontuação na representação escrita da língua?*), analisa o ponto de vista de gramáticos e linguistas quanto à orientação teórica de linguagem e de escrita que orientam seus estudos sobre pontuação. No que diz respeito à tradição gramatical, apesar de anunciar o século 16 como ponto de partida de sua pesquisa, a autora se detém predominantemente em dados do século 20. Ao analisá-los, assinala a dificuldade de conceituação da pontuação e o recorrente foco na explicitação de funções. Também afirma prevalecer uma concepção do fenômeno

como exclusivo da escrita, apesar de, na maioria das obras, relacionado à prosódia. Classifica, ainda, o tratamento da pontuação em quatro critérios, via de regra combinados: reconstituição da oralidade, aspectos sintático-semânticos, relação com a leitura e relação com a estilística.

Nunes (2006), trabalho explicitamente filiado à HL, parte de um *corpus* gramatical e metaortográfico português e castelhano para sistematizar as principais ideias sobre teoria e prática pontuacional na Península Ibérica do século 17. O ponto central da pesquisa era verificar a existência de um sistema transnacional paralelo às prescrições dos gramáticos e ortógrafos responsável por orientar o uso da pontuação pelos impressores da época, o que foi efetivamente confirmado. Para caracterizar as doutrinas seiscentistas e, depois, tomá-las como parâmetro para examinar os usos da pontuação no *corpus* da pesquisa, Nunes (2006) analisou, em quatro obras portuguesas e cinco espanholas, as definições de pontuação, o sistema pontuacional, as funções e os valores dos sinais de pontuação e os critérios subjacentes às prescrições. Atenho-me à análise das fontes portuguesas.

Quanto às definições, os resultados indicam a pontuação como parte da ortografia e como fenômeno integrado ao sistema gráfico da língua em estreita dependência do oral, com as unidades pontuacionais simultaneamente funcionando como indicação de pausas na leitura e delimitação de sequências do discurso (orações, sentenças, cláusulas ou períodos). Em relação aos sistemas de pontuação, a pesquisadora identifica sua divisão em subsistemas nas obras investigadas e, dentre eles, um núcleo duro ao qual cabia a função delimitadora da frase e no qual inclui-se a vírgula. Ao tratar da funcionalidade dos sinais de pontuação, Nunes (2006) afirma haver, na passagem para o século 17, uma tendência à especialização, com cada sinal desempenhando uma única função, mas a vírgula, “unidade mais polivalente das doutrinas pontuacionais de Seiscentos” (Nunes, 2006, p. 80), é descrita pelos critérios sintático-semântico e respiratório, cabendo-lhe as funções de delimitar orações e seus membros e indicar pausas ao leitor. A caracterização da doutrina seiscentista é concluída a partir da sistematização dos usos prescritos e proscritos da pontuação, cuja síntese, ao menos no caso da vírgula, é atravessada pela lógica pontuacional contemporânea<sup>67</sup>.

A última pesquisa sobre história da pontuação em fontes gramaticográficas, a de Camara (2011), efetua um resgate panorâmico das bases teóricas sobre as quais os gramáticos descreveram a pontuação entre os séculos 16 e 20. Nas considerações finais, a autora reflete sobre as mudanças de critérios que regem os usos da pontuação ao longo do tempo, sobre as

---

<sup>67</sup> Retomo essa questão ao abordar, na próxima seção (cf. subseção 2.4), problemas e princípios relativos ao tratamento da metalinguagem na HL.

consequências de se modernizar a pontuação original de um texto e sobre a importância de se ensinar pontuação para além dos limites da sintaxe.

As pesquisas desta subseção, por se debruçarem sobre fontes gramaticográficas, apresentam resultados que dialogam de forma mais próxima com o universo de interesse desta tese. Todavia, eles nem sempre são pertinentes especificamente à normatização da vírgula, dada a natureza breve e panorâmica dos artigos de Gonçalves (1993) e de Camara (2011), bem como o enfoque de Menéndez (1997) e Villela (2005) em teorias do discurso. Os trabalhos que trazem mais contribuições ao que busco investigar são o de Machado Filho (2002) e, sobretudo, o de Nunes (2006), a despeito de tomarem a normatização de todo o sistema de pontuação como objeto de análise em seus respectivos *corpora*. Enquanto o primeiro sugere a existência já na gramaticografia quinhentista de uma dimensão sintática da pontuação cujo rebatimento sobre a vírgula interessa a esta tese investigar, o segundo aponta para o entrelaçamento entre sintaxe e prosódia (central à construção das perguntas de pesquisa delimitadas na subseção 1.2) na pontuação prescrita pela gramaticografia seiscentista, fornecendo dados relativos ao horizonte de projeção (cf. Auroux, 2014) imediatamente posterior ao processo de normatização investigado nesta tese. Entretanto, esses mesmos estudos, em certa medida, assumem aspectos da sintaxe contemporânea como parâmetros para desvendar o funcionamento das regras de pontuação do passado, lacuna que busco preencher a partir da fundamentação desta pesquisa em alguns dos princípios teórico-metodológicos próprios da HL, pormenorizados na próxima seção.

#### **1.4.3 Pesquisas sobre a história da vírgula em fontes não gramaticográficas**

Sumarizadas as pesquisas sobre a história da pontuação, passo a apresentar o estado da arte das pesquisas exclusivamente voltadas para o estudo do sinal gráfico sob enfoque nesta tese, resultando, como antecipado, num quadro mais reduzido de trabalhos:



Quadro 11 – Estado da arte: pesquisas sobre a história da vírgula em fontes não gramaticográficas

<b>Autoria e ano</b>	<b>Título</b>	<b>Filiação institucional da autoria</b>	<b>Gênero acadêmico</b>
Yano (2013)	<i>Um estudo sobre o emprego de vírgula antes de oração completiva no português europeu clássico: sintaxe, discurso e gramática normativa</i>	Universidade Estadual de Campinas	Dissertação
Yano (2016)	<i>O emprego da vírgula como um recurso discursivo na escrita do português clássico</i>	Universidade Estadual de Campinas	Artigo
Yano (2018)	<i>A história do emprego da vírgula do português clássico ao português europeu moderno</i>	Universidade Estadual de Campinas	Tese
Yano (2020)	<i>Um estudo sobre o emprego da vírgula na história do português europeu</i>	Universidade de São Paulo	Artigo
Rodrigues (2020)	<i>Funções da pontuação em construções relativas no português clássico: usos e normas</i>	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Dissertação
Módolo e Madeira (2021)	<i>Crítica textual e transparência dos traços linguísticos: as vírgulas de um manuscrito setecentista</i>	Universidade de São Paulo	Artigo

Fonte: Elaboração própria (2025)

As pesquisas do Quadro 11 totalizam uma tese, duas dissertações e três artigos. Todos investigam o funcionamento da vírgula em manuscritos ou impressos de épocas pretéritas, focalizando-a em sua dimensão mais ampla (cf. Módolo; Madeira, 2021) ou em contextos de uso específicos (cf. Yano, 2013, 2016, 2018, 2020; Rodrigues, 2020). Para alcançar seus objetivos de pesquisa, esses trabalhos, assim como algumas das pesquisas sobre história da pontuação em fontes não gramaticográficas (cf. Quadro 9), tomam como um dos parâmetros de análise a normatização então vigente na tradição gramatical. Assim, o Quadro 11 reúne empreendimentos investigativos em que, a meu ver, a análise da norma está a serviço da análise de fontes não gramaticográficas. Entretanto, não posso deixar de salientar que dois deles (cf. Rodrigues, 2020; Módolo; Madeira, 2021) designam tanto os textos gramaticográficos quanto os não gramaticográficos como *corpus* de suas pesquisas, motivo pelo qual os incluí também no Quadro 12, referente às pesquisas sobre história da vírgula em fontes gramaticográficas. Pelas razões expostas, trato, já nesta etapa, dos resultados de Módolo e Madeira (2021). Quanto a Rodrigues (2020), concentro-me por ora nos resultados relativos às fontes não gramaticográficas, deixando para pormenorizar aqueles que concernem à tradição gramatical ao resgatar, mais adiante, Rodrigues e Gonçalves (2020), artigo em que a mesma autora e a orientadora do período sanduíche de seu mestrado focalizam apenas esses últimos – incluído, portanto, no Quadro 12. Advirto, ainda, que, como dois dos artigos do

Quadro 11 (cf. Yano, 2016, 2020) são recortes dos trabalhos desenvolvidos respectivamente no mestrado e no doutorado da autora (cf. Yano, 2013, 2018), correlacionando cada artigo com o estudo que lhe deu origem.

Yano (2013, 2016), fundamentando-se nos estudos gerativistas de mudança gramatical, investiga o funcionamento da vírgula antes de oração completiva verbal e nominal no sistema de pontuação do português europeu entre os séculos 16 e 19 a partir de um *corpus* constituído de catorze textos escritos por portugueses nascidos nesses períodos.

Antes de analisar os dados das fontes, a pesquisadora sintetiza as definições e os conceitos de pontuação presentes nas gramáticas do período estudado, focalizando os dois-pontos e a vírgula. Atenho-me a observações sobre esta última. A autora interpreta que a função prosódica da pontuação ligada à marcação de pausas e ao auxílio da leitura se mantém em primeiro plano nos séculos 16 e 17, apesar de já haver menção à função sintática, que vai ganhando progressivo espaço na normatização seiscentista. Na maior parte do século 18, a abordagem gramatical da pontuação pouco se modificaria, mas, segundo Yano (2013, 2016), o *Compendio de orthografia* (1767), de Luís de Monte Carmelo, diferencia-se das ortografias que lhe eram contemporâneas ao propor um tratamento exclusivamente sintático-semântico da pontuação. O frade carmelita, ao prescrever a vírgula antes de “orações conjuntivas”, teria sido “o primeiro a diferenciar o ‘relativo’ *que* do complementizador *que*, este último antes omitido ou ignorado pelos demais autores” (Yano, 2016, p. 225). No século 19, finalmente, a pesquisadora vê a consolidação de uma mudança que seria definitiva no sistema de pontuação descrito nas gramáticas: apesar de não perderem totalmente o vínculo com a prosódia, as definições e regras tornam-se “mais voltadas à sintaxe e à estrutura das sentenças e do texto e menos calcadas na leitura em voz alta, na retórica” (Yano, 2013, p. 26). No que diz respeito à vírgula, a autora destaca que a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), ao determinar seu emprego “depois de termos da sentença que não se modificam, concordam e nem se regem mutuamente” (Yano, 2013, p. 30), teria interditado sua presença entre verbo e oração completiva. Esse gramático também teria sido o primeiro a distinguir orações relativas restritivas e explicativas (Yano, 2013).

Quanto à análise das fontes, os dados numéricos da pesquisa mostram que o emprego da vírgula nos contextos sintáticos investigados não constituía prática categórica entre os escritores de nenhum período, havendo uma diminuição brusca dessa utilização no século 18 e, sobretudo, no século 19. Havia, contudo, uma alta margem de variação, principalmente nos séculos 16 e 17. Na busca pelos fatores que motivavam essa variação, Yano (2013, 2016) constatou que, dentre os casos de orações completivas antecedidas por vírgula, a maioria tinha

como regente um verbo *discendi*, típico do discurso relatado. Tal achado leva à formulação e, depois, à confirmação da hipótese de existir uma função paralela àquelas indicadas pela descrição gramatical da vírgula e compartilhada com os dois-pontos: a delimitação e introdução de relato ou citação no discurso indireto. O declínio desse uso iniciado em meados do século 18 e consolidado no século 19 estaria relacionado com a gradativa primazia da sintaxe sobre a retórica no condicionamento de seus usos (e, mais à frente, das normas que viriam a aboná-los) e com o surgimento de novos sinais como as aspas e o travessão. Uma outra hipótese explicativa para a variação do uso da vírgula antes de orações completivas que Yano (2013, 2016) considera forte, embora não categórica, é que a presença de elementos interpolados (como o sujeito) entre o verbo e a oração favorecia a presença da vírgula nos escritos quinhentistas e seiscentistas. Já no século 19, com a perda da função de delimitar e introduzir o discurso relatado, os poucos casos de vírgula no contexto sintático investigado são os previstos pela normatização então vigente: quando havia oração relativa, oração parentética ou vocativo entre o verbo e a oração completiva.

Ao final da pesquisa, Yano (2013) aponta duas possíveis influências nas mudanças que se operaram no sistema de pontuação entre o português clássico e o moderno: a gramática francesa e as mudanças na sintaxe do português quanto à posição do sujeito, que passa de pós-verbal a pré-verbal a partir do século 18. Sobre essas questões, a autora endossa a necessidade de novas pesquisas.

A mesma autora, em sua tese de doutorado (cf. Yano, 2018, 2020), aprofunda a pesquisa desenvolvida durante o mestrado (cf. Yano, 2013, 2016), ainda com o objetivo de analisar o funcionamento da vírgula na escrita do português europeu, no mesmo período inicialmente investigado (séculos 16 a 19), mas, desta vez, acrescentando um segundo contexto sintático para compor seu objeto de estudo: além da posição à direita do verbo, antecedendo oração completiva, a pesquisadora também focaliza a posição à esquerda do verbo, sucedendo sujeito e adjunto não oracional e oração dependente em primeira posição.

A pesquisa se vale de dois *corpora*. O primeiro, retomado em Yano (2020), é constituído dos mesmos catorze textos investigados em Yano (2013, 2016) e de outros dez, totalizando seis para cada século. Na tese (cf. Yano, 2018), há um segundo *corpus*, constituído de seis textos, a partir dos quais a autora compara textos originais dos séculos 16 a 18 e suas versões modernizadas por editores do século 20.

Assim como nos trabalhos anteriores, Yano (2018, 2020) procede, antes da análise dos *corpora*, a uma tentativa de sistematização das normas de pontuação vigentes ao longo do período em estudo. A sistematização geral, embora mais detalhada, resulta num percurso

histórico que confirma, em linhas gerais, o que fora descrito em Yano (2013, 2016). No que diz respeito à normatização nos contextos focalizados na pesquisa, Yano (2018, 2020) afirma inexistirem regras ou exemplos a eles relacionados ao longo do século 16. Nos dois séculos seguintes, alguns dados foram, para a autora, indicativos de que as gramáticas da época abonavam o emprego da vírgula entre verbo e oração completiva. E, a partir do século 19, com as noções de subordinação e regência passando a ancorar as normas de pontuação, a vírgula é definitivamente interdita dos contextos sintáticos em investigação.

A análise dos dados do *corpus* primário sugere diferenças entre o processo de mudança no emprego da vírgula nos dois tipos de construção sintática estudados. Antes do século 19, esse sinal, segundo Yano (2018, 2020), servia para indicar relações discursivas e prosódicas, além de auxiliar a leitura e a organização do texto, o que a pesquisadora relaciona aos casos de introdução de discurso relatado, demarcação de ênfase e pausa após sujeitos e orações focalizados ou topicalizados e orações longas. Já nos textos oitocentistas, surgem distintos cenários à direita e à esquerda do verbo. À direita, em consonância com os achados de sua pesquisa de mestrado (cf. Yano, 2013, 2016), a autora também se depara com um declínio da incidência de vírgula antes de oração completiva, exceto na presença de expressão interpolada. Tal mudança estaria atrelada a um novo olhar para relação de complementaridade entre verbo e argumento, valorizando-se uma relação do tipo sintático-semântica. Contudo, à esquerda do verbo, após sujeito ou oração pré-verbal, a vírgula permanece sendo utilizada com a mesma motivação prosódica ou discursiva que predominava nos textos mais antigos.

Já a análise do *corpus* secundário indicou que a natureza das modernizações implementadas pelos editores novecentistas na pontuação dos textos produzidos entre os séculos 16 e 18 espelha as mudanças no uso da vírgula identificadas entre o português clássico e o português europeu moderno.

Rodrigues (2020) investiga os usos da vírgula em construções relativas no século 18, tomando como base tanto um *corpus* constituído de trinta textos não gramaticográficos publicados no período quanto um segundo *corpus* constituído de dezesseis gramáticas e tratados ortográficos dos séculos 16, 17 e 18. A pesquisa busca identificar quais funções da vírgula estariam em competição e se haveria precedência de alguma delas nos modos de pontuar as construções relativas encontrados nos textos da época. A análise das fontes gramaticográficas, por seu turno, visa averiguar se as normas de pontuação levavam em consideração as diferenças entre relativas determinativas e apositivas.

Os dados do *corpus* não gramaticográfico, na visão da autora, atestam a complexidade e multidimensionalidade do funcionamento do sistema de pontuação, bem como a

heterogeneidade constitutiva da escrita indiciada pela pontuação. Isso porque informações de ordem semântica, pragmática, sintática e prosódica, sem precedência de uma ou outra função atrelada a um desses domínios de linguagem específicos, condicionariam o emprego da vírgula antes de pronomes relativos, que seria indicativo de descontinuidades nas múltiplas dimensões das unidades linguísticas. Entretanto, ao contrastar, nos dois *corpora*, os dados da primeira e da segunda metade do século em foco, a pesquisadora alega que “o século XVIII revela-se como um contexto favorável para o estabelecimento de funções sintático-semânticas da construção relativa como relevantes para o funcionamento da vírgula, sem deixar de lado a prosódia” (Rodrigues, 2020, p. 136). Desse modo, conforme Rodrigues (2020), as mudanças em direção à prevalência da função lógica da vírgula na gramaticografia portuguesa, no âmbito da delimitação de orações relativas, ocorre de forma gradual, uma vez que as gramáticas setecentistas, além de trazerem em seus escritos descompassos entre uso e norma, apresentavam flutuações nas regras pertinentes ao contexto investigado, ainda não consolidando as diferenças entre relativas determinativas e apositivas. A incorporação de tal distinção nas obras portuguesas, de acordo com a pesquisadora, parece ter ocorrido apenas no século 19 por influência das gramáticas francesas e da tradição filosófica.

Em Módolo e Madeira (2021), investiga-se o funcionamento da vírgula em um manuscrito setecentista, a carta régia de 1755, contrastando-se os usos nele presentes com as normas prescritas em dois tratados ortográficos da época. Partindo de metodologias paleográficas, codicológicas e diplomáticas, os pesquisadores procedem a uma leitura filológica do manuscrito e, em seguida, à publicação de uma edição semidiplomática da carta e de uma transcrição semidiplomática das páginas que contêm as regras de vírgula em cada tratado. É com base nessas duas publicações que a análise comparativa proposta é realizada. Com esse procedimento, os autores pretendem compreender o modo como o escrivão responsável pelo manuscrito lidava com as prescrições de uso da vírgula.

A análise das ortografias setecentistas aponta para dois aspectos em comum. Um deles é a ausência tanto da pausa respiratória como critério das regras de uso da vírgula, quanto da referência ao descanso de voz entre as atribuições desse sinal, conforme apontam os pesquisadores. Para apresentar o outro aspecto, os autores fazem referência ao artigo de Rodrigues e Gonçalves (2020), indicando concordância com sua conclusão de que os usos da vírgula nessas obras seriam baseados numa função lógico-gramatical, ainda que pouco sistematizada.

A análise da pontuação do manuscrito foi operacionalizada em duas etapas. Inicialmente, os pesquisadores tentaram enquadrar as vírgulas utilizadas pelo escrivão nas

regras elencadas nos tratados ortográficos. A carta régia continha quinze vírgulas, todas, na interpretação de Módolo e Madeira (2021), correspondentes à norma então vigente. Na segunda etapa, foram analisadas as ausências de vírgula em contextos prescritos pela norma. As ocorrências detectadas, no entanto, não conduzem Módolo e Madeira (2021) à conclusão de que o escrivão não seguia as normas da época. Os pesquisadores reexaminam aspectos da normatização setecentista que evidenciariam não apenas a dimensão sintática inicialmente indicada, mas também uma dimensão textual do emprego da vírgula. Ao discutirem a dimensão fônica da pontuação, destacam sua ausência nos tratados setecentistas, em consonância com a tendência de abandono de critérios prosódicos de pontuação característico do século 18. Assim, defendem que haveria concordância entre as faltas de vírgula no manuscrito e as prescrições gramaticais por ambos se afastarem de uma pontuação indicativa de entonação ou de pausas para respirar.

As considerações finais classificam como sintáticas e textuais tanto a normatização quanto os usos da vírgula nas fontes setecentistas. Tal condição é, segundo os autores, “quase que exclusiva dessa centúria” (Módolo; Madeira, 2021, p. 43), avaliação que estaria de acordo com uma conclusão atribuída a Rodrigues e Gonçalves (2020), segundo a qual o século 18 seria o único em que a função prosódica da vírgula estaria ausente.

Como sinaliza a extensão das resenhas que compõem esta subseção, os achados reivindicados pelas pesquisas sobre a história da vírgula em fontes não gramaticográficas são de particular interesse aos propósitos desta tese, principalmente porque a sistematização dos quadros normativos das gramáticas e ortografias investigadas, sobretudo nos trabalhos de Yano (2013, 2016, 2018, 2020), vai além de uma síntese descritiva de regras. Nesse sentido, vislumbro, a partir dos resultados alcançados nesta tese, confirmar ou refutar as características atribuídas à normatização da pontuação no século 16, além de atentar para elementos passíveis de compor o horizonte de projeção (cf. Auroux, 2014) da história que ora construo, em especial as alegações de descontinuidade imputadas a determinados autores, obras e períodos quanto a algumas regras e usos da vírgula. Cabe ainda dizer que a não restrição do objeto de investigação desta tese a contextos linguísticos específicos de emprego da vírgula implica um comprometimento com a busca de resultados que expandam o estágio de conhecimentos que as pesquisas referenciadas nesta subseção ajudaram a construir.

#### 1.4.4 Pesquisas sobre a história da vírgula em fontes gramaticográficas

Finalmente, o Quadro 12 reúne as pesquisas sobre a história da vírgula em fontes gramaticográficas, totalizando uma dissertação e dois artigos:

Quadro 12 – Estado da arte: pesquisas sobre a história da vírgula em fontes gramaticográficas

Autoria e ano	Título	Filiação institucional da autoria	Gênero acadêmico
Rodrigues (2020)	<i>Funções da pontuação em construções relativas no português clássico: usos e normas</i>	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Dissertação
Rodrigues e Gonçalves (2020)	<i>“Que cousa he virgula?”: a mudança nas funções da vírgula em doutrinas gramaticais do século XVII ao XIX</i>	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Universidade de Évora	Artigo
Módoło e Madeira (2021)	<i>Crítica textual e transparência dos traços linguísticos: as vírgulas de um manuscrito setecentista</i>	Universidade de São Paulo	Artigo

Fonte: Elaboração própria (2025)

Conforme previamente anunciado, entre as pesquisas do Quadro 12, resta apenas abordar os resultados provenientes de Rodrigues e Gonçalves (2020). Embora vincule-se à dissertação de uma das autoras (cf. Rodrigues, 2020), o artigo organiza suas análises das fontes gramaticográficas em torno de uma pergunta de pesquisa mais ampla: “Que funções da vírgula estariam em competição nas obras metalinguísticas codificadoras publicadas entre o final do Português Clássico e o início do Português Moderno e teriam sido decisivas para a atual configuração multidimensional da pontuação?” (Rodrigues; Gonçalves, 2020, p. 227). Para respondê-la, as autoras sistematizam e interpretam as doutrinas gramaticais consideradas representativas de cada século, investigando, em cada obra, a partir das definições de vírgula – e, por vezes, de pontuação –, concepções sobre a relação entre fala e escrita, sobre a pontuação e sobre o funcionamento da vírgula. Depois, cruzam os dados longitudinais encontrados para traçar um panorama das mudanças ocorridas ao longo de todo o período.

As definições das obras seiscentistas sugerem uma dupla função da vírgula, uma relacionada à escrita e outra à fala: a organização visual das partes do texto e a indicação de pausas para respirar. As autoras interpretam como sintática a função de “distinguir” o escrito presente nas definições, mas entendem que ela está, nessas gramáticas, condicionada pela

necessidade de respiração na leitura em voz alta. Desse modo, predominaria no século 17 a função prosódica da vírgula, assentada numa concepção de escrita como representação da fala.

As autoras alegam ser no século 18 que a função semântica ganharia maior destaque, com os gramáticos e ortógrafos fazendo referência direta ao “sentido” ao apresentarem suas definições. A “distinção” do escrito via pontuação deixaria de ser justificada pelas pausas respiratórias e priorizaria a legibilidade do texto. Questionando a concepção de leitura como decodificação e a univocidade do sentido do texto a ela associada com base em teorizações contemporâneas da pontuação, as autoras ampliam a referida noção de legibilidade e defendem ser possível, a partir dela, reconhecer uma função enunciativa para a vírgula no século 18. Salientam, ainda, a perda de espaço da dimensão fônica, que predominara no século anterior, mas novamente se pautam num olhar da linguística contemporânea para afirmar que não descartam a atuação simultânea dos níveis fônico, semântico e enunciativo no emprego da vírgula, dada a multidimensionalidade constitutiva da pontuação.

Por fim, as definições de vírgula do século 19 apontam para uma pontuação centrada primordialmente na sintaxe. As pesquisadoras ressaltam que a primazia da análise lógica das proposições própria da descrição gramatical oitocentista não apaga completamente as três dimensões às quais a vírgula esteve, na ótica delas, atrelada nos Setecentos. Ora referindo-se à vírgula, ora à pontuação em geral, as autoras pormenorizam o quadro de mudanças ocorrido no século 19, dividindo-o em dois momentos: na primeira metade, inicia-se a associação explícita entre sintaxe e pontuação, mas ainda há menção à função pausal; na segunda metade, a função sintática se torna predominante ou até exclusiva, com a intensificação de reflexões sobre relações de complementaridade e subordinação. Nesse sentido, o estudo de Rodrigues e Gonçalves (2020) sugere que as concepções de pontuação e vírgula atuais são tributárias das ideias linguísticas que circularam nas gramáticas oitocentistas.

À semelhança do que afirmei a respeito das pesquisas abordadas na subseção anterior, os resultados do trabalho de Rodrigues e Gonçalves (2020) também poderão servir de base ou mesmo de contraponto a um possível horizonte de projeção (cf. Auroux, 2014) dos dados evidenciados pelos movimentos interpretativos que, adiante (cf. seção 4), fundamentarão a historiografia sobre o processo de normatização da vírgula que almejo construir.

#### **1.4.5 Síntese do estado da arte: pontos de partida e lacunas na pesquisa historiográfica**

O estado da arte das pesquisas sobre a história da pontuação e da vírgula em obras gramaticográficas e não gramaticográficas descrito nas últimas subseções reitera que



investigar, sob a perspectiva da HL, o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 é uma demanda investigativa relevante no atual cenário acadêmico. Boa parte do conhecimento até o momento produzido sobre o tema encontra-se pulverizado em trabalhos que se diferenciam do que proponho construir nesta tese por focalizarem:

- i) o sistema de pontuação como um todo em períodos mais amplos ou restritos (cf. Gonçalves, 1993; Menéndez, 1997; Rocha, 1997; Machado Filho, 2002; Villela, 2005; Nunes, 2006; Camara, 2011; Rosa, 2016);
- ii) contextos específicos de uso da vírgula (cf. Yano, 2013, 2016, 2018, 2020; Rodrigues, 2020);
- iii) exclusivamente fontes não gramaticográficas, com referência muito pontual, quando há, a fontes gramaticográficas (cf. Mattos; Silva, 1993; Machado Filho, 1999, 2002; Nascimento, 2008, 2009; Paula, 2013; Lima, 2018);
- iv) o tratamento gramatical da pontuação e/ou da vírgula como subsídio para o exame de fontes não gramaticográficas (cf. Rosa, 1993, 1994a, 1994b, 1995; Ramon; Sampaio, 2000; Santos, 2002; Gonçalves, 2007; Coelho, 2008; Yano, 2013, 2016, 2018, 2020; Rodrigues, 2020; Módolo; Madeira, 2021).

Se restrito às dissertações e teses desenvolvidas no âmbito da pós-graduação, cujo formato favorece um maior aprofundamento do estudo, o cenário aqui descrito resultaria ainda mais modesto. Além disso, não foram raras as ocasiões em que as ideias dos gramáticos do passado se confundiram com o olhar dos linguistas do presente que as descreviam e interpretavam, armadilha da qual é possível se desvencilhar por meio de princípios teórico-metodológicos peculiares à área disciplinar a que se filia esta pesquisa, a HL.

## 1.5 PERCURSO DA TESE

Além desta “Introdução”, na qual, primeiro, expus a trajetória analítica que me levou à delimitação do objeto, das perguntas e dos objetivos do estudo e, em seguida, justifiquei as razões que o tornam relevante ao âmbito das pesquisas linguísticas, a tese está organizada em mais quatro seções.

Na segunda seção, “Fundamentos teóricos da historiografia da linguística para o estudo da vírgula na gramaticografia portuguesa”, apresento aspectos teóricos da área disciplinar a que se filia este trabalho, a HL, explicitando o modo como os articulo à

realização da pesquisa. Inicio esse percurso por uma caracterização ampla da HL, diferenciando-a de outras formas de resgate da história da linguística. Em seguida, aprofundo a delimitação da área focalizando concepções e temas específicos, como a relação intrínseca entre conteúdo e contexto na constituição dos conhecimentos linguísticos, a natureza e o papel das fontes historiográficas, o organograma da área e as tarefas do historiógrafo. Passo à discussão de duas questões potencialmente problemáticas na condução das investigações historiográficas: a questão da metalinguagem e a questão de influência. E, nas duas últimas subseções, explico como a noção de retórica pode amparar o estudo das mudanças na história dos conhecimentos linguísticos e situo esta pesquisa em duas subáreas da HL interessadas respectivamente no estudo da produção de gramáticas e das terminologias linguísticas: a historiografia da gramaticografia e a historiografia da terminografia.

Na terceira seção, “Delineamento metodológico da pesquisa”, apresento e justifico as escolhas metodológicas que operacionalizam a construção desta tese. Inicialmente, faço um relato panorâmico das atividades desenvolvidas durante o estudo aqui proposto, sistematizando-as em três etapas – heurística, hermenêutica e executiva – comuns às pesquisas em HL. Na sequência, explico os critérios e os procedimentos utilizados para selecionar as gramáticas e os tratados ortográficos a partir dos quais investigo o processo histórico de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16. Por fim, indico e pormenorizo as categorias interpretativas concebidas para orientar as análises das fontes primárias do trabalho, a serem realizadas no capítulo seguinte.

Na quarta seção, intitulada “A normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16”, analiso as fontes historiográficas que constituem o *corpus* da pesquisa. A seção está organizada em função da cronologia de publicação dos instrumentos linguísticos investigados, dividindo-se em subseções que focalizam cada um deles.

Na quinta e última seção, “Síntese analítica e considerações finais”, destaco as principais conclusões da tese, procurando atender às perguntas de pesquisa e aos objetivos específicos delimitados nesta introdução (cf. subseções 1.2 e 1.3), e aponto para as demandas investigativas que a finalização deste trabalho sugere.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA PARA O ESTUDO DA VÍRGULA NA GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA

Reconstruir os processos históricos que conduziram a produção dos conhecimentos sobre a língua e a linguagem é mais do que atender à curiosidade humana sobre o passado. O homem se volta aos tempos pregressos porque, ininterrupta, a história o constitui – e constitui, portanto, teorias e ideias linguísticas engendradas por sua atividade intelectual. A tarefa de compreendê-las e de desvelar as contradições por elas legadas ao presente demanda recuperar os fios epistemológicos e contextuais que sistematicamente as teceram no decurso da história. É o que se propõe a fazer a historiografia da linguística (HL), disciplina à qual esta tese se filia, focalizando o processo de normatização da vírgula ao longo da história da gramaticografia portuguesa, especificamente durante o século 16.

Ao defender a necessidade de um quadro de trabalho que propicie um tratamento cientificamente orientado da história da linguística, Koerner (2014g) adverte não pleitear um sistema normativo passível de aplicação rigorosa a todo e qualquer empreendimento investigativo da HL. Em suas palavras, não se trata de “receber um quadro teórico pré-fabricado de qualquer que seja a filosofia da ciência” (Koerner, 2014g, p. 53), e sim de estabelecer um conjunto de princípios cuja amplitude garanta sua aceitação entre os historiógrafos da linguística e viabilize sua adaptação às particularidades de cada pesquisa. Para o autor, sustentar-se em tais diretrizes teórico-metodológicas confere mais transparência às interpretações do passado, apresentadas inclusive a um público com formação, perícia e interesses diferentes daqueles que movem o historiógrafo.

Nesse sentido, a presente seção apresenta e discute uma série de fundamentos teóricos da HL a partir de um movimento expositivo-argumentativo que busca traçar os contornos epistemológicos desse campo de investigação científica e, em paralelo, indicar suas implicações para a construção desta tese.

### 2.1 HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA: OBJETO, OBJETIVOS E CAMPO DE ATUAÇÃO

A HL é uma disciplina que estuda o curso histórico dos conhecimentos sobre a linguagem e se interessa pelos processos de elaboração, desenvolvimento, circulação, difusão, mudança, apagamento ou mesmo esquecimento que o atravessam. Sua designação – *historiografia*, e não *história* da linguística – reflete o perfil epistemológico de uma prática

científica que, ao investigar o passado linguístico, busca se diferenciar de outras formas de reconstrução histórica. Conhecer-las, então, ajuda a definir a HL por exclusão, isto é, por motivações, concepções e procedimentos que não a representam e, por extensão, não representam o trabalho aqui desenvolvido.

Koerner (2014b, 2014c, 2014d) as descreve a partir de três perspectivas: as histórias de compilação; as histórias revolucionárias, comemorativas ou propagandísticas; e as histórias construtivas não partidárias ou histórias isoladas da linguística.

A primeira – referente às histórias de compilação – com o intuito de defender um novo quadro de investigação, apresenta uma visão panorâmica dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados por gerações anteriores de linguistas. A história da linguística, nesse caso, segue uma trajetória unilinear e cumulativa, na qual os conhecimentos mais recentes representam avanços em relação aos predecessores. Para Altman (2012), nessa forma de resgate histórico, que não raro ocupa o lugar de introdução em manuais de linguística geral ou em teses acadêmicas, a história parece exercer função de moldura para uma questão contemporânea ou função terapêutica em resposta à fragmentação da disciplina.

A segunda perspectiva – referente às histórias revolucionárias, comemorativas ou propagandísticas –, como indicam os adjetivos que a particularizam, reivindica descontinuidade na história da linguística em favor de uma nova doutrina ou teoria, caracterizada como superior e, portanto, capaz de corrigir as inadequações das abordagens anteriores. Está associada ao tipo *whiggish*<sup>68</sup> de escrita da história e, como tal, julga o passado sob as lentes do presente e retrata a história sob a ótica do progresso. É a forma de resgate histórico mais criticada por Koerner (2014b, 2014c, 2014d, 2014g) devido a sua tendência a distorções e à rápida obsolescência informativa que resulta da ênfase no propósito de angariar adeptos ao pretense novo paradigma<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> “The whig method of approach is bound to lead to an overdramatization of the historical story; it tends to make the historian misconceive both parties to any struggle that takes place in any given generation. The party that is more analogous to the present is taken to be more similar, more modern than close examination would justify, for the simple reason that the historian is concentrating upon likenesses and is abstracting them from their context and is making them his points of emphasis” [Em português: “O método *whig* de abordagem está fadado a levar a uma dramatização excessiva da narrativa histórica; ele tende a fazer o historiador interpretar erroneamente ambos os partidos de qualquer luta que ocorra numa dada geração. O partido mais análogo ao presente é interpretado como mais similar, mais moderno do que um exame de perto poderia justificar, pela simples razão de que o historiador está se concentrando nas semelhanças e abstraindo-as do contexto, tornando-as seus pontos de ênfase” (tradução própria).] (Butterfield, 1965, p. 34).

<sup>69</sup> Aqui, o termo *paradigma* remete às ideias de Thomas Kuhn (2018), em *A estrutura das revoluções científicas*. Trata-se de modelos científicos que determinam os problemas pertinentes a cada campo de especialidade, bem como os quadros de referência passíveis de solucioná-los, configurando o estágio que o filósofo da ciência denomina *ciência normal*, iniciado após o surgimento de um novo paradigma através de uma *revolução científica*. Essa dinâmica será retomada adiante, na subseção 2.6.

A terceira perspectiva – referente às histórias construtivas não partidárias ou histórias isoladas da linguística – é definida pelo autor como a menos partidária e a mais holística, pois seu interesse central é reconstruir o percurso histórico da linguística, destacando a consolidação dos conhecimentos atuais como tributários dos resultados obtidos por gerações pregressas de linguistas. As motivações para esse tipo de escrita da história, de acordo com Koerner (2014b, 2014c, 2014d), podem ser pessoais ou, muitas vezes, não linguísticas, a exemplo da condição de quase destruição a que a linguística foi submetida após a Primeira Guerra (1914-1918).

Em contraste às três perspectivas suprarreferidas – ainda que manifeste respeito pelas histórias do terceiro tipo –, Koerner (2014b, 2014c, 2014d) defende que a história da linguística seja parte integrante da disciplina, em vez de subserviente a ela. Isso significa, a seu ver, que a atividade de recuperar e escrever a história dos conhecimentos sobre a linguagem deve estar sempre amparada em princípios bem definidos, cujo rigor e solidez sejam análogos aos da própria linguística.

Swiggers (2019) também particulariza a forma como a HL escreve a história da linguística em função de seu fundamento científico. Nesse sentido, elenca quatro pré-requisitos dessa atividade: i) consistência interna dos procedimentos de pesquisa; ii) confiabilidade e representatividade dos dados; iii) controlabilidade do percurso da pesquisa e de seus resultados; iv) coerência da narração expositiva. Atendendo a essas condições, o historiógrafo não assegura uma verdade inquestionável, mas adota, frente à comunidade científica e ao público leitor, uma atitude aberta que lhes permite recuperar o caminho que conduziu a um dado relato historiográfico e, por conseguinte, avaliar sua plausibilidade ou mesmo conjecturar sobre outras historiografias possíveis de serem construídas a partir dos dados primários coligidos pelo investigador.

Desse modo, a história da linguística, muito além de mera propedêutica às abordagens contemporâneas, assume, em relação à linguística, função semelhante à que a história da ciência desempenha para o cientista. É por isso que, na visão de Koerner (2014b, 2014d, 2014g), o historiógrafo da linguística deve ser, antes de tudo, um linguista, embora sem apego a teorias específicas. O autor postula, na verdade, uma tripla perícia para o pesquisador da HL, o qual, na posição de historiador de uma ciência, deve ter, além de conhecimento especializado no domínio em que atua (a linguística), familiaridade com a história intelectual – incorporada, por sua vez, à história geral – e com questões de metodologia e epistemologia. Assim, a HL é compreendida por Koerner (2014g, p. 47) como atividade interdisciplinar, que requer “um conhecimento quase que enciclopédico da parte do investigador”. Para produzir a

historiografia do processo de normatização da vírgula desta tese, já na introdução do trabalho, foram mobilizados conhecimentos da tradição gramatical, de diferentes subáreas da linguística contemporânea, da retórica clássica, da paleografia e da história geral. Além disso, o delineamento teórico-metodológico da pesquisa, abordado nesta e na próxima seção, respalda-se em conceitos e reflexões epistemológicas oriundos da meta-historiografia da linguística (cf. subseção 2.3) e, ainda, da sociologia da ciência (cf. subseção 2.6).

Neste ponto, cabe dizer que uma segunda implicação da designação *historiografia*, em contraposição a *história*, na HL é a distinção entre o objeto de estudo e a área disciplinar que o estuda (ou a prática de escrever sobre tal objeto). Nos termos de Altman (2012), história e historiografia não são coextensivas, pois, para produzir esta última, o historiógrafo necessariamente opera um recorte no *continuum* histórico que dá forma à primeira. História e historiografia não se equivalem tanto porque, de um lado, a construção de um objeto de pesquisa impõe o estabelecimento de delimitações no fenômeno mais amplo em que ele se insere, dada a impossibilidade de captá-lo em sua integralidade, quanto porque, de outro, o resultado do trabalho de investigação científica nunca será mero retrato do objeto estudado, mas uma síntese explicativa costurada pelo pesquisador. Logo, a historiografia enquadra a história para reconstruí-la e interpretá-la ou, dito de outra maneira, para produzir uma historiografia sobre um recorte da história. Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que a HL é uma disciplina meta-histórica.

Outra distinção à qual Koerner (2014c, 2014d, 2014g) e Altman (2012), além de Swiggers (1990), recorrem para definir a HL e que corrobora a natureza das relações descritas no parágrafo acima é a diferença entre historiografia e crônica<sup>70</sup>. Ao passo que a crônica se ocupa do simples registro de acontecimentos do passado, a historiografia os avalia quanto ao seu valor explicativo para a compreensão de um fenômeno ou período sob análise. Para Swiggers (1990), o ato de descrever a história do pensamento linguístico não se limita à produção de um inventário de fatos, datas e nomes, porque, na reconstrução dessa história, descrição e explicação caminham juntas. Nesse sentido, a historiografia não dispensa o recurso à crônica, mas dá um passo além, hierarquizando os dados com os quais se depara ao se debruçar sobre um recorte da história. Essa hierarquização, por sua vez, não é aleatória nem reflete exclusivamente a opinião do historiógrafo; é, na verdade, fruto de uma interpretação que ordena e interliga os dados no âmbito de um sistema de referências:

---

<sup>70</sup> A distinção de Koerner (2014b, 2014c, 2014d) fundamenta-se nas ideias do filósofo e historiador Benedetto Croce. Cf. CROCE, B. **Zur Theorie und Geschichte der Historiographie**. Stuttgart: J.C.B. Mohr, 1915. 269 p.

Historiografias não se confundem [...] com crônicas, com testemunhos, com a visão particular, individual em face de um acontecimento. A escolha e o encadeamento dos fatos dependem de um sistema de referências presente naquele que opera essa seleção que não é individual, mas coletivo. É nesse contexto que se insere o acontecimento em que o historiógrafo opera a valorização do fato e, consequentemente, justifica sua seleção e a opinião estabelecida a seu respeito que constitui seu caráter histórico (Altman, 2012, p. 28).

Diante dessas distinções, pode-se dizer que reproduzir conceitos, regras e exemplos de uso inscritos nas obras que constituem o *corpus* desta pesquisa é um procedimento insuficiente para construir uma historiografia do processo de normatização da vírgula, ainda que mapeá-los (cf. objetivo específico *c*, na subseção 1.3) imponha-se como ponto de partida inescapável para a compreensão da complexa rede de fatos, agentes, conhecimentos e contextos que pavimentaram suas diferentes configurações. Mesmo se me restringisse a compilar retratos de como era a norma prescrita em cada instrumento linguístico, transformar a justaposição desses retratos numa linha narrativa exigiria, no mínimo, entrelaçá-los a partir do exercício de comparar cada quadro normativo a fim de identificar convergências e divergências indicativas da lógica por trás da passagem de um a outro (cf. objetivo específico *c*, na subseção 1.3).

Quando afirmei, ao longo desta subseção, que o objeto de estudo da HL é a história da linguística ou a história dos conhecimentos sobre a linguagem, não me referi exclusivamente aos produtos da atividade intelectual circunscrita à disciplina Linguística nos termos de sua institucionalização a partir de fins do século 19, inclusive porque o recorte temporal do processo de normatização que me proponho a estudar remete ao século 16, muito antes da emergência dos comparativistas ou do corte saussuriano. Além disso, os conhecimentos sobre a linguagem que concernem a esse processo integram a chamada gramática tradicional (GT), tradição de pesquisa<sup>71</sup> cujo modelo de análise remonta aos alexandrinos do século 2 AEC (cf. Vieira, 2018) e cujas diretrizes epistemológicas são recorrentes alvos de críticas pela linguística contemporânea (cf. Vieira, 2020b; Vieira, Gueiros, 2020).

A *linguística* que interessa à HL investigar recobre um amplo espectro de conhecimentos sobre a linguagem, independentemente de seu grau de formalização ou de sua institucionalização: trata-se de “tipos de atividade intelectual relacionados à linguagem ou às línguas que se concentram em propriedades (da linguagem ou das línguas) estruturais, socioculturais e históricas (incluindo características [...] atribuídas erroneamente à linguagem ou às línguas)” (Swiggers, 2019, p. 48) ou, ainda, “qualquer estudo sobre a linguagem que

<sup>71</sup> Conforme tratado na subseção 2.7.1, mais adiante, Vieira (2020b) define a GT a partir da noção de tradição de pesquisa, do filósofo e epistemólogo Larry Laudan (2011).

tenha sido produzido pelo homem onde quer que se encontrem dele vestígios de documentação” (Altman, 2012, p. 20). Tamanha abrangência deve-se a uma postura epistemológica peculiar à HL de pretensão à exaustividade e de afastamento ao presentismo. Afinal, desprendendo-nos de concepções contemporâneas, não é difícil se dar conta de que, noutros momentos da história, foram produzidos conhecimentos linguísticos em domínios que transcendem os limites institucionais atuais da linguística. Acrescente-se a isso o fato de que, mesmo hoje, não há um consenso entre os linguistas sobre os problemas que poderiam ser efetivamente qualificados como “linguísticos” (Altman, 2012). Excluir, portanto, do escopo da HL qualquer das diferentes formas sob as quais o conhecimento linguístico se manifestou ao longo do tempo pode levar o historiógrafo a recair em anacronismos e arbitrariedades incompatíveis com o rigor epistemológico que a área persegue.

Para finalizar, reproduzo e comento três definições para o objeto da HL cujo detalhamento resgata os pressupostos teórico-metodológicos apresentados nesta subseção:

A historiografia linguística tem como objeto a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas práticas, em um processo de continuidade e descontinuidade, de avanços e de retomadas, inerentes à busca de conhecimento. As maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e percebido também fazem parte, em suma, da sua história (Altman, 2012, p. 22).

La historiografía de la lingüística [...] se puede definir como el estudio (sistemático y crítico) de la producción y evolución de ideas lingüísticas, propuestas por “*actantes*”, que están en interacción entre sí y con un contexto socio-cultural y político y que están en relación con su pasado científico y cultural<sup>72</sup> (Swiggers, 2004, p. 116).

O objeto da Historiografia da Linguística não é a linguagem e as línguas propriamente ditas, mas o curso evolutivo do conhecimento (ou saber) sobre a linguagem e as línguas. Dito de outro modo, esse campo disciplinar se interessa pelo devir histórico das ideias linguísticas, em termos de aquisição, elaboração, formulação, circulação, difusão, recepção, influência, longevidade, apagamento, entre outras nuances (Vieira, 2024, p. 773).

Duas observações se fazem necessárias acerca das definições de Altman (2012), Swiggers (2004) e Vieira (2024). Em primeiro lugar, chamo atenção para o emprego da expressão *ideias linguísticas*, também utilizada por Koerner (2014g) para se referir ao objeto

---

<sup>72</sup> Em português: “A historiografia da linguística [...] pode ser definida como o estudo (sistemático e crítico) da produção e evolução de ideias linguísticas, propostas por ‘*actantes*’, que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural e político e que estão em relação com seu passado científico e cultural” (tradução própria).



de estudo da HL<sup>73</sup>. A esse respeito, destaco que, assim como os autores, tomo *ideias linguísticas* como termo “guarda-chuva” desvinculado da História das Ideias Linguísticas (HIL) – área disciplinar também interessada na história da linguística, mas a partir de categorias da análise do discurso francesa e com base em princípios teórico-metodológicos distintos daqueles sobre os quais se assenta a HL. Assim, sempre que utilizada neste trabalho, a expressão deve ser compreendida como um hiperônimo que abarca diversificadas formas de conhecimento linguístico, tais como pressuposições, convicções, observações, asserções, argumentações, teorias, análises, atitudes, técnicas descritivas, reflexões, especulações, prescrições, preconceitos envolvendo linguagem ou línguas (Swiggers, 2004; Batista, 2020; Vieira, 2024; Mesquita; Vieira, 2025).

Em segundo lugar, as três citações em destaque trazem à tona termos que apontam para elementos externos à imanência das ideias linguísticas examinadas pela HL (“produção”, “recepção”, “práticas”, “maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e percebido”, “*actantes*”, “contexto socio-cultural y político”, “pasado científico y cultural”, “circulação”, “difusão”, “recepção”), os quais, por atravessarem os processos históricos de seu desenvolvimento, integram o próprio objeto de investigação historiográfica. Os excertos, pois, fazem alusão às duas faces da pesquisa em HL, a interna (o conteúdo) e a externa (o contexto), abordadas na próxima subseção.

## 2.2 RELAÇÕES ENTRE CONTEÚDO E CONTEXTO NA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

Consta entre as perguntas de pesquisa que auxiliam a responder o problema central que move esta tese (cf. pergunta *e*, na subseção 1.2): *de que modo o contexto histórico, a atmosfera intelectual e os modelos epistemológicos de produção gramaticográfica no contexto lusitano do século 16 impactaram o processo de normatização da vírgula?* Esse questionamento parte do princípio basilar na HL de que “ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio” (Altman, 2012, p. 23) ou, mais detalhadamente, de que “as teorias linguísticas não se desenvolvem num total isolamento do clima intelectual do período ou das atitudes particulares mantidas pela sociedade que promoveu a atividade científica” (Koerner, 2014g, p. 55). Nesse sentido, o tratamento normativo da vírgula por um gramático não se

---

<sup>73</sup> “Do ponto de vista metodológico, pode perguntar-se o que é que outros campos da investigação histórica, já estabelecidos, têm a oferecer ao historiógrafo da linguística, sem deixar de ter em mente, ao mesmo tempo, que o seu objeto de estudo, isto é, as ideias sobre a linguagem e propostas para a sua descrição e explicação, deve impor um tratamento particular ao investigador” (Koerner, 2014d, p. 49, grifo próprio).

explica por suas concepções individuais, porque, como todo sujeito, um gramático é um ser histórico, constituído por visões de mundo, práticas sociais e identidades compartilhadas (ou rivalizadas) com outros sujeitos, igualmente históricos. Como pressuposto na pergunta de abertura deste parágrafo, as escolhas de um gramático refletem não apenas as bases teóricas e metodológicas (concepções de língua e gramática, modelos de descrição, aparato terminológico, etc.) que orientam as diferentes formas de se elaborar uma gramática (cf. subseção 2.7) como também o ideário e os fatos que dão forma à vida social de um momento histórico.

Ao criticar historiografias que põem em evidência exclusivamente a dimensão dos enunciados linguísticos que compõem as fontes investigadas e que, por isso, nos apartam de seu entorno social, cultural e político, Altman (2012) alerta para o risco de se destituir o conhecimento linguístico de sua inevitável historicidade, o que significa negligenciar o potencial explicativo do contexto para a configuração epistemológica de um dado conhecimento ou para o êxito (ou a falta de êxito) de um determinado quadro de trabalho, teoria, modelo ou programa de investigação<sup>74</sup>. Na mesma direção, Koerner (2014g) considera que a adesão aos argumentos associados a um conhecimento linguístico pode ser determinada mais pelo clima de opinião<sup>75</sup> que os sustenta – isto é, as concepções e visões de mundo vigentes na época em questão – do que por sua lógica interna. Por esse motivo, o autor inclui entre os pré-requisitos necessários à pesquisa em HL a familiaridade com o clima de opinião da época estudada, a fim de que o historiógrafo possa detectar aspectos que “podem ter tido, de uma forma ou de outra, um impacto sobre as ideias acerca da linguagem e sobre as teorias linguísticas e métodos de análise que são característicos de um determinado período no desenvolvimento da ciência linguística” (Koerner, 2014a, p. 12).

Outra possível consequência de tratar a linguística em si mesma, como matriz disciplinar sem correlação com o conjunto de ideias e práticas que circulam no tempo histórico de sua elaboração e de seu desenvolvimento, segundo Altman (2012), é perder de vista o caráter sempre provisório do conhecimento, assumindo que todo movimento de teorização e prática de análise linguística tenha como parâmetro o que hoje entendemos por conhecimento linguístico. Noutra via, a autora sugere que o reconhecimento das diferentes

<sup>74</sup> Programa de investigação é um conceito proposto por Swiggers (2024) para orientar a descrição dos sistemas cognitivos que caracterizam a produção de conhecimentos ao longo da história da linguística. Os programas de investigação podem subsumir várias teorias desde que compartilhem entre si uma visão de como um determinado método deve lidar com o objeto de estudo da disciplina, possibilitando certas operações e resultados e excluindo outros. O autor identifica quatro programas de investigação ao longo da história da linguística: o programa de correspondência, o programa descritivista, o programa sociocultural e o programa de projecção.

<sup>75</sup> Clima de opinião é um conceito criado pelo historiador Carl Lotus Becker. Cf. BECKER, C. L. *The heavenly city of the eighteenth-century philosophers*. 35. ed. New Haven: Yale University Press, 1932. 168 p.

formas de vida intelectual é justamente o que mais interessa na reconstrução dos diálogos de nossos antepassados acerca da linguagem e das línguas<sup>76</sup>. É por isso que a descrição de princípios e métodos subjacentes à produção dos conhecimentos linguísticos estudados pela HL é, como indica Altman (2012), não normativa.

Nesta tese, o fato do objeto de pesquisa (cf. subseção 1.1) e da justificativa (cf. subseção 1.4) terem sido construídos a partir de problemas teórico-normativos do presente não implica a intenção de avaliar gramáticas antigas em função do grau de similitude que elas apresentam em relação a um inventário de definições e regras que condicionam os usos atualmente convencionais da vírgula. A norma contemporânea só representa um parâmetro para os propósitos da investigação em curso no sentido de que ocupa o ponto de chegada, não a feição ideal, do processo histórico cujos meandros procuro desvendar. Entender por que as gramáticas de hoje optam pela abordagem conceitual e pelas prescrições de uso da vírgula que circulam entre nós demanda fazer o mesmo em relação às escolhas teóricas e normativas da gramaticografia que nos antecede, o que, por seu turno, requer interpretar os diferentes quadros normativos nos limites da atmosfera intelectual e social na qual cada um esteve inserido.

É importante dizer que a análise dos elementos contextuais previstos no objetivo específico *a* (cf. subseção 1.3) será realizada na medida em que ajudem a compreender o conteúdo que se expõe nas fontes primárias investigadas. Na esteira de Altman (2012), não separo a reflexão epistemológica ou metodológica sobre ideias linguísticas (neste trabalho, o tratamento teórico-normativo da vírgula) e o momento histórico ou o contexto intelectual de sua formulação e desenvolvimento (neste trabalho, examinados a partir do contexto histórico, da atmosfera intelectual e dos modelos epistemológicos de produção gramaticográfica no interior dos quais as gramáticas foram produzidas). Entretanto, como salienta Swiggers (2019) ao se referir aos tipos de contextos que circundam a produção do conhecimento linguístico – cultural-ideológico, político, socioeconômico, (eco)linguístico e científico –, a disponibilidade e a relevância das informações sobre cada um deles variam em função do período e do tema estudados.

A título de exemplificação, faço um breve resgate de algumas das informações apresentadas na “Introdução” que indiciam o valor dos elementos contextuais elencados no objetivo específico *a* (cf. subseção 1.3) para a compreensão do conteúdo linguístico no âmbito da história da pontuação ocidental. Quanto ao contexto histórico, na subseção 1.1.3, com base

---

<sup>76</sup> Aqui, Altman (2012) se fundamenta em Rorty (1993). Cf. RORTY, R. The historiography of philosophy: four genres. In: RORTY, R. **Truth and progress**: v. 3. Cambridge: University Press, 1993. p. 247-273.

em Parkes (2016), foi destacado o propósito de preservar e difundir a doutrina cristã às futuras gerações como possível fator que tenha levado Isidoro de Sevilha a, em sua *Etimologias*, considerando a falta de familiaridade desse público com a análise retórica da sentença latina, descrever os princípios que regiam a pontuação da época por meio da articulação entre o sistema de *distinctiones* da Antiguidade e as unidades estruturais do *periodus*. Já no que diz respeito à atmosfera intelectual, no início da mesma subseção 1.1.3, a partir das ideias de Catach (1994), o condicionamento simultaneamente prosódico e sintático-semântico da pontuação na Antiguidade clássica foi atribuído à indissociabilidade das relações entre oralidade e escrita na dinâmica de produção e difusão de textos então vigente. E, por fim, o estado da arte esmiuçado na subseção 1.4.3 trouxe casos representativos de como os modelos epistemológicos de produção gramaticográfica podem interferir na norma de uso da vírgula: a relação sugerida por Yano (2018, 2020) entre, de um lado, o declínio da incidência de vírgula entre verbo e oração completiva e, de outro, a noção de complementaridade entre verbo e argumento emergente na gramaticografia do século 19; ou a relação sugerida por Rodrigues (2020) entre a delimitação de orações relativas por vírgulas na gramaticografia portuguesa do século 19 e a ênfase na função lógica desse sinal gráfico característica das gramáticas francesas de tradição filosófica.

Procurro, então, fugir da dicotomia entre pesquisas orientadas para o conteúdo e pesquisas orientadas para o contexto, contestada por Swiggers (1990) no campo da HL. O autor argumenta que, a despeito dos distintos requisitos metodológicos e focos de interesse – respectivamente “the internal (properly linguistic) content of theories”<sup>77</sup> (Swiggers, 1990, p. 21) e “the setting of theories in their social and broadly cultural context”<sup>78</sup> (Swiggers, 1990, p. 21-22) –, recuperar as relações entre conteúdo e contexto ajuda a entender tanto o aparecimento de teorias particulares num dado momento da história quanto a própria mensagem que elas transmitem.

The most profitable and interesting approach in linguistic historiography is a history of problems (and their solutions), techniques and models, in their significant relation to scientific traditions, to sociocultural contexts and to individual achievements. It makes little sense to distort the historical context of linguistic theories, and to apply an apriori framework to views that should be studied in terms of their proper

<sup>77</sup> Em português: “o conteúdo interno (propriamente linguístico) das teorias” (tradução própria).

<sup>78</sup> Em português: “a configuração das teorias em seu contexto social e cultural mais amplo” (tradução própria).

structure [...], and in terms of the scientific context of the period in question<sup>79</sup> (Swiggers, 1990, p. 26).

Sob essa ótica, reconheço que quatro dos objetivos específicos arrolados na subseção 1.3 (*b, c, d, e*) ressaltam o foco imanente da historiografia que me proponho a construir, mas busco, sempre que possível, entrelaçar os dados decorrentes das análises orientadas por tais objetivos aos elementos contextuais que compõem o primeiro objetivo, há pouco exemplificados. Como recomendam as palavras de Swiggers (1990) acima, encaro o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 como uma história atravessada pela lida dos gramáticos com um problema: a definição de condicionantes (prosódicos e/ou sintáticos) que regem a prescrição de formas de pontuar. Tanto a constituição desse problema ao longo do tempo quanto as soluções mobilizadas pelos gramáticos, apesar de remeterem à dimensão linguística das obras por eles produzidas, só podem ser adequadamente desveladas se interpretadas dentro de um quadro de trabalho historicamente situado na esfera mais ampla das relações sociais, políticas, culturais e institucionais em que se inserem os gramáticos.

Concebê-los, nos termos de Swiggers (1990), como “*actantes*” de processos de produção de conhecimentos reitera a caracterização do objeto de investigação da HL em sua complexidade, uma vez que evoca o fato de que qualquer conhecimento sobre a linguagem pressupõe um sujeito que “age” para conformá-lo nos moldes como se manifesta numa dada fonte historiográfica. Também o historiógrafo “age” ao descrever e analisar o produto da ação do linguista, de modo que Swiggers (1990) se refere à HL como uma *atividade* que envolve:

- (1) a number of themes, motives – or better, problems
- (2) “actants”, who have to solve a number of problems and who may be cooperating or rivalizing
- (3) a chronology of events, marked by the activities of the actants, as well as a metachronology, which involves the relation of the actants with respect to the past as they perceive it
- (4) an observer, who reconstructs (in a selective way) this chronology and metachronology<sup>80</sup> (Swiggers, 1990, p. 27).

<sup>79</sup> Em português: “A abordagem mais proveitosa e interessante da historiografia da linguística é a história de problemas (e suas soluções), técnicas e modelos, em suas relações significativas com tradições científicas, com contextos socioculturais e com conquistas individuais. Faz pouco sentido distorcer o contexto histórico das teorias linguísticas e aplicar um quadro de trabalho apriorístico a visões que deveriam ser estudadas em termos de sua própria estrutura [...] e em termos do contexto científico do período em questão” (tradução própria).

<sup>80</sup> Em português: “(1) uma série de temas, motivos – ou melhor, problemas (2) ‘actantes’, que precisam solucionar uma série de problemas e que podem estar cooperando ou rivalizando (3) uma cronologia de eventos, marcados pelas atividades dos actantes, bem como uma metacronologia, que envolve a relação dos actantes com o passado tal como eles o percebem (4) um observador, que reconstrói (de maneira seletiva) essa cronologia e metacronologia” (tradução própria).

O modo como os quatro itens se expressam nesta tese já foram, em diferentes medidas, abordados no percurso trilhado até aqui. Sobre os itens (1) e (2), aponteí nesta subseção o problema que faz do tema desta pesquisa um aspecto de interesse para a HL (cf. detalhes na subseção 1.1) e a condição de “actantes” dos gramáticos que integram o objeto ora investigado. Quanto ao item (3), justifico o recorte cronológico adotado (século 16) na subseção 3.2 e trato, na subseção 2.7, de um conjunto de pressupostos epistemológicos que dão contornos mais nítidos à “atividade dos actantes” em foco, isto é, a gramaticografia. Ainda no tocante ao item (3), a metacronologia neste trabalho será contemplada a partir da operacionalização do conceito de horizonte de retrospecção (cf. Auroux, 1992), que situa a produção de gramáticas numa linha temporal que permite ao historiógrafo um olhar mais abrangente para as interseções que conectam os diferentes períodos históricos (cf. subseção 2.7.2). A percepção dos gramáticos de sua relação com o passado linguístico (e também com as ideias que lhes são contemporâneas) será averiguada com base nas retóricas que pretendem instituir continuidades e/ou descontinuidades na história da gramaticografia (cf. subseção 2.6). Por fim, acerca do item (4), mencionei na subseção 2.1 o recorte que o historiógrafo necessariamente opera sobre a história da linguística e aludi brevemente à necessidade de explicitude dos princípios que norteiam suas escolhas teórico-metodológicas (seja um recorte temporal ou quaisquer outros passos que viabilizam a pesquisa) com o intuito de se garantir um diálogo transparente com o público leitor.

Na próxima subseção, a condição de “actante” também do historiógrafo ao reconstruir a cronologia e a metacronologia da pesquisa a partir da seleção e do estudo de fontes que informem sobre o conhecimento linguístico investigado será aprofundada. Para tanto, focalizo questões relativas à natureza e ao papel das fontes historiográficas, inter-relacionando-as à apresentação de tarefas que cabem ao investigador da HL.

## 2.3 TAREFAS DO HISTORIÓGRAFO E FONTES HISTORIOGRÁFICAS

Assumir que uma historiografia resulta de um processo de reconstrução seletiva arquitetada pelo historiógrafo, e não de cópia fiel da história, implica assumir que, como toda prática e reflexão acerca da linguagem, a HL, desde a própria definição do objeto a ser estudado, não é neutra (Altman, 2012; Coelho; Hackerott, 2012).

A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes [...] para o quadro de reflexão que

constrói o historiógrafo. Seu objeto não é óbvio, tampouco dado de antemão. O objeto da historiografia é construído, no sentido de que é uma representação dos conhecimentos que temos a respeito da história, com que mantém uma relação de iconicidade parcial. [...] A pertinência e o valor do acontecimento são funções não apenas do objeto selecionado, mas, igualmente, do historiógrafo que opera a seleção (Altman, 2012, p. 29).

Historiografar os conhecimentos sobre um dado fenômeno linguístico produzidos num espaço e num tempo histórico específicos pode, portanto, levar a produtos finais distintos a depender das ações do pesquisador sobre o objeto investigado. Isso significa que outros historiógrafos interessados no percurso histórico de normatização da vírgula no âmbito da gramaticografia portuguesa do século 16 poderiam chegar a um produto historiográfico diferente daquele que apresento por meio desta tese. Afinal, existe um amplo espectro de escolhas teórico-metodológicas, de percursos analíticos e de olhares interpretativos passíveis de serem adotados durante o trabalho historiográfico. Se é verdade que há múltiplas formas legítimas de se reconstituir a história de um conhecimento linguístico e que todas elas culminam numa historiografia parcial (e superável) desse conhecimento, de tais constatações não decorre nem a falsidade dos produtos da ação do historiógrafo nem, no outro extremo, a validade incondicional de quaisquer que sejam os resultados obtidos de seu ofício (Altman, 2012; Coelho; Hackerott, 2012). O que permite superar a mera impressão baseada em opiniões pessoais é a precisão e o rigor com os quais o pesquisador define e explicita os pressupostos, as perspectivas e os critérios de cada gesto que compõe sua versão historiográfica.

A necessidade de estabelecer recortes na história da linguística, para além da mencionada impossibilidade de captá-la em sua integralidade (cf. subseção 2.1), decorre da natureza não linear dos fatos que a encadeiam. Nas palavras de Altman (2012, p. 29), “nem todos os fatos passados são históricos, no sentido de contribuírem para um processo histórico”. Cabe ao historiógrafo, num exercício de síntese que requer sua expertise de linguista e por si só já carrega traços de sua forma de interpretar a história, “separar o essencial da massa dos factos empíricos coligidos a partir das fontes primárias” (Koerner, 2014g, p. 47). Pelas citações de Altman (2012) e Koerner (2014g), infere-se que, para operar a seleção do que é efetivamente “essencial” ou “histórico”, é preciso colocar os dados uns em relação aos outros a fim de hierarquizá-los e, então, concatená-los em função do valor (de causalidade, de consequência, de contraposição, etc.) que eles assumem para contar a história que se pretende. Por meio desse procedimento, o historiógrafo poderá concluir se e em que medida fatos

simultâneos ou temporalmente próximos (a própria produção de conhecimentos sobre a linguagem incluída entre os fatos) estão implicados entre si.

Para Swiggers (2019), na avaliação de trabalhos historiográficos antigos ou contemporâneos, o pesquisador em HL pode se valer de três tarefas para distinguir entre compreensões adequadas e impróprias (ou, ainda, parciais, tendenciosas, além de mal-entendidos): i) a documentação; ii) a contextualização e a perspectivização; e iii) o aparelho hermenêutico. Através da documentação, o historiógrafo constrói as condições heurísticas de seu trabalho, incluindo desde informações sobre as fontes até edições críticas e traduções dos textos investigados. Com a contextualização e a perspectivização, ele situa o objeto de estudo num contínuo histórico, incorporando a seus movimentos interpretativos conhecimentos relativos aos intervalos de tempo que o antecedem e sucedem. Por fim, mediante um aparelho hermenêutico, o historiógrafo concebe modelos analíticos que conduzirão sua abordagem dos textos que compõem as fontes, devidamente colocadas em contexto e em perspectiva.

No caso desta tese, uma gramática e dois tratados ortográficos portugueses formam o *corpus* a partir do qual, com base nas três tarefas acima, resgato os conhecimentos produzidos sobre a normatização da vírgula no século 16. São as fontes primárias do trabalho (cf. Quadro 18, na subseção 3.2). Mas, se, como já destacado, é preciso tratar os conhecimentos investigados como parte de um processo histórico e não apenas focar na dimensão linguística dos textos analisados, uma documentação paralela, como sugere Altman (2012), deve também compor as fontes historiográficas que fundamentam a pesquisa em HL. Ao se referir a essa literatura, Swiggers (2004) ressalta seu caráter metadocumental, o que pode ser explicado pelo fato de ela discorrer sobre a documentação principal – ou algum(ns) de seus componentes (autoria, tópicos específicos e/ou contexto histórico).

Por isso, as fontes secundárias ajudam o historiógrafo a atentar para os múltiplos aspectos de um texto que, na condição de objeto de estudo, embora não tenham a mesma importância de seus aspectos propriamente filológicos, merecem ser alvo de reflexão, na ótica de Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014). Um deles é a inserção do texto num circuito mais amplo a partir do qual o investigador pode, por exemplo, situá-lo no âmbito de uma série de textos ou estabelecer relações de intertextualidade pertinentes aos problemas de pesquisa. Outro aspecto citado pelos autores para o qual considero que a documentação secundária pode ter relevância é a posição ou avaliação do texto, que, averiguada em retrospectiva ou de um ponto de vista contemporâneo, indica o lugar canônico ou marginal que ele ocupa, bem como sua integração ou falta de integração institucional. Em ambos os casos, as informações disponibilizadas nas fontes secundárias podem conferir maior

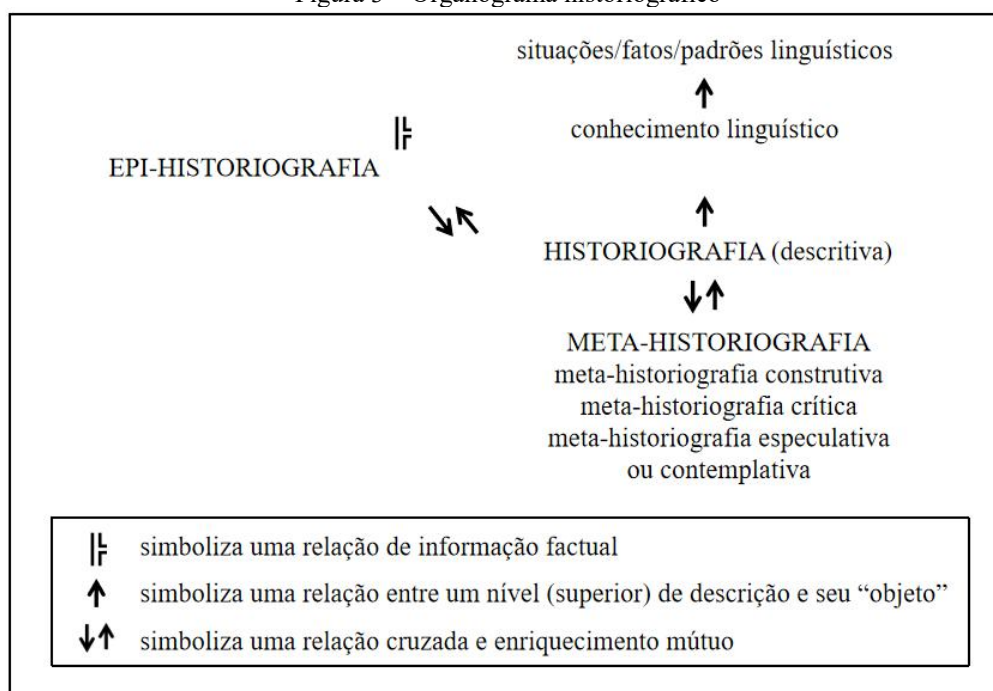


confiabilidade à análise do historiógrafo ao fornecerem parâmetros de interpretação que extrapolam o (necessário, mas insuficiente) contato direto com as fontes primárias.

Nesta pesquisa, dão suporte à base documental principal (gramáticas e ortografias portuguesas publicadas no século 16): os trabalhos acadêmicos que embasaram a delimitação do objeto de estudo e a construção das perguntas e dos objetivos da tese (cf. subseção 1.1); as pesquisas que, ao tratarem de temas correlatos ao que abordo, informam sobre o estado da arte relacionado à história da pontuação e da vírgula (cf. subseção 1.4); textos especializados nas obras, nos autores e no contexto histórico de produção e recepção das obras (cf. seção 4); textos programáticos dedicados à reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos da HL (cf. seções 2 e 3). Com esse conjunto de fontes secundárias, além de buscar construir uma historiografia cientificamente fundamentada nos termos de Koerner (2014g) e Swiggers (2019), tenho a intenção de evitar distorções resultantes de um olhar excessivamente subjetivo para as fontes primárias ou da falta de perspectiva histórica própria de quem lê o passado sem considerar o que já se disse a seu respeito.

A lida do historiógrafo com as fontes primárias e secundárias de pesquisa é amparada por dois domínios adjacentes à HL: a epi-historiografia e a meta-historiografia. A Figura 3 a seguir, ao representar os tipos de relações entre esses domínios e seus objetos, compõe o que Swiggers (2019) denomina organograma historiográfico:

Figura 3 – Organograma historiográfico



Fonte: Swiggers (2019, p. 52)

A meta-historiografia, como o próprio nome sinaliza, tem a historiografia como objeto de reflexão, em particular a prática e os produtos da HL (Swiggers, 2019). Dito de outro modo, é o domínio da teorização acerca da relação entre o historiógrafo, seu objeto e a atividade historiográfica (Swiggers, 2004). Nesse sentido, pode-se afirmar que esta seção é meta-historiográfica na medida em que discute princípios teóricos que embasam a HL, aplicando-os particularmente à historiografia construída por meio desta tese. A terceira seção também é meta-historiográfica por engendrar o mesmo movimento expositivo-argumentativo em relação a aspectos metodológicos da HL.

Tais seções acionam ou operacionalizam, em diferentes momentos, as três principais tarefas circunscritas à meta-historiografia referidas no organograma da Figura 3 (cf. Swiggers, 2004, 2019).

A primeira delas, a meta-historiografia construtiva, focaliza o desenvolvimento de modelos de descrição historiográfica, incluindo a proposição de uma metalinguagem da qual o historiógrafo possa lançar mão durante o processo de escrita da história. Nesta seção, exemplificam essa tarefa tanto a reflexão que faço adiante, com base em Kuhn (2018), Murray (1994) e Batista (2019), sobre como as noções de paradigma e retórica podem ser mobilizadas para se compreenderem os processos de mudança que afetam os conhecimentos linguísticos ao longo do tempo (cf. subseção 2.6) quanto o resgate de noções teóricas e modelos analíticos pertinentes à historiografia da gramaticografia e à terminografia, conduzido um pouco mais à frente a partir das ideias de Swiggers (2009b, 2010, 2012, 2021), Auroux (2014), Vieira (2018, 2020b), Faraco e Vieira (2021), Vieira e Faraco (2025) e Mesquita e Vieira (2025) (cf. subseção 2.7). Na terceira seção, também ilustra a meta-historiografia construtiva a definição das categorias analíticas especificamente concebidas para guiar a análise historiográfica da tese (cf. subseção 3.3).

A segunda tarefa meta-historiográfica elencada na Figura 3, a meta-historiografia crítica, consiste na prática de avaliar produtos historiográficos quanto à documentação e às abordagens epistemológicas e metodológicas que os fundamentam. Recorro a essa prática ainda nesta seção ao problematizar o tratamento da metalinguagem na pesquisa de Nunes (2006), contrastando-o com os princípios de análise historiográfica sugeridos por Koerner (2014f) para lidar com a questão (cf. subseção 2.4).

Por fim, a terceira tarefa, a meta-historiografia especulativa ou contemplativa (ou, ainda, metateórica), é a que venho colocando em prática desde o início desta seção (cf. subseções 2.1, 2.2 e 2.3), pois ela propõe reflexões sobre o objeto e o status da HL, além de justificar o uso de certas formas de apresentação da pesquisa historiográfica e problematizar

noções centrais à HL, como o que pode ser considerado fato linguístico ou “verdade” para o historiógrafo.

A epi-historiografia, conforme simbolizado pela posição do termo no organograma da Figura 3, é um ramo “lateral” da HL devido ao seu papel de apoio documental, o que abarca não apenas ações como a catalogação bibliográfica, o tratamento filológico, a edição ou a tradução das fontes historiográficas, mas também a pesquisa em torno de informações sobre agentes, contextos e produtos materiais relacionados à documentação primária investigada (Swiggers, 2004, 2013, 2019). A própria definição do *corpus* de uma pesquisa historiográfica, de partida, impõe ao historiógrafo a necessidade de realizar movimentos epi-historiográficos ou recorrer a epi-historiografias já elaboradas por outros investigadores da área. Nesse sentido, a seleção das fontes primárias desta tese (cf. subseção 3.2) parte de um produto que resulta de um empreendimento epi-historiográfico: o catálogo de obras metalinguísticas produzidas no âmbito da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos 15 ao 19 (até o ano de 1834), sistematizado por Kemmler (2013). Além disso, o levantamento das fontes secundárias, já pormenorizadas nesta subseção, também compõe parte da epi-historiografia necessária à construção desta tese.

Para compreender as relações entre historiografia, epi-historiografia e meta-historiografia, cabe, por fim, examinar a disposição espacial dos termos e dos símbolos que compõem a Figura 3.

Os termos que constam no lado direito do organograma estão ordenados na direção vertical conforme se tornam objetos dos níveis de descrição designados pelos termos abaixo de cada um deles. É por isso que entre todos esses termos há uma seta apontada para cima. “Situações/fatos/padrões linguísticos” são os objetos da linguística, referindo-se, segundo Swiggers (2019), a estruturas de linguagem e elementos das línguas descritos e teorizados na forma de “conhecimento linguístico”. Este, por sua vez, “inclui todos os tipos de práticas e conceituações que lidam com análise (possivelmente fragmentária), ‘regulamentação’ e codificação, comparação e classificação (histórica/geográfica/tipológica), avaliação (positiva ou negativa) de línguas” (Swiggers, 2019, p. 52). É o objeto da “historiografia”, a HL, descritiva em sentido amplo, já carregando em si o gesto de interpretar e explicar o passado (cf. subseção 2.1).

Entre “historiografia” e “meta-historiografia”, além da seta para cima, há também uma seta para baixo, de modo que entre elas não há somente uma relação de um nível descritivo (a meta-historiografia) com um objeto de reflexão (a HL), porque ambas se retroalimentam: a meta-historiografia reflete sobre o fazer historiográfico e fornece as bases teórico-

metodológicas da HL; esta, ao assentar sua prática em tais bases, engendra produtos que colocam os princípios meta-historiográficos em prática e fornecem novo material de análise à meta-historiografia, num ciclo ininterrupto de trocas mútuas. A mesma dinâmica ocorre entre a historiografia e a epi-historiografia: a documentação e a metadocumentação epi-historiográfica atendem a demandas e princípios teórico-metodológicos da HL, muitas vezes sendo erigidas como parte de uma historiografia; esta, ao incorporar as informações provenientes das fontes primárias e secundárias da pesquisa, desvela ou aprofunda a compreensão de diferentes aspectos de sua constituição histórica, podendo, com base nos resultados da pesquisa, antever a necessidade de novos empreendimentos epi-historiográficos.

Uma última definição de “epi-historiografia” aduzida pelo esquema da Figura 3 diz respeito ao primeiro símbolo disposto na legenda, indicativo de que a prática epi-historiográfica informa o historiógrafo sobre fatos concernentes ao objeto da HL (o “conhecimento linguístico” produzido a respeito de “situações/fatos/padrões linguísticos”, constituído, como já discutido, de elementos que transcendem a imanência dos textos que o materializam).

Com estas três primeiras subseções, apresentei de forma panorâmica o quadro de trabalho da HL, aplicando-o ao processo de elaboração desta tese. Passo agora à discussão de duas questões específicas e potencialmente polêmicas, fundamentando-me nas problematizações e proposições de Koerner (2014e, 2014f), Altman (2020) e Cavaliere (2020). Elas merecem um olhar cuidadoso do historiógrafo não apenas em virtude de sua centralidade nas pesquisas em HL, mas também das sérias consequências de um tratamento inadequado que não raro é concedido a cada uma delas: a questão da *metalinguagem* e a questão da *influência*. Abordo a primeira na próxima subseção.

## 2.4 A QUESTÃO DA METALINGUAGEM NA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

A caracterização do objeto estudado pela HL traçada até este ponto da seção legitimaria denominá-lo metalinguagem. Afinal, a linguística se encarrega de um exercício de descrição e/ou teorização sobre as línguas e a linguagem que, para ser materializado em textos (potenciais fontes historiográficas), demanda o uso da linguagem. Nessa ótica, a linguística assume a forma de uma linguagem sobre a linguagem – ou metalinguagem –, e a HL, ao manejar novamente a linguagem para produzir textos (os produtos das pesquisas historiográficas) sobre essa metalinguagem (os conhecimentos linguísticos produzidos pela linguística), assume a forma de uma linguagem sobre a metalinguagem – ou

metametalinguagem. É possível inferir a existência desses diferentes níveis metalinguísticos entre a língua gramatizada e o produto final da HL no comentário de Altman (2020, p. 125) sobre os problemas relacionados ao tratamento da metalinguagem gramatical pelo historiógrafo:

Dada a extensão do objeto – são quase 2.000 anos de contínua construção de conhecimento gramatical –, a primeira dificuldade surge no momento em que se tenta determinar onde começa e onde termina dada tradição gramatical vernacular, ou a de uma língua convencionalmente chamada ‘exótica’. A segunda dificuldade, associada à anterior, surge quando se transita pelos níveis em que uma língua-objeto se transforma em metalinguagem e esta, por sua vez, se transforma em língua-objeto para um historiógrafo que a descreverá, metalinguisticamente, em um nível hierarquicamente superior.

Cabe precisar, contudo, que a metalinguagem concernente ao que se convencionou chamar de “questão da metalinguagem” em HL, a partir das ponderações de Koerner (2014f), tem um sentido mais restrito, embora os princípios de análise sugeridos pelo autor para lidar com as armadilhas que a questão impõe ao historiógrafo incidam sobre o tratamento do objeto sob investigação como um todo, justamente devido à sua natureza metalinguística<sup>81</sup>. O foco da discussão aqui empreendida é a linguagem utilizada na HL para descrever ideias linguísticas do passado – nas palavras do autor, uma “linguagem terminológica” ou um vocabulário técnico (Koerner, 2014f, p. 78).

A metalinguagem, nessa acepção, é apresentada como um problema por Koerner (2014f) e, ainda, por Altman (2020) em virtude da inevitabilidade da encruzilhada diante da qual o seu manejo, durante a escrita de um trabalho historiográfico, coloca o pesquisador: ela deve ser apresentada *ipsis litteris* na busca por uma representação fidedigna das intenções e dos significados visados pelos autores que a elaboraram e/ou aplicaram num determinado contexto de uso; ou deve ser, por analogia, atualizada nos termos da linguística contemporânea para que as teorias do passado conversem com os problemas do presente?

Não há saída fácil para o dilema. A amplitude do escopo de atuação da HL no domínio dos conhecimentos sobre a linguagem (cf. subseção 2.1) abre espaço para o exame de metalinguagens concebidas em períodos longínquos, por vezes com intuito de explicar visões e teorias inquestionavelmente obsoletas sob as lentes da linguística contemporânea. Se o estado atual dos conhecimentos linguísticos não é o parâmetro que determina a elegibilidade de uma produção intelectual antiga como objeto de investigação da HL, isso não implica dizer que seu interesse seja movido por uma veneração incondicional ao passado, que rejeita ou

<sup>81</sup> Altman (2020) se refere não apenas à metalinguagem no sentido estrito referido neste parágrafo, mas também inclui na problemática metalinguística o tratamento pelo historiógrafo dos argumentos dos autores do passado.

resiste à inovação. Pelo contrário, Koerner (2014a, 2014f) critica uma tal abordagem “antiquária” da história por considerar que, apegada a um historicismo excessivo, ela rende resultados inexpressivos<sup>82</sup>. Não apenas os conhecimentos linguísticos produzidos no passado são históricos, mas também o são aqueles que derivam da atividade científica do historiógrafo, os quais, portanto, dirigem-se à comunidade de linguistas do presente, que ele próprio integra. Desse modo, o primeiro caminho sugerido pela pergunta que, no parágrafo anterior, expressa o impasse com que se depara o pesquisador da HL traz consigo o risco de não assegurar audiência (Koerner, 2014f). No extremo, ao fugir completamente do presente – o seu próprio tempo histórico –, o historiógrafo incorre numa atitude purista, que desconsidera a assimetria intrínseca às relações entre história e historiografia (cf. subseção 2.1), buscando uma transparência narrativa que a linguagem não tem a oferecer.

O segundo caminho, entretanto, não está livre de contratempos, pois a modernização da metalinguagem original de uma fonte historiográfica, em muitos casos, conforme alerta Koerner (2014a), desencadeou más compreensões ou deturpações de ideias, conceitos e procedimentos constitutivos de conhecimentos linguísticos produzidos ao longo da história. Algumas ações do historiógrafo em relação à metalinguagem que produzem tais distorções quando não balizadas pelo valor ontológico que os termos assumem dentro do quadro teórico em que foram empregados são: assumir termos (homônimos ou não) de diferentes teorias (do passado e/ou do presente) como sinônimos; atribuir valor metalinguístico a um termo de uso comum para uma determinada teoria do passado baseando-se no uso contemporâneo do termo (ou, ao contrário, não atentar para o valor metalinguístico que um termo assumiu numa teoria pregressa); relacionar conceitos de autores temporalmente distanciados atribuindo a um o pioneirismo das ideias do outro (quando também entra em jogo a questão da influência, cf. subseção 2.5); valer-se de noções da linguística contemporânea para julgar a metalinguagem de uma teoria do passado. São situações, nas palavras de Koerner (2014f, p. 78), em que historiógrafos da linguística se tornam “vítimas da sua visão atual”, como se perdessem a capacidade de ler um conjunto de ideias no interior do co(n)texto que lhe deu origem, sobretudo quando estão diante de produções intelectuais muito antigas.

Na síntese que arremata a apresentação do estado da arte dos estudos sobre a história da pontuação e da vírgula (cf. subseção 1.4.5), fiz alusão a casos em que a linha divisória

---

<sup>82</sup> Em Koerner (2014a), a HL é definida em função de sua afinidade com a abordagem crítica da história e de seu distanciamento em relação à história monumental e à história antiquária. Os três tipos de estudo histórico foram extraídos da obra do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Cf. NIETZSCHE, F. **Unzeitgemäße Betrachtungen**, II: Vom Nutzen und Nachtheil der Historie für das Leben. Leipzig: E. W. Fritzsch, 1874. 144 p.

entre as formulações dos gramáticos e o olhar do pesquisador para esses dados esteve pouco delimitada. Exemplifico-os a partir de recortes da dissertação de Nunes (2006), porque, em parte desse trabalho, uma visão contemporânea de sintaxe parece guiar sua interpretação acerca das regras seiscentistas de uso da vírgula. Ao evidenciar as inadequações terminológicas presentes nesse estudo, antecipo o modo como pretendo lidar com a metalinguagem das fontes investigadas nesta tese, parcialmente coincidente com aquela utilizada nas obras portuguesas que compõem o *corpus* da autora. Tal convergência terminológica ocorre, em primeiro lugar, porque, apesar do enfoque no século 17, Nunes (2006) inclui no rol de instrumentos linguísticos investigados em sua pesquisa a *Orthographia da lingua portvgvesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608), que, por integrar a gramaticografia quinhentista portuguesa, é tomada como uma das fontes primárias desta tese (cf. Quadro 18, na subseção 3.2). Outra razão, já perceptível pelos dados sobre a normatização da vírgula apresentadas nesta subseção, é a forte semelhança que as regras e o exemplário presentes nesse tratado ortográfico apresentam em relação às regras e ao exemplário presentes nas fontes seiscentistas analisadas por Nunes (2006).

A pesquisadora reconhece, na gramaticografia ibérica<sup>83</sup> do século 17, uma concepção retórica de período e das estruturas sintáticas, legatária da doutrina de Isidoro, reservando, ao tratar da primeira categoria de análise a partir da qual caracteriza as doutrinas pontuacionais seiscentistas (definição de pontuação), espaço para discutir o uso de termos ligados a essa concepção nas fontes investigadas. Assim, ela trata das noções de oração (ou “discurso”), período, cláusula, membro, sentença (ou “razão”) e oração, associando as quatro primeiras à tradição retórica e as demais à sintaxe, o que explica a duplicidade do termo “oração”. Ao abordar sua acepção retórica, afirma que “este conceito equivale a ‘practica’ e significa ‘discurso’<sup>84</sup> tanto nas doutrinas pontuacionais dos gramáticos portugueses como também nas de Pérez de Nájera, Correias e Dávila” (Nunes, 2006, p. 50). Quanto à segunda acepção, a pesquisadora assinala duas possibilidades de sentido para o termo nas obras analisadas: “uma unidade sintática menor, composta pelo verbo e pelos seus complementos, sendo delimitada pela vírgula” (Nunes, 2006, p. 54) ou “uma unidade de sentido completo, delimitada quer pelo ponto [...], quer pelo ponto de interrogação ou, ainda, por ponto de exclamação” (Nunes, 2006, p. 55). A autora reconhece essa dupla acepção em todas as fontes portuguesas analisadas: os

<sup>83</sup> Conforme descrito na subseção 1.4.2, o *corpus* de Nunes (2006) é formado por obras seiscentistas portuguesas e espanholas. Tendo em vista o escopo desta tese, ateno-me aos dados referentes à gramaticografia portuguesa.

<sup>84</sup> Aqui, Nunes (2006) faz referência à obra de Lausberg (1972).

tratados ortográficos de Duarte Nunes de Leão<sup>85</sup>, Álvaro Ferreira de Vera (?-?), Bento Pereira (1605-1681) e João Franco Barreto (1600-c. 1674)<sup>86</sup>. Ainda que a definição retórica apresentada limite-se a remeter a outros dois termos cujos significados não foram devidamente elucidados (“practica” e “discurso”), há um reconhecimento de que termos homônimos podem remeter a sistemas de referência distintos, assim como evidenciado pelo uso dos termos “coma”, “colon” e “período” em diferentes tradições gramaticais para designar tanto os sinais de pontuação (e um mesmo termo pode, ainda, designar sinais distintos a depender da obra) quanto as sequências linguísticas por eles demarcadas (cf. subseção 1.1.3). A autora também reconhece a possibilidade contrária, ou seja, de que diferentes termos assumam significados iguais ou muito semelhantes, a exemplo de “cláusula” e “período”, equivalentes, na maior parte das gramáticas que compunham seu *corpus*, à unidade significativa e à construção sintática de maior extensão, delimitada pelo ponto, seguido de maiúscula.

A referência à tradição retórica, contudo, não volta a ser abordada no tratamento das outras categorias de análise – sistema pontuacional, funções e valores dos sinais, critérios subjacentes às prescrições – que nortearam a caracterização das doutrinas pontuacionais. A última categoria é operacionalizada a partir de um mapeamento dos usos prescritos e proscritos nas obras para os sinais que integram o chamado “núcleo duro” dos sistemas pontuacionais investigados. Para cada sinal, o mapeamento toma a forma de uma lista de funções e/ou contextos de uso indicados pelas regras dos ortógrafos e relacionados a exemplos transcritos de suas obras. Os itens da lista, no entanto, estão textualizados a partir da interpretação que a autora faz das regras e é nessa transposição (nem sempre explicitada) entre a metalinguagem original e a metalinguagem empregada pela pesquisadora (cf. Quadro 14, adiante) que residem inconsistências conceituais.

Vejamos, a título de ilustração, a sistematização dos usos prescritos para a vírgula. Nessa ocasião, Nunes (2006) identifica duas funções para o seu emprego, conforme o Quadro 13, no qual as citações das duas primeiras colunas, exceto quando indicada outra autoria, são da pesquisadora e apenas as da terceira, com exemplos correspondentes às regras, pertencem

<sup>85</sup> A despeito do foco no século 17 e em obras de cunho normativo, a inclusão das duas obras de Duarte Nunes de Leão – *Orthographia da lingua Portvgvesa* (1576) e *Origem da lingua portugueza* (1606) – no *corpus* de Nunes (2006) se justifica pela influência da primeira sobre os ortógrafos seiscentistas e pela intenção da pesquisadora de confrontar uma prática pontuacional anterior e outra posterior ao domínio espanhol sobre Portugal, respectivamente representadas pelas duas publicações. Excluo a segunda desta análise devido à ausência de qualquer menção a regras de pontuação, dada a natureza da obra.

<sup>86</sup> Os títulos das obras são respectivamente: *Orthographia da lingua portvgvesa* (1576); *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa* (1631); *Regras Geraes, breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portugueza* (1666); e *Orthografia da lingua portvgveza* (1671).



aos autores das fontes investigadas, sendo reproduzidas tal como aparecem na dissertação (cf. Nunes, 2006, p. 75):

Quadro 13 – Sistematização de usos prescritos da vírgula na gramaticografia portuguesa seiscentista segundo Nunes (2006)

Funções da vírgula	Contextos de uso implicados nas regras seiscentistas portuguesas	Exemplos correspondentes às regras
“Separar elementos que exercem a mesma função sintática, ligados, ou não, por conjunção”	“adjetivos com a mesma função sintática”	<i>Devida cousa he ao príncipe ser humano, liberal, justo, prudente, e constante.</i> (Leão, 1576: 75v)
	“substantivos com a mesma função sintática”	<i>As virtudes são quatro, fortaleza, justiça, temperança, prudência.</i> (Leão, 1576: 75v)
	“substantivo e o seu atributo”	<i>Homem de grade coração, de singular prudencia, e de diligencia estremada.</i> (Leão, 1576: 75v)
	“advérbios ‘puros’”	<i>Elle o fez galantemente, valerosamente, e diligentemente.</i> (Leão, 1576: 75v)
	“verbos simples, sem nenhum complemento”	<i>Pecquei em comer, em beber, em rijr, em escarnecer.</i> (Leão, 1576: 75v)
“Separar as orações da frase”	“depois de verbos acompanhados de seus complementos, ‘que he oração perfecta e acabada’ [...] (Leão, 1576: 76r)”	<i>servir a Deos, amar o proximo, lembrar da morte.</i> (Leão, 1576: 76r)
	“introduzidas por conjunção (subentenda-se a copulativa <i>e</i> ) e relativo”	Sem exemplos relacionados
	“depois de conjunção e antes de relativo”	<i>Ille verè est prudens, e sapiens, qui ex totó corde Deum colit. Aquelle he verdadeiramente prudente, e sabio, que de todo seu coraçam honra a Deos.</i> (Pereira, 1666: 14)
		<i>A ruim arvore se chega, e arrima, o que se estriba na Fortuna.</i> (Barreto, 1671: 217)

Fonte: Elaboração própria (2025)

Dois termos metalinguísticos da primeira coluna chamam atenção por seu deslocamento em relação ao quadro teórico-normativo analisado por Nunes (2006): “função sintática” e “frase”. Uma espécie de digressão se faz necessária para evidenciar, mais à frente, o anacronismo de seus usos na sistematização proposta pela pesquisadora.

É farta a literatura especializada (cf. Colombat; Fournier; Puech, 2017; Borges Neto, 2022; Schäfer-Prieß, 2019; Fonseca, 2019; Vieira; Faraco, 2025) que atesta que a ausência da noção de função nas primeiras sintaxes ocidentais da Antiguidade, fundamentadas na

combinação das partes do discurso a partir de suas marcas formais, estende-se às gramáticas vernaculares dos primeiros séculos de gramatização europeia. A constituição em rede dessas obras, com base na tradição greco-latina, garantiu-lhes uma tal homogeneidade conceitual e identidade de metalinguagem a ponto de Auroux (2014, p. 81) agrupá-las sob o rótulo de “gramática latina extensa [ou estendida]”, uma espécie de lente por meio da qual os gramáticos descreviam os fenômenos de suas línguas (cf. subseção 2.7.2). Até pelo menos o século 17, antes da publicação da *Gramática Geral e Razoada* ou *Gramática de Port-Royal* (1660), dos franceses Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), dava forma às gramáticas ocidentais uma linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), caracterizada por Faraco e Vieira (2021) e por Vieira e Faraco (2025) pela explicitude de sua vinculação retórica, normativa e analítica com a gramática latina.

Talvez o mais emblemático exemplo da relação especular que, segundo os autores, as gramáticas latinizadas estabeleciam entre as estruturas por elas descritas e as do latim seja a prática de declinar os nomes em casos, combinando-os com artigos e preposições. A partir desses arranjos sintagmáticos, os casos ligavam-se ao verbo por relações de concordância (nominativo + verbo) e de regência (verbo + demais casos). Esse aparato descritivo pode ser visualizado na Figura 4, que reproduz uma rede taxonômica<sup>87</sup> em que Vieira (2024) representa algumas das relações de “concordância” e “regimento” presentes na gramática de João de Barros (1540), aquelas a partir da qual o historiógrafo considera possível projetar uma estrutura oracional (atente-se para as cores azul, amarelo, verde e rosa, indicativas respectivamente das noções latentes de sujeito, verbo, complemento verbal e adjunto adverbial):

---

<sup>87</sup> A rede taxonômica é uma das ferramentas desenvolvidas por Vieira (2024) para analisar modelos sintáticos na história da gramaticografia ocidental. Ela permite “registrar graficamente e exemplificar as relações formais e lógicas entre os metatermos que estruturam um determinado modelo sintático, capturando sua macro-organização e revelando detalhes terminográficos, não raro despercebidos, envolvendo hierarquização, classificação e categorização de metatermos” (Vieira, 2024, p. 772).



metatermos<sup>89</sup> elaborado por Vieira (2024, p. 784) para a gramática barrosiana – “terceiro caso dos nomes [...], no qual pomos a pessoa em cujo proveito ou dano é dada ou feita a coisa” –, pode-se dizer que, na construção “siruo a deos”, o nome “deos” expressa a pessoa em cujo proveito é dada a ação de “servir”. É esse o tipo de determinação semântica próprio das relações de “regimento” que se estabeleciam entre o verbo e os casos latinos que o sucedem ou antecedem. A regência de casos era o modo como a gramática de então entendia a relação entre palavras que hoje, assumidas como constituintes oracionais no âmbito da proposição, a GT articula por meio do conceito de complementação verbal. Os círculos verdes da Figura 4, situados no vértice superior direito de cada retângulo em que se encontram os metatermos “genitiuo”, “datiuo”, “acusatiuo”, “acusatiuo + datiuo”, “acusatiuo + genitiuo/ablatiuo”, não indicam, portanto, que João de Barros, desde o século 16, descrevia as relações dos verbos com os casos latinos por meio da noção de complemento nos moldes como a GT a concebe atualmente. Fruto de um esforço interpretativo de Vieira (2024), esses círculos aproximam a metalinguagem barrosiana e a metalinguagem da teoria gramatical contemporânea, indicando para o linguista do presente quais eram as categorias que ocupavam o lugar do que hoje é complemento verbal. A presença dos círculos junto aos metatermos originais compõe, desse modo, uma representação gráfica que favorece a discriminação pelo leitor entre a voz do gramático e a voz do historiógrafo no trabalho de Vieira (2024).

Diante do exposto, embora se possa inferir de aparatos descritivos como o que ilustra a Figura 4 a existência de “modelos sintáticos<sup>90</sup> de casos latinos” (Vieira; Faraco, 2025) na gramaticografia ocidental, isso não implica dizer que a oração se configurasse explicitamente como unidade básica de análise da sintaxe desde os primeiros gestos de gramatização das línguas europeias. É na gramaticografia francesa setecentista que, segundo Vieira e Faraco (2025), têm início as primeiras críticas às gramáticas latinizadas e que se dá a passagem para uma sintaxe centrada em relações lógicas ou funções sintáticas. A primeira tentativa de superação da sintaxe de casos é atribuída a Claude Buffier (1661-1737)<sup>91</sup> e sua efetiva

<sup>89</sup> Também desenvolvido por Vieira (2024), o glossário de metatermos é uma ferramenta complementar à rede taxonômica. Trata-se de um conjunto de verbetes explicativos elaborados tanto a partir de definições e conceitos apresentados no instrumento linguístico investigado quanto a partir da relação em rede entre os metatermos que integram o modelo sintático da obra.

<sup>90</sup> “Um modelo sintático contido numa gramática normativa ou, eventualmente, num tratado ortográfico é [...] um conjunto de ideias linguísticas relacionadas [...] [que] abrange a macro e a microorganização do que se entende por sintaxe no instrumento linguístico, o que inclui aspectos metalinguísticos e conceituais, relativos a *categorias, propriedades, prescrições e relações*” (Vieira, 2024, p. 774).

<sup>91</sup> *Grammaire Françoisse sur un plan nouveau pour en rendre les principes plus clairs & la pratique plus aisée* [Em português: *Gramática Francesa sobre um plano novo para tornar nela os princípios mais claros e a prática mais cômoda* (tradução de Vieira e Faraco, 2025).] (1709).

concretização, a Gabriel Girard (1677-1748)<sup>92</sup>, transição que só chegará a impactar a gramaticografia portuguesa a partir do século 19. Conforme o resgate historiográfico de Vieira e Faraco (2025), o primeiro gramático, no início dos Setecentos, propõe analisar a estrutura da oração ou da “frase completa” em duas partes essenciais, acrescidas de um “modificativo”, admitindo a possibilidade de que a primeira delas (o “nome”) assuma a função de “regime” da segunda (o “verbo”). Apesar de, com isso, na avaliação dos pesquisadores, aproximar-se da noção contemporânea de complemento, Buffier (1709) segue atrelando seu modelo de descrição sintática aos casos latinos. Quem efetivamente estabelece relações lógico-semânticas no interior da oração a partir de uma noção de “regime” que dispensa os casos latinos, ainda de acordo com Vieira e Faraco (2025), é o abade Gabriel Girard, quarenta anos depois, à metade do século: no modelo sintático de sua obra, as palavras passam a contribuir de formas diferentes para expressar um pensamento ou sentido numa oração, podendo assumir uma das sete funções teorizadas pelo gramático (“subjetivo”, “atributivo”, “objetivo”, “terminativo”, “circunstancial”, “conjuntivo” e “adjuntivo”), as quais determinam se elas estão em “regime dominante”, “assujeitado” ou “livre”.

Outros trabalhos historiográficos vão na mesma direção de Vieira e Faraco (2025) e reforçam as diferenças epistemológicas entre o modelo sintático centrado nas relações formais de concordância e regência (modelo de casos latinos) e o modelo sintático centrado em relações lógicas ou funções sintáticas.

Como salienta Schäfer-Prieß (2019, p. 154), “a chamada gramática tradicional é, antes de mais, uma gramática da palavra”. Assim, não apenas o foco descritivo da GT recaiu, durante séculos a fio, sobre a categorização de palavras em classes (as partes do discurso) – e, por isso, a sintaxe foi relegada a segundo plano – como sua tímida abordagem no início da era moderna também diz respeito a essa unidade de análise:

A palavra é o ponto de relação de todas as partes da gramática (as suas letras para a ortografia, as suas sílabas para a prosódia) e assim a sintaxe também não é entendida, em primeiro lugar, como a análise da frase, mas sim como a análise de relações entre palavras. Nestas circunstâncias, em muitas gramáticas deste período [o Renascimento] falta o conceito de frase, embora já exista em gramáticos da Antiguidade (Schäfer-Prieß, 2019, p. 316-317).

---

<sup>92</sup> *Les Vrais Principes de la Langue Françoisse ou la parole réduite en méthode conformément aux loix de l'usage* [Em português: *Verdadeiros princípios da língua francesa ou a palavra reduzida em método em conformidade às leis do uso* (tradução de Vieira e Faraco, 2025).] (1747).

Ao analisar vinte e três gramáticas portuguesas publicadas entre 1540 e 1822<sup>93</sup>, com foco nas partes da oração (“etimologia”) e na sintaxe, Schäfer-Prieß (2019) conclui que, nesse *corpus*, a primeira definição de sintaxe assentada no conceito de oração emerge na obra de Manoel Dias de Sousa (1753-1827)<sup>94</sup>, quando a noção de complemento faz com que a descrição formal das ligações entre as palavras seja substituída por uma perspectiva funcional. Apesar de não se valer dessa noção e de não conceber a oração de um ponto de vista lógico, a gramática de Pedro José da Fonseca (1736-1816)<sup>95</sup>, assinala a autora, já não atrelava a regência aos casos latinos, além de integrar a oração em sua descrição sintática. Para Schäfer-Prieß (2019, p. 331), portanto, “encontram-se primeiros reflexos da nova perspectiva em Fonseca (1799) e uma adaptação completa em Sousa (1804)”.

O trabalho de Maria do Céu Fonseca (2019), atendo-se ao contexto lusitano, sem negligenciar as redes de intercâmbio com as produções de outros países, corrobora os resultados apresentados no estudo de Schäfer-Prieß (2019) quanto às unidades de análise que governaram a descrição sintática na história da gramaticografia portuguesa, distinguindo quatro concepções de sintaxe entre os séculos 17 e 19, além de localizar o ponto de viragem – da palavra para a oração – no mesmo período histórico que o faz a autora alemã, a despeito de pequenas diferenças no conjunto de gramáticas consideradas representativas desse processo de mudança por cada pesquisadora. As referidas concepções são as seguintes:

- a. Sintaxe como a boa ordem e disposição das palavras ou, noutra formulação equivalente, como a reta composição das partes da oração.
- b. Sintaxe como expressão de um juízo ou pensamento, que se atualiza na estrutura formada por *nome + cópula + atributo*, seguindo a ordem de sucessão das ideias no pensamento.
- b1. Sintaxe como campo de análise gramatical e de análise lógica da proposição.
- c. Sintaxe como reunião de palavras na proposição e reunião de proposições no discurso (Fonseca, 2019, p. 104).

Na ótica de Fonseca (2019), a primeira acepção, dominada pela linearidade e pela centralidade da palavra (ou, no máximo, da palavra em combinações sintagmáticas) como unidade sintática básica, vigora ao longo de todo o século 17 e, à revelia do prestígio de Port-

<sup>93</sup> O *corpus* de Schäfer-Prieß (2019) é composto de todas as obras publicadas nesse período que atendem aos critérios determinados pela autora para delimitar o termo “gramática portuguesa” em sua pesquisa: “‘Gramática portuguesa’ [...] é definida como uma monografia sobre a língua portuguesa que contém uma descrição completa e sistemática das partes da oração e que não é destinada exclusivamente a um público de língua estrangeira. Ficam, portanto, excluídas *per definitionem* ortografias, louvores, tratados estilísticos, etc., assim como manuais para estrangeiros” (Schäfer-Prieß, 2019, p. 1).

<sup>94</sup> *Gramatica portugueza ordenada Segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para Facilitar á mocidade Portuguesa o estudo de lêr e escrevêr a sua propria Lingua, e a inteligencia das outras em que se quizer instruir* (1804).

<sup>95</sup> *Rudimentos da grammatica portugueza, Cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores* (1799).

Royal (ligada à segunda acepção) sobre Jerônimo Contador de Argote (1676-1749) e Antônio dos Reis Lobato (1721-1804?), atravessa ainda o século 18, privilegiando, nos termos da autora, a “sistematização de regras da flexão casual” (Fonseca, 2019, p. 107) ou os procedimentos de descrição ligados à “arquitetura sintética da morfossintaxe casual latina” (Fonseca, 2019, p. 107). É na transição para o século 19, possivelmente a partir das obras do já citado Pedro José da Fonseca e de Antônio de Morais Silva (1755-1824)<sup>96</sup>, que Fonseca (2019) identifica um afastamento, sob a influência dos franceses Cesar Du Marsais (1676-1756) e Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780), do modelo centrado nos casos latinos. Em consonância com as interpretações de Schäfer-Prieß (2019) e de Vieira e Faraco (2025), a autora situa o cerne dessa mudança no campo da regência (ou do “regimento” ou, ainda, do “regime”, conforme a obra): “A sintaxe de regência, até então [o século 18] centrada na dependência casual, passa a designar a ligação das unidades por determinação (dependência) em construções analíticas ou sintagmáticas que obedecem ao princípio da subordinação sintática” (Fonseca, 2019, p. 115).

Aqui, finalizo a digressão e volto, com base nas considerações historiográficas que a compõem, à análise crítica da sistematização empreendida por Nunes (2006) para os usos prescritos da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 17. A simples localização temporal dos dados que compõem o Quadro 13 é suficiente para se questionar o exercício de uma mesma função sintática por determinados elementos linguísticos (adjetivos, substantivos, advérbios e verbos, conforme a segunda coluna do Quadro 13) como critério determinante para que então se recomendasse separá-los com vírgula. Afinal, só no início do século 19 a descrição sintática da gramaticografia portuguesa começa a ser governada por relações lógico-semânticas estabelecidas no âmbito da oração enquanto unidade proposicional e, nesse sentido, determinantes das *funções sintáticas* que seus termos exercem.

Uma consulta às fontes primárias portuguesas da pesquisa corrobora o questionamento, uma vez que, como esperado, não há em nenhuma delas qualquer menção a funções sintáticas nos capítulos destinados à normatização da pontuação. No Quadro 14, adiante, resgato os contextos de uso das regras referentes à primeira função que Nunes (2006, p. 75) atribui à vírgula (cf. Quadro 13): “separar elementos que exercem a mesma função sintática, ligados, ou não, por conjunção”. Reproduzo-os, na primeira coluna (cf. Nunes, 2006, p. 75), de acordo com a interpretação da pesquisadora, e, na segunda coluna, transcrevo as regras tal como aparecem nos tratados ortográficos investigados. A terceira coluna (cf. Nunes, 2006, p. 75) replica os exemplos selecionados pela autora como representativos de cada regra, já

<sup>96</sup> *Epitome da grammatica da lingua portugueza* (1806).

disponibilizados no Quadro 13. Dessa maneira, é possível comparar a metalinguagem que Nunes (2006), ao investigar os ortógrafos portugueses, utiliza em sua descrição historiográfica e a metalinguagem que eles originalmente empregam em suas obras:

Quadro 14 – Transposição da metalinguagem sobre a normatização da vírgula entre as fontes primárias e a descrição historiográfica de Nunes (2006) (1)

<b>Metalinguagem da descrição historiográfica</b>	<b>Metalinguagem das fontes primárias</b>	<b>Exemplos reproduzidos na descrição historiográfica</b>
“adjectivos com a mesma função sintática”	“se põe despos nomes adjectiuos, quando cõcorrem muitos em hum mesmo caso” (Leão, 1576, f. 75v)	<i>Devida cousa he ao príncipe ser humano, liberal, justo, prudente, e constante.</i> (Leão, 1576: 75v)
	“Põese tambem despos nomes adjettivos, quando concorrem muitos em hum mesmo caso” (Vera, 1631, f. 37v)	
	“se põe depois de nomes adjectivos, quando em hum mesmo caso concorrem muitos” (Pereira, 1666, p. 15)	
	“Poemse també despoys de nome adjetivos, quando concorrem muytos ã caso” (Barreto, 1671, p. 216)	
“substantivos com a mesma função sintática”	“se põe entre substantiuos” (Leão, 1576, f. 75v)	<i>As virtudes são quatro, fortaleza, justiça, temperança, prudência.</i> (Leão, 1576: 75v)
	“se põe entre substantivos” (Vera, 1631, f. 38r)	
	“O mesmo lugar tem entre varios substantivos” (Pereira, 1666, p. 15)	
	“O mesmo lugar tê entre nomes sustantivos” (Barreto, 1671, p. 216)	
“substantivo e o seu atributo”	“se põe depois de adjectiuo junto a substantiuo” (Leão, 1576, f. 75v)	<i>Homem de grade coração, de singular prudencia, e de diligencia estremada.</i> (Leão, 1576: 75v)
“advérbios ‘puros’”	“se põe entre aduerbios puros, sem outra cousa” (Leão, 1576, f. 75v)	<i>Elle o fez galantemente, valerosamente, e diligentemente.</i> (Leão, 1576: 75v)
“verbos simples, sem nenhum complemento”	“se põe despos verbos simplezes, sem algum caso que rejão” (Leão, 1576, f. 75v)	<i>Pecquei em comer, em beber, em rijr, em escarnecer.</i> (Leão, 1576: 75v)
	“põese outro si despos verbos simplezes sem algum caso, que rejão” (Vera, 1631, f. 38r)	
	“Tambem depois de verbos simplices sem caso” (Pereira, 1666, p. 15)	

Fonte: Elaboração própria (2025)



Com efeito, os segmentos separados por vírgula nos exemplos da terceira coluna do Quadro 14 exercem a mesma função sintática, se analisamos as orações das quais eles fazem parte com as lentes da teoria sintática contemporânea. A inconsistência conceitual no tratamento da metalinguagem a que me referi está em concluir, a partir desse fato, que os ortógrafos seiscentistas possam tê-lo tomado como parâmetro de normatização se suas obras se assentavam num modelo sintático cuja ontologia não previa a descrição de constituintes no âmbito da completude lógico-semântica da proposição, e sim a combinação de palavras (partes do discurso) a partir de relações formais de concordância e regência. Mesmo que se conceba, como Vieira e Faraco (2025), a regência de casos numa dimensão lógico-semântica, não há a equivalência conceitual sugerida na sistematização de Nunes (2006) entre “caso” e “função sintática” ou “complemento”. Essas duas últimas noções teóricas foram engendradas e ganharam espaço numa atmosfera epistemológica em que a gramaticografia ocidental buscava justamente uma espécie de emancipação da morfossintaxe casual latina.

Assim, ao prescreverem o uso da vírgula depois de adjetivos “quando concorrem muitos num mesmo caso”, Leão (1576), Vera (1631), Pereira (1666) e Barreto (1671) não se referem – nem teriam como se referir – à função sintática desses adjetivos. Do mesmo modo, os “verbos simples” após os quais a última regra do Quadro 14 determina o uso da vírgula não poderiam, no século 17, ser definidos em função da ausência de complemento. Se uma aproximação entre “caso” e “complemento” pode ajudar o leitor contemporâneo a visualizar e compreender as transformações pelas quais os modelos sintáticos passaram ao longo da história da gramaticografia, o historiógrafo interessado em traçar paralelos entre as duas noções deve, como Vieira (2024), explicitar que o faz na condição de uma *projeção*, preservando as particularidades ontológicas da metalinguagem mobilizada em sua descrição historiográfica.

A substituição não explicitada entre os metatermos “caso” e “complemento” protagoniza nova distorção conceitual no percurso interpretativo que conduz Nunes (2006, p. 75) à segunda função catalogada em sua sistematização dos usos prescritos para a vírgula (cf. Quadro 13): “separar as orações da frase”. Com foco nos contextos de uso e nas regras ligadas a essa função, o Quadro 15 repete o procedimento de contrastar a metalinguagem da descrição historiográfica e a metalinguagem das fontes primárias. Novamente, reproduziu excertos dos tratados ortográficos na segunda coluna e excertos de Nunes (2006, p. 75) na primeira e na terceira colunas.

Quadro 15 – Transposição da metalinguagem sobre a normatização da vírgula entre as fontes primárias e a descrição historiográfica de Nunes (2006) (2)

Metalinguagem da descrição historiográfica	Metalinguagem das fontes primárias	Exemplos reproduzidos na descrição historiográfica
“depois de verbos acompanhados de seus complementos ‘que he oração perfecta e acabada’ [...] (Leão, 1576: 76r)”	“E o mais cõmummẽte, despos verbos, que regem casos, que he a oração perfecta & acabada” (Leão, 1576, f. 76r)	<i>servir a Deos, amar o proximo, lembrar da morte.</i> (Leão, 1576: 76r)
	“Põese [...] despois de cada verbo com seus casos, que he no fim de cada oração” (Vera, 1631, f. 37v)	
	“O mais comum he [...] despois de cada verbo com seus casos, distinguindo hũa oração da outra” (Vera, 1631, f. 38r)	
	“O mais commum, e ordinario uso da virgula, he depois do verbo com seus casos, a saber no fim de cada oração” (Pereira, 1666, p. 14)	
	“O mays comũ, & ordinario he porse despoys do verbo cõ seus casos” (Barreto, 1671, p. 216)	
“introduzidas por conjunção (subentenda-se a copulativa e) e relativo”	“Põese antes de conjunção, & relativo” (Vera, 1631, f. 37v)	Sem exemplos relacionados
“depois de conjunção e antes de relativo”	“Põe-se depois da conjunção, antes de relativo” (Pereira, 1666, p. 15)	<i>Ille verè est prudens, e sapiens, qui ex totò corde Deum colit. Aquelle he verdadeiramente prudente, e sabio, que de todo seu coraçam honra a Deos.</i> (Pereira, 1666: 14)  <i>A ruim arvore se chega, e arrima, o que se estriba na Fortuna.</i> (Barreto, 1671: 217)
	“Tambẽ despoys de conjunçã, antes de relativo” (Barreto, 1671, p. 216)	

Fonte: Elaboração própria (2025)

Embora Nunes (2006) tenha adotado, como já exposto, o procedimento de diferenciar os significados dos metatermos que, no *corpus* de sua pesquisa, nomeiam estruturas sintáticas cujas definições eram, a seu ver, necessárias à caracterização das doutrinas pontuacionais seiscentistas investigadas, “frase” não figurava entre eles, razão pela qual sua presença na metalinguagem da descrição historiográfica incute certo grau de imprecisão terminológica à sistematização da pesquisadora. De sua interpretação, contudo, é possível inferir que a “frase” é composta de “orações” que competiria à vírgula separar. O metatermo “oração”, por sua vez, segundo a própria autora, não é unívoco, podendo assumir distintas acepções dentro de uma

mesma obra: se ligada à tradição retórica, equivalente a “practica” ou “discurso” (cujas definições não são apresentadas); e, se ligada à sintaxe gramatical, equivalente a uma unidade de sentido completo ou, alternativamente, a “uma unidade sintática menor, composta pelo verbo e pelos seus complementos” (Nunes, 2006, p. 54). Tendo em vista que a acepção retórica deixa de ser evocada na análise dos dados dispostos no Quadro 13, que a primeira acepção sintática remete a estruturas delimitadas pelo ponto, pela exclamação ou pela interrogação e que a segunda acepção sintática remete a estruturas delimitadas pela vírgula, resta supor que é sobre esta última que recai o sentido das “orações” que compõem a “frase” no contexto da segunda função sistematizada por Nunes (2006) para as regras de uso da vírgula do século 17.

A primeira regra do Quadro 15 não apenas confirma tal hipótese, como também remonta a um anacronismo já comentado em que incorre a transposição da metalinguagem dos ortógrafos para a metalinguagem da historiógrafa. Afinal, o cotejo dos dados presentes nas duas primeiras colunas referentes a essa regra permite a constatação inequívoca de que os segmentos “servir a Deos”, “amar o proximo” e “lembrar da morte” são, na concepção dos ortógrafos seiscentistas, orações “perfeitas e acabadas” por serem constituídos de um verbo (“servir”, “amar”, “lembrar”) seguido dos casos com os quais estabelece relação formal de regência (“a Deos”, “o proximo”, “da morte”), não por exemplificarem uma relação lógica entre verbo e complemento nos moldes da teoria sintática contemporânea.

Nas duas últimas regras do Quadro 15, a concepção de oração e seu papel na normatização seiscentista da vírgula são menos nítidos. A segunda, de acordo com Nunes (2006), postula que as orações separadas pelo sinal gráfico em questão seriam aquelas que se iniciam por conjunção e por relativo. A escrita dessa regra na fonte primária, o tratado ortográfico de Vera (1631), não faz, entretanto, qualquer alusão à categoria oração, utilizando como parâmetro para indicar a localização da vírgula a presença da conjunção ou do relativo que lhe será posterior. O mesmo se pode dizer sobre a terceira regra, que diverge da primeira apenas por recomendar o emprego da vírgula *depois* da conjunção. A conclusão de que essas partes do discurso introduzem orações a serem delimitadas por vírgula é fruto do olhar de Nunes (2006) para os dados.

Apesar de, mais uma vez, a transposição da pesquisadora não alterar a posição da pontuação na frase, cabem duas problematizações. Pergunto-me, de um lado, se os ajustes metalinguísticos realizados expressam os mesmos condicionamentos que motivavam ortógrafos como Vera (1631) a prescrever esse emprego específico da vírgula. Noutras palavras: era realmente o fato de se estar introduzindo uma oração a razão que os

impulsionava a determinar que, antes de conjunções e relativos, deveria haver vírgula? Tencionava-se com esse emprego “separar as orações da frase”? Pergunto-me, ainda, de outro lado, se a concepção de oração como “unidade sintática menor, composta pelo verbo e seus complementos” (Nunes, 2006, p. 54) – ou mesmo pelo verbo com seus casos – é aplicável às orações que Nunes (2006) avalia serem separadas por vírgula quando introduzidas por conjunção ou relativo.

Como sua pesquisa visava caracterizar não apenas a teoria pontuacional do século 17 na Península Ibérica, mas também a prática pontuacional, a fim de verificar se havia um sistema transnacional que guiava a escrita dos impressores, não necessariamente em concordância com a norma gramatical vigente, Nunes (2006) toma a sistematização do Quadro 13 como parâmetro para verificar se os usos prescritos eram concretizados na prática pontuacional e se nela havia usos não previstos pelas prescrições das obras. Na conclusão de seu trabalho, a pesquisadora interpretou que estes últimos eram condicionados por critérios sintático-semânticos ou lógico-gramaticais. Tal resultado, no entanto, novamente está pautado numa análise sintática contemporânea, uma vez que foi atribuída à vírgula, nos casos não prescritos, a função de delimitar orações coordenadas e subordinadas introduzidas pelas conjunções que sucediam o sinal gráfico. São essas algumas das discrepâncias entre teoria e prática pontuacional que, associadas a assimetrias referentes ao uso de outros sinais de pontuação, conduzem a pesquisa a confirmar sua hipótese inicial:

As maiores divergências ocorrem no uso de certos *pontemas* em contextos não prescritos por nenhum gramático, quer português, quer espanhol, facto que aponta explicitamente para a existência de um sistema pontuacional transnacional, à disposição dos impressores, que a ele recorriam, em função dos meios técnicos disponíveis, em vez de se pautarem pela pontuação dos autores, **como testemunham o uso da vírgula na circunscrição de frases coordenadas (adversativas, copulativas, disjuntivas e mesmo conclusivas) e de frases subordinadas (integrantes, finais, temporais, comparativas e causais)** (Nunes, 2006, p. 128-129, grifo próprio em negrito).

Os recortes da pesquisa de Nunes (2006) analisados ao longo desta subseção exemplificam um caso semelhante aos que Koerner (2014f, p. 79) problematiza com o intuito de demonstrar “como eminentes investigadores foram traídos pelo tipo de formação que tiveram e pelos seus próprios interesses”. Para evitar incorrer em situações como essas ou, nas suas palavras, em “possíveis abusos da linguagem técnica por parte do historiógrafo da linguística” (Koerner, 2014g, p. 58), Koerner (2014f) formulou três princípios de análise a serem adotados na pesquisa historiográfica: a contextualização, a imanência e a adequação.

O princípio da contextualização pressupõe, tal como proposto por Koerner (2014f), a necessidade de se delinear o clima de opinião próprio do período em que as ideias linguísticas estudadas floresceram. É uma diretriz que se fundamenta na intrínseca relação entre conteúdo e contexto na HL (cf. subseção 2.2), apontando para a necessária implicação dos conhecimentos linguísticos produzidos num dado momento histórico com as correntes intelectuais que lhe são contemporâneas. Para que sejam devidamente compreendidas as razões da longevidade que marca o modelo de descrição gramatical centrado na morfossintaxe casual latina durante a história da gramaticografia ocidental, por exemplo, é indispensável considerá-lo produto de um cenário sociocultural e político em que o prestígio e o valor das línguas vernaculares europeias eram diretamente proporcionais ao seu grau de conformidade com a gramática latina. Dessa maneira, lidar com o princípio da contextualização não significa compilar toda e qualquer informação disponível sobre a atmosfera socioeconômica, política e cultural da época em que determinados conhecimentos sobre a linguagem emergiram e se difundiram. Seria impraticável – e desnecessário – caracterizar historicamente tudo o que diz respeito ao contexto lusitano do século 16, quando foram publicadas as fontes primárias desta tese. Cabe ao historiógrafo, já num exercício de interpretação cientificamente fundamentada, identificar desse entorno mais amplo os dados que podem ser lidos como fatores externos aos conhecimentos investigados, isto é, aqueles que, de algum modo, impactaram sua constituição epistemológica.

Com base no princípio da imanência, Koerner (2014f) orienta que a leitura das fontes historiográficas se circunscreva aos domínios de seu próprio quadro teórico a fim de que os textos investigados sejam compreendidos em sua dimensão histórica, crítica e filológica. Para tanto, o historiógrafo deve se “abstrair da sua própria formação linguística e dos compromissos atuais na linguística” (Koerner, 2014f, p. 88), na medida em que a metalinguagem dos autores do passado (sua terminologia técnica ou mesmo o panorama geral da teoria descrita a partir dessa terminologia) deve ser definida internamente, ou seja, dentro do sistema de referências que lhe deu origem. Nesse sentido, a equivalência estabelecida (e não explicitada) entre os metatermos “caso” e “função sintática” ou entre “caso” e “complemento” na pesquisa de Nunes (2006) é um problema metalinguístico decorrente do não atendimento ao princípio da imanência. O exemplo inverso pode ser detectado no trabalho de Vieira e Faraco (2025), particularmente quando os autores defendem que, nas gramáticas de linhagem latinizada, “caso” designava um fenômeno que, além de flexional (expresso em latim pelas terminações dos nomes), era também lógico-semântico (expresso nas línguas modernas europeias pelas preposições ou artigos que acompanhavam os nomes).

É por meio dessa percepção que os pesquisadores refutam a suposta contradição que não raro se atribui ao discurso de gramáticos que, como o espanhol Elio Antonio de Nebrija (1441?-1522) e o português João de Barros, apresentam tábuas de declinação para os nomes nas línguas que gramatizam, apesar de admitirem a inexistência de casos (morfológicos) nessas mesmas línguas.

Os princípios da contextualização e da imanência, para Koerner (2014f), são pré-requisitos para o terceiro, o da adequação, pois, juntos, os dois primeiros proporcionam uma apreensão acurada dos conhecimentos sobre a linguagem no seu co(n)texto original de produção e, assim, fornecem as bases teóricas para que o historiógrafo, na busca pelo diálogo com o linguista do presente, modernize a metalinguagem das fontes investigadas. Dito de outro modo, o pesquisador adequa o vocabulário técnico e o quadro conceitual dos textos em estudo. Em consonância com a busca pela controlabilidade do percurso da pesquisa e de seus resultados e pela explicitude dos fundamentos que regem as escolhas teórico-metodológicas da HL (cf. subseção 2.1), Koerner (2014f) alerta para a necessidade de se informar o leitor sobre as aproximações terminológicas efetuadas. Assim, o trabalho deve ser escrito de tal modo que seja possível identificar quais metatermos foram modernizados e as razões que, na visão do historiógrafo, respaldam esse procedimento. A advertência de Koerner (2014f) remonta à comparação que estabeleci, ainda nesta subseção, entre, de um lado, a substituição não informada do metatermo “caso” por “complemento” em Nunes (2006) e, de outro, a aproximação entre os dois metatermos no contexto de uma projeção conceitual explícita em Vieira (2024) (cf. Figura 4).

Nesta pesquisa, os princípios de análise propostos por Koerner (2014f) são adotados, portanto, com a função de evitar distorções conceituais decorrentes de um tratamento anacrônico ou presentista da metalinguagem, tendo em vista a distância temporal entre a descrição historiográfica que busco construir e as fontes que compõem o *corpus* desta tese.

## 2.5 A QUESTÃO DA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

A segunda questão potencialmente polêmica discutida por Koerner (2014e) que merece atenção nas pesquisas historiográficas é o chamado “problema da influência”. O autor considera que o termo é mal definido a despeito de seu amplo emprego nos trabalhos que tomam a história da linguística como objeto de investigação, como se os próprios pesquisadores assumissem implicitamente que compartilham de uma mesma compreensão (não declarada) do termo. Também julga que seu uso indiscriminado muitas vezes se converte

num argumento conveniente, por meio do qual um estudo pode se arvorar de ter descortinado um intercâmbio de ideias ainda não constatado por outros trabalhos que se debruçaram sobre as mesmas fontes.

Uma das acepções demasiadamente amplas de influência, segundo Koerner (2014e), é a que se confunde com o clima de opinião ou a bagagem intelectual de um dado período, até mesmo porque, como abordado na subseção 2.2, todo processo histórico de produção de conhecimentos está irremediavelmente vinculado a um entorno social, cultural e político. O autor postula, então, a necessidade de se distinguir entre uma influência direta e a mera familiaridade com os debates próprios de um tempo histórico.

Nesse sentido, verificar, por exemplo, no âmbito do tratamento teórico-normativo da pontuação, a alegada influência de Duarte Nunes de Leão (1576)<sup>97</sup> sobre os ortógrafos portugueses seiscentistas (cf. Nunes, 2006) demanda perscrutar as semelhanças dos tratados ortográficos desses autores, diferenciando aquelas que de fato se explicam pelo contato entre as obras e aquelas que podem, como a incidência da normatização sobre os casos latinos e sobre as partes do discurso (cf. subseção 2.4), apenas ser fruto do enquadramento das ideias investigadas na linhagem gramaticográfica predominante (ou exclusiva) do período em questão – nesse caso, a latinizada (cf. subseção 2.7.1). Avançando um pouco no tempo, o mesmo se pode dizer a respeito das eventuais convergências da normatização oitocentista da pontuação em relação à *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa. Se sua importância na gramatografia luso-brasileira é ponto pacífico entre historiógrafos da linguística (cf. Kemmler, 2013; Vieira, 2018, 2020a; Faraco; Vieira, 2021; Schäfer-Prieß, 2019; Borges Neto, 2022; Cavaliere, 2014, 2023), nem todo indício da adesão de um instrumento linguístico à linhagem racionalista (cf. subseção 2.7.1) – da qual Soares Barbosa, no âmbito da gramatização do português, é o representante de maior relevo – revela por si só a influência da obra desse gramático sobre as produções que a sucederam.

Cavaliere (2020) compartilha da visão de Koerner (2014e) ao qualificar como superficial a influência “que não vai além de experiências compartilhadas no contexto do *Zeitgeist* ou clima de opinião” (Cavaliere, 2020, p. 143) e ao enfatizar a “efetiva presença das ideias de um cientista nas concepções linguísticas de outro” (Cavaliere, 2020, p. 143). Além disso, ele exclui da discussão sobre influência em HL os processos de continuidade e descontinuidade que se estabelecem entre paradigmas científicos ou modelos teóricos no desenvolvimento da linguística (cf. subseção 2.6). Desse modo, propõe uma definição, que adoto para o presente trabalho, atrelada à “existência de personagens individualizadas”

<sup>97</sup> Na subseção 4.4, analiso a normatização da vírgula proposta nessa obra.

(Cavaliere, 2020, p. 139), focalizando as contribuições das ideias de um influenciador sobre um influenciado: “No plano da investigação científica, a influência é uma forma de intervir nas atitudes e opiniões dos outros através de ações intencionais [...], cujo efeito pode ou não ser o de mudar convicções ou impedir sua possível mudança” (Cavaliere, 2020, p. 134).

Tanto Koerner (2014e) quanto Cavaliere (2020) fornecem alguns apontamentos metodológicos para que o historiógrafo possa, sem incorrer em precipitações ingênuas, fundamentar as indicações de precursores e influenciadores que venha a incorporar aos resultados de suas pesquisas. Para ambos, a forma mais óbvia e segura de se comprovar a influência de um autor sobre outro é através de menções diretas àquele que serve de fonte de inspiração a um conceito, uma teoria ou um procedimento analítico. Nem todo autor, contudo, é transparente quanto às suas fontes doutrinárias ou teórico-metodológicas, ainda que o vínculo com elas instituído seja substancial. A esse respeito, historiografias que, como esta tese, lidam com conhecimentos linguísticos muito antigos têm diante de si um complicador conforme alerta Cavaliere (2020): a irregularidade com que se expunham informações explícitas sobre as referências bibliográficas consultadas durante a produção de uma obra, ora incompletas, ora ausentes. Relativamente recente na história, essa prática só se consolida entre os brasileiros, por exemplo, na segunda década do século 20 (Cavaliere, 2020).

Se as “omissões deliberadas” (Cavaliere, 2020, p. 140) ou convencionalmente consentidas já seriam suficientes para atestar a necessidade de se estabelecerem parâmetros mais abrangentes para a detecção das redes de influências que encadeiam as ideias dos linguistas do passado, o argumento se fortalece quando nos deparamos com situações em que o reconhecimento público de supostas fontes inspiradoras por parte de um autor não se reflete em seu quadro de trabalho. Um exemplo clássico são as assimetrias que o historiógrafo pode encontrar ao contrastar o modo como um autor define sua obra e o modo como ele operacionaliza as frequentes alusões à *Gramática de Port-Royal* (1660) em instrumentos linguísticos que, na prática, permaneciam fiéis ao modelo de descrição da gramática latina. É o que ocorre com as gramáticas de Jerônimo Contador de Argote (1725)<sup>98</sup> e Antônio dos Reis Lobato (1770)<sup>99</sup>, conforme avaliam Fonseca (2019), Faraco e Vieira (2021) e Borges Neto (2022).

É por essa razão que, segundo Koerner (2014e), o valor das referências diretas para comprovar uma influência depende de sua fundamentação em comparações textuais, que

<sup>98</sup> *Regras da lingua portugueza, Espelho da lingua Latina, Ou disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza.*

<sup>99</sup> *Arte da grammatica da lingua portugueza.*



demandam, evidentemente, a leitura das fontes historiográficas, e não somente o contato de segunda mão com os textos a partir da avaliação de terceiros. Cavaliere (2020) também aposta nessa conduta tanto para se averiguar a pertinência de referências declaradas quanto para se recuperarem referências suprimidas. Neste último caso, ele relaciona a “análise contextualizada do texto linguístico, seja no interior de um dado paradigma, seja pela via da metalinguagem utilizada” (Cavaliere, 2020, p. 137), ao princípio da imanência proposto por Koerner (2014f), mas me parece que o procedimento implica também o princípio da contextualização (cf. subseção 2.4).

Além da compreensão de um texto em seu contexto original de produção, assegurado pelos dois referidos princípios de análise historiográfica, Cavaliere (2020) aponta para a exigência de um saber intertextual no universo cognitivo daquele que busca as influências de uma obra. No campo da pesquisa em HL, o cumprimento desse requisito integra a tripla perícia do historiógrafo da linguística apregoada por Koerner (2014b, 2014d, 2014g) (cf. subseção 2.1), uma vez que o reconhecimento da intertextualidade em fontes que tomam conhecimentos sobre a linguagem como objeto de estudo, sobretudo quando as relações entre elas não se limitam à reprodução literal de fragmentos, requer a mobilização da expertise peculiar ao linguista, aliada a conhecimentos históricos e ao domínio de questões epistemológicas e metodológicas.

Ao tratarem do problema da influência, Koerner (2014e) e Cavaliere (2020) discorrem, ainda, sobre os antecedentes dos autores cuja produção se investiga. O primeiro considera que informações relativas à tradição familiar, à escolaridade, aos primeiros estudos, aos interesses pessoais e às ocupações profissionais durante o período de formação do autor têm o potencial de sugerir ao historiógrafo conexões que apontem indícios de empréstimos, integrações ou assimilações de ideias, conceitos ou teorias, embora muitas vezes tais evidências prenunciem diálogos que podem ter se estabelecido de forma inconsciente. O segundo também associa o *background* dos autores a processos de apropriação de ideias que podem ter ocorrido sem que eles tenham se dado conta, sobretudo no âmbito da adesão paradigmática ou dogmática – o que, a rigor, não configura influência no sentido estrito da relação entre figuras individualizadas, e sim o seu horizonte de retrospectão (cf. subseção 2.7.2):

Uma face menos evidente do horizonte de retrospectão na obra de um certo linguista revela-se pela investigação de sua formação intelectual, do contato mantido com seus pares no dia a dia do labor científico, bem como em certos aspectos de sua vida privada, tais como as crenças religiosas e os parâmetros de comportamento moral (Cavaliere, 2020, p. 138).

De qualquer modo, o ponto de vista de Cavaliere (2020) reforça a pretensão à exaustividade própria da HL (cf. subseção 2.1), indicando que não se deve subestimar o interesse que informações “de fundo” podem suscitar à pesquisa historiográfica, razão pela qual incorporo às análises das fontes (cf. seção 4) dados biobibliográficos dos gramáticos e ortógrafos investigados nesta tese sempre que, em alguma medida, eles se mostrarem relevantes aos objetivos delimitados na subseção 1.3, o que inclui o cotejo de diferentes aspectos dos retratos teórico-normativos da vírgula que se concatenam no contínuo histórico (cf. objetivos específicos *b*, *c*, *d* e *e*) e a inserção das obras analisadas num espectro mais amplo de produção gramaticográfica e intelectual (cf. objetivo específico *a*).

Sintetizo a discussão sobre a questão da influência reafirmando que, em consonância com o que propõem as orientações meta-historiográficas dos parágrafos anteriores, circunscrevo-a à rede de intercâmbios entre autores, situando no âmbito de uma outra categoria teórica – a do clima de opinião (cf. subseção 2.2) – a filiação a sistemas de referência que remetem a esferas coletivas de produção de conhecimento, tais como modelos epistemológicos e correntes intelectuais predominantes numa dada época. Destaco, também, que, para legitimar alegações de influência, terão lugar de protagonismo as comparações textuais, assentadas nos princípios da imanência e da contextualização (cf. subseção 2.4). E, não menos importante, como sugere Koerner (2014e) e resgata Cavaliere (2020) na análise de algumas reputadas atribuições de influência na linguística<sup>100</sup>, assumo que o valor da identificação de precursores e influenciadores está em compreender o que individualiza suas ideias a ponto de conquistarem ou deixarem de conquistar a adesão de outros estudiosos e ressoarem em suas obras. Aqui, entram em jogo os mecanismos que explicam a dinâmica de produção de conhecimentos ao longo da história da linguística, incluindo a gramaticografia. É o tema da próxima subseção.

## 2.6 RETÓRICA E (DES)CONTINUIDADES NA HISTÓRIA DA GRAMATICOGRAFIA

Desde a introdução desta tese, fiz referência em alguns momentos aos termos “continuidade” e “descontinuidade” para concatenar a linha do tempo na qual os conhecimentos linguísticos são produzidos, difundidos, modificados, refutados ou esquecidos no decorrer da história. A utilização desses termos em textos meta-historiográficos é

---

<sup>100</sup> Trata-se das alegações de influência de Johann Gottfried von Herder (1744-1803) sobre Wilhelm von Humboldt (1767-1835), de Chales Darwin (1809-1882) sobre August Schleicher (1821-1868) e de Émile Durkheim (1858-1917) sobre Ferdinand de Saussure (1857-1913).

relativamente frequente (cf. Swiggers, 1990; Altman, 2012; Batista, 2013; Coelho; Hackerott, 2012; Koerner, 2014g, Cavaliere, 2020), podendo ou não remeter explicitamente a modelos teóricos particulares. Em todos os casos, porém, há uma motivação comum, relativa à própria definição da HL, em se declarar que a história da linguística – por inclusão, podemos dizer também a da gramática, da pontuação ou da vírgula – é atravessada por continuidades e descontinuidades: a concepção não linear da produção de conhecimentos que dá forma à história de uma disciplina (cf. subseção 2.1). Ao problematizar a recorrente indistinção, abordada na subseção anterior, entre a influência direta e a inscrição contextual das ideias linguísticas, por exemplo, Koerner (2014g, p. 60, grifos próprios) afirma:

Acontece, com demasiada frequência na linguística moderna, que o proponente de uma análise fonológica ou sintática tenha que reivindicar a originalidade a fim de ser notado; a seguir, os detratores apontam para os antecedentes, factuais ou hipotéticos, numa tentativa de invalidar tais reivindicações. Esta tendência penetrou na redação da história da linguística, ainda que seja de se esperar que um historiador encontre mais exemplos de evolução e *continuidade* do que de revolução e *descontinuidade* de ideias através dos séculos, pontuados por mudanças de ênfase, incluindo movimentos pendulares, às vezes causados pelo afluxo de fatores extralinguísticos, tais como avanços na tecnologia, mas também acontecimentos sociopolíticos.

No excerto, a descrição da história da linguística a partir de “mudanças de ênfase” ou de “movimentos pendulares” sinaliza a complexidade da dinâmica que caracteriza a produção de conhecimentos sobre a linguagem, de modo que nem os linguistas se limitam a reproduzir ou a assimilar e ampliar o conjunto de conhecimentos disponíveis num dado momento histórico, garantindo um progresso contínuo por acumulação, nem se veem ante um percurso bifurcado que limita suas opções à total adesão ou rejeição das ideias previamente formuladas.

Nesta tese, a abordagem teórica que tomo por referência para explicar como os conhecimentos perduram ou se modificam no curso da história através de continuidades e descontinuidades, o modelo de conflitos (cf. Murray, 1994), emerge da sociologia da ciência, cuja interdisciplinaridade com a HL se explica pelo exame da prática científica a partir de condicionantes que extrapolam a imanência das teorias em si mesmas. Como destaca o sociólogo e antropólogo Stephen Murray (1950-2019), autor do modelo aqui adotado, “that ‘good ideas’ are not sufficient to account for the history of science is the *raison d’être* for the sociology of science”<sup>101</sup> (Murray, 1994, p. 22). Por muito do que já foi discutido nesta seção, sobretudo no que diz respeito à relação entre conteúdo e contexto (cf. subseção 2.2) e ao

<sup>101</sup> Em português: “que ‘boas ideias’ não são suficientes para dar conta da história da ciência é a razão de ser da sociologia da ciência” (tradução própria).

princípio da contextualização (cf. subseção 2.4), a afinidade epistemológica dessa afirmação com a HL é notória.

Um bom exemplo de como fatores externos à dimensão estritamente teórica de uma fonte historiográfica podem ser determinantes para a sua difusão ou retração foi evidenciado na dissertação de Mesquita (2023) sobre a obra do pernambucano Júlio Pires Ferreira (1868-1930). A pesquisa mostra que, apesar da ampla atuação do gramático no cenário intelectual de seu estado e do reconhecimento de sua expertise em questões linguísticas entre seus conterrâneos, a produção gramaticográfica do autor pouco avançou as fronteiras de origem, tornando-se pouco conhecida até os dias de hoje em âmbito nacional. A discrepância entre o êxito com que as ideias do gramático circularam em Pernambuco e no Brasil deslegitima qualquer interpretação que associe a contida projeção de Pires Ferreira exclusivamente à qualidade do conhecimento linguístico veiculado em seus escritos. Para Mesquita (2023), a distância entre o local de publicação das obras do autor e o centro político-administrativo do Brasil, à época o Rio de Janeiro, foi um dos fatores que possivelmente impactaram o alcance geográfico desse trabalho gramaticográfico.

A principal figura com quem Murray (1994) dialoga ao propor seu modelo e que marcou a sociologia da ciência por colocar já em xeque uma visão então hegemônica segundo a qual o progresso científico era ininterruptamente guiado pela força das ideias é o também estadunidense Thomas Kuhn (1922-1996), autor de *A estrutura das revoluções científicas* (1962). É o próprio Murray (1994) quem destaca a importância de Kuhn ter, nesse ensaio, enfatizado o caráter social do processo que conduz ao triunfo os adeptos de uma dada teoria e, por conseguinte, negado a superioridade das ideias que a sustentam como garantia de sua automática difusão.

Segundo Kuhn (2018), o progresso da ciência não se dá por um processo cumulativo, em que as teorias mais recentes são intrinsecamente superiores às anteriores, aproximando-se de forma paulatina do que seria uma verdade científica. O modelo kuhniano, a partir da noção de paradigma, situa o desenvolvimento da ciência em circunstâncias sócio-históricas concretas, decisivas para que um grupo de cientistas legitime o *modus operandi* de uma prática de pesquisa. Trata-se de uma rede de compromissos conceituais, teóricos, metodológicos e instrumentais que definem, via de regra, sua atuação no estágio que Kuhn (2018) denomina ciência normal. Durante esse estágio, a hegemonia, a estabilidade e a coerência interna de um paradigma compartilhado pelos cientistas mostram-se essenciais ao desenvolvimento da ciência porque asseguram que, em vez do contínuo restabelecimento de

suas bases de trabalho, os cientistas possam se concentrar em áreas problemáticas específicas, aprimorando e refinando conhecimentos circunscritos ao paradigma.

Alguns cientistas adquiriram grandes reputações, não por causa da novidade de suas descobertas, mas pela precisão, segurança e alcance dos métodos que desenvolveram visando à redeterminação de categoria de fatos anteriormente conhecida (Kuhn, 2018, p. 91).

Isso ocorre porque o paradigma se define em função dos fatos que julga relevantes de serem investigados, dos métodos utilizados para harmonizar os fatos com a teoria e das seguidas articulações da teoria realizadas dentro de limites pré-estabelecidos. Desse modo, Kuhn (2018, p. 105) descreve o cientista bem-sucedido no interior de um paradigma como “um perito na resolução de quebra-cabeças”. Quando um problema é aceito por um paradigma é porque admite-se que ele é passível de ser solucionado a partir dos instrumentos e conceitos com os quais os cientistas adeptos do paradigma operam. Sua tarefa é a de resolver quebra-cabeças ainda não resolvidos ou propor resoluções mais eficientes para aqueles que já foram solucionados.

Assim, se interpretarmos a GT como um paradigma, à maneira de Vieira (2018)<sup>102</sup>, não é difícil compreender que os problemas relativos à diversidade linguística, por exemplo, estão fora de seu escopo de atuação porque não foram selecionados como relevantes pelo paradigma. Alguns de seus traços constitutivos apontados nesse trabalho sinalizam a natureza epistemológica dos quebra-cabeças com os quais lidam seus adeptos e os caminhos legítimos para que soluções lhes sejam propostas. Cabe ao que o autor denominou paradigma tradicional de gramatização (PTG) descrever, com finalidades prescritivas, as formas modelares da língua, particularmente a escrita literária clássica. Essa descrição, conforme os padrões internos ao paradigma elencados por Vieira (2018), não ultrapassa os limites da sintaxe, faz uso de um aparato conceitual e taxonômico de tradição greco-latina e sistematiza seus resultados numa sequência expositiva fixa (categoria, definição, subdivisão e exemplo). Nesse sentido, a descrição estrutural da oração é um quebra-cabeça pertinente ao paradigma que pode ser solucionado tanto a partir da explicitação das relações formais de concordância e regência centradas nos casos latinos, como propuseram as gramáticas latinizadas (cf. subseções 2.4 e 2.7.1), quanto a partir da articulação de termos essenciais, integrantes e

<sup>102</sup> Vieira (2018) resgata o conceito de paradigma tradicional de gramatização (PTG), originalmente formulado em sua tese de doutorado (cf. Vieira, 2015) e caracterizado por vinte e três proposições não hierarquizadas entre si que davam forma às suas diretrizes teórico-metodológicas e socioideológicas. Nos trabalhos mais recentes (cf. Vieira, 2020b, 2024; Vieira; Faraco, 2025), o autor passou a definir a GT como uma tradição de pesquisa, nos termos do filósofo da ciência Larry Laudan (2011) (cf. subseção 2.7.1).

acessórios classificados de acordo com as funções lógico-semânticas que eles assumem no âmbito da proposição, como preconiza a Nomenclatura Gramatical Brasileira<sup>103</sup> (cf. Brasil, 1959) e procedem todos os gramáticos a ela afiliados a partir de sua instituição, em 1959.

Paradoxalmente, no modelo de Kuhn (2018), a mesma rigidez paradigmática que torna a ciência normal avessa a inovações pavimenta o caminho para a descoberta de novos fatos e a consequente invenção de novas teorias, sintomáticas de um estado de crise instaurado na ciência normal e passíveis de demolir o paradigma então vigente através de uma revolução. Em síntese, nos moldes da Figura 5, a dinâmica da mudança na produção de conhecimentos científicos para Kuhn (2018) compõe ciclos de sucessivas revoluções científicas, entre as quais vigoram os padrões fixos da ciência normal fundados pelo novo paradigma por elas instituído.

Figura 5 – Modelo kuhniano de progresso científico



Fonte: Elaboração própria (2025)

Entretanto, o abandono de um paradigma só ocorre se houver outro à disposição para substituí-lo – o contrário, segundo Kuhn (2018), equivaleria à rejeição da própria ciência – e esforços na direção da criação deste último só ocorrem quando entendidos como menos dispendiosos do que seguir operando nas mesmas bases teórico-metodológicas. À medida que o cientista se familiariza com a ciência normal, operando nos limites da estrutura altamente determinada do paradigma, propensa à autoconservação, a integração entre os fatos e a teoria alcança um grau de precisão comparável a sua sensibilidade em detectar circunstâncias em que essa integração não parece viável. Aqui tem início, nos termos de Kuhn (2018), a consciência da anomalia, em contraste ao pano de fundo estabelecido pelo paradigma, quando a ciência normal se depara com fenômenos desajustados às expectativas paradigmáticas que a

<sup>103</sup> A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) é um documento do Ministério da Educação e Cultura instituído por meio da Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959, com o objetivo de uniformizar a nomenclatura utilizada no ensino de português em território nacional. Apesar de se anunciar apenas como recomendação, tornou-se, na prática, “o direcionador organizacional e terminológico de nossa tradição gramatical” (Vieira, 2018, p. 186).

governam. Nessas ocasiões, dada a estabilidade proporcionada pela estrutura do paradigma, a primeira reação de seus adeptos é buscar converter o anômalo em esperado, rearticulando a teoria para conformá-lo a categorias conceituais já previstas pela prática científica normal.

Ainda tomando o PTG (cf. Vieira, 2018) como exemplo, é possível interpretar a equivalência estrutural estabelecida entre as formas analítica e sintética da voz passiva como uma estratégia dos gramáticos para assimilar uma anomalia às predições do paradigma. O prestígio da tradição greco-latina torna, segundo as diretrizes do PTG, seu aparato categorial e taxionômico adequado à descrição de todas as línguas. Como já abordado na subseção 2.4, esse prestígio, na história da gramaticografia, chegou a se manifestar, sobretudo nas obras da linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), por uma espécie de latinização do português, valorando-se uma língua por meio de seu grau de conformação com a gramática latina. É o que, na visão de Vieira (2020b), explica a atribuição da função de sujeito a “casas” (e não à partícula “se”) numa estrutura como “vendem-se casas” (e não “vende-se casas”): “Em latim, o pronome ‘se’ não tem caso nominativo, ou seja, não pode haver ‘se’ em função de sujeito, de modo que em português não deveria existir” (Vieira, 2020b, p. 104). Assim, a analogia com a estrutura “casas são vendidas” rearticula a teoria sintática tradicional, acomodando-a aos limites previstos pelo PTG. O gramático, então, não estaria diante de um fenômeno inesperado, de cuja análise os instrumentos proporcionados pelo paradigma não dão conta; estaria, na verdade, diante de um mesmo fenômeno, a voz passiva, em sua forma sintética. Na esteira desse raciocínio, tanto a passiva sintética quanto a analítica comportam a relação de concordância entre verbo e sujeito, sem que este último assuma uma forma que contradiga, em consonância com as diretrizes do PTG apontadas em Vieira (2018), o caráter estático que acompanhou a língua ao longo de sua história ou a natureza fixa, estanque e avessa a controvérsias das categorias gramaticais.

Nem toda anomalia, portanto, tem o potencial de inaugurar um estado de crise na ciência normal, vide, ainda, as inúmeras exceções que, presentes em qualquer gramática tradicional, nunca ameaçaram a longevidade do PTG ao longo de mais de dois milênios de história. Não há paradigma que tudo explique nem mesmo que resolva todos os quebra-cabeças que competem à prática científica normal: “Se todo e qualquer fracasso na tentativa de adaptar teoria e dados fosse motivo para a rejeição de teorias, todas as teorias deveriam ser sempre rejeitadas” (Kuhn, 2018, p. 244). É preciso que a anomalia desafie pressupostos basilares do paradigma e que as seguidas tentativas de ajustá-la através dos quebra-cabeças da ciência normal sejam mal-sucedidas. Segundo Kuhn (2018), se as rearticulações da teoria falham, a crise pode terminar de duas outras maneiras: com o abandono temporário do

problema, relegado às gerações futuras, nos casos em que os cientistas resistem às novas abordagens e concluem não dispor dos instrumentos necessários para forjar soluções aceitáveis para a anomalia em questão; ou com a emergência de um novo paradigma (uma nova prática de ciência normal) como culminância do estágio de ciência extraordinária que dá origem a uma revolução científica.

Diante das sucessivas falhas da ciência normal e da necessidade de mudanças substanciais, a instalação do estágio de ciência extraordinária, de acordo com o autor, costuma ser acompanhado dos seguintes “sintomas”: i) proliferação de teorias concorrentes para lidar com a crise; ii) abertura para operar com recursos não previstos pela ciência normal; iii) expressão de descontentamento explícito pelos cientistas; iv) recurso à filosofia e ao debate sobre os fundamentos da prática científica. Essas características antecipam o caráter revolucionário do processo de mudança paradigmática sob a ótica do modelo kuhniano. O termo “revolução” remete a um processo de reconstrução muito mais amplo do que a mera reinterpretação de dados supostamente estáveis e individuais ou a rearticulação do paradigma em crise, pois o paradigma que o substitui deverá se assentar em um “novo sistema de relações organizado a partir de um quadro de referência diferente” (Kuhn, 2018, p. 169). Nesse sentido, poderão sofrer alterações os problemas, os conceitos, os métodos, as aplicações ou mesmo parte das generalizações teóricas elementares do paradigma, resultando numa nova concepção do próprio campo de estudos em que ele se situa. Nas palavras de Kuhn (2018, p. 190), a revolução científica implica “um deslocamento da rede conceitual através da qual os cientistas veem o mundo”.

É importante ressaltar que a vitória de uma das teorias em competição para compor o novo paradigma, como prenunciado no início desta subseção, está sujeita a um conjunto de circunstâncias que extrapolam a lógica interna ao conhecimento científico. A explicação para esse fato está, segundo o autor, na incomensurabilidade entre os paradigmas rivais, o que inviabiliza a resolução de questões que lhes são externas e torna circular o debate em torno da adequação das teorias aos problemas evidenciados pela crise: “Cada paradigma revelar-se-á capaz de satisfazer mais ou menos os critérios que dita para si mesmo e incapaz de satisfazer alguns daqueles ditados por seu oponente” (Kuhn, 2018, p. 198). Nessa perspectiva, a luta pela adesão da comunidade científica a um paradigma emergente se dá no plano da argumentação e das técnicas de persuasão, cujo objetivo, em vez de comprovar a habilidade de resolução de problemas (que só será efetivamente desenvolvida quando a ciência extraordinária produz um paradigma aceito e então se converte em ciência normal), é mostrar-se promissora à orientação de pesquisas futuras. A persuasão tem um papel tão forte na



seleção do novo paradigma instaurado por uma revolução científica que Kuhn (2018, p. 258) chega a afirmar que sua adoção, em estágio inicial de desenvolvimento (a ciência revolucionária não goza da tradição que caracteriza a ciência normal), “só pode ser feita com base na fé”. A comunidade científica deve confiar na capacidade do novo paradigma em lidar com os problemas para os quais o paradigma anterior não encontrou soluções admissíveis. Revoluções científicas, todavia, não se concretizam sem muita resistência. O modelo kuhniano prevê a transição entre paradigmas incomensuráveis por meio da conversão de grupos de cientistas, mas assume que, muitas vezes, é necessário aguardar a morte de uma geração e o surgimento de outra, familiarizada com o novo paradigma e menos comprometida com o paradigma anterior.

De fato, a emergência de um fazer gramaticográfico que, no Brasil, busca se afastar do crivo epistemológico do PTG – as chamadas gramáticas brasileiras contemporâneas do português (GBCP), de acordo com Vieira (2016)<sup>104</sup> – não ocorre por iniciativa dos filólogos que produziram nossas gramáticas tradicionais, mas de membros de uma geração de linguistas que se profissionalizou, a partir da institucionalização da linguística nos currículos dos cursos de Letras, nos anos 1960, definindo-se em oposição ao estudo filológico (cf. Altman, 2021). Ao investigar o processo histórico que engendra as GBCP, Vieira (2016) identifica semelhanças com as etapas que, no modelo de Kuhn (2018), conduzem à revolução científica:

(a) a revolução se inicia com um sentimento crescente de funcionamento defeituoso do paradigma da doutrina gramatical tradicional, com frequência restrito a um segmento da comunidade científica (os linguistas); (b) a revolução visa realizar mudanças até então interditadas pelo paradigma dominante (o da doutrina gramatical) e substituí-lo por outro paradigma (o da linguística, ainda em vias de formação); (c) a escolha entre paradigmas em competição demonstra ser uma escolha entre modos incompatíveis de vida acadêmica (a rigor, ou se é linguista ou se é gramático tradicional – e muitos andam em pé de guerra) (Vieira, 2016, p. 41).

A despeito da tentativa de promover “uma espécie de virada linguística do processo de gramatização” (Vieira, 2016, p. 37) e de efetivamente estabelecerem uma série de deslocamentos teórico-metodológicos em relação às diretrizes epistemológicas do PTG, conforme apontam os resultados do estudo de Vieira (2016), as GBCP não chegam a consumir uma transição paradigmática, havendo nelas linhas de continuidade não

<sup>104</sup> Vieira (2016) resgata os resultados de sua tese (cf. Vieira, 2015), focalizando as linhas de continuidade e os movimentos de ruptura que as GBCP instituem em relação ao PTG quanto às demandas e propósitos sociais das obras, às suas concepções teóricas e configurações metodológicas, ao seu arcabouço descritivo, categorial e conceitual e aos aspectos morfosintáticos da língua gramatizada pelas obras. O *corpus* da pesquisa é composto das seguintes GBCP: *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008); *Gramática do português brasileiro*, de Mário A. Perini (2010); e *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2012).

negligenciáveis com a tradição gramatical a que se opõem. Para o autor, entretanto, tais instrumentos gramaticográficos representam “o esgarçamento do PTG” e “novas frentes de gramatização ainda embrionárias” (Vieira, 2016, p. 68).

Diante do exposto, é possível perceber que o progresso da ciência, para Kuhn (2018), tanto ocorre nos períodos dominados pela ciência normal (a exemplo do PTG) quanto pela ciência extraordinária (a exemplo do novo fazer gramaticográfico que as GBCP tencionam instituir), intercaladas por revoluções científicas: a ciência normal verticaliza a prática científica, resultando no contínuo aprofundamento dos conceitos e instrumentos com os quais opera a resolução de problemas e, ao mesmo tempo, na sensibilidade para a detecção de desajustes capazes de demolir a si própria e promover a emergência da ciência extraordinária, que, por sua vez, estabelece novos padrões para a ciência normal. Sob o modelo que acabo de pormenorizar, é a recorrência desse ciclo que garante o aumento da articulação e a especialização do conhecimento científico ao longo do tempo.

Apesar de se mostrarem produtivas na análise de alguns processos históricos de produção de conhecimentos – inclusive no âmbito da gramaticografia, como ilustram os citados trabalhos de Vieira (2015, 2016, 2018) –, as proposições de Kuhn (2018) têm sido alvo de questionamentos entre cientistas atuantes na HL, incertos acerca da adequação em se aplicar às ciências sociais e humanas – particularmente à linguística – um modelo teórico alicerçado na observação de problemas empíricos circunscritos às ciências naturais – em especial à física.

A esse respeito, Altman (2004), sem recusar totalmente as premissas kuhnianas ou, menos ainda, a possibilidade de estruturação da história da linguística, ressalta as significativas divergências que caracterizam as práticas de produção e propagação de conhecimentos peculiares à linguística, sobretudo quanto a sua heterogeneidade, se comparadas àquelas adotadas nos domínios científicos nos quais se inserem os exemplos que fundamentam o ensaio de Kuhn (2018). Na visão da autora, a morfologia das revoluções científicas kuhniana não encontra análogo na história da linguística, uma vez que o engendramento de novas teorias, legitimadas pela comunidade científica, nunca ocorreu pela iniciativa de um inovador único nem fomentou um grau de aceitação que transfigurasse qualquer uma delas, sozinha, em modelo teórico dominante num dado período. Se teorias concorrentes (por vezes inconciliáveis e incomensuráveis) dividem espaço numa mesma disciplina científica, restaria admitir que, “na conhecida – e controvertida – distinção kuhniana entre períodos de ‘ciência normal’ e períodos de ‘ciência extraordinária’ [...], a

Linguística contemporânea se encontraria, na melhor das hipóteses, em pleno estágio de ‘crise’, à procura de um novo paradigma” (Altman, 2004, p. 31).

Dado o próprio recorte temporal da pesquisa de Altman (2004)<sup>105</sup>, cabe assinalar que o sentimento de crise ininterrupta é ainda mais forte quando se aplicam as categorias kuhnianas às produções linguísticas do século 20 em diante:

Pelo menos no campo da investigação sobre a linguagem, foi no século XX que se assistiu à incomparável multiplicação de domínios, teorias e métodos concorrentes, materiais e fontes diversas, concomitantes, que pleiteiam igual estatuto de cientificidade e são reconhecidos como tais. Além disso, foi também nesse século que se acentuou a necessidade da divisão de trabalho e se assistiu, em decorrência, à multiplicação dos processos de institucionalização e profissionalização dos cientistas, iniciados no século XIX, que implodiram em inúmeros grupos de especialidade, autônomos (Altman, 2004, p. 44-45).

Na linguística dos séculos anteriores, a autora reconhece uma dinâmica cuja dimensão social é menos palpável ao historiógrafo. Ainda não havia a profissão de linguista, as redes de intercâmbio entre os produtores de conhecimento linguístico não se modelavam aos atuais contornos institucionais das universidades e a pulverização teórica era menor. Por tudo isso, parece ser mais viável ler a tradição gramatical, teoria concebida antes da Era Comum e hegemônica (embora não exclusiva) no estudo das línguas durante séculos a fio, como um paradigma do que as teorias da linguística contemporânea que tentam suplantá-la. Note-se que, mesmo nos trabalhos de Vieira (2015, 2016, 2018) que assumem essa perspectiva, as investidas da linguística contemporânea – representadas pelas GBCP – contra o PTG não chegam a substituí-lo completamente na forma de um paradigma capaz de redefinir as bases da ciência normal então contestada.

O mesmo se pode dizer dos empreendimentos teórico-metodológicos que, a partir dos anos 1970, fazem emergir, de acordo com Gueiros (2019), uma tradição de pesquisa cujas diretrizes se opõem à GT (e a toda a tradição formalista) sem conseguir, contudo, promover uma virada – ou, nos termos de Kuhn (2018), uma revolução científica – na linguística brasileira. Ao passo que as convergências epistemológicas de domínios como a linguística de texto, a sociolinguística, o funcionalismo e a análise do discurso permitem reuni-los sob o rótulo de tradição sociodiscursiva (TSD)<sup>106</sup>, cada um deles funciona como um campo de

<sup>105</sup> O livro *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*, de Cristina Altman (2004), é uma edição revista e atualizada da tese de doutorado da autora, defendida em 1993, sobre os processos de unificação e diversificação na linguística brasileira entre os anos de 1968 e 1988.

<sup>106</sup> “Fundamentalmente, as abordagens que constituem a TSD analisam a língua como um objeto cuja compreensão se processa a partir da relação constitutiva entre estruturas linguísticas (sons, palavras, frases) e múltiplas questões que residem na exterioridade da linguagem. [...] Emergem daí enfoques investigativos que,

estudos autônomo, que seleciona para si objetos e técnicas descritivas condizentes com seus propósitos investigativos. Sua consolidação na linguística brasileira, em convivência com a tradição gramatical e com outras teorias formalistas da contemporaneidade, atesta uma descentralização da prática científica, como sugere a argumentação de Altman (2004), incompatível com a sucessão de paradigmas incomensuráveis a partir da qual Kuhn (2018) retrata o desenvolvimento da ciência.

Embora a crítica à aplicação do modelo kuhniano remeta principalmente a fases mais recentes da história da linguística, dada a sua diversificação teórico-metodológica, é importante salientar, ainda de acordo com Altman (2004), que, em século algum, o desenvolvimento da linguística ocorreu de forma linear, sendo necessário, para compreender o processo histórico que o engendra, adotar um modelo que favoreça a observação de alternâncias, recorrências, retomadas e surgimentos de novos problemas. Além disso, a rigor, mesmo em períodos mais longínquos, a produção de conhecimentos sobre a linguagem não se limitava à tradição gramatical. Conforme aponta Gonçalves (2006), a corrente histórica de estudo da língua portuguesa, por exemplo, é inaugurada já na primeira década do século 17, com a publicação de *Origem da lingua portvgvesa* (1606), de Duarte Nunes de Leão. Já o século 19 assistiu não apenas ao amadurecimento da linguística histórica, mas também da dialetologia e da filologia.

A opção pelo modelo de conflitos de Murray (1994), anunciada no início desta subseção, justifica-se por sua aplicabilidade a ciências cujo desenvolvimento histórico não se molda, salvo sob ressalvas, à morfologia das revoluções científicas kuhniana. A criação desse outro modelo surge a partir da investigação da formação de grupos científicos e das relações que se estabeleciam entre eles no âmbito da antropologia linguística norte-americana do século 20. Murray (1994) reinterpreta a noção de revolução científica, realçando suas bases sociais e substituindo-a pela de retórica revolucionária. Nas palavras do autor, três razões explicam a proposta de relativizar o conceito kuhniano:

- (1) there are always cognitive continuities and shared assumptions between subsequent scientific paradigms, (2) no context-free indicators of degree of continuity have been suggested, and (3) claims of novelty seem to have more

---

devido à sua relação com a indeterminação dos elementos externos ao sistema linguístico, foram recusados da agenda da linguística enquanto ciência por consequência do fundador corte saussureano – como o texto, o discurso, a variação, os usos e as funções pragmáticas da linguagem” (Gueiros, 2019, p. 22).

serious consequences for generational conflict than actual discontinuities<sup>107</sup> (Murray, 1994, p. 23).

Para entender a dinâmica da mudança, Murray (1994) reforça o papel de fatores externos à imanência das teorias (nunca suficientemente inovadoras para desencadear uma ruptura absoluta) e, sobretudo, da persuasão. Ele entende, conforme a citação, que a própria alegação de descontinuidade, no plano do discurso, já mobiliza os conflitos que se instituem entre representantes de ideias concorrentes. Assim, o autor escolhe a retórica dos cientistas como ângulo prioritário de análise, focalizando sua autopercepção em relação à comunidade científica da qual eles fazem parte e com a qual dialogam. Por meio de seus discursos, é possível, no modelo de conflitos, identificar continuidades e descontinuidades que caracterizam a produção de conhecimentos na ciência. Em vez de conceberem teorias que possam acarretar uma transição paradigmática, os membros de grupos científicos demarcam seus pontos de vista em relação ao cenário intelectual de um dado período através de uma retórica revolucionária, que reivindica rupturas mais amplas, ou de uma retórica de continuidade, que enfatiza o alinhamento a ideias, suposições ou hipóteses de trabalhos anteriores.

As dissertações de Silva (2021), Ferreira (2021) e Mesquita (2023), ao mobilizarem as categorias retóricas de Murray (1994), são elucidativas de sua produtividade para a interpretação das relações entre conteúdo e contexto (cf. subseção 2.2) que permite ao historiógrafo compreender como diferentes produtos gramaticográficos se inscrevem na atmosfera intelectual de seu tempo histórico, principalmente no que diz respeito ao olhar dos gramáticos sobre o próprio trabalho, mas também às convergências e divergências entre o proposto e o praticado.

Com o intuito de investigar as ideias sobre variação linguística, mudança linguística e português do Brasil na *Grammatica portugueza: curso superior* (1920), de João Ribeiro (1860-1934), Silva (2021) se vale do modelo de conflitos para desvelar parte da camada contextual<sup>108</sup> constitutiva desses conhecimentos linguísticos. Desse modo, a análise das estratégias argumentativas despendidas no prólogo da obra evidencia que o gramático busca

<sup>107</sup> Em português: “(1) sempre há continuidades cognitivas e pressupostos compartilhados entre paradigmas científicos subsequentes, (2) nenhum indicador livre de contexto do grau de continuidade foi sugerido e (3) reivindicações de novidade parecem ter consequências mais sérias para o conflito geracional do que efetivas descontinuidades” (tradução própria).

<sup>108</sup> Em Silva (2021) e Ferreira (2021), o termo faz referência a uma das quatro camadas do conhecimento linguístico que interagem entre si e integram o modelo proposto por Swiggers (2004, 2019) para a análise das mudanças na história da linguística. A camada contextual abrange as configurações socioculturais e institucionais nas quais o conhecimento linguístico se produz. O modelo prevê, ainda, as camadas teórica, técnica e documental.

se alinhar à linguística histórico-comparativa, postura recorrente na gramaticografia luso-brasileira publicada durante a transição entre os séculos 19 e 20. Dada a inseparabilidade entre conteúdo e contexto na HL (cf. subseção 2.2), a constatação desse compromisso retórico ancora uma das conclusões da pesquisa acerca da abordagem da mudança linguística na gramática de João Ribeiro. Na avaliação do pesquisador, embora o tratamento do tema não seja ostensivo na obra, a presença de passagens que reconhecem implicitamente o fato de que o português se modifica com o tempo pode se explicar pelo vínculo que o autor busca demarcar com um campo de estudos que, centrado na dimensão histórica das línguas, tem na mudança linguística uma de suas premissas básicas. Assim, de um lado, pode-se dizer que João Ribeiro assume uma retórica continuísta em relação ao clima de opinião no qual se situava a produção de sua gramática, atravessado pelo prestígio do comparativismo nos estudos sobre a linguagem. De outro, o comprometimento retórico assumido no prólogo só se reflete de forma muito tímida na descrição gramatical da obra, ao menos no tocante à mudança linguística.

Num movimento semelhante ao de Silva (2021), Ferreira (2021) também mobiliza as categorias retóricas do modelo de conflitos para examinar a camada contextual do conhecimento linguístico focalizado em sua pesquisa, relativo aos conceitos e às normas de colocação pronominal construídos e desenvolvidos durante seu processo de gramatização no Brasil, iniciado no século 19. A autora busca compreender, a partir do tipo de retórica a que os gramáticos recorrem nas seções de apresentação das fontes investigadas, sua autopercepção quanto às correntes intelectuais que circulavam à época e à agenda de pesquisa linguística<sup>109</sup> em que eles se inscreviam. Ferreira (2021) estende essa análise à camada teórica<sup>110</sup> do estudo, perscrutando, ainda, o modo como a retórica dos gramáticos se materializa na abordagem da colocação pronominal no decorrer de suas obras. Um importante resultado do entrecruzamento promovido nesse trabalho entre compromisso retórico e descrição gramatical aponta para a construção paulatina, ao longo dos Oitocentos, de uma espécie de “pedagogia” da colocação pronominal como um reflexo do estreito vínculo assumido no discurso dos autores com o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa.

---

<sup>109</sup> Agenda de pesquisa é um conceito de Swiggers (2013) que permite compreender o alinhamento de uma produção linguística às teorias, escolas de pensamento linguístico e tradições de pesquisa que circulam num dado momento histórico. A pesquisa de Ferreira (2021) tratou retórica e agenda de pesquisa como categorias complementares entre si.

<sup>110</sup> A camada teórica é outra das quatro camadas do conhecimento linguístico do modelo proposto por Swiggers (2004, 2019) para a análise das mudanças na história da linguística (cf. nota 108). Ela abrange o plano das ideias, *insights*, declarações teóricas e suposições sobre língua e linguagem.

Prólogos e seções de apresentação, alvo das análises retóricas de Silva (2021) e Ferreira (2021), estão entre os gêneros mais propícios à manifestação, divulgação e circulação discursiva dos comprometimentos sociopolíticos e teórico-metodológicos das obras em relação às correntes e produções intelectuais que lhes são contemporâneas ou precedentes. Apesar de citar alguns gêneros “preferenciais” a esse tipo de discurso – além dos já citados, posfácios, resenhas, entrevistas, artigos programáticos, artigos publicados em seções de debate, textos de divulgação e artigos de revisão histórica de uma área –, Batista (2019) não restringe a presença da retórica a essas formas de interação verbal. Assim, no contexto da gramaticografia, o modelo de conflitos pode também ser aplicado aos capítulos que materializam os gestos descritivo-normativos dos autores, como procedeu Mesquita (2023). Dois eixos temáticos guiaram a caracterização das ideias gramaticográficas de Júlio Pires Ferreira empreendida em sua pesquisa: as propostas do gramático para o ensino de português e o perfil epistemológico da descrição gramatical. Por isso, a análise retórica desse trabalho buscou abarcar a filiação discursiva de Pires Ferreira em relação a ambos os aspectos em foco, tanto a partir de excertos do prólogo quanto de escolhas descritivas e fragmentos argumentativos incorporados à abordagem gramatical propriamente dita.

Como resultado, além de ter identificado uma retórica de continuidade em relação à linguística histórico-comparativa (contemporâneos, Pires Ferreira e João Ribeiro produziram suas obras sob um mesmo clima de opinião), Mesquita (2023) identifica a materialização desse compromisso epistemológico na seleção de conteúdos que compõem uma das obras do *corpus*: a 1ª edição de *Notas da Lingua Portuguesa* (1893) inclui artigos sobre a origem da linguagem e o desenvolvimento histórico do português. Mais do que tratamento pontual de tais temáticas, as escolhas retóricas do gramático pernambucano, segundo Mesquita (2023), chegavam a reivindicar espaço para o comparativismo nas escolas, dado o caráter de cientificidade que então se lhe atribuía. Ao analisar as reedições da obra de Pires Ferreira, contudo, o pesquisador constata um progressivo abandono desse projeto até que a 3ª edição, que passa a se intitular *Grammatica Portuguesa* (1905), assume definitivamente a feição de uma gramática prática, com foco no ensino de regras e na correção linguística. O pesquisador interpreta essa mudança como uma adequação editorial que testemunha o impacto do cenário educacional da época nos compromissos retóricos e descritivos adotados na produção gramaticográfica investigada.

Um segundo resultado do trabalho de Mesquita (2023) reforça a produtividade de se conduzir a análise retórica da gramaticografia para além dos textos de apresentação das obras, seja porque importa verificar o alinhamento entre discurso e prática, seja porque o fazer

gramaticográfico também se opera através de gestos argumentativos que indiciam compromissos sociopolíticos e epistemológicos. Ao perscrutar o perfil teórico-metodológico das obras de Pires Ferreira, o pesquisador se depara com a coocorrência de duas redes de influência: uma composta por expoentes da linguística histórico-comparativa e outra por autores portugueses filiados à linhagem empirista de produção gramaticográfica<sup>111</sup> (cf. subseção 2.7.1). Os primeiros são citados no prólogo à 1ª edição das *Notas* e ao longo dos capítulos que compõem as reedições, espaços em que também figuram estes últimos. A análise da descrição gramatical das obras sugere que a predominância do perfil empirista convive com movimentos de continuidade em relação à linhagem racionalista (e, em menor proporção, à linhagem latinizada), como atestam a concepção de linguagem como expressão do pensamento, a noção de oração como enunciado de um juízo e a presença de sujeito elíptico na sintaxe do verbo *haver*. Desse modo, Mesquita (2023) identifica na obra de Pires Ferreira o convívio entre uma retórica de descontinuidade em relação às explicações racionalistas, consideradas metafísicas pelo gramático, e a reprodução, em alguns casos, de um raciocínio gramatical tipicamente associado à linhagem da qual o autor afirma se afastar. O pesquisador conclui que esse cenário representa o momento de transição entre duas linhagens – racionalista e empirista – baseadas em epistemologias distintas peculiar à gramaticografia do fim do século 19 e do início do século 20.

As pesquisas ora resenhadas sugerem a complexidade das mudanças que acompanham o curso da história dos conhecimentos linguísticos, os quais estabelecem, ao mesmo tempo, continuidades e descontinuidades, no plano retórico ou prático, em relação a diferentes aspectos das produções intelectuais e das configurações sociopolíticas e culturais que os atravessam. Nesta tese, a investigação dos comprometimentos retóricos dos gramáticos concerne principalmente ao objetivo específico *a* (cf. subseção 1.3), por meio do qual proponho *relacionar o processo de normatização da vírgula com o contexto histórico, a atmosfera intelectual e os modelos epistemológicos de produção gramaticográfica no contexto lusitano do século 16*. Tendo em vista, contudo, o atravessamento argumentativo da própria descrição gramatical e os desdobramentos que os posicionamentos retóricos dos gramáticos podem suscitar no plano teórico-normativo de suas obras, é importante dizer que alguns elementos constitutivos da normatização da vírgula focalizados noutros objetivos específicos da pesquisa também podem ser reveladores dos movimentos de continuidade e

---

<sup>111</sup> A linhagem empirista é, na classificação de Faraco e Vieira (2021), uma terceira via gramaticográfica, alternativa às linhagens latinizada e racionalista. Surge na França do século 18, contrapondo-se à adoção do modelo latino de descrição gramatical por colocar em destaque as particularidades que individualizam os usos da língua gramatizada.



descontinuidade que as gramáticas analisadas estabelecem em relação à atmosfera intelectual e aos modelos epistemológicos referidos no objetivo específico *a*. Tais elementos poderão integrar as definições, as regras de uso e o exemplário que compõem cada proposta de normatização. São eles: as concepções e os fenômenos de sintaxe, além das relações entre oralidade e escrita, mencionados no objetivo específico *b*; a estrutura normativa a que se refere o objetivo específico *c*; a metalinguagem gramatical, focalizada no objetivo específico *d*; as formas de abordagem e as estratégias de apresentação, tematizadas no objetivo específico *e* (cf. subseção 1.3). Se nas categorias analíticas pormenorizadas na terceira seção (cf. subseção 3.3) relaciono a retórica apenas ao objetivo específico *a*, é porque estabeleço para cada objetivo a categoria que lhe é mais proeminente, numa escolha, portanto, que apenas reflete a necessária sistematização do quadro de trabalho que adoto para conduzir a descrição e a interpretação historiográfica a serem realizadas na penúltima seção da tese (cf. seção 4).

Tomo por referência, para tanto, algumas categorias e premissas que fundamentam o quadro sociorretórico de análise engendrado por Batista (2019) como forma de orientar estudos em HL que se debruçam sobre a retórica de cientistas e intelectuais nos termos do modelo de Murray (1994). Esse quadro pressupõe que: i) o processo de produção de conhecimento está necessariamente atrelado à confluência de fatores intelectuais, sociais e históricos; ii) é através de embates e diálogos que comunidades de pesquisadores e intelectuais de uma área firmam suas identidades e alteridades, posicionando-se do ponto de vista linguístico-discursivo quanto ao pertencimento ou não pertencimento a grupos de especialidade<sup>112</sup> ou centros de produção e divulgação do conhecimento; iii) alegações de descontinuidade a modelos teórico-metodológicos ou outras formas de conhecimento podem se refletir ou não na prática, associando-se a rupturas concretas ou circunscrevendo-se ao plano discursivo; iv) a legitimação do discurso científico ou intelectual depende de regras e padrões próprios do sistema discursivo no qual suas ideias circulam e se processa no interior de comunidades argumentativas formadas por membros de grupos de especialidade.

Partindo dessas premissas, assumo, à maneira de Batista (2019, p. 82), retórica como “o discurso empregado por cientistas e intelectuais para persuadir seus interlocutores a respeito de modos de tratamento linguístico de determinados objetos de estudo” e focalizo os seguintes objetos de observação sugeridos pelo autor para se compreender sua complexa

---

<sup>112</sup> Um grupo de especialidade, no modelo teórico de Murray (1994), refere-se à articulação institucional de pesquisadores em torno de uma liderança intelectual e organizacional para defender um conjunto de ideias em meio à comunidade científica através de uma retórica revolucionária ou de continuidade.

configuração: i) estratégias linguísticas e argumentativas (seleção e elaboração de argumentos e seus modos de exposição); ii) rede de citações e alusões intertextuais; e iii) implícitos. Tais elementos poderão ser empregados pelos gramáticos, no contexto desta tese, para validar, de forma explícita ou sugestiva, ideias, teorias, procedimentos metodológicos e/ou técnicas de análise vinculadas a tradições intelectuais e linhagens gramaticográficas (cf. subseção 2.7.1).

Friso que, se a dinâmica institucional de produção e difusão de conhecimentos científicos no século em que foram publicadas as fontes primárias desta tese não espelha a atual conformação dos grupos de especialidade da linguística nos centros universitários, isso não invalida a aplicação do modelo de conflitos de Murray (1994) nem das premissas e categorias do quadro sociorretórico de Batista (2019) aos propósitos deste trabalho, aos quais interessa o principal aspecto destacado pelos autores, qual seja a dimensão social e discursiva da inscrição de ideias linguísticas na atmosfera intelectual de um dado tempo histórico. As configurações teórico-metodológicas subjacentes à normatização da vírgula de um gramático do passado, nesse sentido, não são aqui tomadas como expressão das escolhas individuais de um autor, mas como parte de uma engrenagem discursiva mais ampla, historicamente condicionada.

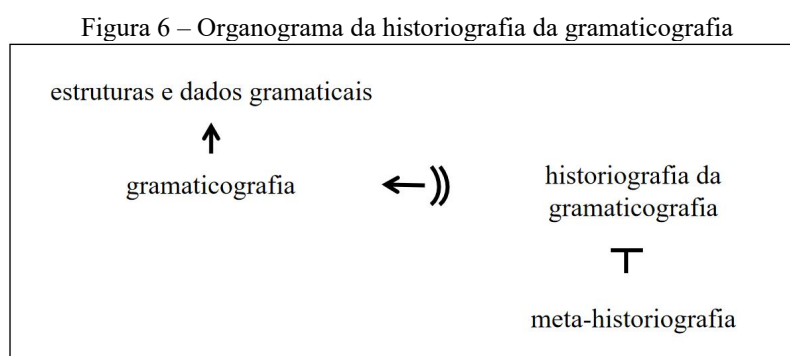
Na próxima e última subseção, faço considerações teóricas e destaco alguns elementos de modelos de análise que remetem, em particular, à historiografia da gramaticografia. Ao escolher como ponto de partida a caracterização da chamada gramática tradicional (cf. subseção 2.7.1), a partir das proposições de Vieira (2020b), de Faraco e Vieira (2021) e de Vieira e Faraco (2025), enfatizo e esmiúço a natureza coletiva da produção dos conhecimentos alinhados a essa tradição de pesquisa, estruturada em eixos e diretrizes epistemológicas mais gerais, que, por sua vez, materializam-se em obras cujos contornos teórico-metodológicos específicos as vinculam a uma linhagem gramaticográfica. Logo adiante, abordo o conceito de gramatização na perspectiva de Auroux (2014), além de apresentar a categoria teórica que lhe corresponde na formulação de Swiggers (2021), a saber: a calibragem das línguas. Trato, por fim, da modelização gramatical e de questões relativas à terminografia na perspectiva de Swiggers (2009b, 2010, 2012).

## 2.7 HISTORIOGRAFIA DA GRAMATICOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E MODELOS DE ANÁLISE

Dentro do amplo espectro dos conhecimentos linguísticos sobre os quais pode se debruçar uma pesquisa desenvolvida no âmbito da HL estão, tal como a normatização da

vírgula sob investigação nesta tese, aqueles produzidos pela gramaticografia. Swiggers (2020) a define como o ato de escrever gramáticas, o qual, dado que efetuado por um gramático, é também território de ação desse agente específico e dele requer uma série de tarefas, decisões e implicações. Com essa definição, o autor reaviva a percepção de que a gramática é um “objeto transformado”, resultante da intervenção redutora e sistematizada de um sujeito sobre um “objeto material”, a língua que serve de “matéria de base” para a descrição gramatical. Às soluções historicamente propostas aos problemas de gramática, guiadas por concepções teóricas, voltam-se, conforme indica Swiggers (2020), as pesquisas realizadas num nicho particular da HL ou, nos termos de Mesquita e Vieira (2025), uma de suas linhas de pesquisa: a historiografia da gramaticografia.

Sendo a HL uma prática científica que reivindica para si a explicitação de princípios teórico-metodológicos ajustados a seus diferentes objetos e objetivos de investigação, por inclusão o mesmo se requer às pesquisas desenvolvidas em quaisquer de suas subáreas. Assim, as considerações teóricas e os modelos de análise discutidos ao longo desta subseção integram o que Swiggers (2020, p. 143) denomina meta-historiografia da gramaticografia, “una reflexión (crítica) sobre la modelización, sobre los planteamientos metodológicos y epistemológicos en gramaticografía, sobre el estatuto del ‘hecho’ gramatical”<sup>113</sup>. A Figura 6 esquematiza as relações entre gramaticografia, historiografia da gramaticografia e meta-historiografia da gramaticografia:



Fonte: Traduzido de Swiggers (2020, p. 143)

A Figura 6 reitera o caráter metalinguístico da historiografia da gramaticografia, em consonância com o domínio disciplinar mais amplo do qual ela faz parte, a HL. Se esta não incide diretamente sobre a linguagem, mas, num nível superior, sobre a ação daqueles que a transfiguram num objeto de conhecimento (os linguistas, em sentido amplo, cf. subseção 2.1),

<sup>113</sup> Em português: “uma reflexão (crítica) sobre a modelização, sobre os enfoques metodológicos e epistemológicos na gramaticografia, sobre o estatuto do ‘fato’ gramatical” (tradução própria).

também a historiografia da gramaticografia não incide diretamente sobre a estrutura gramatical de uma língua – na condição de “objeto material” (cf. Swiggers, 2020) –, mas sobre as descrições e normatizações – o “objeto transformado” (cf. Swiggers, 2020) – que resultam do trabalho analítico que gramáticos desenvolvem a respeito dessa estrutura. A distinção pode ser elucidada a partir do exemplo apresentado por Mesquita e Vieira (2025, p. 41) para caracterizar a natureza dos objetos passíveis de serem investigados pela historiografia da gramaticografia:

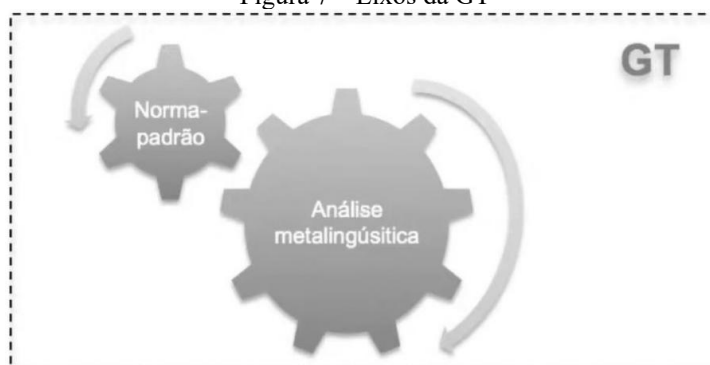
No caso de uma pesquisa em historiografia da gramaticografia, não se busca descrever, por exemplo, o português no Brasil do século 19: o que interessa é analisar e interpretar aquilo que um ou vários gramáticos da época pensaram sobre essa língua, e de que maneira as formulações desses autores se articulam ao contexto histórico e às reflexões realizadas por outros agentes gramaticográficos.

Nesse sentido, nos moldes da Figura 6, a meta-historiografia da gramaticografia à qual se dedica esta subseção ampara teórico-metodologicamente a historiografia da gramaticografia que ora construo a respeito da ação dos gramáticos quinhentistas sobre estruturas e dados gramaticais relativos à normatização da vírgula no contexto lusitano. Início a discussão, na subseção a seguir, pela caracterização epistemológica da tradição de pesquisa no interior da qual se produzem as fontes primárias a serem analisadas neste trabalho: a GT.

### **2.7.1 Gramática tradicional: eixos, diretrizes e linhagens gramaticográficas**

Adoto a perspectiva de Vieira (2020b) para compreender o amplo construto teórico conhecido pelo rótulo de “gramática tradicional” ao qual se vinculam os conhecimentos aqui investigados. O autor destaca o caráter difuso e impreciso do alcance referencial associado ao termo, dada a diversidade de sentidos implicados em seus usos cotidianos, seja como livro, conteúdo ou metodologia de ensino, doutrina não científica, tipo de gramática, disciplina ou área do conhecimento. A despeito de uma flagrante polissemia, todos esses usos remetem a pelo menos um dos dois eixos que, no modelo proposto por Vieira (2020b), conforme pontuado na subseção 1.1.2.1, alicerçam a GT: a norma-padrão e a análise metalinguística. Segundo o autor, eles interagem entre si à semelhança de duas engrenagens em atividade na composição de um mesmo mecanismo:

Figura 7 – Eixos da GT



Fonte: Vieira (2020b, p. 89)

O primeiro eixo, o da norma-padrão, é o campo da escrita e da fala ditas corretas, regidas por regras e convenções fonéticas/fonológicas, morfológicas e sintáticas que constroem um modelo idealizado de língua cujo parâmetro é a produção literária do passado, sobretudo oitocentista no caso da tradição luso-brasileira. Já o segundo eixo, o da análise metalinguística, é o campo das técnicas de descrição e explicação das estruturas fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua, processo que demanda um aparato categorial e nocional específico. Cada eixo está relacionado a uma propriedade da GT – respectivamente, reguladora e analítica – e pode ser explicado a partir de um conjunto de diretrizes. Essa configuração epistemológica se fundamenta na noção de tradição de pesquisa, do filósofo estadunidense Larry Laudan (1941-2022), a partir da qual Vieira (2020b) atribui à GT status de teoria linguística (e, portanto, científica), a despeito de seu caráter pedagógico e normativo, das limitações terminológicas e conceituais motivadas pelo aprisionamento a sistemas taxonômicos como a NGB e da diversidade de modelos epistemológicos que conformam os produtos dessa tradição.

Para Laudan (2011), é necessário diferenciar dois tipos de redes proposicionais no universo do que se costuma designar “teoria científica”. Na primeira acepção, a expressão nomeia “um conjunto específico de doutrinas relacionadas (comumente chamadas ‘hipóteses’, ‘axiomas’ ou ‘princípios’) que pode ser usado para se fazerem previsões experimentais específicas e dar explicações pormenorizadas dos fenômenos naturais” (Laudan, 2011, p. 100). As afinidades entre várias dessas teorias as situam no âmbito de um domínio epistemológico mais global ou, na terminologia de Laudan (2011, p. 101), uma maxiteoria ou tradição de pesquisa, a segunda acepção de teoria científica, correspondente a “um conjunto de doutrinas ou suposições mais gerais, mais difíceis de se testar”. Se abstrairmos a natureza experimental dos empreendimentos investigativos a que se refere o autor, poderíamos dizer que a teoria dos signos de Ferdinand de Saussure, a glossemática de Louis Hjelmslev (1899-1965) e o

distribucionalismo de Leonard Bloomfield (1887-1949) são ilustrativos da primeira acepção. Em que pesem suas idiossincrasias doutrinárias, todas essas teorias individuais compartilham de pressupostos metafísicos e metodológicos que nos permitem agrupá-las em uma mesma tradição de pesquisa, o estruturalismo, também uma teoria científica, na segunda acepção apresentada por Laudan (2011). Como ocorre com toda disciplina intelectual, diversas outras maxiteorias, simultâneas ou sucessivas, atravessam a história da linguística: a linguística histórico-comparativa, o gerativismo, a sociolinguística, a linguística de texto, o funcionalismo, as teorias do discurso, etc.

De acordo com Laudan (2011), a maxiteoria costuma ter uma longa história, durante a qual pode passar por reformulações significativas. A ela cabe indicar, na forma de diretrizes, o recorte das entidades passíveis de investigação, as formas como elas podem interagir e os métodos à disposição do pesquisador que atua numa das teorias por ela abarcadas. Estas, por sua vez, têm a função de explicar os problemas empíricos da área, circunscrevendo-os à ontologia que define a tradição de pesquisa. Uma teoria estruturalista, por exemplo, não pode se propor a estudar um objeto externo ao sistema linguístico ou recorrer ao contexto sócio-histórico para descrever uma forma linguística, pois, na concepção de Laudan (2011, p. 113), “tentar o que é proibido pela metafísica e pela ontologia de uma tradição de pesquisa é colocar-se fora dessa tradição e repudiá-la”.

Se, em conformidade à concepção de linguística própria da HL, extrapolamos seus atuais contornos institucionais (cf. subseção 2.1), incluímos também a GT entre as tradições de pesquisa que compõem a história da linguística. Segundo Vieira (2020b), cinco diretrizes epistemológicas a definem, três dando sustentação à norma-padrão e duas à análise metalinguística, como informa o Quadro 16:

Quadro 16 – Diretrizes epistemológicas da GT

Eixo da norma-padrão	Eixo da análise metalinguística
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretriz nº 1 – a GT busca construir e ensinar um padrão linguístico idealizado a partir da prescrição de supostas formas e construções corretas e legítimas.</li> <li>• Diretriz nº 2 – a GT promove uma visão de língua invariável e imutável, interdita ou ignora a diversidade linguística e combate a suposta deterioração do padrão idealizado.</li> <li>• Diretriz nº 3 – a GT privilegia a escrita literária do passado em detrimento de outras esferas discursivas e outras sincronias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diretriz nº 4 – a GT toma a oração, máxima unidade de análise, como a expressão de um juízo, dotada de sentido completo.</li> <li>• Diretriz nº 5 – a GT utiliza um aparato categorial e conceitual oriundo da filosofia grega e da gramática greco-latina, adaptado às diferentes línguas modernas</li> </ul>

Fonte: Vieira (2020b, p. 94)

Ao abordar a primeira diretriz, concernente ao padrão linguístico idealizado, Vieira (2020b) destaca que a singularidade epistemológica da GT em relação a todas as outras teorias que descrevem a estrutura e o funcionamento da língua a partir de seus componentes fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos é a sua finalidade pedagógica e normativa. Tal especificidade, assinala o autor, remonta à primeira gramática do Ocidente, a *Tékhnē grammatikē*, do alexandrino Dionísio Trácio (170-90 AEC), cujos objetivos eram reconstruir, padronizar e preservar o grego clássico através da uniformização das distintas formas gramaticais encontradas nas várias versões dos textos literários clássicos (sobretudo Homero e Hesíodo). Tal procedimento, além de construir um padrão gramatical idealizado (distante dos dialetos gregos da época), convertiam a obra de Dionísio num manual pedagógico direcionado àqueles que desejassem estudar e compreender o chamado “grego homérico” ao lidar com os textos da literatura clássica.

A segunda diretriz é responsável por uma visão de língua imutável e invariável que fomenta a preservação do padrão idealizado e, conseqüentemente, a interdição das variedades e o apagamento das mudanças linguísticas, ambas assumidas como deteriorações das formas corretas que constituem a norma-padrão. Em virtude dessa diretriz, Vieira (2020b) avalia que, mesmo quando se inicia a nossa produção gramaticográfica, no século 19, as características lexicais, gramaticais e de pronúncia dos usos brasileiros são tratadas, de forma depreciativa, como “vícios”, “provincianismos”, “solecismos” e “brasileirismos” ou, no máximo, relegadas ao plano da fala coloquial. A crença de que a língua dos brasileiros é inferior à dos portugueses segue presente nas gramáticas produzidas durante o século 20, ainda em circulação no Brasil. Isso porque, conforme argumenta o autor, a construção normativa da GT é balizada por uma atitude ideológica de reverência ao passado, seja a língua lusitana oitocentista ou mesmo as regularidades do latim. Historicamente, sempre houve uma distância temporal entre os agentes de padronização linguística e a literatura que, para tanto, era tomada como modelar, mesmo nos pioneiros gestos de gramatização do grego pelos alexandrinos.

A terceira diretriz institui a escrita literária do passado, detentora das formas gramaticais consideradas mais corretas, como parâmetro de uniformização linguística. Vieira (2020b) aponta a longevidade histórica dessa diretriz, manifesta sobretudo no exemplário das prescrições da GT, desde o processo de normatização do grego clássico (baseada nos escritos de autores como Homero e Hesíodo), passando pela gramatização do latim (baseada na escrita de poetas, dramaturgos e historiadores do passado, como Cícero, Virgílio, Horácio, Tito Lívio, Ovídio e Petrônio), até chegar à gramatização do português (também baseada em escritores

brasileiros e, principalmente, portugueses representativos do cânone, cuja produção literária raramente ultrapassa o século 19).

A quarta diretriz estabelece o escopo das análises da GT dentro dos limites estruturais da oração. Vieira (2020b) opta por abordá-la demarcando um posicionamento contrário ao que ele denomina discurso antigramática, oriundo das críticas que a linguística contemporânea, sob a reivindicação de mais espaço para objetos e fenômenos linguísticos relacionados à língua em uso, direciona à análise imanente da oração no ensino de português. O autor argumenta que a insuficiência da GT na abordagem pedagógica da língua em suas múltiplas dimensões não torna essa teoria dispensável ao ensino. A análise da oração descontextualizada com base no aparato categorial e conceitual greco-latino é julgada inconsistente pelos críticos à GT por sua negligência à dimensão textual e discursiva da língua. Entretanto, numa reconstrução historiográfica do processo que levou à configuração da oração como objeto privilegiado da GT, Vieira (2020b) evidencia que o estudo de fenômenos que o extrapolem está fora do alcance da teoria por ela engendrada. Nos termos de Laudan (2011), o procedimento negaria uma diretriz basilar da tradição de pesquisa, situando-se, portanto, fora dela. Vieira (2020b) assevera que toda a tradição gramatical, desde seu surgimento entre os gramáticos alexandrinos até as gramáticas do português atualmente em circulação, sempre foi atravessada pela concepção de oração como unidade formal dotada de sentido completo do ponto de vista lógico-semântico. Isso significa, explica o autor, ser capaz de expressar um juízo ou, noutras palavras, poder ser avaliada como verdadeira ou falsa independentemente de contexto situacional, sócio-histórico, cognitivo ou linguístico.

A quinta e última diretriz refere-se à rede nocional e terminológica de origem greco-latina e adaptada às línguas modernas utilizada pela GT em seus gestos descritivos e normativos. Para explicar a identidade de metalinguagem e a homogeneidade conceitual verificada ao longo da história da gramática de diferentes línguas do Ocidente, a despeito de pontuais discontinuidades, Vieira (2020b) fundamenta-se num conceito de Auroux (2014) já abordado na subseção 2.4 e pormenorizado na próxima subseção: a gramática latina extensa ou estendida. Vieira (2020b) demonstra que, entre João de Barros e a NGB, do século 16 ao 20, a pluralidade de critérios classificatórios (morfológicos, semânticos, funcionais e/ou metalinguísticos) que governaram o estabelecimento e as definições das partes do discurso ou das classes de palavras não desmantela a predominante continuidade terminológica das gramáticas em relação à taxonomia greco-latina. No contexto brasileiro, salienta o autor, as poucas diferenças terminológicas existentes entre as obras gramaticais do século 20 foram



neutralizadas em favor da reprodução da rede de metatermos sugeridas pela NGB após a sua adoção pelo currículo escolar e pelo mercado editorial em todo o território nacional.

Todas as obras identificadas como gramáticas tradicionais, por integrarem uma mesma tradição de pesquisa, atendem necessariamente às cinco diretrizes acima discutidas. Nos limites desse universo epistemológico, existe margem para a criação dos diferentes modelos teóricos que guiaram a produção gramaticográfica no decorrer de sua história. Afinal, a tradição de pesquisa, como já apontado, apenas indica as suposições mais gerais que devem alicerçar o desenvolvimento de teorias específicas a ela associadas. Nesta tese, as configurações epistemológicas da gramaticografia portuguesa do século 16 serão analisadas a partir das características que situam as obras gramaticais então produzidas no âmbito das linhagens de produção gramaticográfica propostas por Faraco e Vieira (2021), às quais fiz alusão em algumas ocasiões nesta seção (cf. subseções 2.4, 2.5 e 2.6). Ao longo da história, registram-se três delas: a latinizada, a racionalista e a empirista.

A linhagem latinizada se define por um forte laço retórico e prático com a gramática latina, de modo que, segundo Faraco e Vieira (2021), não apenas os gramáticos reivindicam tal vínculo no plano do discurso, mas também fazem essa filiação retórica se refletir no uso de um aparato categorial e conceitual de origem greco-latina para fins de descrição gramatical e no direcionamento normativo das regras que pautam a escrita e a fala corretas. Nesse sentido, a estrutura da língua gramatizada e as formas consideradas modelares têm como parâmetro a língua latina. Na subseção 2.4, ao tratar da sintaxe de casos na gramática de João de Barros (1540), fiz referência ao exemplo mais emblemático de latinização do português: a declinação dos nomes em casos. Esse procedimento foi recorrente até a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), de Antônio José dos Reis Lobato, considerada por Faraco e Vieira (2021, p. 476) a “última grande sistematização” da linhagem latinizada no contexto lusófono. Um outro exemplo representativo da relação especular com as estruturas do latim citado pelos autores é a atribuição de quatro conjugações verbais ao português por Jerônimo Contador de Argote (1725). A aproximação entre as duas línguas, no caso de ambos os gramáticos, assim como de outros filiados à linhagem em questão, favorecia o caráter propedêutico que, para eles, a gramática vernácula assumia em relação à aprendizagem do latim.

Se o progressivo abandono da linhagem latinizada na gramaticografia portuguesa espera o fim dos Setecentos para se concretizar, desde o início do mesmo século a França já contava, conforme a análise de Faraco e Vieira (2021), com obras que, impulsionadas por uma perspectiva logicista e universalizante, questionava a modelização das línguas europeias modernas às peculiaridades estruturais do latim. Nascia, então, a linhagem que os autores

denominam racionalista, influenciada especialmente pelo italiano Júlio César Escalígero (1484-1584) e pelo espanhol Francisco Sanchez de las Brozas (1523-1600), que propuseram a gramatização do latim com base na *ratio*, e não, como defendia a tradição humanista, nos usos da literatura clássica. Tal orientação, de acordo com Faraco e Vieira (2021), implicava um deslocamento quanto à finalidade analítica da produção de gramáticas – da glorificação da *latinitas*<sup>114</sup> para a investigação das causas e dos princípios subjacentes à ordenação das estruturas linguísticas – e culminou na publicação em 1660 da já referida *Gramática de Port-Royal*, de Arnauld e Lancelot. Eles defendiam uma gramática que permitisse ir além dos usos, buscando compreender suas razões. Em vez da sintaxe de casos, espelhada no latim, é comum às gramáticas racionalistas (ou filosóficas) descrever a estrutura das orações em sua dimensão proposicional a partir das noções tidas como universais de sujeito, verbo substantivo (ou cópula) e atributo. No âmbito da gramaticografia portuguesa, a linhagem racionalista só se instala efetivamente com a *Grammatica philosophica* de Jerônimo Soares Barbosa (1822), muito embora obras anteriores como as de Contador de Argote (1725) e de Reis Lobato (1770) já fizessem referência pontual a Port-Royal, sem repercussão teórica ou analítica, contudo, nos gestos descritivo-normativos que as constituem (Faraco; Vieira, 2021).

A classificação de Faraco e Vieira (2021) prevê, ainda, uma terceira via de produção gramaticográfica que, iniciada por Claude Buffier (1709), também se contrapunha à linhagem latinizada na França setecentista: a linhagem empirista. Entretanto, a *ratio* com a qual os racionalistas combatiam a subserviência ao modelo greco-latino de descrição gramatical é aqui substituída pelo *usus* (Faraco; Vieira, 2021; Vieira; Faraco, 2025). Noutras palavras, ao passo que o foco do racionalismo são os princípios gerais dos quais as peculiaridades de qualquer língua seriam tributários, o empirismo volta-se justamente ao que as línguas têm de particular, ao seu gênio. Os gramáticos empiristas defendem que a gramática serve à língua e não o oposto: à língua não cabe se conformar à gramática latina nem às categorias abstraizantes das gramáticas lógico-filosóficas. Por isso, em vez de se firmar numa base dedutiva, a linhagem empirista ambiciona descrever, por meio de regras, os usos da língua gramatizada (ainda que modelares, em conformidade às diretrizes teórico-metodológicas da GT). O mesmo anacronismo doutrinal que caracteriza a recepção tardia da linhagem racionalista no contexto lusófono ocorre com a linhagem empirista: de acordo com Faraco e

<sup>114</sup> De acordo com Faraco e Vieira (2021, p. 477), “*latinitas*” é um termo latino que faz referência a “uma espécie de latinidade linguística pura, original e ideal”, um modelo de correção linguística baseado na tradição poética clássica e nos usos dos cidadãos romanos cultos. Esta definição fundamenta-se em Fortes (2012). Cf. FORTES, F. Uso, variação e norma na tradição gramatical latina. **Signum**: Estudos Linguísticos, Londrina, n. 15, v. 2, p. 197-214, dez. 2012.

Vieira (2021), só em 1799 este modelo epistemológico fundamenta um produto da gramaticografia portuguesa, a obra *Rudimentos da Grammatica Portuguesa, cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, inicialmente publicado sem autoria e futuramente atribuído a Pedro José da Fonseca. Os pesquisadores indicam, ainda, que a concepção de gramática como conjunto de regras particulares de uma língua, própria da linhagem empirista, orienta também os gramáticos brasileiros oitocentistas que se alinhavam retoricamente aos princípios da linguística histórico-comparativa.

As três linhagens, na formulação de Faraco e Vieira (2021) e de Vieira e Faraco (2025), sucedem-se umas às outras – no universo das línguas românicas, surgem respectivamente com a gramática castelhana de Nebrija, a *Gramática de Port-Royal* e a gramaticografia francesa do início do século 18 –, mas não necessariamente se substituem. Quatro situações apresentadas e exemplificadas pelos autores evidenciam dinâmicas por meio das quais as linhagens podem conviver num mesmo tempo histórico (ou até numa mesma obra): i) a coocorrência de linhagens; ii) a avaliação e a escolha de linhagens; iii) a crítica conflitante a outras linhagens; e iv) o entrecruzamento de linhagens (Vieira; Faraco, 2025).

No primeiro caso, diferentes linhagens orientam a produção de obras publicadas numa mesma época, a exemplo da coexistência das linhagens latinizada e racionalista proporcionada respectivamente pelas contínuas reedições das gramáticas de Reis Lobato (de 1770 a 1870) e de Soares Barbosa (de 1822 a 1881). No segundo caso, as linhagens são colocadas no centro de um processo decisório que as assume como alternativas possíveis para guiar a execução de um dado projeto gramaticográfico. Foi o que fez a *Real Academia Española* (RAE) nos debates que antecederam a produção de sua gramática, publicada em 1771, ao optar pelo modelo empirista em detrimento do modelo racionalista por considerar o primeiro mais adequado à feição pedagógica antevista para a obra. No terceiro caso, adota-se uma retórica de descontinuidade em relação a uma dada linhagem sem que necessariamente o fazer gramaticográfico do autor reflita seu total abandono em favor de outra linhagem. As contundentes críticas de Soares Barbosa (1822) às gramáticas de linhagem latinizada ilustram essa situação. Embora sua obra de fato inaugure o modelo racionalista na gramaticografia portuguesa, a rede taxonômica utilizada pelo gramático para a descrição da sintaxe da oração não dispensa os casos latinos, incorporando-os junto a metatermos ligados ao modelo centrado em relações lógicas (cf. subseção 2.4). Esse exemplo é elucidativo, ainda, do quarto e último caso, quando linhagens distintas se fundem numa mesma proposta gramaticográfica. Situação semelhante ocorre com a gramática de Júlio Pires Ferreira em relação às linhagens

racionalista e empirista, conforme demonstraram os resultados da dissertação de Mesquita (2023) (cf. subseção 2.6).

Desse modo, ao relacionar o processo de normatização da vírgula investigado nesta tese com os modelos epistemológicos de produção gramaticográfica (cf. objetivo específico *a*, na subseção 1.3), não me limito a estabelecer uma correspondência unívoca entre as fontes primárias e cada uma das linhagens teorizadas por Faraco e Vieira (2021). Nessa análise, levo em consideração, como destacado no parágrafo anterior, as múltiplas possibilidades de expressão dos princípios que caracterizam as linhagens na produção de uma gramática. Além disso, entendo que apontar a repercussão de uma ou mais linhagens nas obras que compõem o *corpus* interessa a este trabalho na medida em que permite averiguar *se e como* esse vínculo epistemológico se manifesta nas escolhas teórico-metodológicas que respaldam o quadro normativo apresentado por cada gramático para os usos da vírgula. Note-se, por exemplo, que a percepção das distorções metalinguísticas presentes em Nunes (2006), analisadas na subseção 2.4, ampara-se majoritariamente na incompatibilidade entre a noção de função sintática, engendrada a partir das produções vinculadas à linhagem racionalista, e a concepção de sintaxe, característica da linhagem latinizada vigente no século 17, como associação de palavras (partes do discurso) por relações formais centradas nos casos latinos.

Nesse sentido, a relação com as linhagens gramaticográficas destacada no objetivo específico *a* (cf. subseção 1.3) também poderá ser identificada pela análise dos elementos focalizados nos demais objetivos, tais como: a argumentação por trás da consolidação, da mudança ou do apagamento de definições, regras e exemplos (cf. objetivo específico *c*, na subseção 1.3); as concepções e os fenômenos de sintaxe, bem como as relações entre oralidade e escrita subjacentes à normatização (cf. objetivo específico *b*, na subseção 1.3); continuidades e descontinuidades na metalinguagem gramatical empregada na abordagem da vírgula (cf. objetivo específico *d*, na subseção 1.3); as formas de abordagem e as estratégias de apresentação utilizadas (cf. objetivo específico *e*, na subseção 1.3). Essa inter-relação entre os objetivos específicos reflete tanto a convergência em torno de um objetivo geral em comum – a descrição e a interpretação de como se desenvolveu o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 – quanto a indissociabilidade entre conteúdo e contexto na pesquisa historiográfica (cf. subseção 2.2).

### 2.7.2 Gramatização e calibragem das línguas

Outro conceito central para esta tese, além da GT, abordada na subseção anterior, é a “gramatização”, termo utilizado inúmeras vezes desde a introdução do trabalho. Na acepção a que me refiro, ele foi criado e desenvolvido por uma importante liderança intelectual da HIL, o francês Sylvain Auroux, na obra *A revolução tecnológica da gramatização*, publicada no Brasil em 1992 e citada neste trabalho pela 3ª edição, de 2014<sup>115</sup>. Mais recentemente, Swiggers (2021) concebeu um modelo teórico que, centrado no conceito de “calibragem”, trata a dimensão interna do conhecimento linguístico como matéria técnica e propõe-se substitutivo à referida noção do primeiro autor. Apesar da filiação disciplinar desta tese, não me restrinjo ao modelo de Swiggers (2021) tendo em vista a larga tradição (e a produtividade) do conceito de gramatização nas pesquisas historiográficas cujo objeto circunscreve-se à gramaticografia, inclusive aquelas conduzidas no âmbito da HL. Além disso, penso que conhecer os contornos epistemológicos da abordagem de Auroux (2014) é essencial para identificar o teor das discontinuidades (e das eventuais continuidades) reivindicadas por Swiggers (2021). Assim, nesta subseção, trato das ideias de ambos os autores, procurando aplicá-las aos movimentos analíticos que tecem a historiografia que busco construir sobre o processo histórico de normatização da vírgula.

O ponto de partida de Auroux (2014, p. 12) para abordar a gramatização é o pressuposto de que “todo conhecimento é uma realidade histórica” e, conseqüentemente, não se constrói em bases meramente lógicas que permitiriam desbravar a verdade, mas situa-se necessariamente numa “temporalidade ramificada”, entre um horizonte de retrospecção e um horizonte de projeção:

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o reorganiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (Auroux, 2014, p. 12).

Os conhecimentos linguísticos, portanto, assumem determinados contornos em função do processo histórico no qual se inserem, relacionando-se uns com os outros numa espécie de linha do tempo. A linhagem latinizada de produção gramaticográfica (cf. subseção 2.7.1), por

<sup>115</sup> Nessa obra, Sylvain Auroux propôs chamar de “gramatização” o conceito que abordo nesta subseção, mas, conforme verbete produzido pelo historiógrafo (cf. Auroux, 1995), há registros anteriores do mesmo conceito nomeado sob o rótulo “gramaticalização”, assim como do emprego de “gramatização” para designar o processo pelo qual se ensina gramática a alguém. O primeiro caso ocorre em *A formação histórica da língua portuguesa* (1955), de Francisco da Silveira Bueno, e em *O estudo das línguas exóticas no século XVI*, de Maria Leonor Carvalhão Buescu; o segundo caso ocorre em *L’institution du français* (1985), de Renée Balibar.

exemplo, privilegia o modelo greco-latino de descrição gramatical porque resgata de seu horizonte de retrospectão a valorização social do latim ao mesmo tempo que a reestrutura em benefício da consolidação nacional das línguas modernas europeias. Por outro lado, ao enaltecerem os vernáculos emergentes por meio de um processo de gramatização que os conformava à estrutura de uma língua sacralizada, os gramáticos renascentistas pavimentaram o caminho para o questionamento desse mesmo procedimento num horizonte de projeção adiante. Na temporalidade ramificada em que se situam as linhagens racionalista e empirista (cf. subseção 2.7.1), a equiparação entre o latim e as línguas europeias já conferira a estas últimas prestígio suficiente para que se começasse a questionar sua subserviência à gramática latina. Tal perspectiva histórica orienta o olhar desta tese para os quadros normativos produzidos na gramaticografia portuguesa do século 16, sempre analisados na relação constitutiva que eles estabelecem com um entorno intelectual que, por sua vez, constitui-se num inexorável encadeamento com um horizonte de retrospectão e um horizonte de projeção.

Em consonância, então, com essa perspectiva de historicização do conhecimento, Auroux (2014, p. 65) define gramatização como “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Cabe destacar que o ato de instrumentar uma língua implicado na produção de uma gramática (ou de um dicionário) é o que justifica o uso do hiperônimo “instrumento linguístico” para designar qualquer dos produtos do processo de gramatização. Para explicar o termo, Auroux (2014) faz uma analogia entre o prolongamento que um martelo propicia à mão e o prolongamento que um instrumento linguístico proporciona à fala natural: no caso das gramáticas, é o conjunto de regras e formas linguísticas ofertadas ao consulente que pode se incorporar ao seu uso da língua.

Embora Auroux (2014) não o mencione entre os instrumentos linguísticos derivados da gramatização, estendo o mesmo raciocínio ao segundo tipo de fonte que integra o *corpus* desta tese, os tratados ortográficos (ou simplesmente as ortografias), cujos processos de descrição e instrumentação incidem sobre o código escrito de uma língua. Tal extensão coaduna-se à posição teórica de Gonçalves (2018, p. 279-280), que, ao tratar da padronização dos usos proporcionada pelo processo de gramatização, faz referência a três gêneros textuais constitutivos do que denomina “tríade codificadora”:

A ortografia fixa a norma gráfica; a gramática fornece o padrão (norma) para distintos níveis do sistema (sons, palavras e orações/frases); o dicionário alfabeto, define e descreve o uso das unidades lexicais. Na medida em que os três respondem a problemas do mesmo processo, revelando as diversas funções da escrita – sociais, culturais e simbólicas – e cooperando, em conjunto, para a constituição de uma

memória textual em vernáculo, a relação entre estes três gêneros é natural e estreita.<sup>116</sup>

O desenvolvimento histórico do processo de gramatização, de acordo com Aroux (2014), perdura do Renascimento europeu ao século 20 e desencadeia o que o autor considera a segunda revolução técnico-linguística vivenciada pela humanidade, intimamente ligada à primeira, o advento da escrita. O caráter revolucionário da gramatização remete à criação de uma rede homogênea de comunicação sem precedentes, que, partindo de uma única tradição linguística (a greco-latina), repercute, a princípio, em praticamente todas as línguas nacionais emergentes na Europa ocidental e, na sequência, nas outras línguas gramatizadas para além desses limites geográficos. O ponto de inflexão instaurado no Renascimento revoluciona, na avaliação de Aroux (2014), pelos efeitos duradouros impostos à vida social, e não por romper com a ciência normal nos termos de uma mudança paradigmática kuhniana (cf. subseção 2.6). Desse modo, os deslocamentos de interesse que eventualmente afetam o fazer gramaticográfico da época não o transportam para fora dos contornos epistemológicos da GT (cf. subseção 2.7.1), que já ancoravam as gramáticas produzidas desde a Antiguidade clássica.

A história da gramatização convida a não abandonar totalmente uma concepção cumulativa e progressiva em matéria de história das ciências, em proveito de uma concepção puramente descontinuísta. Que o saber empírico elementar possa se conservar e acumular é a condição de possibilidade da própria gramatização: de um lado, este é um processo que se persegue a (muito) longo prazo; de outro, a gramatização das línguas do mundo não teria nenhuma chance de ser finalizada um dia se fosse necessário fazer tábua rasa em cada mudança de moda ou de teoria (Aroux, 2014, p. 87).

São os três fatores impulsionadores da gramatização massiva das línguas europeias destacados por Aroux (2014) que revelam a natureza da revolução tecnológica por ela implementada: a renovação da gramática latina, a invenção da imprensa e a exploração colonialista que acompanha a constituição dos Estados nacionais europeus.

Quanto ao primeiro, o autor analisa o papel social do latim nos momentos iniciais desse processo a partir da dialética entre um fator de fragmentação e um poderoso fator de unificação, respectivamente: o espaço crescente das línguas neolatinas em detrimento do papel vernacular do latim após o esfacelamento do Império Romano do Ocidente; e a permanência do latim como língua de cultura, vinculada às atividades administrativas, intelectuais e religiosas das nações emergentes. Pouco a pouco, à medida que as línguas europeias se consolidavam e fortaleciam suas identidades nacionais, o latim foi se tornando,

---

<sup>116</sup> Neste último período, Gonçalves fundamenta-se em Verdelho (1995).

para os europeus, uma segunda língua, via de acesso à cultura escrita e à erudição. O componente necessariamente pedagógico das gramáticas latinas (gramáticas tradicionais são necessariamente pedagógicas; latim, na condição de língua não materna, demanda aprendizagem formal) vai progressivamente ganhando um caráter mais generalista, tornando-se “uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a toda língua, inclusive a língua materna” (Auroux, 2014, p. 43). Isso explica o fundo latino que, segundo Auroux (2014), confere à gramatização das línguas europeias uma surpreendente unidade teórica e metalinguística, originando uma rede conceitual cuja amplitude conduz o autor a denominá-la “Gramática latina estendida [ou extensa]” (Auroux, 2014, p. 46). Nesse sentido, não apenas a tradução das gramáticas latinas amparava a gramatização dos vernáculos, como as gramáticas resultantes desse processo (gramáticas de línguas europeias, portanto) poderiam servir de base para a produção de outras gramáticas – não necessariamente da mesma língua. Era o fundo latino de uma gramática conferindo latinidade a outra, papel que, de acordo com Auroux (2014), no contexto lusófono, coube à gramática de João de Barros (1540).

No que diz respeito à imprensa, Auroux (2014) avalia que, junto à gramatização, ela integra uma mesma revolução técnico-linguística, uma acompanhando o desenvolvimento da outra no mundo ocidental. Os primeiros instrumentos linguísticos de descrição e normatização dos vernáculos europeus são elaborados quando a criação de Gutemberg já estava à disposição do homem moderno. Como argumenta Auroux (2014), um livro, um rolo de pergaminho e um manuscrito medieval são objetos culturais distintos porque, entre eles, a escrita ganha dimensões igualmente distintas. No ateliê do impressor, diferentemente do que ocorria com o ateliê do copista, separam-se a produção intelectual e a reprodução material. Ademais, o recrudescimento da circulação de textos proporcionado por uma tecnologia que acelera a execução de um ofício antes fundado na transcrição manual incrementa o valor atribuído à inovação teórica, impulsionando-a por seu poder de “fornecer aos impressores, que os comprem, produtos frescos” (Auroux, 2014, p. 56). Outra consequência da invenção da imprensa sobre a gramatização dos vernáculos é a padronização tipográfica que, conforme Auroux (2014), incide sobre a ortografia, a pontuação e a regularização da morfologia, cuja regulamentação, nem sempre em concordância com autores e gramáticos, paulatinamente extrapola os limites de cada ateliê e passar a circunscrever-se a todos aqueles que trabalham com a mesma língua, desprendendo-se de fronteiras geográficas.

Por fim, os projetos colonialistas dos países europeus também exercem forte impacto sobre o processo de gramatização renascentista. Eles explicam, na ótica de Auroux (2014), a simultaneidade da gramatização das línguas do mundo, que se alastra sobretudo na América



do Sul e Central. O autor inclui a gramática entre as ciências humanas que, do século 15 ao 18, constituem “um investimento e uma aposta econômica e social” (Auroux, 2014, p. 61) superior até mesmo ao que representavam as ciências da natureza no mesmo período.

A gramática, produto por excelência do processo de gramatização, apresenta um conteúdo relativamente estável, distribuído, segundo Auroux (2014), nas seguintes partes: ortografia ou fonética (opcional), partes do discurso, morfologia ou etimologia, sintaxe e figuras de construção. Compõe-se, ainda na concepção do autor, de três elementos mínimos: i) uma categorização das unidades; ii) exemplos; e iii) regras mais ou menos explícitas para a construção de enunciados.

A categorização de unidades subsume dois movimentos interligados que concorrem para uma representação teórica da língua: a fragmentação da cadeia falada e a classificação dos elementos resultantes desse processo na forma de termos teóricos. Eles englobam principalmente as partes do discurso, mas também incluem termos mais globais, como “palavra” e “enunciado”, cuja abordagem, adverte Auroux (2014), costuma ser insuficiente a despeito das significativas implicações que eles podem suscitar. A relevância dos termos teóricos globais para a compreensão do quadro teórico de uma obra gramatical foi sugestionada nesta seção quando, ao revisitar a análise empreendida por Nunes (2006) a respeito da normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa seiscentista, pontuei algumas consequências da tripla acepção que, segundo a autora, o termo “oração” poderia assumir nas fontes investigadas (cf. subseção 2.4). Entender como uma gramática fragmenta a cadeia falada e classifica suas unidades me parece basilar para desvelar o modo como o uso da vírgula se relaciona com essa categorização, seja para representar a delimitação das unidades, os efeitos prosódicos associados e/ou as diferentes possibilidades de relações sintático-semânticas entre elas estabelecidas. As suboperações que constituem o processo de calibragem das línguas no modelo de Swiggers (2021), pormenorizadas adiante, ainda nesta subseção, serão particularmente produtivas para cumprir essa finalidade analítica.

Os exemplos, nas palavras de Auroux (2014, p. 67), são “o núcleo da língua normatizada”. Têm sua origem em citações ou excertos de um *corpus* ou podem, ainda, ser fabricados pelo próprio gramático, em todos os casos representando uma dada realidade linguística na condição de construto teórico. Por vezes são traduzidos de língua a língua, entre uma gramática e outra, de maneira que Auroux (2014, p. 67) lhe atribui “uma espantosa estabilidade no tempo”. Na visão do autor, é tamanha a importância de sua constituição para o processo de gramatização que, além de justificar descrições e regras, eles podem atuar contra estas últimas ou mesmo tomar o seu lugar, disfarçando sua ausência ou a impossibilidade de

sua formulação pelo gramático. No presente trabalho, a correlação com as regras fundamenta a identificação dos condicionantes que orientam o uso da vírgula nos exemplos arrolados nas fontes primárias. Por isso, é preciso ter cautela ao analisar eventuais exemplos dissociados de regras explicitamente formuladas, interpretando-os em conformidade aos critérios que governam o quadro normativo delineado pelo autor (cf. princípios da imanência e da contextualização, na subseção 2.4) e, assim, evitando-se o automatismo presentista que pode levar à interpretação de um dado uso da vírgula com base na lógica subjacente à normatização contemporânea.

As regras são a forma por meio da qual os gramáticos “reduzem” a língua gramatizada, ofício que representa, de acordo com Auroux (2014), um considerável problema intelectual, sobretudo se considerada a variabilidade diacrônica dos vernáculos europeus frente à estabilidade literária do latim. O autor explica que, no contexto do surgimento dos primeiros instrumentos linguísticos de gramatização, essa redução, pautada na discussão do que configuraria “bom uso”, não se dá apenas no plano teórico circunscrito a uma determinada obra gramatical, mas afeta também as próprias práticas linguísticas humanas:

Com a gramatização – logo a escrita, depois a imprensa –, e em grande parte graças a ela, constituíram-se *espaços/tempos de comunicação* cujas dimensões são incomparáveis ao que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática. [...] Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio lingüístico da humanidade (Auroux, 2014, p. 71).

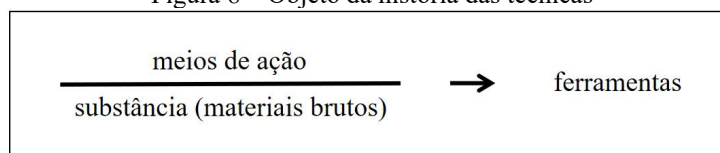
Para elaborar as regras que orientam a construção de enunciados na língua gramatizada, os gramáticos podem, segundo Auroux (2014), encará-las como prescrições ou descrições. O autor elenca algumas formas passíveis de serem empregadas com a finalidade de redigi-las em cada caso: passagens como “diga...”, “não diga...” ou “diz-se...” expressam a primeira opção; construções como “na língua L..., é enunciado correto” ou “eles dizem...” expressam a segunda. As proscições, portanto, na terminologia de Auroux (2014), estão subentendidas nas prescrições, por ele definidas como enunciados sem valor de verdade. Já as descrições consistem em afirmações suscetíveis de serem julgadas verdadeiras ou falsas e é nesse sentido que, na perspectiva do autor, toda gramática equivale a uma descrição linguística. Tais considerações sobre a formulação de regras no processo de gramatização alertam o historiógrafo para a necessidade de atentar para as diferentes estratégias das quais um gramático pode se valer para normatizar uma língua. Afinal, a descrição também atende a propósitos normativos e nem sempre as regras assumem feição prescritiva prototípica. Os

paradigmas sob forma tabular, por exemplo, são considerados “rigorosamente equivalentes a um conjunto de regras e podem por si sós ter a função de gramática” (Auroux, 2014, p. 67). Assim, o propósito de analisar as regras que prescrevem ou descrevem o emprego da vírgula na gramaticografia portuguesa demanda rastreá-las para além de suas formas explícitas, considerando globalmente as sequências expositivas e/ou argumentativas que compõem a abordagem do tema nas fontes investigadas.

O modelo de calibragem das línguas (cf. Swiggers, 2021), já referido ao longo desta subseção, dispensa o termo “gramatização” por considerá-lo sugestivo de uma operação única e por sua forte alusão ao termo “gramática”. Noutra via, para evitar a dissociação tanto dos dois instrumentos linguísticos mencionados por Auroux (2014) – gramáticas e dicionários – quanto dos textos ortográficos, Swiggers (2021, p. 48) avalia que “il conviendrait d’étendre le concept de ‘grammatisation’ à la ‘mise en format descriptif’”<sup>117</sup>. Por isso, propõe um conjunto de categorias aplicáveis à investigação de qualquer matéria técnica passível de ser estudada pela HL.

Esse olhar sobre a face interna do conhecimento linguístico (o conteúdo, cf. subseção 2.2) fundamenta-se em alguns pressupostos cujas consequências vão ao encontro da perspectiva teórica que conduz Auroux (2014) a caracterizar os produtos da gramatização como instrumentos linguísticos. O primeiro pressuposto assume que a própria linguagem por si só já é uma técnica, comparável a outras como a caça, a pesca, a percussão de objetos sólidos, a tecelagem ou a modelagem (Swiggers, 2021). Por conseguinte, o segundo pressuposto admite que a descrição de uma língua é uma técnica que incide sobre outra técnica. E, por fim, o terceiro pressuposto diz respeito à decorrente caracterização da HL como um campo interessado na história das técnicas, a qual investiga, conforme a Figura 8, a produção de ferramentas através da intervenção humana sobre uma substância ou matéria bruta:

Figura 8 – Objeto da história das técnicas



Fonte: Traduzido de Swiggers (2021, p. 43)

<sup>117</sup> Em português: “conviria expandir o conceito de ‘gramatização’ para ‘disposição em formato descritivo’” (tradução própria).

No caso específico da técnica de que se ocupa a HL, produzem-se ferramentas linguísticas – “*systèmes de symboles et fragments ou ensembles descriptifs à un niveau structurel*”<sup>118</sup> (Swiggers, 2021, p. 43) – através de meios de ação ou operações de natureza metalinguística sobre uma matéria bruta constituída de dados languageiros. É a conjunção dos meios de ação e das ferramentas analíticas que define a matéria técnica teorizada por Swiggers (2021) a partir de três dimensões: i) uma dimensão apreensiva ou contemplativa; ii) uma dimensão modeladora; e iii) uma dimensão aplicativa.

A primeira diz respeito à modelagem conceitual da matéria bruta, englobando, de acordo com o autor, questões como a função e o papel da língua, a função social e política de uma língua particular, a história das línguas, os aspectos diatópicos e diastráticos das línguas. Por considerar tênue a linha divisória entre preconcepções ideológicas e concepções argumentadas, Swiggers (2021) também utiliza o termo “miragem” para se referir a essa dimensão.

A segunda é responsável pela produção dos materiais primários que constituem a matéria técnica ou, noutras palavras, de uma ferramenta analítica para a lida com a língua enquanto matéria bruta. Trata-se de uma operação de “calibragem” porque se ancora na análise dos dados languageiros sobre os quais almeja propiciar um domínio mais eficiente, dirigindo-lhes, para tanto, um tratamento ao mesmo tempo redutor e estruturante.

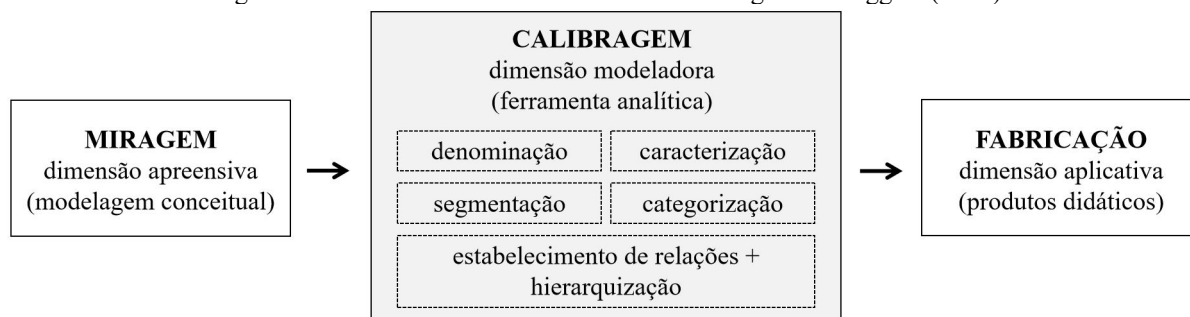
A terceira, enfim, faz uso do produto da operação de calibragem (a ferramenta analítica) e de um sistema de escrita para dar origem a materiais derivados, razão pela qual é também denominada “fabricação”. Os produtos fabricados pela dimensão aplicativa materializam-se na forma de textos. Dentre eles, interessa à HL, de acordo com Swiggers (2021), prioritariamente produtos didáticos relacionados ao trabalho analítico sobre a língua. Segundo o autor, sua forma prototípica são os manuais escolares, mas outros gêneros voltados ao ensino, à memorização ou à “ilustração” de uma língua incluem-se entre os textos didáticos investigados pela HL, tais como catecismos, confessionários, peças de teatro, poesias, atlas comentados e tratados de lógica.

A Figura 9 sintetiza o modelo teórico a partir do qual Swiggers (2021) explica a constituição em três dimensões da matéria técnica tomada como objeto pela HL:

---

<sup>118</sup> Em português: “sistemas de símbolos e fragmentos ou conjuntos descritivos em um nível estrutural” (tradução própria).

Figura 9 – Dimensões da matéria técnica da HL segundo Swiggers (2021)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Longe de implicar qualquer tipo de hierarquia entre as dimensões, o destaque para a dimensão modeladora na representação da Figura 9 apenas reflete o detalhamento e a ênfase com que Swiggers (2021) aborda no intuito de especificar como se dá a construção de ferramentas analíticas às quais se pode reduzir a estrutura de uma língua. Os termos apresentados nos retângulos pontilhados remetem à definição de calibragem como “un ensemble de démarches (ou sous-opérations) par lesquelles les données langagières analysées sont façonnées ou ‘calibrées’ de telle manière qu’elles sont rendues maîtrisables dans des formats terminologiques et descriptifs”<sup>119</sup> (Swiggers, 2021, p. 48). Se Auroux (2014) já pressupunha na formulação de regras a redução da língua gramatizada, o modelo de Swiggers (2021, p. 50) fortalece a centralidade desse procedimento ao definir as cinco suboperações subsumidas no processo de calibragem como “manœuvres réductrices”<sup>120</sup> que atuam no sentido de “fournir un moyen de notation, une mise en inventaire de formes, et un dispositif de structuration”<sup>121</sup>.

Nesse sentido, o autor assim descreve cada suboperação: i) a denominação recai tanto sobre a matéria linguística analisada quanto sobre algumas de suas propriedades; ii) a caracterização fornece informações a respeito da situação geográfica e da ancoragem social da variedade linguística sob análise; iii) a segmentação produz unidades gráficas passíveis de combinação ou unidades de tratamento lexical e gramatical; iv) a categorização, de interesse focal para gramáticas e secundário para dicionários, estabelece classes e, ainda, as propriedades que as distinguem, seja no plano gráfico, fônico ou morfossintático; v) o estabelecimento de relações e a hierarquização instituem vínculos de naturezas diversas

<sup>119</sup> Em português: “um conjunto de procedimentos (ou suboperações) através dos quais os dados languageiros analisados são modelados ou ‘calibrados’ de tal maneira que eles se tornam domináveis em formatos terminológicos e descritivos” (tradução própria).

<sup>120</sup> Em português: “manobras redutoras” (tradução própria).

<sup>121</sup> Em português: “fornecer um meio de notação, um inventário de formas e um dispositivo de estruturação” (tradução própria).

(combinabilidade, incombinabilidade, equivalência, inclusão entre unidades ou classes, subordinação, integração).

Uma vez que, ao incidirem sobre uma dada língua, podem culminar na produção de uma gramática, os processos de miragem, calibragem e fabricação concernem também aos conteúdos específicos nela abordados. Logo, a normatização da pontuação pode ser concebida como matéria técnica circunscrita ao escopo de investigação da HL. Essa matéria, em sua dimensão apreensiva (miragem), é modelada tanto pelas concepções teóricas mais amplas que atravessam a obra na qual ela se materializa quanto por concepções especificamente relativas à sintaxe e às relações entre oralidade e escrita (cf. objetivos específicos *a* e *b*, na subseção 1.3). Em sua dimensão modeladora (calibragem), constitui-se ferramenta analítica por meio da qual regula as formas convencionais de se pontuar, de modo que os usos da vírgula depreensíveis de regras e exemplos podem ser sugestivos das suboperações (denominação, caracterização, segmentação, categorização, estabelecimento de relações e hierarquização) que, ao incidirem sobre unidades linguísticas marcadas pelo sinal em questão, produzem sua normatização (cf. objetivos específicos *c* e *d*, na subseção 1.3). Em sua dimensão aplicativa (fabricação), por último, a matéria técnica analisada nesta tese assume um formato textual específico, concebido com o propósito de ensinar os princípios teórico-normativos que regem o emprego da vírgula (cf. objetivo específico *e*, na subseção 1.3).

Um texto programático anterior sobre princípios, tarefas, métodos e instrumentos da HL aplicados à gramaticografia espanhola, referenciado em duas ocasiões até este ponto da tese (cf. subseções 1.4 e 2.3), escrito também por Pierre Swiggers, mas em parceria com José J. Gómez Asencio e Esteban T. Montoro del Arco, já propunha a segmentação da matéria constitutiva da dimensão interna das fontes em três componentes: um teórico, um descritivo e normativo (ou descritivo-normativo) e um prático, aplicado ou didático (Gómez Asencio; Montoro del Arco; Swiggers, 2014)<sup>122</sup>. A convergência desses componentes respectivamente com as dimensões apreensiva ou contemplativa (miragem), modeladora (calibragem) e aplicativa (fabricação) que compõem o modelo de Swiggers (2021) é notória, mas opto por finalizar esta subseção com a explicitação dos elementos que integram cada componente sugerido nesse trabalho anterior para o exame interno de fontes gramaticais (cf. Quadro 17) porque eles aprofundam, no âmbito da gramaticografia, a caracterização das dimensões acima

---

<sup>122</sup> Conforme explicitado na subseção 1.4, os três eixos que constituem o projeto de pesquisa mais amplo ao qual se filia esta tese – “Historiografia da Sintaxe no Brasil (HSB): teoria, norma e ensino” – fundamentam-se na segmentação proposta por Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014).

pormenorizada (cf. Figura 9) e, desse modo, ajudam a compor as categorias analíticas especificamente elaboradas para esta tese (cf. subsecção 3.3).

Quadro 17 – Componentes para exame interno de fontes gramaticais segundo Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014) x Dimensões da matéria técnica da HL segundo Swiggers (2021)

<b>Dimensões da matéria técnica da HL</b>	<b>Componentes para exame interno de fontes gramaticais</b>	<b>Elementos constitutivos</b>
Dimensão apreensiva ou contemplativa (miragem)	Componente teórico	Definições do material gramatical
		Divisões do material gramatical
Dimensão modeladora (calibragem)	Componentes descritivo e normativo (ou componente normativo-descritivo)	Gramatização
		Apreciação sociolinguística
Dimensão aplicativa (fabricação)	Componente prático, aplicado ou didático	Pedagogia
		Estratégias de colaboração com o usuário
		Disposição didática da informação
		Adaptação de conteúdos e explicações a destinatários
		Exemplificação
		Exercitação gramatical
		Caráter escolar do texto

Fonte: Elaboração própria (2025)

O componente teórico, de acordo com Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014), apresenta informações que podem ter validade intralinguística (aplicando-se apenas à língua gramatizada), interlinguística (aplicando-se a mais de uma língua) ou mesmo universal (aplicando-se a todas as línguas). Elas são fornecidas pelas definições e divisões do material gramatical, podendo responder a questões como: o que é gramática (ou o que é a gramática de uma dada língua<sup>123</sup>); em quantas e quais partes se divide a obra (em consonância com os componentes de uma língua considerados adequados à abordagem gramatical); em que consiste e o que cabe a cada uma dessas partes; qual a definição e o tratamento atribuídos às categorias ou classes; em que subclasses essas categorias se dividem; quais as definições, os tipos e os tratamentos atribuídos a traços, propriedades ou acidentes; que relações se

<sup>123</sup> Sempre que as categorias elencadas dizem respeito à gramaticografia espanhola (foco dos autores), mas são aplicáveis à gramaticografia de outras línguas, opto por generalizá-las, como neste caso, em que o texto de Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014, p. 282) refere-se à questão “qué es gramática española/castellana” [Em português: “o que é gramática espanhola/castelhana” (tradução própria).].

estabelecem entre classes, subclasses e traços. Como indicado na correlação que estabeleci há pouco com a dimensão apreensiva (miragem) da matéria técnica, os objetivos específicos *a* e *b* (cf. subseção 1.3) focalizam o componente teórico da normatização da vírgula, seja no plano da imanência gramatical, seja no plano contextual em que a obra se insere.

Os componentes descritivo e normativo – ou o componente descritivo-normativo, tendo em vista a recorrente dificuldade de se dissociarem as duas finalidades no contexto da gramaticografia – em larga medida são equivalentes, conforme avaliação de Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014), à gramatização e à apreciação sociolinguística de determinadas variedades, traços ou usos linguísticos. Ao adequarem a língua gramatizada, da qual constroem uma descrição e uma norma, a preceitos teóricos mais ou menos gerais (relativos ao componente teórico), indicam ao historiógrafo dados que ajudam a compreender: qual o recorte de língua que compõe uma gramática; que exemplos são apresentados; quais paradigmas são tratados como modelares ou apenas existentes; como se fazem categorizações ou apresentações; o que se descreve, se prescreve ou se proscreeve; onde, sob que juízos e com que considerações sociais, éticas ou estéticas se apresenta cada informação; em que momentos históricos determinadas partes ou facetas da língua gramatizada vão sendo incorporadas ao tratamento gramatical. Em conformidade à correlação previamente sugerida com a dimensão modeladora (calibragem), os objetivos específicos *c* e *d* (cf. subseção 1.3) estão direcionados ao estudo do componente descritivo-normativo do objeto investigado nesta tese.

O componente prático, aplicado ou didático é definido por Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014) apenas com base em possíveis elementos que podem constituir-lo, alguns dos quais foram incorporados ao Quadro 17. Ele está contemplado no objetivo específico *e* (cf. subseção 1.3), conforme indicado na correlação estabelecida com a dimensão aplicativa (fabricação).

Fica evidenciado, diante do exposto nesta subseção, que o enfoque deste trabalho no componente descritivo-normativo (isto é, no processo de gramatização ou na dimensão modeladora) do tratamento gramatical da vírgula não prescinde da análise de seus demais componentes ou dimensões. Se o objeto sob investigação desta tese integra a norma escrita da língua portuguesa (cf. subseção 1.4), sua constituição é necessariamente atravessada por concepções e construtos teóricos produzidos no seio de uma tradição de pesquisa linguística, a GT, cujo diferencial epistemológico é o propósito pedagógico subjacente à construção de um padrão normativo (cf. subseção 2.7.1).



### 2.7.3 Modelização na gramaticografia e implicações para a análise terminográfica

Nesta última subsecção, trato de um modelo analítico que, centrado no que Swiggers (2012, p. 22) chama de gramaticografia didática, “permite estudiar los diferentes parámetros de constitución de la labor lingüístico-didáctica y de su recepción por el público visado”<sup>124</sup>. O modelo, assinala o autor, pode ser aplicado à análise de textos gramaticais, individualmente ou agrupados com base em critérios diversos. Uma das possibilidades aventadas é a de um *corpus* construído para se investigar o tratamento de um problema gramatical específico, como nesta tese proponho em relação à normatização da vírgula.

Devo salientar que o enfoque no aspecto didático da gramaticografia não deve ser entendido como uma restrição do modelo, mas como reconhecimento da importância desse fator no processo através do qual se reduz uma língua a um objeto de descrição na forma de uma gramática. É por isso que o componente desse modelo que abordo com maior ênfase nesta subsecção, a modelização, prevê simultaneamente uma organização descritiva e uma estruturação didática dos dados languageiros que constituirão o produto gramaticográfico final. Além disso, apesar de definir gramaticografia didática como “la redacción de obras gramaticales con vistas al aprendizaje/enseñanza de una (o de varias) lengua(s)”<sup>125</sup> (Swiggers, 2012, p. 17), Swiggers (2012) assume a necessidade de se tomar o termo “didático” em sentido amplo, porque nem sempre foram explícitos os contextos de ensino a que se destinavam as obras produzidas no decorrer da história da gramática, não raro configuradas como espécies de manuais autodidáticos ou textos para leitura e memorização, o que não exclui a presença das duas características que, para o autor, definem a gramaticografia didática: i) uma função utilitária voltada para a aquisição de competências linguísticas; e ii) a consideração, ainda que implícita, de níveis de competência linguística que se propõe alcançar.

Nessa perspectiva, Swiggers (2012) considera adequado usar o rótulo “didática” para quase toda a gramaticografia, tendo em vista suas recorrentes motivações: “la de enseñar las estructuras de una lengua (o de varias lenguas contrastadas) o la de afinar o extender los conocimientos lingüísticos del público de usuarios”<sup>126</sup> (Swiggers, 2012, p. 22). As exceções seriam “trabajos modernos de índole puramente teórico-lingüística en los cuales la descripción gramatical solo sirve para ilustrar (o ‘demostrar’) la validez de tal o cual

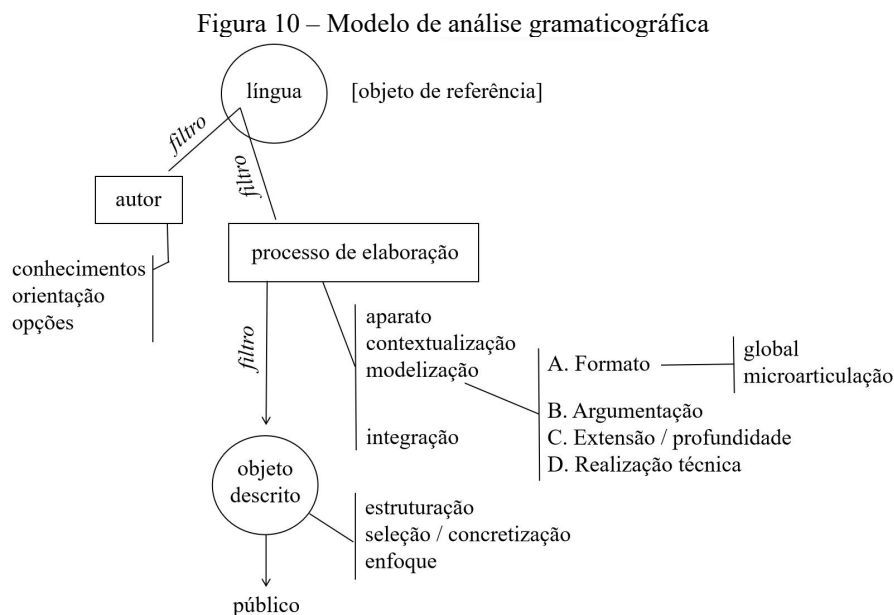
<sup>124</sup> Em português: “permite estudar os diferentes parâmetros de constituição do trabalho linguístico-didático e de sua recepção pelo público visado” (tradução própria).

<sup>125</sup> Em português: “a redação de obras gramaticais com vistas à aprendizagem/ao ensino de uma (ou de várias) línguas” (tradução própria).

<sup>126</sup> Em português: “a de ensinar as estruturas de uma língua (ou de várias línguas contrastadas) ou a de refinar ou ampliar os conhecimentos linguísticos do público de usuários” (tradução própria).

modelo”<sup>127</sup> (Swiggers, 2012, p. 22), não compatíveis com a natureza das fontes primárias selecionadas para constituir o *corpus* aqui investigado.

A Figura 10 reproduz o esquema a partir do qual Swiggers (2012) sintetiza o referido modelo analítico:



Fonte: Traduzido de Swiggers (2012, p. 23)

Os diversos elementos nomeados entre o círculo superior (“língua”) e inferior (“objeto descrito”) da Figura 10 apontam para a complexidade que envolve o processo de constituição de uma gramática. Entre um ponto e outro do percurso, o objeto linguístico não é mais o mesmo, razão pela qual a interação ou a transformação que ocorre entre alguns elementos pressupõe a presença de “filtros”. O primeiro deles se situa entre a instância de produção do texto gramatical (o autor) e o objeto de referência a partir do qual o trabalho de descrição tem início. O recorte e o posterior tratamento operados sobre a matéria bruta que a língua em sua integralidade coloca diante do gramático estão condicionados, conforme sugere a Figura 10, a seus conhecimentos, sua orientação e suas opções. A esse respeito, Swiggers (2021) destaca, por exemplo, que a competência nativa ou não nativa do autor nos registros da língua que pretende descrever é determinante na sua relação com o objeto de referência. Assim, o filtro necessariamente interposto entre os dois repercute, ainda de acordo com o esquema acima reproduzido, na estruturação que o objeto descrito assume ao final do processo de elaboração, bem como na sua concretização (se representa a língua escrita e/ou oral, a língua de um dado

<sup>127</sup> Em português: “trabalhos modernos de índole puramente teórico-linguística nos quais a descrição gramatical só serve para ilustrar (ou ‘demonstrar’) a validade de tal ou qual modelo” (tradução própria).

registro, a língua tal como empregada por um conjunto de autores, etc.) e no enfoque que o gramático lhe atribui (pontos que, em sua avaliação, merecem ênfase na descrição gramatical). O modelo de Swiggers (2012) também prevê filtros entre o objeto de referência e o processo de elaboração e entre este último e o objeto descrito, que será direcionado a um público-alvo em particular. Por isso, o autor assevera que uma gramática é sempre uma imagem seletiva ou parcial da língua que a instância produtora se dispõe a descrever.

Os parâmetros aplicados para dar forma ao texto gramatical, uma descrição com fins didáticos, são definidos durante o processo de elaboração. Eles estão elencados na Figura 10, a saber: o aparato, a contextualização, a modelização e a integração<sup>128</sup>.

Os dois primeiros compõem o circuito linguístico efetivamente incorporado à descrição gramatical. O aparato diz respeito à metalíngua da obra em produção, seja a língua utilizada para expor as ideias apresentadas pelo gramático (é possível haver mais de uma metalíngua de exposição, situação comum às gramáticas bilíngues ou plurilíngues), seja a metalinguagem técnica, à qual Swiggers (2012) também se refere como linguagem gramatical técnica ou linguagem gramaticográfica, constituída dos metatermos – nesta tese, examinados com base no objetivo específico *d* (cf. subseção 1.3) – usados para descrever e explicar fenômenos linguísticos. Os metatermos costumam circunscrever-se à mesma língua empregada na exposição gramatical, mas podem remeter a outras línguas, como o latim. Já a contextualização, também denominada acomodação (cf. Swiggers, 2009b), diz respeito ao entorno linguístico com o qual dialogam a produção e a recepção da obra: são as demais línguas mencionadas na gramática ou nas quais se presume alguma competência pelo público leitor.

A modelização, elemento-chave do modelo analítico (cf. Figura 10), contempla cinco parâmetros (formato, argumentação, extensão, profundidade e realização técnica) que concernem especificamente à arquitetura descritiva. No caso da gramaticografia didática, Swiggers (2012) atrela essa estruturação à inserção didática do texto gramatical, de modo que os elementos constitutivos do processo de modelização serão especialmente produtivos, como evidencio na subseção 3.3, para a construção das categorias de análise vinculadas ao objetivo específico *e* (cf. subseção 1.3), centrado nas formas de abordagem e estratégias de apresentação das quais o gramático lança mão ao imprimir determinada configuração textual à normatização da vírgula.

---

<sup>128</sup> Em Swiggers (2009), a integração é um dos parâmetros contemplados pela modelização, ainda que sua definição nesse texto seja compatível à que o autor lhe atribui em Swiggers (2012).

As decisões do gramático sobre o formato da descrição incidem, tal como indicado na Figura 10, tanto sobre o plano global quanto sobre o plano da microarticulação da produção gramaticográfica.

A macroestrutura se expressa pela disposição geral do trabalho analítico no interior da obra, a exemplo da divisão que Auroux (2014) alega ser prototípica na história da gramatização: ortografia ou fonética + partes do discurso + morfologia ou etimologia + sintaxe + figuras de construção (cf. subseção 2.7.2). Interessa a este trabalho identificar como a normatização da vírgula se insere na organização global das gramáticas tomadas como fontes primárias. A inclusão do tópico gramatical aqui investigado numa seção (ou obra, no caso dos tratados ortográficos) destinada ao estudo da ortografia ou, noutra via, à abordagem da sintaxe da língua é certamente uma escolha motivada por concepções teóricas relacionadas à natureza do fenômeno descrito (cf. objetivo específico *b*, na subseção 1.3), que reverberam na rede de metatermos e conceitos que integram as definições e regras formuladas por um dado gramático (cf. objetivo específico *d*, na subseção 1.3), bem como nas escolhas que levam à consolidação, à mudança ou ao apagamento de definições, regras e exemplos (cf. objetivo específico *c*, na subseção 1.3).

A organização da microestrutura, por sua vez, envolve dois tipos de decisões, segundo Swiggers (2012): o primeiro tipo permite organizar as formas linguísticas em classes e definir os traços gramaticais que afetam tais classes; o segundo tipo permite optar por diferentes estratégias para agrupar as formas. O autor identifica três principais modalidades de agrupamento: i) a simples enumeração de formas; ii) um agrupamento estrutural fundamentado na descrição de uma forma abstrata, teórica ou idealizada; e iii) um agrupamento também de tipo estrutural que relaciona formas linguísticas concretas por meio da formulação de uma regra. A percepção do lugar que a vírgula ocupa diante da organização descritiva atribuída à abordagem da pontuação no plano da microarticulação é, nos moldes do que argumentei acerca da macroestrutura gramatical, significativa para atender aos propósitos desta tese. A título de exemplo, note-se que as informações disponibilizadas na subseção 1.1.1 indicativas do formato que Rocha Lima (2006) confere ao tratamento da pontuação na dimensão da microestrutura, ao mesmo tempo que revelam parte do componente didático da descrição gramatical, desdobram-se em formulações que dizem respeito aos demais componentes que integram a dimensão interna da obra (o teórico e o descritivo-normativo, cf. subseção 2.7.2). Na referida gramática, para construir o capítulo sobre pontuação, o autor organiza as pausas rítmicas – em sua concepção, marcadas na escrita pelos sinais de pontuação – em três classes, dentre as quais relaciona a vírgula à “pausa que não quebra a

continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída” (Rocha Lima, 2006, p. 458). Nessa definição, são explicitados os traços gramaticais que afetam a classe a que, conforme o gramático, pertence a vírgula, sugestivos, nesse caso, de particularidades sintático-semânticas atribuíveis aos elementos que compõem a classe. Além disso, as formas concretas que exemplificam os usos da vírgula são relacionadas por uma estratégia de agrupamento estrutural basilar na tradição gramatical: a formulação de regras.

A Figura 10 mostra que a descrição gramatical é também modelizada por escolhas relativas à argumentação do gramático, à extensão e à profundidade da descrição e à sua realização técnica. Quanto à argumentação, Swiggers (2012) enumera opções que giram em torno de três elementos: o enfoque, que pode ser mais formal ou mais funcional; o alcance da abordagem, que pode ser imanente (restrito à língua descrita) ou transcendente (extensível a outras línguas); e a formulação dos resultados da análise gramatical, que pode tomar a forma de regras, prescrições, generalizações e/ou apontamentos (ou anotações). Quanto à extensão, trata-se de um parâmetro por meio do qual o gramático estabelece o escopo da matéria a ser descrita, isto é, os contornos que abarcam o recorte por ele instituído na língua enquanto objeto de referência mais amplo. Mais especificamente, conforme Swiggers (2012), são os tipos de fatos, os níveis descritivos e os registros de língua que delimitam a abrangência do objeto de descrição gramatical. O autor explica, ainda, que em estreita correlação com esse parâmetro estão os distintos graus de profundidade com que cada nível de descrição pode ser tratado numa produção gramaticográfica. Por fim, o último parâmetro de modelização que compõe o modelo analítico de Swiggers (2012), a realização técnica, engloba aspectos relativos ao suporte material e aos modos de apresentação utilizados no produto didático que constitui a gramática, tais como o uso de meios tipográficos e a inclusão de figuras. Alguns dos elementos constitutivos dos parâmetros de modelização descritos neste parágrafo serão retomados na próxima seção (cf. subseção 3.3) para a construção das categorias de análise referentes ao objetivo específico *e* (cf. subseção 1.3), mais estritamente ligado ao componente didático das fontes, ainda que, como tenho argumentado, as escolhas relativas à inserção didática de uma gramática não se desvinculem de sua construção teórica, descritiva e normativa, focalizada nos demais objetivos específicos.

De acordo com Swiggers (2009b, 2012), é possível que, ao final ou depois da modelização, haja um procedimento de integração (cf. Figura 10) entre a descrição gramatical e outros textos didáticos e/ou descritivos incorporados à gramática (modelos de conversação, textos para leitura, léxicos, exercícios, etc.), sejam eles redigidos pelo mesmo autor ou por um colega. Esse gesto arremata o processo de elaboração do texto gramatical.

Na medida em que nenhuma produção intelectual ganha forma à revelia de fatores externos (cf. subseção 2.2), Swiggers (2012, p. 28) atribui ao modelo de análise gramaticográfica ora abordado um dinamismo proporcionado pelos seguintes elementos:

(A) el contexto (político, socio-económico, lingüístico, intelectual, ...) que se superpone a todos los componentes del modelo y que está sometido al paso de la evolución temporal; (B) la influencia de la(s) tradición(es) que afecta al autor, al público y, muy particularmente, a la organización descriptiva; (C) la transformación que afecta, de manera inevitable, a los componentes “autor”, “público” y “la lengua”; (D) el juego de estrategias de adaptación<sup>129</sup> (adaptación de modelos de descripción a las estructuras o a ciertos rasgos de la lengua que se describe); (E) la evolución de la “aprehensión descriptiva” (cambios en el modo de concebir una “gramática” o un “manual”, en el modo de definir um “modelo de (buen) lenguaje”, en el modo de argumentar, etc.).<sup>130</sup>

Atentar para as mudanças que incidem sobre os sujeitos, os objetos e as práticas constitutivos do processo de produção gramaticográfica é um requisito incontornável para um trabalho historiográfico que, como o que proponho, se debrucha sobre um recorte temporal que abarca todo um século. Trata-se ainda de um procedimento que permite interpretar os achados da pesquisa de forma historicamente situada, sem desconsiderar o necessário encadeamento que a normatização quinhentista da vírgula assume em relação ao conjunto de conhecimentos linguísticos produzidos nos séculos anteriores e àqueles que emergirão nos séculos subsequentes. Assim, a análise dos elementos sugeridos pelo modelo da Figura 10, em consonância com o seu caráter dinâmico destacado por Swiggers (2012), estará sempre atravessada pela intrínseca relação desses elementos com o contexto histórico, a atmosfera intelectual e os modelos de produção gramaticográfica nos quais se inserem as fontes aqui investigadas (cf. objetivo específico *a*, na subseção 1.3).

O modelo de análise gramaticográfica reproduzido na Figura 10, com pouquíssimas diferenças<sup>131</sup>, é apresentado por Swiggers (2009b) com a finalidade de ancorar a descrição

<sup>129</sup> Swiggers (2009b) elenca cinco estratégias de adaptação empregadas ao longo da história da linguística em processos de remodelação, isto é, quando se altera um modelo com o objetivo de que ele seja aplicável a novos dados, a exemplo do que ocorreu com a acomodação das categorias da gramática grega à gramática latina e, posteriormente, da tradição greco-latina à gramatização dos vernáculos europeus. As cinco estratégias são: i) transposição direta; ii) translação; iii) emprego restritivo do modelo; iv) ampliação do modelo; e v) rejeição do modelo.

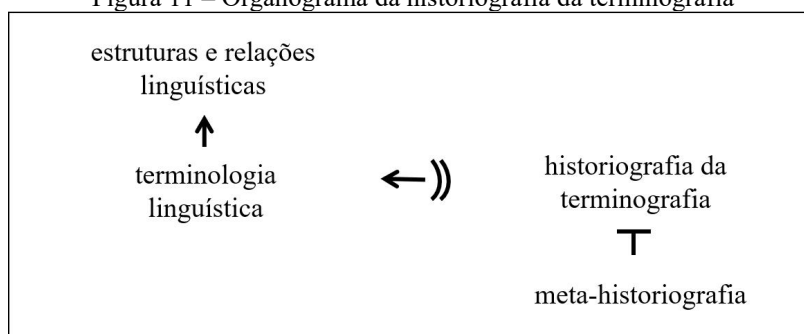
<sup>130</sup> Em português: “(A) o contexto (político, socioeconômico, linguístico, intelectual, ...) que se superpõe a todos os componentes do modelo e que está submetido à passagem da evolução temporal; (B) a influência da(s) tradição(ões) que afeta o autor, o público e, muito particularmente, a organização descritiva; (C) a transformação que afeta, de maneira inevitável, os componentes ‘autor’, ‘público’ e ‘a língua’; (D) o jogo de estratégias de adaptação (adaptação de modelos de descrição às estruturas e a certos traços da língua que se descreve); (E) a evolução da ‘apreensão descritiva’ (mudanças no modo de conceber uma ‘gramática’ ou um ‘manual’, no modo de definir um ‘modelo de (boa) linguagem’, no modo de argumentar, etc.)” (tradução própria).

<sup>131</sup> As diferenças dizem respeito mais à designação dos termos que compõem o modelo do que à sua definição. Aqueles que Swiggers (2012) denomina “modelização”, “aparato” e “contextualização” são referidos em

sistemática e a análise crítica da metalinguagem gramatical. É por isso que, a partir da caracterização desse modelo, teço, para finalizar a seção, algumas considerações terminográficas pertinentes às concepções teóricas e aos procedimentos metodológicos que esteiam esta pesquisa.

De acordo com Swiggers (2010), a terminografia é uma atividade reflexiva e sistematizante que pressupõe, de um lado, a compilação e a leitura crítica de terminologias e, de outro, um exercício comparativo entre diferentes terminologias que culmina numa análise de natureza historiográfica e/ou metodológico-epistemológica. Dessa maneira, assim como a historiografia da gramaticografia pode ser entendida como um nicho disciplinar ou linha de pesquisa da HL (cf. Mesquita; Vieira, 2025), o mesmo se pode dizer sobre a historiografia da terminografia, cujo objeto é a produção de terminologias linguísticas (dentre as quais, situam-se as terminologias gramaticais). Usando a mesma estrutura do esquema reproduzido na Figura 6 (cf. abertura desta subseção 2.7), o organograma desse nicho disciplinar pode ser representado conforme a Figura 11:

Figura 11 – Organograma da historiografia da terminografia



Fonte: Elaboração própria (2025) com base em Swiggers (2009b, 2020)

A terminologia é definida como “l’ensemble des ‘entités’ lexicales (au sens large: items sub-lexicaux, termes lexicaux et constructions complexes) qui sont en usage en tant que ‘formes/formules désignatives’, à usage technique, en référence à un *champ d’objets* (entités/faits constituant un champ d’étude)”<sup>132</sup> (Swiggers, 2010, p. 211). Swiggers (2009b) explica que, para construir esse conjunto de entidades lexicais, a terminologia toma como objeto, conforme indicado na Figura 11, estruturas e relações linguísticas, de modo que os

Swiggers (2009b) respectivamente como “organização descritiva”, “(meta)língua(s)” e “acomodação”, os dois últimos compondo, juntos, o “circuito”. Ainda em Swiggers (2009b), a “integração” é parte da “organização descritiva” em vez de lhe ser posterior, e o lugar ocupado pelos termos “extensão” e “profundidade” na Figura 10 cede espaço para “grau de explicitude”, expressão cujo significado, contudo, não é explorado pelo autor, de modo que não é possível afirmar com segurança se os termos empregados em cada trabalho são equivalentes.

<sup>132</sup> Em português: “o conjunto de ‘entidades’ lexicais (em sentido amplo: itens sublexicais, termos lexicais e construções complexas) que são usadas como ‘formas/fórmulas designativas’, para uso técnico, em referência a um *campo de objetos* (entidades/fatos constitutivos de um campo de estudos)” (tradução própria).

termos que a compõem remetem a dois níveis de referência: i) um nível substancial, quando designam elementos linguísticos, classes ou conjuntos de classes, membros de uma classe ou “resíduos” da descrição linguística; e ii) um nível relacional, quando designam características, categorias ou relações (entre características, entre categorias, entre elementos ou entre classes).

Em boa parte das reflexões sobre o emprego de metatermos na documentação sobre a qual se debruça a HL, fiz referência, fundamentando-me em especialistas do campo como Altman (2020), Cavaliere (2020) e Koerner (2014f), à expressão “metalinguagem (linguística/gramatical)”, sobretudo ao tratar dos princípios da imanência, da contextualização e da adequação (cf. subseção 2.4), mas também nas ocasiões em que abordei o objetivo específico *d* (cf. subseção 1.3), focado na identificação e na análise dos movimentos de continuidade e descontinuidade que caracterizam o processo de normatização da vírgula quanto à rede de metatermos e conceitos utilizada nas definições e/ou nas regras de uso que compõem as fontes examinadas. Apesar de reconhecer nuances de sentido que poderiam distinguir os campos de referência de cada termo, opto, à semelhança de Swiggers (2009b), por não estabelecer distinção rígida entre “metalinguagem” e “terminologia” na escrita desta tese.

Tal escolha se torna viável se percebermos, com base nas definições do próprio autor, que os dois termos se relacionam por hiperonímia, o primeiro englobando o sentido do último: enquanto a terminologia é “l’ensemble de termes techniques faisant partie d’un vocabulaire ‘théorique’ (circonscriit par rapport à un auteur, une école, une (sous-)discipline, etc.)”<sup>133</sup> (Swiggers, 2010, p. 211), a metalinguagem contempla “la terminologie et le vocabulaire, étudiés en rapport avec leur champ d’applicabilité et leur fonctionnement syntaxique, qui sont mis en œuvre, dans l’étude d’un champ d’objets spécifiques, par un auteur, par une école, par une (sous-)discipline, etc.”<sup>134</sup> (Swiggers, 2010, p. 211). A terminologia, então, funciona como instância particular da metalinguagem (Swiggers, 2009b).

Quando uso “metalinguagem”, portanto, refiro-me ao campo referencial específico abarcado pelo termo “terminologia”. Considero que tratar os dois termos como sinônimos evita as contradições terminológicas em que este trabalho poderia incorrer ao operar com um preciosismo terminológico não consensual na HL.

<sup>133</sup> Em português: “o conjunto de termos técnicos que fazem parte de um vocabulário ‘teórico’ (circunscrito a um autor, uma escola, uma (sub)disciplina, etc.)” (tradução própria).

<sup>134</sup> Em português: “a terminologia e o vocabulário, estudados em relação ao seu campo de aplicabilidade e seu funcionamento sintático, que são implementados, no estudo de um campo de objetos específicos, por um autor, por uma escola, por uma (sub)disciplina, etc.” (tradução própria).



Sempre atrelada a um universo mais amplo de produção de conhecimentos, a terminologia mantém-se necessariamente em diálogo com o domínio cujas entidades e fenômenos busca designar. É, nas palavras de Swiggers (2009b), “companheira” da descrição linguística, suscetível às continuidades e descontinuidades que atravessam a história da linguística. Tal imbricamento justifica a aplicação no âmbito da terminografia dos mesmos parâmetros que o modelo representado na Figura 10 direciona à constituição de textos gramaticais em sua dimensão mais ampla.

Dos elementos incorporados ao referido modelo, Swiggers (2009b, p. 26) enfatiza para o estudo da terminologia a importância daqueles que integram a organização descritiva (ou modelização, cf. Figura 10): “es la terminología del gramático/lingüista la que nos informa sobre la articulación de la gramática, y es ella la que hace resaltar el grado de explicitud y la que sustenta la argumentación del autor”<sup>135</sup>. Considerando-se a ausência de definição para o “grau de explicitude”, limito-me a tratar dos outros dois parâmetros: o formato e a argumentação. Ao abordar o primeiro nos parágrafos que sucedem a Figura 10, de algum modo antecipei a natureza de sua relação com a terminologia, quando argumentei que o lugar da normatização da vírgula na macroestrutura que organiza o texto gramatical como um todo e na microestrutura que organiza o tratamento específico da pontuação reflete concepções teóricas relativas ao tema (cf. objetivo específico *b*, na subseção 1.3), rastreáveis, dentre outros aspectos, pela rede de metatermos e conceitos mobilizados pelo gramático (cf. objetivo específico *d*, na subseção 1.3). Quanto ao segundo parâmetro, acrescento que o enfoque (formal ou funcional), o alcance da abordagem (imaneante ou transcendente) e a formulação de resultados (na forma de regras, prescrições, generalizações ou anotações/apontamentos) são em larga medida determinados pela terminologia que costura cada um dos componentes argumentativos da descrição gramatical.

A terminologia, portanto, evidencia o modo como os fenômenos linguísticos são compreendidos, uma vez que, como adverte Swiggers (2009b), o próprio ato de designá-los atesta sua condição de objeto no seio de um campo de estudos. Isso ocorre porque termos linguísticos não são rótulos neutros, mas construtos dotados de uma dimensão conceitual por meio da qual se relacionam à realidade linguística (Swiggers, 2009b). Ou seja, ao nomearem um objeto, eles também dizem algo a seu respeito. Por isso, constituem um sistema nocional, que, na ótica de Swiggers (2009b), deve ser investigado levando-se em consideração suas

<sup>135</sup> Em português: “é a terminologia do gramático/linguista que nos informa sobre a articulação da gramática, e é ela que faz ressaltar o grau de explicitude e que sustenta a argumentação do autor” (tradução própria).

variações segundo o tempo, a tradição e até mesmo o objetivo do autor que se vale de uma dada terminologia (cf. princípio contextualização, na subseção 2.4).

Assim, para cumprir com êxito as finalidades de uma análise terminográfica – localizar os termos que compõem uma dada rede terminológica e identificar os sentidos que lhes são atribuíveis –, é preciso considerar duas premissas levantadas por Swiggers (2009b): a não transparência e a não univocidade da terminologia. Dito de outro modo, deve-se atentar: no primeiro caso, para a possibilidade de um termo não ser suficientemente definido ou de sua relação com um conceito mostrar-se pouco inteligível ao historiógrafo nos contextos em que as fontes o empregam; no segundo caso, para a possibilidade de um único termo corresponder a mais de um conceito ou, ao contrário, de um único conceito ser designado por diferentes termos. A título de exemplificação, lembremos da dupla referência dos termos “coma”, “côlon” e “período”, passíveis de nomear sinais de pontuação e sequências linguísticas por eles delimitadas na gramaticografia antiga e medieval, e dos diferentes termos que já nomearam o que hoje a tradição gramatical chama de “vírgula” (cf. subseção 1.1.3). Quanto a estes últimos, é importante salientar que nem sempre seu campo referencial equivaleu àquele que atualmente conceitua esse sinal gráfico, o que corrobora a insuficiência de se identificarem continuidades e descontinuidades terminológicas apenas com base em semelhanças e diferenças perceptíveis pelas designações utilizadas.

Algunos términos son el resultado de una larga continuidad, desde la antigüedad, y aunque hayan sufrido los efectos de procesos complejos (como traducción/adaptación; especificación), han conservado su significado básico; otros términos presentan una continuidad en su aspecto exterior (la forma), pero han sido objeto de cambios radicales de su contenido [...]; y otros términos han tenido éxito solo durante poco tiempo, por estar demasiado ligados a un modelo concreto<sup>136</sup> (Swiggers, 2009b, p. 14).

Cabe salientar que o conteúdo de um termo não é definido exclusivamente pela relação bilateral estabelecida com seu significado. Ela revela o que Swiggers (2010) denomina conteúdo focal, mas o conteúdo em sua integralidade também se expressa por uma rede de significados que orbita em seu entorno teórico e em relação ao qual o termo assume um conteúdo dinâmico (ou contrastivo). Além dos dois elementos mencionados na citação, o conteúdo e a forma dos termos técnicos, Swiggers (2009b) sugere, ainda, que a determinação

<sup>136</sup> Em português: “Alguns termos são o resultado de uma ampla continuidade, desde a antiguidade, e, ainda que tenham sofrido os efeitos de processos complexos (como tradução/adaptação; especificação), conservaram seu significado básico; outros termos apresentam uma continuidade em seu aspecto exterior (a forma), mas foram objeto de mudanças radicais de seu conteúdo [...]; e outros termos só tiveram êxito durante pouco tempo, por estar demasiado ligados a um modelo concreto” (tradução própria).

de seu campo de referência demanda confrontá-las com as aplicações que lhes podem ser atribuídas. Nesse sentido, o reconhecimento das diferentes combinações entre formas, conteúdos e aplicações (podendo cada uma delas se manifestar idênticas, semelhantes ou divergentes) de um termo técnico ajuda o historiógrafo a interpretá-lo nos limites do sistema nocional a que ele faz referência. Dado que à costura desse sistema nocional subjazem entrelaçamentos de naturezas diversas entre os termos que o constituem, a tarefa de compreendê-lo por meio de uma análise terminográfica também requer o deslinde dessas conexões, que podem, de acordo com Swiggers (2010), ser instituídas pelos seguintes tipos de relações lógicas: subordinação, (não) interseção, contradição, contrariedade, subsunção, justaposição, sobreposição, exclusão e oposição.

Uma última ponderação do autor pertinente ao delineamento teórico-metodológico desta pesquisa diz respeito ao uso de uma metalinguagem transversal pelo historiógrafo com o intuito de balizar, na escrita dos resultados da pesquisa, a análise de convergências e divergências entre termos diferentes ou entre termos idênticos ligados a quadros teóricos distintos (cf. princípio da adequação, na subseção 2.4). Para que ela reflita aproximações e distanciamentos efetivamente respaldados pelos dados presentes nas fontes, três procedimentos são essenciais à conduta do pesquisador, conforme Swiggers (2009b): i) distinguir termos gerais e específicos; ii) desvendar a rede relacional de cada termo; e iii) recuperar a cronologia dos processos de criação e transmissão terminológica.

Aplicando os procedimentos descritos nos últimos dois parágrafos à presente pesquisa, busco precisar o significado tanto de termos mais amplos utilizados por pesquisadores contemporâneos para caracterizar a natureza linguística do sistema de pontuação ao longo da história (“prosódico” vs. “sintático”) quanto de termos mais específicos que esteiam a construção de definições e regras ligadas ao uso da vírgula.

Finda a apresentação dos fundamentos teóricos que ancoram o desenvolvimento desta tese, passo, na próxima seção, à construção do desenho metodológico a partir do qual analiso, mais adiante (cf. seção 4), o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16.

### 3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A tarefa de descrever e interpretar um determinado conjunto de ideias linguísticas a que se propõe a HL requer, além da ancoragem explícita em princípios teóricos bem definidos (cf. seção 2), a definição de critérios e procedimentos metodológicos que orientem a operacionalização de cada etapa que compõe a pesquisa. Adoto como ponto de partida o desenho global que Swiggers (2020) atribui ao método da linguística descritiva, organizado em quatro passos, a seu ver, apropriados à historiografia da gramaticografia: i) a constituição de um *corpus* representativo; ii) a análise sistemática; iii) a organização dos resultados da análise; e iv) a apresentação adequada dos resultados. Nesta seção, especifico como eles foram colocados em prática para a realização do presente trabalho: na primeira subseção, elenco as ações conduzidas nas fases heurística, hermenêutica e executiva da pesquisa (cf. Swiggers, 2013; Gómez Asencio; Montoro del Arco; Swiggers, 2014<sup>137</sup>); na segunda, abordo a seleção e o tratamento da gramática e dos tratados ortográficos que materializam o processo de normatização da vírgula aqui investigado; e, na terceira e última, apresento os procedimentos e as categorias analíticas que, em consonância com os objetivos da pesquisa (cf. subseção 1.3), foram concebidos para a lida com os dados coligidos a partir das fontes primárias examinadas.

#### 3.1 FASES DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

Na abertura da seção anterior, com base em Koerner (2014g), aponte para a inexistência (e a não necessidade) de um quadro de trabalho rígido e generalizável a qualquer investigação realizada no âmbito da HL. Assim como os conceitos teóricos são adaptados aos dados reais com que se depara o historiógrafo (cf. Swiggers, 2019), também os procedimentos metodológicos devem se conformar aos contornos particulares de cada empreendimento científico. Na HL, é comum que eles sejam estruturados em três fases gerais sistematizadas em Swiggers (2013) e em Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014): i) a heurística; ii) a hermenêutica; e iii) a executiva. Nesta subseção, defino-as e indico as ações pertinentes a cada uma delas no contexto da historiografia que ora construo.

De acordo com os autores, a fase heurística é o momento inicial da pesquisa, em que o historiógrafo explora ao máximo as informações disponíveis sobre os diversos elementos

---

<sup>137</sup> Em Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014), a fase executiva é referida como fase “poiética”, mas opto pela primeira denominação, dada sua maior difusão no contexto brasileiro.

circunscritos ao escopo do estudo que pretende desenvolver: autores, fontes, contextos, terminologias, conceitos, pontos de vista, etc. Nela, é possível definir o que Swiggers (2019) denomina envelope de pesquisa, ou seja, o campo operacional de atuação do historiógrafo, cujos contornos são traçados partindo-se de pelo menos duas operações que o autor considera estratégicas: a adoção de um esquema de periodização (cf. subseção 3.2) e a delimitação de uma área problemática ou de um grupo de tópicos a serem investigados.

A construção das perguntas e dos objetivos desta tese, por exemplo, conforme demonstrado na subseção 1.1, culminou de um amplo processo de levantamento e leitura de pesquisas linguísticas sobre a pontuação e a vírgula em suas dimensões teórica, histórica, normativa e pedagógica, seguido da catalogação e da sistematização de ideias disponibilizadas nessa literatura de apoio. Outro importante passo heurístico foi a busca de informações sobre a disponibilidade e a estrutura das fontes, quando pude: averiguar em que tipos de fontes a pontuação foi normatizada ao longo da periodização abarcada pela pesquisa; fazer um levantamento das gramáticas e dos tratados ortográficos elegíveis a compor o *corpus* do trabalho; identificar os possíveis meios de acesso a essas obras; estabelecer critérios para selecionar as fontes primárias; realizar a leitura integral das obras escolhidas; e compilar em quadros-síntese os dados sobre a normatização da vírgula e sobre outras categorias ou conceitos que se mostrassem produtivos aos propósitos da pesquisa (cf. Quadro 19, Quadro 21 e Quadro 20, na subseção 3.2). Além da leitura de pesquisas sobre temas correlatos ao que abordo e das fontes primárias, recorri, ainda, ao estudo da vasta literatura meta-historiográfica que vem subsidiando os apontamentos teórico-metodológicos tecidos ao longo desta seção e da anterior.

Movimentos heurísticos como os que descrevi no parágrafo acima edificam as bases epistemológicas da segunda etapa que caracteriza a pesquisa historiográfica: a fase hermenêutica. Nela, como indicam Swiggers (2013) e Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014), o pesquisador procede a um exercício de interpretação dos dados dirigido tanto por categorias gerais (nesta tese, apresentadas na seção 2, a exemplo de clima de opinião, metalinguagem, influência, retórica, eixos da GT, linhagens gramaticográficas, gramatização, calibragem das línguas e modelização gramatical) quanto específicas (a serem explicitadas na subseção 3.3). A esse conjunto de princípios que orientam a obtenção de resultados na investigação historiográfica Swiggers (2019) dá o nome de agenda de pesquisa, constituída, por um lado, de fundamentos heurísticos relativos à documentação epi-historiográfica e a informações adicionais acerca do contexto histórico que circunda a produção e a recepção das

fontes e, por outro, de uma grade analítica personalizada, cuja elaboração tem, para o autor, tripla utilidade:

- (a) permite uma organização sistemática da pesquisa (por exemplo, com a observação da identificação de passagens (altamente) relevantes nas fontes primárias; ou em função de um estudo comparativo entre autores/teorias etc.); (b) garante a possibilidade de controle, por leitores e críticos, da adequação (ou, idealmente, completude) e da precisão do processo hermenêutico; (c) facilita o processo de redigir os resultados da pesquisa (Swiggers, 2019, p. 59).

A agenda de pesquisa – isto é, as categorias teóricas gerais e as categorias metodológicas específicas – deve ser ajustada ao tipo, ao foco e à cobertura da investigação. O presente estudo é essencialmente bibliográfico e documental, focaliza a face interna dos conhecimentos linguísticos investigados (sem negligenciar a sua intrínseca relação com a dimensão contextual, cf. subseção 2.2) e cobre as ideias sobre a normatização da vírgula produzidas por gramáticos e ortógrafos em Portugal durante o século 16.

Ainda sobre a fase hermenêutica, os apontamentos de Swiggers (2013) e Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014) destacam a inevitável implicação de uma dimensão comparativa da investigação, tendo em vista a recorrente necessidade de se estabelecerem relações entre conceitos, autores e/ou modelos. Alguns desses gestos alicerçaram minha crítica às análises de Nunes (2006) sobre a normatização da vírgula na gramaticografia seiscentista portuguesa, já ao abordar a questão da metalinguagem (cf. Koerner, 2014f) na subseção 2.4, e prenunciam a natureza essencialmente contrastiva do trabalho interpretativo sobre as fontes primárias desta tese.

Na fase executiva, a última da pesquisa historiográfica conforme Swiggers (2013) e Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014), cabe ao pesquisador demonstrar os resultados de sua investigação, expondo-os à comunidade acadêmica. A concretização dessa etapa está sujeita a uma série de decisões por parte do historiógrafo que, na classificação de Swiggers (2009a, 2013), dizem respeito a três tipos de parâmetros: o formato de exposição, a intencionalidade do historiógrafo e o programa cognitivo.

Nesta tese, adota-se um formato sequencial e tópico<sup>138</sup>: o primeiro ocorre, de acordo com Swiggers (2009a, 2013), quando uma execução historiográfica toma a forma de uma narrativa; o segundo, quando os resultados são articulados em função da análise de um tema ou tipo de problema. Embora a sucessão temporal direcione a escrita da seção analítica

<sup>138</sup> Swiggers (2009a, 2013) prevê, ainda, entre os formatos de exposição atribuíveis a uma pesquisa historiográfica na fase executiva, uma forma combinatória, “centrada entre o contexto e o conjunto de pontos de vista em determinada época da história da linguística” (Swiggers, 2013, p. 45).

adiante (cf. seção 4), configurando-a como uma narrativa, também organizo a apresentação dos resultados em função do modo como as fontes lidam com diferentes aspectos relativos à normatização da vírgula, evidenciados pelas categorias interpretativas elaboradas para conduzir as análises (cf. subseção 3.3).

A intencionalidade do historiógrafo, segundo Swiggers (2009a, 2013), remete às considerações e às pressuposições assumidas como científicas, adequadas ou relevantes ao contexto da pesquisa linguística. Quanto a esse parâmetro, opto por uma historiografia, na classificação proposta pelo autor, taxonômica, teleológica e exegetico-crítica<sup>139</sup>, guiada respectivamente pelos propósitos de descrever e classificar um dado objeto de pesquisa em categorias sistematizadas, compreender as finalidades que explicam o fenômeno estudado e interpretá-lo criticamente. Neste trabalho, portanto, escrutinar o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 implica, para organizá-lo num esquema taxonômico explicativo, debruçar-se sobre as redes de metatermos, conceitos, pressupostos teóricos, definições, regras e exemplos que o engendram ao longo da história (cf. objetivos específicos *b*, *c* e *d*, na subseção 1.3), mas, ainda, para não perder de vista sejam os propósitos que impulsionam seu desenvolvimento sejam outros elementos relevantes para uma interpretação aprofundada de seu encadeamento temporal, situá-lo num contexto mais amplo de produção de conhecimentos (cf. objetivo específico *a*, na subseção 1.3) e voltar-se para a arquitetura descritiva e didática que modeliza esses conhecimentos na forma de uma gramática (cf. objetivo específico *e*, na subseção 1.3).

O terceiro parâmetro relativo à fase executiva, o programa cognitivo, diz respeito ao que Swiggers (2009a, 2013) chama de “perfil intelectual dos produtos historiográficos” (Swiggers, 2013, p. 45), determinado pelo objeto de investigação, pela documentação disponível e pelos interesses do pesquisador. Entre os cinco perfis referentes a esse parâmetro elencados pelo autor, esta tese assume a forma de uma historiografia ao mesmo tempo narrativa, nocional-estrutural, arquitetônico-axiomática e correlativa<sup>140</sup>. Essa classificação híbrida corrobora a alegação de Swiggers (2004) de que a combinação de diferentes modalidades de exposição, estreitamente relacionadas aos perfis intelectuais de uma pesquisa historiográfica (Swiggers, 2009a, 2013), é prática usual na HL.

<sup>139</sup> Swiggers (2009a, 2013) não fornece definições para os tipos de historiografia quanto à intencionalidade do historiógrafo apresentados em sua proposta classificatória, de modo que, nesse caso, tomei como parâmetros os significados usualmente atribuídos aos termos que designam cada tipo. Além dos três tipos a que me referi para caracterizar esta tese, o autor prevê ainda uma historiografia polêmica ou apologetica.

<sup>140</sup> O quinto perfil é a historiografia atomística, que, conforme Swiggers (2009a, 2013), executa-se “sob a forma de uma apresentação analítica de acontecimentos e fatos da história da linguística” (Swiggers, 2013, p. 45).

A historiografia narrativa “relata, na sua sucessão cronológica, os ‘acontecimentos’ na história da linguística” (Swiggers, 2013, p. 45). Ao tratar do formato da exposição, já aponte a cronologia dos fatos, os quais incluem a produção dos conhecimentos aqui investigados, como parâmetro pertinente, embora não exclusivo, da organização dos resultados desta pesquisa (cf. seção 4).

A historiografia nocional-estrutural apresenta-se como “descrição estrutural de conjuntos de ideias, de tipos de abordagens na história da linguística” (Swiggers, 2013, p. 45). Esse perfil pode ser identificado no estudo aqui proposto por meio dos objetivos específicos *b* e *e* (cf. subseção 1.3), o primeiro centrado na identificação e na análise das concepções teóricas que atravessam as ideias relativas à normatização da vírgula, o último nas formas de abordagem e estratégias de apresentação por meio das quais essas ideias são apresentadas ao leitor das obras sob investigação.

A historiografia arquetônico-axiomática assume a forma de “descrição e análise da estrutura lógica de teorias e modelos como sistemas de axiomas e enunciados” (Swiggers, 2013, p. 46). Aqui, entram em jogo os objetivos específicos *c* e *d* (cf. subseção 1.3), ligados à dimensão modeladora (ou calibragem, cf. Swiggers, 2021) da normatização do sinal gráfico focalizado neste estudo. Conforme argumentei na justificativa da tese (cf. subseção 1.4) e procurei demonstrar na análise de parte da pesquisa de Nunes (2006) ao tratar da questão da metalinguagem (cf. subseção 2.4), compreender como se desenvolveu o tratamento gramatical da vírgula na tradição lusitana ao longo do tempo demanda desvelar como se estruturam as diferentes lógicas pontuacionais que se apresentam ao pesquisador contemporâneo sob os rótulos de “prosódica” ou “sintática”.

Por fim, a historiografia correlativa consiste no “estudo das relações entre teorias e das correlações entre pontos de vista, no âmbito da linguística, e o contexto sociocultural, político, institucional” (Swiggers, 2013, p. 46). Tal perfil respalda a escrita desta tese em função tanto da concepção assumida a respeito da inexorável interconexão ente as duas faces (interna e externa) constitutivas do conhecimento linguístico (cf. subseção 2.2) quanto do princípio da contextualização (cf. Koerner, 2014f) adotado para a lida com a metalinguagem das fontes que compõem o *corpus* da pesquisa (cf. subseção 2.4). Fundamentado em tais pressupostos teóricos, o objetivo específico *a* (cf. subseção 1.3) se propõe a, nos moldes da historiografia correlativa (cf. Swiggers, 2009a, 2013), interpretar os conhecimentos linguísticos estudados (a normatização da vírgula) como produto de um entorno histórico e intelectual.

Na próxima subseção, abordo alguns aspectos fundamentais da fase heurística desta pesquisa, resgatando o percurso que conduziu a escolha de suas fontes primárias.



### 3.2 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS E PARA O TRATAMENTO DOS DADOS

De acordo com Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014), as fontes primárias de trabalhos interessados na gramaticografia<sup>141</sup> são prioritariamente obras denominadas “gramática” ou que carregam essa palavra em seu título. Os autores reconhecem, contudo, as possibilidades tanto de obras que comportam uma gramática ou parte dela serem intituladas de forma diversa (“arte”, “manual” ou “epítome”, por exemplo) quanto de ideias gramaticais serem difundidas em textos que, a rigor, não são gramáticas, mas dicionários, ortografias, retóricas, cursos de humanidades, enciclopédias, dentre outros. A despeito dos distintos rótulos que lhes são atribuídos, essas obras “igualmente son fuentes para el conocimiento de los conceptos, doctrinas y prácticas gramaticales del pasado”<sup>142</sup> (Gómez Asencio; Montoro del Arco; Swiggers, 2014, p. 278).

Assim, ao selecionar não apenas fontes explicitamente reconhecidas como gramáticas, mas também tratados ortográficos para compor o *corpus* do presente estudo, não me afasto do domínio da gramaticografia, uma vez que, em certa medida, ela também se realiza por meio desse segundo tipo de fonte. Kemmler (2013) corrobora esse ponto de vista ao julgar que a distinção estrita entre gramáticas e ortografias pode ser problemática, seja porque alguns tratados ortográficos são também metagramaticais, seja porque a ortografia durante muito tempo integrou o rol de conteúdos abordados nas gramáticas, chegando a constituir seção, capítulo ou parte anexa das obras.

Além disso, a normatização da pontuação no âmbito da gramaticografia de língua portuguesa anterior ao século 19 era majoritariamente realizada em tratados ortográficos, o que pode ser identificado em pelo menos nove das doze obras desse tipo publicadas entre os séculos 16 e 18<sup>143</sup>, em contraste com apenas quatro das onze gramáticas desse mesmo recorte

<sup>141</sup> Os autores referem-se à gramaticografia espanhola, mas, conforme procedimento explicitado na nota 123 (cf. subseção 2.7.2), utilizo desse trabalho as afirmações generalizáveis à produção gramaticográfica de outras línguas.

<sup>142</sup> Em português: “igualmente são fontes para o conhecimento dos conceitos, doutrinas e práticas gramaticais do passado” (tradução própria).

<sup>143</sup> Os tratados ortográficos do período que abordam a pontuação são: *Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574), de Pero de Magalhães de Gandavo (fl. 1574-1576); *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão; *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua portuguesa* (1631), de Álvaro Ferreira de Vera; *Regras Geraes, breves, & comprehensivas da melhor orthografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portugueza* (1666), de Bento Pereira; *Ortografia da lingva portvgveza* (1671), de João Franco Barreto; *Orthographia, ou Arte de escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza* (1734), de João de Morais Madureira Feijó (1688-1741); *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os*

temporal<sup>144</sup>. Especificamente no que diz respeito à periodização focalizada nesta tese, a exclusão dos tratados ortográficos resultaria numa única fonte passível de fornecer os dados que busco investigar: a *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), de João de Barros.<sup>145</sup>

Constatada a centralidade das ortografias na normatização da vírgula dos primeiros séculos de gramatização portuguesa, procedi a um levantamento das publicações que se ocupam do tema durante o século 16 a fim de verificar o quantitativo e a disponibilidade dessas obras. Segundo Kemmler (2013), a gramaticografia quinhentista portuguesa compõe-se de duas obras metagramaticais e duas metaortográficas. Dentre elas, apenas a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira (cf. nota 144, nesta subseção) não dispensa qualquer tratamento à pontuação, de modo que o *corpus* da pesquisa, a ser analisado na quarta seção, constitui-se de três fontes historiográficas. Elenco-as no Quadro 18. Nele e

---

*curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa* (1767), de Luís do Monte Carmelo; *Orthographia da lingua portuguesa, ou regras para escrever certo* (1783), de Francisco Félix Carneiro Sotomaior (1744-c. 1827); *Breve tratado da orthografia para os que não frequentáraõ os estudos, ou Dialogos Sobre as mais principaes Regras da Orthografia uteis para o Povo menos instruido, que dezeja acertar na praxe sem grande multiplicidade de preceitos, que não lhe são faceis de comprehender, e muito mais proveitosos aos Meninos, que frequentão as Escolas* (1792), de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811). Já as ortografias do período que não dispensam qualquer tratamento à pontuação são: *Orthographia da Lingua Portuguesa* (1736), de Luís Caetano de Lima (1671-1757); *Arte, ou novo methodo de ensinar a ler a lingua portuguesa por meyo da estampa, a que se prepoim hum novo systema da sua orthografia* (1788) e *Exame critico das Regras da Orthografia Portuguesa* (1790), ambas de Francisco Nunes Cardoso (?-?). Consultei a 1ª edição de cada obra, com exceção da ortografia de Freire da Cunha, da qual a versão mais antiga a que tive acesso foi a 7ª impressão, publicada em 1792, ainda no século 18. A 1ª edição dessa obra é de 1769.

<sup>144</sup> As gramáticas do período que abordam a pontuação são: *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros; *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina, Ou disposição para facilitar o ensino de lingua Latina pelas regras da Portuguesa* (1725), de Jerônimo Contador de Argote; *Grammatica philosophica, e orthographia racional da Lingua Portuguesa; Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar; e *Methodo grammatical resumido da lingua portuguesa* (1792), de João Joaquim Casimiro (fl. 1792-1811). As obras de Contador de Argote (1725) e de Melo Bacelar (1783), na verdade, incluem a normatização da pontuação nas ortografias que lhes são anexas. Já as gramáticas do período que não dispensam qualquer tratamento à pontuação são: *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira (c. 1507-1580/81); *Methodo grammatical para todas as lingvas* (1619), de Amaro de Roboredo; *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina, Ou disposiçam Para facilitar o ensino de lingua Latina pelas regras da Portuguesa* (1721), de Caetano Maldonado da Gama (pseudônimo de Jerônimo Contador de Argote); *Arte da grammatica da lingua portuguesa* (1770), de Antônio José dos Reis Lobato; *Breve Compendio da Gramatica Portuguesa para o uso Das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa* (1786), de Francisca de Chantal Álvares (1742-depois de 1800); *Rudimentos da grammatica portugueza, Cômmodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores* (1799), de Pedro José da Fonseca; e *Arte da grammatica portugueza ordenada em methodo breve, facil, e claro* (1799), de Pedro José de Figueiredo (1762-1826). Consultei a 1ª edição de cada obra, com exceção de Maldonado da Gama (1721) e Contador de Argote (1725), que são respectivamente a 1ª edição e a 2ª edição de uma mesma obra. Consultei as duas edições devido à presença de um tratado ortográfico anexo a esta última.

<sup>145</sup> As informações deste parágrafo foram constatadas quando tive a oportunidade de folhear cada uma das gramáticas e tratados ortográficos publicados em Portugal entre os séculos 16 e 18. Tal procedimento foi viabilizado pela disponibilidade de quase todos os títulos em acervos de domínio público, geralmente vinculados a universidades brasileiras e estrangeiras e a órgãos governamentais. Tomei como parâmetro para essa busca as obras elencadas no mapeamento epi-historiográfico de Kemmler (2013) e no acervo do HGEL/UFPB: o primeiro reúne informações sobre gramáticas e tratados ortográficos portugueses e latino-portugueses produzidos entre o início do século 15 e o início do século 19; o segundo, sobre gramáticas de língua portuguesa, desde as primeiras produções quinhentistas até a contemporaneidade.

em toda a tese, as grafias dos nomes dos autores foram atualizadas de acordo com a ortografia vigente para garantir maior fluidez na leitura e para homogeneizar a diversidade de formas encontradas nas obras e nos trabalhos que as tematizam. Já os títulos das gramáticas e das ortografias (assim como suas eventuais citações no decorrer da tese) tiveram a ortografia (incluindo a pontuação) original preservada, excetuando-se alografias de natureza tipográfica, sem repercussão fonética, como o *s* longo – *ſ* – empregado em posição inicial e medial de palavra (a exemplo de “ſyllaba” e “caſo”) e o caractere *Œ* correspondente à letra “c” em posição medial (a exemplo de “adjeſtivo” e “leſtor”).

Quadro 18 – Fontes primárias da pesquisa

Ano	Ed.	Autor	Título
1540	1ª	João de Barros	<i>Grammatica da lingua Portuguesa</i>
1574	1ª	Pero de Magalhães de Gandavo	<i>Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua</i>
1576	1ª	Duarte Nunes de Leão	<i>Orthographia da lingoa portvgvesa</i>

Fonte: Elaboração própria (2025)

Como indica o Quadro 18, optei pela 1ª edição das obras, até mesmo porque a única que chegou a ser reeditada ainda no século 16 foi a ortografia de Gandavo (1574). As versões digitalizadas das três fontes estão disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional Digital<sup>146</sup>, que reúne manuscritos e impressos da Biblioteca Nacional de Portugal.

Após ter acesso às publicações, fiz a leitura inicialmente apenas dos capítulos destinados ao tratamento da pontuação. Em seguida, comecei a organizar um quadro-síntese, incluindo informações relativas à vírgula e a sinais de pontuação cuja normatização mantinha com ela algum vínculo (os correlatos ao ponto e vírgula, aos dois-pontos e/ou ao ponto final). Elas podem ser verificadas na maior parte das células coloridas do Quadro 19 abaixo. As colunas relativas a cada obra se iniciam com uma célula de fundo branco, na qual inseri dados sobre a macroestrutura das obras e a pontuação em geral (não direcionada a um sinal em particular) que julgasse relevantes aos propósitos da pesquisa.

<sup>146</sup> O acervo da Biblioteca Nacional Digital pode ser consultado no link: <http://bndigital.bnportugal.gov.pt/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Quadro 19 – Quadro-síntese com dados sobre a normatização da vírgula e de sinais correlacionados na gramaticografia portuguesa do século 16

	<b>João de Barros (1540)</b>	<b>Pero de Magalhães de Gandavo (1574)</b>	<b>Duarte Nunes de Leão (1576)</b>
	<p><b>Cap. Dos pontos e distinções da oraçám</b></p> <p>“Hũa das cousas principaes da orthografia, pela quá entendemos a escritura: ẽ o apontár das partes e cláusulas, e em que <i>os latinos</i> mostráram muita diligência. Esta nam temos nós, principálmente na letera tirada, sendo cousa que impórta muito: por que ás uezes fica a oraçám amfibológica sem elles, donde náçem duuidas. E por a nóssa grammática, nesta parte nam ficár escássa: diremos dos pôtos que podemos usár, se quisermos doutamente escrever” (f. 49r).</p> <p>-----</p> <p>“E em gerál ueiamos dalgũas regras que deuemos ter nas clausulas e periodos da oraçám, e do apontár della” (f. 49r).</p>	<p><b>Cap. Dos lugares onde se hade vsar destas letras maiusculas, &amp; das pausas &amp; distinções que se requerem no discurso das escripturas</b></p>	<p><b>Cap. Tractado dos pontos das clausulas, &amp; de outros que se põem nas palauras, ou oração</b></p> <p>“No processo da oração, ou practica, que fazemos, naturalmente vsamos de hũas distinções de pausas &amp; silencio, assi para o que ouue entender, &amp; conceber o que se diz, como para o que falla, tomar spirito &amp; vigor, para pronunciar. E assi he da mesma maneira, quãdo screuemos. Porque como a scriptura he hũa representação do que fallamos, para se tirar a cõfusão, do que queremos dar a entender, &amp; para saber onde começamos &amp; acabamos as clausulas, vsamos de pontos, como de hũas balisas &amp; marcos, que diuidão as sentenças, &amp; os membros de cada clausula. E he tam importante o apontar a scriptura, que muitas vezes se ignora o verdadeiro sentido della, por falta ou erro dos pontos. Item serue para cõceber na memoria, o que se lee. Porque os spaços ou balisas fazem parecer o caminho mais pequeno, &amp; ser mais facil, &amp; o que não stá diuidido, he mais comprido, &amp; enfadonho” (f. 74r-74v).</p>
<b>,</b>	<p><b>Uirgula / uerga</b></p> <p>“Os latinos, tem estes pontos e sinães, com que destinguẽ as pártes e cláusulas da oraçám: cõma, cólo, uerga, parenthesis, interrogaçám” (f. 49r).</p> <p>“Estas duas pártes [da cláusula divididas pela cõma], se córtam em uirgulas: que sam hũas distinções das pártes da clausula” (f. 49r)</p> <p>“As uergas sam estas zeburas, ao módo dos gregos” (f. 49v).</p> <p>“Estam antre as cortaduras que sam estes dous pontos:</p>	<p><b>Virgula</b></p> <p>“E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar &amp; entender o sentido da sentença, ou clausula, conuemasaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado)” (n.p.)</p> <p>“Da virgula se vsará quando quiserem destinguir hũa parte da outra indo proseguindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario” (n.p.).</p> <p>“E logo a diante do mesmo ponto [hum ponto] a primeira letra que se seguir será maiúscula: porque hum ponto sô tem mais força que dous, &amp; os dous mais que a virgula” (n.p.).</p>	<p><b>Virgula</b></p> <p>“E os pontos que neste tempo se vsão, no partir &amp; diuidir as clausulas, assi na scriptura de mão, como na stampada, são tres. [...] virgula, coma, colon, que teem estas figuras.</p> <p>Virgula , Comma : Colon .” (f. 74v)</p> <p>“E a differença que há entre estes tres pontos he, que a virgula se põe, &amp; faz distinção, quando ainda não stá dicto tal cousa, que dee sentido cheo, mas soamente descansa para dizer mais” (f. 74v).</p> <p>“Mas para saberedes vsar destes pontos em seu lugar, heis de notar, q̃ a virgula se põe para distinguir, não soamente hũa oração da outra, mais</p>

<p>hũas zeburas assy, aque chamámos distinções das pártes da clausula” (f. 49v).</p>		<p>ainda para distinguir hũas dições de outras” (f. 75v). – <u>Especificações desta regra abaixo:</u></p> <p>(1) “Porque se põe despos nomes adiectiuos, quando cõcorrem muitos em hum mesmo caso” (f. 75v)</p> <p>(2) “Item se põe entre substantiuos” (f. 75v)</p> <p>(3) “Item se põe despos de adiectiuo junto a substantiuo” (f. 75v)</p> <p>(4) “Item se põe entre aduerbios puros, sem outra cousa” (f. 75v)</p> <p>(5) “Item se põe despos verbos simpleses, sem algum caso que rejão” (f. 75v)</p> <p>(6) “E o mais cõmummẽte, despos verbos, que regem casos, que he a oração perfecta &amp; acabada” (f. 76r)</p>
<p><i>Ler as óbras de Luthero: nũca obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sálvaçám. (f. 49v)</i></p> <p><i>Ler as óbras de luthero nunca: obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sálvaçám. (f. 50r)</i></p>	<p><b>(sem exemplos)</b></p>	<p>Creo em Deos padre, todo poderoso, criador do ceo, &amp; da terra: &amp; em Iesu Christo seu filho, hũ soo nosso senhor. Amerceaiuos senhor de mi, segundo vossa grande misericordia: &amp; segundo a multidão de vossas misericordias, apagai minha maldade. (f. 75r) [<b>“E os exemplos destes pôtos, como se deuem vsar, se podẽ veer nestas clausulas” (f. 75r).]</b></p> <p>Quem me dará pennas, como de pomba, &amp; voarei, &amp; descansarei? E em verdade vos digo, q̃ quẽ não receber o regno de Deos, como hum menino, não entrará nelle. (f. 75v) [<b>“E assi podem vir muitas virgulas, sem algum cõma, como neste exêplo” (f. 75r-75v).]</b></p> <p>O Emperador conhecedo, quam melhor he viuer em paz, q̃ andar em guerra, fez concertos com elRei de França: &amp; para confirmar estes concertos, se virão em Niça: da qual vista ficarão reconciliados, &amp; os pouos mui cõtentes. Agora se spera por a resolução do que se assentou. Prazerá a Deos, será para quietação do pouo Christão. (f. 76r-76v) [<b>“De maneira, que hũ cõma pode cõprehender muitas virgulas, &amp; hum colon muitos cõmas, &amp; hũ periodo muitos colõs, desta maneira” (f. 76r).]</b> [<b>“Isto se chama periodo, onde vai a clausula, &amp; materia toda acabada,</b></p>

			<p><b>incluindo tres membros, que são tres sentenças, que vão distinctas com o ponto final, que he o colon” (f. 76v).]</b></p> <p>(1) Deuida cousa he ao principe ser humano, liberal, justo, prudente, &amp; constante. (f. 75v)</p> <p>(2) As virtudes são quatro, fortaleza, justiça, temperança, prudencia. (f. 75v)</p> <p>(3) Homem de grãde coração, de singular prudencia, &amp; de diligencia estremada. (f. 75v)</p> <p>(4) ele o fez galantemente, valerosamente, &amp; diligentemente. (f. 75v)</p> <p>(5) Pecquei em comer, em beber, em rijr, em escarnecer. (f. 75v-76r)</p> <p>(6) servir a Deos, amar o proximo, lembrar da morte. (f. 76r)</p>
;	(sinal ausente)	(sinal ausente)	<p><b>Ponto e virgula</b></p> <p>“De outro ponto vsão agora algũus modernos, que consta de hum colon, na parte superior, &amp; de hũa virgula na inferior assi; do qual dizem, q̃ querem vsar, onde não stá dicto tanto, que se aja de poer comma, nem tâpouco, que se aja de poer virgula. Mas a meu veer, he inuêção de pouca vtilidade, &amp; desnecessária, &amp; que eu não imitaria. Porque pelos pontos antigos se distingue tudo, &amp; este faz mais toruação, que distinção, que é o fim dos pontos” (f. 76v).</p>
	(sem exemplos)	(sem exemplos)	(sem exemplos)
:	<p><b>Cõma</b></p> <p>“Os latinos, tem estes pontos e sinães, com que destinguẽ as pártes e cláusulas da óraçám: cõma, cólo, uerga, parenthesis, interrogaçám” (f. 49r).</p> <p>“Cõma, e uocábulo grego, aque podemos chamár cortadura: por que aly se córtá a clausula e duas pártes” (f. 49r).</p>	<p><b>Dous pontos</b></p> <p>“E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar &amp; entender o sentido da sentença, ou clausula, conuemasaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado)” (n.p.).</p> <p>“Dos dous pontos [se vsará] em algũs lugares, onde se fez mais pausa” (n.p.).</p>	<p><b>Comma / coma</b></p> <p>“E os pontos que neste tempo se vsão, no partir &amp; diuidir as clausulas, assi na scriptura de mão, como na stampada, são tres. [...] virgula, coma, colon, que teem estas figuras.</p> <p>Virgula , Comma : Colon .” (f. 74v)</p> <p>“O segundo [ponto] se põe, quando stá dicto tanto, que dá sentido mas fica ainda mais para dizer, para perfeição,</p>

<p>“Na cõma parece que descansa a uóz, mas nam fica o intendimêto satisfeito: por que deseia a outra páрте, com que a óracám fica perfeita e rematáda, com este ponto cólo. Estam antre as cortaduras que sam estes dous pontos: hũas zeburas assy, aque chamámos distinções das pártes da clausula” (f. 49v).</p>	<p>“E logo a diante do mesmo ponto [hum ponto] a primeira letra que se seguir será maiúscula: porque hum ponto sô tem mais força que dous, &amp; os dous mais que a virgula” (n.p.).</p>	<p>&amp; acabamêto da sentença” (f. 75r).</p> <p>“O qual ponto se chama comma, que quer dizer cortadura” (f. 75r).</p> <p>“O comma se põe sempre em sentença suspensa, &amp; não acabada, como nos exemplos acima dictos [dois primeiros da lista de exemplos abaixo]” (f. 76r).</p> <p>(1) “Itê se põe, quãdo na practica que fazemos, referimos palauras d’outrem” (f. 76r).</p> <p>(2) “Item vsamos do comma quando conuertemos as palauras em alguem” (f. 76r).</p> <p>-----</p> <p>(1) “Item se escreue com letra capital, o q̃ vai despois do cõma, quãdo se muda de hũa sentença a outra” (f. 60r).</p> <p>(2) “Ou quãdo se passa de hũa pessoa a outra” (f. 60r)</p> <p><b>(Regras geeraes da orthographia da lingoa Portuguesa [Regra 17])</b></p>
<p>“E dado que o intedimento pela mayór páрте quando imos lendo qualquer escritura, elle uáy fazendo os pontos que se requerê sem ôs ter: muitas uezes os mesmos pontos lhe fázem sentir a uerdáde della, como se póde uer nesta diçám amfibológica” (f. 49v).</p> <p><i>Ler as obras de Luthero: nũca obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sálvaçám.</i> (f. 49v)</p> <p>“Como iulgaremos estas paláuras nam serem heréticas? com os pontos: por que a páрте, nũca, tem força neste entendimento, e onde se acósta, aly cáy. Aquy destruye a precedente, e nam a sequente: ca dizemos” (f. 49v-50r).</p> <p><i>Ler as obras de luthero nunca: obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sálvaçám.</i> (f. 50r)</p>	<p><b>(sem exemplos)</b></p>	<p>Creo em Deos padre, todo poderoso, criador do ceo, &amp; da terra: &amp; em Iesu Christo seu filho, hũ soo nosso senhor. Amerceaiuos senhor de mi, segundo vossa grande misericordia: &amp; segundo a multidão de vossas misericordias, apagai minha maldade. (f. 75r) [<b>“E os exemplos destes pôtos, como se deuem vsar, se podê veer nestas clausulas” (f. 75r).</b>]</p> <p>Senhor não me argüaes em vosso furor: nem me comprehendæes em vossa ira. No principio era a palaura: &amp; a palaura era acerca de Deos: &amp; Deos era a palaura. (f. 75r) [<b>“Item se ha de notar, que em hũa clausula pode vir hũ cõma, ou mais, sem nenhũa virgula, como nestes exemplos” (f. 75r).</b>]</p> <p>O Emperador conhecêdo, quam melhor he viuer em paz, q̃ andar em guerra, fez concertos com elRei de França: &amp; para confirmar estes concertos, se virão em Niça: da qual vista ficarão reconciliados, &amp; os poucos mui cõtentes. Agora se spera por a resolução do que se assentou. Prazerá a Deos, será para quietação do pouo</p>

		<p>Christão. (f. 76r-76v) [“<b>De maneira, que hũ cõma pode cõprehender muitas virgulas, &amp; hum colon muitos cõmas, &amp; hũ periodo muitos colõs, desta maneira”</b> (f. 76r).] [“<b>Isto se chama periodo, onde vai a clausula, &amp; materia toda acabada, incluindo tres membros, que são tres sentenças, que vão distinctas com o ponto final, que he o colon”</b> (f. 76v).]</p> <p>(1) Sam Paulo diz: fee sem obras he morta. E Platão diz: Os homens não nascerão para si soos. (f. 76r)</p> <p>(2) Direi a Deos: Não me condeneis: Mostraime como me julgaes assi. (f. 76r)</p> <p>-----</p> <p>(1) Dicam Deo: Noli me condemnare. / Direi a Deos: Não me queirais cõdênar. (f. 60r)</p> <p>(2) Dixit autê quidã: Ecce mater tua. / Dixe então hũ certo homê: Ex aqui vossa mãi. (f. 60r)</p> <p><b>(Regras geeraes da orthographia da lingoa Portuguesa [Regra 17])</b></p>
<p><b>Cólo</b></p> <p>“Os latinos, tem estes pontos e sinâes, com que destinguê as pártes e cláusulas da óraçám: cõma, cólo, uerga, parenthesis, interrogaçám” (f. 49r).</p> <p>“Cólo, ẽ o termo ou márco em que se acába a cláusula” (f. 49r).</p> <p>“Na cõma parece que descansa a uóz, mas nam fica o intendimêto satisfeito: por que deseja a outra pártre, com que a óraçám fica perfeita e rematáda, com este ponto cólo” (f. 49v).</p> <p>“As paláuras que iázem antre dous cólos, se chamam, clausula, ao nósso modo: e segundo os gregos, periodo aque os latinos chamam</p>	<p><b>Hum ponto</b></p> <p>“E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar &amp; entender o sentido da sentença, ou clausula, conuemasaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado)” (n.p.).</p> <p>“De hum ponto [se vsará] no fim da clausula, onde se acaba de concluir algũa cousa” (n.p.).</p> <p>“E logo a diante do mesmo ponto [hum ponto] a primeira letra que se seguir será maiúscula: porque hum ponto sô tem mais força que dous, &amp; os dous mais que a virgula” (n.p.).</p>	<p><b>Colon / Periodo</b></p> <p>“E os pontos que neste tempo se vsão, no partir &amp; diuidir as clausulas, assi na scriptura de mão, como na stampada, são tres. [...] virgula, coma, colon, que teem estas figuras.</p> <p>Virgula , Comma : Colon .” (f. 74v)</p> <p>“O terceiro [ponto] se põe, quando teemos chea a sentença, sem ficar della mais que dizer. E chamase colon, que quer dizer mẽbro. Porque elle he parte do periodo, que he a clausula ou materia acabada, de que a baxo diremos mais. O qual periodo, que quer dizer arrodeo, cõsta de tres membros, &amp; ao menos de dous” (f. 75r).</p> <p>“O colon &amp; periodo tudo se assinala com hum pôto, &amp; nisso ha pouco que dizer, pois são pontos, q̃ se põem no fim da sentença acabada, ou da clausula toda, em que não ha que</p>



termo” (f. 49v).		<p>errar” (f. 76r).</p> <p>-----</p> <p>“Item se escreue com letra capital &amp; grande, todo o principio de lectura, &amp; qualquer clausula, que se siga despois de acabar outra clausula precedente, em pôto final, ou interrogatiuo, ou admiratiuo, como se veraa nos exêplos, que poeremos, quando tractarmos dos pontos das clausulas” (f. 60r).</p> <p><b>(Regras geeraes da orthographia da lingoa Portuguesa [Regra 17])</b></p>
<p><i>Ler as óbras de Luthero: nũa obedeçer ao pápa, e o mais seguro pera a sálvaçám.</i> (f. 49v)</p> <p><i>Ler as óbras de luthero nunca: obedeçer ao pápa, e o mais seguro pera a sálvaçám.</i> (f. 50r)</p>	(sem exemplos)	<p>Creo em Deos padre, todo poderoso, criador do ceo, &amp; da terra: &amp; em Iesu Christo seu filho, hũ soo nosso senhor. Amerceaiuos senhor de mi, segundo vossa grande misericordia: &amp; segundo a multidão de vossas misericordias, apagai minha maldade. (f. 75r) [<b>“E os exemplos destes pôtos, como se deuem vsar, se podẽ veer nestas clausulas”</b> (f. 75r).]</p> <p>Senhor não me argüaes em vosso furor: nem me comprehendæes em vossa ira. No principio era a palaura: &amp; a palaura era acerca de Deos: &amp; Deos era a palaura. (f. 75r) [<b>“Item se ha de notar, que em hũa clausula pode vir hũ cõma, ou mais, sem nenhũa virgula, como nestes exemplos”</b> (f. 75r).]</p> <p>E em verdade vos digo, q̃ quẽ não receber o regno de Deos, como hum menino, não entrará nelle. (f. 75v) [<b>“E assi podem vir muitas virgulas, sem algum cõma, como neste exêplo”</b> (f. 75r-75v).]</p> <p>No principio criou Deos o ceo &amp; a terra. Qual de vos me aguirá de peccado? (f. 75v) [<b>“Item pode hauer clausulas, em que não entre virgula, nem cõma: se não soo o ponto final como aqui”</b> (f. 75v).]</p>

Fonte: Elaboração própria (2025)

O Quadro 19 foi estruturado em colunas, cada uma representando no eixo vertical uma obra, dispostas de forma a compor uma linha cronológica no eixo horizontal, com as fontes mais antigas localizadas à esquerda das mais recentes. No topo das colunas, indiquei em

negrito os nomes dos autores e os anos de publicação das obras. Na primeira linha das células coloridas, destaquei os metatermos empregados pelos gramáticos para designar cada um dos sinais e, em seguida, fiz o registro *ipsis litteris* das definições, das regras e dos respectivos exemplos por meio dos quais os sinais são normatizados (as duas primeiras nas células de fundo claro, os últimos nas células de fundo escuro). Acrescentei, ainda, quaisquer outros fragmentos expositivos e/ou argumentativos incorporados ao tratamento teórico-normativo desses sinais. Tal organização espacial otimiza a visualização global, a localização e a comparação dos dados que compõem a normatização das obras, revelando-se especialmente produtiva ao propósito de sistematizar as informações disponibilizadas nas fontes.

Aplicar o procedimento descrito no parágrafo anterior a outros sinais além da vírgula mostrou-se necessário para contemplar situações em que um grupo de sinais forma um sistema em que uns são definidos em relação aos outros. Casos semelhantes em diferentes momentos da história foram explicitados na subseção 1.1.3, quando evidenciei que obras como as de Isidoro de Sevilha (século 6 AEC), Estêvão Cavaleiro (1516), João Vaz (15??), Eduardo Carlos Pereira (1945) e Celso Cunha (1972) definem grupos de três ou quatro sinais através de uma gradação relativa às pausas instituídas e/ou às unidades sintático-semânticas delimitadas.

Depois de ler os capítulos específicos sobre a pontuação e sistematizar os dados referentes à vírgula e aos sinais a ela correlacionados, procedi à leitura integral das obras, guiando-me por quatro objetivos: i) compreender o perfil epistemológico da gramática e dos tratados ortográficos; ii) identificar a sua organização macroestrutural e o lugar da pontuação nesse contexto; iii) averiguar se algum aspecto da pontuação é abordado fora dos capítulos especificamente destinados ao tema; e iv) compreender, no quadro teórico engendrado pela obra, o sentido de metatermos mobilizados, mas não conceituados explicitamente nos capítulos sobre pontuação. Esse último objetivo foi o que tornou mais operacional colocar a leitura específica sobre o tópico gramatical que investigo à frente da leitura completa das obras. A maior familiaridade com as fontes em sua dimensão global proporcionou um olhar mais refinado e aprofundado para os dados relativos à normatização da vírgula na segunda leitura dos capítulos dedicados à pontuação, durante a leitura integral.

A partir desse procedimento, inseri novos dados no quadro-síntese referente aos sinais de pontuação nas poucas ocasiões em que encontrei informações a seu respeito em capítulos não especializados no tema. Exemplificam registros dessa natureza os excertos que sucedem as linhas pontilhadas no interior tanto das células de fundo branco (cf. primeira coluna do Quadro 19) quanto de fundo colorido (cf. terceira coluna do Quadro 19). Informações

relativas a metatermos cujo significado não é expressamente apresentado nos capítulos especializados em pontuação foram registradas em anotações à parte.

Foi esse contato inicial com os dados sobre a normatização da vírgula nos primeiros séculos de gramatização portuguesa, já pré-analítico em certa medida<sup>147</sup>, que me levou a refutar a análise das ortografias seiscentistas realizada por Nunes (2006) (cf. subseção 2.4) e a restringir a periodização investigada nesta tese ao século 16, que inaugura o processo de gramatização lusitana e, com ele, o processo de normatização da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa.

De um lado, julgo exequível aos limites de uma pesquisa de doutorado a tarefa de investigar, na gramaticografia quinhentista, as primeiras iniciativas de regulamentação dos usos desse sinal gráfico porque elas se materializam em capítulos bastante curtos. Por outro lado, o distanciamento temporal dessas fontes em relação ao presente impõe o desafio de lidar com um universo terminológico e conceitual que, para ser devidamente compreendido, requer um resgate minucioso do contexto histórico, da atmosfera intelectual e das epistemologias que o forjaram. A esse respeito, destaco sobretudo a metalinguagem oriunda da retórica clássica, parcialmente evidenciada desde a introdução desta tese (cf. subseção 1.1.3). Nesse sentido, parto do pressuposto de que interpretar, com base nos princípios da imanência, da contextualização e da adequação propostos por Koerner (2014f) (cf. subseção 2.4), a rede terminológica que esteia a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 permite compreender os impactos da linhagem latinizada sobre as formas de pontuar prescritas pelas gramáticas e ortografias desse período.

Assim, com o nível de aprofundamento a partir do qual esta tese se propõe a investigar a totalidade de fontes quinhentistas que estão à disposição do pesquisador contemporâneo e que apresentam dados sobre o processo de normatização da vírgula, tenciono fornecer um quadro teórico que não apenas elucide os gestos descritivo-normativos inaugurais da

---

<sup>147</sup> Em Maris (2022), faço um movimento analítico inicial em torno das duas primeiras fontes que compõem o *corpus* desta tese – a gramática de Barros (1540) e o tratado ortográfico de Gandavo (1574) – no intuito de identificar, interpretar e inter-relacionar os aspectos sintáticos e prosódicos que fundamentam a normatização da pontuação no século 16. Em decorrência da análise do modo como os autores mobilizam noções como descanso na voz, cláusula, parte, oração perfeita, distinção e entreposição, os resultados do estudo apontaram que o sistema de pontuação da língua portuguesa, já na gramaticografia renascentista, era apresentado a partir de confluências entre sintaxe e prosódia, ou entre a delimitação de constituintes oracionais e a demarcação de pausas próprias à entonação, corroborando as descontinuidades, aqui evidenciadas na subseção 1.1.3, da “lenta conquista” por meio da qual Houaiss (1996) descreve a história da pontuação ocidental. Assim, por fornecer um panorama das primeiras iniciativas de regulamentação do sistema pontuacional no âmbito da língua portuguesa, esse trabalho, mesmo não focado especificamente na vírgula, teve papel importante para a caracterização conceitual, terminológica e descritivo-normativa do tratamento gramatical conferido ao referido sinal no contexto quinhentista, a partir da qual pude confirmar a pertinência do recorte temporal estabelecido para o desenvolvimento desta tese.

gramaticografia portuguesa acerca da pontuação, mas que possa fundamentar trabalhos interessados em dar continuidade ao resgate historiográfico ora empreendido. Reconstruo, portanto, parte significativa do horizonte de retrospectção (cf. Auroux, 2014; cf. subseção 2.7.2) do cenário luso-brasileiro de normatização da vírgula, que se iniciaria no século 19.

### 3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Como parte da etapa hermenêutica da pesquisa (cf. subseção 3.1), elaborei um quadro interpretativo com categorias de análise alinhadas aos objetivos específicos delimitados para esta tese (cf. subseção 1.3). Estes, por sua vez, estão relacionados à face externa (contexto) e interna (conteúdo) do conhecimento linguístico (cf. subseção 2.2), assim como às três dimensões da matéria técnica a partir das quais Swiggers (2021) caracteriza o objeto de estudo da HL (cf. subseção 2.7.2). Essa rede de relações, que foi paulatinamente sendo estabelecida ao longo das considerações teóricas apresentadas na última seção, pode ser visualizada no Quadro 20 a seguir:

Quadro 20 – Correlação entre categorias de análise e objetivos específicos da pesquisa

Dimensões do objeto	Dimensões da matéria técnica da HL	Objetivos específicos da pesquisa	Categorias de análise
Contexto	–	a. Relacionar o processo de normatização da vírgula com o contexto histórico, a atmosfera intelectual e os modelos epistemológicos de produção gramaticográfica no contexto lusitano do século 16	Filiação retórica
Conteúdo	Dimensão apreensiva ou contemplativa	b. Identificar e interpretar as concepções e os fenômenos de sintaxe, bem como as relações entre oralidade e escrita, que moldaram as definições, as regras e os exemplários que constituem a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16	Formulação conceitual
	Dimensão modeladora	c. Mapear e analisar processos de consolidação, mudança e apagamento nas definições, nas regras e nos exemplários que constituem a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16	Estrutura normativa
		d. Identificar e analisar movimentos de continuidade e descontinuidade que caracterizaram o processo de normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 quanto à rede de metatermos e conceitos utilizada nas definições de vírgula e/ou em suas regras de uso	Metalinguagem gramatical
	Dimensão aplicativa	e. Caracterizar a normatização da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16 quanto às formas de abordagem e às estratégias de apresentação utilizadas	Modelização didática

Fonte: Elaboração própria (2025)

Assim, com o propósito geral de *descrever e interpretar o desenvolvimento do processo de normatização da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa durante a gramatização lusitana ocorrida no século 16* (cf. subseção 1.3), estruturo as análises da próxima seção a partir das seguintes categorias:

a. *Filiação retórica*: Por meio dessa categoria, identifico os compromissos sociopolíticos e/ou teórico-metodológicos assumidos pelos gramáticos no plano retórico de suas obras. Foco, assim, nas estratégias argumentativas, nas marcas linguísticas e nas redes de citações e alusões intertextuais que vinculam ou desvinculam o discurso dos gramáticos às ideias contemporâneas ou precedentes ao contexto histórico em que eles se inserem, sobretudo no que diz respeito aos princípios que caracterizam as diferentes linhagens gramaticográficas.

Para isso, serão examinados tanto as seções de apresentação das obras quanto o plano argumentativo que atravessa os gestos descritivo-normativos dos capítulos voltados ao estudo da pontuação. A autopercepção dos gramáticos quanto à sua inserção na atmosfera intelectual de seu tempo histórico, rastreável por suas reivindicações de continuidade e descontinuidade em relação a correntes intelectuais e/ou a modelos epistemológicos de produção gramaticográfica, constituirá um parâmetro para se analisar como os posicionamentos retóricos dos gramáticos ressoam nos componentes teórico, descritivo-normativo e didático das obras, investigados a partir das demais categorias de análise.

b. *Formulação conceitual*: Por meio dessa categoria, investigo como se estrutura a modelagem conceitual que alicerça a normatização da vírgula, particularmente no que diz respeito às formas de se conceberem tanto a sintaxe quanto as relações entre oralidade e escrita. Também interessa compreender quais fenômenos sintáticos estão implicados nessa normatização. Sua formulação conceitual poderá ser identificada pelas definições que são atribuídas à vírgula, pelas sequências expositivas e/ou argumentativas que fornecem explicações teóricas ao leitor da gramática e pelos condicionantes prosódicos e/ou sintáticos que regem a prescrição das formas de pontuar. Para identificar estes últimos, será necessário contrastar as regras apresentadas pelos gramáticos e o exemplário que lhes corresponde nas obras investigadas.

c. *Estrutura normativa*: Por meio dessa categoria, procuro compreender como as definições, as regras e os exemplos relativos à vírgula numa determinada obra se interconectam de modo a configurar um dispositivo de normatização e como os diferentes quadros normativos apresentados pelos gramáticos ao longo da história se concatenam em processos de consolidação, mudança e/ou apagamento. Na constituição da estrutura normativa das obras individualmente, interessa, quando possível, identificar e analisar as suboperações (denominação, caracterização, segmentação, categorização, estabelecimento de relações e hierarquização) que incidem sobre as unidades linguísticas demarcadas pela vírgula. Para compreender como se configura uma dada estrutura normativa, pode ser necessário inter-relacionar dados sobre a normatização da vírgula com outros pertinentes à normatização de outros sinais, particularmente nos casos em que o gramático situa um grupo de sinais num contínuo de pausas e/ou de delimitação sintático-semântica. Ao comparar as estruturas normativas das gramáticas que compõem o *corpus*, atento também para as possíveis

argumentações que implícita ou explicitamente amparam as convergências e divergências verificadas.

d. *Metalinguagem gramatical*: Por meio dessa categoria, focalizo a terminologia empregada pelos gramáticos para definir a vírgula e/ou para prescrever suas regras de uso. Procedo a uma descrição sistemática e a uma análise crítica da metalinguagem gramatical mobilizada na normatização de cada gramática, atentando para as relações entre forma, conteúdo e aplicação dos metatermos no âmbito do sistema nocional a que eles fazem referência. Também busco identificar, quando necessário, as relações lógicas que se estabelecem entre os diferentes metatermos empregados num mesmo quadro normativo, assim como cotejar a rede terminológica que ancora a normatização de diferentes gramáticas ao longo do tempo.

e. *Modelização didática*: Por meio dessa categoria, procuro desvelar a arquitetura descritiva que dá à normatização da vírgula a forma de um texto gramatical com fins didáticos direcionado a um público específico. Para tanto, caracterizo os gestos descritivo-normativos adotados pelos gramáticos quanto às formas de abordagem e às estratégias de apresentação mobilizadas. As formas de abordagem dizem respeito a decisões do gramático mais diretamente relacionadas à natureza do fenômeno gramatizado (nesta tese, a vírgula), sendo aqui averiguadas a partir de dois parâmetros de modelização: o formato e a argumentação. Sobre o primeiro, interessa compreender o lugar ocupado pela vírgula na organização macroestrutural das obras e na organização microestrutural conferida ao tratamento da pontuação; sobre o segundo, busco caracterizá-lo quanto ao enfoque (mais formal ou mais funcional), ao alcance da abordagem (imanente ou transcendente) e à formulação dos resultados da análise gramatical (sob a forma de regras, prescrições, generalizações e/ou apontamentos/anotações). Já as estratégias de apresentação concernem a decisões do gramático mais diretamente relacionadas à adequação do texto ao público-alvo. Elas serão analisadas com base em um terceiro parâmetro de modelização: a realização técnica. Nesse caso, atento para aspectos relativos ao suporte material e aos modos de apresentação (topicalizações, inclusão de quadros e figuras, uso de recursos tipográficos, etc.) de que se valem os gramáticos e analiso os possíveis efeitos ou motivações relacionados à disposição textual do conteúdo que compõe os capítulos dedicados à pontuação.

Por fim, devo salientar, mais uma vez, que as categorias analíticas ora pormenorizadas não são estanques nem se relacionam estritamente a apenas uma das dimensões que compõem

o objeto de investigação desta tese. Tal como argumentado ao longo de toda a fundamentação teórica do trabalho (cf. seção 2), os diferentes aspectos da normatização da vírgula focalizados em cada objetivo específico, que dão origem às categorias elencadas no Quadro 20, interagem mutuamente na complexa constituição que caracteriza os conhecimentos linguísticos investigados pela HL.



## 4 A NORMATIZAÇÃO DA VÍRGULA NA GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA DO SÉCULO 16

Nesta seção, passo à fase executiva da tese (cf. subseção 3.1), na qual busco, a partir da análise da gramática e dos tratados ortográficos assumidos como fontes primárias (cf. subseção 3.2), atender ao objetivo geral da pesquisa – isto é, *descrever e interpretar o desenvolvimento do processo de normatização da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa durante a gramatização lusitana ocorrida no século 16* (cf. subseção 1.3). Em consonância com o formato tópico e sequencial da exposição (cf. subseção 3.1), a seção tece uma narrativa historiográfica, cronológica portanto, mas costurada a partir dos elementos que indiciam o modo como os gramáticos e ortógrafos de cada período histórico lidam com o problema linguístico sob investigação neste trabalho: a normatização da vírgula. Tais elementos materializam-se nas cinco categorias interpretativas que orientam a descrição historiográfica que aqui se inicia – filiação retórica, formulação conceitual, estrutura normativa, metalinguagem gramatical e modelização didática (cf. Quadro 20, na subseção 3.3) –, elaboradas durante a etapa hermenêutica (cf. subseção 3.1), em diálogo com os objetivos específicos da pesquisa (cf. subseção 1.3).

Destaco que, devido à íntima relação entre os aspectos investigados por meio dessas categorias, não as abordo necessariamente em ordem ou de forma isolada. Noutra via, são os dados presentes nas fontes constitutivas do *corpus* que determinam o fio argumentativo responsável por articular as considerações referentes a cada categoria. À guisa de síntese, contudo, apresento, na próxima e última seção (cf. seção 5), as principais conclusões sobre o processo de normatização da vírgula quanto a cada categoria interpretativa ocorrido no intervalo de tempo em que foram produzidas as fontes analisadas.

Desse modo, a presente seção está estruturada em quatro subseções. Na primeira, “4.1 Panorama histórico sobre as origens da gramaticografia e da normatização da vírgula no contexto lusitano: considerações iniciais”, focalizo algumas informações contextuais que explicam a emergência de um processo que, ao inaugurar a produção de gramáticas e ortografias do português, traz consigo os primeiros gestos de descrição e normatização da vírgula no sistema de pontuação dessa língua. Nas três subseções seguintes, intituladas “4.2 A vírgula em João de Barros (1540)”, “4.3 A vírgula em Pero de Magalhães de Gandavo (1574)” e “4.4 A vírgula em Duarte Nunes de Leão (1576)”, analiso cada um dos três instrumentos linguísticos portugueses que normatizam a vírgula durante o século 16.

#### 4.1 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE AS ORIGENS DA GRAMATICOGRAFIA E DA NORMATIZAÇÃO DA VÍRGULA NO CONTEXTO LUSITANO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A vírgula esteve entre os sinais normatizados por gramáticos e ortógrafos desde suas primeiras iniciativas de regulamentar os usos do sistema de pontuação em língua portuguesa, que podem ser encontradas em três dos quatro instrumentos linguísticos sobre o português produzidos durante o primeiro século de gramatização portuguesa: a *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros; as *Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574), de Pero de Magalhães de Gandavo; e a *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão.

Apenas a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira, não aborda o tema focalizado nesta tese (cf. subseção 3.2), o que é esperado diante do perfil epistemológico da obra. Afinal, não são poucos os historiógrafos que, a despeito de nela reconhecerem originalidade teórica – sobretudo no campo da descrição fonética –, argumentam que esse primeiro instrumento linguístico sobre a língua portuguesa não configura uma gramática no sentido estrito de uma arte gramatical, que, de forma sistemática e com propósito normativo, reduz a língua a um conjunto de regras. Nessa perspectiva, pesquisadores como Buescu (1978, 1984), Kossárik (1990), Kemmler (2001), Gómez Asencio e Gonçalves (2015), Vieira (2018), Schäfer-Prieß (2019), Borges Neto (2022) e Kaltner (2023) atribuem à obra de Barros (1540) o rótulo de primeira codificação do português na forma de uma gramática. Há, portanto, referência à normatização da vírgula desde a primeira “gramática propriamente dita” (Kemmler, 2001, p. 158) da língua portuguesa.

Não é por acaso que a gramaticografia portuguesa emerge justamente em princípios do século 16. Num movimento semelhante ao de Auroux (2014) quando aponta os fatores que impulsionaram o massivo processo de gramatização das línguas europeias iniciado no Renascimento (cf. subseção 2.7.2), Schäfer-Prieß (2019), atendo-se especificamente ao contexto lusitano, sinaliza três condições inerentes a esse tempo histórico que tornaram possível o florescimento dos referidos gestos de produção gramaticográfica, dos quais analiso, nesta subseção, a normatização da vírgula: i) a consolidação da língua nacional e da língua escrita; ii) a disponibilidade de uma tradição gramaticográfica; e iii) a existência de circunstâncias políticas e socioculturais em que a produção de gramáticas do português fizesse sentido ou fosse necessária.

Quanto à primeira, a autora atesta o recrudescimento do uso escrito do vernáculo em Portugal desde o século 13, quando, nas primeiras décadas, já se registram documentos em português<sup>148</sup> e, nas últimas, em antecipação à postura de outros países europeus, o idioma nacional é oficializado como língua escrita do país, chegando a substituir o latim até mesmo em documentos eclesiásticos<sup>149</sup>. Faraco (2016), embora contemporize a afirmação de que o português teria se tornado língua nacional em 1296 pela iniciativa de D. Dinis<sup>150</sup>, também aponta para o paulatino aumento da proporção de documentos escritos em vernáculo durante o seu reinado<sup>151</sup>.

Supõe-se que, no século 15, o português tenha superado o latim no domínio da escrita<sup>152</sup>, situação à qual, segundo Schäfer-Prieß (2019), a corte lusitana passou a se opor com o advento do humanismo renascentista, adotando medidas para recuperar o prestígio do latim clássico, como a tradução de textos escritos em vernáculo e o ensino de leitura, escrita e gramática latina a jovens aristocratas. Apesar da importância do latim ter alcançado seu auge no reinado de D. João III (1502-1557), período que coincide com a publicação das obras de Oliveira (1536) e Barros (1540), os esforços da corte não seriam suficientes para impedir o desenvolvimento do vernáculo, no que Schäfer-Prieß (2019, p. 84) vê um aparente paradoxo: “O renascimento do latim clássico para uma pequena elite (e assim a sua inutilidade, como *high variety*, para a situação existente de diglossia) viria acabar por levar ao triunfo definitivo das línguas vernáculas<sup>153</sup>”.

A pesquisadora alemã sugere, ainda, que, para além do jogo de forças com o latim, a disputa com o castelhano, língua de cultura em Portugal mesmo antes do domínio filipino, iniciado com a União Ibérica em 1580, também exerceu significativa contribuição ao desenvolvimento da consciência linguística nacional. Nesse embate, ela destaca que, embora a

<sup>148</sup> Schäfer-Prieß (2019) cita, desse período, o *Testamento de D. Afonso II* (1214) e a *Notícia de Torto* (c. 1214) como os primeiros documentos escritos em português, mas Kemmler (2001) explica que, frutos das pesquisas arquivísticas de Ana Maria Martins (1999), textos mais antigos, anteriores inclusive ao século 13, já foram descobertos. Cf. MARTINS, A. M. Ainda 'os mais antigos textos escritos em português': documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, I. H. (ed.). **Lindley Cintra**: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão. Lisboa: Edições Cosmos; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. p. 491-534.

<sup>149</sup> Cf. MARQUES, A. H. de O. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes, I: das origens ao Renascimento. Lisboa: Palas Editores, 1985. 435 p.

<sup>150</sup> A afirmação desse suposto marco histórico é atribuída a Ramos *et al.* (2010). Cf. RAMOS, R.; SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. G. (org.). **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. 1149 p.

<sup>151</sup> “Há claros exageros e equívocos nessa assertiva. O que aconteceu no reinado de D. Dinis foi que o uso da língua românica vernácula na documentação produzida pela Chancelaria Real se tornou sistemático e suplantou o uso do latim” (Faraco, 2016, p. 23).

<sup>152</sup> Cf. STEGAGNO PICCHIO, L. João de Barros: Diálogo em louvor da nossa linguagem. logo em louvor da nossa linguagem. In: STEGAGNO PICCHIO, L. **La méthode philologique**: écrits sur la littérature portugaise, II: la prose et le théâtre. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982, p. 281-313.

<sup>153</sup> Aqui, a autora parafraseia as ideias de George Bossong (1990). Cf. BOSSONG, G. **Sprachwissenschaft und Sprachphilosophie in der Romania**: Von den Anfängen bis August Wilhelm Schlegel. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1990. 389 p.

ausência de cânone literário o colocasse em desvantagem, o português se sobrepunha ao castelhano ao se converter, antes e em maior dimensão, em língua de exploração marítima, imposição missionária e colonização<sup>154</sup>.

A segunda condição elencada por Schäfer-Prieß (2019), a disponibilidade de uma tradição gramaticográfica, decorre das mudanças processadas na gramaticografia latina durante a Idade Média. Para a autora, a situação diglósica de Portugal, em que o latim, não sendo língua materna de ninguém, tinha sua relevância como segunda língua, sobretudo em função da influência do catolicismo no país, impulsionava um ensino de latim com finalidades práticas, exclusivamente direcionado à aprendizagem de conhecimentos linguísticos. Ainda que não seja possível, tendo em vista o desaparecimento da maior parte da bibliografia linguística medieval (cf. Verdelho, 1995), precisar a extensão do uso do vernáculo nesse contexto, sabe-se que, já no século 14, havia uma gramática latina escrita em português, o que evidencia, na visão da pesquisadora, o papel do idioma nacional como língua de transmissão de conhecimentos. A informação a respeito da existência da obra – as *Reglas pera Enformamos os Menynos en Latin* (c. 1375) – é de Verdelho (1995, p. 45), que, assim como Schäfer-Prieß (2019), sublinha a progressiva adequação do vernáculo à escrita no âmbito da teorização gramatical, incluindo uma transposição terminológica do latim para o português:

O precioso códice do séc. XIV, que teve, ao que parece, muito uso, deve ter sido levado para [a] Inglaterra no início do séc. XV, onde terá servido ainda para o estudo do latim. É o único texto gramaticográfico medieval escrito em português, de que temos conhecimento e que chegou até nós. O seu valor documental é particularmente significativo e poderá modificar algumas convicções sobre o ensino da gramática e da língua latina na Idade Média e sobre a função relativa então atribuída ao vernáculo. Além disso, esta pequena gramática propõe, pela primeira vez, o aportuguesamento sistemático de toda a terminologia gramatical, e é, de certo modo, o primeiro texto científico redigido em língua portuguesa.

Outras mudanças na gramaticografia latina que, de acordo com Schäfer-Prieß (2019), possibilitaram fazer de seu aparato categorial e conceitual um modelo para a descrição dos vernáculos europeus – antes concebidos como línguas destituídas de regras e, portanto, não passíveis de gramatização – foram, inicialmente, a ênfase da reflexão gramatical na lógica e, mais tarde, na retórica.

Na primeira situação, Verdelho (1995) explica que, no século 13, resvalava sobre o cenário intelectual e pedagógico português um movimento, que tomara corpo na Europa

<sup>154</sup> Substituo os termos “expansão marítima” e “missionação” empregados pela autora, assim como procurei evitá-los ao longo de todo o trabalho, porque os considero demasiadamente ligados a uma visão eurocêntrica dos projetos colonialistas a que as nações europeias submeteram os povos que viviam nas terras que lhes foram usurpadas.

desde o século anterior, de renovação da teoria gramatical, com as disciplinas do *trivium*, atravessado pela filosofia escolástica e pela lógica, cada vez mais interessadas na “estruturação mental e ideológica” (Verdelho, 1995, p. 31) do que numa instrumentação voltada para a interpretação e a produção de textos<sup>155</sup>. Segundo Schäfer-Prieß (2019), a gramática afastava-se do estudo dos autores clássicos, assumindo uma feição filosófica, teórica e especulativa. O latim, tomado como “the specification of the general grammar, the word-classes and syntax of the perfect language”<sup>156</sup> (Bursill-Hall, 1972 *apud* Schäfer-Prieß, 2019, p. 87), tornava-se para os modistas quase equivalente a uma metalinguagem, posteriormente aplicável às gramáticas vernaculares.

Em paralelo à perspectiva lógica, havia também uma gramaticografia latina de orientação retórica, que, cultivada em países como Itália e França desde o século 11, materializava-se na forma de tratados curtos e pouco sistemáticos sobre tópicos linguísticos específicos, como ortografia e semântica lexical (Schäfer-Prieß, 2019). Trata-se de um conjunto de textos que complementavam as gramáticas escolares, considerados “antecessores diretos dos tratados metagramaticais humanistas” (Schäfer-Prieß, 2019, p. 88)<sup>157</sup>. Os humanistas passam, conforme indica a autora, a produzir gramáticas completas inseridas nessa tradição. Através de Antônio de Nebrija, o novo ideário chega à Espanha e, com as suas *Introductiones latinae* (1481), vence a resistência que havia encontrado para se impor na Universidade de Lisboa<sup>158</sup>. Dentre os valores propagados, está o resgate dos autores clássicos e, por conseguinte, do latim “ciceroniano”, em oposição ao latim “bárbaro” e “indouto” ensinado durante a Idade Média (Verdelho, 1995; Schäfer-Prieß, 2019). Não mais construto lógico, Schäfer-Prieß (2019) salienta que o objeto da gramaticografia latina humanista passa a ser compreendido como uma língua histórica particular<sup>159</sup>, o que contribuirá para a percepção de que, se o latim já tinha sido língua materna e conquistara o estado de perfeição

<sup>155</sup> Aqui, Verdelho (1995), assim como Schäfer-Prieß (2019) nas informações dos dois períodos seguintes, fundamenta-se nos comentários de Geoffrey Leslie Bursill-Hall para sua edição da *Grammatica speculativa* (c. 1310) de Tomás de Erfurt (?-?). Cf. ERFURT, T. von E. **Grammatica speculativa**: an edition with translation and commentary by G. L. Bursill-Hall. London: Longman, 1972. 352 p.

<sup>156</sup> Em português: “a especificação da gramática geral, das classes de palavras e da sintaxe da língua perfeita” (tradução própria).

<sup>157</sup> As informações deste período e do anterior baseiam-se em Percival (1975). Cf. PERCIVAL, W. K. The grammatical tradition and the rise of the vernaculars. In: SEBEOK, T. A. (ed.) **Current trends in linguistics**. Historiography of Linguistics. v. 13. The Hague; Paris: Mouton, 1975. p. 231-275.

<sup>158</sup> “Em Portugal houve uma importante vitalidade cultural anti-humanística, ou pelo menos não-humanista, e já não especificamente medieval, na segunda metade do século XV e princípios do século XVI. Essa cultura foi precipuamente decisiva para a promoção do vernáculo como língua escrita, ao lado, ou mesmo contra o latim” (Verdelho, 1995, p. 58).

<sup>159</sup> Cf. SCHLIEBEN-LANGE, B. Okzitanisch: Grammatikographie und Lexikographie. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (ed.). **Lexikon der Romanistischen Linguistik**: v. 2. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. p. 105-126.

documentado e codificado em sua forma escrita pela tradição literária e gramatical, o mesmo poderia suceder com as línguas modernas, fruto de mudanças processadas no latim ao longo do tempo. É também essa percepção que alicerça, a partir do Renascimento, o argumento de que o estudo das línguas ditas vulgares facilitaria a aprendizagem do latim. Para promovê-la, os manuais escolares de gramática latina do período renascentista, segundo Verdelho (1995), trazem anexos textos de iniciação humanística focados nos ingredientes formais da leitura e da escrita, incluindo noções e figuras essenciais de retórica, regras de metrificação e exercitação versificatória, procedimentos da arte epistolar e técnicas de pontuação.

A terceira e última condição que, para Schäfer-Prieß (2019), viabilizou o início da produção gramaticográfica sobre a língua portuguesa diz respeito ao contexto político e sociocultural que Portugal vivenciava à virada do século 16. Para além da mudança de olhar para a Antiguidade clássica, movida pela historicização do latim, comentada no parágrafo anterior, a autora destaca alguns aspectos já abordados, num plano mais abrangente do contexto europeu, na ocasião em que apresentei o conceito de gramatização de Aurox (2014) (cf. subseção 2.7.2): o papel do vernáculo para a consolidação do conceito de nação num momento em que Portugal se firmava enquanto estado nacional<sup>160</sup>; o advento da imprensa em meio à formação de um público leitor, em sua maioria, mais proficiente em português do que em latim; e os impactos sobre a consciência linguística portuguesa provocados pela imposição do português ante as línguas dos povos submetidos ao projeto colonial do império lusitano. Na ótica de Schäfer-Prieß (2019, p. 95), portanto, “o Renascimento oferecia um clima político e sociocultural que, sob muitos aspectos, vinha ao encontro dos interesses de uma gramaticografia vernácula”.

Como se pode perceber, o momento histórico que gesta a gramaticografia lusitana e, com ela, a normatização da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa é marcado por uma apologia ao vernáculo que traz consigo uma atitude ambivalente em relação ao latim: o propósito de atestar, nos termos de Kossárik (2003), a gramaticalidade do português (seu caráter sistemático, indicativo da possibilidade de sua descrição na forma de uma arte gramatical) impunha tanto equipará-lo estruturalmente ao latim – e, para isso, mobilizar o aparato categorial e os princípios de análise construídos para a explicação das línguas clássicas – quanto destacar particularidades que lhe conferissem *status* de língua autônoma, emancipada daquela que lhe deu origem.

---

<sup>160</sup> Cf. AUROUX, S. Le processus de grammatisation et ses enjeux. In: AUROUX, S. (dir.). **Histoire des idées linguistiques**: tome 1: le développement de la grammaire occidentale. Liège/Bruxelles: Éditions Mardaga, 1992. p. 11-64.

A partir de certo momento, assistimos ao paradoxo de que são os humanistas do Renascimento, tão devotamente apaixonados pelas línguas e culturas clássicas, aqueles precisamente, que vão abrir o caminho para o estudo mais intenso das línguas vernaculares, que entrarão em competição com o prestígio cultural do latim, do qual, finalmente, sairão vencedoras (Buescu, 1978, p. 15).

O paradoxo referido por Buescu (1978) é reafirmado pelos pontos de vista de Borges Neto (2022) e Kossárik (2003). O primeiro autor o interpreta como manifestação do “pensamento de transição” (Borges Neto, 2022, p. 140) peculiar ao humanismo renascentista, que olhava simultaneamente para o passado, redescobrimdo o mundo clássico, e para o futuro, promovendo os “romances” à condição de línguas ao gramatizá-los<sup>161</sup>. Nessa perspectiva, Borges Neto (2022) define o ideário linguístico humanista a partir da convivência entre dois humanismos, um do tipo clássico e outro do tipo vernacular<sup>162</sup>: este enaltecia os vernáculos, aplicando-lhes ideais de correção análogos aos do latim clássico, enquanto aquele resgatava o latim clássico, recusando as supostas deturpações que os usos então em voga lhe imputavam. Já Kossárik (2003), ao reconhecer a presença de traços medievais na tradição linguística portuguesa que emerge no século 16 e se estende ao século 17, expande o amálgama ideológico a partir do qual se pode caracterizar as gramáticas que nela se inserem. Para a pesquisadora, a convergência de ideias de diferentes períodos promovido por essa tradição permite caracterizá-la como interparadigmática, no sentido kuhniano do termo (cf. subseção 2.6), além de refutar a visão reducionista que a restringe a mero retorno à Antiguidade clássica:

O estudo da tradição filológica portuguesa da época anterior à de Port Royal destrói um dos mitos da historiografia linguística sobre a perda das idéias linguísticas do Medievo. [...] O estudo das obras portuguesas do século XVI e XVII dá razões para afirmar que a linguística da época não só conserva a idéia da língua universal, formada na Idade Média, mas desenvolve-a, embora com certas transformações, condicionadas pelas mudanças do contexto sociocultural. O problema de refletir significados universais pela língua era estudado no decurso de toda a história da linguística, mas é na prática da descrição de múltiplos idiomas que esta problemática se estende a toda variedade de línguas, a qualquer língua concreta. Os gramáticos do período [...] desempenharam um importantíssimo papel nesta extrapolação, para a qual contribuiu a nova situação sociolingüística por levantar o problema da descrição de diversas línguas e estimular a aplicação a elas do cânone gramatical antigo. A consolidação das idéias de língua universal e língua particular estava ligada ao estabelecimento da correlação entre os significados universais e os meios concretos da sua expressão em línguas reais (Kossárik, 2003, p. 152-153).

<sup>161</sup> “A tradição do português como língua escrita começa em finais do século XII / inícios do século XIII. É, porém, só com o Renascimento que o vernáculo começa a ser considerado digno de ser munido de uma gramática própria, tendo o conceito de ‘gramática’ ou de ‘língua’ sido reservado até então para o latim” (Kemmler, 2001, p. 157).

<sup>162</sup> Borges Neto (2022) atribui os termos “humanismo clássico” e “humanismo vernacular” a Zamora (1995). Cf. ZAMORA, J. C. *Renaissance Linguistics in Spain*. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). **Concise history of the language sciences: from sumerians to the cognitivists**. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 157-161.

Antes de comentar o ponto de vista de Kossárik (2003), é importante salientar que ele está longe de ser unânime entre os historiógrafos que se dedicam ao estudo da gramaticografia quinhentista portuguesa. Por um lado, ele endossa análises como a de Buescu (1984), segundo a qual o modelo latino, adotado por João de Barros (1540) numa metodologia contrastiva que enfatizava mais diferenças que identidades com o português, não assumia apenas a função de esquema latino, mas também de esquema universal. Assim, para a autora, essa gramática seria o elo entre a Antiguidade e Port-Royal, de tal maneira que “a categorização lógica subjaz a todo o discurso e constitui infra-estrutura mental sobre a qual se edifica a doutrina gramatical barrosiana” (Buescu, 1984, p. 179).

Por outro lado, Verdelho (1995), embora considere, como Kossárik (2003), que a ruptura entre as gramaticografias medieval e renascentista é “provavelmente hipervalorizada” (Verdelho, 1995, p. 73), centra seus estudos na tradição latino-portuguesa, aproximando-se parcialmente do ponto de vista de Ponce de León (2015), contrário, por sua vez, à incidência de qualquer matriz logicista ou universalista nos tratados metagramaticais do português, com exceção da obra de Fernão de Oliveira (1536). Para este último pesquisador, os gramáticos portugueses limitaram-se a conformar suas descrições aos modelos latinos ou a fontes renascentistas. A seu ver, a emergência de ideias universalistas amplamente reconhecida no *Methodo grammatical para todas as lingvas* (1619), de Amaro de Roboredo, culmina, na verdade, de uma tímida corrente racionalista presente na gramaticografia latino-portuguesa dos séculos 16 e 17:

Perante a questão de se houve uma corrente racionalista consolidada na gramaticografia portuguesa deste período [o século 16], julgo que a resposta deverá ser negativa: no início do século XVI, os comentadores portugueses da gramática de Juan de Pastrana propõem uma abordagem que segue ainda de perto a matriz especulativa da gramática medieval e, por esta razão, apresentam elementos mais próximos da gramática racionalista renascentista do que as artes que sairão dos prelos portugueses durante as décadas seguintes (Ponce de León, 2015, p. 36).

Kossárik (1990, 2003) inclui Barros (1540) entre as obras que apresentam traços da gramática universal, cuja expressão mais emblemática do período analisado pela autora – os séculos 16 e 17 – se manifestaria, anos mais tarde, em Roboredo (1619), como indica Ponce de León (2015) no fragmento supracitado. No caso da primeira arte gramatical portuguesa, a pesquisadora aponta a adoção de um princípio analítico que busca correlações entre semântica e forma, optando pelo significado como ponto de partida. As descrições que, sob sua ótica, melhor evidenciam tal perfil epistemológico incidem sobre as categorias caso, tempo, modo e voz. Não cabe aos propósitos desta subseção esmiuçá-las, mas a discussão já empreendida



nesta tese (cf. subseção 2.4) sobre a dupla acepção por meio da qual, segundo Vieira e Faraco (2025), a gramática barrosiana interpreta o caso no português (fenômeno lógico-semântico) e no latim (fenômeno morfológico) é suficiente para elucidar a análise de Kossárik (1990, 2003) (cf. nota 88, na subseção 2.4), a despeito da ausência de qualquer referência a princípios da gramática universal por parte daqueles pesquisadores. Para a linguista russa, Barros (1540) e outros gramáticos aos quais ela atribui tendência universalista assumem o caso dos nomes (bem como o tempo, o modo e a voz dos verbos<sup>163</sup>) como significado suscetível a distintas formas de expressão a depender da língua.

Elaborados com o intuito de adaptar o alfabeto latino ao português (Borges Neto, 2022), os outros dois instrumentos linguísticos a serem analisados nesta seção, os tratados ortográficos de Gandavo (1574) e Leão (1576), também estão inseridos no contexto apologético de valorização do vernáculo ante o latim e o castelhano, razão pela qual Vieira (2018) os considera alinhados aos ideais de gramatização renascentista. Desse modo, o pesquisador atribui às três obras aqui focalizadas uma tripla finalidade: a codificação, a normatização e a dignificação da língua portuguesa. Para cumprir esses propósitos, seus autores tomavam como modelo o latim, antepassado clássico do português, e argumentavam em favor da expressividade, da riqueza vocabular e da complexidade linguística, atributos, à luz da atmosfera intelectual da época, associados ao potencial de veicular cultura e alta literatura (Vieira, 2018).

Buescu (1978) vê nas apologias, nas defesas e nos louvores à língua que acompanham as obras de Barros (1540), Gandavo (1574) e Leão (1576) – nas duas primeiras, na forma de um diálogo anexo a cada instrumento linguístico<sup>164</sup> e, na última, incorporados aos capítulos do tratado ortográfico – tanto a função de fundamentá-las teoricamente quanto a de justificar, por meio delas, a própria criação das gramáticas de línguas vulgares. O problema da dignificação do português – que chegava a configurar uma “Questão da Língua” (Buescu, 1981, n.p.) no caso da rivalidade com o castelhano – constitui, de acordo com a autora, um dos vetores que organizava o pensamento linguístico-gramatical dos Quinhentos, a par do problema da normalização ortográfica. Se, por um lado, essa avaliação corrobora a sintonia apontada por Vieira (2018) dos três autores ao espírito de época, Buescu (1981, 1983) diferencia-os quanto

<sup>163</sup> “A mesma situação achamos na descrição do verbo. Uns autores trasladam o modelo elaborado no cânone antigo ao sistema verbal das línguas às vezes muito diferentes da latina, apesar de faltarem nessas línguas formas especiais para exprimir alguns significados gramaticais. Esses autores se aproximam da compreensão do tempo, modo ou voz como categorias lógico-semânticas universais. Outros só distinguem essas formas nas línguas que descrevem as categorias verbais que têm os meios formais de exprimir os respectivos significados, apresentando-as como categorias gramaticais (morfológicas)” (Kossárik, 2003, p. 127).

<sup>164</sup> Trata-se do *Dialogo em lovvor da nossa lingvagem*, de João de Barros (1540), e do *Dialogo em louuor da lingua Portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gandavo (1574).

às estratégias de que cada um se vale para atender a esse objetivo em comum. A pesquisadora assinala que, a despeito da incontestada filiação latina tanto do gramático quanto dos ortógrafos quinhentistas, Barros (1540), com uma atitude presencialista e sincrônica, aposta na observação direta das formas consagradas pelo uso (não qualquer uso, evidentemente), ao passo que Leão (1576), com uma atitude diacrônica, encontra no parentesco entre as línguas, particularmente na etimologia, o fundamento para legitimar noções teóricas e preceitos relativos ao sistema ortográfico. Essa mudança de perspectiva, para Buescu (1983), estaria associada à transição entre o Renascimento e o Barroco. A despeito de julgar que a autora “acerta em cheio” (Kemmler, 2001, p. 157) ao identificar na tradição linguística do século 16 duas correntes cuja divergência reside justamente na oposição sincronia/diacronia, Kemmler (2001) prefere rotular a segunda de pós-renascentista em virtude da ausência de consenso quanto à classificação do período em que se publicam as primeiras ortografias sobre o português como barroco. Além disso, ele vincula Gandavo (1574) à mesma corrente diacrônica que separa Leão (1576) de Barros (1540), ratificando a mudança epistemológica do processo de gramatização quinhentista discutida por Buescu (1983).

Nas próximas três subseções, passo ao exame pormenorizado do tratamento teórico-normativo conferido à vírgula por cada um desses instrumentos linguísticos.

#### 4.2 A VÍRGULA EM JOÃO DE BARROS (1540)

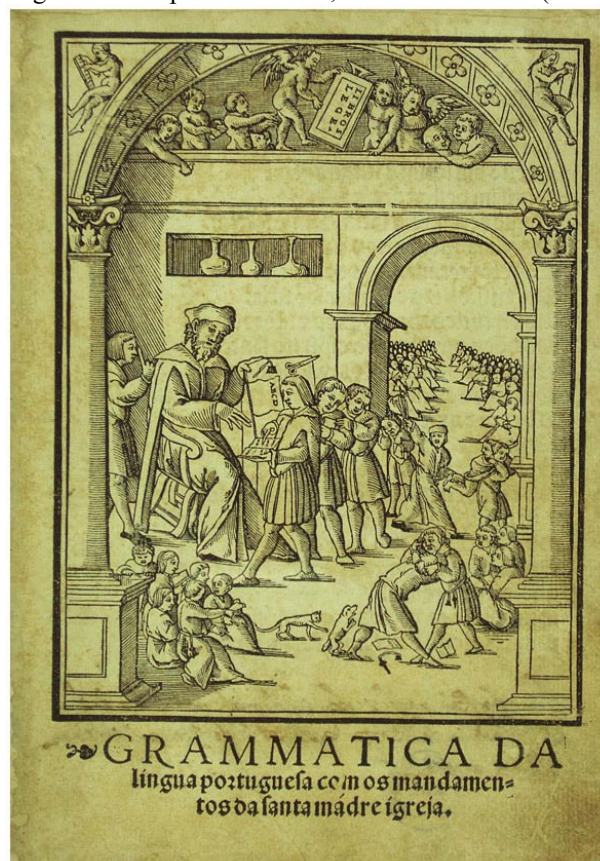
O texto de apresentação da *Grammatica da lingua Portuguesa* tem o tom conciso e direto que caracteriza a obra de Barros (1540), limitando-se a um único parágrafo, que assim se inicia:

Em acartinha passáda, demos árte pera os minimos [*sic*] fáçilmente aprenderẽ aler: cõ toda adiuersidáde de syllabas que a natureza de nõssa linguágẽ padeçe. E assy lhe apresentamos os preçeitos daley, & os mandamentos da santa mãdre Igreja: cõ o tratádo da missa em as quáes cousas cõuem serẽ elles doutrinados por que como diz sam Bernárdo, non ẽ cousa menos piadõsa ẽsinar o animo com sapiencia que dar mantimẽto ao corpo (Barros, 1540, f. 1v).

Nesse fragmento, Barros (1540) faz referência a uma das três obras que, junto à sua *Grammatica*, provavelmente compuseram uma publicação em conjunto (cf. Buescu, 1984; Kemmler, 2001; Araujo, 2008; Vieira, 2018, 2024; Schäfer-Prieß, 2019; Borges Neto, 2022). Trata-se da *Cartinha*, uma cartilha de primeiras letras, destinada, como declara o autor, simultaneamente à alfabetização e à evangelização das crianças do sexo masculino. A

pedagogia linguística e cristã que fundamenta o material didático está representada na ilustração de capa que o acompanha:

Figura 12 – Capa da *Cartinha*, de João de Barros (1539)



Fonte: Barros (1539)

A Figura 12 traz uma gravura que retrata cenas cotidianas de um espaço reservado à educação infantil da época: crianças reunidas num cômodo, outras mostrando seus cadernos ao professor, duas delas envolvidas numa briga e sendo observadas. Na arquitetura da construção em que se encontram, estão representados anjos, símbolos da fé cristã, atentos ao cenário escolar, um deles segurando uma placa com a mensagem “Libros lege” (do latim: “Leia livros”). O título *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja*, logo abaixo da imagem, não identifica a *Cartinha* como uma gramática, remetendo, na verdade, à soma dos quatro opúsculos que deveriam integrar um único volume. Após a cartilha de iniciação à leitura, viriam a *Grammatica da lingua Portuguesa*, foco desta subseção, e dois diálogos respectivamente destinados à exaltação do português e à doutrinação religiosa: o *Dialogo em lovvor da nossa lingvagem* (1540) e o *Dialogo da uiçiosa Vergonha* (1540). A “Tauoada do que se contem neste liuro” (Barros, 1539, n.p.) – espécie de

sumário não paginado que consta no verso do fólio reproduzido na Figura 12 – confirma essa organização. Seus itens, não numerados na versão original, estão listados no Quadro 21:

Quadro 21 – Itens do sumário publicado na *Cartinha*, de João de Barros (1539)

1.	<i>Introduçam pera breuemente aprender a ler.</i>
2.	<i>Pater noster &amp; Ave maria em latim &amp; linguagem.</i>
3.	<i>Credo em latim &amp; linguagem.</i>
4.	<i>Diuisam destes artigos da fê.</i>
5.	<i>Salve regina em latim &amp; linguagem.</i>
6.	<i>Os.x.mandamentos da ley/&amp; os.v.da igreja.</i>
7.	<i>Os sete sacramentos da igreja.</i>
8.	<i>As.xiiij.óbras da misericórdia.</i>
9.	<i>As virtudes theologaes &amp; moraes.</i>
10.	<i>Os dões &amp; frutos do espirito santo.</i>
11.	<i>Os imigos dálma: &amp; os.v.sentidos.</i>
12.	<i>Os pecádos mortaes: &amp; as virtudes contra elles.</i>
13.	<i>A bençã da mesa: &amp; as grãças.</i>
14.	<i>Tratado da missa.</i>
15.	<i>Oraçam á hostia: &amp; oraçam ao caliz.</i>
16.	<i>As orações Obsecro te: &amp; Juste iudex.</i>
17.	<i>Evangelho de sam Ioam: &amp; o quicũque vult</i>
18.	<i>Os dias de jejũar &amp; guardár: com as.iiij.temporas.</i>
19.	<i>Grãmatica da lingua portuguesa: &amp; ortografia com que se á descreuer.</i>
20.	<i>Hum diálogo em louuor da nõssa linguagem.</i>
21.	<i>Hum diálogo da viciõsa vergonha.</i>

Fonte: Adaptado de Barros (1539, n.p.)

O item 1 da listagem de conteúdos (“Introduçam pera breuemente aprender a ler”) corresponde, ao longo da cartilha, a um abecedário com associações entre cada letra do alfabeto e um desenho que ilustra uma palavra por ela iniciada, seguido de princípios para a formação das sílabas em português, apresentados com o auxílio de uma espécie de mandala e

de esquemas gráficos que exemplificam diferentes combinações das vogais com consoantes e/ou encontros consonantais em posição anterior ou posterior a elas. Os itens 2 a 18 referem-se às leituras de cunho religioso propostas na cartilha, em alguns casos bilíngues (“em latim & linguágem” – ou seja, em latim e português) e/ou acompanhadas de imagens de santos católicos. Os dezoito primeiros itens, portanto, compõem o que, segundo Araujo (2008), pode ser o primeiro livro didático ilustrado da história, precursor de uma prática que só se estabeleceria mais de um século adiante. A *Cartinha* só é assim designada no parágrafo final do opúsculo: “A lovvor de deos e da gloriosa virgem Maria, acábasse a *Cartinha* com os preceitos e mandamentos da santa mádre igreja [...]” (Barros, 1539, n.p., grifo próprio). Finalmente, os itens 19 a 21 designam a gramática aqui investigada – cujos capítulos finais compõem a referida “ortografia com que se á descreuer”, na qual a pontuação é abordada – e os já mencionados diálogos.

Apesar da manifesta intenção de compor um material didático através da reunião dos opúsculos, eles foram publicados separadamente – com exceção da *Grammatica da lingua Portuguesa* e do *Dialogo em lovvor da nossa lingvagem*, que vieram a público juntos – no curto intervalo entre dezembro de 1539 e janeiro de 1540 (Buescu, 1984; Monteiro, 1997). De acordo com Araujo (2008), as razões para esse fato são desconhecidas, mas há indícios de que o gramático tenha expressado desagrado pela opção do impressor Luís Rodrigues em contrariá-lo<sup>165</sup>. O pesquisador relata, ainda, que o volume completo, englobando as quatro partes, só foi publicado em 1785, com o amparo de monges do Mosteiro da Real Cartucha de Évora. Contudo, segundo Kemmler (2001), nenhum exemplar da obra integral sobreviveu à contemporaneidade, de modo que a versão compilada a que se tem acesso atualmente foi editada pela linguista portuguesa Maria Leonor Carvalhão Buescu, em 1971.

De todo modo, a sequência planejada por Barros atesta que ele almejava alcançar um mesmo público-alvo com a cartilha e a gramática e que as lições daquela eram pré-requisitos às desta. A continuidade do parágrafo que compõe o texto de apresentação da *Grammatica* corrobora tais constatações:

Fica agora dármos os preceitos da nóssa Grammatica, decuiu titolo intitulos acartinha: como fundamêto & primeiros elementos da Grãmatica. E por que os mininos das escolas de ler & escreuer, tomarã a outra páte e nã esta, por ser o prímeiro leite de sua criaçam: parecemos que ficáua esta sem fundamento nam

<sup>165</sup> Araujo (2008) fundamenta-se em informações da introdução de Buescu (1971) para a sua edição compilada dos opúsculos de João de Barros (1539-1540). Cf. BUESCU, M. L. C. Introdução. In: BARROS, J. de. **Gramática da língua portuguesa**: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha. Reprodução facsimilar, leitura, introdução e anotações: M. L. C. Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971. 482 p.

declarando a ós que uirem esta sómête que na primeira he o princípio onde está dedicáda ao principe nósso senhor (Barros, 1540, f. 1v).

É importante ressaltar que, se o gramático defendia o ensino de português às crianças lusitanas como propedêutica à aprendizagem do latim (cf. subseção 4.1), isso não implicava o uso de seus manuais didáticos no âmbito escolar, à semelhança da ilustração de capa reproduzida na Figura 12. Faraco (2016) explica que a educação formal de então, dominada pelos jesuítas, era centrada no ensino de latim e realizada em latim, de modo que “as (poucas) gramáticas dos primeiros séculos da gramaticografia portuguesa eram [...] manuais de salão, usadas no interior das casas senhoriais pelos seus autores para apoiar seu trabalho como preceptores” (Faraco, 2016, p. 202). Anos mais tarde, mas quando ainda não havia outra arte gramatical à disposição de quem desejasse estudar as regras que determinavam o “bom uso” do português, a *Ratio Studiorum* (1599), espécie de documento curricular que regulamentava a pedagogia adotada pela Companhia de Jesus, chegaria a proibir explicitamente o uso do vernáculo nas escolas. Ainda que aponte João de Barros como exceção por não ter atuado como preceptor, Faraco (2016, p. 202) não o exclui do conjunto dos “primeiros textos [que] tinham como destinatários nobres, fidalgos e aristocratas”.

Referindo-se em particular à gramática barrosiana, Buescu (1984) também a relaciona ao círculo educacional estritamente palaciano e aristocrático. Ela e outros pesquisadores da gramaticografia quinhentista consideram que, além das crianças lusitanas (ou seus professores), a *Grammatica* de Barros (1540) também podia se dirigir àqueles que operacionalizariam, nas terras recém-invadidas, o projeto de imposição religiosa e linguística que buscava ampliar o poder do império português para além de seus limites geográficos no continente europeu (cf. Araujo, 2008; Borges Neto, 2022; Kaltner, 2023). Assim, as duas finalidades sugestionadas no texto de apresentação da *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540) – ensino da gramática vernácula e doutrinação católica –, indissociáveis na concepção do gramático (cf. Araujo, 2008), estavam ligadas ao seu comprometimento sociopolítico e ideológico com as intervenções colonialistas da coroa portuguesa.

Com efeito, os dados biobibliográficos do autor (cf. Buescu, 1978; Leite, 2007; Araujo, 2008; Schäfer-Prieß, 2019; Kaltner, 2023; Vieira, 2024), que sintetizo neste parágrafo, atestam seu forte vínculo com a corte e com as atividades voltadas para a exploração de territórios submetidos ao domínio de Portugal. João de Barros nasceu por volta de 1496, possivelmente na cidade de Vila Verde ou de Viseu. De família fidalga e católico de feição erasmista, foi educado, durante a juventude, no Paço da Ribeira nos moldes de uma formação cultural aristocrática, expandida pelo autodidatismo que posteriormente faria dele um

profundo conhecedor das culturas greco-latina, escolástica e patrística. Suas produções intelectuais transcendem o domínio linguístico-gramatical, abarcando a literatura, a filosofia e a história. Assim como o fundo pedagógico das obras reunidas junto à *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), títulos de outros trabalhos evidenciam ou ao menos insinuam a sintonia ideológica do autor com a monarquia portuguesa, a exemplo de *Chronica do Emperador Clarimundo, Donde os Reys de Portugal descendem*, romance de cavalaria publicado em 1530, e *Décadas da Ásia (Asia de Joam de Barros, dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimento dos mares e terras do Oriente)*, obra historiográfica produzida por sugestão do rei D. Manuel I (1496-1521) e publicada em três volumes entre 1552 e 1563. À época da publicação da gramática portuguesa, chegou a começar uma gramática latina, intitulada *Grammatices rudimenta*, que permaneceu incompleta sob a forma de manuscrito, tendo sido impressa apenas em 1971, por iniciativa de Buescu. Além da carreira de escritor, assumiu cargos públicos de destaque, fruto dos laços de amizade que nutria com os monarcas D. Manuel I e D. João III. Este teve Barros como moço da guarda-roupa<sup>166</sup> antes de seu reinado e, quando subiu ao trono, concedeu-lhe o cargo de capitão da Fortaleza de São Jorge da Mina. Anos depois, nomeou-o tesoureiro da Casa da Índia e cedeu-lhe a posse de uma ou duas das capitanias hereditárias em que dividira o território brasileiro situado ao leste da linha de Tordesilhas, então recém-traçada. Nessa ocasião, Barros chegou a embarcar com uma armada de dez navios e novecentos homens em direção ao Brasil, embora a expedição tenha fracassado, levando a frota a navegar à deriva e terminar por aportar nas Antilhas espanholas. Nos últimos anos de sua vida, Barros passou a viver em Pombal, onde não mais exerceu funções oficiais e, em 1570, veio a falecer.

Um último aspecto que cabe ser ressaltado ainda acerca do texto de apresentação de Barros (1540) é o anúncio do conteúdo que compõe o opúsculo que se segue à *Cartinha* como “os preceitos da nossa Grammatica” (Barros, 1540, f. 1v). Ao que essa descrição indica, o autor tenciona, em consonância com seu perfil de pedagogo, comum aos humanistas (cf. Kaltner, 2023), conferir à sua obra um caráter essencialmente normativo. Essa postura mostra-se alinhada ao clima de opinião predominante entre os gramáticos renascentistas vernaculares, que, em geral, buscavam se afastar do pensamento especulativo medieval (cf.

<sup>166</sup> Moço da guarda-roupa, de acordo com Senos (2024), é um dos mais elevados cargos dos funcionários que serviam a Casa Real, subordinando-se apenas ao camareiro-mor e à guarda-roupa (outros dois cargos). Atesta o prestígio da função exercida por Barros no reinado de D. João III um excerto de um documento, datado de 1768, no qual o rei D. José I inclui entre suas instruções de boas maneiras para a educação de seu neto a necessidade de “que as conversações como o Príncipe sejam reduzidas somente aos gentis-homens da Câmara, moços da guarda roupa, que o servem e aos Ministros do meu Conselho de Estado, sem que se possa permitir que os reposteiros, varredores, cabeleiros, ou quaisquer outras pessoas destes semelhantes foros, tenham com o mesmo príncipe a menor prática” (O Arquivo, 1768, n.p.).

Borges Neto, 2022). No capítulo “Difinçám da Grãmatica e as pártes della” (f. 2r), o primeiro da obra, Barros (1540) é explícito a respeito dessa intenção. Em adesão declarada à arquitetura gramatical latina, subdivide a gramática em ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe, cujos objetos de descrição são respectivamente a letra, a sílaba, a palavra (“diçam”) e a construção. Logo em seguida, informa ao leitor a maneira como procederá à abordagem de cada uma das partes:

E por q̃ amais pequena destas pártes ẽ aletera, dõde se todolas dicções cõpõem: ueiamos primeiro della, e desy das outras tres. Nam segũdo conuẽ a órdẽ da Grãmatica especulatiua, mas como requẽre a preçeiuiua: usando dos termos da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar della. E tãbem, por que as çiençias requẽrẽ seus próprios termos per onde se am de aprẽder, como as óbras mecanicas instrumentos com que se fãzem, sem os quães, nenhũa destas cousas se póde entender nem acabar (Barros, 1540, f. 2v).

O excerto, portanto, confirma que o uso da expressão “os preçeitos da nossa Grammatica” (Barros, 1540, f. 1v) no parágrafo de abertura da obra institui um posicionamento retórico de continuidade em relação à tradição greco-latina e, com isso, de descontinuidade em relação à tradição especulativa medieval. Na citação, Barros (1540) também expõe duas justificativas para uma das escolhas epistemológicas que o enreda ao ideário da “Grãmatica preçeiuiua”, qual seja o uso da terminologia clássica. Na ótica do autor, essa metalinguagem deve amparar a descrição gramatical do vernáculo, em primeiro lugar, devido à sua descendência histórica em relação ao latim (“cuios filhos somos nós”), vínculo que não coloca o português em posição hierarquicamente inferior (“por nam degenerar della”). A outra razão diz respeito ao uso da metalinguagem latina como aparato universal de descrição gramatical, passível de aplicação a toda língua, que conquista esse *status* e consolida seu valor justamente ao demonstrar o êxito de sua gramatização pelos moldes da gramática latina, cuja terminologia, na visão de Barros (1540), assume papel análogo ao de terminologias científicas.

A filiação retórica de Barros (1540) ao modelo gramatical greco-latino, típica das gramáticas de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), reverbera nos gestos descritivo-normativos que dão forma ao capítulo sobre a pontuação, intitulado “Dos pontos e distinções da óraçám” (f. 49r). Ele está situado ao final da última parte do opúsculo, destinada ao estudo da ortografia (“Da orthografia”). Ao longo do fôlio e meio pelo qual se estende, não há referências diretas a autores específicos da tradição clássica, mas, nesse breve espaço, oito menções genéricas a “os gregos”, “os latinos” e “os gramáticos”, transcritas no Quadro 22 a seguir:



Quadro 22 – Referências genéricas à tradição greco-latina no capítulo sobre pontuação de Barros (1540)

Expressão utilizada	Citações
“os latinos”	“Hũa das cousas principaes da orthografia, pela quál entendemos a escritura: e o apontár das partes e cláusulas, e em que <i>os latinos</i> mostráram muita diligêçia” (f. 49r, grifo próprio).
	“ <i>Os latinos</i> , tem estes pontos e sinaes, com que distinguẽ as pártes e cláusulas da óraçám: cõma, cólo, uerga, parenthesis, interrogaçám” (f. 49r, grifo próprio).
	“As paláuras que iázem antre dous cólos, se chamam, clausula, ao nósso módo: e segundo os gregos, periodo aque <i>os latinos</i> chamam termo” (f. 49v, grifo próprio).
	“Os dous árcos que fázem estas palauras (como ia disse): usam <i>os latinos</i> quando comêtem hũa figura aque chamam Entreposiçám, e os gregos, parêtesis, daquál tratamos na construíçám” (f. 49v, grifo próprio).
“os gregos”	“As uergas sam estas zeburas, ao módo <i>dos gregos</i> ” (f. 49v, grifo próprio).
	“As palávras que iázem antre dous cólos, se chamam, clausula, ao nósso módo: e segundo <i>os gregos</i> , periodo aque os latinos chamam termo” (f. 49v, grifo próprio).
	“Os dous árcos que fázem estas palauras (como ia disse): usam os latinos quando comêtem hũa figura aque chamam Entreposiçám, e <i>os gregos</i> , parêtesis, daquál tratamos na construíçám” (f. 49v, grifo próprio).
“os gramáticos”	Como se conta da repósta que ouue Pirro do oráculo de Apóllo, que <i>os grãmáticos</i> trázem muy comũ, Aio te AEacida Romanos uincere posse (f. 50r, grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Por meio dessa estratégia argumentativa<sup>167</sup>, conforme evidenciam os trechos em destaque no Quadro 22, Barros (1540) procura legitimar as informações apresentadas, tendo em vista, inclusive, a “diligêçia” com que os latinos teriam empregado os “pontos e sinães” abordados no capítulo. Desse modo, a despeito do fundo normativo que impulsiona seu fazer gramaticográfico, o autor opta, nos excertos supracitados, pela construção de sequências predominantemente expositivas, que dão ao conteúdo por elas veiculado um tom factual ou mesmo de verdade com pouca margem para refutações. “Os gregos” e “os latinos” são, portanto, fontes em que se deposita um alto grau de confiança, fornecendo a Barros (1540) o inventário de sinais de pontuação elencados, suas designações (além de designações de unidades linguísticas associadas a seu emprego), seus formatos, as finalidades de seus usos e frases para compor o exemplário que ilustra afirmações do gramático. A prevalência da

<sup>167</sup> Essa estratégia não é exclusiva do capítulo sobre pontuação, mas, conforme análise de Leite (2007), generaliza-se entre as definições e classificações relativas às partes do discurso apresentadas no decorrer da gramática: “Pode-se perseguir a presença da doutrina greco-latina no texto de Barros de duas maneiras: primeiro, pelas referências explícitas, mas genéricas, aos *gregos*, *latinos* e *gramáticos*; segundo, indiretamente, pela identidade de seu texto com o de Nebrija, que, por sua vez, construiu sua gramática principalmente sobre a de Donato, e pelas lições de Quintiliano” (Leite, 2007, p. 147).

tipologia expositiva na escrita de Barros (1540) pode, ainda, estar relacionada, conforme avalia Faraco (2016, p. 202), ao perfil sociocultural e econômico do já mencionado público a que se destina a gramática:

Estes primeiros textos tinham como destinatários nobres, fidalgos e aristocratas. Era a variedade linguística deles que aparecia como pano de fundo dos manuais. Não havia, assim, necessidade de ir além de um prescritivismo leve, de um normativismo ontológico (registrar o “bom costume” ou “o uso e a autoridade dos barões doutos”). Era possível, portanto, focar o discurso numa apresentação descritiva dos fatos da variedade de referência, tendo como base o modelo da gramática latina e exemplos inventados pelo próprio autor.

Valendo-se da autoridade dos latinos, Barros (1540) inicia o capítulo tratando da importância dos sinais de pontuação no domínio da ortografia:

Hũa das cousas principaes da orthografia, pela quál entendemos a escritura: ẽ o apontar das partes e cláusulas, e em que *os latinos* mostráram muita diligẽcia. Esta nam temos nós, principálmente na letera tirada, sendo cousa que impórta muito: por que ás uezes fica a oraçám amfibológica sem elles, donde náçem duuidas. E por a nõssa grammática, nesta parte nam ficár escássa: diremos dos pôtos que podemos usár, se quisermos doutamente escreuer (Barros, 1540, f. 49r).

É interessante perceber o relevo que, no plano discursivo, Barros (1540) atribui ao tema (e, se não se alonga no plano descritivo, tal postura não destoa da estrutura composicional e do estilo característicos de uma arte gramatical destinada à educação primária globalmente perceptíveis na obra), na medida em que, nos três primeiros séculos de gramatização portuguesa, a pontuação está ausente de quase todas as gramáticas e, mesmo nos tratados ortográficos, costumava ser relegada a segundo plano até pelo menos a publicação de *Orthographia, ou Arte de escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa* (1734), de João de Morais Madureira Feijó (cf. Kemmler, 2001). As palavras acima transcritas sugerem a falta de perícia que acometia os portugueses quanto ao emprego da pontuação, principalmente no uso da “letera tirada”<sup>168</sup>, como um problema de escrita que os diferenciava dos latinos e que as orientações doutrinárias do capítulo, baseando-se nos conhecimentos gramaticais da Antiguidade clássica, se propõem a remediar.

<sup>168</sup> De acordo com Kaltner e Santos (2023), o que Barros (1540) chama de letra tirada corresponde à letra cursiva, cujo ensino, segundo o ponto de vista exposto pelo gramático no *Diálogo em lovvor da nossa lingvagem* (1540), deveria ser posterior ao da letra redonda, correspondente à letra de forma (ou bastão, no Brasil). Suponho, então, que a associação entre a imperícia no uso da pontuação e a caligrafia “tirada” possa indicar uma dificuldade que permanecia mesmo entre aqueles que já haviam avançado na aprendizagem da escrita.

As razões da importância de se aprender a pontuar corretamente, conforme o excerto, estão globalmente relacionadas à boa compreensão da escrita, objeto primordial nas definições de gramática e ortografia expressas por Barros (1540) no decorrer da obra:

Grammatica, e uocabulo Grego: quer dizer, ciência de letras. E segundo a difinição que lhe os Grâmaticos derã: e hũ modo çerto e iusto de falar, & escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos. Nós podemos lhe chamár artefício de paláuras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fãla como na escritura, uenhamos em conheçimento das tenções alheas. Por que bem assy emtram as letras pela uista, como as palauras pelos ouuidos: instrumento comque o nósso intendimẽto reçebe as mais das cousas (Barros, 1540, f. 2r).

Esta paláura, Orthografia, e grega: quer dizer ciência de escreuer dereitamente. E dãdo que no prinçipio onde se trãta da letera ouueramos de proseguir na Orthografia, quisemos leuãr a ordem dos artistas, e nam dos grammáticos especulatiuos: por que nósso tençãm e fazer algũ proueito aos minimos [*sic*] que per esta árte aprenderem, leuando õs de leue a grãue, e de pouco a mais. [...] A quy por causa delles trabalharey ser o mais brẽue e clãro que poder [...]. Assy que leixãdas muitas particularidãdes da grammãtica latina, e outras muitas da nósso, tratarey sómente do neçessario aos principiantes (Barros, 1540, f. 40r).

As citações mostram que tanto à gramática, em sua dimensão mais ampla, quanto à ortografia, uma de suas partes, compete regulamentar a escrita, tomando como parâmetro, na ausência de uma tradição literária portuguesa consolidada, os usos de uma elite cultural e econômica (“uso, e autoridade dos barões doutos”).

Na definição de gramática, é possível perceber que a relevância da escrita não exclui a fala do campo de seus objetos de interesse. Pelo contrário, ambas intermedeiam a compreensão humana da realidade exterior (“pera que mediãte ellas, assy na fãla como na escritura, uenhamos em conheçimento das tenções alheas”; “instrumento comque o nósso intendimẽto reçebe as mais das cousas”), o que pode se dar, argumenta Barros (1540), pelo contato dos olhos com as letras durante a leitura ou dos ouvidos com as palavras, faladas ou – cabe conjecturar dado o contexto de época – lidas em voz alta. Assim, os usos considerados exemplares dos “barões doutos” devem modelar, igualmente, a escrita e a fala. Nas duas situações, as unidades linguísticas postas em evidência pela gramática são as palavras, concebidas como partes da oração e estudadas em função de sua correta ordenação na construção do discurso (“Nós podemos lhe chamár artefício de paláuras, póstas ã seus naturáes lugáres”), como num jogo de xadrez cujas peças devem ser colocadas em “cãsas próprias e ordenãdas” (Barros, 1540, f. 2r) e se mover em conformidade a regras preestabelecidas.

Já a definição de ortografia está circunscrita ao domínio da escrita correta, não apresentando, contudo, informações que particularizem a “ciência de escrever dereitamente” em relação à “ciência de letras”, isto é, à gramática. Ao introduzir a parte do opúsculo destinado à ortografia, Barros (1540), para além dessa definição, reforça seu comprometimento retórico com a tradição greco-latina (“a ordem dos artistas”), em oposição à gramática especulativa, e destaca que sua preocupação didática com o público-alvo da obra (“nóssa tençám e fazer algũ proueito aos minimos [*sic*] que per esta árte aprenderem”) o conduz à concisão na abordagem da ortografia (“por causa delles trabalharey ser o mais brẽue e cláro que poder”; “tratarey sómente do neçessario aos principiantes”). Afora o já referido estabelecimento de associações entre objetos de descrição e partes da gramática, segundo o qual ortografia “tráta de letera” (Barros, 1540, f. 2v), sua particularização na arquitetura da gramática barrosiana se dá pela natureza dos capítulos que integram essa última parte da obra. São os conteúdos por eles abordados que revelam o que Barros (1540) toma por indispensável à educação primária em matéria de ortografia. O Quadro 23 enumera os títulos dos capítulos que compõem a parte da gramática que Barros (1540) dedica à ortografia:

Quadro 23 – Títulos dos capítulos ortográficos em Barros (1540)

1.	<i>Das leteras que temos e da sua diuisám.</i> (f. 40v)
2.	<i>Das leteras consoantes.</i> (f. 40v)
3.	<i>Das leteras dobrádas que usamos</i> (f. 41r)
4.	<i>Das leteras numeráes.</i> (f. 41v)
5.	<i>Regras da orthografia</i> (f. 42r)
6.	<i>Regras particuláres de cada letera.</i> (f. 42v)
7.	<i>Dos pontos e distinções da óraçám.</i> (f. 49r)

Fonte: Elaboração própria (2025)

Apesar de apenas as letras figurarem como objetos da ortografia no discurso inicial do gramático, que efetivamente delas se ocupa na maioria dos capítulos elencados no Quadro 23, a inclusão de um capítulo sobre a pontuação (cf. item 7 do Quadro 23) numa obra que se autoidentifica elementar e, por isso, abreviada torna-se gesto simbólico do valor que ele atribui ao tema.

O título do capítulo (cf. item 7 do Quadro 23) remete à finalidade primeira do emprego dos sinais de pontuação, indicar as “distinções da óraçám”, novamente enfatizada no

parágrafo de abertura, dessa vez como “o apontár das pártes e cláusulas” (Barros, 1540, f. 49r). Até aqui, há a indicação de três unidades linguísticas sobre as quais incide a pontuação: a oração, a cláusula e as partes. O exercício de discriminar a natureza de cada uma delas e a sua relação com o emprego da vírgula demanda, como procedo a partir de agora, interpretar definições, regras e exemplos por meio dos quais os sinais mais diretamente ligados a ela são normatizados. Durante essa análise, focalizo também, mais adiante, um dos efeitos que Barros (1540), no parágrafo de abertura do capítulo, associa ao uso correto dos “pontos”, que favoreceria a boa compreensão da escrita: a possibilidade de desfazer o caráter anfibológico de orações.

Seguindo a tradição greco-latina, Barros (1540, f. 49r) anuncia os cinco sinais de que, logo em seguida, tratará: “Os latinos, tem estes pontos e sináes, com que destinguẽ as pártes e cláusulas da óraçám: cõma, cólo, uerga, parenthesis, interrogaçám”. Já aqui, os três metatermos que designam unidades linguísticas afetadas pelo emprego da pontuação começam a ser inter-relacionados, sendo possível afirmar que a oração é a unidade maior, na qual estão subsumidas as cláusulas e as partes. Sigo para os dados específicos, atendo-me a *cõma*, *cólo* e *uerga*, dados os propósitos desta tese.

Os três sinais são abordados sempre de forma conjunta, de modo que aprender a utilizar qualquer um deles segundo a norma prescrita em Barros (1540) requer o mesmo para os outros dois:

Cõma, e uocábulo grego, aque podemos chamar cortadura: por que aly se córtá a clausula e duas pártes. Estas duas pártes, se córtam em uírgulas: que sam hũas distinções das pártes da clausula. Cólo, e o termo ou márco em que se acába a cláusula. As figuras de cada ponto destes: sam as seguintes. Dous aeste módo: se chamam cõma. Este só se chama cólo. As uergas sam estas zeburas, ao módo dos gregos (Barros, 1540, f. 49r-49v).

No fragmento, além de expor as formas que simbolizam os três sinais de pontuação – ou suas “figuras”, para usar a terminologia original –, Barros (1540) os define a partir dos diferentes níveis de segmentação que o emprego de cada um operacionaliza na estrutura da oração. O Quadro 24 relaciona os três sinais e as respectivas unidades linguísticas por eles delimitadas:

Quadro 24 – Unidades linguísticas delimitadas pela pontuação em Barros (1540)

Quadro 21 – Unidades linguísticas delimitadas pela pontuação em Barros (1996)						
Sinal de pontuação	Símbolo	Unidade linguística delimitada				
<i>vírgula</i> ou <i>virgula</i>	,	unidade interna à parte da cláusula	unidade interna à parte da cláusula	unidade interna à parte da cláusula	unidade interna à parte da cláusula	unidade interna à parte da cláusula
<i>côma</i>	:	parte da cláusula		parte da cláusula		
<i>cólo</i>	.	cláusula				

Fonte: Elaboração própria (2025)

Nesse contínuo, representado no Quadro 24, o *cólo* está associado à unidade linguística de nível superior, isto é, a cláusula; a *cõma* divide esta última em duas unidades linguísticas de nível intermediário, as partes da cláusula; e, por fim, a *uirgula* (ou *uerga*) subdivide cada parte da cláusula em unidades ainda menores. Estas não são designadas por um rótulo terminológico específico, mas presumimos sua existência no contínuo na medida em que as *uirgulas* são denominadas “distinções das partes da clausula”, sendo, portanto, responsáveis pela demarcação de fronteiras entre unidades internas às partes delimitadas pela *cõma*.

A abordagem da pontuação em Barros (1540) não se estrutura na forma prototípica que as regras gramaticais, prescrevendo ou proscrevendo circunstâncias em que se deve ou não empregar cada sinal, costumam assumir (cf. subseção 2.7.2). Como é possível perceber até este ponto do capítulo, a formulação dos resultados da análise gramatical do autor materializa-se em generalizações sobre o formato gráfico e a finalidade do uso de cada sinal e, como discuto adiante, em breves apontamentos sobre possíveis efeitos da pontuação sobre orações anfibológicas. As regras gerais que orientam o uso de *cólo*, *cõma* e *uirgula*, portanto, devem ser inferidas dos gestos descritivos com os quais o gramático molda a disposição textual do capítulo. Além disso, o exemplário que abona suas descrições é escasso, havendo uma única frase, replicada sob duas lógicas de pontuação distintas (cf. Quadro 32, adiante), para ilustrar o emprego dos sinais focalizados nesta subseção. Nesse sentido, afirmo desde já que os dados que a gramática barrosiana, na condição de fonte historiográfica, fornece ao leitor contemporâneo são insuficientes para desvendar com precisão a natureza das unidades linguísticas representadas nas células coloridas do Quadro 24. Atenho-me a eles e a

informações da literatura secundária pesquisada para tecer algumas considerações e possibilidades interpretativas.

Reproduzo a seguir as últimas descrições gerais sobre *cólo*, *côma* e *uirgula*, anteriores à análise dos exemplos apresentados ao final do capítulo:

Na cõma parece que descansa a uóz, mas nam fica o intendimêto satisfeito: por que deseia a outra páрте, com que a oraçám fica perfeita e rematáda com este ponto cólo. Estam antre as cortaduras que sam estes dous pontos: hũas zeburas assy, aque chamámos distinções das pártes da clausula. Este só pôto (como iá disse) se chama cólo. As palauras que iázem antre dous cólos, se chamam, clausula, ao nósso módo: e segundo os gregos, periodo aque os latinos chamam termo (Barros, 1540, f. 49v).

O excerto permite identificar a natureza sintático-semântica das unidades linguísticas delimitadas pelo emprego dos três sinais, uma vez que o parâmetro que distingue umas das outras é o seu grau de aproximação (cláusula, parte da cláusula e unidade interna à parte da cláusula, em ordem decrescente) ao sentido completo que caracteriza a oração perfeita. Esta última, de acordo com Vieira (2020a), é uma noção que remete aos *Priscianus minor*, últimos dois livros – dedicados à sintaxe – dos dezoito que integram as *Institutiones grammaticae*, de Prisciano de Cesareia, gramático latino do século 6 EC. O pesquisador explica que, nessa obra (tal qual noutras gramáticas gregas e latinas posteriores), a sintaxe está assentada no conceito de oração como arranjo harmonioso dotado de sentido completo, cuja estrutura requer duas categorias essenciais mínimas: o nome (a substância) e o verbo (o acidente). A oração, nesse momento da história, como já discutido (cf. subseção 2.4), não comporta ainda a estruturação lógico-gramatical contemporânea, amparada em funções sintáticas, sendo descrita a partir da combinação formal entre as partes do discurso. Trasladada para a gramaticografia renascentista, vestígios dessa concepção de oração (e de sentido completo, portanto) podem ser identificados em Barros (1540).

Ao reconstruir o modelo sintático dessa obra por meio de duas ferramentas analíticas (a rede taxonômica e o glossário de metatermos, cf. subseção 2.4), Vieira (2024), apesar de antever uma projeção da oração por meio do estabelecimento de relações (de concordância e regência) entre partes do discurso e casos latinos (cf. Figura 4, na subseção 2.4), conclui que, “enquanto metatermo ou objeto/unidade de análise, a ‘oração’ não desempenha papel relevante no modelo sintático de Barros (1540)” (Vieira, 2024, p. 790). Assim, se contempla todos os metatermos incorporados às análises metalinguísticas ou às regras normativas constitutivas do conhecimento sintático elaborado pelo gramático em sua obra, o glossário de Vieira (2024) não inclui “oração” devido à ausência de qualquer definição para o metatermo

ao longo de todo o instrumento linguístico investigado. De qualquer modo, a partir do exame de outros metatermos, a rede taxonômica construída por Vieira (2024) com base na gramática barrosiana atesta, à semelhança da estrutura oracional teorizada por Prisciano, a centralidade das categorias “nome” e “verbo”. Ademais, na já mencionada metáfora do xadrez, a partir da qual conceitua gramática, Barros (1540, f. 2r) assevera que “todalas linguágẽes tem dous reis, diferentes em gênero, & concordes ã officio”, justamente o nome e o verbo. Cada um deles estaria ligado a uma dama, respectivamente o pronome e o advérbio. As demais partes da oração – participio, artigo, conjunção e interjeição<sup>169</sup> – são as demais peças do jogo, as quais “comũmente s̃eruem aestes dous poderózos reyes” (Barros, 1540, f. 2v).

Quanto à cláusula, unidade sintático-semântica de nível superior, é verdade que a última citação em destaque aponta para a sua coincidência estrutural em relação à oração perfeita. Afinal, ela é constituída das “paláuras que iázem antre dous cólos” (Barros, 1540, f. 49v) e é também este sinal gráfico que demarca o arremate da oração perfeita. Entretanto, conforme já demonstrado nesta subseção, a descrição gramatical que precede a definição de cada sinal de pontuação, ao assinalar a função de distinguir “as pártes e cláusulas *da oraçam*” (Barros, 1540, f. 49r, grifo próprio), sugere que os dois metatermos não designam um mesmo conceito, e sim que a cláusula é parte constitutiva da oração.

Durante a leitura integral dessa primeira fonte em análise, pude identificar apenas três ocorrências do metatermo “cláusula” fora do capítulo destinado à pontuação (à exceção de uma ocorrência, também ligada à pontuação, imediatamente anterior a ele, incorporada ao excerto que o anuncia<sup>170</sup>), associadas a três tipos de solecismo, que, por sua vez, consiste numa das espécies de figuras ou vícios, tema abordado no capítulo situado entre a parte da *Grammatica* dedicada à construção e a parte dedicada à ortografia. Referindo-se explicitamente a Quintiliano, Barros (1540, f. 34r) concebe figura como “hũa fôrma de dizer per algũa árte nóua”. Por “árte nóua”, deve-se compreender aquilo que contraria as convenções gramaticais, isto é, as regras colocadas na forma de arte gramatical, razão pela qual as figuras seriam também consideradas vícios. Os solecismos “se comete[m] na construiçã e ordem das pártes, quando dellas usamos per algũ módo apartádo do comũ uso de fâlar” (Barros, 1540, f. 35v), ou seja, são figuras ou vícios circunscritos ao campo da sintaxe. A rigor, estão fora dela por transgredirem a boa composição das palavras na oração, integrando o que a tradição gramatical trata como “sintaxe figurada”, em oposição à “sintaxe

<sup>169</sup> Ao listar as partes da oração, logo após explicar a metáfora, Barros (1540) inclui, além dessas oito categorias, a preposição.

<sup>170</sup> “E em gerál ueiamos dalgũas r̃eças que deuemos ter nas *clausulas* e periodos da oraçam, e do apontár della” (Barros, 1540, f. 49r, grifo próprio).



regular” (ou “natural”). No Quadro 25, reproduzo os fragmentos em que Barros (1540) se vale da noção de cláusula para definir cada uma das três figuras:

Quadro 25 – Ocorrências do metatermo “cláusula” fora do capítulo sobre pontuação em Barros (1540)

Tipo de solecismo	Citação
Sylepsis	“Sylepsis, quer dizer, concebimento, por que debaixo de nomes sustantiuos e aietiuos de diuersos numeros, e pronomes de diuersas pesoas, colhemos com hum uerbo hũa <i>clausula</i> , como esta, Tu e António e os bõos hómẽes com as molhẽres deuotas folgayes de ouuir as uidas dos santos” (f. 36r, grifo próprio).
Polysyntheton	“Polysyntheton, quer dizer, cõposiçam de muitos, comẽtese esta figura quando muitas paláuras e <i>clausulas</i> se aiuntam per coniuçam a este modo: Cẽsar e Pompeo e Hanibál foram os prinçipaes capitães do mundo, e delles, o primeiro morreo ás punhaladas, e o segundo degoládo, e o terceiro com poçonha” (f. 38r-38v, grifo próprio).
Dyaleton	“Dyaleton, quer dizer, disoluçã ou desatamẽto, o qual se fãz quando muitas pártes e <i>clausulas</i> se aiuntã sem coniuçam: como, Teu coraçã iusto fãz tuas paláuras seguras dos enganos, que tem aquellas que os máos fãlam” (f. 38v, grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Restrito ao domínio da pontuação e das figuras, portanto, o metatermo “cláusula” não integra a sintaxe propriamente dita de Barros (1540), que, equivalente às regras de concordância e regência da língua portuguesa (cf. Vieira, 2024), é tratada no capítulo denominado “Da construiçam das pártes” (Barros, 1540, f. 30r). A relação entre esse metatermo e as figuras parece remeter ao protagonismo da retórica clássica no desenvolvimento do sistema de pontuação ocidental (cf. subseção 1.1.3), hipótese que, conforme procuro demonstrar nos próximos parágrafos, se respalda nas fontes secundárias consultadas para a elaboração desta tese.

Escavy Zamora (2009), por exemplo, alega serem recorrentes na história da gramática ocasiões em que o conceito de “cláusula” parece entrar em conflito com os conceitos de “oração” e “proposição”. Ao rastrear seu uso na gramaticografia espanhola, o autor defende a ideia de que o termo “cláusula” estaria “vinculado a la tradición retórica, no estrictamente gramatical”<sup>171</sup> (Escavy Zamora, 2009, p. 143), ainda que reconheça serem tênues as linhas divisórias entre as duas no âmbito da sintaxe. Dentre os gramáticos citados como parte do horizonte de retrospectão do período focalizado pela pesquisa – o século 19 –, destaco Antônio de Nebrija, forte influência doutrinária da gramática barrosiana (cf. Monteiro, 1997; Asencio; Gonçalves, 2015; Vieira, 2018, 2024; Schäfer-Prieß, 2019; Borges Neto, 2022; Ponce de León Romeo, 2022). Em sua *Gramatica de la lengua castellana* (1492), Nebrija

<sup>171</sup> Em português: “vinculado à tradição retórica, não estritamente gramatical” (tradução própria).

também se vale do conceito de cláusula para definir figuras de construção, particularmente “zeugma” e “hipozeusis”, de acordo com Escavy Zamora (2009). Contudo, utilizando o comando *ctrl+f*<sup>172</sup> em versão digitalizada da gramática nebrissense, pude localizar outras cinco ocorrências ao longo da obra. Desse modo, no Quadro 26, distribuído nas duas páginas a seguir, reúno todos os excertos em que o metatermo “cláusula” é empregado por Nebrija (c. 1744-1747)<sup>173</sup>:

Quadro 26 – Ocorrências do metatermo “cláusula” em Nebrija (c. 1744-1747)

Parte da oração	Citação
Conjuncion	“Las significaciones de la conjuncion son diversas. Unas para aiuntar palabras e sentencias. como diziendo el maestro lee. e el dicipulo oie. esta conjuncion. e. aiunta estas dos <i>clausulas</i> quanto a las palabras e quanto a las sentencias” <sup>174</sup> (n.p., grifo próprio).
	“Otras [significaciones de la conjuncion] son para dar causa como diziendo io te enseño porque se. porque. da causa de lo que dixo en la primera <i>clausula</i> ” <sup>175</sup> (n.p., grifo próprio).
	“Otras [significaciones de la conjuncion] son para concluir. como diziendo. io leo mientras tu oies. io leere quando tu quisieres. tu lo haras como io lo quisiere. Estas conjunciones. mientras. quando. como. continuan las <i>clausulas</i> de arriba. con las de abaxo: e en esta manera todas las conjunciones se pueden llamar continuativas” <sup>176</sup> (n.p., grifo próprio).
Tipo de solecismo	Citação
Zeugma	“Zeugma es quando debaxo de un verbo se cierran muchas <i>clausulas</i> . como diziendo pedro. e martin. e antonio lee por dezir pedro lee. e martin lee. e antonio lee. e llamase zeugma: que

<sup>172</sup> *Ctrl + f* (ou *command + f*, no sistema *MacOS*) é um comando utilizado nos sistemas operacionais *Windows* e *Linux* para localizar sequências específicas de caracteres em conteúdos escritos de documentos digitais e *websites*.

<sup>173</sup> Tendo em vista que a edição original, de 1492, não permite a localização de palavras através do mecanismo de busca utilizado, consultei a reedição setecentista da obra. Apesar de se tratar de uma edição não oficial (“edición contrahecha”) – cuja iniciativa é ora atribuída ao conde de Sarzedas, ora colocada em dúvida (cf. Álvarez de Miranda, 2002) –, Esparza Torres (2011, p. 115) destaca que, ao contrário do que se pode esperar, a publicação setecentista está longe de apresentar “graves problemas bibliográficos, al estilo de los que encontramos con los ejemplares que conservamos de la primera impresión de los diccionarios nebrisenses” [Em português: “graves problemas bibliográficos, ao estilo dos que encontramos com os exemplares que conservamos da primeira impressão dos dicionários nebrissenses” (tradução própria)]. As citações do Quadro 26 são idênticas nas duas edições, com exceção da tipografia empregada, gótica na primeira e romana na segunda.

<sup>174</sup> Em português: “As significações da conjunção são diversas. Uma para ajuntar palavras e sentenças. como dizendo o mestre lê. e o discípulo ouve. esta conjunção. e. ajunta estas duas *cláusulas* quanto às palavras e quanto às sentenças” (tradução própria).

<sup>175</sup> Em português: “Outras [significações da conjunção] são para dar causa como dizendo eu te ensino porque se. porque. dá causa do que disse na primeira *cláusula*” (tradução própria).

<sup>176</sup> Em português: “Outras [significações da conjunção] são para concluir. como dizendo. eu leio enquanto tu ouves. eu lerei quando tu quiseses. tu o farás como eu o quiser. Estas conjunções. enquanto. quando. como. continuam as *clausulas* de cima. com as de baixo: e desta maneira todas as conjunções se podem chamar continuativas” (tradução própria).

	quiere dezir conjuncion” <sup>177</sup> (n.p., grifo próprio).
Hypozeusis	“Hypozeusis es quando por el contrario de zeugma damos diversos verbos a cada <i>clausula</i> con una persona mesma como diziendo cesar vino a españa. e vencio a afranio. e torno contra pompeio. e llamase hypozeusis: que quiere dezir aiuntamiento debaxo” <sup>178</sup> (n.p., grifo próprio).
Sylepsis	“Sylepsis es quando con un verbo o nombre adjectivo cogemos <i>clausulas</i> de diversos numeros: o nombres substantivos de diversos generos o nombres e pronombres de diversas personas. como diziendo el cavallo e los ombres corren. el ombre e la muger buenos. io. e tu. e antonio leemos. e llamase sylepsis: que quiere dezir concepciõ” <sup>179</sup> (n.p., grifo próprio).
Perissologia	“Perissologia es quando añadimos <i>clausulas</i> demasiadas sin ninguna fuerza de sentencia. como juan de mena larder e ser ardido a jafon con el marido. porque tanto vale arder como ser ardido. e llamase perissologia: que quiere dezir rodeo e superfluidad de razones” <sup>180</sup> (n.p., grifo próprio).
Polysyntheton	“Polysyntheton es quando muchas palabras o <i>clausulas</i> se aiuntan por conjuncion. como diziendo pedro e juã e antonio e martin leen. o pedro ama. e juan es amado. e antonio oie. e martin lee. e llamase polysyntheton: que quiere dezir composicion de muchos” <sup>181</sup> (n.p., grifo próprio).
Dialyton	“Dialyton es quando muchas palabras o <i>clausulas</i> se aiuntan sin conjuncion. como juan de mena. Tus casos falaces fortuna cantamos. Estados de gentes que giras e trocas. Tus muchas falacias. tus firmezas pocas. e llamase dyalyton que quiere dezir dissolucion aunque tulio en los retoricos haze diferencia entre dissolucion e articulo. que dissolucion se dize quando muchas <i>clausulas</i> se ponen sin conjuncion. e articulo quando muchos nombres se ponen sin ella” <sup>182</sup> (grifos próprios).

Fonte: Elaboração própria (2025)

<sup>177</sup> Em português: “Zeugma é quando sob um verbo se encerram muitas *cláusulas*. como dizendo pedro. e martim. e antônio leem por dizer pedro lê. e martim lê. e antônio lê. e chama-se zeugma: que quer dizer conjunção” (tradução própria).

<sup>178</sup> Em português: “Hypozeusis é quando ao contrário de zeugma damos diversos verbos a cada *cláusula* com uma pessoa mesma como dizendo César veio à Espanha. e venceu Afrânio. e tornou-se contra Pompeu. e chama-se hypozeusis: que quer dizer sob ajuntamento” (tradução própria).

<sup>179</sup> Em português: “Sylepsis é quando com um verbo ou nome adjetivo tomamos *cláusulas* de diversos números: ou nomes substantivos de diversos gêneros ou nomes e pronomes de diversas pessoas. como dizendo o cavalo e os homens correm. o homem e a mulher bons. eu. e tu. e antônio lemos. e chama-se sylepsis: que quer dizer concepção” (tradução própria).

<sup>180</sup> Em português: “Perissologia é quando acrescentamos *cláusulas* demasiadas sem nenhuma força de sentença. como João de Mena arder e ser ardido em jafe com o marido. porque tanto vale arder como ser ardido. e chama-se perissologia: que quer dizer rodeio e superfluidez de razões” (tradução própria).

<sup>181</sup> Em português: “Polysyntheton é quando muitas palavras ou *cláusulas* se ajuntam por conjunção. como dizendo pedro e João e antônio e martim leem. ou pedro ama. e João é amado. e antônio ouve. e martim lê. e chama-se polysyntheton: que quer dizer composição de muitos” (tradução própria).

<sup>182</sup> Em português: Dialyton é quando muitas palavras ou *cláusulas* se ajuntam sem conjunção. como João de mena.

Teus casos falaciosos fortuna cantamos.

Estados de gentes que giras e trocas.

Tuas muitas falácias. tuas firmezas poucas.

e chama-se dyalyton que quer dizer dissolução embora Tulio nos retóricos faça diferença entre dissolução e artigo. que dissolução se diz quando muitas *cláusulas* se põem sem conjunção. e artigo quando muitos nomes se põem sem ela” (tradução própria).

Não pretendo, com essa comparação, asseverar uma relação de causalidade entre as aplicações de “cláusula” em Barros (1540) e o documentado contato desse autor com a obra nebrissense, até mesmo porque nem todas as figuras em cujas definições consta o metatermo ora investigado coincidem em suas gramáticas (cf. Quadro 25 e Quadro 26). Além disso, atenta à distinção entre influência e clima de opinião cara à HL (cf. subseção 2.5), estou ciente de que muitas das convergências entre os dois instrumentos linguísticos podem ser explicadas por um acesso a fontes em comum que, impulsionado por uma atmosfera intelectual marcada pela valorização da gramaticografia clássica, produziu o que Auroux (2014) chama de gramática latina estendida (cf. subseção 2.7.2). Busco, noutra via, evidenciar que a aplicação circunscrita (ou quase circunscrita, no caso de Nebrija) de “cláusula” ao campo da sintaxe figurada não é um procedimento descritivo fortuito nem peculiaridade da metalinguagem gramatical de Barros (1540), mas reflexo do sistema nocional ao qual, na ótica dos gramáticos que assim procedem, o metatermo faz referência.

A distinção entre construção (ou sintaxe) natural e figurada, conforme adverte Escavy Zamora (2009), remonta à retórica clássica. A esse respeito, cabe pontuar, do Quadro 26, a alusão direta que Nebrija (c. 1744-1747) faz a um dos mais destacados nomes dessa tradição, Cícero (ou Marco *Túlio* Cícero), ao distinguir “dissolucion” e “artículo” com o intuito de definir “dialyton”. O mesmo faz Barros (1540), conforme já indicado, em relação a outro expoente da retórica clássica, Quintiliano, ao definir “figura”. Um breve olhar para algumas das partes que estruturam a retórica clássica, sobretudo a *dispositio* e, mais ainda, a *elocutio* (cf. subseção 1.1.3), permite desenredar a natureza de seu vínculo com as figuras trasladadas para a tradição gramatical. Começo esse movimento investigativo elencando, com base em Barthes (2001), as cinco operações constitutivas da *technè rhetorikè*:

Quadro 27 – Operações da *technè rhetorikè*

Operações	Ações definidoras
<i>Inventio</i>	Encontrar o que dizer
<i>Dispositio</i>	Ordenar o que se encontrou
<i>Elocutio</i>	Acrescentar o ornamento das palavras, das figuras
<i>Actio</i>	Representar o discurso como um ator: gestos e dicção
<i>Memoria</i>	Recorrer à memória

Fonte: Adaptado de Barthes (2001, p. 50)

Já destaquei, na introdução desta tese (cf. nota 56, na subseção 1.1.3), que as três primeiras operações do Quadro 27, principalmente a *elocutio*, “alimentaram a retórica para além da Antiguidade” (Barthes, 2001, p. 49). Uma das evidências dessa afirmação é a restrição da retórica a aspectos expressivos relativos ao campo dos “ornamentos” (particularmente aos tropos e às figuras<sup>183</sup>), inclusive pela tradição gramatical (cf. Barthes, 2001; Laborda Gil, 2005; Gómez Cervantes, 2009). Apesar de não ser incomum tratar cada operação como uma parte da retórica, Barthes (2001) adverte que, a princípio, elas se entrelaçavam num maquinário extremamente coeso, de tal forma que a sucessão de uma ação após a outra deveria progressivamente produzir “um discurso completo, estruturado, totalmente armado para a persuasão” (Barthes, 2001, p. 49). Assim, quando define *dispositio* como “arranjo [...] das grandes partes do discurso” (Barthes, 2001, p. 80), o teórico francês não aponta para as categorias gramaticais que vieram a se tornar as chamadas “classes de palavras”, mas a categorias retóricas mais amplamente associadas à prática oratória. Na verdade, mesmo as figuras, na esfera microlinguística da *elocutio*, também atendiam à construção do discurso persuasivo, como se depreende do comentário sobre a estrutura do hipérbato<sup>184</sup> que Múgica (2011, p. 53) estende aos aspectos mais gerais teorizados pela *elocutio*:

El hipérbaton existe en virtud de una estructura en la que la disposición de las palabras describe movimientos que generan un efecto sensible, perceptible, que da volumen a la prosa; por su parte, como se sabe, la retórica se piensa en términos de la acción, la praxis (es una disciplina inscrita en la pragmática) que es un objetivo fundamental. Los distintos aspectos que conforman la *elocutio* tienen en cuenta este objetivo entendido como la puesta en escena de la palabra en la voz del orador.<sup>185</sup>

A preocupação com a disposição das palavras na dimensão oracional, exemplificada pelo hipérbato, é reflexo da organização discursiva numa dimensão mais global, tratada na *dispositio*. Uma das partes do discurso que cabia à *dispositio* colocar em ordem é a *narratio*<sup>186</sup>, que comporta fatos e descrições costurados numa narrativa verossímil cuja finalidade é, após

<sup>183</sup> Muitas vezes indiferenciados das figuras pela tradição gramatical, os tropos, segundo Lausberg (1972), dizem respeito à substituição de palavras cujos significados não são, no uso comum, considerados sinônimos. Barthes (2001) assume qualquer tipo de conversão entre significantes como tropos, incluindo a sinonímia. São exemplos de tropos a sinédoque, a perífrase, a antonomásia, a metonímia e a metáfora.

<sup>184</sup> Hipérbato é uma figura que diz respeito à inversão da ordem das palavras na oração.

<sup>185</sup> Em português: “O hipérbato existe em virtude de uma estrutura na qual a disposição das palavras descreve movimentos que geram um efeito sensível, perceptível, que dá volume à prosa; por sua vez, como se sabe, a retórica se pensa em termos da ação, da práxis (é uma disciplina inscrita na pragmática) que é um objetivo fundamental. Os distintos aspectos que conformam a *elocutio* têm em conta este objetivo entendido como a encenação da palavra na voz do orador” (tradução própria).

<sup>186</sup> As demais, de acordo com Barthes (2001), são *exórdio*, *egressio* ou *digressio* (parte facultativa), *confirmatio*, *refutatio* (que pode ser abarcada pela *confirmatio* a depender do autor) e *epílogo*.

captada a atenção do público ouvinte no *exórdio* e antes da exposição dos argumentos na *confirmatio*, demonstrar a causa a ser tomada como objeto de controvérsia (Pozuelo Yvancos; 1986; Barthes, 2001). Segundo Barthes (2001), durante a Idade Média, quando a retórica se dissocia da esfera judicial, a *narratio* se autonomiza enquanto gênero, fazendo da disposição de suas partes um problema teórico: a ordem natural é cronológica, a ordem artificial não. Estabelece-se, desse modo, a oposição entre *ordo naturalis* e *ordo artificialis*, que, conforme o autor, poderá incidir sobre as partes do discurso:

A *ordo artificialis* obriga a um recorte pronunciado na sequência dos fatos, visto que se trata de obter unidades móveis, reversíveis; implica ou produz um inteligível particular, fortemente exibido, pois que destrói a “natureza” (mítica) do tempo linear. A oposição entre as duas “ordens” pode atingir não mais os fatos, mas as partes mesmas do discurso: a *ordo naturalis* é então aquela que respeita a norma tradicional (*exórdio*, *narratio*, *confirmatio*, *epílogo*), a *ordo artificialis* é aquela que altera essa ordem atendendo às circunstâncias (Barthes, 2001, p. 86).

Também Pozuelo Yvancos (1986, p. 237) situa no medievo a gênese das referidas noções:

Con el fin de cumplimentar tal propósito [de mover afectos], se separa pronto Quintiliano de quienes fijan para la *narratio* un orden lógico-histórico y prefiere la libertad de ordenación temporal mediante una serie de «figuras» o artificios del narrador que constituyen, tal como los enuncia Quintiliano, precedentes de una retórica narrativa del que luego será llamado en la Edad Media *ordo artificialis*.<sup>187</sup>

Ambos os autores consideram que essa mudança de escopo da antinomia *ordo naturalis* vs. *ordo artificialis* – do eixo temporal dos fatos para o eixo da disposição do discurso – produzem uma espécie de paradoxo, na medida em que o “natural” deixa de estar associado à liberdade de um discurso que não se prende à linearidade cronológica (não à toa o teórico francês opõe os significados de *artificialis* – “espontâneo”, “contingente” ou “natural” – ao de *naturalis* – “cultural”) e passa a representar convencionalidade. Para Pozuelo Yvancos (1986), tal paradoxo é emblemático da forte canonização que acomete a retórica. Barthes (2001), por sua vez, relaciona “a codificação fortíssima da *Dispositio*” (Barthes, 2001, p. 87) à forma como o humanismo se ocupa da linguagem, interessando-se particularmente pelo “problema das unidades sintagmáticas” (Barthes, 2001, p. 88).

<sup>187</sup> Em português: “Com o fim de cumprir tal propósito [de mover afetos], Quintiliano cedo se separa daqueles que fixam para a *narratio* uma ordem lógico-histórica e prefere a liberdade de ordenação temporal mediante uma série de ‘figuras’ ou artificios do narrador que constituem, tal como os enuncia Quintiliano, precedentes de uma retórica narrativa do que logo será chamado na Idade Média de *ordo artificialis*” (tradução própria).

Assim, a ordenação do discurso própria da *dispositio* impacta a dimensão de sua verbalização, apontada por Barthes (2001) como objeto da *elocutio*, de modo que, segundo Haßler (2018), a distinção *ordo naturalis* vs. *ordo artificialis* torna-se, para os retóricos posteriores a Quintiliano e Cícero, parâmetro relevante no ordenamento das palavras.

Conforme já destacado na introdução desta tese (cf. subseção 1.1.3), a contraparte sintagmática da *elocutio* é a *compositio*, que se ocupa da disposição das palavras selecionadas no âmbito da *electio*, a contraparte paradigmática da *elocutio* (Barthes, 2001). Essa estruturação sintagmática, também já salientado com base em Lausberg (1972) (cf. subseção 1.1.3), atende a critérios tanto sintáticos quanto fonéticos. Uma das unidades que resultam das ações pertinentes à *compositio* é justamente o período (ou *periodus*). Barros (1540) faz referência a esse metatermo ao definir “cláusula” em parte da última citação recuada reproduzida de sua obra nesta subseção: “As palauras que iázem antre dous côlos, se chamam, clausula, ao nósso módo: e segundo os gregos, *periodo* aque os latinos chamam termo” (Barros, 1540, f. 49v, grifo próprio).

Antes de abordar as particularidades do período, cabe dizer que, de acordo com Lausberg (1972), tanto a *compositio*, que conforma essa e outras possibilidades combinatórias de palavras e frases, quanto as figuras, “fenômeno da *dispositio* que dá forma à matéria prima da *inventio* e da *elocutio*” (Lausberg, 1972, p. 164), são manifestações do *ornatus*, dimensão da retórica que preza pela expressão da beleza. Ela incide sobre o domínio dos pensamentos e da formulação linguística, abarcando, além das figuras e das construções da *compositio*, os tropos. Não se trata de uma virtude retórica imprescindível, como o é a *perspicuitas*<sup>188</sup>, mas um “luxo do discurso” (Lausberg, 1972, p. 138). É o que sugere a excêntrica gênese do termo indicada por Lausberg (1972, p. 140): “O *ornatus* [...] deve a sua designação às preparações adornadas de um banquete, no qual o próprio discurso é concebido como iguaria a consumir”. Barthes (2001) explica, ainda, que o termo “ornamento” remonta a um pressuposto teórico que atravessa a concepção de linguagem da Antiguidade: “Há uma base nua, um nível próprio, um estado normal de comunicação, a partir do qual se pode elaborar uma expressão mais complicada, *ornamentada*, dotada de uma *distância* maior ou menor com relação ao solo original” (Barthes, 2001, p. 90).

Talvez seja esse o ponto de convergência entre a sintaxe figurada e a noção de cláusula (ou período) que justifica a presença desta última nas definições de algumas figuras em gramáticas como as de Nebrija (c. 1744-1747) e Barros (1540). O afastamento do uso

<sup>188</sup> *Perspicuitas*, segundo Lausberg (1972), é a virtude retórica relativa à “compreensibilidade intelectual do discurso” (p. 126).

comum da linguagem é também apontado por Parkes (2016) para explicar a natureza dos dois tipos de análise que a pontuação humanista tentou conciliar: a análise retórica implicada no delineamento do período e a análise lógica implicada no estabelecimento de relações sintáticas. Enquanto esta preocupa-se com “the conditions required for a statement to be a valid one”<sup>189</sup> (Parkes, 2016, p. 88), aquela valoriza “systematic ways by which, for various purposes, formulations of a statement could be made more effective by being distanced from the expressions of everyday speech”<sup>190</sup> (Parkes, 2016, p. 88). Desse modo, o sentido completo da oração confere validade ao discurso e a estrutura interna do período garante o ornamento valorizado pela cultura escrita renascentista. A pontuação dos humanistas, então, desenvolve-se numa atmosfera intelectual que, embora modificando-as, preza pelas estruturas retóricas sob as quais teriam se eternizado os autores clássicos, ligadas tanto à sintaxe figurada quanto ao que a *compositio* denomina “período” ou “cláusula”.

Apesar de compartilharem a mesma forma<sup>191</sup>, o “período” retórico e o “período” ainda hoje incorporado à teoria gramatical contemporânea são metatermos que assumem valores distintos quanto ao seu conteúdo e às circunstâncias de sua aplicação, razão pela qual Catach (1994, p. 13) alerta contra possíveis interpretações apressadas dos termos empregados na Antiguidade para tratar de pontuação:

Le mot *periodos*, par exemple, était compris en latin de deux façons, les éléments grecs *ôdê/hodos* voulant dire, le premier « chant », le second, « chemin, route » (en astronomie, tour complet d’une étoile, du soleil, etc.). A la suite de Cicéron, on traduit traditionnellement *periodos* par *ambita* ou *circuita*, « circuits qui sont un tour complet », termes de rhétorique désignant les « membres majeurs » ou « parfaits » de la phrase, opposés aux *caesa*, *incisi* (membres les plus petits) et aux *membra* (cola), unités moyennes.<sup>192</sup>

A ideia de percurso contida na etimologia da palavra se reflete na estrutura rítmica que o período retórico pressupõe. Lausberg (1972) o define em oposição a outras duas unidades decorrentes da conformação sintática atinente à *compositio*, quais sejam: a *oratio soluta* e a *oratio perpetua*. Essas duas estruturas são definidas respectivamente como “justaposição ‘branda’ e arbitrária de proposições breves (as mais das vezes proposições principais), tal

<sup>189</sup> Em português: “as condições requeridas para que um enunciado seja válido” (tradução própria).

<sup>190</sup> Em português: “formas sistemáticas pelas quais, com propósitos diversos, formulações de um enunciado possam ser tornadas mais efetivas ao serem distanciadas das expressões da fala cotidiana” (tradução própria).

<sup>191</sup> Todo período retórico é também um período gramatical, embora a recíproca nem sempre seja verdadeira.

<sup>192</sup> Em português: “A palavra *periodos*, por exemplo, é compreendida de duas formas, os elementos gregos *ôde/hodos* querendo dizer, o primeiro, ‘canto’, o segundo, ‘caminho, rota’ (em astronomia, volta completa de uma estrela, do sol, etc.). Seguindo Cícero, traduz-se tradicionalmente *periodos* por *ambita* ou *circuita*, ‘circuitos que fizeram uma volta completa’, termos da retórica que designam os ‘membros maiores’ ou ‘perfeitos’ da frase, opostos aos *caesa*, *incisi* (membros menores) e aos *membra* (cola), unidades médias” (tradução própria).



como aparece na linguagem familiar” (Lausberg, 1972, p. 260) e “sequência semântica e sintaticamente linear (i. é. sem a correspondência *protasis-apodosis* [...]) e progressiva das proposições (as mais das vezes, proposições paratáticas), as quais não precisam de ser breves” (Lausberg, 1972, p. 260). Já o período é uma “construção frásica cíclica (circular)” (p. Lausberg, 1972, p. 261), que reúne vários pensamentos numa frase por meio da junção de um elemento que cria tensão (prótase) e outro que a dissolve (apódose), quando finalmente forma-se a *clausula* ou *sententiae*. Barthes (2001) também se vale do binômio prótase-apódose<sup>193</sup> para descrever o modelo orgânico (com começo e fim) que, segundo ele, governa a estrutura de uma frase classificada como período: em suas palavras, o primeiro elemento do binômio representa elevação e o segundo, descenso.

Com essas primeiras definições, já é possível perceber que, apesar de se ancorar em conceitos teóricos distintos daqueles que organizam a sintaxe descrita pelas diferentes linhagens gramaticográficas que constituem a tradição gramatical (cf. subseções 2.4 e 2.7.1), o período retórico comporta em sua estrutura uma dimensão sintático-semântica. Sintática porque pressupõe um arranjo de elementos que se definem pela relação de uns com os outros, estabelecida pelas funções de prótase e apódose. Semântica porque essas funções remetem ao sentido das sequências linguísticas que compõem cada elemento. Como procuro evidenciar tanto, inicialmente, através dos exemplos disponibilizados por Lausberg (1972) quanto, em seguida, pelas frases utilizadas por Barros (1540) nas sequências expositivo-argumentativas que dão forma a seu capítulo sobre pontuação (cf. Quadro 28 e Quadro 31, adiante), o período parece acomodar uma estrutura de maior complexidade sintática (não linear, diferentemente da *oratio perpetua*, cuja estrutura – linear – não se expressa pelo par prótase-apódose), corroborando a percepção de Lausberg (1972) de que, aos olhos da sintaxe contemporânea, prótase e apódose podem vincular-se por coordenação (processo que estrutura as proposições da *oratio soluta* e da *oratio continua*, ainda que sem a presença do binômio prótase-apódose) ou subordinação.

Entre as partes do período, apenas o colo (ou membro) pode desempenhar as funções de prótase e apódose, conforme explica Lausberg (1972). O número de colos por período é variável, mas não costuma ser inferior a dois<sup>194</sup> nem ultrapassar quatro<sup>195</sup>: nas estruturas bimembres, o primeiro colo representa a prótase, e o segundo, a apódose; nas estruturas

<sup>193</sup> Barthes (2001) utiliza os termos *tasis* e *apodosis*.

<sup>194</sup> De acordo com Lausberg (1972, p. 264), o colo pode se manifestar “como *frase isolada independente*, a qual, quando é construída ciclicamente [...], também é chamada período unimembre”.

<sup>195</sup> “Os períodos que consistem *em mais do que quatro colos* exprimem uma plenitude transbordante [...]. Nos períodos longos, a anáfora [...] serve, com preferência, de apoio articulante da memória” (Lausberg, 1972, p. 263-264).

trimembres, os dois primeiros, juntos, representam a prótase (subdividida em pequena prótase e pequena apódose), e o terceiro, a apódose; nas estruturas quadrimembres, tanto a prótase quanto a apódose comportam em si uma pequena prótase e uma pequena apódose, cada colo representando uma dessas funções. Selecciono, do exemplário apresentado por Lausberg (1972, p. 262-263) para ilustrar a organização do período em dois, três ou quatro colos, aqueles escritos em língua portuguesa e os reproduzo no Quadro 28<sup>196</sup>, indicando as funções desempenhadas por cada membro:

Quadro 28 – Exemplário relativo à estrutura do período retórico em Lausberg (1972)

Elemento marginal	Prótase		Apódose	
	Quando da bela vista e doce riso / tomando estão meus olhos mantimento,		tão enlevado sinto o pensamento, / que me faz ver na terra o Paraíso.	
	Quando considero na vida que se usa,		acho que nem vivemos como mortais, nem vivemos como imortais.	
Se,	<b>Pequena prótase</b>	<b>Pequena apódose</b>	não haviam mister outras armas para resistir, nem outro remédio, para se conservar no Paraíso.	
	quando a serpente tentou os primeiros homens,	souberam eles usar bem das suas mesmas palavras,		
Assim como	<b>Pequena prótase</b>	<b>Pequena apódose</b>	<b>Pequena prótase</b>	<b>Pequena apódose</b>
	a espada, quanto é mais evidente,	tanto é mais perigosa na mão do furioso,	assim a linguagem, quanto mais é elegante,	tanto mor perigo traz consigo nos livros profanos.

Fonte: Elaboração própria (2025)

Prótase e apódose definem-se uma em relação à outra não apenas do ponto de vista sintático-semântico, mas também fonético, em conformidade à natureza da estruturação linguística operada pela *compositio*<sup>197</sup> (cf. subsecção 1.1.3). A definição de período apresentada por Múgica (2011) aponta para essa complexidade estrutural. Para a autora, trata-se de “una unidad sintáctica y semántica acompañada fundamentalmente por el ritmo”<sup>198</sup> (Múgica, 2011, p. 47). Quanto a este último elemento, ela destaca que “la estructura rítmica se obtiene por la distribución cuantitativa de las sílabas (largas/breves) y por el orden o

<sup>196</sup> Os versos do primeiro exemplo são de Luís de Camões (c. 1524-c. 1580); as duas frases seguintes são do padre Antônio Vieira (1608-1697); e a última é do frei Heitor Pinto (1528-1584).

<sup>197</sup> “A *compositio* [...] consiste na conformação sintáctica [...] e fonética [...] dos grupos de palavras, das frases e das sequências de frases” (Lausberg, 1972, p. 260).

<sup>198</sup> Em português: “uma unidade sintática e semântica acompanhada fundamentalmente pelo ritmo” (tradução própria).

disposición conveniente de las palabras”<sup>199</sup> (Múgica, 2011, p. 47). Com efeito, ao discorrer sobre a conformação fonética da *compositio*, Lausberg (1972) enfatiza a preocupação com dois aspectos principais: o *numerus* e o *homoeoprophoron*. Enquanto este consiste na repetição frequente de uma mesma consoante ou sílaba, aproximando-se do que modernamente passou a se chamar aliteração e, via de regra, devendo ser evitada, aquele corresponde à “sucessão regulamentada (nas línguas clássicas) de sílabas longas e breves” (Lausberg, 1972, p. 267).

É curioso perceber que, a rigor, as leis do *numerus* têm uma ligação mais estreita com o verso poético, de modo que Lausberg (1972, p. 268) estabelece paralelos, de um lado, entre a sintaxe da prosa (“discurso dirigido para a frente”) e a *oratio perpetua* e, de outro, entre a sintaxe da poesia (“caráter cíclico”) e o período. Entretanto, de acordo com o autor, o discurso artístico teria efetuado aproximações da prosa em relação à poesia, cultivando o período a partir de regras relacionadas ao *numerus*:

Neste caso, a tradicional liberdade da prosa fica delimitada pelas leis do *numerus*, interior dos colos [...] que constituem o período, ao passo que o princípio e o fim dos períodos ficam sujeitos a leis do *numerus* mais rigorosas [...]. Visto que o último colo do período traz [...] a apódose que dissolve a tensão [...], o fim do período, que também se chama *clausula*, é também considerado como parte especialmente importante do ponto de vista rítmico para o arredondamento do período (correspondente à construção em verso da poesia) e, desta maneira, é ele submetido às leis do *numerus* mais rigorosas, as quais, no entanto, evitam concretamente uma confusão com os fins de verso da poesia (Lausberg, 1972, p. 268).

É esse período, em verso ou em prosa, submetido às leis do *numerus* que se encerra numa estrutura que Lausberg (1972) denomina *clausula*. O autor, contudo, alega que não há uma transferência direta dos usos clássicos da cláusula para a prosa moderna, uma vez que, conforme mencionado na introdução desta tese (cf. subseção 1.1.3) com base em Rosa (1994a), a latinidade tardia implica mudanças na estruturação da cláusula, que, decorrentes da perda de sensibilidade em relação à quantificação de sílabas, produzem o *cursus* medieval. Parkes (2016) também faz referência a essa transição ao distinguir o *cursus* métrico da Antiguidade clássica e o *cursus* acentual, desenvolvido nos séculos 13 e 14, empregado pelos dictaministas na prática epistolar para cativar a atenção do destinatário (cf. notas 42 e 60, na subseção 1.1.3).

Recuperada, ao menos parcialmente, a cronologia de processos de criação e transmissão terminológica dos metatermos “cláusula” e “período”, equivalentes entre si em

<sup>199</sup> Em português: “a estrutura rítmica se obtém pela distribuição quantitativa das sílabas (longas/breves) e pela ordem ou disposição conveniente das palavras” (tradução própria).

Barros (1540), apesar de não ser possível precisar com segurança a dimensão conceitual que o gramático quinhentista lhes atribui, parece-me que há evidências suficientes de que a cláusula, cujas partes são delimitadas pela pontuação, constitui-se do entrelaçamento de particularidades sintático-semânticas e fonéticas – historicamente concebidas em função do caráter persuasivo da prática oratória – que a diferenciam da oração gramatical. Ambas convergem na construção do sentido completo, conforme atestam as definições de Quintiliano e Isidoro discutidas na “Introdução” (cf. subseção 1.1.3) e a própria descrição gramatical de Barros (1540) quando associa ao *cólo* o arremate da oração perfeita, mas divergem nas categorias que estruturam sua completude de sentido.

Talvez a homonímia entre os nomes dos sinais de pontuação e as unidades linguísticas por eles delimitadas se explique pela impossibilidade, no contexto da escrita renascentista (e, por extensão, da escrita clássica na qual os humanistas se inspiravam), de tratá-los de forma isolada. Noutras palavras, a pontuação não seria posterior à construção de qualquer que fosse a estrutura de uma frase, mas concomitante à disposição sintático-semântica e rítmica do período, estrutura valorizada pela cultura escrita da Antiguidade ao Renascimento, a despeito das mudanças que a afetaram ao longo do tempo. Um indício que respalda essa hipótese interpretativa é a alta incidência, no decorrer do capítulo, de frases de maior complexidade estrutural, possivelmente nos moldes de uma cláusula ou período, unidade máxima demarcada pela pontuação – no caso de Barros (1540), pelo *cólo*. Digo possivelmente porque não tenho condições de avaliar a conformação rítmica das frases nos termos de uma relação entre prótase e apódose, mas os sinais de pontuação empregados – *cólo*, *cõma* e *uirgula* –, conforme a normatização de Barros (1540), indiciam as unidades linguísticas que as constituem nos termos dos elementos apresentados no Quadro 24: cláusula, parte da cláusula e unidade interna à parte da cláusula.

Como as unidades se sobrepõem umas às outras (a unidade interna à parte da cláusula, delimitada pela *uirgula*, integra tanto a parte da cláusula, delimitada pela *cõma*, quanto a própria cláusula, delimitada pelo *cólo*), opto, ao transcrever cada frase, por destacar os sinais de pontuação com as mesmas cores que, no Quadro 24, representam as unidades delimitadas por cada um deles: verde para *cólo*/cláusula, amarelo para *cõma*/parte da cláusula e rosa para *uirgula*/unidade interna à parte da cláusula. Também não emprego as aspas sinalizadoras de citação a fim de viabilizar a visualização das frases apenas com a pontuação originalmente empregada. Por fim, não faço referência ao emprego dos *parentesis* nas análises que se seguem, não somente devido aos interesses da tese, mas, ainda, porque, segundo a teorização do próprio Barros (1540, f. 49v), as palavras entrepostas numa sentença entre os “dous árcos”

são alheias ao seu propósito. É possível, então, desconsiderá-las sem prejuízo ao sentido completo da oração perfeita.

Excetuando-se as duas frases nas quais se utiliza apenas *interroçám*, sem ocorrência dos três sinais aqui focalizados<sup>200</sup>, o texto do capítulo é composto de vinte e seis frases. Apenas três delas não dispõem de pontuação intermediária, apresentando estrutura menos elaborada, finalizada pelo *cólo*. Reproduzo-as no Quadro 29 abaixo:

Quadro 29 – Frases delimitadas apenas por *cólo* no capítulo sobre pontuação de Barros (1540)

1.	Este só se chama cólo (f. 49r-49v)
2.	Quão pergütamos algũa cousa dizendo (f. 49v)
3.	Este só pôto (como iá disse) se chama cólo (f. 49v)

Fonte: Elaboração própria (2025)

A brevidade das frases do Quadro 29 pode ser explicada pela natureza de seu conteúdo, indicativo da intencionalidade do gramático. A primeira e a última prestam-se apenas ao apontamento da forma (“figura”) do *cólo* a partir de um processo de referenciação, na terminologia da linguística contemporânea, classificado como catafórico. Nesses casos, os sintagmas “Este só” e “Este só pôto” antecipam a referência ao símbolo do sinal que finaliza as duas frases. Conforme indicam o Quadro 30 (cf. item 2) e o Quadro 31 (cf. item 8) adiante, o mesmo recurso coesivo é empregado nas frases que anunciam as formas (“figuras”) da *côma* e da *uirgula*, novamente refletindo uma estrutura de menor complexidade sintática. Já o conteúdo da segunda frase atesta um uso do *cólo* não normatizado por Barros (1540), mas documentado na literatura secundária (cf. Rosa, 1994a; Machado Filho, 2002, 2004; Parkes, 2016), o de introduzir citações ou discurso direto, também aplicado à *uirgula* (cf. item 3 do Quadro 30, adiante). No texto do capítulo, sucede o *cólo* da referida frase uma segunda frase, que exemplifica o uso da *interroçám*, e uma terceira (cf. item 13 do Quadro 31), de maior complexidade, que complementa a informação das duas primeiras, de modo que, juntas, essas três frases constituiriam, pelas regras da sintaxe contemporânea, um único período gramatical: “Quão pergütamos algũa cousa dizendo. Quem foy o primeiro que achou o uso das leteras? Estes dous pontos assy escritos onde apregunta acába, podemos chamár interrogatiuos: por serem sinál que interrogamos e preguntamos algũa cousa.” (Barros, 1540, f. 49v).

<sup>200</sup> “Quem foy o primeiro que achou o uso das leteras?” (Barros, 1540, f. 49v); “Como iulgaremos estas paláuras nam serem heréticas?” (Barros, 1540, f. 50r).

Além das frases curtas, pontuadas somente com *cólo*, reproduzidas no Quadro 29, fogem ao padrão majoritário das estruturas sintático-semânticas das frases que compõem o texto do capítulo sobre pontuação em Barros (1540) as ocorrências transcritas no Quadro 30. Nelas, além do *cólo* final, verifica-se o uso de *uirgula* – sinal associado à delimitação de unidades linguísticas de nível inferior (unidades internas às partes da cláusula) – sem a presença da *cõma*, conforme prevê a normatização do gramático, dividindo o período em duas partes (possivelmente os colos – ou membros – representativos do binômio prótase-apódose da tradição retórica).

Quadro 30 – Frases delimitadas apenas por *uirgula* e *cólo* no capítulo sobre pontuação de Barros (1540)

1.	Cólo, e o termo ou márco em que se acába a cláusula (f. 49r)
2.	As uergas sam estas zeburas, ao módo dos gregos (f. 49v)
3.	Como se conta da respósta que ouue Pirro do oráculo de Apóllo, que os gramáticos trázem muy comũ, Aio te AEacida Romanos uincere posse (f. 50r)

Fonte: Elaboração própria (2025)

Contudo, em quase 80% das frases do capítulo, replicadas no Quadro 31, são empregados pelo menos *cõma* (sempre uma única ocorrência desse sinal por frase) e *cólo*, garantindo a divisão da cláusula ou do período em duas partes intermediárias, em consonância com a normatização de Barros (1540):

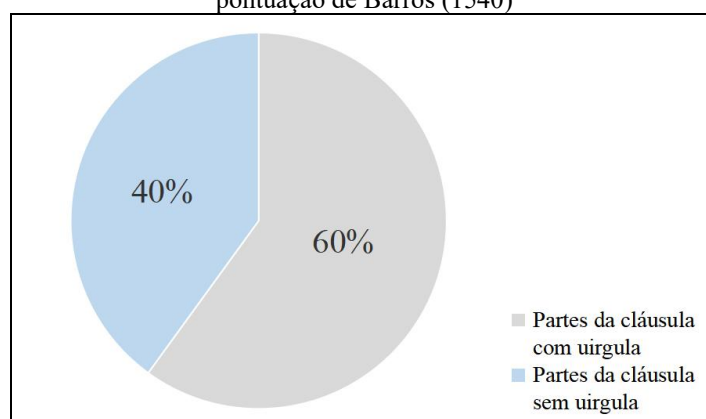
Quadro 31 – Frases delimitadas por *cõma* e *cólo*, com ou sem a presença de *uìrgula*, no capítulo sobre pontuação de Barros (1540)

1.	Hũa das cousas prinçipâes da orthografia, pela quál entendemos a escritura, e o apontár das pártes e cláusulas, e em que os latinos mostráram muita diligêçia (f. 49r)
2.	Esta nam temos nós, principalmente na letera tiráda, sendo cousa que impórta muito, por que ás uezes fica a óraçám amfibológica sem elles, donde nácem duuidas (f. 49r)
3.	E por a nossa grammática, nesta páрте nam ficár escássa, diremos dos pôtos que podemos usár, se quisermos doutamente escreuer (f. 49r)
4.	Os latinos, tem estes pontos e sinâes, com que destinguê as pártes e cláusulas da óraçám: cõma, cólo, uerga, parenthesis, interroçám (f. 49r)
5.	Cõma, e uocábulo grego, aque podemos chamár cortadura, por que aly se córta a clausula ã duas pártes (f. 49r)
6.	Estas duas pártes, se córtam em uìrgulas, que sam hũa distinções das pártes da cláusula (f. 49r)
7.	As figuras de cada ponto destes, sam os seguintes (f. 49r)
8.	Dous aeste módo, se chamam cõma (f. 49r)
9.	Na cõma parece que descansa a uóz, mas nam fica o intendimêto satisfeito, por que deseia a outra páрте, com que a óraçám fica perfeita e rematáda com este ponto cólo (f. 49v)
10.	Estam antre as cortaduras que sam estes dous pontos: hũa zeburas assy, aque chamámos distinções das pártes da cláusula (f. 49v)
11.	As paláuras que iázem antre dous cólos, se chamam, clausula, ao nósso módo, e segundo os gregos, periodo aque os latinos chamam termo (f. 49v)
12.	Os dous árcos que fázem estas palauras (como ia disse), usam os latinos quando comêtem hũa figura aque chamam Entreposiçam, e os gregos, parêthesis, daquál tratamos na construíçam (f. 49v)
13.	Estes dous pontos assy escritos onde apregunta acába, podemos chamár interrogatiuos, por serem sinál que interrogamos e preguntamos algũa cousa (f. 49v)
14.	E dádo que o intendimento pela mayór páрте quando imos lendo qualquer escritura, elle uáy fazendo os pontos que se requerê sem ôs ter, muitas uezes os mesmos pontos lhe fázem sentir a uerdáde della, como se póde uer nesta diçám amfibológica (f. 49v)
15.	Ler as óbras de Luthero, nũca obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sáluaçám (f. 49v)
16.	com os pontos, por que a páрте, nũca, tem força neste entendimento, e onde se acósta, aly cáy (f. 50r)
17.	Aquy destruye a precedente, e nam a sequente, ca dizemos (f. 50r)
18.	Ler as óbras de luthero nunca, obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sáluaçám (f. 50r)
19.	Estas orações amfibológicas usáuam muito os oráculos dos gentios, ca per ellas os enganáuã (f. 50r)
20.	Da qual repósta Pyrro ficou enganádo, por que entendeo que auia de uençer os Romanos, e elle ficou uençido delles, por arepósta ser amfibológica (f. 50r)

Fonte: Elaboração própria (2025)

Se cada cláusula se compõe de duas partes delimitadas pela *cõma*, podemos dizer que o Quadro 31 contém quarenta partes da cláusula. Desse total, conforme contabilização registrada no Gráfico 1, a proporção de partes que apresentam e que não apresentam pontuação interna, incumbida à *uircula*, indicativa das unidades internas às partes da cláusula, é relativamente equilibrada, com alguma vantagem numérica para os casos em que o referido sinal é utilizado:

Gráfico 1 – Proporção de partes da cláusula com e sem delimitação interna por *uircula* no capítulo sobre pontuação de Barros (1540)

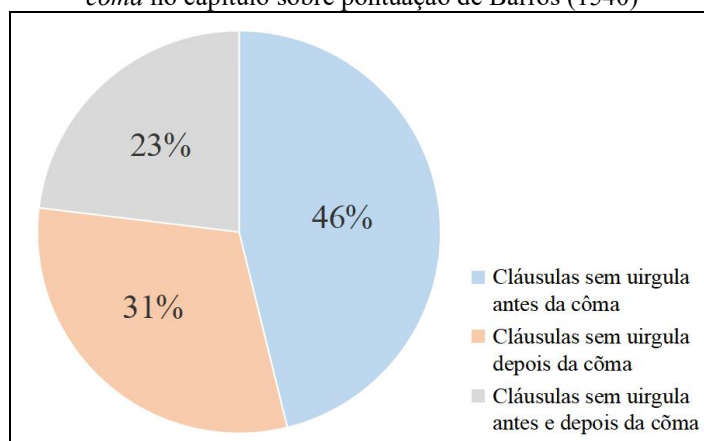


Fonte: Elaboração própria (2025)

Os dados do Gráfico 1 evidenciam que, se tomado o texto do capítulo sobre pontuação de Barros (1540) como parâmetro, as partes da cláusula podem ser escritas de forma a demandar ou não sua subdivisão em segmentos linguísticos ainda menores. Entretanto, na maior parte dos casos, quando uma parte da cláusula não é internamente delimitada por *uircula*, a outra será. Assim, se analisadas todas as cláusulas de onde se originam as partes representadas pela fatia azul do Gráfico 1 – isto é, todas as cláusulas subdivididas por *cõma* com pelo menos uma das partes sem *uircula* –, são minoritários os casos em que nenhuma *uircula* é utilizada na estruturação dessas cláusulas, como evidenciam os dados do Gráfico 2:



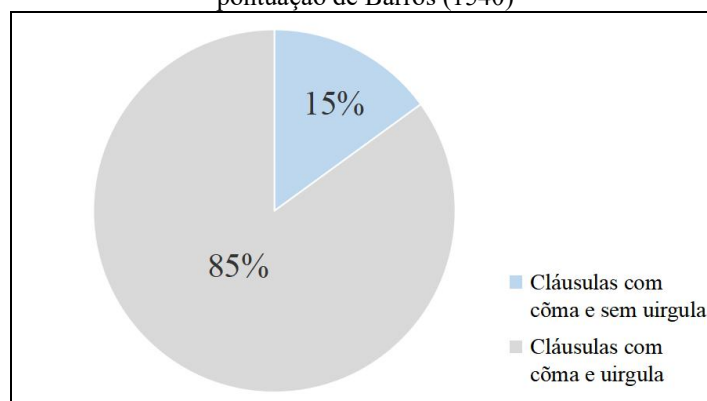
Gráfico 2 – Proporção de partes da cláusula sem delimitação interna por *uirgula* quanto à posição em relação à *côma* no capítulo sobre pontuação de Barros (1540)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Há, portanto, uma alta incidência de *uirgula* (77%) nesse conjunto de cláusulas. Se levadas em consideração todas as cláusulas com *côma* (incluindo aquelas que delimitam internamente suas duas partes com *uirgula*), à maneira do Gráfico 3, a proporção de cláusulas sem distinção interna de suas partes por *uirgula* torna-se ainda menor:

Gráfico 3 – Proporção de cláusulas com *côma* delimitadas e não delimitadas por *uirgula* no capítulo sobre pontuação de Barros (1540)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Dada a presença ostensiva e combinada de *côlo*, *côma* e *uirgula*, os dados dos gráficos sugerem que prevalecem na escrita do capítulo frases cuja estrutura sintático-semântica (e quiçá fonética) atendem aos critérios rítmicos da cláusula ou do período retórico. No texto do capítulo, a *uirgula* aparece, com poucas exceções (cf. Quadro 30), subordinada a um sistema pontuacional triádico que integra a própria organização formal de uma escrita que parece privilegiar um tipo de construção específica: a cláusula<sup>201</sup>. A hierarquia desse sistema reflete a

<sup>201</sup> Exemplos de *clause* (termo francês para “cláusula”) apresentados no *Dictionnaire de la langue française du seizième siècle* [Em português: “Dicionário da língua francesa do século dezesseis” (tradução própria).], do filólogo Edmond Huguet (1863-1948), também estão associados a uma estruturação sintática de maior

hierarquia sintático-semântica dos segmentos linguísticos delimitados por cada um dos três sinais, progressivamente constituindo o sentido completo característico da oração perfeita. Se a presença da *uirgula* para distinguir as partes da cláusula, ao que indicam os dados do Gráfico 3, costumava pressupor o emprego dos outros dois sinais da tríade, delimitadores das unidades linguísticas de nível superior, soam pertinentes algumas opções didáticas de Barros (1540), como o tratamento gramatical simultâneo com a *cõma* e o *cólo*, além do enfoque formal da argumentação utilizada para definir os três sinais.

Ainda que a ortografia e, eventualmente, a pontuação utilizada nas obras publicadas à época não raro fossem prerrogativa dos impressores (cf. Nunes, 2006; Mediavilla, 2012; Auroux, 2014; Parkes, 2016; Borges Neto, 2022), a análise das frases que compõem o texto do capítulo, como procurei argumentar no parágrafo anterior, fornecem informações a respeito da cultura escrita sob a qual Barros (1540) publicou sua *Grammatica* que, confrontadas com os apontamentos teórico-normativos do autor sobre a pontuação, elucidam importantes aspectos da normatização da vírgula aqui investigada. Esse procedimento busca preencher, em certa medida, lacunas resultantes da escassa exemplificação que Barros (1540) fornece a seus leitores.

Os únicos exemplos ilustrativos dos usos da *uirgula* (e dos demais sinais a ela relacionados) são duas frases compostas de uma mesma sequência de palavras, mas pontuadas de maneiras distintas. Transcrevo-as no Quadro 32 abaixo:

Quadro 32 – Exemplário da normatização da *uirgula* em Barros (1540)

1.	Ler as óbras de Lutherō, nũca obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sáluaçám (f. 49v)
2.	Ler as óbras de luthero nunca, obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sáluaçám (f. 50r)

Fonte: Elaboração própria (2025)

Alguns aspectos da construção desse exemplário revelam a preocupação didática peculiar à gramática de Barros (1540). Em primeiro lugar, destaco o teor catequético das frases, que confirma a indissociabilidade entre ensino do vernáculo e doutrinação religiosa na

---

complexidade, com fins retóricos: “Les exemples abondent chez Huguet, qui les emprunte à nombre d’auteurs [...]. Partout chez ces auteurs, les occurrences apparaissent dans des contextes nettement rhétoriques ; il s’agit alors de la période, notamment chez Amyot quand elle est mentionnée comme particulièrement longue ou soigneusement rythmée, parfois artificiellement prolongée et donc difficile à prononcer” [Em português: “Os exemplos abundam em Huguet, que os empresta de numerosos autores. Em todos esses autores, as ocorrências aparecem em contextos nitidamente retóricos; trata-se então do período, especialmente em Amyot quando ele é mencionado como particularmente longo ou cuidadosamente ritmado, por vezes artificialmente prolongado e portanto difícil de pronunciar.”] (Millet, 1997, p. 5, tradução própria). Na tradição francesa, o metatermo “clause”, comum durante o século 16, perde espaço no século seguinte, segundo Millet (1997), para outros metatermos como “période” e “phrase” (em português, “período” e “frase”).

pedagogia barrosiana, em alinhamento aos compromissos retóricos assumidos no texto de apresentação do instrumento linguístico sob análise nesta subseção. Também em sua descrição gramatical, Barros (1540) demarca seu engajamento na propagação da fé católica através de uma escolha discursiva que o aproxima do leitor. Trata-se da formulação de uma pergunta que o conduz a transformar o item 1 no item 2 do Quadro 32: “Como iulgaremos estas paláuras nam serem h̄ereticas?” (Barros, 1540, f. 49v-50r). As duas cláusulas, portanto, não são comparáveis apenas do ponto de vista das diferentes estruturas sintático-semânticas delimitadas pelo uso dos sinais de pontuação, mas também quanto à figura de autoridade a quem os católicos devem se submeter (o papa) ou não (Lutero<sup>202</sup>). Assim, para justificar a substituição do uso de *cólo*, *côma* e *uirgula* presente no item 1 para o uso presente no item 2 (cf. Quadro 32), Barros (1540) vale-se de uma argumentação funcional, colocando as estruturas retóricas a serviço da construção de um discurso filiado ao catolicismo.

Um segundo aspecto é a escolha de cláusulas prototípicas na exemplificação do capítulo como estratégia facilitadora da aprendizagem que o gramático deseja proporcionar a seu público-alvo. As duas frases seguem, conforme evidenciado nos dados que expus na forma de quadros e gráficos nas últimas páginas (cf. Quadro 29, Quadro 30, Quadro 31, Gráfico 1, Gráfico 2 e Gráfico 3), o padrão sintático-semântico (e porventura fonético) predominante na escrita cultivada pelo autor, aquele que comporta o emprego simultâneo de *cólo*, *côma* e *uirgula* – ou, paralelamente, uma estruturação na forma de cláusula subdividida em partes maiores e menores. Tal escolha permite ilustrar ao mesmo tempo o uso dos três sinais de pontuação, em sintonia com a hierarquia estrutural por meio da qual eles são definidos na obra.

O terceiro elemento indicativo da preocupação didática do gramático é a metodologia de estabelecer comparações entre duas cláusulas constituídas de uma mesma sequência de palavras, fortalecendo a conceituação dos sinais de pontuação apresentada no parágrafo inicial do capítulo como ferramenta para aprimorar a compreensão da escrita a partir do “apontár das pártēs e cláusulas” (Barros, 1540, f. 49r), o que, por sua vez, evita a “oráčám amfibológica” (Barros, 1540, f. 49r). Sem o emprego de *côma* e *uirgula*, a sequência de palavras que forma as cláusulas dos itens 1 e 2 (cf. Quadro 32) pode conduzir a duas interpretações diferentes, como argumenta Barros (1540) ao anunciar seus exemplos: “E dádo que o intendimento pela

---

<sup>202</sup> Martinho Lutero (1483-1546) foi um monge e teólogo alemão que, ao propor uma série de mudanças nas práticas e doutrinas da Igreja Católica, acabou por protagonizar o que ficou conhecido como Reforma Protestante, pavimentando o surgimento de outras denominações cristãs (hoje situadas no amplo espectro das igrejas evangélicas). Entre as suas noventa e cinco teses reformistas, que resultaram em sua excomunhão em 1521, estava o questionamento da autoridade papal.

mayór páрте quando imos lendo qualquer escritura, elle uáy fazendo *os pontos que se requerẽ sem ôs ter*: muitas uezes os mesmos pontos lhe fázem sentir a uerdáde della, como se póde ver nesta diçám anfibológica” (f. 49v, grifo próprio). Cabe, então, à pontuação não deixar margem para dúvidas quanto às partes e suas unidades internas, viabilizando uma única interpretação para a oração, correspondente à estrutura do item 2 (cf. Quadro 32).

Como sugere o contraste entre as interpretações atribuídas às duas cláusulas em questão, orações anfibológicas são aquelas que produzem duplo sentido, hoje caracterizadas como ambíguas. A definição e a exemplificação do metatermo “amphibologia”, no capítulo dedicado às figuras, respalda essa adequação terminológica. Trata-se de uma espécie de solecismo que “quer dizer, duuida de paláuras pelas quáes uimos a duuidár a sentença dellas das quáes muitas uezes se seguẽ grandes demandas” (Barros, 1540, f. 37r-37v). A oração anfibológica que exemplifica a definição teria sido registrada no testamento de um homem para expressar o que legaria ao filho “legítimo” e à filha “bastarda”: “Leixo a Joám por meu herdeiro, e mando que de a minha filha pera seu casamêto tudo aquilo que elle quixer de minha fazêda” (Barros, 1540, f. 37v). Na história narrada por Barros (1540), o filho entrega à irmã cem mil reais na ocasião do matrimônio, mas a moça recorre à justiça, que lhe dá razão, interpretando que, segundo a orientação do pai, ela teria direito à parcela da fazenda que fosse objeto de desejo do filho (não a quanto o filho desejasse lhe entregar). Uma vez que a propriedade do pai valia um conto, o juiz determinou que fosse concedido à moça todo o valor que restava após retirada a parcela que o irmão dispensara, ou seja, novecentos mil reais.

Evitar a anfibologia da oração demanda, então, usar *cõma* e *uirgula* para indicar corretamente as unidades que a constituem. Aplicado esse procedimento aos exemplos do Quadro 32, o item 2 inviabilizaria a interpretação herética do item 1 “por que a páрте, nũca, tem força neste entendimento, e onde se acósta, aly cáy” (Barros, 1540, f. 50r). É importante notar que o metatermo “parte” aqui não remete às partes da cláusula, mas às partes do discurso (nesse caso, um advérbio). Desse modo, a divisão da cláusula implementada pela *cõma* determina se a palavra “nunca” (ou “nũca”) integra a segunda parte da cláusula (“nũca obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sáluaçám”, cf. item 1 do Quadro 32) ou a primeira parte da cláusula (“Ler as óbras de luthero nunca”, cf. item 2 do Quadro 32). Nas palavras de Barros (1540, f. 50r), com a mudança do item 1 para o item 2, a “[a páрте, nũca,] destruye a precedente, e nam a sequente”.

Delimitadas as duas partes da cláusula, seguindo a hierarquia entre os sinais da tríade barrosiana, cabe à *uirgula* subdividir a segunda em segmentos menores: “nũca obedecer ao pápa” ou “obedecer ao pápa” constituindo a primeira parte; e “e o mais seguro pera a

sáluaçam”, a segunda. Como atestam as citações reproduzidas ao longo desta subseção, não há em Barros (1540) informações suficientes para desvendar os critérios que determinam se cada uma das partes da cláusula delimitadas pela *cõma* será ou não submetida a um processo de delimitação interna por *uirgula*. No Quadro 32, a primeira parte de ambas as cláusulas é mais breve e dispõe de apenas um verbo (“ler”), ao passo que a segunda, delimitada por *uirgula*, é mais alongada e dispõe de dois (“obedeçer”; “é”). Contudo, ainda que a restrição de exemplos na obra me impeça de avaliar a pertinência dessa hipótese (ou precisar qual a extensão da parte da cláusula passível ou não de subdivisão), a presença de mais de um verbo ou sua total ausência em segmentos linguísticos internos a partes de cláusulas delimitados por *uirgula* no texto do capítulo me levam a descartar essa possibilidade explicativa. No Quadro 31, são os casos de sequências como: “Hũa das cousas prinçipâes da orthografia” (item 1), “principálmente na letera tiráda” (item 2), “E por a nossa grammática” (item 3), “diremos dos pôtos que podemos usár” (item 3), “Os latinos” (item 4), “Cõma” (item 5), “Estas duas pârtes” (item 6), “Estam antre as cortaduras que sam estes dous pontos” (item 10), “Estes dous pontos assy escritos onde apregunta acába” (item 13).

A literatura historiográfica sobre o tema reitera as incertezas que a diversidade de metatermos constitutivos das diferentes tríades pontuacionais empregadas e/ou normatizadas ao longo do tempo impõe ao pesquisador contemporâneo que busca recuperar os valores nocionais associados a cada um deles. Para Bourgain (2019), a maior dificuldade nesse contexto é distinguir os dois sinais inferiores àquele que demarca o fim da frase completa – designada, segundo o autor, por ao menos seis metatermos na tradição greco-latina (*sensus*, *sententia*, *periodus*, *oratio*, *clausula*, *versus* e *pausatio*) –, diferenciação em muitas obras pouco delimitada. No nível menor, a polivalência e a indefinição sintática do termo são ainda mais expressivas. Referindo-se a tripartições em que *comma* ocupa esse lugar, Bourgain (2019, p. 171) elenca três possibilidades de valores passíveis de lhe serem atribuídos:

Les applications ont pu varier ; font notamment difficulté les définitions du *comma* e du *colon* et leur identification à la terminologie des *distinctiones*, parties de la phrase et signes, à cause de l’ambiguïté initiale de l’unité de sens : le *comma*, subdivision sans doute rhétorique à l’origine, est transposé en grammaire comme unité de sens courte et incomplète, ce qui peut se comprendre comme dépendance syntaxique, brièveté, ou accumulation de termes parallèles. C’est-à-dire que le *comma* peut être assimilé 1) à la *subdistinctio*, que des grammariens comme Priscien définissent comme l’imperceptible pause qui permet de déterminer la construction de la phrase ; 2) à l’unité (brève) dans une énumération ou une suite d’éléments parallèles [...] ; ou 3) à une proposition complète, mais dépendante et brève.<sup>203</sup>

<sup>203</sup> Em português: “As aplicações puderam variar; foram especialmente uma dificuldade as definições da *comma* e do *colon* e sua identificação com a terminologia das *distinctiones*, partes da frase e sinais, por causa da ambiguidade inicial da unidade de sentido: a *comma*, subdivisão sem dúvida retórica em sua origem, é transposta

No caso da *Grammatica* de Barros (1540), nem as generalizações por meio das quais sua tríade é descrita nem os exemplos ou a análise comparativa em torno deles fornecem parâmetros precisos para discriminar as particularidades sintático-semânticas que caracterizam as partes da cláusula separadas por *cõma* e as unidades internas separadas por *uirgula*. No que diz respeito a este último sinal, não há sequer referência a algum “descanso de voz” como o que se associa à *cõma*, de maneira que os valores elencados por Bourgain (2019) não são identificáveis na normatização de Barros (1540). Eles aparecerão, contudo, ao longo do processo de normatização da vírgula em instrumentos linguísticos posteriores, conforme as análises sobre a *Orthographia* de Leão (1576) adiante permitem vislumbrar (cf. subseção 4.4).

O tratamento gramatical da pontuação na gramática barrosiana, enfim, termina com a apresentação de mais um caso de oração anfibológica, mas em latim e sem nenhuma referência a sua relação com o emprego de qualquer dos sinais da tríade em que se situa a *uirgula*. Assim como o fez ao abordar anfibologia no capítulo sobre as figuras, Barros (1540, f. 50v) reafirma que o uso de orações com duplo sentido era estratégia comum utilizada pelos “óráculos dos gentios” para enganá-los. Aqui, novamente subjaz ao projeto gramaticográfico do autor um fundo de doutrinação religiosa, na medida em que os conhecimentos linguísticos que a obra fornece ao leitor a respeito da anfibologia das orações, incluindo o emprego da pontuação como forma de evitá-la, trazem consigo o potencial de resguardá-lo das armadilhas que os oráculos impuseram àqueles que não professavam a fé cristã.

O exemplo que arremata o capítulo sobre pontuação diz respeito à famosa frase que teria o oráculo de Apolo dito a Pirro, fazendo com que o então rei de Epiro acreditasse que venceria os romanos, quando o que aconteceu – e provavelmente o que denotavam as palavras recebidas em Delfos – foi o oposto. A esse engano Barros (1540, f. 50r) atribui o caráter anfibológico da mensagem: “Aio te AEacida Romanos uincere posse”. O engano se deu porque a frase em questão apresenta a estrutura *accusativum cum infinitivum* (cf. Lausberg, 1972), que comporta a presença simultânea de dois termos no acusativo (“te” e “Romanos”) vinculados a um mesmo verbo (“uincere posse”). Por isso, a tradução para o português do exemplo referido por Barros (1540) pode ser “Eácida<sup>204</sup>, digo que tu podes vencer os

---

para a gramática como unidade de sentido curta e incompleta, o que se pode compreender como dependência sintática, brevidade ou acumulação de termos paralelos. Quer dizer que a *comma* pode ser assimilada 1) à *subdistinctio*, que gramáticos como Prisciano definem como a pausa imperceptível que permite determinar a construção da frase; 2) à unidade (breve) numa enumeração ou numa sequência de elementos paralelos [...]; ou 3) uma oração completa, mas dependente e breve” (tradução própria).

<sup>204</sup> O termo “AEacida”, utilizado por Barros (1540), é a forma vocativa de “Æacides, -ae”, cujo verbete dicionarizado indica o seguinte significado: “Eácida [descendente masculino de Éaco, quer seja um seu filho

romanos” ou “Eácida, digo que os romanos podem te vencer”. Como não há relação entre o emprego dos sinais normatizados pelo gramático e o efeito anfibológico que a construção da frase acarreta, resta concluir que sua função no capítulo é respaldar a associação entre o uso de orações anfibológicas e os “oráculos dos gentios”.

Saliento, por fim, que, ao se valer de um exemplo em latim logo após utilizar exemplos em português para explicar o funcionamento de um mesmo fenômeno gramatical, a anfibologia, Barros (1540) segue uma tendência perceptível em todo o capítulo quanto à modelização didática de seu conteúdo: a escolha por uma abordagem de alcance transcendente por meio de metatermos, definições, descrições e análises relativas à pontuação que se mostram pertinentes às duas línguas. Essa característica reflete o clima de opinião em que a gramática barrosiana se insere e, no interior deste, o perfil epistemológico da gramaticografia de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), cujo modelo de referência são as gramáticas latinas. Equiparar-se aos latinos também no “apontar das partes e da cláusula” (Barros, 1540, f. 49r), tarefa que os portugueses, na ótica de Barros (1540), não dominavam, pode, portanto, ser entendido como um passo na complexa missão de dignificar o vernáculo na qual o gramático se engaja.

#### 4.3 A VÍRGULA EM PERO DE MAGALHÃES DE GANDAVO (1574)

Depois de ter sido alvo de normatização na primeira arte gramatical portuguesa – a *Grammatica* de Barros (1540) –, a vírgula é também abordada no primeiro tratado ortográfico da língua portuguesa (cf. Kemmler, 2001; 2013; Lins, 2009; Assunção *et al.*, 2019): as *Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*, de Pero de Magalhães de Gandavo<sup>205</sup> (1574). Embora já houvesse reflexão metalinguística no âmbito fonético-fonológico da língua desde as obras de Oliveira (1536) e Barros (1540), além de cartilhas de alfabetização antes e depois da publicação deste último, Kemmler (2001) destaca que foi a partir das ortografias quinhentistas – a de Gandavo (1574) e a de Leão (1576) – que o propósito de ensinar a ler e

(Peleu, Foco, Télamon), quer um neto (Aquiles), quer um bisneto (Pirro, filho de Aquiles), ou outro descendente (Pirro rei de Epiro, Perseu rei da Macedônia).]” (Æacides, 2001, n.p.).

<sup>205</sup> Opto pela grafia “Gandavo”, com pronúncia paroxítona, seguindo as conclusões da investigação de Kemmler (2022), intitulada *Gandavo, não Gândavo*, em resposta aos argumentos apresentados por Joaquim da Silveira (1879-1972) para a grafia com pronúncia proparoxítona (“Gândavo”) no artigo de 1946, intitulado *Gândavo, não Gandavo*, refutado por Evanildo Bechara (1928-2025) em dois artigos de 1998, intitulados *Pronúncia de nomes próprios: o problema Gandavo ou Gândavo*. Após consultar obras da lexicografia latina, latino-portuguesa, portuguesa e brasileira, Kemmler (2022) constata que a forma <Gandavo> e sua correspondente pronúncia [gen’davũ] representam a grafia e a pronúncia clássicas (orientadas pela *ratio*), abonadas por testemunhos de autores seiscentistas e setecentistas.

escrever desloca-se de uma dimensão mais generalista, circunscrevendo-se à língua portuguesa.

Conforme indica seu título, a obra é composta de dois opúsculos: o tratado ortográfico propriamente dito e um diálogo laudatório do português. Cada um deles, segundo Buescu (1981), está alinhado a um dos dois vetores já mencionados na subseção 4.1 como constitutivos do pensamento linguístico-gramatical do século 16, respectivamente a normalização ortográfica e a dignificação linguística. Ambos os vetores se mostram, na verdade, interligados na dedicatória “A elRey nosso senhor” (Gandavo, 1574, n.p.), ocasião em que Gandavo (1574) atribui a toda a obra, e não apenas ao segundo opúsculo, o propósito de defender o vernáculo português:

Por ser a presente obra (muito alto & serenissimo Rey senhor nosso) em defensão da lingua Portuguesa, & V. A. ter tanta razão de honrar & engrandecer muito, pella professar & ser senhor da mesma nação, cobrey animo pera a dedicar a V. A. a quem humilmente peço ma receba debaixo de seu emparo, pera que seguramente sem temor dos mal dizentes possa sair a luz, illustrandoa com o nome de V. A. Cuja real pessoa nosso Senhor guarde & deixe reinar per longos annos em muita felicidade (Gandavo, 1574, n.p.).

Não tendo se concretizado os votos pela longevidade do reinado de Sebastião I (1554-1578), sua morte dois anos depois na batalha de Alcácer-Quibir deu início a uma crise sucessória que culminou no domínio espanhol sobre Portugal a partir de 1580, com a chamada União Ibérica. Importa atentar para a inserção do tratado de Gandavo (1574) nesse contexto sócio-histórico porque, como explica Buescu (1981), o binômio dialético entre uma língua clássica e uma língua vulgar cede espaço para um binômio, agora contrastivo, entre duas línguas vulgares: o português e o castelhano. São as condições sociopolíticas do período que agudizam, sobretudo no diálogo de Gandavo (1574), uma retórica que visa demonstrar a superioridade do português ante uma língua que ameaçava a soberania nacional lusitana. A autora relaciona essa mudança de enfoque à ampliação do público-alvo a que se dirige (e que efetivamente alcança) a publicação gandaviana se comparada à barroiana: o primeiro binômio apenas podia interessar a uma elite intelectual, então formada pelos humanistas, ao passo que o segundo abarca também aqueles que não dominavam o latim. O desejo de conquistar um escopo mais diversificado de leitores é explicitado no “Prologo ao lector” (Gandavo, 1574, n.p.), que assim se inicia:

Hvã das cousas (discreto & curioso lector) que me pareceo ser muy necessaria & conueniente a toda pessoa que escreue, saber bem guardar a orthographia, pondo em seu lugar as letras & os accentos necessarios que se requerem no discurso das



escripturas. E porque nesta parte *os mais dos Portugueses* são muy estragados & viciosos, & com innumeraueis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunção desta nossa linguagem Portuguesa, quis fazer estas regras da orthographia a rogo de algũs amigos, as quaes trabalhey por comprehender em breues palauras com a menos difficuldade que pude, pera com ellas aproueitar a *toda pessoa que as quiser seguir*. Porem hase de entender que minha tenção não foy fazellas, senão pera *os que não são latinos* (Gandavo, 1574, n.p., grifos próprios).

O tratado de Gandavo (1574) se compromete em mitigar o mau uso da ortografia que, a seu ver, dominava na escrita portuguesa, razão pela qual o autor direciona suas regras a todo aquele que escreve, independentemente de seus conhecimentos acerca do latim. Em consonância com o intrincado laço entre o texto escrito e as práticas orais (sobretudo a leitura em voz alta), Gandavo (1574) destaca o impacto da imperícia ortográfica sobre a pronúncia da língua portuguesa. Assim, seu engajamento na resolução das dificuldades vivenciadas pelos portugueses no uso da ortografia integra o projeto de dignificação da língua própria aos Quinhentos, evitando a deterioração da “verdadeira pronunção desta nossa linguagem Portuguesa” (Gandavo, 1574, n.p.).

O endereçamento da ortografia gandaviana a um público não especialista e menos culto para os parâmetros da época é um aspecto de suma importância para a construção da obra, determinando as estratégias de apresentação selecionadas pelo ortógrafo para modelizá-la. Se, na citação acima, ele prenuncia simplicidade e concisão na formulação das regras ortográficas, outras decisões estilísticas e composicionais são também motivadas pelo perfil sociocultural da comunidade de leitores presumidos para o tratado, como se pode perceber no fragmento que sucede o excerto anterior:

E por esta razão [a de direcionar a obra aos “que não são latinos”] quis nellas vsar de algũs exêplos, pera que assi ficassem mais claras, & cõ menos trabalho fossem entêdidas de qualquer pessoa ainda que nam tenha (como digo) inteligencia de latim. Porque se meu intento fora sómente aproueitar com ellas aos grammaticos, ouuera os taes exêplos por escusados: pois estâ claro não serem necessarios senão a estes que escassamente sabem que cousa he nome, & que cousa he verbo. Os quaes ainda que tenham muita experiencia de escreuer, não poderão deixar de cair em muitos erros, se não teuerem algũas regras que nesa parte os allumiem (Gandavo, 1574, n.p.).

Embora se empenhe em abordar as regras ortográficas de forma que elas, tornando-se apreensíveis ao público leigo, refreiem os “innumeraueis erros” de sua escrita, Gandavo (1574) reconhece o valor do conhecimento sobre a gramática latina para o domínio da ortografia portuguesa. Afinal, seus exemplos seriam desnecessários aos que têm “inteligencia de latim” ou “sabem que cousa he nome, & que cousa he verbo”. Para ele, o princípio regulador da ortografia (e, conseqüentemente, da pronúncia) é a etimologia dos vocábulos, o que explica

tanto a imperícia daqueles que não dominam o latim quanto sua escolha em dar à obra uma feição elementar. O excerto final do prólogo evidencia tal concepção teórica ao descrever as consequências de uma conjuntura hipotética em que os portugueses tivessem proficiência na gramática latina:

Porque hũs [vocábulos] se escreuem com c, outros com s, & outros com z: cada hum em fim segue sua origem, & assi hũs per descuido, & outros por não saberem latim (que he a fonte donde manou a mayor parte destes nossos vocabulos) costumão trocar muitas vezes hũas letras por outras, o que realmente se nam pode fazer sem offenderem â pronunciação desta nossa linguagem. E se os Portugueses nisto quisessem aduertir com diligencia mostrandose hũ pouco mais curiosos desta arte de que tão pouco se prezão, não aueria pela ventura tantos que praguejassem desta nossa lingua: porque com saberem bem escreuer, saberião bem pronunciar os vocabulos, & com os saberem bem pronunciar, ficaria a mesma lingua parecendo melhor aos naturaes que a professam. Por onde não auia de auer pessoa que se prezasse de si, ã não trabalhasse por saber algũ latim, que nisso consiste o falar bem Portugues: & desta maneira facilmete euitarião todos estes erros, & serião perfectos em guardar a orthographia cõforme â ethimologia & pronunciação dos vocabulos (Gandavo, 1574, n.p.).

Na ótica de Gandavo (1574), saber latim conduz ao conhecimento da ortografia, que, por sua vez, conduz à boa pronúncia, equivalente ao “falar bem Portugues”. Não sendo essa a sua percepção acerca do cenário intelectual em que se inseriam todos aqueles que faziam uso da escrita em Portugal, coube-lhe a elaboração de um manual voltado para um público que não cumpria os pré-requisitos necessários ao domínio da ortografia. Nesse sentido, Buescu (1981, n.p.) chega a descrever o ortógrafo como alguém “realisticamente empenhado num programa de divulgação cultural”.

É difícil avaliar o papel que a “fórmula popularizante” (Buescu, 1978, p. 47) de Gandavo (1574) possa ter desempenhado para o êxito editorial – superado apenas por Madureira Feijó (1734) – do tratado que inaugurou a tradição metaortográfica portuguesa, mas o fato é que ele chega a três edições antes mesmo do fim do século (cf. Buescu, 1981; Kemmler, 2001; Assunção *et al.*, 2019)<sup>206</sup>. Após a publicação da 2ª edição e da 3ª edição, respectivamente em 1590 e 1592, a obra só volta a ser reeditada a partir da segunda metade do século 20 (1969, 1981, 2001, 2019)<sup>207</sup>. Também não é tarefa simples identificar os fatores externos que eventualmente tenham contribuído para a ampla disseminação da ortografia de

<sup>206</sup> Ao analisar um excerto do diálogo anexo à ortografia de Gandavo (1574), Buescu (1981, n.p.) associa explicitamente o estilo do ortógrafo ao alcance de sua obra: “Num discurso simplificado, num tom afastado de qualquer conotação aristocrática, a obra de Gândavo, a única de que o público destinatário justificou três edições, avançou um largo e decisivo passo na via aberta pelo livro impresso, instrumento poderoso do acesso de muitos a um espaço cultural até então de poucos”.

<sup>207</sup> As novas edições vieram a público por iniciativa de Rolf Nagel (1969), Maria Leonor Carvalhão Buescu (1981), Tōru Maruyama (2001) e Carlos Assunção, Rolf Kemmler, Gonçalo Fernandes, Sónia Coelho, Susana Fontes e Teresa Moura (2019).

Gandavo (1574), porque são escassos os dados biográficos cuja fidedignidade possa ser averiguada em documentação histórica, restando ao historiógrafo, à maneira de Assunção *et al.* (2019), a opção de se ater aos únicos rastros palpáveis da existência do ortógrafo quinhentista: sua obra.

Dois aspectos de tal bibliografia sugerem a relevância do autor na atmosfera sociopolítica e cultural de seu tempo. Em primeiro lugar, Gandavo possivelmente compartilhou do mesmo círculo intelectual de Luís de Camões<sup>208</sup>, tendo o poeta dedicado versos inéditos ao prólogo da *Historia da prouincia de sãcta Cruz a que vulgarmẽte chamamos Brasil* (1576), a primeira obra historiográfica sobre a colônia recém-invadida, escrita pelo ortógrafo. Em segundo lugar, o próprio teor de seus opúsculos historiográficos – a já mencionada *Historia* e o *Tractado da Terra do Brasil no qual se cõtem a informação das cousas que ha nestas partes* (manuscrito quinhentista que só veio a ser impresso no século 19) – aponta para o vínculo ideológico de Gandavo com o projeto colonialista da coroa portuguesa: “Ambas estas obras constituem não só uma exortação pragmática ao povoamento, mas uma primeira homenagem europeia, através duma visão euforizante, ao país do *genus angelicum*, o grande mito que alimentará o pensamento utópico do séc. XVII” (Buescu, 1981, n.p.). A vertente historiográfica da produção bibliográfica de Gandavo, contudo, não gozou, durante o século 16, do mesmo prestígio que o seu tratado ortográfico.

Quanto ao conceito de ortografia que fundamenta as *Regras*, como avaliam Kemmler (2001) e Assunção *et al.* (2019), o caráter sucinto da obra obstaculiza uma análise contrastiva das definições gandavianas em relação a definições tradicionais. Com base nas citações do prólogo, o que é possível identificar, além da já mencionada relação com a etimologia e a pronúncia dos vocábulos, são os objetos circunscritos ao campo da ortografia: “as letras e os accentos necessarios que se requerem no discurso das escripturas” (Gandavo, 1574, n.p.). Essa concepção de ortografia mostra-se “eminentemente orientada pelo exercício prático da escrita” (Kemmler, 2001, p. 175), na medida em que conhecer suas regras permite que se saiba o lugar onde colocar as unidades descritas por Gandavo (1574). Apesar de não mencionar os sinais de pontuação no conjunto dessas unidades, o ortógrafo lhes confere lugar de relativo destaque na organização macroestrutural da obra, com quatro capítulos dedicados ao tema, como atestam as células de fundo cinza no Quadro 33 adiante. Nele, reproduziu os títulos dos capítulos ortográficos, isto é, todos que compõem a obra analisada nesta subseção, com exceção do “Prologo ao lector” e do diálogo que a finaliza.

---

<sup>208</sup> Lins (2009) chega a atribuir às duas figuras uma relação de amizade.

Quadro 33 – Títulos dos capítulos ortográficos de Gandavo (1574)

1.	<i>De como se ha de fazer differença na pronunciação de algũas letras em que muitas pessoas se costumão enganar.</i>
2.	<i>Das letras com que se escreue, &amp; syllabas que se formão dellas.</i>
3.	<i>Dos lugares onde se hade vsar destas letras maiusculas, &amp; pausas &amp; distinções que se requerem no discurso das escripturas.</i>
4.	<i>Do qve se poem per parenthesis.</i>
5.	<i>Do que se ha de pôr com interrogação.</i>
6.	<i>Dos sinaes qve se hão de vsar quando se não acabar a dição no fim da regra, &amp; de como se ha de fazer esta diuisão.</i>
7.	<i>Dos accentos qve se hão de vsar em algũas letras, ou vocabulos que teuerem duuidosa a significação.</i>
8.	<i>Das letras syperfluas que se hão de vedar nas partes onde não forem necessarias.</i>
9.	<i>De como se haõ de escreuer os nomes &amp; verbos compostos.</i>
10.	<i>Da pronunciação G.</i>
11.	<i>Das partes qve se ha de ajuutar esta aspirção [sic] H.</i>
12.	<i>De qve maneira &amp; em que lugares se ha de vsar desta letra I, &amp; onde ha de ser grego.</i>
13.	<i>Dos lvgaes onde se ha sempre de seguir M.</i>
14.	<i>De como se ha de vsar desta letra R.</i>
15.	<i>De como se ha de vsar desta letra V.</i>

Fonte: Elaboração própria (2025)

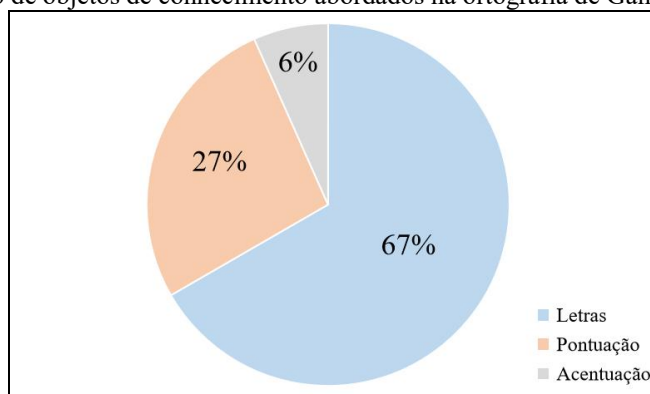
Antes de tecer algumas considerações analíticas sobre os dados do Quadro 33, justifico a inclusão do sexto capítulo (“Dos sinaes qve se hão de usar quando se não acabar a dição no fim da regra, & de como se ha de fazer esta diuisão”, cf. item 6), ao modo de Assunção *et al.* (2019), dentre aqueles que tematizam a pontuação. Embora hoje a tradição gramatical não considere o hífen utilizado na separação silábica um sinal de pontuação<sup>209</sup>, é possível, à maneira de Catach (1994), classificá-lo como pontuação de palavra (cf. Quadro 5, na subseção 1.1.3), em oposição à pontuação sintática e comunicativa e à pontuação do texto

<sup>209</sup> Pelo menos três gramáticas tradicionais da contemporaneidade – Rocha Lima (2006), Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2013) – respaldam essa afirmação ao tratarem da divisão silábica nos capítulos sobre ortografia, inseridos nas partes de suas obras destinadas ao estudo da fonética e da fonologia, na qual não se incluem os sinais de pontuação. A primeira aborda a separação silábica, sem nomear o símbolo utilizado; a segunda refere-se à translineação como um dos usos previstos para o hífen, classificado como notação léxica; a terceira também faz menção ao hífen ao teorizar sobre divisão silábica, embora, no capítulo sobre pontuação, um dos apêndices da obra, resgate a classificação de Catach (1994) segundo a qual o hífen pode ser concebido como pontuação de palavra (o capítulo, porém, alega focalizar o que a autora francesa denomina pontuação sintática e comunicativa).

ou da página (MEP). Na tradição metaortográfica portuguesa, a partir de Leão (1576), a divisão – empregada na translineação – passa a integrar o inventário de sinais elencados nas ortografias publicadas até pelo menos o final dos Seiscentos, como as de Vera (1631), Pereira (1666) e Barreto (1671).

Assim, mais de um quarto do total de capítulos que compõem a ortografia gandaviana versa sobre pontuação, conforme representa o Gráfico 4:

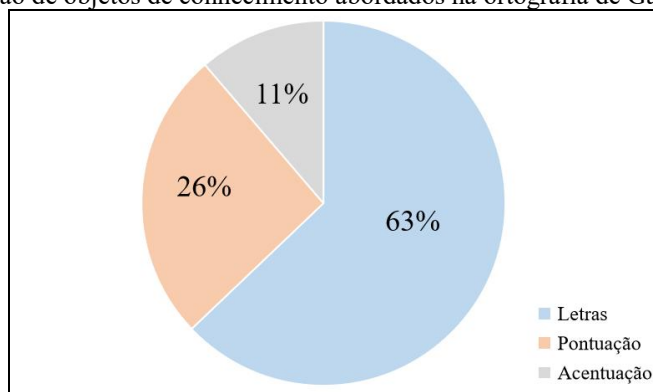
Gráfico 4 – Distribuição de objetos de conhecimento abordados na ortografia de Gandavo (1574) por capítulos



Fonte: Elaboração própria (2025)

É possível confirmar a proporção que Gandavo (1574) dedica de sua obra ao tratamento da pontuação se levada em consideração a extensão de quinze fólios e meio entre o primeiro e o último capítulo da lista apresentada no Quadro 33, conforme representado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Distribuição de objetos de conhecimento abordados na ortografia de Gandavo (1574) por fólios



Fonte: Elaboração própria (2025)

As proporções indicadas pelo Gráfico 4 e pelo Gráfico 5 tornam-se ainda mais significativas quando, ao analisar os títulos transcritos no Quadro 33, constatamos que os conteúdos abordados ao longo da concisa obra de Gandavo (1574) não contemplam regras

relativas a todas as letras do alfabeto, mas apenas aquelas que possivelmente o ortógrafo considera essenciais ao público não erudito com quem busca dialogar. As normas de pontuação deixam de ocupar, como em Barros (1540), o lugar de apêndice nos fólhos finais da obra, passando a integrar um conjunto de tópicos, na visão de Gandavo (1574), elementares ao domínio da escrita correta.

A vírgula é tratada no primeiro dos capítulos dedicados à pontuação: “Dos lugares onde se hade vsar destas letras maiusculas, & pausas & distinções que se requerem no discurso das escripturas” (cf. item 3 do Quadro 33). Chama atenção que o título associe os termos que designam os objetos de descrição e normatização do capítulo (“letras maiusculas, [...] pausas & distinções”) à mesma oração adjetiva (“que se requerem no discurso das escripturas”) que, no prólogo, especifica os termos que designam os objetos circunscritos ao campo da ortografia (“as letras & os accentos”). A repetição dessa oração na elaboração dos dois fragmentos permite inferir que, a despeito de não serem mencionados no prólogo da obra, os sinais de pontuação tratados no presente capítulo, composto de um único fôlio, são considerados objetos da ortografia por Gandavo (1574). Esses sinais são: *virgula*, *dous pontos* e *hum ponto*.

A tríade, ainda de acordo com o que aponta o título e também com o fragmento que dá início ao texto do capítulo, está vinculada a pausas e distinções:

Em principio de regra quando se começar a escreuer algũa cousa, sempre se vsará de hũa letra destas maiusculas. E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar & entender o sentido da sentença, ou clausula, conuemasaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado) (Gandavo, 1574, n.p.).

Se Barros (1540, f. 49r) inclui, num capítulo intitulado “Dos pontos e distinções da óráçám”, considerações teórico-normativas relativas a *cõma*, *cólo*, *uirgula*, *parentesis* e *interrogaçám*, definindo-os como “pontos e sináes, com que [os latinos] destinguẽ as pártes e cláusulas da óráçám”, Gandavo (1574) particulariza a abordagem dos dois últimos em capítulos posteriores (cf. itens 4 e 5 do Quadro 33) e restringe as finalidades de uso descritas por Barros (1540) aos três primeiros sinais. Talvez em virtude da simplificação que Gandavo (1574) desejava imprimir a sua obra, a designação de dois deles deixa de ser feita por metatermos da tradição latina, sendo substituída por formas que remetem a uma acepção mais literal: *dous pontos* e *hum ponto*.

Na citação, Gandavo (1574) sugere uma sobreposição de funções associadas à tríade. *Virgula*, *dous pontos* e *hum ponto* são “tres maneiras de distinções”. Ao se distinguir o

discurso escrito através do emprego desses três sinais, subsidiariamente indicam-se pausas ao leitor que favorecem a compreensão do sentido expresso pela sentença ou cláusula. Embora o título do capítulo e a citação acima sugiram que pausas e distinções sejam fenômenos da escrita, seria anacrônico, a partir desses dados, excluir a incidência da oralidade sobre o emprego dos sinais de pontuação. Assim como letras e acentos que “se requerem no discurso das escripturas”, segundo a argumentação do prólogo, impactam diretamente na pronúncia da língua, é razoável supor que os demais elementos constitutivos da ortografia do português, incluindo a tríade que institui pausas e distinções (que também “se requerem no discurso das escripturas”), incidam sobre a prática oral de leitura. Não é casual que historicamente as *distinctiones*, as unidades do *periodus* e as diferentes tríades pontuacionais sejam, com relativa recorrência, descritas fazendo-se referência ao descanso de voz ou à necessidade de respirar ou tomar fôlego. É preciso ter em conta que a obra de Gandavo (1574), nesse sentido, inscreve-se na atmosfera intelectual de seu tempo. Uma análise terminográfica centrada nas noções de “sentença” e “distinção”, que será empreendida ao longo desta subseção, pode ajudar a desanuviar parcialmente a questão.

Tanto a menção às pausas e distinções quanto à sentença ou cláusula como a maior unidade linguística sobre a qual incide a pontuação são emblemáticos do complexo entrelaçamento entre os domínios da escrita e da oralidade que caracteriza o período histórico no qual a obra de Gandavo (1574) se insere. Como já demonstrado (cf. subseção 4.2), o forte vínculo entre o metatermo “cláusula” – sinônimo de “sentença” em Gandavo (1574) – e a retórica clássica faz da oração perfeita uma estrutura rítmica organizada em torno de critérios simultaneamente sintático-semânticos e fonéticos. O padrão estrutural das frases que compõem o capítulo ora destacado, no entanto, destoa daquele que, internamente delimitado pelo emprego simultâneo de *uirgula*, *côma* e *côlo* (cf. Quadro 31 e Gráfico 3, na subseção 4.2), predomina na escrita do capítulo analisado em Barros (1540). O uso da pontuação intermediária – *dous pontos*, segundo a descrição gramatical gandaviana – ocorre apenas em duas circunstâncias, sendo uma delas (a que encerra a última citação) movida pelo mero intuito de relacionar o nome e a forma desse sinal da tríade, assim como realizado, nessa mesma frase, quanto à *uirgula* e ao *hum ponto*. Desse modo, apenas a estrutura sintático-semântica de uma das frases do capítulo se aproxima do perfil majoritário verificado em Barros (1540), qual seja: “E logo a diante do mesmo ponto a primeira letra que se seguir será maiuscula: porque hum ponto sô tem mais força que dous, & os dous mais que a uirgula.” (Gandavo, 1574, n.p.).

A estruturação da cláusula não é estática ao longo da história, tendo, conforme já discutido ao longo da tese, sofrido diversas alterações em função de fatores como as mudanças linguísticas processadas entre o latim clássico e o português moderno, os diferentes graus de conhecimento sobre a arquitetura rítmica implicada nas categorias retóricas, as mútuas influências que retórica e gramática exercem entre si na constituição de suas categorias teóricas e a ampliação do público que passa a lidar com a cultura escrita após a invenção da imprensa. Não estou, portanto, presumindo que a mera alusão aos metatermos trasladados da retórica clássica seja suficiente para assegurar que os gramáticos quinhentistas normatizassem sobre a mesma base estrutural que previam Quintiliano ou Isidoro de Sevilha ao tratarem de coma, colo e período durante a Antiguidade ou a Idade Média. Recuperar a origem da rede terminológica em que se assenta o tratamento da pontuação pelos autores das fontes investigadas nesta tese, contudo, pode fornecer parâmetros para interpretá-lo quanto à formulação conceitual e à estrutura normativa subjacentes.

Nessa perspectiva, a presença dos metatermos “cláusula” e “sentença” em Gandavo (1574) harmoniza-se teoricamente a uma descrição gramatical que, à maneira da última citação recuada, trata o estabelecimento de pausas e a compreensão do sentido como desdobramentos das distinções efetuadas pelo emprego de sinais de pontuação. Desde o alexandrino Dionísio Trácio (cf. Chapanski, 2003), em sua *Tékhnē grammatikē*, há um núcleo pontuacional formado por três sinais cujo emprego demarca diferentes graus de completude de sentido e de duração de pausas:

São três os pontos: final, médio e inferior. † O ponto final é sinal de um pensamento completo, o médio assinala uma tomada de ar, o inferior assinala um pensamento incompleto, em que falta algo ainda. Em que diferem ponto <final> e ponto inferior? Na duração. No ponto final o intervalo é longo, no inferior, em todos os casos, curto (Chapanski, 2003, p. 22).

O sistema em que se baseia Dionísio e que, seis séculos depois, Isidoro descreverá por meio das unidades constitutivas do período retórico é conhecido como *distinctiones*, razão pela qual o sacerdote e, mais tarde, bispo de Sevilha nomeia os pontos baixo, médio e alto respectivamente como *subdistinctio*, *distinctio media* e *distinctio ultima* (cf. subseção 1.1.3).

O metatermo “distinctio”, na visão de Bourgain (2019), exemplifica a possibilidade de remissão a múltiplos domínios que, segundo julga o autor, seria comum ao vocabulário utilizado, ao longo da história, para descrever o sistema de pontuação. Os domínios a que ele se refere são os seguintes:



la détermination d'unités de compréhension, qui sont implicitement des unités grammaticales, mais qui sont généralement dénommées en termes rhétoriques (*comma – colon – periodus*) et induisent du même coup des notions stylistiques ; le sens qui en découle, ceci dans le cadre d'une unité de sens complet de l'énoncé [...] ; les pauses de la prononciation qui distinguent les différents parties de cet énoncé (et éventuellement l'intonation, en cas de récitation) ; enfin les signes qui, en cas de mode indirect de communication, marqueront sur la page écrite les divisions du text et leur différent valeur<sup>210</sup> (Bourgain, 2019, p. 161).

Embora um ou outro domínio costume ser enfatizado, Bourgain (2019) assevera que eles costumam entrelaçar-se de modo a produzir deslizamentos de sentido e incertezas às iniciativas de escrutínio contemporâneas. No caso de “*distinctio*”, segundo o linguista, o metatermo é tratado de forma genérica para fazer referência, no contexto gramatical, à correta separação de palavras e porções de frase para viabilizar a compreensão, o que, a seu ver, se aproxima de uma análise lógica. Ainda para esse autor, o sentido da distinção é, contudo, ambivalente, pois pode remeter tanto às fronteiras resultantes das separações efetuadas (as pausas e/ou os sinais que ocupam esses pontos específicos do enunciado) quanto às sequências linguísticas delimitadas pela instituição de tais fronteiras. Em Barros (1540) e Gandavo (1574), as ocorrências de “*distinções*” (não há ocorrência no singular) e “*distinguir*” estão exclusivamente associadas ao primeiro desses direcionamentos semânticos, conforme indicam os dados do Quadro 34:

---

<sup>210</sup> Em português: “a determinação de unidades de compreensão, que são implicitamente unidades gramaticais, mas que são geralmente denominadas em termos retóricos (*comma – colon – periodus*) e induzem, ao mesmo tempo, a noções estilísticas; o sentido que daí decorre, no quadro de uma unidade de sentido completo do enunciado [...]; as pausas da pronúncia que distinguem as diferentes partes desse enunciado (e eventualmente a entonação, em caso de recitação); enfim os sinais que, em caso de modo indireto de comunicação, marcarão na página escrita as divisões do texto e seu valor distinto” (tradução própria).

Quadro 34 – Ocorrências de “distinções” e “distinguir” em Barros (1540) e Gandavo (1574)

Fontes	Metatermos	Citações
Barros (1540)	“distinções”	“Estas duas pártes, se córtam em uirgulas: que sam hũas <i>distinções</i> das partes da clausula” (f. 49r, grifo próprio).
		“Estam entre as cortaduras que sam estes dous pontos: hũas zeburas assy, aque chamámos <i>distinções</i> das pártes da clausula” (f. 49v, grifo próprio).
	“distinguir”	“Os latinos, tem estes pontos e sinães, com que <i>destinguẽ</i> as pártes e cláusulas da óraçám” (f. 49r, grifo próprio).
Gandavo (1540)	“distinções”	“E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de <i>distinções</i> , pera que o lector saiba melhor pausar & entender o sentido da sentença, ou clausula, conuemasaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado)” (n.p., grifo próprio).
	“distinguir”	“Da virgula se vsará quando quiserem <i>destinguir</i> hũa parte da outra indo prosseguindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario” (n.p., grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Nos dois instrumentos linguísticos, todas as ocorrências de “distinções”, acima reproduzidas, designam os próprios sinais de pontuação que instituem as fronteiras da cláusula ou sentença e de suas unidades internas. Em Barros (1540), o metatermo remete diretamente apenas à *uirgula*, ao passo que em Gandavo (1574) remete à *virgula*, aos *dous pontos* e a *hum ponto*. Entretanto, associado a esses dados, o uso do correlato verbal do metatermo junto aos complementos “as pártes e cláusulas” na obra barrosiana e “hũa parte da outra” na gandaviana sugere que, em ambas, a ação de distinguir implica o apontamento dos lugares que separam as unidades delimitadas pelos três sinais que compõem a tríade normatizada por cada autor.

Pelos dados dispostos na ortografia de Gandavo (1574), a natureza das distinções e a intensidade das pausas associadas a cada sinal se definem, assim como na *Tékhnē* de Dionísio (cf. Chapanski, 2003), num contínuo que progride paulatinamente da *virgula* a *hum ponto*:

Da virgula se vsará quando quiserem *destinguir* hũa parte da outra indo proseguindo pela sentença adiante todas as vezes que for necessario. Dos dous pontos em algũs lugares, onde se fezer mais pausa. De hum ponto no fim da cláusula, onde se acaba de concluir algũa cousa. E logo a diante do mesmo ponto a primeira letra que se seguir será maiuscula: *porque hum ponto sô tem mais força que dous, & os dous mais que a virgula* (Gandavo, 1540, n.p., grifo próprio).

A economia de termos técnicos, aparentemente numa busca por adequar a linguagem do manual a um público que não domina a terminologia da gramática latina, abre espaço para expressões de baixa precisão semântica como “algũs lugares” (onde se colocam *dous pontos*)

e “algũa cousa” (que se conclui ao se finalizar uma cláusula com *hum ponto*). Atendo-se às informações apresentadas pela citação, é possível identificar que: i) *hum ponto* demarca o fim da cláusula ou sentença; ii) após *hum ponto*, utiliza-se letra maiúscula; iii) *hum ponto* é o sinal mais forte da tríade; iv) os *dous pontos* têm força intermediária entre os sinais da tríade; v) a pausa instituída pelos *dous pontos* é mais longa que a demarcada pela *virgula* e mais curta que a demarcada por *hum ponto*; vi) a *virgula* pode ser usada mais de uma vez ao longo de uma cláusula ou sentença (“todas as vezes que for necessario”); vii) cabe à *virgula* distinguir partes da cláusula ou sentença; viii) a *virgula* demarca uma pausa de duração menor que os *dous pontos*; xix) a *virgula* é o sinal mais fraco da tríade.

Apesar do enfoque que o prólogo confere aos exemplos, assumidos por Gandavo (1574) como elementos que facilitariam a aprendizagem de leitores com o perfil visado em sua obra, o capítulo que normatiza a tríade na qual se situa a *virgula* os dispensa em absoluto, de modo que não há dados linguísticos confrontáveis com os apontamentos teóricos reproduzidos na última citação. Sozinhos, eles não permitem concluir: i) qual a natureza linguística do que se conclui com o fim da cláusula ou sentença delimitado por *hum ponto* (“algũa cousa”); ii) se os *dous pontos*, assim como assumem posição intermediária na tríade quanto à demarcação de pausas, também ocupam esse lugar quanto à complexidade sintático-semântica das unidades linguísticas delimitadas por cada um dos sinais (haveria uma unidade intermediária entre as partes que a *virgula* distingue e a cláusula ou a sentença que *hum ponto* encerra?); iii) de que natureza são as partes que a *virgula* distingue no interior da cláusula ou sentença; iv) quais os parâmetros para se reconhecer a necessidade de seu emprego (quais seriam “as vezes que for necessario” usá-la?).

Conjecturar acerca dessas questões demanda resgatar a constituição histórica da unidade linguística mais ampla sobre a qual incidem as distinções instituídas por *virgula*, *dous pontos* e *hum ponto*. Como já apontado, embora nomeie, como Barros (1540), essa unidade de “cláusula”, Gandavo (1574) também o faz através do metatermo “sentença” em alguns excertos do capítulo sob análise nesta subseção. Focalizo-o nos parágrafos subsequentes a partir de trabalhos que o tomam como objeto de reflexão.

“Sentença” remete ao correspondente latino *sententia*, que, segundo Colombat (2017), parte da tradição latina tende a opor a *oratio*, referindo-se a cada um desses metatermos respectivamente como “pensée incarnée dans la langue”<sup>211</sup> (Colombat, 2017, p. 87) e “expression de cette pensée dans la langue”<sup>212</sup> (Colombat, 2017, p. 87). Sua origem ora é

<sup>211</sup> Em português: “pensamento encarnado na língua” (tradução própria).

<sup>212</sup> Em português: “expressão desse pensamento na língua” (tradução própria).

atribuída à retórica (cf. Millet, 1997; Arribas Rebollo, 2005), ora à gramática (cf. Charpin, 1979; Bourgain, 2019). Todavia, a escolha por um ou outro polo, ao contrário do que se pode suspeitar, não implica a circunscrição categórica do metatermo a apenas uma das tradições.

Bourgain (2019), por exemplo, o vincula às obras de Élio Donato (310-363) e Papias (fl. 1040-1060), nas quais *sententia* expressaria a aceção de frase ou de frase completa, “mais c’est toujours la phrase en tant qu’elle a un sens, et là aussi la signification est plus herméneutique que grammaticale”<sup>213</sup> (Bourgain, 2019, p. 169). Numa direção semelhante, Charpin (1979), embora associe o metatermo à tradição gramatical, lhe atribui uma aceção extralinguística. Ele situa a *sententia perfecta*, concebida como expressão de um pensamento completo, no âmbito de um vocabulário filosófico, tomado sobretudo dos estoicos, do qual Prisciano se vale para introduzir reflexões sobre o enunciado do ponto de vista da razão. Para o linguista francês, o termo resulta de “spéculations logiques [que] entraînent des notations sur la Verité des énoncés qui s’écartent complètement du domaine linguistique”<sup>214</sup> (Charpin, 1979, p. 30). Ainda conforme o autor, o interesse da Antiguidade pelo sentido e pelas qualidades formais do enunciado teria se traduzido no emprego de uma terminologia imprecisa, que abusa de sinônimos e funde significados diversos, com a sintaxe cedendo espaço à retórica e à lógica.

Do outro lado, no polo dos estudiosos que atribuem origem retórica à *sententia*, Arribas Rebollo (2005) explica que o metatermo, cuja delimitação teórica na literatura especializada sobre a terminologia retórica é, ao seu ver, pouco precisa, traduz dois conceitos gregos distintos: “el de *ennoia*, que es pensamiento o contenido nocional de un discurso; y el de *gnome*, que por sentencia o máxima se conoce en español”<sup>215</sup> (Arribas Rebollo, 2005, p. 194). O segundo sentido, foco do trabalho de Arribas Rebollo (2005), é também previsto por outros autores que se debruçam sobre a tradição retórica (cf. Lausberg, 1972; Millet, 1997), mas é o primeiro que, conforme sugerem as definições do parágrafo anterior, dialoga com a tradição gramatical.

Tal aceção é discutida por Millet (1997) em um trabalho cujo enfoque é a percepção de frase nas tradições retórica e gramatical francesas do século 16. Nele, o autor se refere a “clause” (ou “clausule”) e “sentence” como metatermos “non originairement propes à la discipline grammaticale [que] désignent couramment quelque chose qui correspond souvent à

<sup>213</sup> Em português: “mas é sempre a frase na medida em que ela tem um sentido, e aqui também a significação é mais hermenêutica que gramatical” (tradução própria).

<sup>214</sup> Em português: “especulações lógicas [que] levam a noções sobre a Verdade dos enunciados que se afastam completamente do domínio linguístico” (tradução própria).

<sup>215</sup> Em português: “o de *ennoia*, que é pensamento ou conteúdo nocional de um discurso; e o de *gnome*, que por sentença ou máxima se conhece em espanhol” (tradução própria).

la phrase au sens sémantique du terme”<sup>216</sup> (Millet, 1997, p. 4). Ao analisar a presença dessa terminologia em obras metalinguísticas do período, Millet (1997) constata uma sobreposição tanto dos níveis de descrição quanto dos pontos de vista gramatical e retórico. Nesse sentido, a sentença é simultaneamente definida em função da ordenação de palavras (que podem ser tratadas como partes do discurso), da constituição de uma unidade gramatical ou retórica superior à palavra e de sua relação com o discurso (neste caso, num plano mais retórico que gramatical). Com o conceito de sentença, a construção frástica é apreendida não apenas como enunciado verbal (que requer, por exemplo, a presença de substantivo e verbo em sua composição), mas como pensamento expresso através da formulação de uma mensagem (com vistas a qualidades retóricas como clareza, persuasão, exortação, etc.). Diante desse cenário, Millet (1997) insere o metatermo “sentença” no contexto de um processo de retorização da gramática, ao qual corresponde, paralelamente, um processo de gramaticalização da retórica<sup>217</sup>.

Para exemplificar esse processo, que atinge também outros metatermos utilizados para designar estruturas que se aproximam do que hoje entendemos por frase, o autor remete justamente a inovações orto-tipográficas do Renascimento francês, particularmente no que diz respeito à pontuação, tal como descrita por Etienne Dolet (1509-1546) no apêndice *De la punctuation de la langue Françoise*<sup>218</sup>, anexo à obra *La manière de bien traduire d’une langue en autre*<sup>219</sup> (1540), dada a importância das mudanças operadas pelo impressor para se compreender a percepção de frase da época. Nesse instrumento linguístico, a tradicional tríade pontuacional *comma-colon-periodus* passa a ser denominada segundo a sequência *point à queue-comma-colon* (cujas formas correspondem respectivamente à vírgula, aos dois-pontos e ao ponto). Apesar da insuficiência de dados na argumentação do impressor que justifiquem a alteração proposta, Millet (1997) considera que, se, por um lado, a tríade ecoa uma concepção retórica de período em que as unidades internas se definem umas em relação às outras, a recusa do metatermo “periodus” para designar a pontuação final de frase (assim como a escolha de “sentença”, sem valor rítmico, para designar a estrutura que se conclui com o emprego do *colon*), sugere uma tendência “à disjoindre [...] la transcription orthographique

<sup>216</sup> Em português: “não originariamente próprios da disciplina gramatical [que] designam costumeiramente qualquer coisa que com frequência corresponde à frase no sentido semântico do termo” (tradução própria).

<sup>217</sup> “Retorização” e “gramaticalização” são os referentes em português para os termos franceses “rhétorisation” e “grammaticalisation”, empregados por Millet (1997) para designar processos através dos quais as disciplinas retórica e gramática incorporam concepções teóricas uma da outra. O uso de “gramaticalização” aqui, portanto, diverge de sua recorrente acepção na linguística contemporânea, como “processo que consiste em transformar vocábulos lexicais [...] em vocábulos gramaticais” (Camara Junior, 2011, p. 161).

<sup>218</sup> Em português: “Da pontuação da língua Francesa” (tradução própria).

<sup>219</sup> Em português: “A maneira de bem traduzir de uma língua para outra” (tradução própria).

de la ponctuation des considérations de diction quasi musicale qui gouvernaient entièrement l'ancien système”<sup>220</sup> (Millet, 1997, p. 7). O linguista francês interpreta, então, essa mudança como uma relativa gramaticalização da dimensão retórica que historicamente subjaz às normas de pontuação. Contudo, a substituição do período retórico pela sentença na obra renascentista, ao passo que representa um enfraquecimento da natureza rítmica da unidade delimitada pelo *colon*, não implica, na visão de Millet (1997), a consolidação da sintaxe gramatical no sistema de pontuação então proposto, uma vez que a noção de sentença é por ele assumida como mais semântica do que sintática. Além disso, o pesquisador reconhece tanto na pontuação de Dolet (1540) quanto naquela que se generaliza após a publicação de seu tratado um sistema misto que conjuga os pontos de vista gramatical e retórico.

As nuances interpretativas que diferenciam as análises dos estudos supracitados em torno do metatermo “sentença” não impedem que prevaleçam entre eles dois pontos em comum. Parece, em primeiro lugar, indiscutível que a *sententia* latina, seja ela oriunda da retórica ou da gramática, fundamentalmente diz respeito à noção de sentido completo. As considerações teóricas dos últimos parágrafos, entretanto, são indicativas da frouxidão conceitual que acomete essa noção, assumida como intuitiva, conforme apontam Millet (1997) e Borgain (2019), ratificando semelhante conclusão que Rosa (1994a) apresenta sobre o sentido completo em manuais latinos publicados no século 16 em Portugal (cf. subseção 1.1.3).

O emprego de “sentença” em Gandavo (1574) é elucidativo desse cenário, como é possível perceber a partir dos dados reunidos no Quadro 35 adiante. Nele, transcrevo todas as ocorrências do referido metatermo ao longo do tratado gandaviano, além de incluir as ocorrências de seus sinônimos, “cláusula” e “prática”. O primeiro, como já indicado, consta no capítulo em que Gandavo (1574) trata de sua tríade pontuacional, alvo desta subseção; já o segundo irrompe exclusivamente no capítulo sobre os *parenthesis* (cf. item 4 do Quadro 33), no qual também constam as únicas referências a “sentença” externas ao capítulo aqui focalizado.

---

<sup>220</sup> Em português: “a dissociar [...] a transcrição ortográfica da pontuação das considerações de dicção quase musical que governaram inteiramente o antigo sistema” (tradução própria).

Quadro 35 – Ocorrências dos metatermos “sentença”, “cláusula” e “prática” em Gandavo (1574)

Metatermos	Citações
“sentença”	“E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar & entender o sentido da <i>sentença</i> , ou <i>clausula</i> , conuemasaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado)” (n.p., grifo próprio).
	“Da virgula se vsará quando quiserem destinguir hũa parte da outra indo prosseguindo pela <i>sentença</i> adiante todas as vezes que for necessario” (n.p., grifo próprio).
	“Qvando se offerecer em algũa parte da escriptura dizer algũa cousa fôra da <i>sentença</i> , que muitas vezes se não escusa pera ornamento, & declaração do que se escreue, pôrseha entre dous meynos circulos (desta maneira.)” (n.p., grifo próprio).
	“Todauiã não sera muita lectura, porque se não embarace o lector, nem perca o tino da <i>sentença</i> ou <i>pratica</i> que leua enfiada” (n.p., grifo próprio).
“cláusula”	“E no discurso da escriptura auerá tres maneiras de distinções, pera que o lector saiba melhor pausar & entender o sentido da <i>sentença</i> , ou <i>clausula</i> , conuemasaber, auerá virgula, dous pontos: hum ponto. (da maneira que fica significado)” (n.p., grifo próprio).
	“De hum ponto no fim da <i>clausula</i> , onde se acaba de concluir algũa cousa” (n.p., grifo próprio).
“prática”	“Todauiã não sera muita lectura, porque se não embarace o lector, nem perca o tino da <i>sentença</i> ou <i>pratica</i> que leua enfiada” (n.p., grifo próprio).
	“A isto chamaõ os Latinos Parêthesis, o qual ainda que se não lea, nem por isso fica o proposito, & sentido da <i>pratica</i> desatado, como em algũas partes no discurso da presente escriptura se pode ver” (n.p., grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os dados do Quadro 35, confirmando as conclusões a que a literatura secundária permite chegar, evidenciam que a sentença, para Gandavo (1574), está intimamente ligada à construção de sentido no âmbito de uma estrutura frasal (aquela que se encerra com os correlatos do ponto final contemporâneo – *hum ponto* na ortografia gandaviana). Na primeira ocorrência, é quando destaca a relação das “tres maneiras de distinções” com a necessidade de “entender o sentido” que o ortógrafo introduz o metatermo em questão. Na segunda ocorrência, ele especifica uma dessas “maneiras de distinções”, a *virgula*, aquela que se utiliza para delimitar as fronteiras entre partes da sentença quando por ela ainda é necessário prosseguir. Aqui, uma hipótese interpretativa condizente com a noção (ainda que vaga) de “sentença” expressa pela primeira ocorrência é que o parâmetro que impõe o uso de *virgula* “todas as vezes que for necessario” – não explicitado por Gandavo (1574), conforme destaquei anteriormente – esteja relacionado ao grau de completude de sentido das partes delimitadas por esse sinal. As duas últimas ocorrências de “sentença” apresentadas no Quadro 35 também remetem ao sentido (ou “tino”) da estrutura frasal, uma vez que se inserem em

fragmentos expositivos por meio dos quais o autor caracteriza, a partir desse parâmetro, a natureza das sequências linguísticas passíveis de serem colocadas entre *parenthesis*.

O mesmo, por fim, pode-se dizer das citações em que constam “cláusula” e “prática”, sobretudo em três delas: as duas que salientam a sinonímia desses metatermos em relação a “sentença” e a que vincula “prática” ao sentido da estrutura frasal, não comprometido ante a ausência do segmento linguístico posto entre *parenthesis*. Já a última ocorrência de “cláusula” integra um excerto que abre espaço para uma das lacunas da descrição gramatical de Gandavo (1574) sobre sua tríade pontuacional que, há pouco elencadas nesta subseção, atribuí a uma das estratégias de apresentação mobilizadas pelo ortógrafo para modelizar didaticamente sua obra com o propósito de atender a um público menos erudito: a economia de termos técnicos. Se não é suficiente para precisar o valor semântico da expressão “algũa cousa”, com a qual Gandavo (1574) faz referência ao que se conclui no fim da cláusula, demarcada com *hum ponto*, a incontestável equivalência com o metatermo “sentença” torna ao menos possível supor a alusão ao sentido (completo, talvez) que a estrutura frasal encerra.

Quanto à segunda convergência detectável entre os estudos em que me fundamentei para investigar a noção de “sentença”, a discussão até aqui empreendida demonstra que recuperar a cronologia dos processos de criação e transmissão desse metatermo demanda, à maneira do que afirma Millet (1997, p. 5) acerca de “clause” no contexto francês, situá-lo “au carrefour de plusieurs disciplines que traitent soit du langage comme expression [...], soit des formes de raisonnement et de leur formulation”<sup>221</sup>. Mais do que por uma espécie de sincretismo confuso, Bourgain (2019, p. 167) avalia que a aplicação de metatermos originários da retórica e da gramática à escrita, no contexto da normatização da pontuação, explica-se pela aplicação de um mesmo método por ambas as disciplinas que, por vezes, dificulta a delimitação de fronteiras entre elas: “L’essentiel de la méthode, toujours grammaticale, est d’obtenir la compréhension par la mise en évidence des différentes parties de l’énoncé”<sup>222</sup>.

É também esse método que intersecciona, de um lado, a estruturação das diferentes unidades linguísticas correspondentes ao nível frasal (cláusula, sentença, período) sobre as quais incidem as tríades pontuacionais normatizadas ao longo da história e, de outro, o emprego dos sinais que as constituem. Conforme conjecturei ao investigar o tratamento teórico-normativo da tríade *virgula-côma-cólo* e a estruturação sintático-semântica da

<sup>221</sup> Em português: “na encruzilhada de várias disciplinas que tratam seja da linguagem como expressão [...], seja das formas de raciocínio e sua formulação” (tradução própria).

<sup>222</sup> Em português: “O essencial do método, sempre gramatical, é obter a compreensão ao colocar em evidência as diferentes partes do enunciado” (tradução própria).



cláusula em Barros (1540) (cf. subseção 4.2), “la ponctuation, qui est la forme écrite de la *distinctio*, sert à reconnaître la syntaxe sous-jacente à l’énoncé”<sup>223</sup> (Bourgain, 2019, p. 167). No caso de Gandavo (1574), a forte presença de vocabulário não técnico obstaculiza, ainda mais do que em Barros (1540), o ofício do historiógrafo que busca identificar essa sintaxe subjacente com a qual dialogam os sinais da tríade pontuacional em que se insere a vírgula. O texto do capítulo que os aborda nas *Regras* enfatiza a dimensão pausal das distinções, identificadas como os próprios sinais delimitadores de fronteiras entre partes da sentença ou da cláusula (*virgula*, *dous pontos* e *hum ponto*). A natureza linguística da estrutura frasal, por sua vez, é ainda menos apreensível do que a cláusula em torno da qual Barros (1540) normatiza a pontuação. No máximo, o confronto do vocabulário utilizado por Gandavo (1574) com informações epi-historiográficas consultadas para a construção da tese permite associar, como já argumentado, os três metatermos que nomeiam a unidade linguística de maior nível – “sentença”, “cláusula” e “prática” – a uma estrutura que materializa a expressão de sentidos. Sobre as partes que cabe à *virgula* distinguir, as informações disponibilizadas por Gandavo (1574) não autorizam maiores conclusões do ponto de vista sintático-semântico.

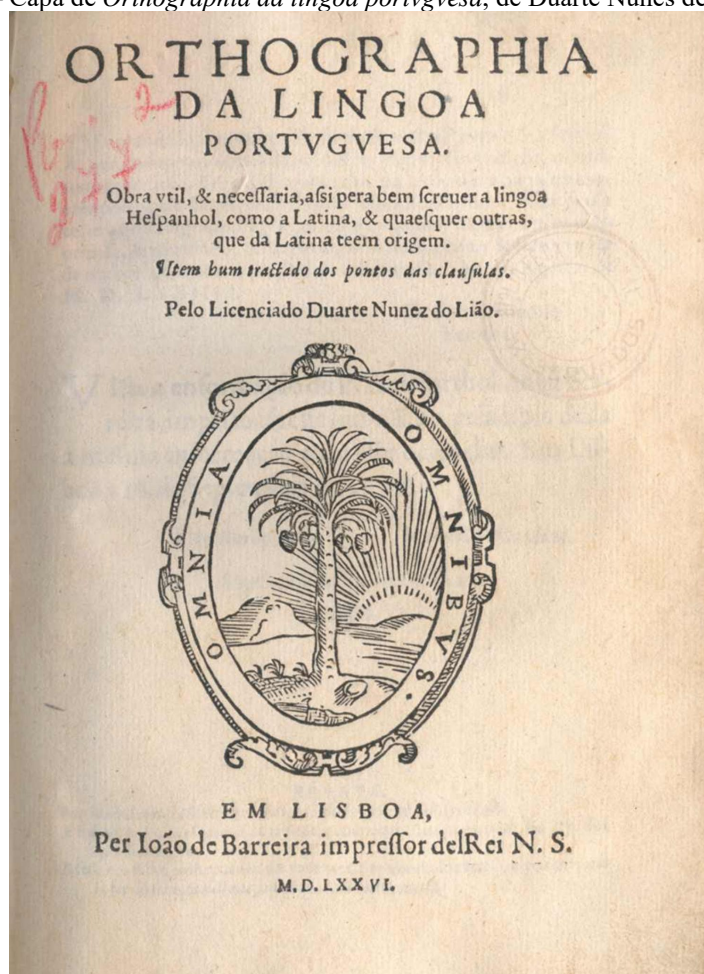
#### 4.4 A VÍRGULA EM DUARTE NUNES DE LEÃO (1576)

A terceira obra que busca regulamentar o emprego da vírgula, ainda no interior de uma tríade pontuacional, é o tratado ortográfico de Duarte Nunes de Leão<sup>224</sup>, intitulado *Orthographia da lingoa portvgvesa* (1576). A capa do manual, reproduzida na Figura 13 abaixo, já faz referência à inclusão de um “tractado dos pontos das clausulas”:

<sup>223</sup> Em português: “a pontuação, que é a forma escrita da *distinctio*, serve para reconhecer a sintaxe subjacente do enunciado” (tradução própria).

<sup>224</sup> Adoto esta grafia fundamentando-me em Kemmler (2001, p. 175-176): “Atendendo ao facto de que o apelido do linguista quinhentista, tal como era uso comum na altura, se refere ao topónimo de que ele é oriundo [...], quer dizer, à cidade espanhola León [...], a forma correcta deve ser *de Leão*, sem artigo”. O autor atribui essa informação a Machado (1993). Cf. MACHADO, J. P. **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa**: segundo volume E-M. Lisboa: Livros Horizonte, 1993. 1503 p.

Figura 13 – Capa de *Orthographia da lingua portvgvesa*, de Duarte Nunes de Leão (1576)



Fonte: Leão (1576)

Com efeito, será possível constatar, ao longo desta subseção, que o tratamento teórico-normativo de Leão (1576) acerca da pontuação, como avaliam Kemmler (2001) e Assunção *et al.* (2019), alcança um aprofundamento ainda não testemunhado na seminal gramaticografia ou mesmo na tradição metaortográfica portuguesa que há pouco se iniciara. A respeito de tal pioneirismo, cabe destacar que, embora a publicação da *Orthographia*, conforme registrado na Figura 13, tenha ocorrido em 1576, dois anos após a das *Regras* de Gandavo (1574), seu processo de escrita a precede, uma conclusão que advém do confronto entre informações disponíveis no fôlio que sucede a capa das duas ortografias. Afinal, se a licença de Leão (1576) data de setembro de 1576, a Inquisição concedera parecer favorável a sua impressão já em agosto de 1574, antes inclusive do parecer outorgado a Gandavo (1574), em outubro daquele mesmo ano.

O aprofundamento conferido à pontuação não é exclusivo desse tópico ortográfico, mas uma característica que, divergindo das produções metalinguísticas anteriores – recordemos da almejada concisão de Barros (1540) e Gandavo (1574) (cf. subseções 4.2 e 4.3)

–, permeia a modelização didática de toda a obra, situação que Buescu (1978), Kemmler (2001) e Assunção *et al.* (2019) atribuem à mudança do público visado por Leão (1576) quanto ao perfil sociocultural, mais erudito e familiarizado com a língua latina. Para Assunção *et al.* (2019, p. 24), a última ortografia dos Quinhentos “sistematiza na sua essência todos os aspetos que modernamente estaríamos a esperar de um tratado metaortográfico propriamente dito”, dentre os quais os sinais de pontuação, conforme evidencia o Quadro 36, que reúne os títulos dos capítulos que compõem a obra de Leão (1576):

Quadro 36 – Títulos dos capítulos de Leão (1576)

1.	<i>Da diffinção da Orthographia, &amp; da Voz.</i>
2.	<i>Das letras, &amp; de sua diuisão e natureza.</i>
3.	<i>Da affinidade, qve algũas letras teem entre si, &amp; como se conuertem hũas em outras.</i>
4.	<i>Dos diphthongos da lingoa Portuguesa.</i>
5.	<i>Das syllabas, e dições.</i>
6.	<i>Das letras em qve as syllabas podem acabar no meo das dições.</i>
7.	<i>Das letras, em qve se podem acabar as dições da lingoa Portuguesa.</i>
8.	<i>Da divisão das dições, e como se deuem separar as syllabas.</i>
9.	<i>Das letras, qve se podem ajuntar a outras, na composição das syllabas.</i>
10.	<i>Da divisão das dições compostas.</i>
11.	<i>Das letras, qve se dobrão nas dições.</i>
12.	<i>Das dições, qve dobrão as letras.</i>
13.	<i>Das letras qve se aspirão.</i>
14.	<i>Regras geeraes da orthographia da lingoa Portuguesa.</i>
15.	<i>Da observação dos articulos, &amp; como se deuem screuer.</i>
16.	<i>Dos accentos, e qvando os deujemy vsar na scriptura.</i>
17.	<i>Dos apostrophos</i>
18.	<i>Das abbreviatvras.</i>
19.	<i>Reformação de algũas palauras que a gente vulgar vsa &amp; screue mal.</i>
20.	<i>Vocabvlos qve screuendose com diferentes letras, teem diferente significação</i>
21.	<i>Tractado dos pontos das clausulas, &amp; de outros que se põem nas palauras, ou oração.</i>

Fonte: Elaboração própria (2025)

Apesar de estabelecer uma oposição entre as feições epistemológicas das duas obras mais conhecidas de Leão – a *Orthographia* (1576) e a *Origem da lingoa portvgvesa* (1606) –, atribuindo caráter normativo à primeira e especulativo e dialético à segunda, Buescu (1983) identifica já no manual ortográfico traços de um embrionário rompimento com a sistematização pragmático-normativa do Renascimento, sobretudo, e ao contrário do que se poderia esperar, no capítulo que expõe regras gerais de ortografia (cf. item 14 do Quadro 36), sobre o qual afirma: “Houve [...], mais uma vez, uma precedência dada à parte teórica e especulativa. As regras gerais, apresentadas de forma extensa e circunstanciada, são em número de vinte, com abundante fundamentação e exemplificação” (Buescu, 1983, p. 22).

Muitos detalhes da biografia do ortógrafo permanecem desconhecidos, mas os dados coligidos pela literatura secundária (cf. Buescu, 1978, 1983; Kemmler, 2001; Bastos; Palma, 2017; Assunção *et al.*, 2019) são suficientes para atestar uma larga erudição, perceptível por sua formação acadêmica, pelo conjunto de sua obra (ainda que parte dela, incluindo trabalhos de cunho lexicológico e etimológico, tenha se perdido) e pelo reconhecimento público de sua expertise, seja pela corte portuguesa ou pela sociedade cristã e católica dos Quinhentos e do início dos Seiscentos.

Nascido por volta de 1530 em Évora e filho de um médico hebreu, Duarte Nunes de Leão estudou Direito na Universidade de Coimbra e atuou como procurador e, depois, desembargador na Casa da Suplicação. O vínculo com essa instituição, espécie de supremo tribunal de justiça da corte portuguesa, fazia de Leão um membro da elite jurídica. Sua vasta produção intelectual, fruto de sólida formação humanística, não se restringe à jurisprudência, abarcando, ainda, a história, a geografia e os estudos linguísticos. Nesse âmbito, além da *Orthographia* aqui analisada, escreveu um trabalho filológico sobre a história do português, considerada precursora da investigação etimológica e até mesmo da linguística comparativa em Portugal. Trata-se da *Origem da lingoa portvgvesa* (1606), que, a partir da segunda edição, em 1784, passou a integrar um mesmo volume junto à *Orthographia* de 1576.

Durante toda a vida, Leão mostrou-se fiel à monarquia, inclusive quando, em 1580, Portugal tornou-se província espanhola sob o comando de Filipe I<sup>225</sup>. Em 1585, chegou a publicar dois opúsculos em latim<sup>226</sup>, um deles traduzido para o castelhano<sup>227</sup> cinco anos

<sup>225</sup> Em todas as referências aos monarcas de nome Filipe que governaram a União Ibérica, utilizo o título por meio do qual cada um deles era conhecido em Portugal. Na presente ocorrência, aludo a Filipe I de Portugal, cujo título espanhol era Filipe II.

<sup>226</sup> *Duardi Nonij Leonis iuriconsulti lvsitani censurae in libellum de rebus Portugaliae origine qvi fratris Iosephi Teixeira nomine circumfertur* (1585) e *Duardi Nonij Leonis iuriconsulti lvsitani de vera regum Portugaliae genealogia liber* (1585).

<sup>227</sup> *Genealogia verdadera de los reyes de Portugal: con sus elogios y summario desus vidas* (1590).

depois, com o manifesto objetivo de legitimar o direito sucessório do rei espanhol. Tais volumes foram possivelmente produzidos por ordem do próprio Filipe I, assim como parte de sua produção bibliográfica foi também encomendada por esse e outros monarcas portugueses, o que indicia a notoriedade de sua erudição ante a corte. Entretanto, como sugere a distância temporal entre a aprovação inquisitorial e a licença de impressão concedidas a seu tratado ortográfico, não há indícios de que seu posicionamento político tenha lhe rendido qualquer tipo de benefício. Leão mudou-se para Alverca em 1599 devido à peste bubônica que assolou a capital portuguesa por cinco anos. Cogita-se que o então monarca ibérico, Filipe II, possa tê-lo encarregado de, durante o retiro, revisar o manuscrito da última *Década* de João de Barros. Embora não tenha cumprido essa suposta demanda, usou do tempo em que esteve na vila ribatejana para escrever as crônicas dos primeiros soberanos portugueses, a partir do conde D. Henrique a D. Afonso V. Faleceu em Lisboa, no ano de 1608.

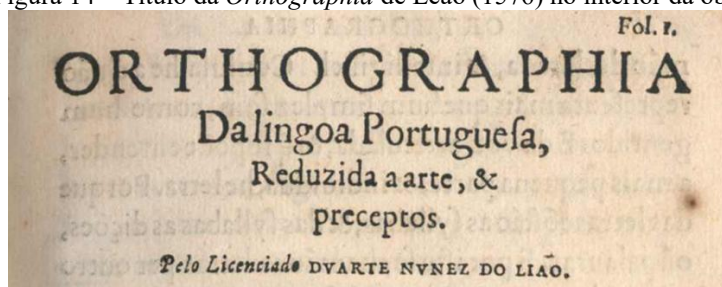
Intitulada “Ao mvito illvstre e generosissimo senhor Lovrenço da Sylva do conselho d’elRei nosso senhor, e regedor da justiça deste Regno” (Leão, 1576, n.p.), a dedicatória da *Orthographia da lingoa portvgvesa* revela ter sido essa uma das obras encomendadas pela monarquia portuguesa, ainda antes da ascensão espanhola:

Polo que veendo eu em minha mocidade, o descuido, & falta dos homens de Hespanha em seu screuer, & a diligência que algũs estrangeiros nisto mostrarão em suas lingoas, cõ o desejo que sempre tiue de illustrar as cousas da nação Portuguesa, tentei ensinar a meus naturaes, o que eu de outrem não pude apprêder. E em algũs dias feriados, & de ocio [...] reduzi a regras, & preceptos a orthographia de nossa lingoagem. Mas porque nestes tẽpos, a mais certa paga destas empresas he ingratião, & murmurações, & a nouidade d’esta inuenção necessariamente hauia de teer muitos contradictores, receei na mocidade, o *q̃ me agora V. S. obriga fazer aa minha velhice*, quando se speraua, q̃ saisse a luz cõ outras obras de minha faculdade, q̃ o longo studo, & algũas letras não vulgares de mi promettião, & eu prometti. Mas como nenhũa cousa eu mais desejo, q̃ occasião de seruir V. S. & o querer que diuulgue este tractado, he tam conforme aa tenção com que o fiz, *succedi ao que me mandou*, sem me lembrar o risco a que me punha, & o descredito em que caia com algũs homens de minha faculdade (Leão, 1576, n.p., grifos próprios).

Nesse excerto, além de manifestar seu contentamento em atender à solicitação real com a produção da obra, Leão (1576) levanta a possibilidade da má recepção de seu trabalho por parte do público, o que possivelmente está associado à falta de consenso então existente em matéria de normalização ortográfica, um dos vetores do pensamento linguístico-gramatical quinhentista (cf. subseção 4.1). Aqui, certamente o autor alude a um público de maior erudição, aquele que, ao ler a obra, não apenas aprenderia a escrita correta, mas teria parâmetros para avaliar a regulamentação proposta.

Outro aspecto que vale destacar do fragmento é a autopercepção do ortógrafo em relação ao perfil epistemológico a que ele buscou conformar o conjunto de conhecimentos ortográficos que expõe ao longo do tratado, reduzindo-os, segundo caracteriza no excerto supracitado, “a regras, & preceptos”. Essa informação ganha destaque no título que, fazendo referência a toda a obra, antecede o primeiro capítulo (cf. item 1 do Quadro 36), conforme ilustra a Figura 14:

Figura 14 – Título da *Orthographia* de Leão (1576) no interior da obra



Fonte: Leão (1576, f. 1r)

Ao alegar reduzir a ortografia a “arte” e “preceptos”, Leão (1576) alinha-se ao espírito de época em que se insere a gramaticografia de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1). Para Buescu (1983), esses termos indicam que o ortógrafo desejava imbuir sua obra respectivamente de noções teóricas e normas práticas. É importante, contudo, não perder de vista que a ideia de “arte” remete, como era comum no século 16, a uma concepção latina de gramática, que, subordinada a fins práticos, representava um saber empírico, isto é, oriundo da experiência, assumida como formas linguísticas comuns à escrita de poetas e prosadores (cf. Vieira, 2018; Borges Neto, 2022<sup>228</sup>). Não é à toa que Barros (1540) usa os dois termos para instituir uma retórica descontinuista em relação à gramática especulativa (cf. subseção 4.2), compondo sua obra segundo “a ordem dos artistas” (Barros, 1540, f. 40r) ou “como requere a [gramática] preçeiua” (Barros, 1540, f. 2v). A tarefa de colocar a língua em arte, retomada no trecho que encerra a dedicatória de Leão (1576), adquire ares de missão de cuja incumbência cabe orgulhar-se:

Mas como eu tenho o parecer de V. S. que por a excellência de seu juizo & engenho, a mi (como Marco Tullio dizia por Catão) he por muito mil, perco o medo a todas as maas lingoas. E se ainda algũs temerarios me maltraterẽ, eu o teerei por gloria, assi por descontẽtar a taes homẽes, como porque me não tirarão o gosto de servir nisto a

<sup>228</sup> Para definir as “artes *grammaticae*”, Borges Neto (2022) fundamenta-se em Fortes (2012). Cf. FORTES, F. da S. **Sintaxe greco-romana**: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo. 406 f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/863042>. Acesso em: 01 mai. 2025.

V. S. & de com meu talento aproueitar, sequer ao mais pequeno de meus naturaes. Mas porque os lectores não tenham em pouco este beneficio, que lhes V.S. faz, quero lembrarlhes que *reduzir a regras geeraes, & poer em arte hũa lingoa, que ate qui não teue arte, he cousa ardua, & grauissima, & se se bẽ faz, heroica, & que não pode empreender senão um Messala, ou outro homem de tal auctoridade*. E se eu não pude chegar ao melhor, & ao q̃ quis, contentome com a honra de abrir o caminho, para outros agora o fazerem melhor. Porq̃ d'estes paaços reaes, d'estes tēplos, & d'estas pyramides que agora veemos, não he a honra de Ctesiphon, nem de Metagenes, nem de Vitruuio, que os melhor fizerão, mas do que imitãdo as sollicitas aues, de barro fez as primeiras paredes, & de vil colmo as começou cobrir (Leão, 1576, f. 1v, grifo próprio).

Se Leão (1576) não dedica um anexo específico de apologia à língua, nos moldes dos diálogos que acompanham as obras de Barros (1540) e Gandavo (1574) (cf. subseções 4.2 e 4.3), isso não implica abstenção do ortógrafo eborense quanto ao propósito de dignificação vernacular caro à gramaticografia inaugural do português. Como defende Buescu (1978), tal finalidade era simultaneamente fundamentação teórica e justificativa para a elaboração de gramáticas das línguas vulgares (cf. subseção 4.1). Parece, portanto, que a própria produção do tratado representa o projeto de dignificação da língua portuguesa empreendido por Leão (1576). É nessa perspectiva que, no excerto em destaque, o autor procura se defender de possíveis críticos, salientando o pioneirismo e a grandiosidade do ofício que sustenta a escrita de sua obra: a de colocar uma língua em arte e reduzi-la a regras. Essa tarefa, na sua ótica, é digna de “um Messala”<sup>229</sup>, figura romana citada como metonímia da autoridade latina sobre questões gramaticais.

A exaltação da missão da qual o ortógrafo foi incumbido, segundo sua percepção, é, ainda, expressa por duas outras estratégias discursivas. Em primeiro lugar, ele estabelece uma comparação entre o parecer favorável à publicação de sua obra, concedido por um representante do monarca português, e os elogios de Cícero (“Marco Tullio”) a Catão, este último assumido na própria dedicatória como “o moor Iurisconsulto de seus tempos [daqueles que nos deixaram “muitas artes [...] em tãta ordem, & perfeição”]” (Leão, 1576, n.p.). A outra estratégia toma a forma de uma metáfora que remete à arquitetura greco-romana: a *Orthographia* ora apresentada a público seria comparável às primeiras paredes erigidas por aqueles que iniciaram o longo processo que culminou na construção de “paaços reaes”, “tēplos” e “pyramides” à vista de Leão e seus contemporâneos, de modo que a glória pela

<sup>229</sup> Marco Valério Messala Corvino (64 AEC-8 EC) foi um político e orador romano, considerado patrono das letras por sua relevância no fomento a poetas e prosadores de seu tempo, tendo liderado o chamado Círculo de Messala e escrito obras de cunho histórico, literário e gramatical, das quais apenas fragmentos sobreviveram.

existência dos grandes monumentos não cabe apenas aos grandes arquitetos do passado (Ctesifonte, Metágenes e Vitrúvio<sup>230</sup>).

Os aspectos analisados nos parágrafos anteriores indicam, portanto, que tanto a caracterização da obra como arte quanto a alusão às figuras do mundo greco-romano podem ser interpretados como indícios da filiação retórica de Leão (1576) à tradição clássica.

Além de render homenagens ao então rei de Portugal, representado na figura do conselheiro Lourenço da Silva, a dedicatória é composta de sequências expositivo-argumentativas que, num tom especulativo semelhante ao de um prólogo (cf. Buescu, 1978), tematizam a língua, sua representação pela escrita e a importância da ortografia. Para o propósito desta tese, são dados que fornecem indicativos acerca da modelagem conceitual que alicerça a abordagem dos conteúdos apresentados ao longo do tratado, incluindo, evidentemente, as normas de pontuação. Ao tratar dessas três questões na dedicatória-prólogo, Leão (1576) por diversas vezes faz menção a nomes de personalidades que desempenharam papel de relevância na cultura greco-latina, seja numa dimensão política, seja numa dimensão mais diretamente ligada à produção de conhecimentos em suas diversas áreas – em todos os casos, contudo, tecendo relações com o papel da língua, sobretudo em sua forma escrita. O Quadro 37 compila essa ampla rede de referências ligadas à Antiguidade clássica:

---

<sup>230</sup> De acordo com a literatura especializada (cf. Ferreira, 2009; Crespo Fajardo, 2018), Metágenes e seu pai, Ctesifonte, foram os arquitetos cretenses a quem se atribui, no século 6 AEC, o início da construção do Templo de Ártemis, em Éfeso, empreendimento que teria custado entre 120 e 220 anos para ser finalizado. Eles são mencionados no único manual de arquitetura da Antiguidade que chegou aos nossos dias, *De Architectura*, do arquiteto romano Marco Vitrúvio Polião, que viveu no século 1 AEC.



Quadro 37 – Rede de referências à cultura greco-latina na dedicatória-prólogo de Leão (1576)

Nomes referenciados	Citações
Sócrates (século 5 AEC)	“D’onde com razão <i>Socrates</i> rogado de hum Atheniense, que lhe quisesse veer hum filho moço, & examinar o para que era, mandou ao mancebo que falasse, dizêdo: Falla, & veerte ei: dando a entender, que as frestas per onde o interior do homem se vee, são as palauras” (n.p., grifo próprio).
Augusto César (séculos 1 AEC a 1 EC)	“E por tamanha falta tinham o erro de hũa soo letra, que se conta de <i>Augusto Caesar</i> , que sendo hum príncipe tam clemente priuou do officio a hum legado Consular, por lhe screuer em hũa carta hum icsi por hum ipsi” (n.p., grifo próprio).
Marco Túlio Tirão (séculos 1 AEC e 1 EC)	“E contaua <i>Tyro liberto de Marco Tullio</i> , que querêdo o Gram Pompeio screuer seu nome & titulo no templo da Victoria, que elle edificara, em que declarasse como fora tres vezes Consul, houue duuida se hauia de dizer Tertium, se Tertio, & cõsultando cõ os mais doctos, & nobres, ficou a cousa tam mais duuidosa, & quase partida em votos igoaes, q̃ se soccorreo a Marco Tullio, que o mādou screuer abbreviado, por nenhũs ficarem descõtentes” (n.p., grifo próprio).
Marco Túlio Cícero (séculos 2 e 1 AEC)	“E contaua Tyro liberto de Marco Tullio, que querêdo o Gram Pompeio screuer seu nome & titulo no templo da Victoria, que elle edificara, em que declarasse como fora tres vezes Consul, houue duuida se hauia de dizer Tertium, se Tertio, & cõsultando cõ os mais doctos, & nobres, ficou a cousa tam mais duuidosa, & quase partida em votos igoaes, q̃ se soccorreo a <i>Marco Tullio</i> , que o mādou screuer abbreviado, por nenhũs ficarem descõtentes” (n.p., grifo próprio).
	“Marco Varrão o mais docto de todos os Romanos (segundo o testemunho de <i>Marco Tullio</i> ) screueo muitos liuros da etymologia das palauras” (n.p., grifo próprio).
	“Mas como eu tenho o parecer de V. S. que por a excellência de seu juizo & engenho, a mi (como <i>Marco Tullio</i> dizia por Catão) he por muito mil, perco o medo a todas as maas lingoas” (n.p., grifo próprio).
Cneu Pompeu Magno (séculos 2 e 1 AEC)	“E contava Tyro liberto de Marco Tullio, que querêdo o <i>Gram Pompeio</i> screver seu nome & titulo no templo da Victoria, que elle edificara, em que declarasse como fora tres vezes Consul, houve duuida se havia de dizer Tertium, se Tertio, & cõsultando cõ os mais doctos, & nobres, ficou a cousa tam mais duvidosa, & quase partida em votos igoaes, q̃ se soccorreo a Marco Tullio, que o mādou screver abbreviado, por nenhũs ficarem descõtentes” (n.p., grifo próprio).
Marco Terêncio Varrão (séculos 2 e 1 AEC)	“ <i>Marco Varrão</i> o mais docto de todos os Romanos (segundo o testemunho de Marco Tullio) screueo muitos liuros da etymologia das palauras” (n.p., grifo próprio).
Caio Júlio César (século 1 AEC)	“ <i>Iulio Cesar</i> monarcha do mûdo, tam insigne nas letras, como nas armas, screueo outros muitos da analogia, que são o fundamento do bom screuer” (n.p., grifo próprio).
	“O grãde orador Marco Messala Coruino igoal a <i>Cesar</i> em sangue, na eloquencia, & na dignidade Consular, screueo xxij liuros de orthographia, attribuindo hum liuro a cada letra do alphabeto” (n.p., grifo próprio).
	“De Scipião Africano, & <i>Caio Cesar Emperador</i> teemos hoje em dia palauras q̃ mudarão em melhor scriptura” (n.p., grifo próprio).

Marco Messala Corvino (séculos 1 AEC e 1 EC)	“O grãde orador <i>Marco Messala Coruino</i> igoal a Cesar em sangue, na eloquencia, & na dignidade Consular, screueo xxij liuros de orthographia, attribuindo hum liuro a cada letra do alphabeto” (n.p., grifo próprio).
	“Mas porque os lectores não tenham em pouco este beneficio, que lhes V. S. faz, quero lembrarlhes que reduzir a regras geeraes, & poer em arte hũa lingoa, que ate qui não teue arte, he cousa ardua, & grauissima, & se se bẽ faz, heroica, & que não pode empreender senão um <i>Messala</i> , ou outro homem de tal auctoridade” (n.p., grifo próprio).
Cipião Africano (séculos 3 e 2 AEC)	“De <i>Scipião Africano</i> , & Caio Cesar Emperador teemos hoje em dia palauras ã mudarão em melhor scriptura” (n.p., grifo próprio).
Cláudio César (séculos 1 AEC e 1 EC)	“E o <i>Emperador Claudio Cesar</i> , cuidando que per hi se faria immortal, quis accrescêtar aa orthographia Latina certas figuras de letras, que seruirão em quanto elle viueo, de que hoje em dia ha letreiros, & memoria” (n.p., grifo próprio).
Hípias de Elis (século 5 AEC)	“Os quaes por não serem da opinião de <i>Hippias Eleu</i> , não querẽ consentir aos letrados de sua profissão mais que hũa seruentia, não se lembrando, que a jurisprudencia he teer noticia das cousas diuinas, & humanas, & a sciencia, que moor presidio requiere de outras muitas artes” (n.p., grifo próprio).
Catão, o Jovem (século 1 AEC)	“E em algũs dias feriados, & de ocio (de ã tambem <i>Marco Catão</i> nos manda dar conta) reduzi a regras, & preceptos a orthographia de nossa lingoagem” (n.p., grifo próprio).
	“Porque, do grande <i>Catão</i> se lee, que sendo o moor Iurisconsulto de seus tempos, ninguém soube mais da arte militar, de cultuiar os cipos, & da arte oratoria, da historia, & antiguidades, & que para lhe não faltar nada, de lxxxij annos aprendeo as letras Gregas” (n.p., grifo próprio).
	“Mas como eu tenho o parecer de V. S. que por a excellência de seu juizo & engenho, a mi (como Marco Tullio dizia por <i>Catão</i> ) he por muito mil, perco o medo a todas as maas linguas” (n.p., grifo próprio).
Cornélio Celso (séculos 1 AEC e 1 EC)	“De <i>Cornelio Celso</i> Iurisconsulto na profissão, & que screueo de derecho ciuil muitos livros, sabemos screuer outros muitos da philosophia, da medicina, da agricultura, da disciplina militar, & da rhetorica” (n.p., grifo próprio).
Herênio Modestino (séculos 2 e 3 EC)	“De <i>Modestino</i> teemos versos em que summa a <i>Æneida</i> de Vergilio: & de Iulio Frontino liuros de aqueductos” (n.p., grifo próprio).
Virgílio (século 1 AEC)	“De Modestino teemos versos em que summa a <i>Æneida</i> de <i>Vergilio</i> : & de Iulio Frontino liuros de aqueductos” (n.p., grifo próprio).
Júlio Frontino (século 1 EC)	“De Modestino teemos versos em que summa a <i>Æneida</i> de Vergilio: & de <i>Iulio Frontino</i> liuros de aqueductos” (n.p., grifo próprio).
Ctesifonte (século 6 AEC)	“Porã d’estes paaços reaes, d’estes tēplos, & d’estas pyramides que agora veemos, não he a honra de <i>Ctesiphon</i> , nem de Metagenes, nem de Vitruuio, que os melhor fizeram, mas do que imitãdo as sollicitas aues, de barro fez as primeiras paredes, & de vil colmo as começou cobrir” (n.p., grifo próprio).
Metágenes (século 6 AEC)	“Porã d’estes paaços reaes, d’estes tēplos, & d’estas pyramides que agora veemos, não he a honra de Ctesiphon, nem de <i>Metagenes</i> , nem de Vitruuio, que os melhor fizeram, mas do que imitãdo as sollicitas aues, de barro fez as primeiras paredes, & de vil colmo as começou cobrir” (n.p., grifo próprio).

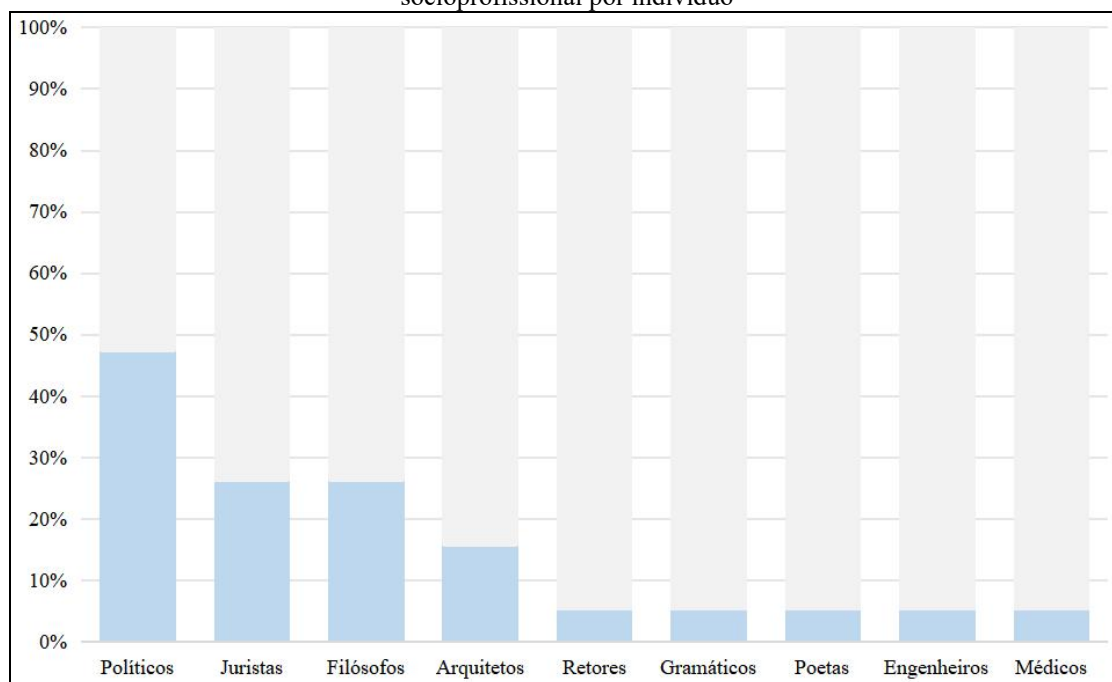
Vitrúvio (século 1 AEC)	“Porq̃ d’estes paaços reaes, d’estes tēplos, & d’estas pyramides que agora veemos, não he a honra de Ctesiphon, nem de Metagenes, nem de <i>Vitruuio</i> , que os melhor fizerão, mas do que imitãdo as sollicitas aues, de barro fez as primeiras paredes, & de vil colmo as começou cobrir” (n.p., grifo próprio).
----------------------------	--

Fonte: Elaboração própria (2025)

A dedicatória-prólogo discorre, desde sua abertura, sobre uma concepção essencialista, normativa e utilitária de língua. Para Leão (1576, n.p.), ao viabilizar a expressão de conceitos, o uso da língua – mais especificamente, “a falla, & as palauras” – configura “hũa das mais apparêtes vantagês, que os homêes fazem aos brutos animaes”. Por meio da língua, é possível diferenciar também, a seu ver, os seres humanos entre si, com uns sobressaindo-se em relação aos demais “quando na policia, & arte das palauras mostram ser superiores” (Leão, 1576, n.p.). Trata-se de um parâmetro que permite, nos temos do ortógrafo, reconhecer “o valor das pessoas” (Leão, 1576, n.p.), distinguindo-se nobres e plebeus, avisados e indiscretos, viciosos e bem-instituídos. Nessa perspectiva, os nomes do Quadro 37 seriam representativos daqueles que se destacam por sua relação com a língua, sobretudo escrita, quase sempre associados à Antiguidade clássica e atuantes nas diversas práticas socioprofissionais e áreas de conhecimento, conforme indicam os dados do Gráfico 6 e do Gráfico 7<sup>231</sup>:

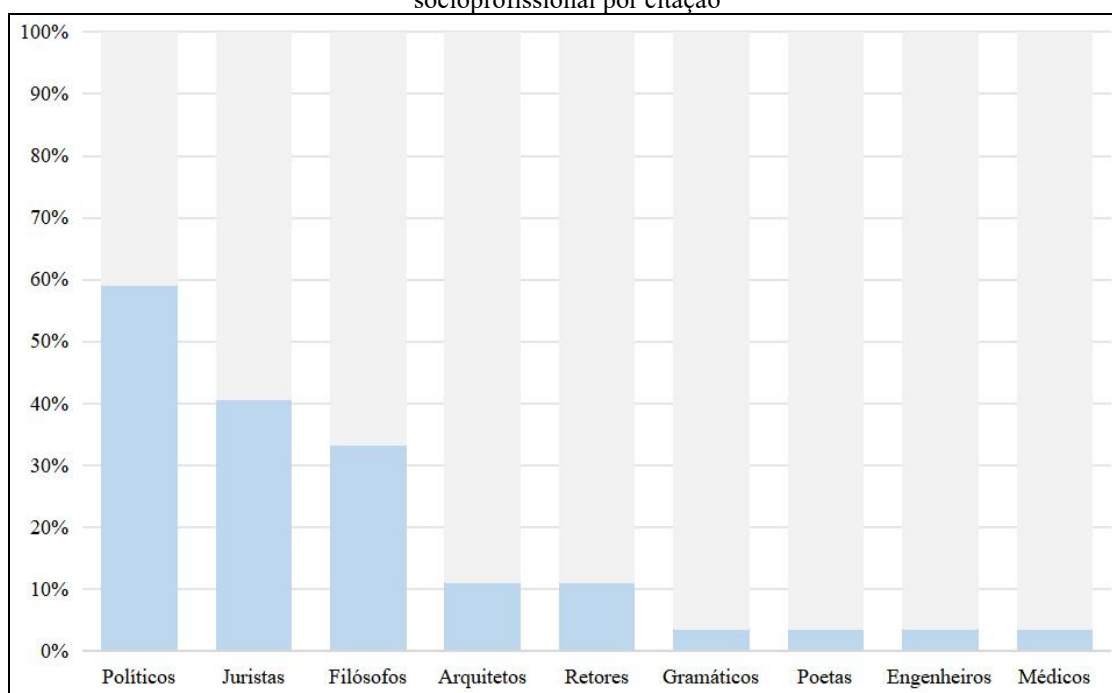
<sup>231</sup> A soma dos valores correspondentes às porções azuis das colunas tanto do Gráfico 6 quanto do Gráfico 7 ultrapassa o total de cem por cento porque há sobreposições de dados nos casos em que um mesmo indivíduo pode ser classificado em diferentes categorias. É o caso, por exemplo, de Marco Túlio Cícero, que atuou como político, jurista, filósofo e retor. Dessa maneira, procedi às seguintes classificações: foram considerados políticos Augusto César, Cícero, Pompeu, Varrão, Júlio César, Messala, Cipião, Cláudio César e Catão; foram considerados juristas Cícero, Júlio César, Catão, Cornélio Celso e Modestino; foram considerados filósofos Sócrates, Cícero, Varrão, Hípias de Elis e Catão; foram considerados arquitetos Ctesifonte, Metágenes e Vitrúvio; e foram considerados retor, gramático, poeta, engenheiro e médico respectivamente Cícero, Varrão, Virgílio, Frontino e Cornélio Celso.

Gráfico 6 – Proporção de referências greco-latinas na dedicatória-prólogo de Leão (1576) quanto ao perfil socioprofissional por indivíduo



Fonte: Elaboração própria (2025)

Gráfico 7 – Proporção de referências greco-latinas na dedicatória-prólogo de Leão (1576) quanto ao perfil socioprofissional por citação



Fonte: Elaboração própria (2025)

Os dados dos gráficos indicam que as principais referências mobilizadas na escrita da dedicatória-prólogo parecem conformar-se ao círculo social, à formação intelectual e à atuação profissional do autor: são principalmente políticos, juristas e filósofos romanos. Em menor quantidade, Leão (1576) recorre, ainda, a intelectuais que atuaram no campo da

arquitetura, da retórica, da gramática, da poesia, da engenharia e da medicina, ultrapassando, portanto, as fronteiras dos estudos linguísticos. À maioria das figuras elencadas no Quadro 37 o ortógrafo atribui grandes feitos que teriam sido consequência do (bom) uso da língua e/ou do domínio de conhecimentos linguísticos: Varrão, Júlio César, Messala, Cornélio Celso, Modestino, Virgílio e Frontino, por exemplo, teriam escrito obras de referência em suas áreas de atuação; já Júlio César, Cipião Africano e Cláudio César teriam modificado aspectos ortográficos da escrita em latim (cf. Quadro 37). Noutros casos, os personagens protagonizam episódios nos quais se mostram ciosos da adequada correção linguística, como Augusto César ao dispensar um legado consular que teria trocado uma letra por outra na escrita de uma carta e Pompeu ao consultar uma gama de doutos e nobres sobre o correto registro ortográfico de um dos termos que pretendia inscrever no Templo da Vitória (cf. Quadro 37).

Com essa estratégia discursiva, o ortógrafo fortalece a ideia de que a língua revela a essência do ser humano e está a serviço de uma diversificada produção intelectual, com impacto nas práticas sociais cotidianas. As referências greco-latinas que costuram sua dedicatória-prólogo são, nesse sentido, modelos de uma erudição aplicada sustentada pelo domínio da língua, não se limitando, assim como Hípias de Élis e Catão (cf. Quadro 37), à atuação num único campo do saber. Nessa linha de raciocínio, Leão (1576) legitima a si próprio como jurista que trata de questões linguísticas frente aos possíveis críticos, aqueles que “não querẽ consentir aos letrados de sua profissão mais que hũa seruentia” (Leão, 1576, n.p.). Cabe acrescentar que o autor especifica o sintagma “outras muitas artes” (Leão, 1576, n.p.), utilizado quando argumenta sobre os conhecimentos necessários à compreensão da jurisprudência (cf. citação relativa a Hípias de Élis no Quadro 37), com uma oração adjetiva – “Das quaes forão ornados aqueles, que em tãta ordem, & perfeição nolas deixarão” (Leão, 1576, n.p.) – que permite inferir que entre esses conhecimentos estaria a arte gramatical legada pela Antiguidade clássica. Reforça essa interpretação um outro excerto da dedicatória-prólogo, no qual Leão (1576, n.p.), sem nomeá-las explicitamente, refere-se às sociedades grega e romana como “aquellas duas Respublicas, onde manarão todas as boas artes, & disciplinas”.

Quanto à escrita, Leão (1576) a valoriza particularmente pela permanência no tempo que a transfigura em via de acesso ao glorioso passado no qual viviam aqueles que, por melhor dominar a língua, devem modelar a escrita do presente:

E como as letras, & scriptura são o retracto, & representação das palauras, & ainda nellas fica o erro (se o ha) sempre viuo, & immortal, não menos cuidado [Grécia e Roma] tiuerão de bem escreuer, do que tiuerão de bem fallar. E tinham muita razão:

porque como a certa & ordenada maneira de screuer, não possa ser sem saber o sentido, propriedade, & origem das palauras, claro stá, q̃ quem mal screue ignora o fundamento do que screue. E quanta diligência pusessem os antigos na arte de seu screuer, testemunhas são as pedras, as moedas, & antigualhas de seus tempos, que hoje em dia leemos, em que não soamente se não acha vício algum, mas as tomamos por exemplo, & imitação de nossas scripturas (Leão, 1576, n.p.).

O que ancora a escrita sem erro e sem vício dos antigos, na visão do ortógrafo, é o conhecimento do sentido e da origem das palavras – ou do “fundamento do que [se] screue”. Esse ponto de vista explica o interesse do autor na investigação etimológica que tanto fundamenta as regras de sua *Orthographia* (1576)<sup>232</sup> quanto, décadas depois, o estudo diacrônico conduzido em *Origem da lingoa portvgvesa* (1606). Explica também o impacto negativo que a escrita incorreta teria sobre a compreensão do que se busca significar por meio dela, conforme Leão (1576, n.p.) reforça um pouco adiante ao criticar os juristas que, por não dominarem a ortografia de sua língua, não poderão distinguir o justo do injusto ao interpretar as palavras que leem: “Mal as saberá explicar, quem não as sabe screuer”.

Nesse sentido, a ortografia é, para ele, “o lume das scripturas” (Leão, 1576, n.p.), outrora valorizada à altura de sua importância. Em diversas passagens da dedicatória-prólogo, Leão (1576, n.p.) contrapõe o descuido de seus contemporâneos e a diligência de “antigos nobres & doctos” sobre o uso correto da língua. Se antes “por a duuida de hũa letra, se reuoluia toda Roma”, como testemunham “as pedras, as moedas, & antigualhas de seus tempos”, “agora teemse tam pouco respecto ao bom, ou mao screuer, como dão testemunho nossas cartas, nossas moedas, nossas diuisas, nossas sepulturas, & todos nossos scriptos, onde não vai cousa em seu lugar” (Leão, 1576, n.p.). A ortografia de Leão (1576) busca, então, ancorando-se na cultura greco-latina, remediar o panorama em que, a seu ver, a sociedade portuguesa de sua época se encontrava por terem-se corrompido as disciplinas e os costumes, bem como esquecido as artes “cujo principal interesse he virtude, & boa instituição” (Leão, 1576, n.p.).

Para legitimar seu projeto gramaticográfico em torno da ortografia do português, Leão (1576) recorre às poucas referências posteriores à Antiguidade clássica presentes na sua dedicatória-prólogo, elencadas no Quadro 38:

<sup>232</sup> A última das vinte regras gerais apresentadas por Leão (1576, f. 61v-62r) é emblemática da dimensão etimologizante de sua ortografia: “A vltima regra que na lembrança deue ser a primeira seja, que trabalhemos sempre, por inuestigar a origẽ dos vocabulos. Porq̃ pela etymologia delles, se sabe a orthographia, & pela bõa orthographia a etymologia. E esta he a fonte & a raiz de fallarmos, & screuermos bem, & propriamente, ou mal.

Quadro 38 – Rede de referências posteriores à Antiguidade clássica em Leão (1576)

Nomes referenciados	Citações
Carlos Magno (742-814)	“O <i>Emperador Carlo Magno</i> principe doctissimo nas letras diuinas & humanas, & em as lingoas Grega, Hebraica, & Latina, stando recolhido em Aquisgrano, o tomou a morte screuendo, & reduzindo em arte a lingoa & scriptura dos Alemães” (n.p., grifo próprio).
Pietro Bembo (1470-1547)	“E se ao <i>Cardeal Petro Bembo</i> varão tam insigne em todas as letras, & a <i>Ioão Francisco Fortunio</i> Iuriscôulto d’este tempo, não lhe estranharão os seus screuer a grammatica Thoscana, não me deuem acoimar os meus a Portuguesa, de que elles teem mais necessidade, moormente a orthographia, que entre nos anda tam deprauada, & stando eu para publicar a doctrina dos notarios, de que não he pequena parte o saber screuer” (n.p., grifos próprios).
Giovanni Francesco Fortúnio (c. 1470-1517)	

Fonte: Elaboração própria (2025)

A referência a Carlos Magno, indicada no Quadro 38, integra um fragmento mais amplo em que o ortógrafo busca sustentar o argumento de que, em contraste com os portugueses que lhe eram contemporâneos, “os antigos nobres & doctos” (Leão, 1576, n.p.) teriam sido os mais curiosos em relação à ortografia. Para isso, ele evoca algumas das figuras elencadas no Quadro 37 (Varrão, Júlio César, Messala, Cipião e Cláudio César), junto a Carlos Magno, atribuindo a todos realizações importantes nesse âmbito dos estudos linguísticos e/ou reconhecendo sua expertise. No caso do imperador romano-germânico, Leão (1576) lhe reconhece um vasto conhecimento de línguas clássicas (grega, hebraica e latina) e faz menção à escrita de uma arte gramatical sobre o alemão de sua autoria (não há hoje, contudo, documentação sugestiva de sua existência pela pesquisa historiográfica).

As outras referências dizem respeito a dois autores pioneiros no processo de gramatização do italiano a partir do dialeto toscano: Pietro Bembo, com a *Prose della volgar lingua*<sup>233</sup> (1525), e Giovanni Francesco Fortúnio, com *Regole grammaticali della volgar lingua*<sup>234</sup> (1510). No fragmento do Quadro 38, Leão (1576) explicitamente equipara as iniciativas gramaticográficas de seus contemporâneos italianos àquela que pretende concretizar com a *Orthographia da lingoa portvgvesa*. Desse modo, percebendo-se em sintonia com Bembo e Fortúnio, insere seu tratado no espírito renascentista de valorização das línguas modernas europeias via gramatização com base no modelo greco-latino.

O próprio conceito de ortografia de Leão (1576, f. 1r, grifo próprio) materializa sua adesão ideológica ao contexto de emancipação vernacular frente ao latim: “Orthographia he sciencia de bem screuer *qualquer lingoagem*: porque per ella sabemos, com que letras se hão de screuer as palauras. E diz se de orthos, que quer dizer directo, & grapho, screuo, como se

<sup>233</sup> Em português: *Prosas da língua vulgar* (tradução própria).

<sup>234</sup> Em português: *Regras gramaticais da língua vulgar* (tradução própria).

dixessemos sciência de directamente screuer”. Embora a explicação do ortógrafo dê relevo às letras, outros objetos abordados em seu tratado indicam o conjunto de conhecimentos linguísticos necessários ao “bem screuer”, tais como as sílabas, os acentos, o apóstrofo e os sinais de pontuação (cf. Quadro 36).

Estes últimos, foco da tese, integram o capítulo final da obra, intitulado “Tractado dos pontos das clausulas, & de outros que se põem nas palauras, ou oração” (Leão, 1576, f. 74r). Ele está dividido, como aponta o título, em duas partes. A primeira parece ser a principal, uma vez que contempla os “pontos das clausulas” anunciados ainda na capa (cf. Figura 13) como objetos de um “tractado” incluso na obra. Nessa parte, em continuidade ao tratamento gramatical dos outros dois instrumentos linguísticos quinhentistas (cf. subseções 4.2 e 4.3), Leão (1576) situa a *virgula* no interior de uma tríade que ela compõe junto à *comma* e ao *colon*, cujos símbolos correspondem respectivamente aos atuais dois-pontos e ponto final. A segunda parte aborda um conjunto de doze sinais, referidos no título como “outros que se põem nas palauras, ou oração” (Leão, 1576, f. 74r). São eles: *interrogatiuo*, *admiratiuo*, *paragrapho*, *parenthesis*, *meo circulo*, *apices*, *hyphen*, *asterisco*, *obelisco*, *brachia*, *diuisão* e *angulo*. A expansão do inventário pontuacional normatizado por Leão (1576), se comparado a seus antecessores na gramaticografia portuguesa (cf. subseções 4.2 e 4.3), compatibiliza-se com o perfil de uma obra que, destinada a um público de maior erudição, busca aprofundar suas considerações teórico-normativas. A cada um dos sinais secundários do inventário, Leão (1576) dedica um único parágrafo, em que sintetiza uma definição e/ou uma regra geral, seguida(s) de exemplo(s), ao passo que a abordagem de *virgula*, *comma* e *colon* é bem mais delongada.

Quanto às unidades linguísticas sobre as quais incidem os sinais, não obstante o título sugira que os da primeira parte dizem respeito à cláusula e que os da segunda dizem respeito à palavra ou à oração, o desenvolvimento do capítulo vai numa direção ligeiramente diferente, pois os metatermos “palavra”, “cláusula” e “oração” estão presentes na normatização de sinais circunscritos a ambas as partes do capítulo. Os dois últimos, além de outros metatermos historicamente ligados à estrutura frasal (cf. subseções 4.2 e 4.3), costuram a descrição gramatical de Leão (1576) desde o parágrafo de abertura do capítulo:

No processo da oração, ou practica, que fazemos, naturalmente vsamos de hũas distinções de pausas & silencio, assi para o que ouue entender, & conceber o que se diz, como para o que falla, tomar spirito & vigor, para pronunciar. E assi he da mesma maneira, quando screuemos. Porque como a scriptura he hũa representação do que fallamos, para se tirar a cõfusão, do que queremos dar a entender, & para saber onde começamos e acabamos as clausulas, vsamos de pontos, como de hũas balisas



& marcos, que diuidão as sentenças, & os membros de cada clausula. E he tam importante o apontar da scriptura, que muitas vezes se ignora o verdadeiro sentido della, por falta ou erro dos pontos. Item serue para cõceber na memoria, o que se lee. Porque os spaços ou balisas fazem parecer o caminho mais pequeno, & ser mais facil, & o que não stá diuidido, he mais comprido, & enfadonho (Leão, 1576, f. 74r-74v).

No excerto, Leão (1576) explicitamente situa a pontuação num domínio teórico em que se entrelaçam práticas de oralidade e escrita, sendo estas concebidas como representação daquelas. É possível, ainda, identificar um enfoque argumentativo simultaneamente formal e funcional, na medida em que a descrição gramatical tanto gira em torno da demarcação de unidades linguísticas quanto das consequências pragmáticas dessa delimitação formal (instituir pausas, facilitar a memorização, evitar que a leitura se torne enfadonha). O ato de inserir sinais de pontuação no que se escreve – ou “o apontar a scriptura” – serve, como em Barros (1540) (cf. subseção 4.2), para precisar o sentido das cláusulas, evitando-se ambiguidades (“para se tirar a cõfusão, do que queremos dar a entender”), e delimitar as fronteiras de unidades linguísticas pertinentes à estrutura frasal (as cláusulas, as sentenças e os membros). A despeito das diferenças terminológicas relativas a tais unidades, Leão (1576) também se aproxima de Barros (1540) (cf. subseção 4.2) quando, ao final do trecho supracitado, com o intuito de argumentar sobre as funções da pontuação, compara os possíveis efeitos de uma escrita com e sem os sinais sobre os quais discorrerá no decorrer do capítulo. Sua ausência ou seu uso inadequado, segundo Leão (1576), pode levar a uma compreensão equivocada e tornar a leitura enfadonha por obrigar o leitor a lidar com longas sequências de escrita sem divisão interna. Assim, a inserção de “balisas” ou “marcos” – assim como a de espaços em branco – na escrita não apenas facilita sua correta interpretação, mas também favorece a memorização, habilidade de considerável relevância num contexto em que a circulação pública do texto escrito não raro era intermediada por práticas orais.

Leão (1576) equipara os efeitos que a pontuação tem na escrita às pausas e ao silêncio que se requerem para distinguir o “processo da oração, ou practica”. Aqui, o metatermo “oração”, assumido como sinônimo de “practica”, está associado ao âmbito da oralidade (seja a fala ou a leitura em voz alta), conclusão respaldada pela correlação de alguns elementos da citação: i) a caracterização de oração ou prática como um processo (e não uma estrutura); ii) a menção a pausas e silêncio que distinguem a oração ou prática; iii) a descrição das distinções efetuadas na oração ou prática como ação espontânea (“naturalmente”); iv) a alusão entre um interlocutor ouvinte (“o que ouue”) e um interlocutor falante (“o que falla”) na situação enunciativa que se estabelece a partir do “processo da oração, ou practica”; e v) o conteúdo da

frase que institui, no parágrafo, a transição entre a abordagem do polo da oralidade e do polo da escrita (“E assi he da mesma maneira, quando screuemos”).

Entretanto, conforme já amplamente discutido ao longo da tese, as fronteiras que distinguem oralidade e escrita no contexto das práticas linguísticas do século 16 não são facilmente delimitáveis (cf. subseções 1.1.3, 4.2 e 4.3). É nessa perspectiva que cabe interpretar a única outra ocorrência do metatermo “prática” ao longo de todo o tratado ortográfico, materializada num fragmento sobre o uso do *cõma* para introduzir citações: “Itẽ se põe, quando na *practica* que fazemos, referimos palauras d’outrem, como aqui: Sam Paulo diz: fee sem obras he morta. E Platão diz: Os homens não nascerão para si soos” (Leão, 1576, f. 76r, grifo próprio). No excerto, a caracterização da “*practica*” como uma ação (“*practica* que fazemos”) pode remeter, em consonância com a ocorrência anterior do metatermo, ao campo da oralidade, desde que vinculado a uma prática de escrita (como na leitura em voz alta), tendo em vista que o ortógrafo faz referência a uma situação em que se deve empregar um sinal de pontuação.

Se as ocorrências do metatermo “prática” possivelmente convergem para uma mesma dimensão nocional, algo diferente ocorre com os contextos nos quais Leão (1576) emprega o metatermo “oração”. Quando sinônimo de “prática”, ele parece designar o discurso, no amplo sentido que engloba a oralidade, como o que profere um *orador* numa situação de fala pública. As duas outras ocorrências do metatermo ao longo da obra, no entanto, apontam para um quadro de referência distinto, mais propriamente gramatical do que retórico. Elas constam justamente em excertos que integram a normatização da *virgula*. Comparo as três ocorrências no Quadro 39 abaixo:

Quadro 39 – Ocorrências do metatermo “oração” em Leão (1576)

Acepção retórica	Acepção gramatical
<p>“No processo da <i>oração</i>, ou <i>practica</i>, que fazemos, naturalmente vsamos de hũas distinções de pausas &amp; silencio, assi para o que ouue entender, &amp; conceber o que se diz, como para o que falla, tomar spirito &amp; vigor, para pronunciar” (f. 74r, grifo próprio).</p>	<p>“Mas para saberdes vsar destes pontos em seu lugar, heis de notar, q̃ a virgula se põe para distinguir, não soamente hũa <i>oração</i> da outra, mas ainda para distinguir hũas dições de outras” (f. 75v, grifo próprio).</p>
	<p>“E o mais cõummẽte, despos verbos, que regem casos, que he a <i>oração</i> perfecta &amp; acabada, como servir a Deos, amar o proximo, lembrar da morte” (f. 76r, grifo próprio).</p>

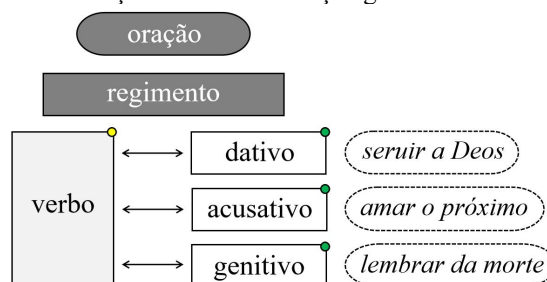
Fonte: Elaboração própria (2025)

Como atestam os dois fragmentos à direita do Quadro 39, o metatermo “oração” em Leão (1576) comporta uma segunda acepção, quando não mais equivale a “*practica*” ou a

discurso, e sim a uma das unidades gramaticais cuja distinção cabe à *virgula*. As duas acepções confirmam parcialmente a análise terminológica de Nunes (2006) sobre os metatermos de tradição retórica e gramatical utilizados na normatização da pontuação quinhentista e seiscentista para designar a frase e suas estruturas internas (cf. subseção 2.4). Digo parcialmente porque, embora identificasse o duplo sentido de “oração” evidenciado no Quadro 39, a pesquisadora descreve a acepção gramatical presente em Leão (1576) a partir da noção de complemento verbal, incompatível, como já argumentei (cf. subseção 2.4), com a epistemologia das gramáticas de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), cujos modelos sintáticos fundamentam-se nos casos latinos.

A última citação da coluna direita do Quadro 39 testemunha a centralidade dessas categorias ao operar com a noção de “oração” como estrutura delimitada por *virgula* e constituída pela relação de regimento entre um verbo e seus casos. Nessa acepção, “seruir a Deos”, “amar o próximo” e “lembrar da morte” são exemplos de oração (cf. Quadro 39). Sua estruturação sintática está demonstrada na Figura 15, em que utilizo os símbolos concebidos por Vieira (2024) para a construção de redes taxonômicas, ferramenta criada pelo autor para representar graficamente os diferentes modelos sintáticos produzidos ao longo da história da gramaticografia ocidental (cf. subseção 2.4). O Quadro 40, imediatamente posterior, indica os significados dos símbolos empregados na Figura 15, conforme descritos por Vieira (2024).



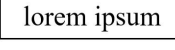
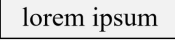
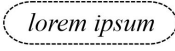



Figura 15 – Estruturação sintática da oração gramatical em Leão (1576)<sup>235</sup>



Fonte: Elaboração própria (2025) com base em Vieira (2024)

<sup>235</sup> Nesta rede taxonômica, limito-me a representar orações constituídas por um verbo e cada um dos três casos exemplificados por Leão (1576). A acepção gramatical apresentada pelo autor (cf. Quadro 39), contudo, permite inferir que quaisquer casos passíveis de se vincular ao verbo por relação de regimento podem integrar uma oração.

Quadro 40 – Legenda para leitura da rede taxonômica relativa à estruturação sintática da oração gramatical em Leão (1576)

Símbolo	Descrição do símbolo	Significado
	Retângulo cinza escuro com borda arredondada	Objeto/unidade de análise
	Retângulo cinza escuro	Parte da macro-organização do modelo sintático
	Retângulo cinza claro	Unidade primária (ou única) de uma construção
	Retângulo branco	Unidade (ou acidente) secundária de uma construção
	Retângulo tracejado com borda arredondada	Exemplo
	Seta bilateral	Relação (formal ou lógica) entre unidades (ou entre unidade e acidente)
	Círculo amarelo	Unidade, acidente ou construção semelhante à ideia de “verbo”
	Círculo verde	Unidade, acidente ou construção semelhante à ideia de “complemento verbal”

Fonte: Adaptado de Vieira (2024, p. 780)

Além da oração gramatical (cf. Figura 15), a outra unidade sobre a qual o uso da *virgula* recai, de acordo com a norma prescrita em Leão (1576), é a dição – sinônimo de palavra<sup>236</sup> –, conforme indicam os dois excertos à direita do Quadro 39. Eles dão forma à estrutura normativa de que o ortógrafo se vale para regulamentar o emprego do referido sinal: o primeiro fragmento traz a regra geral; e o segundo, uma das seis regras específicas presentes na obra. Se a regra geral estabelece que a função básica da *virgula* é a distinção de dições e orações entre si, as regras específicas, sempre seguidas de exemplo, particularizam as diferentes formas como essa separação pode ser feita e, assim, fornecem ao leitor subsídios para reconhecer mais precisamente a natureza das unidades linguísticas sobre as quais incide a *virgula*, tal como concebidas por Leão (1576). Organizo esse aparato normativo (cf. Leão, 1576, f. 75v-76r) no Quadro 41:

<sup>236</sup> O metatermo “palavra” é amplamente utilizado no tratado ortográfico de Leão, em frequência numericamente equiparada a seu sinônimo “dição” (aproximadamente 55% de ocorrências para o primeiro e 45% para o segundo, incluindo-se suas formas pluralizadas). No primeiro capítulo da obra, “Da diffinção da Orthographia, & da Voz” (Leão, 1576, f. 1r), o ortógrafo explicita a relação de sinonímia entre ambos: “Porque das letras cõstão as syllabas, & das syllabas as dições, ou palauras” (Leão, 1576, f. 1v, grifo próprio).

Quadro 41 – Regras e exemplos de uso da *virgula* em Leão (1576)

Regra geral		
“A virgula se põe para distinguir, não soamente hũa oração da outra, mas ainda para distinguir hũas dições de outras.”		
Regras específicas		Exemplário <sup>237</sup>
1.	“se põe despos nomes adiectiuos, quando cõcorrem muitos em hum mesmo caso”	Deuida cousa he ao principe ser humano <u>liberal</u> , <u>justo</u> , <u>prudente</u> , & <u>constante</u> .
2.	“se põe entre substantiuos”	As virtudes são quatro, <u>fortaleza</u> , <u>justiça</u> , <u>temperança</u> , <u>prudência</u> .
3.	“se põe depois de adiectiuo junto a substantiuo”	Homem <u>de grãde coração</u> , <u>de singular prudencia</u> , & <u>de diligência</u> estremada.
4.	“se põe entre aduerbios puros, sem outra cousa”	elle o fez <u>galantemente</u> , <u>valerosamente</u> , & <u>diligentemente</u> .
5.	“se põe despos verbos simplezes, sem algum caso que rejão”	Pecquei <u>em comer</u> , <u>em beber</u> , <u>em rijr</u> , <u>em escarnecer</u> .
6.	“[se põe] despos verbos, que regem casos, que he a oração perfecta & acabada”	<u>seruir a Deos</u> , <u>amar o proximo</u> , <u>lembrar da morte</u> .

Fonte: Elaboração própria (2025)

Dentre os dados do Quadro 41, apenas uma das regras específicas de uso da *virgula* diz respeito à delimitação de fronteiras (“distinção”) entre orações (cf. item 6 do Quadro 41) – nesse contexto, portanto, restritas à acepção gramatical há pouco discutida a partir do Quadro 39 e da Figura 15. As outras cinco regras são pertinentes à delimitação entre palavras (cf. itens 1 a 5 do Quadro 41). Assim, subjaz à estrutura normativa em que se assenta esse conjunto de regras a concepção de sintaxe que, segundo Fonseca (2019, p. 104), vigora na gramaticografia portuguesa até a transição entre os séculos 18 e 19 (cf. subseção 2.4): a de “sintaxe como boa ordem e disposição das palavras ou, noutra formulação equivalente, como a reta composição das partes da oração”. Tal concepção é perceptível não apenas porque as “dições” que a *virgula* deve delimitar são descritas segundo a terminologia das tradicionais partes do discurso, mas, principalmente, porque não se trata de separar quaisquer palavras, independente de sua organização sintática no interior de uma estrutura maior. As situações sintáticas para as quais Leão (1576) prevê o emprego de *virgula* indicam que, implicitamente,

<sup>237</sup> Aqui e em todos os quadros em que reproduzo os exemplários das fontes investigadas, retirei de todos os exemplos as aspas indicativas de citação a fim de viabilizar a visualização dos excertos apenas com a pontuação original. Os sublinhados foram adicionados por mim com finalidade analítica, como será possível perceber adiante.

a ela compete evidenciar certos tipos de relações entre palavras no âmbito da cláusula, estrutura frástica em torno da qual Leão (1576) normaliza sua tríade.

As dições que a *virgula* separa correspondem a quatro partes do discurso, aquelas que, nos termos da linguística contemporânea, apresentam significado lexical (em oposição àquelas que apresentam significado gramatical)<sup>238</sup>: substantivo, adjetivo, advérbio e verbo. A circunscrição das regras sobre a distinção de palavras por *virgula* (cf. itens 1 a 5 do Quadro 41) a esse grupo não é casual, uma vez que todas elas normalizam sobre a justaposição de palavras isoladas (cf. itens 1, 2, 4 e 5 do Quadro 41) ou combinadas (cf. item 3 do Quadro 41) que pertencem a uma mesma classe gramatical e são passíveis de compor uma sequência enumerativa. São regras, portanto, relativas a um tipo de arranjo sintático predominantemente constituído pelas classes lexicais. Note-se que, embora, nos exemplos, as partes do discurso justapostas ora se separem apenas por *virgula* (cf. item 2 do Quadro 41), ora se separem pela presença da conjunção “e” combinada com *virgula* (cf. itens 1 e 3 do Quadro 41), ora sejam introduzidas por preposições (“de” e “em”, cf. itens 3 e 5 do Quadro 41), as regras correspondentes não fazem qualquer referência às palavras cuja função primordial é estabelecer relações gramaticais e que, sozinhas, não poderiam compor enumerações. O mesmo ocorre com o artigo no exemplário relativo à tríade pontuacional de Leão (1576), que analiso um pouco adiante (cf. Quadro 47).

A *virgula*, dessa maneira, segmenta o contínuo que forma a cláusula, indicando palavras ou grupos de palavras que se equivalem sintaticamente, como indicam os fragmentos sublinhados no Quadro 41. O principal fator que determina essa equivalência sintática é a classificação das palavras numa mesma parte do discurso, mas duas das regras também apontam para a categoria caso (cf. itens 1 e 5 do Quadro 41), o que reforça a filiação epistemológica de Leão (1576) à tradição greco-latina. Conforme já discutido com base em Vieira e Faraco (2015) (cf. subseção 2.4), embora institua principalmente relações formais de concordância e regência, a centralidade dos casos nos modelos sintáticos das gramáticas de linhagem latinizada também engendra relações lógico-semânticas entre palavras, ante a ausência de marcas morfológicas para o caso na língua portuguesa. Relações do segundo tipo são detectáveis tanto na justaposição de adjetivos em um mesmo caso no item 1 (cf. Quadro 41) quanto na estrutura oracional delimitada por *virgula* no item 6 (Quadro 41). Para elucidá-

<sup>238</sup> Segundo Rosa (2015), substantivos, adjetivos, verbos e advérbios são palavras com significado lexical, passível de referência à realidade externa, enquanto preposições, conjunções, artigos e pronomes são palavras com significado gramatical, dependente de outros elementos do enunciado. Operando com semelhante distinção, Azeredo (2016) opõe palavras nocionais e gramaticais para designar respectivamente aquelas que representam dados do universo extraverbal e aquelas que têm papel estruturador na construção frástica.

las, não havendo descrição gramatical específica para os casos latinos em Leão (1576), dada a natureza de sua obra, tomo por referência as definições de Barros (1540), a partir da sistematização de Vieira e Faraco (2025), para os quatro casos em que se enquadram os nomes dos exemplos correspondentes aos itens do Quadro 41 ora analisados. As definições estão transcritas no Quadro 42:

Quadro 42 – Definições de casos latinos em Barros (1540)

Caso	Definição
Nominativo	“nomea a cousa: e nelle está a cousa que ę ou a pessoa que faz”
Dativo	“poemos a pessoa em cuiu proveito ou dano ę dáda ou feita a cousa”
Acusativo	“se põe a cou[sa] feita ou amada”
Genitivo	“nelle est[á] o senhor da cousa”

Fonte: Adaptado de Vieira e Faraco (2025)

Considerando-se as acepções indicadas no Quadro 42, é possível reconhecer, no item 1 do Quadro 41, que os adjetivos “liberal”, “justo”, “prudente” e “constante”, concordando em caso com o substantivo “humano”, nomeiam, junto com ele, uma pessoa (o príncipe). A separação dos adjetivos por *virgula* indica que os quatro se equivalem no tipo de relação que estabelecem com o substantivo que acompanham. Já no item 6 (cf. Quadro 41), a *virgula* delimita três sequências de palavras formadas por um verbo seguido de um caso com o qual se relaciona por um tipo de determinação semântica. Nesse sentido, se a presença do sinal entre as expressões “seruir a Deos”, “amar o proximo” e “lembrar da morte” as coloca num mesmo nível sintático, efetuando a enumeração de orações justapostas, a sua ausência no interior das expressões indica a incidência de relações lógico-semânticas nos moldes das definições elencadas no Quadro 42: “a Deos”, na forma dativa, representando a pessoa a quem se serve; “o proximo”, na forma acusativa, representando a “cousa amada”; e “da morte”, na forma genitiva, representando “o senhor” do ato de lembrar, aquilo que pertence a essa ação. Diferentemente das relações entre os segmentos justapostos, separados por *virgula*, há entre as palavras que compõem as orações uma relação hierárquica, na medida em que o verbo é o elemento que rege o caso dos nomes que o sucedem, determinando, por meio da preposição que deve anteceder-los, o tipo de relação lógico-semântica instituída.

Apesar de não fazer menção à concordância casual, a regra do item 3 (cf. Quadro 41), correlacionada ao respectivo exemplo, também evidencia que a *virgula* atua na indicação das palavras que formam segmentos sintaticamente equivalentes (separadas, por isso, em

unidades justapostas numa sequência enumerativa) e das palavras que, no interior dos segmentos delimitados, estabelecem entre si relações hierarquizadas. No item em questão, “de grãde coração”, “de singular prudencia” e “de diligência estremada” são as estruturas formadas por “adjectivo junto a substantivo”, as quais, segundo a regra, devem ser distinguidas por *virgula* (cf. Quadro 41). Internamente, elas têm um mesmo funcionamento sintático, pois dão forma a uma mesma “reta composição das partes da oração” (Fonseca, 2019, p. 104), em que, a despeito da variação quanto à ordem das partes, há sempre um adjetivo referindo-se a um substantivo (“grãde”, “singular” e “estremada” referindo-se respectivamente a “coração”, “prudencia” e “diligencia”). Desde Barros (1540, f. 6r, grifo próprio), há uma hierarquização implicada no vínculo entre essas duas categorias dos nomes: “Nome sustantiuo chamamos á quelle que per sy póde estar: e nam reçebe esta paláura, cousa. Nome aietiuo, ao que nam tê ser per sy: *mas está em costádo ao sustantiuo, e póde receber em sy esta palaura, cousa*”. Elas se relacionam por concordância de gênero, número e caso<sup>239</sup>. No exemplo (cf. item 3 do Quadro 41), a introdução da sequência substantivo-adjetivo ou adjetivo-substantivo pela preposição “de” indica que os nomes que compõem as unidades delimitadas por *virgula* estão no genitivo, cada uma delas relacionadas, por sua vez, ao substantivo “homem”.

Ainda no tocante ao papel da categoria caso na construção do aparato normativo representado pelo Quadro 41, cabe dizer, quanto ao item 5, que o critério por meio do qual os verbos distinguidos por *virgula* se equiparam do ponto de vista sintático é a sua classificação como simples, ocasião em que não regem casos. Se a redação da regra pode levar o pesquisador contemporâneo a associá-los à condição de intransitividade, o exemplo que lhe corresponde, ao apresentar uma enumeração de verbos na forma infinitiva (“beber”, “riijr”, “escarnecer”) introduzidos pela preposição “em”, não assegura, embora não descarte, esse gesto de adequação terminológica. A presença das preposições, que, através da distinção por *virgula*, formam unidades linguísticas junto a cada um dos verbos indica que as sequências justapostas (“em beber”, “em rijr”, “em escarnecer”) estabelecem com o verbo antecedente (“Pecquei”) o mesmo tipo de relação sintático-semântica.

É importante destacar, diante do exposto, que a dimensão sintática depreensível das regras específicas de uso da *virgula* prescritas por Leão (1576) (cf. Quadro 41) não implica a

<sup>239</sup> “Concordância e hũa cõueniência de duas dições correspõdentes hũa á outra, em numero, em gênero: em cáso, pessoa, ou em algũa destas cousas. Em numero, gênero, e cáso: como o aietiuo com seu sustãtiuo. [...] As dições q̃ cõuẽ em numero gênero e cáso sam os nomes sustantiuos com os seus aietiuos, per semelhante exẽplo: Os hómẽes bõos. Aqui estam os hómẽes por nome sustãtiuo e numero plurár: e sam do gênero masculino, e estãm no caso noĩatiuo, como se póde uer per suas regras. A todas estas cousas correspõde o nome aietiuo, bõos, cõ q̃ perfeitamẽte reçebemos aq̃lla notiça, os hómẽes bõos” (Barros, 1540, f. 30v).



explicitação de funções sintáticas exercidas pelas partes do discurso (ou por combinações sintagmáticas entre esses elementos). Na mesma direção argumentativa trilhada ao tratar da questão da metalinguagem na HL (cf. subseção 2.4), reafirmo o anacronismo de sugerir que um ortógrafo quinhentista possa ter assumido funções sintáticas como parâmetros de normatização do emprego da pontuação. Se é possível reconhecer relações de natureza sintática na descrição gramatical sobre as partes do discurso no século 16, elas concernem aos modos como as partes do discurso se conectam com os elementos que as antecedem e/ou sucedem numa sequência sintagmática, o que não pressupõe concebê-las como constituintes da estrutura lógico-semântica em torno da qual, séculos adiante, a análise sintática passará a ser realizada com a emergência das gramáticas de linhagem racionalista (cf. subseção 2.7.2): a proposição. Uma evidência de que as segmentações do contínuo escrito operadas pela *virgula* nos exemplos das regras específicas propostas por Leão (1576), ao focalizarem as partes do discurso ou a oração na acepção da Figura 15, não remetem ao âmbito proposicional, tal qual o concebemos atualmente, são os itens do Quadro 41 que não chegam a formar uma estrutura frástica com sentido completo (cf. itens 3 e 6). Neles, importa ao ortógrafo ilustrar segmentos que, por serem formados pela combinação de “adjectivo junto a substantivo” ou de “verbos, que regem casos”, se equivalem do ponto de vista sintático e são passíveis de justaposição intercalada por *virgula*.

Leão (1576), entretanto, como atesta o parágrafo de abertura do capítulo analisado no início desta subseção, não destoa da modelagem conceitual que alicerça a normatização das tríades pontuacionais nos instrumentos linguísticos de seu tempo histórico quanto ao emprego de uma metalinguagem sintática trasladada da retórica para a gramática. Em seu tratado ortográfico, *virgula*, *cõma* e *colon* são referidos, desde a capa da obra e o título do capítulo especializado em pontuação, como “pontos da clausula”. A eles cabe, à semelhança do que propõem Barros (1540) e Gandavo (1574), distinguir suas partes, instituindo pausas e favorecendo a boa compreensão da escrita. Na medida em que os metatermos utilizados para designar a estrutura frástica e seus componentes internos, como a já mencionada “cláusula”, costumam ser definidos em função de diferentes graus de completude de sentido, é preciso contemporizar parcialmente o afastamento da normatização da vírgula em relação à unidade proposicional mais ampla, alegado no parágrafo anterior.

Reafirmo: as regras específicas de Leão (1576) não segmentam a escrita com base nas funções sintáticas exercidas pelas partes do discurso, porque tais noções teóricas sequer haviam sido engendradas na gramaticografia em que ortógrafo se insere. Para que fossem concebidas, seria necessário aguardar o desenvolvimento de uma epistemologia sintática que,

emergente na gramaticografia francesa setecentista e incorporada à gramaticografia portuguesa somente a partir da transição para o século 19, abandona os casos latinos para explicar a estrutura proposicional da oração (cf. subseção 2.4). Isso não implica, no entanto, dizer que os gramáticos de linhagem racionalista foram os primeiros a considerar a existência de relações lógico-semânticas no interior da oração. Com base na tese de Vieira e Faraco (2025) sobre a ambivalência da categoria “caso” (cf. subseção 2.4), já as demonstrei no âmbito das relações entre partes do discurso evidenciadas pelas delimitações operadas pela *virgula* em alguns dos exemplos transcritos no Quadro 41. Também as reflexões sobre estruturas com sentido completo e incompleto, desde a Antiguidade clássica, tanto na tradição retórica quanto gramatical, dizem respeito a relações lógico-semânticas. No entanto, a completude de sentido costumava ser tratada como uma noção intuitiva, sem que os autores precisassem critérios sintático-semânticos por meio dos quais se pudesse avaliá-la. Essa forma de tratamento, sugerida pela literatura especializada já referenciada ao longo da tese (cf. subseções 1.1.3 e 4.3), manifesta-se na normatização da pontuação em Gandavo (1574) (cf. subseção 4.3) e, como procuro agora demonstrar, em Leão (1576). Nos dois autores, a completude de sentido está associada ao metatermo “sentença”. O Quadro 43 dispõe de todas as suas ocorrências ao longo do tratado ortográfico ora focalizado:

Quadro 43 – Ocorrências do metatermo “sentença” em Leão (1576)

1.	“Item se screue com letra capital, o ã vai depois do cõma, quãdo se muda de hũa <i>sentença</i> a outra, como, Dicam Deo: Noli me condemnare. Direi a Deos: Não me queirais cõdênar” (f. 60r, grifo próprio).
2.	“Porque como a scriptura he hũa representação do que fallamos, para se tirar a cõfusão, do que queremos dar a entender, & para saber onde começamos e acabamos as clausulas, vsamos de pontos, como de hũas balisas & marcos, que diuidão as <i>sentenças</i> , & os membros de cada clausula” (f. 74v, grifo próprio).
3.	“O segundo [ponto, o <i>cõma</i> ] se põe, quando stá dicto tanto, que dá sentido mas fica ainda mais para dizer, para perfeição, & acabamêto da <i>sentença</i> ” (f. 75r, grifo próprio).
4.	“O terceiro [ponto, o <i>colon</i> ] se põe, quando teemos chea a <i>sentença</i> , sem ficar della mais que dizer” (f. 75r, grifo próprio).
5.	“O comma se põe sempre em <i>sentença</i> suspensa, & não acabada, como nos exemplos acima dictos” (f. 76r, grifo próprio).
6.	“O colon & periodo tudo se assinala com hum pôto, & nisso ha pouco que dizer, pois são pontos, ã se põem no fim da <i>sentença</i> acabada, ou da clausula toda, em que não ha que errar” (f. 76r, grifo próprio).
7.	“De maneira que hũ cõma pode cõprehender muitas virgulas, & hum colon muitos cõmas, & hũ periodo muitos colos, desta maneira: O Emperador conhecêdo, quam melhor he viuer em paz, ã andar em guerra, fez concertos com elRei de França: & para confirmar estes concertos, se virão em Niça: da qual vista ficarão reconciliados, & os povos mui cõtentes. Agora se spera por a resolução do que se assentou. Prazerà a Deos, sera para quietação do pouo Christão. Isto se chama periodo, onde vai a clausula, & materia toda acabada, incluindo tres membros, que são tres <i>sentenças</i> , que vão distinctas com o ponto final, que he o colon” (f. 76r-76v, grifo próprio).
8.	“O primeiro [dos outros pontos] he o interrogante, ã se põe no fim da clausula, ou <i>sentença</i> interrogatiua [...] quando se pergunta algũa cousa, como nestas palauras: Se vos eu digo verdade, porque me não credes? Qual de vos m’argüirá de peccado?” (f. 76v-77r, grifo próprio).
9.	“O IIII. [dos outros pontos] he parêthesis, que he hũa formação de diuersa <i>sentença</i> , & palauras estranhas, ã se interpõem na clausula, & se podem tirar, ficando perfecto o sentido” (f. 77r, grifo próprio).
10.	“O V. [dos outros pontos] he hum meo circulo da parte directa, de que vsamos, quãdo glossamos algũa <i>sentença</i> de algum author, ou quãdo declaramos algũ dicto, incluindo nelle as palauras glossadas assi. )” (f. 77v, grifo próprio).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Todas as ocorrências do Quadro 43 concernem à pontuação, único conteúdo do tratado ortográfico (cf. Quadro 36) que diz respeito a unidades linguísticas superiores à palavra. Apenas o item 1 (cf. Quadro 43) não integra o capítulo especializado no tema, e sim o das regras gerais de ortografia (cf. item 14 do Quadro 36), particularmente a regra 17, que, ao normatizar sobre o emprego de letra maiúscula, toca em questões relativas à pontuação. Nessa citação, Leão (1576) destaca uma circunstância em que o *cõma*, por separar sentenças, deve ser seguido de “letra capital”. Pelo exemplo bilíngue, fornecido em latim e em português, é possível perceber que o autor se refere às ocasiões em que o sinal intermediário de sua tríade

introduz o que hoje chamaríamos de discurso direto, de modo que a sentença, nesse caso, corresponde a uma estrutura frástica.

As demais ocorrências confirmam a correspondência do metatermo com a frase, isto é, um conjunto de palavras encerrado por um ponto final, em geral o *colon* (mas também o *interrogatiuo* ou o *admiratiuo*). No item 6 do Quadro 43, Leão (1576) indica uma equivalência entre essa mesma sequência linguística e a cláusula, quando equipara “o fim da sentença acabada” e “[o fim] da clausula toda”. Entretanto, na mesma direção dos achados da análise terminográfica sobre os dois metatermos em Gandavo (1574) (cf. subseção 4.3), a coincidência estrutural não implica relação de sinonímia absoluta entre eles, uma vez que “sentença” se mostra quase sempre, como sugere Bourgain (2019) (cf. subseção 4.3), relacionado ao sentido expresso pela construção frástica, o que, via de regra, ocorre de forma menos explícita com “cláusula” (cf. Quadro 44, adiante). Afinal, a maioria das citações do Quadro 43 vincula o metatermo “sentença” a um vocabulário que o caracteriza em função de diferentes graus de completude semântica (“perfeição, & acabamento da sentença”, “chea a sentença”, “sem ficar della mais que dizer”, “suspensa, & não acabada”, “acabada”, “perfecto o sentido”), os quais, embora condicionem o emprego de *virgula*, *cõma* e *colon*, não são definidos em termos objetivos por serem assumidos como intuitivos, sobretudo o mais alto deles. É o que sugere a citação do mesmo item 6 (cf. Quadro 43), há pouco mencionada, em que Leão (1576) afirma “não ha[ver] que errar” e “ha[ver] pouco que dizer” sobre o emprego de *colon* e *periodo*, tendo em vista que eles “se põem no fim da sentença acabada, ou da clausula toda”.

Para fins de comparação, vejamos abaixo, no Quadro 44, as ocorrências do metatermo “cláusula”, amplamente utilizado por Leão (1576) e restrito, assim como “sentença”, à regra sobre o emprego de maiúscula e ao capítulo sobre pontuação:

Quadro 44 – Ocorrências do metatermo “cláusula” em Leão (1576)

1.	“Item se screue com letra capital & grande, todo o principio de lectura, & qualquer <i>clausula</i> , que se liga depois de acabar outra <i>clausula</i> precedente, em pôto final, ou interrogatiuo, ou admiratiuo, como se veraa nos exêplos, que poeremos, quando tractarmos dos pontos das <i>clausulas</i> ” (f. 60r, grifos próprios).
2.	“Porque como a scriptura he hũa representação do que fallamos, para se tirar a cõfusão, do que queremos dar a entender, & para saber onde começamos e acabamos as <i>clausulas</i> , vsamos de pontos, como de hũas balisas & marcos, que diuidão as sentenças, & os membros de cada <i>clausula</i> ” (f. 74v, grifos próprios).
3.	“E os pontos que neste tempo se vsão, no partir & diuidir as <i>clausulas</i> , assi na scriptura de mão, como na stampada, são tres. [...] virgula, coma, colon, que teem estas figuras” (f. 74v, grifo próprio).
4.	“E [o terceiro ponto] chamase colon, que quer dizer mēbro. Porque elle he parte do periodo, que he a <i>clausula</i> ou materia acabada, de que a baxo diremos mais” (f. 75r, grifo próprio).
5.	“E os exemplos destes pôtos, como se deuem vsar se podẽ veer nestas <i>clausulas</i> : Creio em Deos padre, todo poderoso, criador do ceo, & da terra: & em Iesu Christo seu filho, hũ soo nosso senhor. Amerceiauos senhor de mi, segundo vossa grande misericordia: & segundo a multidão de vossas misericordias, apagai minha maldade” (f. 75r, grifo próprio).
6.	“Item se ha de notar, que em hũa <i>clausula</i> pode vir hũ cõma, ou mais, sem nenhũa virgula, como nestes exemplos: Senhor não me argüaes em vosso furor: nem me comprehendæes em vossa ira. No principio era a palaura: & a palaura era acerca de Deos: & Deos era a palaura” (f. 75r, grifo próprio).
7.	“Item pode hauer <i>clausulas</i> , em que não entre virgula, nem cõma: se não soo o ponto final como aqui. No principio criou Deos o ceo & a terra. Qual de vos me arguirá de peccado?” (f. 75v, grifo próprio).
8.	“O colon & periodo tudo se assinala com hum pôto, & nisso ha pouco que dizer, pois são pontos, q̃ se põem no fim da sentença acabada, ou da <i>clausula</i> toda, em que não ha que errar” (f. 76r, grifo próprio).
9.	“De maneira que hũ cõma pode cõprehender muitas virgulas, & hum colon muitos cõmas, & hũ periodo muitos colõs, desta maneira: O Emperador conhecẽdo, quam melhor he viuer em paz, q̃ andar em guerra, fez concertos com elRei de França: & para confirmar estes concertos, se virão em Niça: da qual vista ficarão reconciliados, & os poucos mui cõtentes. Agora se spera por a resolução do que se assentou. Prazerà a Deos, sera para quietação do pouo Christão. Isto se chama periodo, onde vai a <i>clausula</i> , & materia toda acabada, incluindo tres membros, que são tres sentenças, que vão distinctas com o ponto final, que he o colon” (f. 76r-76v, grifo próprio).
10.	“Alem d’estes pontos, que seruem de demarcar as <i>clausulas</i> , há outros mais para outros effectos, cujas figuras são as seguintes” (f. 76v, grifo próprio).
11.	“O primeiro [dos outros pontos] he o interrogante, q̃ se põe no fim da <i>clausula</i> , ou sentença interrogatiua [...] quando se pergunta algũa cousa, como nestas palauras: Se vos eu digo verdade, porque me não credes? Qual de vos m’argüirá de peccado?” (f. 76v-77r, grifo próprio).
12.	“O qual [o ponto admirativo] se põe no fim da <i>clausula</i> , que pronũciamos cõ algũ espãto, ou indignação, como neste exêplo: Quãta differença ha de hũ homẽ a outro! Com quã grãde trabalho se sustenta a virtude!” (f. 77r, grifo próprio).
13.	“O III. [dos outros pontos] he o paragrapho, o qual he ponto de distinção, não de hũa <i>clausula</i> a outra, mas de hũ tractado a outro, ou de hũa materia a outra, cuja figura era esta [...] donde se tirou o .§. dos Iuristas” (f. 77r, grifo próprio).

14.	<p>“O IIII. [dos outros pontos] he parêthesis, que he hũa formação de diuersa sentença, &amp; palauras estranhas, q̃ se interpõem na <i>clausula</i>, &amp; se podem tirar, ficando perfectó o sentido. As quaes palauras interpostas incluimos em meo destes dous meos circulos. ( ). para denotarmos, q̃ são alheas d’aquella <i>clausula</i>, em que se interpõem, como quando dizemos: Se accôtecesse caso (o q̃ Deos não permitta) q̃ eu não torne da India: Bem auenturadas serão as republicas (segũdo dizia Platão) quando os Reis philosopharem, ou os philosophos regerẽ” (f. 77r-77v, grifos próprios).</p>
-----	--

Fonte: Elaboração própria (2025)

Pela ausência de definição explícita para o metatermo e pela polissemia sugerida pelos elementos aos quais Leão (1576) o associa, não há como estabelecer com precisão o valor nocional atribuído à cláusula. Confrontados com a literatura secundária e com as análises das outras duas fontes quinhentistas (cf. subseções 4.2 e 4.3), os dados reproduzidos no Quadro 44 permitem, contudo, alguns movimentos interpretativos.

Em primeiro lugar, é importante reiterar que o tratamento teórico-normativo da *virgula* no interior de uma tríade, designada sob o rótulo “pontos da cláusula” (ainda que outros sinais, como o *interrogatiuo* e o *admiratiuo*, também demarquem a finalização dessa estrutura frástica, conforme a definição do próprio autor para eles), configura uma escolha epistemológica por meio da qual Leão (1576) manifesta seu vínculo com a tradição greco-latina, que situa a pontuação na confluência entre a gramática e a retórica. A intenção de dar continuidade aos teóricos da Antiguidade chega a tomar textualmente a forma de um compromisso retórico no capítulo sobre pontuação, quando o ortógrafo informa o leitor acerca da existência do ponto e vírgula e se posiciona contrariamente à inclusão desse quarto sinal à tríade clássica que incorpora à sua obra:

De outro ponto vsão agora algũs modernos, que consta de hum colon, na parte superior, & de hũa virgula na inferior assi; do qual dizem, q̃ querem vsar, onde não stá dicto tanto, que se aja de poer comma, nem tãpouco, que se aja de poer virgula. Mas a meu veer, he inuẽção de pouca vtilidade, & desnecessaria, & que eu não imitaria. Porque *pelos pontos antigos se distingue tudo*, & este faz mais toruação, que distinção, que he o fim dos pontos (Leão, 1576, f. 76v, grifo próprio).

No excerto, Leão (1576) cria uma dicotomia entre “modernos” e “antigos”, rejeitando a atualização que aqueles propõem ao inventário pontuacional destes e, assim, demarcando uma retórica de continuidade em relação aos greco-latinos. Na constituição interna da cláusula, o ortógrafo quinhentista também os segue, pois ela é indiretamente definida pelos segmentos linguísticos que a compõem e, principalmente, pelos sinais de pontuação que, por sua vez, os delimitam, ambos tradicionalmente nomeados por metatermos em comum (cf. subseções 1.1.3, 4.2 e 4.3). Se a maioria dos usos de “côma” e “colon” remete aos sinais forte e intermediário da tríade de Leão (1576) (cf. itens 6 e 7 do Quadro 44), a ambivalência

comum a esses metatermos não escapa a seus apontamentos teóricos, como se pode verificar no item 9 do Quadro 44, quando, para elucidar a estrutura de um período (unidade linguística de nível superior à estrutura frástica, cf. Quadro 45, adiante), o autor explica que “hũ cõma pode cõprehender muitas virgulas, & hum colon muitos cõmas, & hũ periodo muitos colõs”. Nesse fragmento, não é o sinal *cõma* que compreende muitas *virgulas*, mas a unidade linguística que cabe a um sinal homônimo distinguir. Na mesma linha de raciocínio, não é o sinal *colon* que compreende muitos *cõmas*, ou o sinal *periodo* (variação do *colon* quando encerra a estrutura de nível superior à frase, conforme demonstro mais à frente) que compreende muitos *colons*. Note-se, entretanto, que, ainda no excerto focalizado, quando nomeiam os objetos compreendidos por uma dada unidade linguística interna à cláusula, “cõma” e “colon” podem designar sinais de pontuação, hipótese interpretativa que se fortalece na equiparação dessas ocorrências específicas à de “virgula” no mesmo excerto, tendo em vista que esta só comporta um valor nocional possível, referente a um dos “pontos da cláusula”.

Tomando-se como parâmetro os sinais de pontuação indicativos de suas unidades linguísticas internas, a cláusula em Leão (1576) comporta mais possibilidades combinatórias do que a cláusula em Barros (1540), tendência que já se mostrava sugestiva em Gandavo (1574). Espelhando-se numa organização rítmica valorizada pela cultura escrita clássica e renascentista, a cláusula prototípica da *Grammatica da lingua Portuguesa* – tal como descrita pelo quadro normativo analisado na subseção 4.2 e como construída na ampla maioria das frases que compõem o texto do capítulo sobre pontuação (cf. Quadro 31, na subseção 4.2) – congrega estruturas cuja distinção cabe à *cõma* e à *uirgula*, reunindo, portanto, todos os sinais da tríade barrosiana.

Essa estrutura, modelar em Barros (1540), é escassa entre as frases que compõem o capítulo sobre pontuação de Gandavo (1574). Tal constatação, ante a ausência de exemplário correspondente aos usos prescritos pelo ortógrafo, abre margem para uma diversificação das possibilidades combinatórias entre os sinais da tríade – e, portanto, dos arranjos estruturais – passíveis de compor a cláusula, o que talvez indicaria a neutralização da dimensão rítmica cultivada por Barros (1540). Assim, embora a ortografia gandaviana também se valha de uma estrutura normativa que, nos moldes da tradição greco-latina, hierarquiza *virgula*, *dous pontos* e *hum ponto* num contínuo em que uns se definem em relação aos outros, apenas as unidades delimitadas por um ou dois desses sinais seriam suficientes para compor uma cláusula, incluindo a possibilidade de emprego de *virgula* sem a presença do sinal que lhe é imediatamente superior na hierarquia triádica – em Gandavo (1574), *dous pontos* –, tendência

minoritária na escrita do capítulo de Barros (1540) (cf. Gráfico 3, na subseção 4.2) e não prevista em seus apontamentos teórico-normativos.

O que pode ser encarado como mera especulação sobre os gestos descritivos de Gandavo (1574) é efetivamente concretizado em Leão (1576), dada a incidência nesta obra não apenas de sequências expositivas que preveem múltiplas formas de combinar *virgula*, *cõma* e *colon* – e, conseqüentemente, as unidades linguísticas demarcadas por cada sinal – na composição de uma cláusula, mas também de exemplos que sustentam as afirmações expressas em tais sequências. São os casos dos itens 5, 6 e 7 do Quadro 44, os quais preveem respectivamente a estruturação da cláusula pela presença: i) de *virgula(s)*, *cõma(s)* e *colon*; ii) de *colon* e *cõma(s)*; iii) apenas de um ponto final (pelos exemplos, um *colon* ou um *interrogatiuo*, mas, pela correlação de regra e exemplo posteriores, também um *admiratiuo*). Em todos esses casos, os arranjos sintático-semânticos da cláusula coincidem com a sentença, na medida em que o *colon* encerra, como já indicado na análise do Quadro 43, a “sentença acabada” ou a “clausula toda” (cf. item 8 do Quadro 44).

A interpretação de que a estrutura da cláusula espelha a de uma sentença, sendo ambas finalizadas com o *colon* por constituírem sentido completo, no entanto, não é a única à qual os dados do Quadro 44 permitem chegar. Os itens 4 e 9 (cf. Quadro 44) estabelecem, como o fazia Barros (1540) (cf. subseção 4.2), aproximações entre os metatermos “cláusula” e “período”. Todavia, conforme adiantei há pouco, este último em Leão (1576) assume um valor nocional distinto, designando um segmento linguístico de nível superior à estrutura frástica da sentença (ou mesmo da própria cláusula), possivelmente análogo ao parágrafo, tal como demonstro a partir dos dados do Quadro 45, mais à frente. Por ora, destaco a opacidade de uma aproximação terminológica que, sugerida nos referidos excertos (cf. itens 4 e 9 do Quadro 44), o próprio autor contradiz ao opor, no item 13 (cf. Quadro 44), distinção “de hũa clausula a outra” e distinção “de hũ tractado a outro” ou “de hũa materia a outra”. Aqui, a cláusula é definida em oposição aos termos “materia” e “tractado”, tendo sido, no entanto, o primeiro utilizado para caracterizar a cláusula nas situações em que ela foi associada ao período (cf. itens 4 e 9 do Quadro 44).

O afastamento da noção de “período” em relação aos metatermos que, em Leão (1576), designam o nível da frase pode ser identificado a partir de suas ocorrências na obra e das ocorrências de um outro metatermo trasladado da retórica clássica: “membro”. O Quadro 45 reúne todas elas:



Quadro 45 – Ocorrências dos metatermos “membro” e “período” em Leão (1576)

Metatermo	Citações
“membro”	“Porque como a scriptura he hũa representação do que fallamos, para se tirar a cõfusão, do que queremos dar a entender, & para saber onde começamos e acabamos as clausulas, vsamos de pontos, como de hũas balisas & marcos, que diuidão as sentenças, & os <i>membros</i> de cada clausula” (f. 74v, grifo próprio).
	“E [o terceiro ponto] chamase colon, que quer dizer <i>mẽbro</i> ” (f. 75r, grifo próprio).
	“O qual periodo, que quer dizer arrodeo, cõsta de tres <i>membros</i> , & ao menos de dous” (f. 75r, grifo próprio).
	“De maneira que hũ cõma pode cõprehender muitas virgulas, & hum colon muitos cõmas, & hũ periodo muitos colõs, desta maneira: O Emperador conhecẽdo, quam melhor he viuer em paz, ã andar em guerra, fez concertos com elRei de França: & para confirmar estes concertos, se virão em Niça: da qual vista ficarão reconciliados, & os poucos mui cõtentes. Agora se spera por a resolução do que se assentou. Prazerà a Deos, sera para quietação do pouo Christão. Isto se chama periodo, onde vai a clausula, & materia toda acabada, incluindo tres <i>membros</i> , que são tres sentenças, que vão distinctas com o ponto final, que he o colon” (f. 76r-76v, grifo próprio).
“período”	“E [o terceiro ponto] chamase colon, que quer dizer <i>mẽbro</i> . Porque elle he parte do <i>periodo</i> , que he a clausula ou materia acabada, de que a baxo diremos mais” (f. 75r, grifo próprio).
	“O qual <i>periodo</i> , que quer dizer arrodeo, cõsta de tres membros, & ao menos de dous” (f. 75r, grifo próprio).
	“O colon & <i>periodo</i> tudo se assinala com hum pôto, & nisso ha pouco que dizer, pois são pontos, q se põem no fim da sentença acabada, ou da clausula toda, em que não ha que errar” (f. 76r, grifo próprio).
	“De maneira que hũ cõma pode cõprehender muitas virgulas, & hum colon muitos cõmas, & hũ <i>periodo</i> muitos colos, desta maneira: O Emperador conhecẽdo, quam melhor he viuer em paz, ã andar em guerra, fez concertos com elRei de França: & para confirmar estes concertos, se virão em Niça: da qual vista ficarão reconciliados, & os poucos mui cõtentes. Agora se spera por a resolução do que se assentou. Prazerà a Deos, sera para quietação do pouo Christão. Isto se chama <i>periodo</i> , onde vai a clausula, & materia toda acabada, incluindo tres membros, que são tres sentenças, que vão distinctas com o ponto final, que he o colon” (f. 76r-76v, grifos próprios).

Fonte: Elaboração própria (2025)

De acordo com as citações do Quadro 45, “membro” designa respectivamente: i) uma parte da cláusula; ii) o significado de “colon”, metatermo que nomeia o sinal de arremate da cláusula e a unidade linguística por ele delimitada; iii) uma parte do período; iv) a sentença. Predomina em Leão (1576), portanto, uma concepção de membro cuja estrutura coincide com a dos metatermos que remetem à frase completa. No exemplo de período fornecido pelo ortógrafo, constam, segundo sua análise, “tres membros, que são tres sentenças, que vão distinctas, com o ponto final”. Contudo, quando o autor assevera que *virgula*, *cõma* e *colon* funcionam como “hũas balisas & marcos, que diuidão as sentenças, & os membros de cada

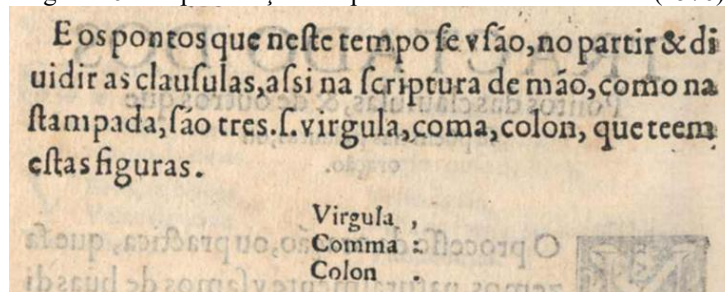
cláusula”, a relação sinonímica entre “membro” e “sentença” se fragiliza. Afinal, os termos aparecem entrelaçados pela conjunção aditiva “e”, que costuma, para fins de enumeração, intercalar dois elementos distintos. Além disso, assumir que, nesse excerto, “membro” designa uma estrutura frástica implica, necessariamente, atribuir ao metatermo “cláusula” a acepção de “período”, isto é, uma unidade composta de duas ou três sentenças justapostas. Apesar de sugerida em ocasiões pontuais (cf. itens 4 e 9 do Quadro 44), tal acepção compromete a natureza da hierarquia entre os segmentos delimitados pela tríade pontuacional normatizada na obra, inseridos no âmbito de uma cláusula concebida no nível da frase, e não do parágrafo (cf. Quadro 46, adiante).

Historicamente, “membro” é um metatermo da tradição retórica que, segundo Lausberg (1972), designa o colo enquanto uma das partes do período (cf. subseção 4.2). É importante lembrar, no entanto, que o colo não encerra todo o período, mas é uma estrutura intermediária entre ele e a coma, conforme atestam as definições que Isidoro e Quintiliano, em função dos graus de completude do pensamento ou da oração, fornecem para cada uma dessas partes (cf. subseção 1.1.3). Ambos fazem uso do termo “membro”, com acepção genérica no primeiro (“membro” como parte da oração) e técnica no segundo (“membrum” como sinônimo de “colon”), ao definirem “colon”, mas sempre caracterizando-o como expressão de sentido incompleto, ainda que superior à “coma” (ou “incisum” em Quintiliano). Nessa perspectiva, parece que Leão (1576) resgata o valor nocional clássico de “membro” ao tratá-lo como parte da cláusula e como sinônimo de “colon”, porém altera seu sentido ao equipará-lo à sentença, o que ocorre porque sua tríade prevê o *colon* como sinal de arremate da unidade frástica, e não como sinal intermediário (entre *cõma* e *período*). A despeito de ter aderido a uma mudança nas denominações dos sinais da tríade – de *coma-colon-período* para *virgula-coma-colon*, operada desde Barros (1540) (cf. subseção 4.2) –, seu vínculo epistemológico com a Antiguidade clássica o leva a acomodar o metatermo “período” nos resultados de sua descrição gramatical, inserindo-o, como Isidoro e Quintiliano, num sistema nocional em que ele é, como sinal de pontuação e como unidade linguística, superior ao *colon*. Ao diferenciar os sinais *colon* e *período*, Leão (1576) procede à semelhança de gramáticos contemporâneos que distinguem ponto simples e ponto parágrafo (cf. Rocha Lima, 2006; Bechara, 2009; Cunha; Cintra, 2013).

O tratamento teórico-normativo conferido ao *período* é, entretanto, periférico ao longo da primeira parte do capítulo, que, desde o início, anuncia como “pontos da cláusula” apenas três sinais, num modo de apresentação que, por sua disposição visual, os coloca em posição

de protagonismo no âmbito do quadro normativo prescrito por Leão (1576), como evidencia a Figura 16:

Figura 16 – Topicalização dos pontos da cláusula em Leão (1576)



Fonte: Leão (1576, f. 74v)

Os dados analisados a partir do Quadro 43, do Quadro 44 e do Quadro 45, bem como o destaque à tríade pontuacional representado na Figura 16, indicam que a metalinguagem que circunda a normatização da *virgula* é sobretudo de origem retórica, expressando a autovinculação de Leão (1576) à tradição greco-latina. A despeito de algumas nuances terminológicas, nesse aspecto o ortógrafo dá continuidade às normatizações portuguesas que o antecederam – Barros (1540) e Gandavo (1574).

A novidade em Leão (1576) – e trata-se de uma mudança bastante significativa – é que, optando por maior aprofundamento teórico-normativo em seu modo de apresentação para compatibilizá-lo a um público mais erudito, os resultados da análise gramatical em sua obra não se limitam aos apontamentos generalistas de seus antecessores, mas se destrincham em definições, regras gerais e específicas para cada sinal e farta exemplificação. No caso da *virgula*, a particularização de suas regras se sustenta numa metalinguagem oriunda da tradição gramatical (e não mais propriamente retórica): a oração e a palavra, descritas por meio das partes do discurso e dos casos latinos (cf. Quadro 41). E essa é, para os propósitos desta tese, a mudança epistemológica mais importante em que se desdobra o aprofundamento conferido por Leão (1576) à arquitetura descritiva de sua obra.

Assim, finalizo esta subseção analisando as definições, regras e exemplos por meio dos quais o ortógrafo diferencia os sinais de sua tríade. Eles estão dispostos no Quadro 46 e no Quadro 47, adiante. Com esse procedimento, busco tanto compreender o lugar da *virgula* no contínuo que ela compõe junto à *côma* e ao *colon*, quanto inter-relacionar as regras específicas da *virgula* (cf. Quadro 41) a essa estrutura normativa mais ampla da qual elas derivam. Iniciemos pelas definições e regras:

Quadro 46 – Triade pontuacional de Leão (1576)

Sinal	Símbolo	Definições / Regras
<i>virgula</i>	,	“A uirgula se põe, & faz distinção, quando ainda não stá dicto tal cousa, que dee sentido cheo, mas soamente descansa para dizer mais” (f. 74v).
<i>cõma</i>	:	“O segundo [ponto da clausula] se põe, quando está dicto tanto, que dá sentido mas fica ainda mais para dizer, para perfeição, & acabamento da sentença. O qual ponto se chama comma, que quer dizer cortadura” (f. 75r).
		“O comma se põe sempre em sentença suspensa, & não acabada [...] Itẽ se põe quãdo na practica que fazemos, referimos palauras d’outrem [...]. Item vsamos do comma quando conuertemos as palauras em alguem [...]” (f. 76r).
<i>colon</i>	.	“O terceiro se põe, quando teemos chea a sentença, sem ficar della mais que dizer. E chamase colon, que quer dizer mēbro. Porque elle he parte do periodo, que he a clausula ou materia acabada [...]. O qual periodo, que quer dizer arrodeo, cõsta de tres membros, & ao menos de dous” (f. 75r).
		“O colon & periodo tudo se assinala com hum pôto, & nisso ha pouco que dizer, pois são pontos, q se põem no fim da sentença acabada, ou da clausula toda, em que não ha que errar” (f. 76r).

Fonte: Elaboração própria (2025)

Conforme os dados do Quadro 46, a distinção operada pela *virgula*, na confluência entre oralidade e escrita própria da cultura renascentista, representa tanto um descanso da voz que lê quanto um ponto de uma sequência linguística que, incompleta em sua dimensão sintático-semântica, abre espaço para a continuidade da cláusula. A distinção operada pelo *cõma*, nos moldes como descrita por Leão (1576), pouco se diferencia daquela que cabe ao primeiro sinal da tríade, a não ser no aspecto prosódico, ao qual o ortógrafo deixa de fazer referência quando aborda os dois outros sinais. No que diz respeito às unidades linguísticas delimitadas por *virgula* e *cõma*, ambos distinguem um segmento insuficiente para dar “sentido cheo” ou “para perfeição, & acabamento da sentença”, indicando, por isso, um segmento posterior (na *virgula*, “stá dicto tal cousa, que [...] descansa para dizer mais”; no *cõma*, “está dicto tanto, que [...] fica mais para dizer”).

Os dados, portanto, confirmam as dificuldades alegadas por Bourgain (2019) em diferenciar, sob a ótica contemporânea, os valores nocionais ligados aos metatermos que designam os dois sinais inferiores das tríades pontuacionais normatizadas ao longo da história. Em Leão (1576), o impasse se agrava pelo fato das regras específicas atribuídas ao *cõma* (em termos atuais, uma para introduzir discurso direto e outra para introduzir citações, cf. Quadro 46) não recobrirem todas as circunstâncias abarcadas pela regra geral (interpor o sinal “em sentença suspensa, & não acabada”, cf. Quadro 46), o que, embora numa proporção menor, também ocorre com a *virgula*, conforme discuto adiante.

Tomando-se como pressuposto o caráter progressivo da hierarquia que se institui entre *virgula* e *côma* e entre *côma* e *colon*, pode-se inferir que a unidade delimitada por *côma* está mais próxima da sentença perfeita ou da cláusula completa do que a unidade delimitada por *virgula*. Embora não respaldada explicitamente pelos excertos do Quadro 46, tal interpretação ganha solidez a partir de alguns elementos da normatização proposta por Leão (1576) ao longo do capítulo. Um deles é a já mencionada caracterização do ponto e vírgula como sinal intermediário entre *virgula* e *côma*. Nessa descrição em particular, Leão (1576, f. 76v) diferencia melhor a natureza sintático-semântica das unidades delimitadas por cada sinal, ao afirmar que “algũs modernos” sugerem utilizar o novo sinal “onde não stá dicto tanto, que se aja de poer comma, nem tãpouco, que se aja de poer virgula”.

Outros elementos que corroboram a interpretação de haver diferentes graus de aproximação em relação à sentença ou cláusula – menor para a demarcação por *virgula*, maior para a demarcação por *côma* – são a regra geral e as regras específicas do sinal de nível inferior (cf. Quadro 41), uma vez que elas descrevem os segmentos sobre os quais incide a distinção por *virgula* através de uma metalinguagem gramatical que remete sobretudo à palavra como unidade de análise, na forma de partes do discurso isoladas ou reunidas em breves combinações sintagmáticas. Mesmo as orações “perfecta[s], & acabada[s]” que caberia à *virgula* separar umas das outras (cf. Quadro 41) não passam de estruturas constituídas pela relação de regimento entre um verbo e um caso latino (cf. Figura 15).

Assim, com base nas regras específicas que orientam o uso de *virgula* em Leão (1576), diferentemente do que afirmei sobre a normatização de Barros (1540) (cf. subseção 4.2) e do que caberia dizer sobre a de Gandavo (1574), é possível reconhecer um dos valores em que Bourgain (2019, p. 171) desdobra a noção de “unité de sens courte et incomplète”<sup>240</sup> tradicionalmente atribuída à unidade de nível inferior das tríades que compõem o período retórico, a saber: “l’unité (brève) dans une énumération ou une suite d’éléments parallèles”<sup>241</sup>. Os outros dois valores elencados por Bourgain (2019) não aparecem em Leão (1576) de forma categórica, mas também não chegam a ser incompatíveis com a definição geral de *virgula*, contrastiva com as dos outros sinais da tríade, reproduzida no Quadro 46: i) “la *subdistinctio*, que des grammariens comme Priscien définissent comme l’imperceptible pause qui permet de déterminer la construction de la phrase”<sup>242</sup> (Bourgain, 2019, p. 171); e ii) “une

<sup>240</sup> Em português: “unidade de sentido curta e incompleta” (tradução própria).

<sup>241</sup> Em português: “a unidade (breve) numa enumeração ou numa sequência de elementos paralelos” (tradução própria).

<sup>242</sup> Em português: “a *subdistinctio*, que gramáticos como Prisciano definem como a pausa imperceptível que permite determinar a construção da frase” (tradução própria).

proposition complète, mais dépendante et brève”<sup>243</sup> (Bourgain, 2019, p. 171). O primeiro valor pode estar associado ao descanso que, com o emprego da *virgula*, antecede a continuidade da cláusula ou sentença (cf. Quadro 46), enquanto o segundo pode estar associado à noção de oração completa representada pela Figura 15, cuja distinção cabe à *virgula* segundo a norma prevista em Leão (1576).

É mais difícil averiguar a adequação dessa segunda associação, tendo em vista a frouxidão conceitual que acomete a noção de sentido completo. Em geral assumida como intuitiva, sua interpretação torna-se particularmente intrincada na ortografia ora investigada devido à polissemia com que o autor lida com essa noção, depreensível de pelo menos três estruturas linguísticas distintas, demarcadas por *virgula* (a já mencionada “oração perfecta, & acabada”, cf. Figura 15), *colon* (“quando teemos chea a setêça, sem ficar della mais que dizer”, cf. Quadro 46) e *periodo* (a unidade homônima, definida como “a clausula ou materia acabada”, constituída de “tres membros, & ao menos de dous”).

Além disso, o exemplário correspondente às definições contrastivas do Quadro 46 engloba certos arranjos sintático-semânticos que, embora delimitados por *virgula*, não estão previstos pelas regras específicas atribuídas a esse sinal (cf. Quadro 41), fortalecendo a hipótese de haver outras estruturações possíveis para as orações por ele separadas. No Quadro 47, transcrevo todos os exemplos de cláusulas apresentadas por Leão (1576, f. 75r-76v) para ilustrar respectivamente o uso de: *virgula*, *côma*, *colon* e *periodo* combinados; “hũ côma, ou mais, sem nenhũa virgula” (Leão, 1576, f. 75r); “muitas virgulas, sem algum côma” (Leão, 1576, f. 75r-75v); e “soo o ponto final” (Leão, 1576, f. 75v).

---

<sup>243</sup> Em português: “uma oração completa, mas dependente e breve” (tradução própria).

Quadro 47 – Exemplário relativo à tríade pontuacional de Leão (1576)

Sinais empregados	Exemplos	
<i>virgula, cõma, colon e periodo</i>	1.	Creo em Deos padre, todo poderoso, criador do ceo, & da terra: & em Iesu Christo seu filho, hũ soo nosso senhor.
	2.	Amerceiauos senhor de mi, segundo vossa grande misericordia: & segundo a multidão de vossas misericordias, apagai minha maldade.
	3.	O Emperador conhecêdo, quam melhor he viuer em paz, q̃ andar em guerra, fez concertos com elRei de França: & para confirmar estes concertos, se virão em Niça: da qual vista ficarão reconciliados, & os pouos mui cõtentes. Agora se spera por a resolução do que se assentou. Prazerà a Deos, sera para quietação do pouo Christão.
<i>cõma e colon</i>	4.	Senhor não me argüaes em vosso furor: nem me comprehendæes em vossa ira.
	5.	No principio era a palaura: & a palaura era acerca de Deos: & Deos era a palaura.
<i>virgula e colon/interrogatiuo</i>	6.	Quem me dará pennas, como de pomba, & voarei, & descansarei?
	7.	E em verdade vos digo, q̃ quẽ não receber o regno de Deos, como hum menino, não entrará nelle.
<i>colon/interrogatiuo</i>	8.	No principio criou Deos o ceo & a terra.
	9.	Qual de vos me arguirá de peccado?

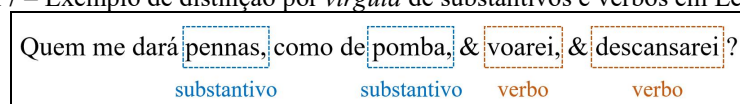
Fonte: Elaboração própria (2025)

A inter-relação entre a definição geral de *virgula* no interior da tríade pontuacional de Leão (1576) e o quadro normativo com regra geral e regras específicas de uso desse sinal indica que as palavras e orações que a ele cabe distinguir umas das outras (adjetivos e substantivos isolados ou combinados, advérbios, verbos com ou sem a regência de casos, cf. Quadro 41) representam uma unidade de sentido incompleto (em que “não está dicto tal cousa, que dee sentido cheo, mas soamente descansa para dizer mais”, cf. Quadro 46), num ponto de maior distanciamento em relação à sentença perfeita ou à cláusula. O exemplário transposto para o Quadro 47 contempla alguns dos casos previstos nas regras específicas, confirmando o seu entrelaçamento com a definição geral. São situações em que a *virgula* separa sequências enumerativas de palavras classificadas numa mesma parte do discurso (uma sequência de substantivos, por exemplo) ou de combinações de palavras que seguem um mesmo padrão em relação a essa classificação e aos casos latinos (a estrutura oracional representada na Figura 15, por exemplo).

A separação de palavras isoladas pode ser identificada: entre os adjetivos “poderoso” e “criador” no item 1; entre os substantivos “ceo” e “terra” no item 1 (mas não entre os mesmos substantivos no item 8); entre os verbos “voarei” e “descansarei” no item 6. É importante

lembrar que as sequências de palavras ou combinações de palavras que devem, conforme as regras específicas (cf. Quadro 41), ser separadas por *virgula* podem, como indica o exemplário correspondente (cf. Quadro 41), ser intercaladas por palavras gramaticais, como preposições, artigos e conjunções. Outro aspecto sobre o qual se deve ponderar é que, com foco na palavra ou nas curtas expressões linguísticas que resultam de combinações sintagmáticas simples, a distinção por *virgula* situa-se sempre em posição posterior à unidade delimitada ou intermediária a duas unidades delimitadas. Note-se que os itens 1, 3, 5 e 6 do Quadro 41 prescrevem o uso do sinal respectivamente “*despos* nomes adiectiuos”, “*depois* de adiectiuo junto a substantiuo”, “*despos* verbos simplezes, sem algum caso que rejão” e “*despos* verbos, que regem casos, que he a oração perfectã, & acabada” (grifos próprios). Já os itens 2 e 4 (cf. Quadro 41) prescrevem essa mesma pontuação respectivamente “*entre* substantiuos” e “*entre* aduerbios” (grifos próprios). Uma decorrência desse fato é que, por vezes, há segmentos linguísticos que antecedem uma dessas palavras ou sintagmas não considerados como parte da unidade delimitada por *virgula*. Se interpretada por essa ótica a pontuação do item 6 (cf. Quadro 46), por exemplo, é possível justificar o emprego de todas as *virgulas* pelas regras específicas que orientam a separar substantivos (cf. item 2 do Quadro 41) e verbos simples (cf. item 5 do Quadro 41) entre si, conforme demonstro no esquema da Figura 17:

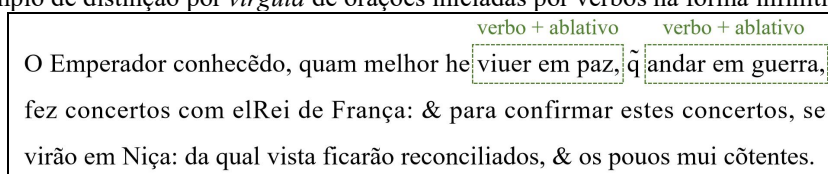
Figura 17 – Exemplo de distinção por *virgula* de substantivos e verbos em Leão (1576)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Análise semelhante se aplica às orações formadas pela relação de regimento entre um verbo e um caso latino (cf. Figura 15), que, na forma infinitiva indicada pelo exemplário da regra específica correspondente a esse uso (cf. item 6 do Quadro 41), aparecem separadas por *virgula* na primeira sentença que compõe o período exemplificado por Leão (1576) (cf. item 3 do Quadro 47). Evidencio a aplicação da regra ao exemplo no esquema da Figura 18:

Figura 18 – Exemplo de distinção por *virgula* de orações iniciadas por verbos na forma infinitiva em Leão (1576)

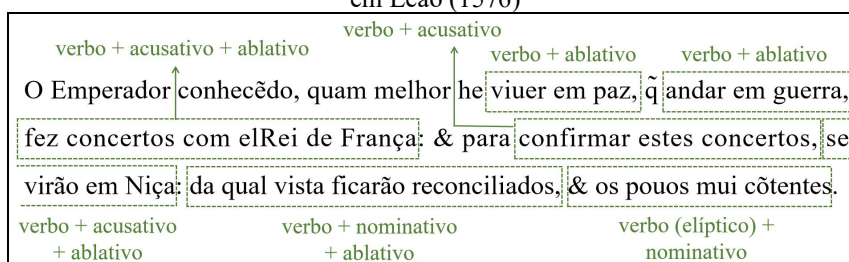


Fonte: Elaboração própria (2025)



Se a função de “distinguir [...] hũa oração da outra” (Leão, 1576, f. 75v), mencionada na regra geral de uso da *virgula* (cf. Quadro 41), não necessariamente remeter a orações de mesma estrutura, iniciadas por verbos no infinitivo, como os que constam no exemplo correspondente (“seruir a Deos, amar o proximo, lembrar da morte”, cf. Quadro 41), torna-se possível detectar na sentença da Figura 18 outros casos de uso da *virgula* englobados pela regra específica que a prescreve “despos verbos, que regem casos, que he a oração perfecta, & acabada” (cf. Quadro 41). A Figura 19 demonstra graficamente tal afirmação:

Figura 19 – Exemplo de distinção por *virgula* de orações iniciadas por verbos nas formas infinitiva e conjugada em Leão (1576)

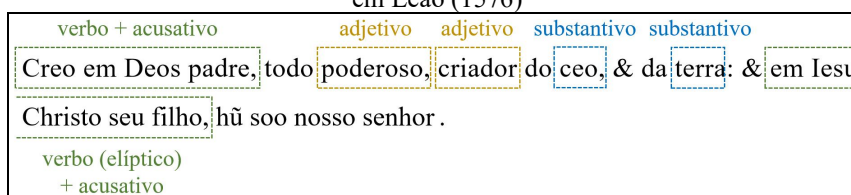


Fonte: Elaboração própria (2025)

Sob essa ótica, apenas a primeira *virgula* da sentença (cf. item 3 do Quadro 47 e Figura 19) não se enquadraria nas regras específicas elencadas no Quadro 41, uma vez que “conheçdo” é um verbo que, segundo a epistemologia das gramáticas de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), rege casos, não devendo, conforme Leão (1576), ser sucedido de vírgula sem a presença do termo por ele regido.

A hipótese explicativa que ampara a análise da Figura 17 e da Figura 19 ajuda a desvendar a lógica da maior parte das *virgulas* empregadas no exemplário em que Leão (1576) contrasta os usos dos diferentes sinais da tríade (cf. Quadro 47), mas, como ilustrado no parágrafo anterior, ainda deixa alguma margem de incertezas. Para sustentar esse argumento, destaco graficamente as palavras e orações (cf. Figura 15) que, segundo as regras específicas de Leão (1576) (cf. Quadro 41), condicionam o emprego de *virgula* nas demais cláusulas em que consta esse sinal dentre aquelas elencadas no Quadro 47. Começo pelo item 1:

Figura 20 – Exemplo (1) de distinção por *virgula* em cláusula com emprego simultâneo de *virgula*, *cõma* e *colon* em Leão (1576)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Conforme representado na Figura 20, a primeira *virgula* do item 1 (cf. Quadro 47) se pospõe à oração “Creo em Deos padre”, constituída de um verbo (“Creo”) que rege acusativo (“em Deos padre”). A segunda vírgula se pospõe ao adjetivo “poderoso”, separando-o de um segundo adjetivo que caracteriza “Deos padre”: “criador”. A este último nome combina-se um substantivo introduzido pela contração da preposição “de” com o artigo “o”: “ceo”. A *virgula* seguinte se interpõe entre esse substantivo e o que lhe sucede, “terra”, também introduzido pela junção de preposição e artigo (“da”). Aqui, focalizo a classificação de “ceo” e “terra” como substantivos – e não nas sequências “do ceo” e “da terra” como locuções adjetivas – espelhando-me no exemplo fornecido por Leão (1576) para a regra específica que prescreve o uso de *virgula* “depois de adiectiuo junto a substantiuo” (cf. item 3 do Quadro 41), a saber: “Homem de grãde coração, de singular prudencia, & de diligencia estremada” (cf. item 3 do Quadro 41). Observe-se que, nesse caso, o ortógrafo classifica individualmente as palavras que compõem as locuções adjetivas referentes ao substantivo “homem”. Ainda conforme a Figura 20, uma segunda oração, ligada à primeira pela conjunção “e”, tem início após o *côma*. Essa oração se utiliza de elipse para resgatar o verbo que estrutura a primeira (“[creo] em Iesu Christo seu filho”, cf. Figura 20).

A cláusula do item 2 (cf. Quadro 47) divide-se, através do *côma*, em duas partes de sentido incompleto. Reproduzo-a na Figura 21:

Figura 21 – Exemplo (2) de distinção por *virgula* em cláusula com emprego simultâneo de *virgula*, *côma* e *colon* em Leão (1576)

verbo + genitivo
Amerceiauos senhor de mi, segundo vossa grande misericordia: & segundo a multidão de vossas misericordias, apagai minha maldade.

Elaboração própria (2025)

As duas partes apresentam uma estrutura simétrica, porém invertida: a primeira é iniciada por uma oração, na acepção da Figura 15, ao passo que a segunda é finalizada por essa mesma estrutura sintática. Em ambas, a sequência que antecede ou sucede a oração são, em termos contemporâneos, sintagmas nominais introduzidos pela preposição “segundo”. Parece razoável, então, que, se cabe uso de *virgula* numa das partes, também caiba na outra. Mas é justamente a ordem dos segmentos linguísticos constitutivos de cada parte o que, a rigor, leva apenas a primeira *virgula* a ter respaldo na normatização proposta por Leão (1576). Conforme o item 6 do Quadro 41, seu uso é previsto “*despos* verbos, que regem casos, que he a oração perfecta, & acabada” (grifo próprio), o que ocorre com a oração composta pela relação de regimento entre o verbo “amercear”, flexionado na segunda pessoa do plural no

imperativo afirmativo (“Amerceia[uos]”), e o pronome “mi”, que, introduzido pela preposição “de”, dá forma ao caso genitivo. Cabe salientar que os outros dois elementos presentes no fragmento destacado pelo retângulo pontilhado na Figura 21 não se vinculam ao verbo por uma relação de regimento, razão pela qual indiquei apenas o genitivo “de mi” como parte integrante da oração centrada no verbo “amercear”. O primeiro deles é a forma enclítica “vos”, incorporado ao verbo para enfatizar, através da segunda pessoa do plural, a referência já estabelecida pela forma verbal imperativa à figura divina a quem se roga por misericórdia. O segundo é um substantivo por meio do qual se interpela o divino na sentença, ou seja, segundo a epistemologia das gramáticas de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), um nome no caso vocativo.

Considerando-se que a primeira cláusula do período reproduzido no item 3 (cf. Quadro 47) já foi analisada na Figura 18 e na Figura 19 e que a segunda cláusula (“Agora se spera por a resolução do que se assentou.”) não apresenta distinção por *virgula*, sigo para a terceira cláusula, que encerra todo o “parágrafo”, finalizado, portanto, pelo sinal *periodo*. Transcrevo-a na Figura 22:

Figura 22 – Exemplo de distinção por *virgula* em cláusula com emprego simultâneo de *virgula* e *periodo*

verbo + dativo  
Prazerà a Deos, sera para quietação do pouo Christão.

Elaboração própria (2025)

Conforme representado na Figura 22, a única *virgula* presente na sentença final do período referente ao item 3 (cf. Quadro 47), em consonância à norma de Leão (1576), distingue o fim de uma oração (cf. Figura 15) formada pelo regimento do verbo “Prazerà” em relação ao nome “Deos”, precedido pela preposição “a”, indicativa do caso dativo.

A cláusula que resta examinar do Quadro 47 é a que consta no item 7, disposta na Figura 23:

Figura 23 – Exemplo de distinção por *virgula* em cláusula com emprego simultâneo de *virgula* e *colon*

verbo + dativo                      verbo + acusativo  
 E em verdade vos digo, ã quẽ não receber o regno de Deos, como hum  
 menino, não entrará nelle .

Elaboração própria (2025)

As duas primeiras *virgulas*, na Figura 23, de maneira semelhante aos últimos exemplos analisados, pospõem-se a orações (cf. Figura 15) compostas de um verbo (“digo” e “receber”) que rege casos (o dativo “vos” no primeiro caso, o acusativo “o regno” no

segundo). Não indiquei o genitivo “de Deos” na segunda oração ao representá-la graficamente na Figura 23 porque esse segmento não é regido pelo verbo “receber”, e sim pelo nome “regno”. Mantive-o no interior do retângulo pontilhado levando em consideração, em primeiro lugar, seu estreito vínculo com o acusativo (“o regno”) que certamente integra a oração (cf. Figura 15) e, em segundo lugar, o fato de que, em Leão (1576), substantivos ligados por esse tipo de relação lógico-semântica não são separados por *virgula*, como atesta o já mencionado exemplo (“Homem de grãde coração, de singular prudencia, & de diligencia estremada”, cf. item 3 do Quadro 41) correspondente à regra específica sobre o uso desse sinal “depois de adiectiuo junto a substantiuo” (cf. item 3 do Quadro 41). A terceira *virgula* da cláusula, por fim, não parece encontrar respaldo nas regras específicas prescritas pelo ortógrafo, pois a única que prevê seu emprego posposto a um substantivo, como o que sucede “menino” na Figura 23, faz alusão à enumeração de palavras que pertençam a essa mesma classe gramatical (cf. item 2 do Quadro 41).

Concebidos para ilustrar o uso da *virgula* em contraste com os outros sinais da tríade pontuacional, os exemplos elencados no Quadro 47 representam distinções operacionalizadas no interior da cláusula “quando ainda não stá dicto tal cousa, que dee sentido cheo, mas soamente descansa para dizer mais” (cf. Quadro 46). Se as análises conduzidas a partir das representações gráficas sistematizadas desde a Figura 17 até a Figura 23 indicam que esses mesmos exemplos conformam-se majoritariamente às regras particulares do Quadro 41, é possível concluir que, em Leão (1576), o sentido incompleto cuja distinção cabe à *virgula* diz respeito a unidades linguísticas formadas por palavras isoladas (quando há sequências enumerativas de substantivos, adjetivos, advérbios ou verbos) ou combinadas (entre substantivos e adjetivos ou entre verbos e casos, vinculados por regimento).

É por isso que os exemplos relativos às regras específicas (cf. Quadro 41) por vezes sequer formam uma estrutura frástica de sentido completo. Afinal, identificar o grau de distanciamento do “sentido cheo” da sentença apropriado ao emprego de *virgula* não depende do todo proposicional. Nesse aspecto parece residir uma diferença fundamental em relação ao *cõma*, uma vez que as unidades de sentido incompleto resultantes da divisão que o sinal intermediário efetua na cláusula, conforme o exemplário do Quadro 47, abarcam toda a estrutura frástica. A título de ilustração, no item 1 do Quadro 47, representado na Figura 20, o *cõma* indica que o segmento “Creo em Deos padre, todo poderoso, criador do ceo, & da terra” expressa um sentido que ainda precisa de outra parte para arrematar a sentença perfeita (cf. Quadro 46), o que se concretiza com o segmento “& em Iesu Christo seu filho, hũ soo nosso senhor”. Os quatro itens subsequentes do Quadro 47 (cf. itens 2 a 5) evidenciam, nessa

mesma lógica, a divisão da cláusula por um ou dois *cômas* em duas ou três partes de sentido incompleto.

É relevante lembrar que, em Barros (1540), as unidades delimitadas por *côma* (parte da cláusula, cf. Quadro 24, na subseção 4.2) são, nos termos do autor, cortadas por *uirgula*, de modo a produzirem unidades menores que, juntas, abarcam toda a parte da cláusula. Noutras palavras, apesar da escassez de critérios objetivos que permitam ao leitor identificar os graus de completude de sentido que demandam o emprego de *côma* e *uirgula*, o tratamento teórico-normativo de Barros (1540) os define em função de uma unidade maior de sentido perfeito, e não da combinação de palavras passíveis de serem isoladas desse todo sintático-semântico. Essa mudança implementada por Leão (1576) na normatização da *virgula* parece ser consequência do modo como ele lida com a definição tradicionalmente retórica desse sinal, situada no interior de uma tríade pontuacional (cf. Quadro 46), reinterpretando-a na forma de uma regra geral e um conjunto de regras específicas por meio de uma metalinguagem gramatical, particularmente as partes do discurso e os casos latinos.

Encerradas as análises dos três instrumentos linguísticos que se comprometeram, no contexto da gramaticografia portuguesa, com a construção de uma norma que regulamentasse os usos da vírgula na escrita do século 16, passo à última seção deste trabalho, na qual sistematizo os principais achados da tese e teço algumas considerações finais.

## 5 SÍNTESE ANALÍTICA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da problematização das relações entre fala/escrita ou entre prosódia/sintaxe representadas pelas normas de pontuação elaboradas, modificadas, apagadas e/ou consolidadas ao longo da história, propus o desenvolvimento de uma tese de doutorado cujo propósito central era *descrever e interpretar o desenvolvimento do processo de normatização da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa durante a gramatização lusitana ocorrida no século 16* (cf. “Introdução”). Guiada por esse objetivo, procedi, a partir de um conjunto de direcionamentos teóricos e metodológicos (cf. seções 2 e 3), à análise das três fontes quinhentistas que compõem o *corpus* da pesquisa. São elas: *Grammatica da lingua Portuguesa*, de João de Barros (1540); *Regras qve ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua*, de Pero de Magalhães de Gandavo (1574); e *Orthographia da lingoa portvgvesa*, de Duarte Nunes de Leão (1576).

Nesta última seção, sintetizo as principais conclusões da análise a respeito de cada uma das cinco categorias interpretativas (filiação retórica, formulação conceitual, estrutura normativa, metalinguagem gramatical e modelização didática) a partir das quais procuro atender aos objetivos específicos da pesquisa (cf. Quadro 20, na subseção 3.3). Em seguida, explico a tese que a costura desses resultados permite asseverar acerca do processo de normatização da vírgula na gramaticografia quinhentista portuguesa e, por fim, aponto para novas demandas de pesquisa ensejadas pelos contornos teóricos que dão forma à historiografia que aqui se encerra, permanecendo, contudo, suscetível ao encadeamento com outras historiografias possíveis.

Quanto à *filiação retórica*, os três autores inserem-se num clima de opinião inerente à produção linguística dos Quinhentos, buscando, a partir de seus projetos metagramaticais e metaortográficos, contribuir com o processo de dignificação do vernáculo e, em consequência, com o fortalecimento do estado nacional português. Destinam suas obras a diferentes públicos-alvo – crianças do sexo masculino em processo de aprendizagem da leitura e da escrita em Barros (1540), pessoas que não dominam a gramática latina em Gandavo (1574) e pessoas de maior erudição em Leão (1576) –, mas sempre com o intuito de remediar o mau uso da escrita que, na visão dos três, assolava a sociedade portuguesa, principalmente quando comparado com a expertise dos gregos e latinos da Antiguidade. A *Grammatica*, as *Regras* e a *Orthographia* são dedicadas ao rei de Portugal, atitude que, embora possa ser interpretada a princípio como mero ritual inerente à cultura escrita da época, alinhava-se a um

comprometimento sociopolítico e ideológico com a corte lusitana, incluindo, especialmente no caso de Barros (1540), a imposição linguística e religiosa aos povos que viviam nas terras recém-invasidas fora do continente europeu. Se os dados biobibliográficos dos autores já sugestionam isso (a despeito do desconhecimento quase completo sobre a vida de Gandavo), tal alinhamento chega a ser textualmente explicitado em sequências expositivo-argumentativas presentes nos prólogos das fontes quinhentistas. No tocante ao aparato descritivo-normativo propriamente dito, investigado nesta tese a partir dos capítulos sobre pontuação em que a vírgula é normatizada, esse vínculo se expressa, de forma implícita, pela moral cristã depreensível no teor das frases ou dos sintagmas utilizados como exemplário – inexistente em Gandavo (1574) – e por aspectos teórico-metodológicos que evidenciam a valorização da tradição retórica e gramatical clássica.

A relevância da cultura greco-latina para a construção da gramática de Barros (1540) e dos tratados de Gandavo (1574) e de Leão (1576), expressas tanto no plano retórico quanto prático, é a característica mais significativa que vincula o discurso desses autores à epistemologia das gramáticas de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), predominante durante o século 16.

Gandavo (1574) é a única das três fontes quinhentistas em que a explicitação retórica desse vínculo foi verificada apenas no prólogo, seja na comparação entre o domínio da ortografia pelos portugueses e pelas sociedades antigas, seja no destaque à importância do conhecimento sobre a língua latina para o domínio da ortografia (perceptível quando o ortógrafo destaca a origem latina da maior parte dos vocábulos portugueses e quando justifica o recurso à exemplificação como uma escolha metodológica que seria desnecessária se visasse um público conhecedor da gramática latina).

Em Barros (1540) e sobretudo em Leão (1576), a adesão retórica aos princípios epistemológicos da linhagem latinizada se manifesta numa rede de alusões intertextuais, genérica no gramático (que se vale das expressões “os gregos”, “os latinos” e “os gramáticos” para evocar os teóricos da Antiguidade clássica, cf. Quadro 22, na subseção 4.2) e direta no ortógrafo (que faz referência nominal a um amplo conjunto de figuras de relevo no círculo político e sociocultural da Roma antiga, cf. Quadro 37, na subseção 4.4). São, ainda, indicativas da inscrição retórica dos dois autores no caráter latinizante da atmosfera intelectual quinhentista: i) na dedicatória-prólogo de Leão (1576), a apologia às disciplinas e aos costumes da Antiguidade clássica, que teriam impacto positivo no cultivo da escrita correta; ii) nesse mesmo texto de apresentação, os argumentos em torno da importância de se colocar o português, na condição de língua vulgar, em arte; iii) na descrição gramatical do

ortógrafo, a afirmação de que os “pontos da clausula” dos antigos são suficientes para cumprir sua função distintiva, razão pela qual o autor se opunha ao emprego de ponto e vírgula, criação então recente dos impressores modernos; iv) na definição de gramática e ortografia de Barros (1540, f. 40r), a oposição à gramática especulativa e o comprometimento em dar continuidade à “órden dos artistas”; v) novamente na descrição gramatical de Barros (1540), o elogio aos latinos quanto ao uso da pontuação; vi) ainda nos gestos descritivos desse autor, a constante explicitação da origem greco-latina dos metatermos que designam unidades linguísticas e sinais de pontuação, do inventário pontuacional normatizado ao longo do capítulo, dos símbolos atribuídos a cada sinal e da função mais ampla compartilhada por todos os sinais do inventário (a distinção da cláusula e de suas partes).

Quanto à *formulação conceitual*, a normatização da vírgula no século 16 se fundamenta num profundo entrelaçamento entre as práticas de oralidade e escrita, o que é perceptível desde a noção de ortografia das três obras, parte da gramática na qual são abordados os sinais de pontuação. Tanto Barros (1540) quanto Leão (1576) a concebem como ciência do bem escrever, mas ambos salientam sua relação com a fala, aquele relacionando o modo como “entram as leteras pela uista” e “as palauras pelos ouuidos” (Barros, 1540, f. 2r), este explicitando o caráter representativo da escrita em relação à fala. Gandavo (1574), por seu turno, chega a enfatizar algumas vezes, em seu *Prologo ao lector*, os efeitos da escrita na pronunciação das palavras e, portanto, no “falar bem Portugues” (Gandavo, 1574, n.p.).

Nos capítulos especializados em pontuação, já é sugestiva da intrincada relação entre oralidade e escrita a escolha de “coma”, “colo” e “período” para nomear os sinais de pontuação de nível superior à *uirgula/virgula* em Barros (1540) e em Leão (1576), pois, em sua disciplina de origem, os três metatermos designam sequências linguísticas cuja estruturação atende a critérios sintático-semânticos e fonéticos concebidos em função da eficácia retórica do discurso.

Ainda no âmbito dessa terminologia, a ambivalência das indicações relativas à escrita e à oralidade se manifesta, nas três fontes investigadas, principalmente pelo uso do metatermo “distinção” para indicar a função da *uirgula/virgula* e dos demais sinais da tríade, ora associado a pausas ou descansos de voz, ora à delimitação de unidades linguísticas no âmbito da cláusula ou sentença. Em Barros (1540), a referência à dimensão prosódica da *uirgula* é tênue, inferida pela conjunção de três indícios: i) a atribuição de descanso de voz ao uso de *cõma*; ii) a hierarquia que conecta *uirgula*, *cõma* e *cólo* num contínuo de natureza sintático-semântica; e iii) o vínculo histórico das *distinctiones* à demarcação de pausas graduais por sinais constitutivos de diferentes tríades pontuacionais. No tratamento teórico-normativo da



pontuação desse instrumento linguístico, contudo, predomina o enfoque no domínio da escrita. Em Gandavo (1574), embora a intensidade das pausas diferencie as distinções instituídas pelos sinais da tríade, sendo a *virgula* associada à mais fraca delas, há expressões de baixa precisão semântica que, junto aos metatermos “cláusula” e “sentença”, sugerem a inter-relação entre as dimensões prosódica e sintático-semântica da pontuação.

Apesar de sugestionada nas três fontes, a atuação conjunta de pausas e delimitações no contínuo escrito que o emprego de *uirgula/virgula* e demais sinais da tríade estabelecem, favorecendo a boa compreensão do que se lê e escreve, ganha maior aprofundamento teórico em Leão (1576). Esse ortógrafo, já no parágrafo de abertura do capítulo sobre pontuação, estabelece um paralelo entre, de um lado, as pausas no “processo da oração, ou practica” (Leão, 1576, f. 74r) no qual interagem um ouvinte e um falante e, de outro, a divisão da sentença e da cláusula durante a escrita. Ao diferenciar a *virgula* de *côma* e *colon* (cf. Quadro 46, na subseção 4.4), Leão (1576) usa o metatermo “distinção” para aludir simultaneamente ao grau de completude de sentido da unidade linguística delimitada e a um descanso de voz. Assim, mesmo na regra geral e nas regras específicas do sinal focalizado nesta tese, quando o ortógrafo descreve a distinção de palavras e orações através das partes do discurso e dos casos latinos (cf. Quadro 41, na subseção 4.4), é possível, assumindo-se esse quadro normativo como particularização da definição geral apresentada no âmbito da tríade (cf. Quadro 46, na subseção 4.4), inferir uma dimensão pausal nas fronteiras entre as estruturas que cabe à *virgula* indicar.

Os fenômenos de sintaxe em que se ancoram as definições, as regras e os exemplários constitutivos da normatização da vírgula durante o século 16 são oriundos principalmente da tradição retórica, como foi possível identificar por meio das análises terminográficas realizadas em torno dos metatermos utilizados para designar a estrutura frástica mais ampla sobre a qual incidem os sinais das tríades normatizados por Barros (1540), Gandavo (1574) e Leão (1576): “cláusula” e “período” no primeiro; “sentença” e “cláusula” no segundo e no terceiro. Esses metatermos refletem a tentativa de conciliar gramática e retórica no tratamento da sintaxe sobre a qual incide a pontuação dos humanistas, que, se evocavam categorias retóricas a partir das quais os antigos submetiam a estruturação frástica à construção do discurso persuasivo, parecem reinterpretá-las ao trasladá-las para o âmbito gramatical, pouco a pouco neutralizando a dimensão rítmica evidenciada pelo emprego concomitante de todos os sinais da tríade.

A culminância desse processo se manifesta quando Leão (1576), a despeito de inserir a *virgula* no tradicional contínuo triádico de distinções efetuadas no domínio da cláusula ou

sentença, constrói para esse mesmo sinal um quadro normativo que se sustenta numa concepção de sintaxe própria da gramaticografia de linhagem latinizada, centrada na combinação das partes do discurso, linearmente em sequências enumerativas ou hierarquicamente pelas formas de determinação semântica que as palavras (ou dições) estabelecem entre si através de relações de concordância e regimento centradas nos casos latinos. A junção específica de um verbo com os casos por ele regidos, em Leão (1576), dá origem à oração (cf. Figura 15), mais um dos fenômenos sintáticos, também organizado em torno da palavra, que integram a normatização da *virgula* por esse autor.

De Barros a Leão (1576), o parâmetro onipresente que define fenômenos sintáticos ligados à normatização da vírgula é a noção de sentido completo, durante todo o século 16 assumida como intuitiva e, por isso, prescindindo de definições objetivas.

Quanto à *estrutura normativa*, os instrumentos linguísticos quinhentistas convergem ao apresentarem definições de *uirgula/virgula* em confronto com as definições dos outros dois sinais que com ela compõem uma tríade: *cõma/comma* e *cólo/colon* em Barros (1540) e Leão (1576); *dous pontos* e *hum ponto* em Gandavo (1574). Apesar do tom descritivo usado para explicar como os sinais operam ao longo do contínuo escrito (e, às vezes, como eles repercutem na oralidade), tais definições têm função normativa, assemelhando-se a regras prescritivas. Elas apresentam, em termos gerais, quais as circunstâncias prosódicas e/ou sintático-semânticas que demandam o uso de cada sinal, organizando-as num contínuo que progride paulatinamente quanto à completude de sentido que as unidades linguísticas delimitadas expressam e, eventualmente, quanto à intensidade do descanso de voz instituído, de modo que as indicações para um dos sinais só fazem sentido na relação com os demais, sobretudo em relação ao sinal de nível imediatamente superior ou inferior.

No caso da *uirgula/virgula*, portanto, o leitor precisa reconhecer um segmento cuja distinção cabe ao sinal intermediário da tríade – *cõma/comma* em Barros (1540) e Leão (1576), *dous pontos* em Gandavo (1574) – para operar nova distinção no interior desse segmento.

Na gramática barrosiana, essa codependência é mais incisiva, na medida em que o emprego de *uirgula* pressupõe o emprego de *cõma*, conforme asseveram as orientações descritivo-normativas fornecidas pelas definições de cada sinal e sugerem o parco exemplário disponível na obra e o padrão pontuacional das frases que compõem o texto do capítulo (cf. Quadro 31 e Gráfico 3, na subseção 4.2). Além disso, Barros (1540) define *cõma* e *uirgula*, nessa ordem, e faz referência explícita ao primeiro sinal (ou às duas partes em que ele divide a cláusula) para definir o segundo.

Gandavo (1574, n.p.) percorre o caminho inverso, tratando inicialmente das partes que a *virgula* distingue no decorrer da sentença para, depois, comparativamente, indicar a incidência de pausa mais forte nos “lugares” onde couber o uso de *dous pontos*. Com vocabulário genérico e sem exemplos, a ortografia gandaviana não fornece elementos suficientes para se identificar com segurança se o uso de um sinal é, como em Barros (1540), pré-requisito para o uso de outro. O padrão pontuacional das frases que compõem seu capítulo, quase todas sem *dous pontos*, sugere que a *virgula* pode distinguir a cláusula somente junto a *hum ponto*, sem o sinal intermediário.

Entretanto, tendo em vista que a pontuação das publicações renascentistas não raro era prerrogativa dos impressores, é apenas em Leão (1576) que se pode reconhecer a relativa autonomização entre *virgula* e *côma*. Digo relativa porque esse ortógrafo, em continuidade à tradição retórica clássica, ainda situa ambos os sinais no interior de uma tríade que opera diferentes graus de distinções na cláusula. No entanto, as definições correlacionadas desses sinais em Leão (1576) não implicam que o uso de um deles necessariamente condicione o uso do outro, embora isso possa acontecer. O autor tanto abona o emprego de “muitas virgulas, sem algum côma” (Leão, 1576, f. 75r-75v) quanto ilustra essa possibilidade com dois exemplos (cf. itens 6 e 7 do Quadro 47, Figura 17 e Figura 23, na subseção 4.4).

Se, no tratamento gramatical da vírgula, as estruturas normativas encontradas nas duas primeiras fontes quinhentistas analisadas, atendendo ao propósito de compor obras de natureza elementar, voltadas para crianças ou para pessoas de menor erudição, limitam-se a definições amplas e contrastivas aos outros dois sinais da tríade, com escassa ou ausente exemplificação, a mudança de público-alvo em Leão (1576) altera a maneira como o dispositivo de normatização da *virgula* é configurado nessa obra. Uma das mudanças são os vários exemplos que acompanham as definições contrastivas inicialmente apresentadas (cf. Quadro 47, na subseção 4.4), permitindo que o leitor inter-relacione as diferentes combinações possíveis de uso dos sinais da tríade e, ainda, do *periodo*. Além dessas definições, a normatização da *virgula* em Leão (1576) conta com uma regra geral e seis regras específicas, seguidas de um exemplo correspondente a cada uma (cf. Quadro 41, na subseção 4.4).

Nesse gesto de particularização do funcionamento da *virgula* em relação à tríade, o ortógrafo resgata da definição contrastiva a ideia de que a esse sinal compete a função de estabelecer distinções e, recorrendo a uma metalinguagem gramatical, fornece elementos mais precisos sobre as circunstâncias sintático-semânticas indicativas de sentido incompleto, antes descritas em termos retóricos, apropriadas à distinção por *virgula*. Nessa perspectiva, o

ortógrafo elege a dição (ou palavra) e a oração como unidades linguísticas passíveis de serem separadas umas das outras pelo uso do sinal mais fraco de sua tríade. Aqui, no entanto, a oração, não obstante Leão (1576, f. 76r) a caracterize como “perfecta, & acabada” na única regra específica que a menciona (cf. item 6 do Quadro 41, na subseção 4.4), não corresponde, como já salientado, à estrutura com sentido completo tal como amplamente descrita pela tradição gramatical, e sim à combinação sintagmática de um verbo com um caso latino associados por relação de regimento (cf. Figura 15, na subseção 4.4).

Por isso, é pertinente concluir que todas as regras específicas de Leão (1576) dizem respeito à enumeração de estruturas justapostas, que se equivalem sintaticamente e se organizam em torno das partes do discurso, particularmente do substantivo, do adjetivo, do advérbio ou do verbo. A correlação do exemplário contrastivo com o exemplário específico, por meio da qual analisei o uso da *virgula* nas cláusulas reproduzidas entre a Figura 17 e a Figura 23 (cf. subseção 4.4), indica que às partes do discurso centrais nessas estruturas podem se vincular palavras gramaticais como conjunções, preposições e artigos. Assim, conforme as regras específicas (cf. Quadro 41, na subseção 4.4), as estruturas enumeradas podem ser formadas por uma única palavra ou por breves combinações sintagmáticas, seja de uma das partes do discurso centrais com palavras gramaticais, seja de adjetivo com substantivo (com ou sem as palavras gramaticais), seja de verbo regendo casos latinos.

Quanto à *metalinguagem gramatical*, a rede de metatermos utilizada nas definições e/ou regras de uso a partir das quais a vírgula é normatizada durante o século 16 é majoritariamente trasladada da retórica clássica. Os valores nocionais a eles atribuídos, contudo, não permanecem estáticos ao longo do tempo, como procurei demonstrar ao resgatar os processos de criação e transmissão que os engendraram. Sua escolha parece motivada por uma concepção de escrita que não se dissocia facilmente da oralidade, em consonância com as formas de circulação do texto escrito típicas da época em que as obras ora investigadas vieram a público. Na normatização da *uirgula/virgula* da gramaticografia portuguesa quinhentista, entre Barros (1540) e Leão (1576), os metatermos retóricos têm sua acepção rítmica paulatinamente atenuada e passam a dividir cada vez mais espaço com metatermos da tradição gramatical.

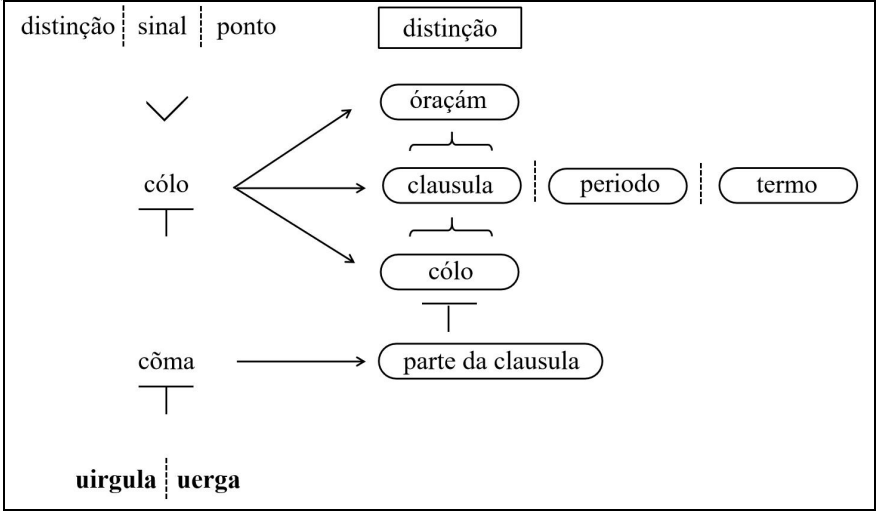
Sintetizo esse processo através de representações gráficas da rede terminológica mobilizada em cada instrumento linguístico examinado, começando pela Figura 24 adiante, relativa à *Grammatica* de Barros (1540). Antes disso, indico as legendas dos símbolos utilizados nessas representações (cf. Figura 24, Figura 25 e Figura 26), conforme informações disponibilizadas no Quadro 48:

Quadro 48 – Legenda para leitura de redes de metatermos relativos à normatização da vírgula

Símbolo	Significado
lorem ipsum	Metatermo que designa sinal de pontuação
<div>lorem ipsum</div>	Metatermo que designa função atribuída aos sinais de pontuação
<div>lorem ipsum</div>	Metatermo que designa unidade linguística delimitada por sinal de pontuação
<div>lorem ipsum</div> — <div>lorem ipsum</div>	União de metatermos
⋮	Relação de sinonímia
∨	Relação de hiperonímia
└	Passagem de um nível sintático-semântico superior para um inferior
⏟	Relação de subsunção
→	Relação entre sinal de pontuação e unidade linguística delimitada

Fonte: Elaboração própria (2025)

Figura 24 – Rede de metatermos relativos à normatização da *virgula* em Barros (1540)



Fonte: Elaboração própria (2025)

Conforme indicam os dados da Figura 24, são três os metatermos com os quais Barros (1540) designa os sinais de pontuação em geral: “distinção”, “sinal” e “ponto”. Os sinais específicos que compõem sua tríade são designados a partir dos metatermos “côlo”, “côma” e “uerga” ou “uerga”. Aos três cabe a função de “distinção”, isto é, de indicar as fronteiras que encerram uma dada unidade linguística e, conseqüentemente, iniciam outra. Historicamente, esses pontos de demarcação, quando chamados de “distinções”, instituem

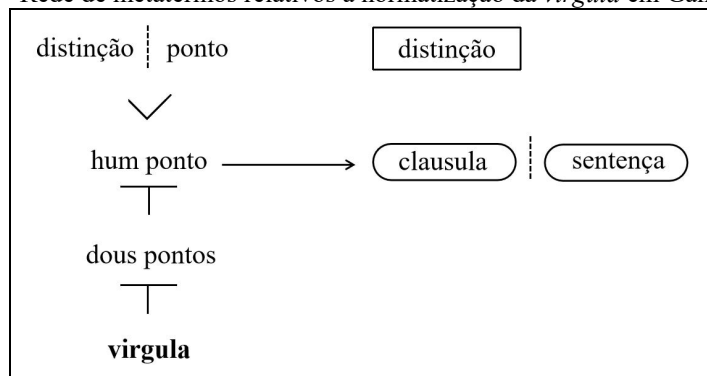
pausas de diferentes durações. Assim, embora o aspecto prosódico só seja referido por Barros (1540, f. 49v) ao tratar da *côma*, cujo emprego faz “parece[r] que descansa a uóz”, a hierarquia estabelecida entre os sinais sugere que o uso da *uirgula* pressupõe uma pausa mais branda, assim como o uso do *cólo* pressupõe uma pausa mais forte. É impossível, contudo, negar que o critério de normatização da tríade predominante em Barros (1540) é de natureza sintático-semântica, na medida em que o gramático diferencia *uirgula*, *côma* e *cólo* de acordo com o grau de completude de sentido identificável nas unidades linguísticas que cada sinal distingue.

Não há na Figura 24 metatermo específico para designar as unidades delimitadas por *uirgula*, mas as definições contrastivas da gramática barrosiana asseveram que juntas elas compõem a parte da cláusula delimitada por *côma*, reiterando o caráter hierárquico da tríade. Nesse sentido, desvelar os contextos em que cabe usar *uirgula* demanda compreender o funcionamento dos dois sinais situados em nível superior – *côma* e *cólo*. As unidades delimitadas pelos três sinais estão, segundo Barros (1540), contidas na “óracám”. Assim, ainda que sua estrutura coincida com aquela atribuída à “cláusula”, não é adequado estabelecer entre esses dois metatermos uma relação de sinonímia. Na terminologia barrosiana, “cláusula” e “parte da cláusula”, unidades linguísticas cuja distinção compete respectivamente ao *cólo* e à *côma*, constituem a “óracám”, o que pode ser identificado quando o autor remete aos “pontos e sinâes, com que [os latinos] distinguẽ *as partes e cláusulas da óracám*” (Barros, 1540, f. 49r, grifo próprio).

Nessa mesma linha de raciocínio, “cólo” designa uma unidade linguística que, arrematada por sinal homônimo, está contida na cláusula, embora as duas estruturas se equivalham. Com esse uso, Barros (1540) reproduz uma ambivalência característica dos termos que tradicionalmente denominam os sinais das tríades normatizadas ao longo da história, porém ele o faz numa única ocorrência de “cólo”, não repetindo o procedimento com “côma” ou “período”. Com origem atribuída aos gregos, este, aliás, é tratado como sinônimo de “clausula” e do análogo latino “termo”. A unidade linguística delimitada por *cólo*, passível de ser designada por vários metatermos (com predominância de “clausula”), pode ser dividida por *côma*, dando origem à unidade de nível intermediário, “parte da cláusula”. Esta, por sua vez, pode ser subdividida por *uirgula* em unidades ainda menores. O emprego concomitante dos três sinais demarca, desse modo, os contornos sintático-semânticos e possivelmente rítmicos de uma forma específica de estruturar a frase cultivada pela retórica clássica e valorizada pelos humanistas do Renascimento: o “período” ou “clausula”.

Gandavo (1574) dá continuidade à terminologia trasladada da retórica, mas a reduz ao que considera o mínimo necessário a uma obra elementar, conforme demonstra a Figura 25:

Figura 25 – Rede de metatermos relativos à normatização da *virgula* em Gandavo (1574)

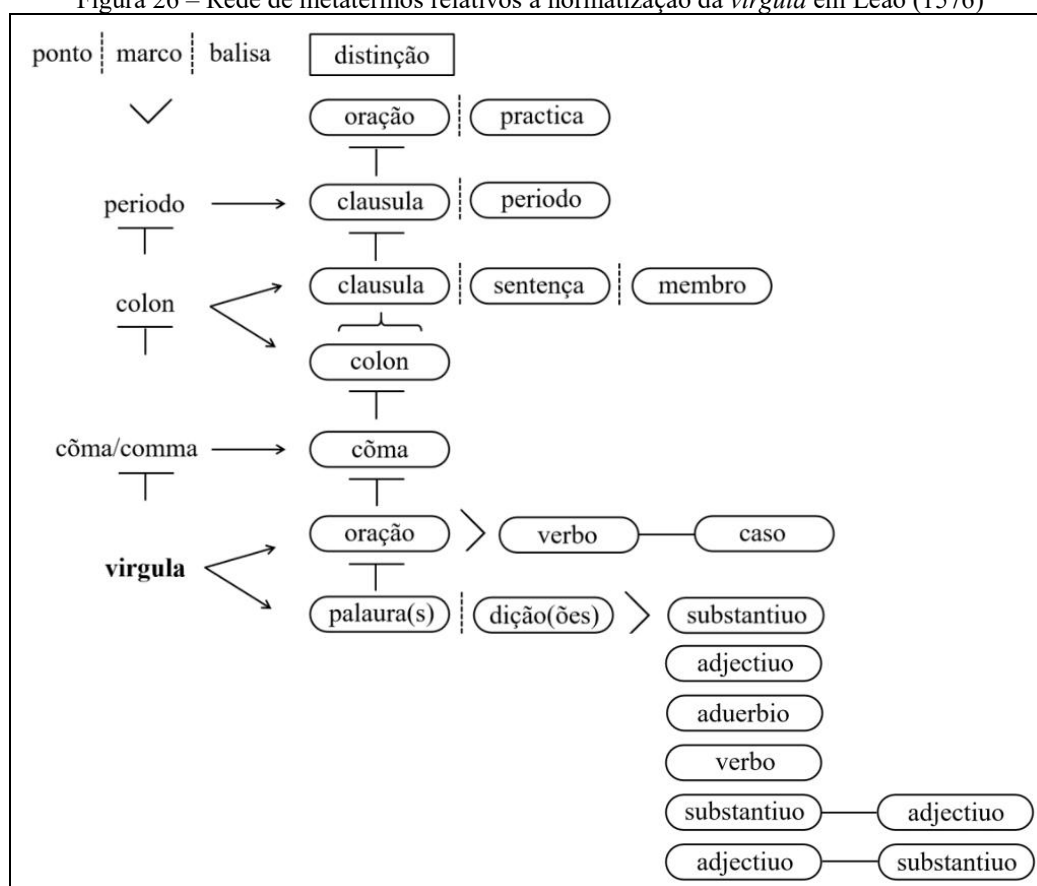


Elaboração própria (2025)

A ortografia gandaviana, como representado na Figura 25, utiliza dois dos metatermos hiperonímicos com que Barros (1540) já designava os sinais de pontuação: “distinção” e “ponto”. O primeiro deles aponta uma segunda convergência terminológica com o gramático, a incidência de um duplo valor nocional para “distinção”, também empregado para remeter à função básica que o ortógrafo atribui à sua tríade. Ao denominar os pontos que a constituem, exceto por “virgula”, Gandavo (1574) opta por metatermos que remetem a uma descrição literal de seus símbolos: “dous pontos” e “hum ponto”. Mantém, contudo, entre eles a construção progressiva de uma hierarquia cujo critério de diferenciação mais explícito é a demarcação de pausas.

Os graus de completude de sentido também são sugestionados, mas apenas a unidade delimitada pelo sinal mais forte recebe metatermo técnico. Trata-se da “sentença”, assumida como sinônimo aproximado de “clausula”, ainda que historicamente o primeiro esteja associado a uma construção mais semântica e menos rítmica da frase. Aos segmentos linguísticos distinguidos por *dous pontos* e *virgula*, Gandavo (1574, n.p.) limita sua referência a um vocabulário de baixa precisão semântica: esta separa “hũa parte da outra proseguindo pela sentença todas as vezes que for necessario”, enquanto aquela é apropriada a “algũs lugares, onde se fezer mais pausa”.

É finalmente em Leão (1576), conforme indica a Figura 26, que os metatermos retóricos desdobram-se numa metalinguagem gramatical que fornece ao leitor indícios um pouco mais precisos acerca do funcionamento sintático-semântico da *virgula*:

Figura 26 – Rede de metatermos relativos à normatização da *virgula* em Leão (1576)

Elaboração própria (2025)

Na Figura 26, “ponto” segue como metatermo hiperonímico que designa os sinais de pontuação, mas seus sinônimos em Leão (1576) passam a ser “marco” ou “balisa”, em vez dos antecessores “sinal” ou “distinção” (cf. Figura 24 e Figura 25). A permanência deste último para indicar a função desempenhada pela pontuação testemunha a adesão a uma tradição retórica que, ao longo de todo o século 16, se pauta numa concepção de escrita como um domínio de difícil dissociação ante as práticas orais. Outra evidência desse vínculo é o uso do metatermo “oração”, sinônimo de “practica”, para remeter ao discurso em sentido lato, no qual se insere tanto a fala, demarcada por pausas e silêncios, quanto a sua representação pela escrita.

Apesar de adotar o metatermo “virgula” para o sinal de nível inferior de sua tríade, Leão (1576), além de incorporar os clássicos “côma/comma” e “colon” para os níveis imediatamente superiores, integra a seu inventário o também clássico “periodo”, conferindo-lhe uma abordagem periférica em relação aos outros sinais. Com tal inclusão, o ortógrafo acrescenta um nível de distinção superior à unidade frástica, designado pelo homônimo “periodo”, constituído de um conjunto de cláusulas, numa aproximação do atual “parágrafo”. Embora consista num valor menos recorrente na obra, essa unidade pode ser denominada



“clausula”. Todavia, seu significado predominante é o de uma sequência linguística de sentido completo, tanto finalizada por uma unidade quanto delimitada por um sinal denominados ambos “colon”, podendo, ainda, ser designada “sentença” ou “membro”. Em apenas uma ocasião, quando introduz um exemplo no qual “hum colon [pode cõprehender] muitos cõmas”, Leão (1576, f. 76r) atribui um metatermo (homônimo) à unidade delimitada pelo sinal intermediário da tríade, antes descrita como “sentença suspensa, & não acabada”. No nível inferior ao “cõma”, finalmente estão situadas as unidades cuja distinção cabe à *virgula*: a “oração” e a “palaura” ou “dição”.

Descrevendo essas unidades a partir da tradicional terminologia das partes do discurso e dos casos latinos, cara às gramáticas de linhagem latinizada, Leão (1576) concebe “oração” através da relação entre o verbo e os casos por ele regidos, além de indicar cinco configurações possíveis para “palaura” ou “dição”, quando passível de separação por *virgula*. As quatro primeiras são unidades formadas por uma única palavra classificadas pelos metatermos “substantiuo”, “adjectiuo”, “aduerbio” e “verbo”, ao passo que a última configuração combina palavras classificadas como “substantiuo” e “adjectiuo” em quaisquer das duas ordens de disposição possíveis entre elas.

Por fim, quanto à *modelização didática*, os textos de apresentação das três obras contemplam elementos que permitem identificar o perfil dos leitores que seus autores buscam alcançar, o que impacta na seleção de estratégias de apresentação e formas de abordagem, embora nem sempre seja possível identificar as motivações subjacentes a essas escolhas.

Duas das obras o fazem de forma direta, sem deixar margem para dúvidas, chegando a indicar algumas opções teórico-metodológicas movidas por uma tentativa de adequação ao público-alvo previamente definido. É o caso de Barros (1540), que concebe sua *Grammatica* como parte de um material didático mais amplo voltado para a educação infantil, e Gandavo (1574), que direciona suas *Regras* àqueles que não dominam a língua e a gramática latina. É por isso que ambos anunciam a mobilização de estratégias de apresentação que visam tornar o texto acessível a quem se inicia nos estudos gramaticais. Nesse sentido, propõem o uso de uma linguagem simples e concisa e uma seleção de conteúdos restrita aos conhecimentos efetivamente necessários ao ensino elementar da gramática e da ortografia do português. Com efeito, tanto Barros (1540) quanto Gandavo (1574) dão aos capítulos especializados em pontuação a feição prenunciada na abertura de suas obras, exceto pela ausência dos exemplos que o segundo anunciara como relevantes a “estes que escassamente sabem que cousa he nome, & que cousa he verbo” (Gandavo, 1574, n.p.). Os capítulos ocupam a extensão de um

fólio e meio em Barros (1540) e de dois fólhos em Gandavo (1574), sendo que, neste último, apenas um compõe o capítulo especificamente destinado aos sinais de sua tríade.

Ademais, os dois autores são bastante diretos na exposição das definições que pretendem apresentar, principalmente Gandavo (1574). Todo o texto do ortógrafo, no capítulo sobre pontuação, compõe um único parágrafo, que, já na primeira frase, estabelece uma regra sobre o uso de maiúscula em início de linha (como se acompanhasse o movimento de alguém que começa a escrever um texto). Desde aqui, irrompe o tom prescritivo – “[...] sempre se vsará [...]” (Gandavo, 1574, n.p.) – que se sobressai na escrita gandaviana. Em seguida, o autor elenca as “tres maneiras de distinções” (Gandavo, 1574, n.p.), incluindo a *virgula*, com seus respectivos símbolos, e apresenta as funções que coletivamente lhes compete e as definições contrastivas, que tomam a forma de regras que prescrevem quando se deve empregar cada sinal da tríade – “Da virgula se vsará [...]” (Gandavo, 1574, n.p.) –, retornando, ao final, à questão das maiúsculas. No que diz respeito ao estilo da linguagem utilizada por Gandavo (1574), o recurso à metalinguagem técnica é extremamente reduzido (cf. Figura 25) e prevalecem frases com estruturação sintática menos rebuscada, o que é perceptível pelo padrão pontuacional que a delineia, quase sempre apenas com uso de *virgula* e *hum ponto*.

A organização de conteúdos no capítulo de Barros (1540) se assemelha à de Gandavo (1574), sendo, contudo, menos sintética. Ele acrescenta um parágrafo inicial em que aborda as funções da pontuação e sua relevância para a ortografia e parte de um parágrafo final em que analisa orações anfíbológicas em português e em latim, uma condição que, segundo afirma na abertura do capítulo, pode ser ocasionada pela ausência de pontuação. Interpõem-se a essas duas partes a lista do inventário pontuacional normatizado pelo autor, as definições contrastivas dos sinais da tríade, com suas “figuras” e, ainda, definições seguidas de exemplos de uso do *parentesis* e da *interrogaçám*. Em todo o texto, o tom de Barros (1540) é mais descritivo que prescritivo, apesar da inegável finalidade normativa inerente à natureza de sua obra. Em geral, as frases informam sobre os usos da tradição clássica – “Os latinos, tem estes pontos [...]” (Barros, 1540, f. 49r) – ou sobre como cada sinal opera no âmbito da cláusula – “Estam entre as cortaduras que sam estes dous pontos: hũas zeburas assy, aque chamamos distinções das partes da clausula” (Barros, 1540, f. 49v).

O prólogo de Leão (1576) não indica um público-alvo específico, limitando-se a argumentar sobre a necessidade de uma obra como a sua ante a falta de conhecimento ortográfico dos portugueses, sobretudo na comparação com aqueles que viveram durante a Antiguidade greco-latina. Ainda assim, o tom especulativo das ponderações teóricas com as quais constrói seu texto de apresentação, junto à presença massiva de referências a

intelectuais romanos (cf. Quadro 37, na subseção 4.4), permite inferir o endereçamento da *Orthographia da lingua portvgvesa* a um universo de leitores de maior erudição. Esse perfil se reflete no aprofundamento que o autor, num capítulo que estende por cinco fôlios, confere ao tratamento teórico-normativo da pontuação, sobretudo de *virgula*, *côma* e *colon*. Na distribuição de conteúdos, as principais diferenças de Leão (1576) em relação às obras que o antecedem são a apresentação de regras particulares aos sinais da tríade, especialmente minuciosas no caso da *virgula*, e a atenção destinada aos exemplos tanto nas definições contrastivas quanto no quadro normativo de cada sinal. Estes não apenas são abundantes, ilustrando as diferentes combinações possíveis para os sinais da tríade numa cláusula, mas também, muitas vezes, são acompanhados de descrições ou explicações do autor.

No tocante às formas de abordagem, para além do já mencionado aprofundamento implementado por Leão (1576), há mais aproximações do que divergências entre os instrumentos linguísticos quinhentistas.

Na organização macroestrutural das obras, os três incluem a pontuação como fenómeno pertinente à ortografia da língua, com Barros (1540) e Leão (1576) destinando-lhe o capítulo final e Gandavo (1576) quatro capítulos ainda no primeiro terço das *Regras*. Na microestrutura dos capítulos, a vírgula tem lugar de destaque no inventário pontuacional normatizado pelos três autores, integrando uma tríade à qual cabe o delineamento prosódico e, principalmente, sintático-semântico da estrutura frástica, cuja classificação oscila predominantemente entre os metatermos “clausula”, “sentença” e “período”. *Uirgula/Virgula*, *côma/comma* e *cólo/colon* (cf. Barros, 1540; Leão, 1576) ou *virgula*, *dous pontos* e *hum ponto* (cf. Gandavo, 1574) implicitamente constituem uma classe, a dos pontos da cláusula, por serem todos eles afetados por particularidades retóricas associadas às *distinctiones* latinas.

Ainda no campo das formas de abordagem, foi possível identificar nos três instrumentos linguísticos que a normatização da vírgula se respalda numa argumentação caracterizada por: i) um enfoque ora formal, ora funcional, transicionando-se de mais funcional a mais formal ao longo do século; ii) uma abordagem de alcance transcendente, em que o aparato descritivo e categorial greco-latino se ajusta ao vernáculo; e iii) uma formulação dos resultados da análise gramatical centrada em definições contrastivas, que ocupam o lugar das regras, principalmente nas duas primeiras obras, que não apresentam, como Leão (1576), quadro normativo com regras e exemplos particularmente concebidos para a *uirgula/virgula*. Tendo em vista que os dois últimos aspectos da argumentação já foram contemplados nos apontamentos tecidos ao longo desta síntese analítica, finalizo-a pormenorizando as conclusões acerca do primeiro aspecto, o tipo de enfoque.

O enfoque formal é perceptível na circunscrição da vírgula a um sistema triádico cujos elementos são reciprocamente definidos em função da estruturação sintático-semântica das unidades linguísticas por eles delimitadas. Entretanto, os parâmetros que condicionam essa estruturação, oriundos da retórica clássica e indissociáveis da construção oral do discurso, acabam por também implicar a normatização desse sinal numa dimensão externa a esse sistema. A longevidade do metatermo “distinção”, cuja presença nas obras inaugurais da gramaticografia portuguesa evidencia o secular lastro temporal que as separa daquelas que originalmente o empregaram durante a Antiguidade, é especialmente representativa desse imbricamento entre forma e função na elaboração do quadro normativo em que se insere a vírgula. Afinal, distinguindo-se as cláusulas, estabelecem-se fronteiras entre unidades, instituem-se pausas e descansos de voz, favorece-se a compreensão e até mesmo a memorização de quem lê e ouve. Em Barros (1540), o enfoque funcional se expressa mais fortemente quando, ao analisar a dupla de frases diversamente pontuada (cf. Quadro 32, na subseção 4.2), o gramático coloca os sinais da tríade a serviço da propagação de um discurso herético ou cristão. A tendência de Gandavo (1574) a enfatizar o aspecto prosódico da *virgula* no contraste com *dous pontos* e *hum ponto* em detrimento do aspecto sintático-semântico, sugestionado por um vocabulário não técnico e por uma metalinguagem bastante econômica, também aponta para o predomínio da função sobre a forma.

Em Leão (1576), contudo, a definição triádica com base nas “distinções” em que a *virgula* se situa é desdobrada num conjunto de regras peculiares a esse sinal que se fundamentam na palavra como unidade de análise ou, mais especificamente, numa sintaxe concebida como combinação formal das partes do discurso. É por isso que, apesar de não dispensar a remissão ao discurso externo ao sistema linguístico – ele, inclusive, abre o capítulo traçando um paralelo entre o ato de pontuar a escrita e as “distinções de pausas, & silencio” que “naturalmente” se instituem no “processo da oração, ou practica” (Leão, 1576, f. 74r) –, o enfoque da argumentação de Leão (1576) é predominantemente formal.

Os achados da pesquisa sintetizados ao longo desta última seção permitem asseverar que o processo de normatização da vírgula na gramaticografia lusitana do século 16 não reflete, como sugerem as histórias panorâmicas da pontuação ocidental (cf. subseção 1.1.3), o avanço progressivo da sintaxe sobre a prosódia, tendo em vista que essas duas dimensões coocorrem sem qualquer disputa de espaço entre elas. Parece que a definição pausal de vírgula pouco se modifica entre Barros (1540) e Leão (1576). A instituição de pausas de menor intensidade, embora esteja associada a esse sinal gráfico ao longo de todo o século investigado (situação que perdura até os nossos dias), não é critério exclusivo nem mesmo

predominante para o seu emprego. Como já demonstrado na seção anterior (cf. subseção 4.3) e retomado na síntese analítica desta seção final, é apenas no quadro normativo de Gandavo (1574) que o condicionamento prosódico se sobressai (e isso ocorre ante a extrema imprecisão terminológica com que o ortógrafo faz referência à distinção do contínuo escrito pela vírgula).

Desde as primeiras iniciativas de regulamentar os usos da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa, os instrumentos de gramatização constroem uma norma assentada em critérios sintático-semânticos definidos em função do grau de completude de sentido expresso pelas unidades linguísticas constitutivas da estrutura frástica. Sob o prisma teórico da retórica clássica, os parâmetros de segmentação e hierarquização interna dessa estrutura – designada pelos metatermos “cláusula”, “período” e/ou “sentença” – são legatários de uma cultura escrita cuja forma de circulação prioritária era a leitura em voz alta. Assim, ainda no século 16, a composição de uma dada arquitetura frasal, incluindo sua pontuação, era parte de um processo de escrita que estava a serviço do efeito persuasivo que se desejava alcançar com a publicização oral do texto em elaboração. Como reflexo do forte entrelaçamento entre os domínios da oralidade e da escrita, a norma quinhentista portuguesa faz da vírgula um sinal que, ao evidenciar as fronteiras de estruturas de sentido incompleto, atua na construção do ritmo da elocução oral, seja porque as unidades do *periodus* retórico se definem por uma constituição simultaneamente sintático-semântica e fonética, seja porque as delimitações operadas pelo uso da vírgula impõem ao leitor pausas de curta duração. Mesmo quando a preocupação com a dimensão rítmica da estrutura frástica parece se atenuar, com Gandavo (1574) e Leão (1576), a normatização da vírgula permanece, em certa medida, conceitualmente modelada pela retórica clássica, o que pode ser percebido por sua inserção em tríades pontuacionais e pelo uso de metatermos como “distinção”, “coma”, “colo”, “período” e “cláusula”.

Considerando, portanto, que, além de pouco modificada ao longo do tempo, a dimensão prosódica da vírgula é indissociável de sua dimensão sintático-semântica (esta, sim, alvo de significativas transformações), defendo a tese de que *o processo de normatização da vírgula no século que inaugura o seu desenvolvimento no contexto lusófono foi impulsionado por mudanças na forma como as unidades internas à estrutura frástica delimitadas por esse sinal gráfico são descritas*. Para cumprir essa tarefa, as três obras do período investigado, produtos da gramaticografia de linhagem latinizada (cf. subseção 2.7.1), recorrem à tradição greco-latina, paulatinamente – de Barros (1540) a Leão (1576) – conformando o aparato categorial e conceitual da retórica clássica ao modelo de descrição gramatical que, centrado

nos casos latinos, concebe a sintaxe como combinação das partes do discurso. Esse percurso, em que a gramática ganha espaço numa normatização originalmente alicerçada na retórica – e, por isso mesmo, em que o enfoque formal vai pouco a pouco suplantando o enfoque funcional da argumentação –, pode ser evidenciado pelas mudanças no modo como as suboperações do processo de calibragem teorizados por Swiggers (2021) (cf. subseção 2.7.2) incidem sobre os segmentos linguísticos cuja distinção é delegada à vírgula:

- i) Quanto à *denominação*, as unidades delimitadas por vírgula, que não têm designação própria no início do século 16, passam, a depender de sua constituição interna, a ser denominadas “palavra”/“dição” ou “oração” ao final do século;
- ii) Quanto à *caracterização*, às unidades delimitadas por vírgula é atribuído, ao longo de todo o século 16, o mais baixo grau de completude de sentido, considerando-se uma escala de três níveis, associados às unidades delimitadas pelos sinais com os quais a vírgula compõe uma tríade pontuacional. Assumida como intuitiva, a noção de sentido incompleto que caracteriza as unidades delimitadas por vírgula ganha, ao final do século, contornos mais precisos, com parâmetros de natureza formal, devido às formas de denominação, de segmentação e de categorização que passam a incidir sobre elas.
- iii) Quanto à *segmentação*, as unidades delimitadas por vírgula, tal como descritas pelas normatizações do início do século 16, não são divisíveis em unidades menores e passam, ao final do século, a ser segmentadas em palavras ou partes do discurso.
- iv) Quanto à *categorização*, as unidades delimitadas por vírgula, sobre as quais não incide nenhum tipo de organização em classes no início do século 16, passam a ser categorizadas, ao final do século, de acordo com as partes do discurso e os casos latinos em que se enquadram as palavras que compõem os segmentos linguísticos separados por vírgula. A partir de então, eles são classificados como oração, quando constituídos da combinação de um verbo com um caso latino por ele regido, ou como substantivo, adjetivo, advérbio ou verbo.
- v) Quanto ao *estabelecimento de relações* e à *hierarquização*, as unidades delimitadas por vírgula, no início do século 16, se relacionam de maneira que, juntas, formam uma unidade de sentido com grau de completude intermediário, por sua vez delimitada pela *côma*. Com a relativa autonomização da vírgula em relação ao emprego do sinal que lhe é imediatamente superior na tríade pontuacional (*dous pontos* ou *côma/comma*), torna-se possível, ainda em termos retóricos, que a justaposição de unidades delimitadas por vírgula já constitua o sentido completo da estrutura frástica (cláusula ou sentença). A

culminância desse processo de autonomização aliada, no final do século, à aplicação da terminologia das partes do discurso e dos casos latinos à construção de um quadro normativo específico para a vírgula abre espaço para o estabelecimento de novos tipos de relações entre os segmentos linguísticos delimitados por esse sinal gráfico e entre as palavras que os compõem internamente. A despeito da permanência da hierarquia entre os diferentes graus de completude de sentido expressos pelas unidades delimitadas por cada sinal da tríade pontuacional, a soma das unidades delimitadas por vírgula numa mesma estrutura frástica passa a não necessariamente formar uma unidade de sentido de nível superior (seja aquela delimitada por *côma/comma*, seja toda a cláusula, período ou sentença). Isso ocorre quando a vírgula indica a enumeração de segmentos justapostos que se equivalem sintaticamente por serem formados por palavras classificadas numa mesma parte do discurso (substantivos, adjetivos, advérbios ou verbos) e num mesmo caso latino (para as partes do discurso passíveis dessa classificação) ou por uma mesma combinação sintagmática (substantivo e adjetivo associados por concordância ou verbo e caso associados por regimento), podendo em todas as configurações ser acompanhados ou não de palavras gramaticais (artigos, preposições e/ou conjunções). Nessas circunstâncias, além da equivalência sintática entre os segmentos delimitados, a vírgula pode evidenciar relações hierarquizadas entre as palavras que os compõem (entre substantivo e adjetivo, entre verbo e caso, entre palavras gramaticais e as partes do discurso que elas acompanham) ou entre cada segmento delimitado e uma palavra que o antecede (adjetivos vinculados a um mesmo substantivo anterior, advérbios vinculados a um mesmo verbo anterior, palavras ou sintagmas vinculados a uma mesma preposição anterior).

As conclusões acima elencadas demonstram que o processo de normatização da vírgula, com o avanço do aparato categorial e conceitual da tradição gramatical sobre o da tradição retórica, passa a ser concretizado pela incidência das cinco suboperações de calibragem sobre as unidades linguísticas delimitadas pela pontuação. Ao final do século 16, elas se tornam alvo de denominação, de segmentação e de categorização, além de serem perceptíveis tanto um maior detalhamento de sua caracterização quanto, principalmente, uma diversificação do estabelecimento de relações e das formas de hierarquização que o uso da vírgula institui.

O fato de todas essas mudanças, centrais para se compreender o objeto de estudo desta tese, dizerem respeito ao funcionamento sintático-semântico da vírgula atesta a pertinência de

que futuras investigações historiográficas sobre sua normatização sejam integradas à história da sintaxe. Ao constatar que o modelo sintático centrado nos casos latinos (ou nas relações formais de concordância e regência) impacta diretamente as formas de pontuar prescritas para o emprego da vírgula na gramaticografia portuguesa do século 16, esta tese aponta para a necessidade de realização de pesquisas que se debrucem sobre periodizações posteriores sob a perspectiva da HL. Vislumbro duas possíveis contribuições desses empreendimentos investigativos para a historiografia da gramaticografia luso-brasileira: aprofundar as relações entre a normatização da vírgula e a epistemologia das gramáticas de linhagem latinizada por meio da análise de obras publicadas ao longo dos séculos 17 e 18; e averiguar se e como os modelos sintáticos centrados em relações lógicas, os quais, no contexto luso-brasileiro, emergem nas gramáticas publicadas a partir do século 19, impactam a construção de normas de uso da vírgula no sistema de pontuação da língua portuguesa. Penso que colocar a sintaxe no centro da investigação, sem negligenciar sua interface com a prosódia, é essencial para dar forma a um resgate cientificamente fundamentado da história da vírgula, que permita ao pesquisador contemporâneo atar os laços ainda pouco conhecidos entre os diferentes quadros normativos que se produziram desde os primórdios da gramatização portuguesa, foco desta pesquisa, até os dias de hoje.



## REFERÊNCIAS

### (i) Fontes primárias

BARROS, João de. **Grammatica da lingua Portuguesa**. Lisboa: Olyssippone: Apud Ludouicum Rotorigiũ Typographum, 1540. 60 f. Disponível em: <https://purl.pt/12148>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Regras qve ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua**. Lisboa: Officina de Antonio Gonçaluez, 1574. [36 f.] Disponível em: <https://purl.pt/12144>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LEÃO, Duarte Nunes de. **Orthographia da lingoa Portvgvesa**. Lisboa: Ioão de Barreira Impressor delRei N.S., 1576. 78 f. Disponível em: <https://purl.pt/15>. Acesso em: 08 jan. 2025.

### (ii) Fontes secundárias

ÆACIDES. In: DICIONÁRIO de latim-português. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

ALTMAN, Cristina. A historiografia da gramática e a sua metalinguagem. In: VIEIRA, Francisco Eduardo; BAGNO, Marcos (org.). **História das línguas, história da linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco**. São Paulo: Parábola Editorial, 2020. p. 125-142.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2004. 380 p.

ALTMAN, Cristina. Filologia e linguística outra vez. In: ALTMAN, Cristina. **A guerra fria estruturalista: estudos em historiografia linguística brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021. 264 p.

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526>. Acesso em: 28 out. 2024.

ALTMAN, Cristina. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista argentina de historiografia lingüística**, Argentina, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009. Disponível em: <https://www.rahl.ar/index.php/rahl/article/view/12>. Acesso em: 28 out. 2024.

[ÁLVARES], F[rancisca] de C[hantal]. **Breve Compendio da Gramatica Portugueza para o uso das meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação em Lisboa**. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1786. Disponível em: [https://pml.cel.utad.pt/ViewEntry.aspx?id\\_entry=104](https://pml.cel.utad.pt/ViewEntry.aspx?id_entry=104). Acesso em: 21 fev. 2025.

ÁLVAREZ DE MIRANDA, Pedro. ¿Quién publicó la Gramática castellana de Nebrija a mediados del XVIII? **Bulletin hispanique**, Bordeaux, v. 104, n. 1, p. 41-69, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.3406/hispa.2002.5101>. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/hispa\\_0007-4640\\_2002\\_num\\_104\\_1\\_5101](https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_2002_num_104_1_5101). Acesso em: 03 abr. 2025.

ARAÚJO-CHIUCHI, Ana Carolina. **Usos não-convencionais da vírgula em textos de alunos de quinta série/sesto ano do ensino fundamental**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). São José do Rio Preto, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/86551>. Acesso em: 03 nov. 2024.

ARAUJO, Gabriel Antunes de. Apresentação. In: BARROS, João de. **Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja**: 1539 ou gramática da língua portuguesa. Edição crítica, leitura modernizada e reprodução fac-similar: Gabriel Antunes de Araujo. São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/29665508/Cartinha\\_Com\\_os\\_Preceitos\\_e\\_Mandamentos\\_pdf](https://www.academia.edu/29665508/Cartinha_Com_os_Preceitos_e_Mandamentos_pdf). Acesso em: 28 mar. 2025.

ARRIBAS REBOLLO, Julián. La *sententia* en la preceptiva española del siglo XVI. In: RAMÍREZ VIDAL, Helena Beristáin-Gerardo (comp.). **Los ejes de la retórica**. México: Instituto de Investigaciones Filológicas/Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. p. 193-208.

ASSUNÇÃO, Carlos; KEMMLER, Rolf; FERNANDES, Gonçalo; COELHO, Sónia; FONTES, Susana; MOURA, Teresa. Estudo introdutório. In: ASSUNÇÃO, Carlos; KEMMLER, Rolf; FERNANDES, Gonçalo; COELHO, Sónia; FONTES, Susana; MOURA, Teresa (ed.). **As Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo**: estudo introdutório e edição. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019. Disponível em: [https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL\\_Orto%CC%81grafos-Portugueses\\_1-1.pdf](https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_1-1.pdf). Acesso em: 18 abr. 2025.

ASSUNÇÃO, Carlos; KEMMLER, Rolf; FERNANDES, Gonçalo; COELHO, Sónia; FONTES, Susana; MOURA, Teresa. Estudo introdutório. In: ASSUNÇÃO, Carlos; KEMMLER, Rolf; FERNANDES, Gonçalo; COELHO, Sónia; FONTES, Susana; MOURA, Teresa (ed.). **A Orthographia da lingoa portvgvesa (1576) de Duarte Nunes de Leão**: estudo introdutório e edição. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019. Disponível em: [https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL\\_Orto%CC%81grafos-Portugueses\\_2.pdf](https://www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_2.pdf). Acesso em: 01 mai. 2025.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. 144 p.

AUROUX, Sylvain. Grammatisation. **Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage**, [S. l.], seconde série, n. 11, p. 5-6, 1995. DOI: <https://doi.org/10.3406/hel.1995.3396>. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0247-8897\\_1995\\_num\\_11\\_1\\_3396](https://www.persee.fr/doc/hel_0247-8897_1995_num_11_1_3396). Acesso em: 12 jul. 2025.

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 11. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja**. Lisboa: Casa de Luis Rodriguez, 1539. [59 p.]. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/14469>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BARRETO, João Franco. **Ortografia da lingva portvgveza**. Lisboa: Officina de Ioam da Costa, 1671. 292 p. Disponível em: <https://purl.pt/18>. Acesso em: 08 jan. 2025.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 360 p.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. As ideias linguísticas de Duarte Nunes do Leão: contribuições à gramaticografia em língua portuguesa. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 35-56, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.v2i53.221>. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/221>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020. 117 p.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 81-138.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo: Cortez, 2013. 120 p.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 708 p.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 672 p.

BORGES NETO, José. **História da gramática**. Curitiba: Editora da UFPR, 2022. 529 p.

BOURGAIN, Pascale. Rapports de la ponctuation avec la construction grammaticale. **Archivum latinitatis medii aevi**, Genève, tome 77, p. 159-191, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3406/alma.2019.2573>. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/alma\\_0994-8090\\_2019\\_num\\_77\\_1\\_2573](https://www.persee.fr/doc/alma_0994-8090_2019_num_77_1_2573). Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Diário Oficial de 11/05/1959. Rio de Janeiro: MEC, 1959. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. 363 p.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa: Ministério da Educação, 1978. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e-ciencia/166-166/file.html>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. *In*: GANDAVO, Pero de Magalhães de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa**: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Edição fac-similada da 1ª edição. Introdução: Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. Disponível em: <https://purl.pt/324>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. *In*: LEÃO, Duarte Nunes de. **Ortografia e origem da língua portuguesa**. Introdução, notas e leitura: Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1983. 335 p.

BUTTERFIELD, Herbert. **The whig interpretation of history**. New York: The Norton Library, 1965. 132 p.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 333 p.

CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. Pontuação: orientação de uso pela ótica dos gramáticos ao longo do tempo. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 15., 2011, Rio de Janeiro. **Cadernos [...]**. Rio de Janeiro, tomo 1, v. 15, n. 5, 2011. p. 897-927. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_1/79.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/79.pdf). Acesso em: 29 out. 2024.

CARDOSO, Rogério Augusto Monteiro. **A metalinguagem e as terminologias para descrição sintática na história da Gramática Tradicional, desde a Antiguidade Clássica até o Portugal oitocentista**. 648 f. Tese (Doutorado em Linguística). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-22082023-124620/pt-br.php>. Acesso em: 17 out. 2024.

CARVALHO, Amorim de. **Tratado de versificação portuguesa**. 8. ed. Porto: 5 Livros, 2024. 156 p.

CATACH, Nina. **La punctuation**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

CAVALIERE, Ricardo. **A gramática no Brasil**: ideias, percursos e parâmetros. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. 176 p.

CAVALIERE, Ricardo. **História da gramática no Brasil**: séculos XVI a XIX. Petrópolis: Vozes, 2023. 656 p.

CAVALIERE, Ricardo. O tema da influência em historiografia da linguística. *In*: BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Questões em historiografia da linguística**: homenagem a Cristina Altman. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 133-148. Disponível em: <https://cedoch.fllch.usp.br/livro-questoes-em-historiografia>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CHACON, Lourenço. **Ritmo da escrita**: uma organização do heterogêneo da linguagem. 379 f. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem –

Universidade Estadual de Campinas, 1996. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/105691>. Acesso em: 14 out. 2024.

CHARPIN, François. Les latins et la notion de phrase grammaticale. **L'information grammaticale**, Paris, n. 3, p. 29-32, out. 1979. DOI: <https://doi.org/10.3406/igram.1979.2518>. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/igram\\_0222-9838\\_1979\\_num\\_3\\_1\\_2518](https://www.persee.fr/doc/igram_0222-9838_1979_num_3_1_2518). Acesso em: 25 abr. 2025.

CHAPANSKI, Gissele. **Uma tradução da *Tékhne grammatikē*, de Dionísio Trácio, para o português**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Curitiba, Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Paraná, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24818>. Acesso em: 21 abr. 2025.

COELHO, Olga Ferreira; HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. Historiografia Linguística. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (org.). **Ciências da linguagem: o fazer científico?** v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 381-407.

COELHO, Shirlene Ferreira. **A pontuação nas Minas setecentistas**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte, Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-AY8QVR>. Acesso em: 29 out. 2024.

COELHO, Shirlene Ferreira; COELHO, Sueli Maria. Minas Setecentistas: breve estudo sobre a pontuação em livros de compromisso das irmandades de Nossa Senhora do Amparo de Paracatu e de Diamantina. **Caletroscópio**, Ouro Preto, v. 6, n. esp., p. 113-132, 2018. DOI: <https://doi.org/10.58967/caletroscopio.v6.nesp.2018.3909>. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/caletroscopio/article/view/3909>. Acesso em: 29 out. 2024.

COELHO, Sônia; KEMMLER, Rolf. A grammatica philosophica da língua portuguesa de Jerônimo Soares Barbosa e suas edições. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 9-34, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.v2i53.208>. Disponível em: <https://confluencia.emnuvens.com.br/rc/article/view/208>. Acesso em: 25 fev. 2025.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução: Marli Quadros Leite; Jacqueline Léon. São Paulo: Contexto, 2017. 304 p.

COLOMBAT, Bernard. L'énoncé (*oratio*) dans la tradition grammaticale latine, et spécialement chez Priscien, Scaliger et Sanctius. **Langages**, [S. l.], n. 205, p. 87-102, 2017. Disponível em: [https://shs.cairn.info/article/LANG\\_205\\_0087?lang=fr](https://shs.cairn.info/article/LANG_205_0087?lang=fr). Acesso em: 25 abr. 2025.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Pontuação: sobre seu ensino e concepção. **Leitura Teoria e Prática**, Campinas, ano 13, n. 24, dez. 1994.

CRESPO FAJARDO, José Luis. Arqueología de la arquitectura griega en el tratado de *Varia Commensuracion* de Juan de Arfe. **Arqueología Iberoamericana**, Graus, v. 40, p. 93-100, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3476919>. Disponível em: <https://www.laiesken.net/arqueologia/archivo/2018/4010>. Acesso em: 02 mai. 2025.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. 762 p.

CUNHA, Karina Zendron da; PORTO, Martha Machado. Pausa para respirar: o papel da pontuação na leitura. *In*: OLIVEIRA, Roberta Pires de; QUAREZEMIN, Sandra (org.). **Artefatos em gramática**: ideias para aulas de língua. Florianópolis: DLLV/CCE/UFSC, 2020. p. 131-164. Disponível em: <https://negr.paginas.ufsc.br/files/2020/05/Artefatos-em-gram%C3%A1tica.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

DAHLET, Véronique. A pontuação e as culturas da escrita. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 8, p. 287-314, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i8p287-314>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59757>. Acesso em: 09 out. 2024.

DAHLET, Véronique. A pontuação e sua metalinguagem gramatical. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.10.1.29-41>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/28879>. Acesso em: 08 out. 2024.

ESCAVY ZAMORA, Ricardo. A propósito del concepto de cláusula en el siglo XIX. *In*: GARCÍA MARTÍN, José María (dir.); GAVIÑO RODRÍGUEZ, Victoriano (ed.). **Las ideas y realidades lingüísticas en los siglos XVIII y XIX**. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2009. p. 141-156. Disponível em: <https://rodin.uca.es/handle/10498/27756>. Acesso em: 02 abr. 2025.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. La recuperación de la obra gramatical de Nebrija en el siglo XVIII. *In*: GÓMEZ ASECIO, José J. (dir.). **El castellano y su codificación gramatical**: III: de 1700 a 1835. [Burgos]: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2011. p. 99-124. Disponível em: [https://www.academia.edu/19238700/La\\_recuperaci%C3%B3n\\_de\\_la\\_obra\\_gramatical\\_de\\_Nebrija\\_en\\_el\\_siglo\\_XVIII](https://www.academia.edu/19238700/La_recuperaci%C3%B3n_de_la_obra_gramatical_de_Nebrija_en_el_siglo_XVIII). Acesso em: 03 abr. 2025.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. 400 p.

FARACO, Carlos Alberto.; VIEIRA, Francisco Eduardo. A linhagem empirista na gramaticografia do século 18. **Revista da ABRALIN**, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 464-492, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1963>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1963>. Acesso em: 30 dez. 2024.

FERREIRA, Emily Gonçalves de Medeiros. **Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas**. 232 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22643>. Acesso em: 23 jan. 2025.

FERREIRA, José Ribeiro. Artemísion de Éfeso. *In*: FERREIRA, José Ribeiro; FERREIRA, Luísa de Nazaré (org.). **As sete maravilhas do mundo antigo**: fontes, fantasias e reconstituições. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 55-68.

FONSECA, Maria do Céu. Conceitos-chave do discurso historiográfico português sobre a sintaxe. In: TEIXEIRA, Madalena (org.). **Estudos da língua portuguesa: a união na diversidade**. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém/Escola Superior de Educação, 2019. p. 99-129. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/3142>. Acesso em: 05 jan. 2025.

GÓMEZ ASENCIO, José J.; MONTORO DEL ARCO, Esteban T.; SWIGGERS, Pierre. Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografía lingüística. In: CALERO, María Luisa; ZAMORANO, Alfonso; PEREA, F. Javier; GARCÍA MANGA, M<sup>a</sup> del Carmen; MARTÍNEZ-ATIENZA, María (ed.). **Métodos y resultados actuales en historiografía de la lingüística**. v. 1. Münster: Nodus Publikationen, 2014. p. 266-301.

GÓMEZ ASENCIO, José; GONÇALVES, Maria Filomena. Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 68-118, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.v1i49.80>. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/80>. Acesso em: 23 mar. 2025.

GÓMEZ CERVANTES, María del Mar. La retórica en el siglo XIX: reducción y crisis. In: GARCÍA MARTÍN, José María (dir.); GAVIÑO RODRÍGUEZ, Victoriano (ed.). **Las ideas y realidades lingüísticas en los siglos XVIII y XIX**. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2009. p. 245-260. Disponível em: <https://rodin.uca.es/handle/10498/27756>. Acesso em: 02 abr. 2025.

GONÇALVES, Maria Filomena. A “arte de pontuar” no século XVI e os Tratados de Fernão Cardim. **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 3-21, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8871>. Acesso em: 29 out. 2024.

GONÇALVES, Maria Filomena. A língua portuguesa e a tríade codificadora. In: SILVA, Mário J. Freire da; MIRANDA, Tiago C. P dos Reis (coord.). **Libros relege, volve, lege: o livro antigo na Biblioteca do Exército**. Lisboa: Exército Português/Direção de História e Cultura Militar/Biblioteca do Exército, 2018. p. 279-297. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/23367>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GONÇALVES, Maria Filomena. Para uma história da pontuação portuguesa. Dos pontos aos punctemas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 8., 1992, Lisboa, **Actas** [...]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1993. p. 225-237. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/1992-19.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

GONÇALVES, Maria Filomena. Treinta años de historiografía lingüística del portugués. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE LINGÜÍSTICA, 35., 2005, León, **Actas** [...]. León: Departamento de Filología Hispánica y Clásica/Universidad de León, 2006. p. 732-753. Disponível em: <https://buleria.unileon.es/handle/10612/12638>. Acesso em: 24 jan. 2025.

GUEIROS, Leonardo. **Da emergência à consolidação da tradição sociodiscursiva na pesquisa linguística brasileira e suas implicações para a reflexão sobre ensino de língua portuguesa (1970-1999)**. 250 f. Tese (Doutorado em Letras). Recife, Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35991>. Acesso em: 23 jan. 2025.

HABLER, Gerda. El tratamiento del orden de las palabras en el pensamiento lingüístico de los siglos XVIII y XIX en España. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA XERAL, 13., 2018, Vigo, **Actas [...]**. Vigo: Universidade de Vigo, 2018. p. 447-452. Disponível em: <http://cilx2018.uvigo.gal/actas/pdf/hist07.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

HOUAISS, Antônio. **Elementos de bibliologia**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INC: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. 198 p.

ISIDORO DE SEVILLA, San. **Etimologías**: edición bilingüe. Tradução: J. O. Reta; M. A. M. Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001. 1471 p.

KALTNER, Leonardo Ferreira; SANTOS, Melyssa Cardozo Silva dos. O conceito de letra nas gramáticas de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540) e Anchieta (1595): uma leitura historiográfica. **Fortvnatae**, San Cristóbal de La Laguna, n. 37, p. 29-48, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.fortunat.2023.37.02>. Disponível em: <https://www.ull.es/revistas/index.php/fortvnatae/article/view/4741>. Acesso em: 30 mar. 2025.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Uma leitura filológica e historiográfica do conceito de gramática na obra de João de Barros (1540). **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 110-122, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2023.v19n1a57190>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/57190>. Acesso em: 23 mar. 2025.

KEMMLER, Rolf. **Gandavo, não Gândavo**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2022. 115 p. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2022/08/CEL\\_linguistica\\_20.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2022/08/CEL_linguistica_20.pdf). Acesso em: 20 abr. 2025.

KEMMLER, Rolf. Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. **Lusorama**, Frankfurt am Main, n. 47-48, p. 128-319, out. 2001. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/337914823\\_Para\\_uma\\_Historia\\_da\\_Ortografia\\_Portuguesa\\_o\\_texto\\_metaortografico\\_e\\_a\\_sua\\_periodizacao\\_do\\_seculo\\_XVI\\_ate\\_a\\_reforma\\_ortografica\\_de\\_1911](https://www.researchgate.net/publication/337914823_Para_uma_Historia_da_Ortografia_Portuguesa_o_texto_metaortografico_e_a_sua_periodizacao_do_seculo_XVI_ate_a_reforma_ortografica_de_1911). Acesso em: 21 fev. 2025.

KEMMLER, Rolf. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX. **Veredas**, Santiago de Compostela, n. 19, p. 145-176, 2013. Disponível em: <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/36>. Acesso em: 31 dez. 2024.

KOERNER, E. F. K. A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem. Tradução: Rolf Kemmler; Maria da Felicidade Morais. *In*: KEMMLER, Rolf; ALTMAN, Cristina (ed.). **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014a. p. 9-15. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

KOERNER, E. F. K. Ainda sobre a importância da Historiografia Linguística. Tradução: Rolf Kemmler; Susana Fontes. *In*: KEMMLER, Rolf; ALTMAN, Cristina (ed.). **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Vila Real: Centro de Estudos em



Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 29-43. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

KOERNER, E. F. K. História da Linguística. Tradução: Susana Fontes. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 9-22, jan./jun. 2014c. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/4>. Acesso em: 18 dez. 2024.

KOERNER, E. F. K. Historiografia Linguística. Tradução: Susana Fontes. In: KEMMLER, Rolf; ALTMAN, Cristina (ed.). **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014d. p. 17-28. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

KOERNER, E. F. K. O problema da ‘influência’ na historiografia linguística. Tradução: Cristina Altman. In: KEMMLER, Rolf; ALTMAN, Cristina (ed.). **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014e. p. 91-102. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

KOERNER, E. F. K. O problema da metalinguagem na historiografia linguística. Tradução: Cristina Altman; Miguel Salles. In: KEMMLER, Rolf; ALTMAN, Cristina (ed.). **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014f. p. 75-90. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem na historiografia linguística. Tradução: Cristina Altman. In: KEMMLER, Rolf; ALTMAN, Cristina (ed.). **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014g. p. 45-63. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_11.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

KOSSÁRIK, M. A contribuição dos primeiros gramáticos portugueses na formação do cânone gramatical moderno. **Revista de História**, Porto, v. 10, p. 55-60, 1990. Disponível em: [https://www.academia.edu/81282208/A\\_contribui%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_primeiros\\_gram%C3%A1ticos\\_portugueses\\_na\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_c%C3%A2none\\_gramatical\\_moderno](https://www.academia.edu/81282208/A_contribui%C3%A7%C3%A3o_dos_primeiros_gram%C3%A1ticos_portugueses_na_forma%C3%A7%C3%A3o_do_c%C3%A2none_gramatical_moderno). Acesso em: 23 mar. 2023.

KOSSÁRIK, Marina. Monumentos linguísticos portugueses dos séculos XVI e XVII. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 25/26. p. 93-174, 2003. Disponível em: <https://confluencia.emnuvens.com.br/rc/article/view/1183>. Acesso em: 21 mar. 2025.  
KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira; Nelson Boeira. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018. 324 p.

LABORDA GIL, Xavier. Historiografia lingüística y visibilidad de la retórica. **Revista de investigación lingüística**, Murcia, v. 8, p. 95-130, 2005. Disponível em: <https://revistas.um.es/rii/article/view/6641>. Acesso em: 05 abr. 2025.

LAUDAN, Larry. **O progresso e seus problemas**: rumo a uma teoria do crescimento científico. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 352 p.

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. Tradução: R. M. Rosado Fernandes. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. 295 p.

LEAL, Telma Ferraz; LISBÔA, Gilda Guimarães. Por que é tão difícil ensinar a pontuar? **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 1, p. 129-146, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37415107>. Acesso em: 03 nov. 2024.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa**: uso e norma. São Paulo: Paulistana: Humanitas, 2007. 334 p.

LIMA, Carolina Akie Ochiai Seixas. O sistema de pontuação e abreviaturas no latim eclesiástico do século XI. **Polifonia**, Cuiabá, v. 25, n. 38, p. 322-335, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/7286>. Acesso em: 29 out. 2024.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. **Pero de Magalhães de Gândavo, autor da primeira obra sobre a ortografia da língua portuguesa e da primeira história do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. 246 p. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/416>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LUFT, Celso Pedro. **A vírgula**: considerações sobre o seu ensino e o seu emprego. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. 87 p.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. A pontuação em dois manuscritos medievais portugueses de um mesmo *scriptorium*. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador, n. 23-24, p. 21-32, jun./dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1129/95>. Acesso em: 29 out. 2024.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. A pontuação em João de Barros: preceitos e usos. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (org.). **O Português Quinhentista**: Estudos Lingüísticos. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 351-366. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/131>. Acesso em 29 out. 2024.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2004. 129 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/159>. Acesso em: 24 out. 2024.

MADUREIRA FEIJÓ, João de Moraes. **Orthographia, ou Arte de escrever, e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa**. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <https://purl.pt/13>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 136 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Angela Paiva. Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Angela

Paiva (org.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 13-30. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/29.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

MARIS, Mariana. **A pontuação na perspectiva da tradição gramatical**: breve revisão crítica e implicações para o ensino e para a aprendizagem no contexto escolar. 56 f. Monografia (Especialização em Gramática da Língua Portuguesa: Reflexão e Ensino). Belo Horizonte, Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34177?locale=es>. Acesso em: 03 out. 2024.

MARIS, Mariana. Aspectos sintáticos e prosódicos do sistema de pontuação: notas sobre a gramatização do português quinhentista. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 16, n. 2, p. 410-448, abr./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL50-v16n2a2022-3>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/62037>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MATHIEU-COLAS, Michel. Syntax du trait d'union: structures complexes. **Linguisticæ Investigationes**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 153-171, 1995. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00433840v1>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 44., 1992, São Paulo. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**. São Paulo: Associação Brasileira de Linguística, n. 14, 1993. p. 75-86. Disponível em: <https://abralin.org/wp-content/uploads/2018/12/boletim14a.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

MEDIAVILLA, Fidel Sebastián. Itinerario de un sistema de puntuación. **Bulletin Hispanique**, Bordeaux, v. 114, n. 2, p. 937-961, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/bulletinhispanique.2272>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bulletinhispanique/2272>. Acesso em: 21 out. 2024.

MENÉNDEZ, Fernanda Miranda. A pontuação: uma questão de representação. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa, v. 32, p. 431-440, 1997. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/8271>. Acesso em: 29 out. 2024.

MESQUITA, Fábio Albert. **Uma historiografia das ideias gramaticográficas em instrumentos de ensino de Julio Pires Ferreira (1868-1930)**. 195 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal da Paraíba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30150>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MESQUITA, Fábio Albert.; VIEIRA, Francisco Eduardo. Diretrizes teórico-metodológicas para a realização de pesquisas em historiografia da gramaticografia. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 68, p. 37-80, jan./jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2025n68.1422>. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1422>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MILLET, Olivier. Entre grammaire et rhétorique : à propos de la perception de la phrase au XVI<sup>e</sup> siècle. **L'information grammaticale**, Paris, n. 75, p. 3-9, 1997. DOI: <https://doi.org/10.3406/igram.1997.2896>. Disponível em:

[https://www.persee.fr/doc/igram\\_0222-9838\\_1997\\_num\\_75\\_1\\_2896](https://www.persee.fr/doc/igram_0222-9838_1997_num_75_1_2896). Acesso em: 25 abr. 2025.

MÓDOLO, Marcelo; MADEIRA, Maria de Fátima Nunes. Crítica textual e transparência dos traços linguísticos: as vírgulas de um manuscrito setecentista. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 61, p. 8-47, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2021n61.474>. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/474>. Acesso em: 29 out. 2024.

MONTEIRO, José Lemos. As idéias gramaticais de João de Barros. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 19. n. 1-2, p. 25-31, 1997. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.rdl.v1i19.1997.2088>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/2088>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MÚGICA, Nora. El hipérbaton, un punto de relación entre la gramática y la retórica. **Rétor**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 43-58, 2011. Disponível em: <https://www.aaretorica.org/revista/index.php/retor/article/view/161>. Acesso em: 05 abr. 2025.

MURRAY, Stephen O. **Theory groups and the study of language in North America: a social history**. Amsterdã: John Benjamins, 1994. 598 p.

NASCIMENTO, Hérwickton Israel de Oliveira. Edição e estudo da pontuação em uma obra de Garcia de Resende. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA E SOUZA, Hirão F.; GOMES, Luís (org.), **Novos tons de Rosa... para Rosa Virgínia Mattos e Silva**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 52-61. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/198>. Acesso em: 29 out. 2024.

NASCIMENTO, Hérwickton Israel de Oliveira. Pontuação e sinais de fim de texto em uma obra autoral de Garcia de Resende. **Revista do GELNE**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 54-57, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/12160>. Acesso em: 29 out. 2024.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramatica castellana**. Edición contrahecha de la impresa en Salamanca: Typ. Grammatica Castellana Ant. Nebrissensis, 1492. Madrid: s.n., c. 1744-1747. [68 f.] Disponível em: <https://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=451919>. Acesso em: 03 abr. 2025.

NUNES, Cristina Maria de Sousa. **A pontuação na Península Ibérica: doutrinas e prática em textos metalinguísticos portugueses e castelhanos do século XVII**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Ibéricos). Évora, Departamento de Linguística e Literaturas – Universidade de Évora, 2006. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/15888>. Acesso em: 29 out. 2024.

O ARQUIVO Nacional e a História Luso-Brasileira. Instruções dadas por S. M. O Senhor Rei D. José o Primeiro de boa memória para a educação de seu augusto neto o sereníssimo Príncipe D. José. Portugal: Casa Real, 1768. Disponível em: [http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3515:instrucoes-de-boas-maneiras&catid=139&Itemid=215#\\_ftn2](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3515:instrucoes-de-boas-maneiras&catid=139&Itemid=215#_ftn2). Acesso em: 14 jul. 2025.

PARKES, Malcolm Beckwith. **Pause and effect: an introduction to the History of Punctuation in the West**. New York: Routledge, 2016. 327 p.

PAULA, Ana Maria Alves Rodrigues de. Sinais de pontuação em manuscritos dos séculos XVIII e XIX encontrados em Mato Grosso. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 4., 2013, Goiânia, **Anais [...]**. Goiânia: FUNAPE, 2013. p. 550-557. Disponível em: [https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/simposio\\_11.pdf](https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/simposio_11.pdf). Acesso em: 29 out. 2024.

PEREIRA, Bento. **Regras Geraes, Breves, & comprehensivas da melhor ortografia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, & Portugueza**. Lisboa: Domingos Carneiro, 1666. 109 p. Disponível em: <https://purl.pt/29112>. Acesso em: 08 jan. 2025.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica expositiva**: curso superior. 65. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. 432 p.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. A gramática racionalista em Portugal no século XVI (1497-1610). In: DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN, Rogelio (org.). **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: CLUP, 2015. p. 9-40. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15325.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. Breves reflexões sobre a terminologia sintática na gramaticografia da língua portuguesa (séculos XVI-XVII). **Todas as letras**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETL15092>. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/15092>. Acesso em: 02 abr. 2025.

POZUELO YVANCOS, José María. Retórica y narrativa: *la narratio*. **Epos**, Madrid, n. 2, p. 231-252, 1986. DOI: <https://doi.org/10.5944/epos.2.1986.9465>. Disponível em: <https://revistas.uned.es/index.php/EPOS/article/view/9465>. Acesso em: 04 abr. 2025.

RAMON, Micaela; LEMOS, Aida. A pontuação: análise comparativa de duas edições do Auto da Índia de Gil Vicente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 15., 1999, Faro. **Actas [...]**. Braga: APL, v. 2, 2000. p. 199-224. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/61281>. Acesso em: 29 out. 2024.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. **DELTA**, São Paulo, v. 13, n. 1, fev. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501997000100005>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501997000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 21 out. 2024.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. 560 p.

RODRIGUES, Aline de Azevedo. **Funções da pontuação em construções relativas no português clássico**: usos e normas. 144 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). São José do Rio Preto, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/194157>. Acesso em: 29 out. 2024.

RODRIGUES, Aline de Azevedo; GONÇALVES, Maria Filomena. “Que coisa he vírgula?”: a mudança nas funções da vírgula em doutrinas gramaticais do século XVII ao XIX.

**LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 225-245, jan./abr. 2020. DOI:

<https://doi.org/10.24206/lh.v6i1.31955>. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/31955>. Acesso em: 29 out. 2024.

ROSA, Maria Carlota Amaral Paixão. **Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas**. 170 f. v. 1. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro, Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994a. Disponível em:

<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/4607>. Acesso em: 22 out. 2024.

ROSA, Maria Carlota Amaral Paixão. **Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas**. 216 f. v. 2. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro, Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994b. Disponível em:

<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/4607>. Acesso em: 22 out. 2024.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 157 p.

ROSA, Maria Carlota. Onde foram parar as pausas? Sobre leitura e pontuação. In: MOLLICA, Maria Cecília. (org.). **#Linguísticadeprotestos**: novos caminhos de pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. p. 9-33.

ROSA, Maria Carlota. Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, ano 4, v. 1, p. 17-29, jan./jun. 1995. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.3.1.17-29>. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/28994>. Acesso em: 29 out. 2024.

ROSA, Maria Carlota. Renascimento: a pontuação de impressos. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 44., 1992, São Paulo. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**. São Paulo: Associação Brasileira de Linguística, n. 14, 1993. p. 65-74. Disponível em:

<https://abralin.org/wp-content/uploads/2018/12/boletim14a.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

SANTOS, Eliete Oliveira. A pontuação na *Carta de Pero Vaz de Caminha* comparada à proposta de João de Barros. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (org.). **O português quinhentista**: estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 367-376. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/131>. Acesso em 29 out. 2024.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. **A Gramaticografia Portuguesa até 1822**: condições da sua gênese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa.

Tradução: Jaime Ferreira da Silva. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019. 402 p. Disponível em: [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2020/10/Lingui%CC%81stica\\_14.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2020/10/Lingui%CC%81stica_14.pdf). Acesso em: 05 jan. 2025.

SCLIAR-CABRAL, Leonor; RODRIGUES, Bernadete Biasi. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 26, p. 63-77, jan./jun. 1994. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8636813/4534>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEARA, Izabel C.; HENTZ, Augusto H.; SEARA JUNIOR, Rui; PACHECHO, Fernando S.; KAFKA, Sandra G.; SEARA, Rui; KLEIN, Simone. Estudos sobre pausas na leitura de textos por um locutor do português brasileiro visando à síntese da fala. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES, 22., 2005, Campinas, **Anais [...]**. Campinas: Sociedade Brasileira de Telecomunicações, 2005. p. 538-543. Disponível em: <https://biblioteca.sbtr.org.br/articles/3222>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SENOS, Nuno. Guarda-roupa: anatomia de um termo polissêmico (séculos XV e XVI). **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 43, p. 105-125, 2025. DOI: [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_43\\_4](https://doi.org/10.14195/2183-8925_43_4). Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/14961>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, Anderson Rany Cardoso da. **Variação, mudança linguística e português do Brasil na Grammatica portugueza: curso superior (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934)**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa, Programa de Pós-graduação em Linguística – Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21004>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SOARES, Francielly Rodrigues. **Uso da pontuação em textos narrativos de alunos do sétimo ano do ensino fundamental**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9652>. Acesso em: 03 nov. 2024.

SONCIN, Geovana; RODRIGUES, Aline de Azevedo. A interação sintaxe-prosódia em usos de vírgula em esquema duplo: apontamentos para o ensino de pontuação. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1571-1606, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL35-v12n3a2018-8>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/40616>. Acesso em: 03 nov. 2024.

SWIGGERS, Pierre. A escrita da história da linguística: uma nota metodológica. Tradução: Fábio Albert Mesquita; Mariana Maris; Francisco Eduardo Vieira. **Revista Letras**, Curitiba, n. 110, p. 189-198, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5380/rel.v110i1.96563>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/96563>. Acesso em: 31 dez. 2024.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Tradução: Ricardo Cavaliere. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/602>. Acesso em: 31 dez. 2024.

SWIGGERS, Pierre. Gramaticografía e historiografía: una visión retro- y prospectiva. **Anales de Lingüística**, Mendoza, n. 4, p. 139-154, abr./set. 2020. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/analeslinguistica/article/view/4393>. Acesso em: 29 dez. 2024.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. Tradução: Ronaldo de Oliveira Batista. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia de la gramaticografía didáctica: apuntes metodológicos com referencia a la (historia de la) gramática española y francesa. In: VILA RUBIO, Neus

(ed.). **Lengua, literatura y educación em la España del siglo XX**. Bern: Peter Lang; Lleida: Universidad de Lleida, 2012. p. 15-37.

SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2009a. Disponível em: <https://www.rahl.ar/index.php/rahl/article/view/6>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SWIGGERS, Pierre. Le calibrage de langues: la “matière technique” de l’historiographie de la linguistique. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. esp., p. 39-55, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.498>. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/498>. Acesso em: 30 dez. 2024.

SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la Lingüística. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEHL, 4., 2003, v. 1, La Laguna (Tenerife). **Actas** [...]. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (models for) linguistic historiography. In: HÜLLEN, Werner (ed.). **Understanding the historiography of linguistics: problems and projects**. Münster: Nodus, 1990. p. 21-34.

SWIGGERS, Pierre. Terminología gramatical y lingüística: elementos de análisis historiográfico y metodológico. **Res Diachronicae**, [S.l.], v. 7, p. 11-35, 2009b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6285254>. Acesso em: 30 dez. 2024.

SWIGGERS, Pierre. Terminologie, terminographie et métalangage linguistiques : quelques réflexions et propositions. **Revue roumaine de linguistique**, București, v. 3, p. 209-222, 2010. Disponível em: <https://www.lingv.ro/RRL%203%202010%20art01Swiggers.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

VERA, Álvaro Ferreira de. **Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua Portuguesa**. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631. 88 f. Disponível em: <https://purl.pt/12>. Acesso em: 08 jan. 2025.

VERDELHO, Telmo. **As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas**. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995. 594 p.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. 255 p.

VIEIRA, Francisco Eduardo. A sintaxe no Brasil: notas historiográficas e eixos temáticos de investigação. **Alfa**, São Paulo, v. 64, p. 1-29, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e12288>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/12288>. Acesso em: 14 jan. 2025.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. Modelos sintáticos na gramaticografia ocidental: dos casos às funções. **Alfa**, São Paulo, v. 69, 2025. (no prelo)

VIEIRA, Francisco Eduardo. Ferramentas analíticas para uma historiografia dos modelos sintáticos: rede taxonômica e glossário de metatermos da *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p.



762-803, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.32.3.%25p>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin/article/view/56565>. Acesso em: 06 jan. 2025.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português**: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização. 475 f. Tese (Doutorado em Letras). Recife, Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15665>. Acesso em: 20 jan. 2025.

VIEIRA, Francisco Eduardo. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas? *In*: FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo (org.). **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 19-69.

VIEIRA, Francisco Eduardo; GUEIROS, Leonardo. Historiografia da Linguística e ensino de língua portuguesa: da gramática tradicional à tradição sociodiscursiva. *In*: BATISTA, Ronaldo de Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Questões em historiografia da linguística**: homenagem a Cristina Altman. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 215-255. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/livro-questoes-em-historiografia>. Acesso em: 13 jan. 2025.

VIEIRA, Francisco Eduardo. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. *In*: VIEIRA, Francisco Eduardo; BAGNO, Marcos (org.). **História das línguas, histórias da Linguística**: homenagem a Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2020b. p. 85-124.

VILLELA, Ana Maria Nápoles. Qual o papel da pontuação na representação escrita da língua? **Scripta**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 184-200, 2005. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/13916>. Acesso em: 29 out. 2024.

YANO, Cynthia. O emprego de vírgula como um recurso discursivo na escrita do português clássico. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 221-235, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v58i2.8647152>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8647152>. Acesso em: 29 out. 2024.

YANO, Cynthia Tomoe. **A história do emprego de vírgula do português clássico ao português europeu moderno**. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1034263>. Acesso em: 29 out. 2024.

YANO, Cynthia Tomoe. **Um estudo sobre o emprego de vírgula antes de oração completiva no português europeu clássico**: sintaxe, discurso e gramática normativa. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_3d4bad3fb6332daa661748e5a4af11b9](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_3d4bad3fb6332daa661748e5a4af11b9). Acesso em: 29 out. 2024.

YANO, Cynthia Tomoe. Um estudo sobre o emprego da vírgula na história do português europeu. **Alfa**, São Paulo, v. 64, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e12560>.

Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/12560>. Acesso em: 29 out. 2024.